

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PARCERIA RELUTANTE

As relações entre Brasil e Venezuela

(1810-2010)

Thiago Gehre Galvão

THIAGO GEHRE GALVÃO

PARCERIA RELUTANTE

As relações entre Brasil e Venezuela (1810-2010)

Tese apresentada na Universidade de Brasília, junto ao Instituto de Relações Internacionais (IRel-UnB) como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais.

Professor Orientador Dr. **Antônio Carlos Lessa**

Brasília, 1 de julho de 2011

“Para falar ao vento, bastam palavras,
para falar ao coração são necessárias obras”

Padre Antônio Vieira

A Mael y e Homero,
Guardiães da minha vida!

Sumário

Resumo.....	10
Abstract.....	11
Resumen.....	12
Agradecimentos.....	13
Acervos consultados.....	16
Siglas.....	18
Introdução.....	20

PARTE I – A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PARCERIA

Capítulo 1 – O modo de vida bilateral (1810-1940).....	36
1.1. Venezuela: contextualizações históricas.....	37
1.2. Brasil e Venezuela: laços primordiais.....	51
1.2.1. Lisboa e o périplo dos limites entre Brasil e Venezuela	
1.2.2. A navegação no rio Amazonas e o tratado de 1859	
1.2.3. O revisionismo venezuelano	
1.3. O entrelaçamento bilateral.....	104
1.3.1. Oliveira Lima de passagem pela Venezuela	
1.3.2. O petróleo e a condição de países fronteiriços	
Considerações parciais.....	125

Capítulo 2 – O curso da “ruptura” (1940-1962)	127
2.1. Relações de baixa profundidade.....	128
2.1.1. Encontros na superfície	
2.1.2. Vizinhança e relutância: tensão essencial	
2.2. Flutuações conjunturais no Brasil e na Venezuela.....	150
2.2.1. Acomodações em tempos de Guerra Fria	
2.2.2. Guianas: rumos erráticos	
2.2.3. Missão Furtado em Caracas	
2.3. O advento da doutrina Betancourt.....	185
2.3.1. A constituição doutrinária	
2.3.2. Corolários da doutrina	
Considerações parciais.....	211
Capítulo 3 – Suspensão e reatamento (1963-1968)	214
3.1. O caso “Anzoátegui”: ressentimento e ruptura.....	215
3.2. Da suspensão ao reatamento.....	234
3.2.1. O contexto da decisão	
3.2.2. Oportunidades desperdiçadas?	
3.2.3. Dos indícios à normalização	
3.3. Pescadores “ <i>en río revuelto</i> ”.....	259
3.3.1. Clima tenso na ALALC	
3.3.2. A interferência cubana	
3.3.3. A triangulação Venezuela-Brasil-Guiana	
Considerações parciais.....	284

PARTE II – A MANIFESTAÇÃO HISTÓRICA DA PARCERIA

Capítulo 4 – Entendimento no horizonte (1969-1978).....	287
4.1. Aprendizado mútuo.....	289
4.1.1 A ótica venezuelana	
4.1.2 A ótica brasileira	
4.2. Atualização das “forças econômicas”.....	309
4.2.1 Avanços bilaterais e multilaterais	
4.2.2 A virada para uma “nova fase”	
4.3. Desconstrução de rivalidades.....	335
4.3.1 Distender ânimos, dissipar temores	
4.3.2 Reconstituição da confiança	
Considerações parciais.....	357
Capítulo 5 – As margens do adensamento (1979-1998).....	359
5.1. O rio brasileiro-venezuelano e suas “margens”.....	360
5.2. A primeira onda de adensamento (1979-1988).....	371
5.2.1. Tomar o azimute e girar 180°	
5.2.2. Uma “cartografia” das relações bilaterais	
5.2.3. Punto de “ <i>gran vitalidad</i> ”	
5.3. A segunda onda de adensamento (1989-1997).....	411
5.3.1. Exposição em camadas	
5.3.2. A crise como fator de qualidade	
5.3.3. Uma visão prospectiva	
Considerações parciais.....	443

Capítulo 6 – O sentido da parceria (1998-2010)	446
6.1. Hugo Chávez no horizonte brasileiro (1998-2002).....	447
6.1.1. Chávez: grandes linhas de atuação	
6.1.2. Uma política externa revolucionária?	
6.1.3. O Brasil no horizonte venezuelano	
6.2. A “aliança estratégica” (2003-2006).....	473
6.3. Retraimento vigilante (2007-2010).....	487
6.3.1. O “estiramento” da parceria	
6.3.2. A entrada da Venezuela no Mercosul	
6.3.3. Brasil como referência	
Considerações parciais.....	506
Conclusão.....	509
Fontes e Bibliografia.....	515
Anexos.....	540

Resumo

A partir de 1830, os contatos entre Simón Bolívar e seus sucessores, na Venezuela, e o Império do Brasil promoveram o gradual entrelaçamento político e diplomático concernente a acordos fronteiriços e comerciais, o que culminou em um modo de vida bilateral por volta de 1940. A baixa profundidade dos contatos internacionais e as flutuações conjunturais internas, no Brasil e na Venezuela, colocaram os dois vizinhos em um curso de “ruptura” por volta da década de 1960. Com o advento da Doutrina Betancourt e a eclosão de uma conjuntura crítica em 1963, com o caso “Anzoátegui”, o ressentimento adormecido, nas duas sociedades e em suas chancelarias, aflorou, levando à suspensão das relações diplomáticas em 1964. O reatamento operado dois anos depois não foi suficiente para afastar o clima de tensão existente nas negociações comerciais no âmbito da ALALC ou em virtude da presença cubana na política regional, o que levou Caracas e Rio de Janeiro a triangularem suas relações com Georgetown, a fim de garantir a paz e a estabilidade no norte da América do Sul. A partir de 1969, o entendimento alvora no horizonte da vizinhança pela vontade de desconstruir as rivalidades ainda persistentes na região e pelo florescimento das forças econômicas. A partir de 1979, duas ondas de adensamento redefiniram e atualizaram os parâmetros das relações bilaterais e deram consistência à parceria. Quando Hugo Chávez surgiu no horizonte brasileiro, em 1998, a aproximação definitiva foi ancorada em uma carteira de projetos infraestruturais e energéticos, amparados por um diálogo de alto nível entre os mandatários que conformaram, entre 2003 e 2006, uma “aliança estratégica”. Não obstante, uma conjunção de forças profundas de pulsão e pressão levou a um retraimento vigilante a partir de 2007 que, ao invés de minar as relações bilaterais, apenas confirmou o sentido da parceria entre Brasil e Venezuela nas relações internacionais.

Abstract

Since 1830, the contacts between Simón Bolívar and his successors with the Empire of Brazil have gradually fostered political and diplomatic intertwining successes concerning border and trade. That process culminated in a “bilateral way of life” by 1940. Brazil-Venezuela's low profile international contacts and internal cyclical fluctuations put the two neighbors into a “course of disruption” around the 1960s. With the advent of the Betancourt Doctrine and the emergence of a critical juncture in 1963, with the 'Anzoategui case', resentment asleep in both foreign ministries emerged, leading to the suspension of diplomatic relations in 1964. The resumption orchestrated two years after was not enough to dispel the atmosphere of tension in ALALC trade negotiations either on behalf of the Cuban presence in regional policy, which led Caracas and Rio de Janeiro to triangulate relations with Georgetown in order to ensure peace and stability in northern South America. In 1969, understanding diminished in the neighborhood. The desire to deconstruct the still persisting rivalries in the region and the flourishing of "economic forces" pushed Brazil and Venezuela to a profound rapprochement. Since 1979, two waves of consolidation redefined some parameters and upgraded the bilateral relations, giving consistency to the partnership. When Hugo Chavez appeared on the Brazilian horizon in 1998, a 'defining approximation' was anchored in a portfolio of energy and infrastructure projects, backed by a high-level dialogue of representatives that formed between 2003 and 2006 a "strategic alliance". Nevertheless, a combination of deep forces of pulsion and pressure led to a 'vigilante retreat' from 2007 that, rather than undermine bilateral relations, confirmed the sense of partnership between Brazil and Venezuela.

Resumen

A partir de 1830, los contactos entre Simón Bolívar y el Imperio del Brasil promovieron la progresiva interrelación entre los países en los ámbitos políticos y diplomáticos sobre la frontera y el comercio, lo que culminó en una peculiar “forma de vida bilateral” en 1940. La poca profundidad de los contactos internacionales y las fluctuaciones cíclicas internas en Brasil y Venezuela han puesto los dos vecinos en un curso de "ruptura" en torno a la década de 1960. Con el advenimiento de la Doctrina Betancourt y la aparición de una coyuntura crítica en 1963, con el caso "Anzoátegui", el resentimiento latente en las sociedades ha emergido a la superficie y llevado a la suspensión de relaciones diplomáticas en 1964. La reanudación promovida dos años después no fue suficiente para disipar el clima de tensión en las negociaciones comerciales en la ALALC, o en razón de la presencia cubana en la política regional, lo que llevó a Caracas y Río de Janeiro a triangular las relaciones con Georgetown para garantizar la paz y la estabilidad en el norte de América del Sur. Desde 1969, el amanecer de la comprensión en el horizonte brasileño-venezolano fue generado por el deseo de apaciguar las rivalidades aún persistentes en la región y por el florecimiento de las "fuerzas económicas". Desde 1979, dos ondas de densificación han redefinido y actualizado los parámetros de las relaciones bilaterales, dando consistencia a la alianza. Cuando Hugo Chávez apareció en el horizonte de Brasil en 1998, la “aproximación definidora” estaba anclada en una cartera de proyectos de energía e infraestructura, y en un diálogo de alto nivel de gobernantes, que han logrado formar entre 2003 y 2006 una "alianza estratégica". Sin embargo, una combinación de fuerzas profundas de pulsión y de presión llevó a un “retiro vigilante” a partir de 2007 que, en lugar de socavar las relaciones bilaterales, confirmó el sentido de la cooperación entre Brasil y Venezuela en las relaciones internacionales.

Agradecimentos

“como um rio, que nasce de outros, saber seguir junto com outros sendo e noutros se prolongando e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim”

(Thiago de Mello)

Tempos difíceis, os “tempos de tese”. Parecem intermináveis até que adormecem na esperança de um novo tempo, de uma nova vida.

Um curso sinuoso de um rio indômito que foi se acalmando com o passar do tempo: do convívio com colegas e professores ao cursar as disciplinas no IRel-UnB, da volta à UFRR e à Boa Vista, da imersão da pesquisa em Brasília e em Caracas, da preparação da qualificação, dos ajustes que se seguiram e da intensidade da redação da tese.

Um tempo inesquecível, que foi preenchido pela convivência com pessoas especiais e que lembro, neste fragmento de um itinerário de tese, com o devido reconhecimento.

Em primeiro lugar, minha gratidão a todas as pessoas que me ajudaram durante a jornada pelo doutoramento e que, sem precisar os nomes, sabem o quanto foram importantes nessa etapa da minha vida.

Aos verdadeiros amigos que torceram e se entusiasmaram com o tema, que me escutaram e comentaram sobre o trabalho e que, acima de tudo, entenderam o propósito de minha trajetória nestes últimos quatro anos.

Minha respeitosa menção ao principal inspirador do tema da tese, Amado Luiz Cervo, professor que tem me acompanhado desde a graduação. Ao “patriarca” de uma importante “família intelectual”, a da História das Relações Internacionais de tradição brasileira, agradeço pelos ensinamentos durante os tempos de UnB.

A meu orientador de tese, Antônio Carlos Lessa, minha profunda gratidão por ter me recebido em sua “família intelectual e científica” e por ter depositado em mim grande confiança como seu orientando. Com seu estilo de trabalho, objetivo, pragmático e sério,

temperado com doses de compreensão e compaixão, aperfeiçoou-me no ofício de historiador das relações internacionais. Mas foram seu grande coração e sinceridade as virtudes que carregarei comigo ao longo da vida. Espero ter sido um “bom aluno” à altura do “bom mestre” que tive.

O meu mais vívido reconhecimento pelas demonstrações repetidas de amabilidade do professor Alcides Costa Vaz, que permitiu que se estabelecesse um laço de autêntica amizade durante nossa convivência.

Uma menção especial e carinhosa a um leitor atento desta tese, Virgílio Arraes, pelas qualidades morais e humanas que o distinguem e servem de modelo às pessoas que têm o privilégio da sua convivência.

Não poderia deixar de agradecer toda a atenção e presteza, assim como todo o carinho com que fui recebido na Secretaria de Pós-Graduação do IRel pela sempre simpática Odalva.

Ao finalizar meu tempo de UnB, enfrentei a árdua tarefa de conciliar docência, labor administrativo e a pesquisa doutoral. Oscilei da empolgação ao desencanto, mas mantive a firmeza do propósito de concluir o Doutorado sem deixar de tentar cumprir meu ofício com qualidade e dedicação.

Aos companheiros da UFRR que verdadeiramente me apoiaram, não apenas em intenções, mas em ações para abrir meus caminhos rumo à capacitação profissional. Aos professores Eloi, João e Julia, amigos muito caros com quem tive o prazer de trabalhar.

Um agradecimento especial ao amigo Rodrigo Meira que, inesperadamente, aterrissou em Roraima e me apoiou nos últimos momentos da tese.

Aos colegas de Boa Vista, Francisco Gomes e Cleber Batalha, pelas incansáveis e inestimáveis conversas e por sempre me receberem muito bem em suas casas. Agradeço a Alexandro Namem a quem sempre pude confiar minhas dúvidas e certezas, amigo que muito me ouviu nestes anos. Além do mais, deixo meu fraternal abraço à Marcelle Ivie Costa, que me acolheu em sua casa de braços e coração abertos.

Uma saudação especial aos alunos que se tornaram amigos e aos amigos que se tornaram alunos e que me ajudaram a superar os momentos de solidão que a realização de uma tese exige. Uma menção especial a Sheldon Thiago Pontes Gomes que me ajudou durante a pesquisa da tese.

Acrecentaria, ainda, o indispensável auxílio financeiro do CNPq, mediante bolsa de doutorado, na complementação dos custos da pesquisa.

Quando precisei sair de Boa Vista para cumprir com a etapa da pesquisa documental encontrei pessoas inestimáveis, simples e de boa índole. Aos funcionários do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que me receberam muito bem nas instalações do Centro de Documentação Histórica do Itamaraty em Brasília. Em particular, gostaria de agradecer a Messias e André pela presteza e atenção dispensadas.

Aos companheiros que fiz no setor *Biblioteca y Archivo* da Casa Amarela em Caracas, como Damarys Cordero, Elizabeth Guillen, Daniel Blanco, Krikor Biranian, Alba Lopez, Yepsaly Hernandez e Laura Arreaza Arana.

Não posso deixar de fazer uma referência especial ao professor Alejandro Mendible, que se tornou “um amigo em Venezuela” e ao casal Ghianelly e Cesar, que me hospedaram em sua casa em Santa Mônica, durante o período que estive em Caracas, e com quem aprendi muito sobre a história, os costumes e a vida da Venezuela.

Além disso, deixo minha homenagem aos pais do ano de 2011, Aline e Pedro, Karla e Pedro, André e Juliana, que receberam de Deus a Jade, a Helena e o Arthur. Verdadeiros amigos que se fizeram presentes, de uma forma ou de outra, durante o “tempo da tese”.

A cada passo, a cada avanço e a cada obstáculo pude sempre contar com toda a minha família, que em instantes decisivos fez sentir-me seguro e confiante para prosseguir em minha marcha. Uma lembrança especial às minhas queridas irmãs Maby e Mel, e aos meus sobrinhos Rafa e Ana Clara, a nova geração da família.

A minha mãe, eterna “revisora” da minha vida, minha base avançada em Brasília e que sempre me trouxe conforto e bem-estar com suas palavras e atos. A única capaz de enfrentar com coragem e alegria a longa ponte aérea Brasília-Boa Vista.

Ao meu amado pai, presença constante nos momentos mais angustiantes e naqueles mais felizes. Quando precisei conversar sobre minha carreira e minha vida ou quando precisei de qualquer ajuda havia um “porto seguro”, com quem sempre pude contar.

À Pilar Figueiredo Brasil, “companheira inseparável”, a descoberta mais importante que fiz durante o “tempo da tese”, e que me seguiu incondicionalmente até a sua conclusão, deixo o agradecimento mais especial por existir em minha vida.

Como um rio, fui preenchido pelas ideias, valores, virtudes e experiências de todos que cruzaram o meu curso. Sou grato por me fazerem crescer, amadurecer e compreender a nossa pequenez neste imenso universo.

Enfim, agradeço a Deus, por todas as graças alcançadas!

Acervos consultados

Archivo Central del Ministerio de Relaciones Exteriores – ACMRE/Caracas.

Archivo Descentralizado de la Dirección General Sectorial de Fronteras del Ministerio de Relaciones Exteriores – AD/DGSF/Caracas.

Arquivo Nacional de Brasília – ANB/Brasília.

Arquivo da Biblioteca Nacional – ABN/Rio de Janeiro.

Arquivo Histórico do Itamaraty – AHI/Brasília.

Biblioteca Central del Ministerio de Relaciones Exteriores – BCMRE/Caracas.

Biblioteca Nacional de Venezuela – BNV/Caracas.

Biblioteca da Universidade de Brasília – BCE/Brasília.

Biblioteca del Instituto Pedro Gual de Altos Estudios Diplomáticos – BIPG/Caracas.

Biblioteca Juscelino Kubitscheck – BJK/Brasília.

Biblioteca do Senado Federal do Brasil – BSF/Brasília.

Biblioteca Pública de Roraima – BP/RR.

Centro de Documentação do Jornal Correio Braziliense – CDOC/Brasília.

Centro de Pesquisa e Documentação Histórica – CPDOC/Rio de Janeiro.

Siglas

AD – Acción Democrática

ALALC – Associação Latino Americana de Livre Comércio

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-Americana

BB – Banco do Brasil

COPEI – Comité de Organización Política Electoral Independiente

CORDIPLAN – Coordinación de Planeamiento de la Presidencia de la República

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

CTV – Confederación de Trabajadores de Venezuela

CVG – Corporación Venezolana de Guyana

CORDIPLAN – Oficina Central de Coordinación y Planificación

CSAD – Conselho Sul-Americano de Defesa

CVP – Companhia Venezolana de Petróleo

CVP – Corporación Venezolana de Petróleo

EDELCA – Companhia de Electrificación del Caroní

FALN – Forças Armadas de Libertação Nacional

FDP – Fuerza Democrática Popular

FEI – Frente Electoral Independiente

FIP – Força Interamericana de Paz

FIV – Fondo de Inversiones de Venezuela

FMI – Fundo Monetário Internacional

ICE – Instituto de Comércio Exterior

ISI – Industrialização por Substituição das Importações

MEP – Movimiento Electoral Popular

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MIR – Movimiento Izquierda Revolucionaria

OLADE – Organização Latino-Americana de Energia

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

PCV – Partido Comunista de Venezuela

PEI – Política Externa Independente

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S/A

PETROVEN – Petróleos de Venezuela

PEQUIVEN – Petroquímica de Venezuela

PDVSA – Petróleos de Venezuela

RCTV – Rádio Caracas de Televisión

SELA – Sistema Econômico Latino-Americano

SNI – Serviço Nacional de Informação

URD – Unión Republicana Democrática

UNASUL – União Sul-Americana de Nações

Introdução

“Historical interpretations are constructs, they exist in people’s minds”

(Marc Trachtenberg).¹

As relações entre Brasil e Venezuela são herança do processo de configuração da sociedade internacional européia no início do século 19. O ano de 1810 marcou o início do processo de independências na América Latina e da luta pela emancipação de Caracas do jugo espanhol, sob a pena e a espada de Simón Bolívar. Paralelamente, o Brasil Colônia recebeu a família real portuguesa em 1808, por ocasião das Guerras Napoleônicas na Europa, e foi alçado a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815.

A acomodação do sistema de poder em gestação na América luso-espanhola se deu com a independência política do Brasil, em 1822, e com a eclosão de repúblicas hispano-americanas durante a campanha militar liderada por Simón Bolívar entre 1822 e 1826. A República da Venezuela e o Império do Brasil estavam presos à mesma circunstância geográfica, a América do Sul, e inevitavelmente desenvolveriam formas de se relacionar.

As primeiras percepções venezuelanas sobre o mundo exterior envolviam a difusão dos ideais republicanos emancipadores, o tratamento dispensado a potências como Grã-Bretanha e Estados Unidos, a formação de alianças com os vizinhos e os aspectos diretamente relacionadas ao Brasil. Do lado brasileiro, a preocupação com o reconhecimento internacional perante os grandes poderes foi sucedido por uma jornada pelo ajuste das fronteiras com os vizinhos sul-americanos, temas prioritários da incipiente política externa Imperial.

Portanto, houve uma intersecção política e ideológica entre Venezuela e Brasil, a partir de 1810, que ganhou respaldo diplomático na missão precursora de Miguel Maria Lisboa a Caracas entre 1842 e 1852, nas tratativas de Felipe Pereira leal, em 1859, e nas tentativas de ajuste fronteiriço encampadas por Tejera Rodriguez e Oliveira Lima no fim do século 19 e início do 20.

¹TRACHTENBERG, Marc. *The craft of international history: a guide to method*. Princeton University Press, 2006. p. 29.

A grandeza territorial brasileira, a incompatibilidade de modelos de governo, assim como a vontade de revisão fronteiriça da Venezuela, em detrimento da satisfação do Brasil com seus limites, constituiu a primeira expressão de relutância nas relações bilaterais entre os dois vizinhos.

Ainda assim, foi possível conformar um “modo de vida bilateral”, cujos elementos constitutivos seriam: a percepção sobre o lugar comum compartilhado, a noção das conexões físicas e geográficas no ambiente fronteiriço, a tradição de diálogo diplomático, a vontade de acerto sobre os limites territoriais, um acordo quadro de amizade e navegação (1859), a sobreposição de gerações de contato bilateral e a atualização dos mecanismos de convivência, como o Tratado de Extradução (1938) e o *modus vivendi* comercial (1940).

A partir de 1940 e até 1968 as relações bilaterais foram expostas a profundas transformações na ordem internacional, com o advento da 2ª Guerra Mundial e o início da Guerra Fria, eventos que redefiniram os panoramas estratégicos e políticos mundiais e modificaram a hierarquia das relações internacionais, condicionando as concepções de inserção internacional dos países sul-americanos.

Dessa forma, as políticas exteriores de Brasil e Venezuela encontraram-se na política internacional a partir de dois ângulos. O primeiro se referia ao sentimento de “vizinhança” que gerava impulsos integrativos e respaldava a união por laços espirituais, parentais ou por aliança política e econômica. A América do Sul deixava de ser uma mera localização geográfica para tornar-se uma referência histórica de interesses comuns e o solo para a consecução da utopia da união dos povos e sociedades sul-americanos.

O segundo ângulo dizia respeito aos temores de dominação econômica, medo de expansão imperialista, incertezas quanto às intenções de países com diferendos políticos, ideológicos e territoriais, que projetavam uma imagem de desconfiança mútua e levavam a comportamentos desviantes da cooperação estatal. Impunha-se uma marcha relutante nas relações bilaterais que seria temperada por contendas diplomáticas, falsos planos de invasão, percepções negativas e visões do outro emanadas das missões diplomáticas e das chancelarias, repletas de veleidades hegemônicas ou imperialistas e carregadas de uma pretensa superioridade brasileira.

Entre 1940-1962, o curso tomado por Brasil e Venezuela em suas relações bilaterais desembocou em uma “ruptura” e projetou uma imagem de “parceria relutante” a partir da atuação de quatro forças no leito profundo da história. A combinação entre sentimentos

nacionais de vizinhança e relutância, e sua influência na determinação dos ritmos de aproximação e afastamento entre os dois países; a falta de intensidade diplomática, política e comercial das relações bilaterais; as oscilações conjunturais que produziram modificações internas e afetaram as políticas exteriores na Venezuela e no Brasil; enfim, o advento da Doutrina Betancourt, como alavanca ideológica, que impulsionou a Venezuela a suspender suas relações diplomáticas com o Brasil em 1964.

Nesse caso, a tese das “boas relações” entre Brasil e Venezuela, defendida por vários estudiosos brasileiros e venezuelanos, não se coadunava com o contexto histórico de deterioração das relações entre Caracas e Brasília. O caso “Anzoátegui”, que culminou na suspensão das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e venezuelano, testou a resiliência da parceria. A relutância prevaleceria sobre o sentimento de vizinhança, uma vez que a concertação perdeu terreno para o desentendimento.

O processo de tomada de decisão demonstrou as janelas de oportunidade desperdiçadas e as dificuldades impostas pelo Brasil e pela Venezuela para a normalização das relações bilaterais, bem como a movimentação do Itamaraty e da Casa Amarela sobre a questão, os impactos nas duas sociedades e as reações nos parlamentos e na opinião pública.

Após o reatamento e a normalização, as relações bilaterais continuaram mergulhadas em um contexto turbulento, no qual forças de persistência, como a crise na ALALC, inseguranças na fronteira norte e a questão da penetração cubana na região, mantiveram as “boas relações” Brasil-Venezuela em compasso de espera.

A conjuntura internacional de distensão no mundo da Guerra Fria, de maior autonomia à periferia do sistema, de crises econômicas e energéticas, marcou as décadas de 1970 e 1980. Paralelamente, as políticas exteriores de Brasil e Venezuela assumiram uma trajetória de convergência a partir de 1969, não em termos de coincidência ideológica ou alinhamentos políticos, mas como reflexo da compreensão sobre a existência de um horizonte estratégico comum.

Nesse caso, o diálogo, o aprendizado mútuo e a desconstrução de rivalidades, sustentaram o entendimento brasileiro-venezuelano e operaram uma transição da fase de predominância da relutância sobre a parceria, para outra, de prevalência da parceria sobre a relutância.

Ao desanuviar-se o horizonte, desarmando espíritos e rivalidades, especialmente na fronteira norte da América do Sul, ampliou-se o espaço de diálogo entre Brasil, Venezuela e

o entorno amazônico, nos anos 1970, gerando um processo de referenciação mútua para as questões regionais, como a intranquilidade energética, a crise centro-americana e o problema da dívida externa.

O adensamento bilateral destacou-se por sua continuidade temporal e capacidade de prevalecer sobre interrupções ou refluxos. No período 1979-1997, manifestou-se no repensamento das relações fronteiriças, no diálogo para a solução das crises entre garimpeiros e indígenas, e na recuperação da democracia como valor fundamental e como mapa de tomada de decisão para as relações internacionais do Brasil.

Além do mais, o desmantelamento da União Soviética, o ocaso do socialismo, a reaceleração da mundialização econômica e a conformação de blocos regionais ditaram o ritmo das relações internacionais nos anos 1990 e início dos 2000 e criaram novos momentos definidores para as relações bilaterais entre Brasil e Venezuela. Especialmente, a disposição de construir um espaço sul-americano integrado, a partir da Reunião de Presidentes de Brasília (2000), modificaria as prioridades de inserção internacional e consolidaria uma “aproximação definitiva” entre os dois vizinhos.

O aparecimento de Hugo Chávez no horizonte da política exterior do Brasil intensificou e aprofundou os desejos de estreitamento das relações bilaterais, de maneira ainda contida com Fernando Henrique Cardoso e de um jeito mais efusivo e entusiasmado com Luiz Inácio Lula da Silva. De todo modo, a resultante desse movimento foi a formação de uma “aliança estratégica”, entre 2003 e 2006, que se consolidou em grandes projetos de infraestrutura, na participação ativa do capital brasileiro na economia venezuelana, no diálogo de alto nível entre as autoridades dos dois países, mas, principalmente, pela “cumplicidade política” entre Lula e Chávez.

Contudo, parecia haver um limite para o alcance da parceria, visto que uma série de acontecimentos levou a um recuo brasileiro em relação à Venezuela. Assim, a participação da PDVSA no carnaval carioca de 2006, os reflexos do fechamento da *Rádio Caracas de Televisión* e a disputa pela liderança energética, a partir de 2007, bem como o reaparelhamento militar das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas produziram um retraimento brasileiro.

Nada obstante, a disposição de Brasília de acolher a chegada da Venezuela no Mercosul e a vontade de Caracas de ter o Brasil como referência na política internacional

preservaram a estrutura da parceria bilateral, mantendo-a no eixo, mas chamando o governo brasileiro a estar vigilante à massa de interesses que o vinculavam à Venezuela.

Por fim, esta narrativa é “uma história das relações Brasil-Venezuela”, uma representação ou um relato das relações bilaterais entre esses dois países e que procura responder a uma questão maior: como se constituiu uma parceria relutante entre Brasil e Venezuela?

Pode-se dizer que a construção desta narrativa foi favorecida pelos “espaços de experiência” do pesquisador. Por um lado, a oportunidade de pesquisar o assunto *sur place* enriqueceu a imaginação criativa, a interpretação histórica, a construção de visões e fortaleceu a análise crítica do objeto de estudo. Por outro, o privilégio de residir na região fronteira brasileiro-venezuelana, nos últimos anos, abriu uma outra perspectiva de análise e interpretação da história das relações Brasil e Venezuela.

A preocupação principal foi tentar estabelecer um equilíbrio entre a história oficial, que se vale de exaltações e mitificações de episódios e personagens da vida internacional sul-americana, e a histórica crítica, zelosa em esclarecer as sobrevalorizações de personagens, os superdimensionamentos de imagens e a caducidade de visões do outro.

Procurou-se também o equilíbrio entre as interpretações derivadas da documentação diplomática consultada e as análises provenientes de uma leitura das forças profundas, da multicausalidade e dos cálculos estratégicos que compõem a decisão do Homem de Estado nas relações internacionais. O acesso às Escolas Francesa e Inglesa, bem como à tradição norte-americana de estudo da história das relações internacionais subsidiou as interpretações e análises com ideias e categorias analíticas.

A abordagem histórica e as contribuições da Teoria das Relações Internacionais, para estudar as relações Brasil-Venezuela, foram equacionadas com o uso de conceitos clássicos como aliança, equilíbrio de poder, percepções, ou discussões mais recentes sobre imagens, identidades, preempção e “securitização”.

Dessa forma, a própria narrativa serviu como uma forma de abstração, de conexão entre os distintos processos históricos de formação nacional e de inserção internacional dos dois países. Por um lado, buscou-se reconstruir a história das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, enfocando as semelhanças e diferenças, bem como os pontos de contato e de atrito entre os dois vizinhos. Por outro, tecer os fios condutores da história de uma “parceria relutante” consoante analogias e regularidades históricas. Como ensina Gaddis “existe

sempre um equilíbrio a ser atingido, pois quanto maior a extensão temporal da narrativa, menos detalhes ela fornecerá”.²

Daí a preocupação em montar uma espécie de “filme” das relações Brasil e Venezuela no tempo longo, encadeado por momentos que fizessem sentido em sua própria perspectiva circunstancial ou conjuntural, à medida que fossem acessados pelos leitores. Segundo Trachtenberg, “*giving a picture of the past that does not try to be a photographic reproduction but rather seeks to bring out what was really important*”.³

Assim, a lógica do “filme” permitiria capturar os processos históricos cristalizados em estruturas, os aspectos duradouros que perduraram nas relações bilaterais e, principalmente, preservaria a compreensão sobre o argumento da “parceria relutante”, que pendulou com os movimentos de aproximação e afastamento, de distanciamento e acercamento, de manutenção e rompimento definidos por Caracas e Brasília (Rio de Janeiro).

Para a consecução do objetivo proposto, foi realizada, entre os anos de 2007 e 2010, uma pesquisa em fontes primárias inéditas do Brasil e da Venezuela; com extenso levantamento bibliográfico de obras nacionais e venezuelanas, que continham subsídios diretos e indiretos sobre os encontros e desencontros dos dois vizinhos; e compilação direta e indireta de fontes jornalísticas brasileiras e venezuelanas que detinham elementos fundamentais sobre a sociedade, a política, a economia e a cultura de Brasil e Venezuela.

Na Venezuela, a pesquisa de fontes primárias foi realizada no Ministério das Relações Exteriores por ser a instituição nata cuja missão é preservar a memória coletiva da nação em matéria de relações internacionais e contribuir para a afirmação da identidade nacional. A Direção Geral Setorial de Biblioteca, Documentação e Arquivo, criada em outubro de 1987, se consolidou em duas direções, a de Arquivo e Pesquisa Histórica e a de Biblioteca e Documentação, a partir de 1993, local onde foram realizadas as pesquisas.

O conjunto da documentação consultada na “Casa Amarela” foi do tipo “expediente”, uma forma de organização documental que ordena cronologicamente e classifica, de acordo com as diferentes *Direcciones* e *series temáticas*, a história diplomática da nação. Assim, as fontes primárias levantadas na Venezuela abarcaram o período de 1944 a 1976 e foram

² GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 29.

³ TRACHTENBERG, Marc. *The craft of international history: a guide to method*. Princeton University Press, 2006. p. 28.

referenciadas nesta tese como parte do *Archivo Central del Ministerio de Relaciones Exteriores* (ACMRE).⁴

Além disso, foram utilizados ostensivamente os documentos compilados no chamado *libro amarillo*, relatório sobre as atividades do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela (MREV), e em seu análogo brasileiro, a Resenha de Política Exterior do Brasil, organizada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MREB).

No Brasil, dois caminhos foram escolhidos para a coleta de fontes primárias. Aquelas referentes ao período de 1810 a 1940 foram levantadas na série de documentos do CHDD que incluíam informações sobre as missões de diplomatas brasileiros na Venezuela, bem como a atuação do Brasil no contexto amazônico. Além disso, fez-se uma visita à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em busca de outras fontes correspondentes ao mesmo período.

Foram liberados para consulta, no acervo do MREB em Brasília, os documentos referentes ao período de 1945-1988, incluindo majoritariamente ofícios e despachos telegráficos – ostensivos, confidenciais e secretos – trocados entre a Secretaria de Estado e a Embaixada Brasileira em Caracas.

A documentação brasileira estava organizada em livros (ostensivos), maços temáticos (confidenciais e secretos) e microfimes (confidenciais) e foram referenciados como parte do Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI). Eventualmente, documentos provenientes de outras embaixadas, como Washington, Buenos Aires e Georgetown, foram utilizados porque constavam dos maços e microfimes sobre as relações Brasil-Venezuela.

O cruzamento de fontes de diferente origem e natureza possibilitou construir uma representação mais acurada da realidade histórica das relações Brasil-Venezuela, evitando a reificação de ideias e a ideologização do argumento. Para tanto, foi útil o conselho de Cameron G. Thies na definição dos tipos de fontes coletadas: “*one of researcher’s main goals should be to demonstrate that the choice of primary and secondary source materials was made to minimize the potential adverse effects of selectivity and bias*”.⁵

Por exemplo, em relação à polarização sobre Hugo Chávez como ameaça à democracia regional ou como revolucionário modelar, assim como o tema do “imperialismo

⁴Dirección General de Archivos y Bibliotecas. Archivo Central. Disponível em: <http://www.mre.gov.ve/Biblio/index.htm>

⁵THIES, Cameron G. “A pragmatic guide to qualitative historical analysis in the study of international relations”. *International Studies Perspectives* (2002), 3, 351-372. p.355.

brasileiro”, que provocaram reações adversas no parlamento, na mídia e na opinião pública dos dois países, buscou-se trabalhar com cautela e objetividade, considerando as diferentes perspectivas e pontos de vista dos agentes nos dois lados.

Assim, a apresentação de contra-argumentações contidas nas fontes secundárias, especialmente na literatura venezuelana, foi algo que permeou as diferentes fases de análise das fontes, reflexão crítica, apontamentos e redação da tese, como forma de tentar afastar, ainda que parcialmente, os riscos de se tratar as relações bilaterais de uma maneira teleológica e ciclópica.

Procurou-se ao máximo manter o uso de fontes primárias, ao longo de todo o texto, por reivindicarem um papel preponderante no estudo da história das relações internacionais. Entretanto, observou-se que, no caso das relações Brasil-Venezuela, nem sempre a documentação diplomática acompanhou a efervescência que a mídia atribuiu a alguns episódios, assim como alguns processos críticos, ou potencialmente críticos, nem sempre foram identificados e noticiados pela mídia como relevantes.

Em suma, a intenção foi valer-se de uma variada gama de fontes bibliográficas, documentais e imagéticas como forma de complementar as fontes primárias, a fim de comprovar a hipótese central de que o adensamento das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela sustentou e construiu uma parceria, consoante reservas, restrições e comportamentos relutantes de ambos os países.

Nesse caso, a extensão e proporções adquiridos pelo trabalho explica-se pela opção do historiador de organizar a grande quantidade de fontes compiladas como forma de auxiliar outros pesquisadores no futuro.

Para cada capítulo, definiram-se hipóteses auxiliares que ajudaram a manter a coerência entre objetivos, hipótese principal e o argumento central.

Primeiro, que um “modo de vida bilateral”, constituído pelos contatos entre brasileiros e venezuelanos, respaldou a construção da parceria ao funcionar como solo histórico no qual se assentariam as relações bilaterais no tempo. Segundo, que as forças profundas ideológicas e econômicas, assim como forças de pressão desorganizadas, colocaram Brasil e Venezuela em curso de colisão na política internacional entre 1940 e 1962.

Terceiro, que as diferenças em termos de regime político no Brasil e na Venezuela projetaram diferentes imagens internacionais que interferiram nas relações bilaterais entre os

dois países. Quarto, que a desconstrução de rivalidades na fronteira norte da América do Sul promoveu o ambiente sistêmico adequado para que o entendimento bilateral entre Brasil e Venezuela se firmasse nos anos 1980.

Quinto, que a dinâmica de “ondas de adensamento”, que tiveram particular força a partir de 1979, determinou uma aproximação definitiva entre Brasil e Venezuela nos anos 1990. E sexto, que as relações brasileiro-venezuelanas adquiriram um sentido de parceria bilateral a partir do estreitamento entre os governos de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva no século 21.

Para cada período, procurou-se levantar alguns questionamentos que respaldassem a interpretação histórica e dessem coesão às unidades temporais delimitadas como fases da construção da parceria entre Brasil e Venezuela.

No período 1810-1945, o objetivo primordial era constituir um entendimento mínimo sobre as origens das relações bilaterais e, por isso, o uso de fontes secundárias prevaleceu sobre as fontes primárias. Ainda assim, na construção do capítulo “modo de vida bilateral” fez-se uso de uma série de documentos primários brasileiros e venezuelanos disponibilizados na forma de coletâneas.

Como guia para o estudo desse período, colocaram-se os seguintes problemas de pesquisa: quais as origens políticas e sociais do vizinho brasileiro ao norte da América do Sul? Qual era a essência histórica dos venezuelanos que caracterizou parte de sua identidade e imagem internacionais? Como reagiram as primeiras gerações de políticos, militares, diplomatas e governantes aos contatos primordiais entre Brasil e Venezuela?

No período 1945-1962 as fontes secundárias serviram ao propósito de contextualizar as políticas interna e externa brasileira e venezuelana, trazendo informações, ora de uma maneira mais sistematizada, ora mais detalhada, sobre a realidade venezuelana, supostamente menos conhecida pela comunidade de relações internacionais e demais interessados do Brasil. Por sua relativa fartura, especialmente para os anos 1960, o uso de fontes primárias equilibrou-se ao uso de fontes secundárias.

Para esse período, descrito no capítulo “O curso da ruptura”, tomaram-se como base alguns questionamentos: como seria possível inverter a polaridade do distanciamento no século 19 e constituir um ímpeto de aproximação, diante de um modo de vida bilateral ainda imperfeito? Qual seria, então, o contexto que passou a influenciar as relações bilaterais a partir dos anos 1940? Como as flutuações conjunturais internas e as crises bilaterais

influenciaram na relação entre esses países? Qual a relevância do sentimento nacional em moldar a experiência brasileiro-venezuelana na realidade sul-americana? Como o contexto de Guerra Fria interferiu nas relações bilaterais de Brasil e Venezuela?

Para os períodos 1963-1968, “Suspensão e reatamento”, e 1969-1978, “O entendimento no horizonte”, as fontes primárias das chancelarias mostraram-se mais abundantes e variadas em termos de abordagens e temáticas, sendo assim priorizadas. Manteve-se, todavia, o padrão de utilizar fontes secundárias, livros e artigos de jornal da Venezuela e do Brasil, para “colorir” a paisagem interna e internacional envolvendo os dois países.

Outras questões orientadoras se colocaram: houve mudanças na política exterior com as mudanças de regime político ao longo das gerações de contatos entre brasileiros e venezuelanos? Quais problemas, imagens negativas, incompatibilidades identitárias e interesses conflitantes assombraram as relações Brasil-Venezuela? Quais receios e medos se interpuseram entre os dois países e criaram “nós górdios” em suas relações bilaterais? Quais as consequências históricas da “ruptura” entre Brasil e Venezuela? Como o “fantasma do ressentimento” tornou-se elemento constitutivo e estruturante na complexa trama das relações bilaterais desses países?

Nos períodos 1979-1997 e 1998-2010 as fontes primárias foram gradativamente cedendo terreno para outras fontes. Paulatinamente, os telegramas secretos e confidenciais foram dando lugar a documentos ostensivos, crescendo em importância os artigos de jornais e revistas brasileiros e venezuelanos da época, assim como os estudos especializados, como referências para “as margens do adensamento” e o “sentido da parceria”. Vale reforçar que para o período 1989 - 2010 já não havia fontes primárias disponíveis.

Algumas dúvidas continuavam animando a pesquisa, tais como: qual o papel desempenhado pelo petróleo e pelas forças econômicas na aproximação ou no afastamento entre Brasil e Venezuela? Quais as motivações de Brasil e Venezuela em voltar-se para a fronteira e estimular um tipo especial de relações bilaterais? Qual era a verdadeira disposição governamental de ambos em cooperar para alcançar o entendimento bilateral? Como funcionaram as ondas de adensamento bilateral que permitiram uma “aproximação definitiva” entre Brasil e Venezuela?

Como uma metodologia auxiliar, utilizou-se a história oral e o recurso à memória de intelectuais venezuelanos, envolvidos com as relações internacionais de seu país, para

complementar as fontes primárias, ostensivas e secundárias. Foram entrevistados os professores Carlos Romero, Alejandro Mendible, Francine Jacome e Elza Cardozo, cujos depoimentos alicerçaram a construção do argumento da tese e forneceram percepções sobre motivações e constrangimentos nas relações bilaterais entre Venezuela e Brasil.

Com esse recurso, procurou-se delir as visões deturpadas, as noções enviesadas e as análises superficiais acerca do envolvimento internacional entre Brasil e Venezuela.

Da mesma maneira, para ampliar a compreensão do tempo presente e explicar com mais propriedade alguns aspectos quase “místicos” da realidade venezuelana, associados à imagem de Hugo Chávez, optou-se metodologicamente por uma análise da *longue durée*, dos primórdios das relações bilaterais no século 19 à primeira década do século 21. Partiu-se do pressuposto de que havia um profundo desconhecimento do passado comum, assim como uma tendência a reduzir a compreensão das relações bilaterais ao momento atual e ao que realizaram os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez,

Por isso, atribui-se relevância ao resgate da formação histórica e identitária do Estado venezuelano e sua intersecção com a história das relações internacionais do Brasil, configurado no objetivo principal desta tese de produzir uma síntese histórica sobre a construção da parceria bilateral Brasil-Venezuela entre 1810 e 2010.

Nesse sentido, o constructo forjado a partir das pesquisas e reflexões ao longo da trajetória da tese, assumiu como argumento central a conformação de uma “parceria relutante” entre os dois países. Portanto, a ideia fundamental que dá alma a esta tese é que existe uma parceria entre Brasil e Venezuela que se caracteriza ao longo do tempo pela “relutância”.

Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, as definições dos principais termos correspondentes seriam: a) *Relutância*: “ato ou efeito de relutar; relutação; qualidade de relutante; resistência, oposição, aversão; b) *Relutar*: “oferecer resistência; opor força; resistir”; c) *Parceria*: reunião de pessoas para um fim de interesse comum; contrato que formaliza tal sistema e estipula suas condições; d) *Parceiro*: “igual, semelhante, parêlo, par; sócio; cúmplice; companheiro; aquele com quem se joga”.⁶

⁶FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI*: O dicionário da língua portuguesa; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1499; 1737-1738.

As definições acima se referem a qualidades comuns à vida humana e que, só a partir da intervenção do historiador das relações internacionais, pela conformação de metáforas vivas, passam a descrever a realidade da vida internacional entre Estados.

Assim, relutância e parceria passam a ser qualidades inerentes aos arranjos cooperativos internacionais e parte constitutiva de algumas associações e alianças entre nações, marcando a construção e a manifestação histórica de políticas multilaterais e bilaterais.

Especificamente, “relutância” se refere às dificuldades e medos envolvidos nos cálculos do Homem de Estado: de mudar ou fazer ajustes estratégicos na política externa de um país; de continuar seguindo determinado caminho, em razão do conjunto de forças que operam no sistema de decisão; de avançar contra o desconhecido, temendo as surpresas e as contingências históricas das relações internacionais; do ressentimento mútuo que se perpetua ao longo do tempo e das gerações.

Já a noção de “parceria” concerne à diversificação dos contatos exteriores e prima pela sintonia de aspirações nos planos nacional e internacional. Além disso, implica convergência de esforços com vistas à concretização de objetivos comuns, respaldados pelo diálogo de alto nível, por um dinamismo construtor, pela cooperação ativa e uma visão de mundo convergente. São alguns dos atributos de uma parceria internacional que pode, ou não, vir a ser uma parceria estratégica, tipo especial em que imperam ganhos substantivos para o desenvolvimento das nações.⁷

O “conceito” em história das relações internacionais desempenha o papel relevante de trazer à tona certas questões fundamentais para a análise do objeto de estudo. Da mesma forma, conceitos-chave são um dos elementos que dão força vital a uma escola de pensamento. Neste caso, o conceito de “parceria relutante” possui uma carga explicativa ambivalente e foi criado com base em uma tradição de estudos bilaterais na área da história das relações internacionais.

O conceito, ao mesmo tempo em que cria raízes no tempo e no espaço, sendo a representação de um lugar e de um momento histórico, consegue acoplar-se ao tempo

⁷ BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008. CERVO, Amado Luiz. *Formação dos conceitos brasileiros*. 2008. LESSA, Antônio Carlos. Brazil's strategic partnership: na assessment of the Lula era (2003-2010). *Rev. Bras. Pol. Int.* 53 (special edition): 115-131 [2010].

histórico e viajar “além do horizonte do que se obteve até o momento” ou ainda “adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de sentido”, como explica Russen. Logo, o conceito de “parceria relutante” é transitório diante da força transformadora do tempo e das chances de superação atreladas ao futuro.⁸

Com respeito ao papel social da ideia, aprecia-se o seu impacto no campo de estudo das relações internacionais no Brasil. Por exemplo, a institucionalização da Escola Inglesa na década de 1980 só foi possível pela tomada de consciência do avanço empreendido a partir do conceito de “sociedade internacional”. Logo, a identidade de uma escola de pensamento está vinculada aos conceitos por ela desenvolvidos e aprimorados.⁹

Assim, ao conceber a existência de um “grupo de Brasília” ou mesmo de uma “escola de Brasília” de estudos sobre as Relações Internacionais percebe-se que uma das principais ferramentas conceituais que vem animando pesquisas e servindo de referência aos estudos das relações internacionais do Brasil é a ideia de *parceria*, em suas diversas acepções e aplicações.¹⁰

Portanto, uma “parceria relutante” torna-se tanto uma categoria de análise, que abarca as condições históricas das relações entre Brasil e Venezuela, quanto um conceito vinculado a uma linha de trabalho sobre estudos bilaterais no campo das relações internacionais no Brasil. De acordo com Lessa: “A construção de parcerias estratégicas foi entendida pela análise histórica como um fenômeno recorrente nas relações internacionais do Brasil e, por isso, motivou a investigação sistemática sobre a sua qualidade e intensidade”.¹¹

É interessante notar que estas duas tendências, “parceria” e “relutância”, dentro das políticas exteriores de Brasil e Venezuela e na configuração das relações bilaterais entre os dois vizinhos, não operam ciclicamente, mas, algumas vezes, de maneira simultânea. Por isso, a história das relações Brasil e Venezuela é a história de uma “parceria relutante”.

⁸ RUSEN, Jorn. *História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007. p. 58-60.

⁹SARAIVA, José Flávio S. (org). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005. p. 294-295.

¹⁰ BERNAL-MEZA, Raúl. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005. p. 294-295.

¹¹LESSA, Antonio Carlos. “A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 457-491.

Para esta tese, o conceito de “parceria relutante” abarca tanto a conformação de alianças entres governos, a integração bilateral em diferentes setores como infra-estrutura e energia, as aproximações entre as sociedades, os encontros dos habitantes fronteiriços, os entendimentos em termos de diálogo político, a superação de situações críticas, o adensamento das relações econômicas; como também refere-se às dificuldades e óbices à aproximação bilateral, as imagens geopolíticas e visões dissonantes, os receios da grandeza e do engrandecimento do outro, os ressentimentos adormecidos e latentes, os desejos revisionistas e de superioridade.

Não obstante, parte-se do pressuposto que a “relutância”, mais do que caracterizar um fatalismo histórico ou a repetição cíclica de conflitos permanentes, refere-se a um estado transitório e remete a um horizonte diferente de expectativas para ao futuro. Assim, como aconselha Amado Cervo, dentre as características observadas na gênese, significação e alcance operacional de um conceito deve estar a “*inclusion of a positive message*”.¹²

Em face do exposto, a tese foi dividida em duas partes: “A construção histórica da parceria” e “A manifestação histórica da parceria”, contendo três capítulos cada uma delas, nos quais foram examinados os seguintes aspectos dos dois países: a) contexto internacional e seus constrangimentos, b) a conformação da realidade social interna, com ênfase nos regimes políticos e políticas econômicas; c) princípios orientadores de política exterior; d) ideias, valores e ideologias prevaletentes. Além disso, uma questão metodológica de fundo permeou as análises de cada capítulo: quais lições históricas poderiam ser extraídas das relações Brasil-Venezuela (1810-2010) para o estudo das relações internacionais?

A gênese da parceria brasileiro-venezuelana se encontra na primeira parte da tese, “A construção histórica da parceria”. No capítulo 1, “Modo de vida bilateral (1810-1940)”, enfoca-se a constituição do “barco das relações bilaterais”, a estrutura fundamental que carrega os dois países pelo rio da história. No capítulo 2, “O curso da ruptura (1940-1962)”, descrevem-se os processos de deterioração das relações Brasil-Venezuela em torno da baixa profundidade dos contatos, das flutuações conjunturais e do advento da doutrina Betancourt. No Capítulo 3, “Suspensão e reatamento (1963-1968)”, examina-se de forma minuciosa o evento que se tornou um divisor de águas das relações bilaterais.

¹² CERVO, Amado Luiz. “Concepts of international relations”. In SARAIVA, José Flávio Sombra. *Concepts, history and theories of international relations for the 21st Century: regional and national approaches*. Fortaleza/Brasília: Premium/IBRI, 2010. p. 63. KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 116.

A cristalização da parceria se encontra na segunda parte da tese, também dividida em três capítulos. O capítulo 4, “Entendimento no horizonte (1969-1978)”, discute o aprendizado mútuo, as múltiplas convergências e a desconstrução de rivalidades como processos que levaram ao entendimento entre Brasil e Venezuela. No capítulo 5, “As margens do adensamento (1979-1997)”, discutem-se a influência da democratização, das relações fronteiriças, da densidade histórica e das ondas, na delimitação dos parâmetros renovados de interação entre Brasil e Venezuela. Por último, o sexto capítulo, “O sentido da parceria (1998-2010)”, trata do aparecimento de Hugo Chávez no horizonte da política exterior do Brasil, da constituição da aliança estratégica e dos limites da parceria bilateral.

PARTE I

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA PARCERIA (1810-1968)

“se não conhecermos a história de outro povo, não entenderemos seus valores, seus medos e suas esperanças, tampouco saberemos como reagirão a algo que se faça” (Margaret Macmillan).¹³

¹³ MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 176

Capítulo 1

O modo de vida bilateral (1810-1940)

“Dans la société, Il est vrai, tous les ages sont mêlés, toutes les transitions sont continues, les generations ne se placent pas bout à bout comme un tableau genealogique” (Daniel Milo)¹⁴

“O Império do Brasil [...] é uma das garantias mais poderosas que receberam as Repúblicas da América, na corrida por sua independência” (Simón Bolívar)

“No Brasil se a marcha é lenta, o resultado é seguro”
(A.C. Tavares Bastos)¹⁵

A história das relações Brasil-Venezuela possui uma origem que remonta ao século 19 e à constituição de uma nova ordem internacional a partir de 1815, especialmente às transformações na estrutura do sistema colonial americano.

Reside neste primeiro capítulo um aspecto importante para elucidar o surgimento da parceria brasileiro-venezuelana nas relações internacionais: o estabelecimento de laços primordiais entre os dois países e a perpetuação de uma herança compartilhada que foi gestada pela primeira geração de contatos bilaterais ainda no século 19.

Portanto, o objetivo deste capítulo é compreender a gestação do modo de vida bilateral das relações Brasil-Venezuela a partir das primeiras gerações de contatos internacionais entre brasileiros e venezuelanos, na perspectiva da história das relações internacionais.

Para tanto, o primeiro capítulo foi dividido em três partes principais. Na primeira parte se discute o contexto internacional que dá origem ao Estado venezuelano, a formação

¹⁴ MILO, Daniel. *Trahir Le temps*. Paris: Hachete, Pluriel, 1991.

¹⁵ TAVARES BASTOS, A. C. *O Valle do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas*. 2 edição. SP/RJ: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 14.

histórica da Venezuela, seus aspectos políticos, econômicos e sociais; enfocam-se as derivações do processo revolucionário para os contatos entre venezuelanos e brasileiros, a evolução política pós-revolucionária venezuelana (1830-1899), e as raízes ideacionais da identidade internacional da Venezuela.

A segunda parte do primeiro capítulo trata especificamente dos contatos das primeiras gerações entre Brasil e Venezuela, aportando os vestígios de uma política exterior na Venezuela (1810-1830); a germinação das relações Brasil-Venezuela entre 1822 e 1842; a definidora missão de Miguel Maria Lisboa entre 1842 e 1852; o processo de conformação do Tratado de 1859, que envolveu a internacionalização do Rio Amazonas, o choque de princípios negociadores e o resultado das negociações; por fim, o revisionismo venezuelano que afetou as relações com o Brasil.

A terceira parte apresenta o entrelaçamento bilateral entre Brasil e Venezuela, pela maior latitude que se dá ao interamericanismo; pelas gestões de Manoel de Oliveira Lima em Caracas entre 1904 e 1906; com os novos ventos estratégicos do petróleo, das rivalidades e intervenções estrangeiras; e com o encaminhamento do *modus vivendi* brasileiro-venezuelano nos anos 1940.

1.1. Venezuela: contextualizações históricas

“para las comunidades es trascendental conocerse a si mismas”
(Salcedo-Bastardo).

Quais as origens políticas e sociais do vizinho brasileiro ao norte da América do Sul e qual é a essência histórica dos venezuelanos que caracterizam parte de sua identidade internacional e de sua autoimagem internacional?

As origens sociais da Venezuela remontam ao período colonial, quando se conformou uma estrutura altamente estratificada pela cor da pele. A hierarquia social nos tempos coloniais era formada pelos *peninsulares* (brancos nascidos na Península Ibérica autorizados a exercer altos cargos administrativos e eclesiásticos); *criollos* (brancos ibéricos nascidos no novo mundo que constituíam o grupo econômico mais forte e com maior nível educacional), *canários* (espanhóis brancos, com menor nível educacional, que trabalhavam como supervisores das *plantations* e em trabalhos manuais); *pardos* (maior grupo étnico com

limitado acesso à educação, mas donos da maioria do comércio, agricultura e indústria manufatureira); *índios* (protegidos contra o aprisionamento desde 1542, tornaram-se um grupo marginalizado); *negros* (classe social mais baixa que serviu como força de trabalho nas *haciendas* no cultivo de produtos agrícolas).¹⁶

As raízes políticas remontam a 8 de dezembro de 1776 quando o Rei da Espanha, Carlos III, delimitou a *Real Intendencia de Caracas* que seria constituída pelas províncias de Venezuela, Cumaná, Guyana, Maracaibo e ilhas Margarita e Trinidad. A partir de 1777, a Capitania Geral de Venezuela seguiria definitivamente separada dos Vice-Reinados de Nova Granada e de Santa Fé e da Audiência de Santo Domingo, instituições coloniais que controlavam as províncias originárias do que mais tarde seria de fato a Venezuela.

Para Salcedo-Bastardo, as Intendências obtiveram sucesso político e administrativo nas Américas, cumprindo atribuições de comércio, portos, tributos, agricultura e adjudicação de terras aos índios; administração das missões, venda de terras reais, combate ao contrabando e provimento e logística militar. O intendente tinha poder, de fato, maior que vice-reis e capitães-gerais, ainda que estes últimos fossem formalmente os representantes do Rei na colônia.¹⁷

As Intendências propiciaram a constituição de uma autarquia em cada unidade colonial, bem como facilitaram a ascensão do grupo dos *criollos* como principal classe política envolvida no processo de independência.

Dessa forma, a gênese das nacionalidades hispano-americanas foi forjada no encontro entre as sociedades implantadas e as tradicionais: pelo desenvolvimento de uma dinâmica econômica própria, que fornecia meios para a eclosão de elites sociais; pela absorção e adaptação de ideias revolucionárias ou, pelo menos, contrárias às estabelecidas pela metrópole; e pela aglutinação dos diferentes grupos étnicos em torno de um projeto de libertação nacional.¹⁸

Na Venezuela, seis intendentess se sucederam entre 1776 e 1809 e tiveram que lidar com as forças profundas demográficas, econômicas e ideológicas que se instalavam e

¹⁶ TARVER, H. Micheal e FREDERICK, Julia C. *The History of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 44.

¹⁷ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. p. 126.

¹⁸ DAMAS, Germán Carrera. *Uma nação chamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2006.

preparavam o processo de independência sul-americano. Assim, em meados do século 18, os ventos do declínio do Império Espanhol começavam a soprar com mais força.

Entre a Paz de Vestfália (1648) e o Tratado de Utrecht (1714), uma nova configuração de poder eclodiu na Europa. Inglaterra e Holanda tornaram-se o centro dos conhecimentos científico, técnico, bancário, industrial e marítimo. No outro espectro, encontrava-se a França de Luis XIV disposta a empreender uma campanha pela hegemonia Bourbon-habsburgo, assumindo aspirações que antes estavam ligadas às coroas espanhola e austríaca. A tentativa de hegemonia de Luis XIV foi quebrada por uma coalizão de Estados amparados pelo princípio do equilíbrio de poder, e que deveria evitar o excessivo acúmulo de poder, garantir a independência de grandes e pequenos e preservar a paz do sistema.

Ao mesmo tempo, no Novo Mundo, a superestrutura imperial erigida por portugueses e espanhóis dava sinais de erosão e as colônias ali estabelecidas, segundo Adam Watson, “moviam-se, na prática, permanentemente na direção da extremidade de nossa escala onde se situam as independências”.¹⁹

O Tratado de Madri, de 1750, foi a réplica ibérica às interferências estrangeiras no Novo Mundo. Determinava-se a formação de comissões de limites que *in loci* estabeleceriam com maior precisão os domínios português e espanhol, afugentando as incursões estrangeiras e garantindo que soluções jurídicas fossem favoráveis a eles. A iniciativa suscitou expedições que levaram a um melhor conhecimento do alto Orinoco e do Amazonas, regiões impenetráveis do novo mundo sul-americano.²⁰

Contudo, as primitivas fronteiras entre Brasil e Venezuela continuavam abertas e indefinidas. A perda de controle da coroa espanhola sobre suas possessões gerou uma série de reformas institucionais para gerenciar as colônias hispano-americanas. As chamadas reformas

¹⁹ WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Ed. UnB, 2004. p. 310.

²⁰ Vale ressaltar que um dos resultados obtidos pelo diplomata luso-brasileiro Alexandre de Gusmão, nas negociações do Tratado de Madri, foi ter garantido a Portugal a posse de importantes regiões da Amazônia. Alguns artigos do Tratado de Madri dão sinais quanto às origens fronteiriças de Brasil e Venezuela: “pertencerá à Coroa de Portugal tudo o que tem ocupado pelo rio das Amazonas, ou Marañon, acima e o terreno de ambas as margens deste rio até as paragens que abaixo se dirão” (artigo III); continuará a fronteira até encontrar a origem principal e cabeceiras do rio Negro” (artigo IV), “o rio chamado Madeira, que entra no das Amazonas ou Marañon, pela sua margem austral” (artigo VII), “ao rumo do norte, até encontrar o alto da Cordilheira de Montes, que mediam entre o Orinoco e o das Amazonas ou Marañon” (artigo IX); e “pelo que toca aos cumes da cordilheira, que hão de servir de raia entre o rio das Amazonas e o Orinoco, pertencerão a Espanha todas as vertentes, que caírem para o Orinoco, e a Portugal, todas as que caírem para o rio das Amazonas ou Marañon” (Artigo XVIII). In GARCIA, Eugênio Vargas (org). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 44-56.

bourbônicas criaram novas unidades organizativas, estabeleceram novas instituições administrativas e fizeram adotar novas práticas e procedimentos com relação à burocracia do dia a dia na América espanhola.

Carlos III estava preocupado em organizar a defesa dos territórios situados ao sul da Venezuela contra possíveis planos portugueses e franceses de invasão da área. De fato, Portugal estabelecera, em 1755, a Companhia do Grão-Pará e Maranhão para reforçar sua presença na Amazônia.

Como um destino comum a todos os impérios, o colapso espanhol reluzia no horizonte como inevitável. Heredia aponta cinco causas principais para o perecimento do Império Espanhol: a aliança luso-inglesa, que facilitou o comércio ilegal e a penetração britânica nas zonas de exclusivo colonial espanholas, fraturando o pacto colonial hispano-americano; a emancipação das treze colônias da América do Norte e o avanço expansionista dos Estados Unidos sobre os domínios espanhóis; o choque religioso entre católicos e protestantes no Novo Mundo; as disputas fronteiriças com os portugueses, especialmente na região do Rio da Prata; e a derrota, junto com franceses, na Batalha de Trafalgar em 1805.²¹

O pêndulo de poder atingiu a extremidade na política internacional com a invasão napoleônica da Península Ibérica. Nenhum poder se opunha, no continente, a Napoleão e esse fato empurrou, quase que inevitavelmente, os espanhóis a abraçarem uma aliança com os ingleses, o que retirou o controle espanhol sobre os rumos de seu império ultramarino a partir de 1808. Segundo Heredia, “*Trafalgar significo, nada más y nada menos, que el colapso definitivo de la presencia protagónica de España en el mar*”.²²

O contexto histórico parecia propício aos levantes de 1810 que definiram a sorte da Espanha e de suas possessões americanas; e o sistema internacional, ordenado pelas grandes potências europeias, seria o *lócus* no qual as novas nações buscariam se inserir para adquirir uma identidade internacional própria.

A transformação em curso nas relações internacionais marcava a passagem de um sistema de equilíbrio de poder para um sistema internacional revolucionário. Como lembra Martin Wight, “revoluções internacionais geram guerras revolucionárias” e o período de 1792

²¹ HEREDIA, Edmundo Aníbal. *Relaciones internacionales latinoamericanas: gestación y nacimiento*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2006. p. 19-46.

²² Idem. p.23

a 1871 teria sido um período revolucionário do sistema internacional, o que contribuiu decisivamente para o remodelamento do desenho político e ideológico do mundo.²³

Nesse contexto histórico, a Venezuela constituiu-se no seio das revoluções hispano-americanas de independência e Caracas seria o epicentro revolucionário nas Américas. Os anos de 1810-1811 formam o biênio-chave de sua história, pois foi o momento em que se organizou o eixo revolucionário que colocaria o país nos rumos da autonomia e da independência política.

Assim, o desmonte do edifício colonial se iniciara com as lutas independentistas, ancoradas na desagregação do Império Espanhol, nos descontentamentos manifestos de vários grupos sociais da Colônia e na disseminação dos ideais de liberdade e igualdade emanados das revoluções nos Estados Unidos (1776) e na França (1779).²⁴

Em 19 de abril de 1810 eclodiu a “Revolução da Sexta-Feira Santa”. Com um caráter não personalista, colocou-se no poder em Caracas uma junta de vinte e três membros. Assim, no começo, a revolução “*no tiene cabeza visible ni oculta, no hay voluntad ni un sujeto dominantes*”.²⁵

A missão era substituir os representantes definidos pelo Rei de Espanha para cada uma das províncias. Em vários lugares do país, as autoridades realistas renunciaram sem oposição, como o Capitão-Geral que estava em Caracas, legitimando o poder da Junta Suprema.²⁶

Simón Bolívar, filho da aristocracia, encontrava-se na sua fase de formação, de constituição do caráter nas viagens pelo mundo e pelos livros, fontes de seu rico conhecimento da vida. Bolívar recebeu na Europa grande parte dos ensinamentos teóricos e práticos, e aproveitou sua estada no “velho mundo” para vivenciar as transformações pós-revolucionárias de suas sociedades. Teve como preceptor Simón Rodríguez, um discípulo de Rousseau, que o colocou no caminho dos ideais libertadores. Ademais, conviveu e aprendeu muito com o notório jus-internacionalista Andrés Bello, companheiro na empreitada emancipacionista da América.

²³ WIGHT, Martin. *A política do poder*. Coleção Clássicos IPRI. São Paulo/Brasília: Ed. UnB, 2002. p. 81.

²⁴ DONGHI, Tulio Halperin. *História da América Latina* 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975. p. 40.

²⁵ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. p. 238.

²⁶ DONGHI, op. cit., p. 66.

A personalidade bolivariana ganhou contornos morais, articulados pela ética e pela valorização das virtudes individuais. Deriva dessa personalidade um conjunto de princípios quase inflexíveis, como liberdades civis, direitos da sociedade, honradez administrativa, intransigência contra a corrupção, rigor contra as fraudes e desvios políticos e econômicos. Busca, enfim, a glória em suas ações para construir uma pátria harmônica que fosse pautada pela democracia, justiça, soberania e liberdade.

Um instante que marcou sua passagem pela Europa foi o romântico juramento feito sobre o monte Aventino, na Itália. Mirando as ruínas do Império Romano, imaginava Bolívar as ruínas do similar espanhol e o futuro de sua terra natal na América do Sul. Era a morte simbólica do *criollo* abastado e o nascimento do americanista.

Voltou à terra natal, onde fez da sua impaciência uma arma contra a inércia colonialista, passando a enfrentar desde espanhóis e patrícios reacionários, até a força da natureza, para levar adiante a revolução libertadora. Paradoxalmente, para Bolívar, a consciência revolucionária responsável por assegurar a liberdade da nova América espanhola, que deveria ser virtuosa nos governantes republicanos, adquiriu ao longo das lutas de libertação um matiz autoritário, mas “de um autoritarismo que não cairia no arbítrio pessoal porque seria guiado pela virtude”, explica Donghi.²⁷

O Libertador deixaria como legado um conceito de americanidade, uma noção de projeção integradora, traços de um ser político ético, um modelo de liderança política, e os fundamentos filosóficos da unificação regional. Sem dúvida, elementos de referência para as gerações futuras de governantes venezuelanos e latino-americanos.

Antes de perpetuar-se como referência às gerações vindouras, Bolívar enfrentou o desafio da emancipação colonial. O sucesso da empreitada revolucionária na América do Sul não foi imediato, pois os venezuelanos tiveram que encarar o desinteresse da oligarquia cacaueteira, que tinha os recursos para financiar o movimento, bem como enfrentaram resistências internas, nas zonas central e ocidental do país, e a resistência externa da Espanha.

Como forma de neutralizar essas resistências, Bolívar viajou a Londres, onde precocemente procurou esclarecer os planos de criação de uma Confederação de Povos Americanos esperando contar com a aquiescência britânica.

²⁷ DONGHI. op. cit, p. 84.

Ao seu lado, viajava o “intelectual” Andrés Bello, considerado um grande internacionalista e exímio gramático venezuelano. Bello passara dezenove anos em Londres auscultando as forças auspiciosas ao projeto revolucionário liderado por Bolívar. Enquanto cumpria sua missão revolucionária, tornou-se secretário da legação da Grã-Colômbia e depois do Chile, na capital britânica e, já como oficial da Secretaria de Relações Exteriores chilena, mudou-se para Santiago em 1829.

Bello imaginara os meios jurídicos mais sensatos da união continental. Em algumas de suas palavras reflete-se o pensamento sobre os rumos da política internacional americana, que percebia como fragmentada, mas com possibilidade de associação entre os jovens Estados: “*apenas damos un momento de atención a ventajas seguras, que podemos facilmente efectuar, entendiéndonos amistosamente, y arrostrando las controversias y desavenencias internacionales com un espíritu fraternal y conciliatório*”.²⁸

Destacou-se pelos escritos sobre direito internacional, direito interamericano e por seus estudos sobre linguística e a formação de uma linguagem hispano-americana. Foi considerado em sua época um “*libertador del espíritu*”, no qual predominava a preocupação institucionalista: “*piensa que sin orden y sin normas no es posible la vida social; su esfuerzo es sobresaliente en el campo del Derecho*”, comentou Salcedo-Bastardo.²⁹

Sabiam os revolucionários venezuelanos, contudo, que a diplomacia não era suficiente e, por isso, Bolívar partiu da capital da Inglaterra, em 21 de agosto de 1810, tendo a seu lado Francisco de Miranda, para empreender a campanha militar.

Poderia se dizer que a primeira projeção rumo à afirmação nacional se deu com a entrada em cena do Precursor, o caraquenho Dom Francisco de Miranda. Integrante das milícias reais espanholas, lutou na África contra os mouros e na independência estadunidense. Abrigou-se em Londres em 1785 e percorreu diferentes países europeus, com sede de aprender com os outros povos do mundo. Em 1789, encontrou-se com amigos

²⁸ SALCEDO-BASTARDO, J.L. *Bolívar: un continente y un destino*. 14ª edición revisada. Caracas: Academia Nacional de la História, 2007. p. 314.

²⁹ Chama atenção o fato de Andrés Bello ter se correspondido ativamente com Miguel Maria Lisboa, diplomata brasileiro que seria responsável por estabelecer as bases das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela. Entre os protagonistas da revolução, talvez tenha sido o menos lembrado ou, talvez, o menos acessado pelos governantes venezuelanos na história do país. Parece que a sombra do militarismo obscurece a atuação de intelectuais natos, que não tiveram envolvimento direto com as lutas revolucionárias. Nesse caso, as referências mais constantes a Miranda e Bolívar nos discursos de presidentes e congressistas venezuelanos reforçariam essa hipótese. SALCEDO-BASTARDO, *Bolívar...*, op. cit., 314.

girondinos em plena agitação revolucionária na França, participando ativamente daquele momento histórico.

Contudo, Miranda não se atrevia a chamar de pátria uma América do Sul dominada pelas potências colonialistas. Transitava entre Londres, Filadélfia e Nova York, decidido a promover a libertação da América Hispânica.

Em 1804, Miranda fomentou um plano de ataque ao Império Espanhol na América que contaria com o respaldo inglês. Seguiu seu sonho em 1806 com duas tentativas frustradas de desembarcar no norte da América do Sul, saindo do Haiti (12 de março) e de Trindade (1º de agosto). Como conta Salcedo-Bastardo, “*nadie se le suma; la gelidez del recibimiento lo desconcierta; en los diez días que allí permanece no acomete ninguna acción audaz; sin que lo ataquen, emprende la retirada con sus mercenarios*”.³⁰

Miranda cumpriu seu papel de precursor da independência, deixando como legado um sistema mirandino de governo, um plano de independência e um conjunto de ideais de libertação para um grupo de seguidores dispostos a colocar em prática, a ferro e fogo, o plano maior de criação de uma poderosa federação hispano-americana.

Como lembra Donghi:

Francisco de Miranda [...] antes de fracassar como revolucionário em sua terra natal foi o mais conhecido dos exilados, divulgando pelo mundo a existência de um problema latino-americano, incitando as Grandes Potências a participarem das vantagens que a desagregação do império colonial haveria de trazer a todos os que tivessem ajudado a apressá-la.³¹

Bolívar e Miranda chegaram à Venezuela em cinco de dezembro de 1810. As tentativas de cooptação dos grupos internos e da população aos planos revolucionários se estenderam até março do ano seguinte, quando se instalou um novo congresso venezuelano. As discussões seguiram até 5 de julho de 1811, data em que Bolívar declarou a independência do país, criando a primeira República.

A guerra e as forças da natureza foram implacáveis, envolvendo o país em uma névoa de tragédias. A contingência histórica de um trágico terremoto, em 26 de março de 1812,

³⁰ SALCEDO-BASTARDO, *História...*, op. cit., p. 222.

³¹ DONGHI, op. cit., p.58.

abalou o ímpeto revolucionário e abriu caminho para a vitória das tropas legalistas. A importante base naval de Coro estava sob o comando do Capitão Monteverde, um dos líderes da contrarrevolução realista, que aproveitou a circunstância do terremoto e invadiu Caracas causando mais desolação e morte. Os ânimos foram solapados e alguns líderes como Miranda deixavam transparecer um discreto pessimismo quanto ao futuro da revolução na Venezuela e na América do Sul. A primeira república venezuelana viveu como uma experiência efêmera.³²

O imponderável, entretanto, atuou de maneira paradoxal. Como lembra Duroselle, as “forças naturais” têm um papel de detonador da ação humana com efeitos internacionais determinantes. Logo, o terremoto despertou a tomada de consciência do insuportável da situação de dominação colonial e encontrou eco no voluntarismo de Bolívar em liderar o movimento rumo à independência.³³

Bolívar reagrupou seu exército na Colômbia e, após algumas batalhas vitoriosas, retornou à Venezuela pela região dos Andes, recapturando as cidades de La Grita e Mérida. Com um novo estilo de comando da revolução, a partir de junho de 1813, declarou “guerra de vida ou morte” na luta pela emancipação e instaurou a Segunda República. Entretanto, as reviravoltas vieram no mesmo ano, quando Bolívar teve que enfrentar um forte opositor no campo de Batalha, José Tomás Boves, mercador e contrabandista espanhol amparado por desertores *llaneros*. Seguidas derrotas em 1814 empurraram as tropas patrióticas para fora da Venezuela e a Segunda República padeceu como um réquiem da primeira.³⁴

Fernando VII, recém-chegado ao trono em 1815, aproveitou o contexto da nova ordem internacional que emergia do Congresso de Viena para angariar forças contra a revolução no Novo Mundo. Para evitar que a Venezuela se tornasse uma fortaleza revolucionária na América hispânica e o paladino das políticas confederativa e integracionista, enviou a Caracas dez mil homens sob o comando do tenente-general Morilo para apagar definitivamente a chama revolucionária.

Refugiado na Jamaica, em 1815, Bolívar refinou suas críticas à “velha serpente” espanhola, um Império decadente. Mantendo vivo o ímpeto revolucionário, retornou em

³² Idem. p. 73.

³³ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

³⁴ TARVER, H. Michael e FREDERICK, Julia C. *The History of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

1816 para restabelecer suas forças. Rompeu com o ambiente aristocrático da capital, fomentou alianças com os agricultores e criadores de gado dos Andes, bem como com as populações tradicionais do litoral e das regiões de Cunamá e Margarita; e até com os *llaneros*, que o haviam rechaçado anteriormente. Firmou, então, uma decisiva aliança com um líder guerrilheiro dos *llanos*, o general José Antonio Páez, montando seu exército revolucionário com milhares de voluntários que iriam percorrer a América do Sul em prol da causa da libertação.

Nesse momento, a revolta liberal de 1820 contra o absolutismo de Fernando VII legitimou a ajuda britânica à revolução na América espanhola. Como afirmou Donghi, “de Miranda a Bolívar, os revolucionários tinham confiado numa ajuda britânica por causa da deterioração das relações entre Inglaterra e Espanha”.³⁵

Às margens do rio Orinoco, Bolívar solidificou a fortaleza da revolução, um Estado nascente que “deveria abarcar toda a parte setentrional da América do Sul e, graças a um sistema de alianças, exercer influência sobre o resto do continente”.³⁶ Com isso, Bolívar finca na história a ideia de uma Venezuela estratégica para o cenário geopolítico sul-americano por sua posição e dimensões territoriais.

A partir de então, Páez e Bolívar avançaram sobre o território venezuelano e derrotaram o Marechal Miguel de La Torre na Batalha de Carabobo, em 1821. Após a “campanha admirável”, seguiu para empreender a “campanha do sul” entre 1822 e 1826, tendo como braço-direito o general Antonio José de Sucre, na libertação de Equador, Peru e Bolívia.

Entretanto, o fim do período revolucionário não tranquilizou o Libertador. Ao contrário, pressentia os desafios à frente: “*Estamos sobre un abismo, o más bien sobre un volcán pronto a hacer su explosión*”.

Em 1830, a paisagem venezuelana era de devastação em razão da guerra que arruinara a aristocracia política e econômica. A retomada lenta se deu a partir de 1838, com um incremento das exportações de cacau, açúcar e, principalmente, café. Além disso, iniciara-se o controle do país por meio de chefes militares, como o General Páez, levando a crescentes

³⁵ DONGHI. op. cit., p. 79.

³⁶ Idem. p. 86.

descontentamentos no campo e nas cidades. Em consequência instalou-se uma oposição de cunho liberal como solução progressista, mas ainda autoritária, de governação do país.³⁷

Com a morte de Bolívar, em 1830, a história da Venezuela entra em um novo momento, definido por alguns estudiosos como a Era do Caudilhismo (1830-1899), no qual o vácuo de poder, gerado pelos vinte anos de lutas de independência e de afirmação nacional, demandou ou viabilizou a atuação de líderes fortes capazes de garantir a paz e a prosperidade do nascente país. Logo, o poder seria passado de um caudilho a outro de acordo com as circunstâncias políticas e econômicas do momento.³⁸

No final de 1830, uma constituição definiu o perfil do novo país, com ênfase no modelo democrático de representação popular, de um poder legislativo bicameral (Câmara e Senado) e de regras eleitorais mais claras. O presidente seria eleito para um mandato de quatro anos, mas não poderia ser reeleito para dois mandatos consecutivos. Os cidadãos eram os homens livres e os votantes, aqueles maiores de vinte e um anos. A escravidão permanecia como um ranço do antigo sistema colonial.

O primeiro capítulo dessa fase foi escrito pelo general José Antonio Páez, símbolo de um caudilhismo totalitário, que fundou a República de Venezuela e governou o país com pulso firme até 1848. Sob a égide da oligarquia conservadora, Páez se notabilizou pela forma personalista de exercer o poder, evitando a formação de agrupamentos políticos por achá-los desnecessários. Teve que enfrentar um país fragmentado, com perfil rural e forte identidade regional. Coube a Páez empreender um esforço de construção da nação venezuelana, pela estruturação burocrática e pela modernização, para liberar a economia do controle absoluto do Estado, relíquia do modelo colonial espanhol.

Além disso, ao deixar para trás o sonho unitarista de Bolívar, centralizou o poder em suas mãos para garantir que a fundação da República não se perdesse nas lutas intestinas de mais de duas décadas, garantindo que os rumos do país não fossem decididos pelo governo de Bogotá, mas sim por um governo autêntico venezuelano.³⁹

³⁷ VELÁSQUEZ, Ramón J. *La caída del liberalismo amarillo: tiempo y drama de Antonio Paredes*. Venezuela: Editorial Norma, 2005.

³⁸ SALCEDO-BASTARDO, *História...*, op. cit.

³⁹ A constituição grã-colombiana de 1821 favorecia um governo centralizado na cidade de Bogotá. A separação da Grã-Colômbia em Nova Granada e Venezuela, no final de 1830, alimentou o ímpeto nacionalista e separatista dos venezuelanos. TARVER E FREDERICK, op. cit., p. 62; VELÁSQUEZ, op. cit., p. 20-29.

As exportações de café e cacau respaldaram o governo de Páez, fazendo nascer uma elite comercial e burocrática que seria responsável por vincular as fontes externas de recursos e a produção nacional. Quando os preços dos produtos primários despencaram no mercado externo, Páez começou a perder seu controle político, possibilitando que da mesma base ideológica surgissem dois partidos, o liberal e o conservador, que representariam interesses distintos das elites.⁴⁰

Por volta de agosto de 1840, criou-se o partido liberal, encabeçado por Antonio Leocadio Guzmán, Tomás Lander e Felipe Larrazabao, em oposição ao partido conservador de Páez, José Maria Vargas e Carlos Soublette. A ideia era fundar um partido político verdadeiramente nacional que fosse a expressão do liberalismo e que aproveitasse o contexto interno adverso de crise econômica que assolava o país, para aglutinar antigos aristocratas e proprietários de terras insatisfeitos com a causa conservadora.

Curiosamente, em 1846, Páez escolheria como seu sucessor o liberal José Tadeo Monagas, acreditando que sua visão de mundo fosse se adequar ao do grande caudilho. Entretanto, Monagas retirou os conservadores do poder e enviou Páez para o exílio, iniciando um período ditatorial de dez anos.

Os irmãos José Tadeo Monagas (1847-51; 1855-58) e José Gregório Monagas (1851-55) comandaram o país sob a escaramuça liberal entre 1847 e 1858, assumindo uma posição nepotista, regionalista e de utilização do tráfico de influência durante suas gestões.

A crescente desordem econômica e financeira tornara-se solo fértil para a corrupção, o que iria gerar grande descontentamento entre diferentes grupos sociais. A reforma constitucional e a abolição da escravidão foram obscurecidas pelos problemas enfrentados durante as gestões dos irmãos Monagas, principalmente a redução da autonomia provincial que agravou as tensões com relação ao poder desigual de Caracas. Como consequência, em 1858 eclodiu o movimento “*unión de los venezolanos y olvido de lo pasado*”, que retirou do poder os Monagas.

A partir daí, a luta entre os caudilhos locais desembocaria na chamada Revolução Federal ou Guerra Federal. Encabeçada por liberais e paecistas (seguidores do General Páez), sob o comando do General Julián Castro, ganhou dimensões de guerra civil, alastrando-se por todo o país e se estendendo de março de 1858 até julho de 1863.

⁴⁰ TARVER E FREDERICK, op. cit., p. 61-75.

Nesse período, o país seria governado por alianças e maquinações políticas de curta duração. Julián Castro (1858-1859), Pedro Gual (1859-1861) e Manuel Felipe de Tovar (1860-1861) sucederam-se no poder até a volta do General Páez, em março de 1861, e sua articulação com o líder federalista Juan Crisostomo Falcón. Com a rendição dos centralistas (conservadores), mediante assinatura do Tratado de Coche, de abril de 1863, o espírito de uma guerra federal pela igualdade racial e social se perdeu nos debates retóricos, ao mesmo tempo em que o triunfo federalista foi meramente ideal.⁴¹

Caracas permanecia o vértice natural da organização republicana, estabelecida por uma aliança federal de interesses e natureza quase feudais. Entretanto, a partir de 1863, houve o estabelecimento de uma nova ordem de cunho liberal que duraria trinta e cinco anos (1864-1899). Esse período pode ser dividido em duas etapas: o liberalismo federalista (1864-68) e o liberalismo amarelo (1870-1899). O federalismo liberal ou “liberalismo amarelo” buscou reconstruir o país contra os oligarcas conservadores, tendo como base o partido liberal e como panfleto político o periódico “*El Venezolano*” para difundir de maneira eficaz os ideais liberais.⁴²

Em 1864, convocou-se uma Assembleia constituinte que aprofundou os elementos necessários para fazer da Venezuela um Estado federado e introduziu alguns dispositivos constitucionais necessários a tornar o país uma verdadeira república. O presidente Juan Crisóstomo Falcón teve que lidar com o forte sentimento regionalista de algumas províncias, como Guyana e Maracaibo, que abertamente desafiaram a autoridade de Caracas. Além disso, José Tadeo Monagas, que morreu ainda em 1867, iniciou a “*Revolución Azul*” que subjulgaria Falcón em 1868 e colocaria seu filho José Ruperto Monagas no poder depois de um golpe encampado pelos *azules*.

Mas em 1870, após um novo conflito interno, Guzmán Blanco, filho de Antonio Leocadio, foi conduzido ao poder para um governo de sete anos (1870-1877), que se estenderia por mais cinco anos (1879-1884), após subjugar Francisco Liñares Alcántara, e por mais dois anos após aclamação (1886-1888). Algumas reformas liberais foram levadas a cabo por Antonio Guzmán Blanco nas áreas econômica, educacional, de legislação penal, civil e mercantil, estímulo à emigração e abertura de estradas.⁴³

⁴¹ TARVER E FREDERICK, op. cit, p. 68.

⁴² VELASQUEZ, *La caída...*, op. cit., p. 33.

⁴³ Idem.

Nesse período de sua história, a Venezuela viveu sob a égide do caudilhismo, ou seja, sucessivas gerações de caudilhos, que tiveram que lidar de uma forma ou de outra com questões internacionais. Por “geração”, entende-se o conjunto de indivíduos que vivem a mesma época e compartilham ideias, valores e visões de mundo. Segundo Milo, as experiências individuais são múltiplas e diferenciadas, o que faz com que cada um seja parte de mais de uma geração.⁴⁴

Dessa forma, o conceito de “geração” é útil para compreender como saberes e tradições, que determinam a consistência dos laços entre as nações, são transmitidos ou deixam de ser transmitidos ao longo do tempo.

Ortega y Gasset aludia a uma noção sociocultural das gerações e sua dinâmica cíclica como um dos motores da história. O tempo abstrato da cronologia se diferencia do tempo vital individual, o que leva cada geração a pensar em seu próprio tempo como o único, adquirindo, em relação a outros tempos, condições de ascensão, declínio e dominância. Esse fato conduz, então, a “determinadas formas de conflito intergeracional”.⁴⁵

Portanto, a concorrência entre gerações de estadistas e decisores pode levar a descontinuidades políticas e estratégicas, enquanto estruturas organizacionais, institucionais e familiares criam fortes elos entre diferentes gerações, funcionando como forças de continuidade no tempo longo.

A primeira geração de contatos internacionais entre brasileiros e venezuelanos foi fruto das experiências individuais de diplomatas e estadistas, com a missão de gestar laços primordiais nos planos diplomático, político e econômico.

Pode-se afirmar que a gestação do modo de vida bilateral dependeu, na verdade, de algumas gerações de contatos bilaterais brasileiro-venezuelanos. Logo, a vivência individual colaborou com a construção de uma experiência compartilhada de conformação da parceria brasileiro-venezuelana, fazendo dos tempos individuais e coletivos parte de um processo de encontro de gerações.

⁴⁴ Diz-se que o tempo de cada geração é de aproximadamente 25 anos, mas Marc Bloch ensina que existem “gerações longas ou gerações curtas”. A obrigatoriedade é sim “de as gerações se interpenetrarem”. Ver BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. p. 152.

⁴⁵ ORTEGA Y GASSET, José. *La rebelión de las masas*. 25ª edición. Caracas: Espasa-calpe, 1986. p. 78. JAGUARIBE, Helio. “Prologo”. In ORTEGA Y GASSET, José. *Historia como sistema. Mirabeau ou o político*. Brasília: Ed Unb, 1982. p. 21-22.

1.2. Brasil e Venezuela: laços primordiais

Os laços primordiais entre Brasil e Venezuela podem ser averiguados a partir dos vestígios deixados por suas “políticas exteriores”, como as iniciativas da missão de Miguel Maria Lisboa e do tratado de 1859, bem como nas políticas revisionistas de fronteira, levadas adiante por uma nova geração disposta a repensar as relações bilaterais.

No Brasil, o advento da independência em 1822 e a criação, em separado, da Seção de Negócios Estrangeiros, sob a tutela de José Bonifácio, foram medidas que deram origem a uma política exterior brasileira. Diferentemente, na Venezuela, a partir de 1810, ou seja, ainda na fase revolucionária, visualizam-se alguns vestígios do que poderia ser considerada uma política feita pensando-se o exterior.

Apesar da turbulenta conformação histórica do Estado venezuelano, ao longo do século 19, como apresentado anteriormente, é possível identificar três características definidoras de uma política exterior: a internacionalização do movimento revolucionário, o tratamento dispensado às Grandes Potências e o contato com os vizinhos sul-americanos.

A revolução da Venezuela foi precursora, na linha temporal, da América hispânica e talvez a mais profunda em seus objetivos políticos, o que a fez modelo para as demais que viriam a eclodir no contexto regional. O Estado nascente aproveitou o movimento revolucionário, desencadeado em 19 de abril de 1810, como uma alavanca para a sua inserção internacional. Assim, Caracas poderia tanto fortalecer o próprio movimento em si, com novos adeptos e possíveis alianças, quanto difundir as bases ideológicas sobre as quais fora assentada a revolução.

Uma consequência dessa linha de se internacionalizar a revolução foi a participação ativa de estrangeiros em diferentes fases do movimento; voluntários irlandeses, franceses e até brasileiros, como o ilustre José Inácio de Abreu e Lima, lutaram no exército de Bolívar pela independência hispano-americana. Outra consequência foi a composição de blocos políticos de inspiração bolivariana, como a Grã-Colômbia.

A segunda linha de política exterior configurou-se com o tratamento dispensado às grandes potências da época. Com a Espanha, o clima era de total hostilidade e de irreconciliável trato diplomático, ilustrado na declaração de bloqueio dos portos venezuelanos e no envio contínuo de tropas realistas para contra-arrestar a revolução.

Com a França, unia-os os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa e a disposição de alguns franceses de participarem ativamente na empreitada bolivariana, apesar das incompatibilidades que surgiram com a política imperialista de Napoleão Bonaparte.

O eixo mais importante dessa linha foi, contudo, a equidistância pragmática com relação a dois grandes poderes da época, Estados Unidos e Grã-Bretanha. Devido à contenda que se avizinhava entre ingleses e americanos, parecia conveniente não assumir posições absolutas. Assim, a política pendular assumida por Caracas procurou aproveitar as disputas territoriais e comerciais entre as duas potências para obter o máximo de concessão desse jogo triangular.

Nos Estados Unidos, os venezuelanos puderam montar bases avançadas para buscar inspiração nos ideais da revolução americana de 1776, tramar incursões ao norte da América do Sul, negociar uma aliança com Washington e obter ajuda financeira para o movimento, bem como fazer irradiar seus próprios ideais emancipacionistas.

Com destino à Grã-Bretanha zarparou a missão venezuelana mais importante naquele momento, composta por Simón Bolívar, Luiz Lopes Mendes e Andrés Bello, que se encontraram em Londres com Francisco de Miranda, o Precursor, a fim de angariar apoio à causa maior da independência. O ministro britânico Castlereagh justificou a recepção da comitiva venezuelana afirmando que era mais conveniente, portanto preferível, que os venezuelanos fossem recebidos pelos ingleses e, assim, tivessem consideradas suas pretensões antes que “*lo hiciera Bonaparte*”. Nesse momento, a França napoleônica levantava-se como principal rival da Inglaterra, que temia a penetração francesa nas zonas de influência britânica no Novo Mundo.⁴⁶

De fato, as maiores prevenções britânicas estavam nas possíveis orientações pró-franceses dos revolucionários venezuelanos, pois a inteligência diplomática da época apontava a ação de agentes franceses em Caracas e suas conexões com o Caribe. A junta de Caracas, na ótica britânica, tinha uma pronunciada inclinação pelas causas napoleônicas e, de acordo com Heredia, os desígnios caraquenhos eram tidos como de absoluta independência da Espanha e de imersão, como consequência, na órbita francesa.⁴⁷

⁴⁶ HEREDIA, *Relaciones internacionales...*, op. cit., p. 136.

⁴⁷ Idem. p. 132-133.

Entretanto, o rechaço às pretensões napoleônicas foi ficando claro à medida que avançava a revolução encabeçada por Caracas. E não foi mera coincidência que os revolucionários caraquenhos tenham enviado as mais importantes figuras de seu movimento para negociar com a potência que naquele momento era senhora dos mares e continentes. Portanto, a missão de Bolívar procurou ressaltar que a Venezuela iria aderir sempre aos interesses gerais da América, estando “*pronta a enlazarse intimamente con todos los pueblos que resten inmunes a la usurpación francesa*”.⁴⁸

A preferência pela Inglaterra pareceu estar associada à situação privilegiada que possuía no âmbito político, diplomático e comercial nas Américas nas primeiras décadas do século 19 e, sobretudo, pelo controle sobre as comunicações entre a Europa e as Américas. Assim, “*los británicos pudieron conducir los primeros pasos con que los revolucionarios se encaminaron hacia el mundo exterior*”.⁴⁹

Para Heredia, Bolívar forjou o sonho independentista e integrador das revoluções não apenas na sombra protetora das grandes potências, mas por “*una inteligente visión de la situación internacional que ofrecía a la sazón una coyuntura favorable para la realización de sus proyectos emancipatorios*”. Todavia, essa complexa trama internacional que ligava as grandes potências europeias e os EUA não foi levada em conta nos cálculos estratégicos dos revolucionários venezuelanos que, de certa forma, mergulharam nos ideais românticos da independência e perderam uma boa posição de barganha nas negociações com os grandes.⁵⁰

A terceira linha de política exterior venezuelana concernia aos contatos com os vizinhos caribenhos e sul-americanos. A prioridade era a concertação política com Bogotá, Quito e Lima, os centros nevrálgicos da Espanha na América do Sul. Ademais, buscaram-se contatos com mexicanos e guatemaltecos para montar expedições libertadoras a Cuba e Porto Rico. Por fim, estabeleceram-se contatos com os vizinhos do sul, sobretudo os argentinos. Curiosamente, ao mesmo tempo em que a missão venezuelana partia para Londres, também um enviado portenho, Irygoñe, fora designado para seguir ao mesmo destino e com instruções muito similares.

⁴⁸ HEREDIA, *Relaciones internacionales...*, op. cit., p. 142; 150.

⁴⁹ Idem. p. 127.

⁵⁰ Idem. p. 127.

*sostener ante la poderosa potencia la justicia de la causa que habia conducido a la formación de los gobiernos propios, de señalar los vicios que arrastraba la dominación colonial y de obtener autorización para adquirir armas con qué defender por la fuerza la nueva situación.*⁵¹

Diferentemente dos venezuelanos, o portenho possuía em mãos uma denúncia contra os movimentos expansionistas do governo do Brasil, sob a regência de Dom João VI. De fato, o Brasil já era considerado um país de “*mucha gravitación*” no sistema interamericano de relações que emergia do contexto revolucionário e que preocupava pela sua capacidade de impor presença e de ameaçar as transformações que já estavam em curso na América do Sul.

O último vestígio histórico de uma linha de política exterior venezuelana, entre 1810 e 1830, refere-se às disposições estratégicas relativas ao Brasil. Caracas havia se tornado o epicentro de um movimento revolucionário de independentização, enquanto o Rio de Janeiro, desde 1808, tornara-se um dinâmico polo imperial nas Américas. Essa incompatibilidade marcou e seguiu interferindo com ruídos o contato entre os dois países.

Do seio da revolução caraquenha Miranda deu sinais de um plano para tornar o Brasil independente, pois acreditava que o governo português tinha deixado de exercer legitimamente o poder sobre sua colônia na América do Sul. Após a independência do Brasil, em 1822, as esperanças dos venezuelanos de se ter precocemente um Brasil republicano na América do Sul foram alimentados por figuras como José Bonifácio de Andrade e Silva, cuja ideia de americanismo comungava com a dos revolucionários venezuelanos:

o americanismo de José Bonifácio caracteriza-se pelo sentimento de unidade continental e pela consciência de compartilhar com o sistema americano de instituições liberais. O ideário explica o desejo de aproximação com a América, tanto para garantir a defesa comum do continente quanto para promover os interesses comuns, particularmente o comércio e as boas relações.⁵²

Além disso, os adversários de Dom Pedro I, dentre eles os chamados “patriotas de Pernambuco”, esperavam Bolívar em sua “campanha do Sul” para realizar o sonho republicano já tentado em 1817. Aqui, a figura de José Inácio de Abreu e Lima foi marcante,

⁵¹ Idem. p. 240.

⁵² CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008. p. 42.

uma vez que, deixando a conjuração pernambucana, partiu aos EUA e logo rumou para Caracas, onde ingressou no exército de libertação ao lado de Páez e Bolívar. Como lembra Salcedo-Bastardo “*el se bate con valentia por la libertad colombiana*”.⁵³

Outra gestão diplomática importante foi quanto ao convite a ser feito ao Brasil para participar do Congresso Anfictiônico do Panamá de 1826. Bolívar preferia excluir o gigante sul-americano, afirmando se tratar de um encontro hispano-americano de Repúblicas, características identitárias não presentes no Brasil da época.

De fato, as inclinações do Império do Brasil às potências conservadoras europeias, pelo menos do ponto de vista ideológico e político, geravam indisposições com a Venezuela. Para Salcedo-Bastardo, “*era ese régimen bastante afín a la Santa Alianza, por ello la exclusión bolivariana no era caprichosa*”.⁵⁴

Coube a Francisco de Paula Santander, sem o conhecimento de Bolívar, convidar o Brasil. O possível constrangimento do encontro entre países republicanos e o Brasil monárquico seria evitado pelas próprias restrições brasileiras à proposta de Bolívar. Coincidência ou não, como se verá mais adiante, o fato é que o representante brasileiro não conseguiu chegar a tempo para o Congresso do Panamá.

Por último, subsistiam entre a Venezuela de Bolívar e o Império indisposições que produziram um quadro de inseguranças mútuas. Por um lado, o Imperador do Brasil guardava uma posição enfática de neutralidade quanto ao empreendimento revolucionário venezuelano. Por outro, Bolívar fora incitado pelo General Sucre a intervir militarmente quando, em 1825, tropas brasileiras do Mato Grosso invadiram a província boliviana de Chiquitos. Além disso, os argentinos também pressionaram Bolívar a atacar o Império do Brasil:

*Hasta el altiplano boliviano suben los plenipotenciarios del Río de la Plata,
general Carlos de Alvear y doctor Miguel Díaz Vélez, quienes invitan al*

⁵³ José Inácio de Abreu e Lima tornou-se um inusitado elo espiritual e vínculo da aproximação entre Brasil e Venezuela. Seus feitos heróicos e sua conexão com o grande libertador Simón Bolívar foram preservados na memória coletiva, nos livros de história venezuelanos, e sua imagem ostentada nos belíssimos afrescos e pinturas do Panteão do Congresso Nacional em Caracas. O presidente brasileiro João Baptista Figueiredo chegou a qualificar Abreu e Lima de “vínculo imperecível entre os povos do Brasil e da Venezuela” e mandou doar um quadro do ilustre brasileiro para ser colocado no Salão Elíptico do Congresso Venezuelano em 1981. Ver Resenha de Política Exterior, n. 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE.

⁵⁴ A denominação “Império do Brasil” seguirá neste capítulo apenas como “Império”, quando o contexto histórico assim o definir. SALCEDO-BASTARDO, *Bolívar...* op. cit., 297.

*Libertador a pasar a Argentina para unidos, combatir al imperio de Pedro I.*⁵⁵

De fato, o período compreendido entre 1810 (ano das revoluções) e 1899 (ano da 1ª Conferência Interamericana) marcou a gestação sem nascimento das relações internacionais dos países sul-americanos. Como alerta Heredia, seria ilusório pensar num sistema “*de neto cuño hispanoamericano*”. Logo, é possível afirmar que se conformou um sistema fragmentado de relações internacionais sul-americanos no qual se inseriram os primeiros contatos entre Brasil e Venezuela.

Para a germinação das relações bilaterais foi essencial o caldo das controvérsias fronteiriças. De fato, as fronteiras entre os dois países mantinham-se sem delimitações e “*la linea fronteriza era un trazado difuso e impreciso, el cual corria sobre territorios naturales y en medio de una inmensidad practicamente virgen*”.⁵⁶

Entre 1819 e 1830, a Venezuela existiu como parte da Grã-Colômbia, que não conseguira estabelecer um acordo sobre os litígios territoriais com o Brasil. Isso porque os contatos diplomáticos “*no se producen en forma sistemática ni regular, debido a las difultades internas que confrontaban cada uno de los nuevos Estados*”.⁵⁷

Em suma, a questão das fronteiras, que carregava um baixo grau de antagonismo, manteve um alto grau de insegurança mútuo enquanto não foi resolvida. De qualquer forma, uma primeira geração de contatos de baixa densidade começou a ser estabelecida com encontros relevantes para o encaminhamento futuro das relações bilaterais.

Em 1822, o Império enviou um representante para tratar de assuntos políticos em Bogotá e, em 1824, recebeu convite para participar do Congresso Anfictiônico do Panamá. Inicialmente, fora designado pelo Brasil o comendador Theodoro José Biancardi, ministro do Conselho Imperial, e na sua impossibilidade nomeia-se o visconde de São Salvador do Campo.⁵⁸

⁵⁵ SALCEDO-BASTARDO, *História...* op. cit., 295.

⁵⁶ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995.

⁵⁷ Idem. p. 69.

⁵⁸ SALCEDO-BASTARDO, *Bolívar...* op. cit., 297.

A ausência brasileira naquela Conferência foi oficialmente atribuída a imprevistos geográficos, mas outros historiadores apontam que a diplomacia brasileira era cética quanto ao sucesso da empreitada e a qualificava como utópica, o que teria gerado certo desinteresse do Brasil em se engajar no projeto.⁵⁹

Em 30 de março de 1830, o representante diplomático do Império, Luis de Souza Días, foi recebido por Bolívar, que calculara o contexto adverso e previra a necessária distensão de suas indisposições para com o vizinho. Por isso, passou a conceber o Brasil como garante da ordem republicana regional, desde que fosse o governo imperial guiado pelos preceitos liberais constitucionais.

o Império do Brasil, recentemente criado por seu ilustre monarca, é uma das garantias mais poderosas que receberam as Repúblicas da América, na corrida por sua independência.⁶⁰

Bolívar expressou votos de se assegurar “*para siempre la más perfecta amistad entre nuestras naciones, vecinas y hermanas*”. Souza Días, por sua vez, tinha instruções de dar provas sinceras da amizade imperial e da disposição brasileira de abraçar a causa americana.⁶¹

No início dos anos trinta do século 19, perdeu fôlego o clamor revolucionário bolivariano. A morte do Libertador abalaria a causa integracionista e resultaria na desagregação grã-colombiana e no fortalecimento dos separatistas venezuelanos, como o general Páez. A imagem alimentada pelo governo do Rio de Janeiro sobre a América do Sul desenhava uma paisagem perigosa, na qual viviam os povos hispano-americanos “abrasados pelo vulcão da anarquia e quase próximos de uma completa aniquilação”.⁶²

Assim, após os esforços diplomáticos em torno do reconhecimento da independência, levados adiante desde 1822, o Império do Brasil reverteu suas atenções para a questão das fronteiras.

⁵⁹ ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. *RBPI*43 (2): 170-191, 2000.

⁶⁰ “1830 – Simón Bolívar e o Império do Brasil”. In GARCIA, Eugênio Vargas (org). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 177.

⁶¹ SALCEDO-BASTARDO, *Bolívar...* op. cit., p. 188; MENDIBLE-ZURITA, *La familia...* op. cit., p. 69.

⁶² GARCIA, *Cronologia...*, op. cit., p. 184.

O objetivo era garantir sua segurança territorial, mas agindo no contexto sul-americano como uma potência de *status quo*. Ainda que houvesse uma assimetria de poder entre ambos e uma posição desvantajosa da Venezuela no tabuleiro diplomático, por ter emergido de um prolongado conflito bélico, a movimentação e os interesses brasileiros não representavam ameaça direta às pretensões venezuelanas na região.

Pelo contrário, o ambiente fronteiriço e os domínios circunvizinhos amazônicos eram aspectos de convergência entre brasileiros e venezuelanos que, naquela época, encontravam-se distantes dos centros de decisão política e adormeciam em um perigoso vácuo de poder estatal. Segundo Mendible Zurita, “*las áreas de interés de ambos Estados estaban ubicadas en polos opuestos*”, estando a Venezuela voltada para o Caribe e o Brasil para o Atlântico e o Rio da Prata.⁶³

Portanto, havia uma tendência de deixar para trás os receios e as prevenções entre a Venezuela de Bolívar e o Brasil imperial. Feito isto, os dois países deveriam entrar em uma nova fase em suas relações bilaterais. Mas como seria possível inverter essa polaridade e constituir um ímpeto de aproximação, diante de um modo de vida bilateral ainda imperfeito?

As missões de Miguel Maria Lisboa e Felipe Pereira Leal, que culminaram no tratado de 1859, deram novo ânimo às relações brasileiro-venezuelanas.

1.2.1. O périplo dos limites entre Brasil e Venezuela: a missão Lisboa

Em dezembro de 1842, tiveram lugar as honras fúnebres ao Libertador, quando do traslado das cinzas de Simón Bolívar, que estavam em Nova Granada, para Caracas. Naquele ano, o Império do Brasil decidiu reagir ao quadro de indefinição jurídica e insegurança fronteiriça que marcavam as relações entre Brasil e Venezuela.

Em 26 de fevereiro de 1841, o governo da Venezuela enviara uma correspondência ao governo do Rio de Janeiro, propondo a celebração de um tratado de limites e indicando Londres como local para as negociações. Aparentemente, e não se sabe a razão exata, a correspondência chegou tarde ao conhecimento da Secretaria de Estado.

⁶³ MENDIBLE-ZURITA, *La familia...* op. cit., p. 73.

O fato é que o Imperador havia designado, desde 12 de abril de 1842, Miguel Maria Lisboa como encarregado de negócios para tratar de questões como os limites entre os dois países, o que prescindiria do abrigo britânico para tanto.

M.M. Lisboa só chegou a Caracas em seis de agosto de 1843, depois de uma longa viagem, passando pela Inglaterra e França. O encarregado brasileiro estava empolgado com sua missão, mas teria ficado desgostoso por ter se entrevistado com o ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Francisco Aranda, sem as devidas credenciais diplomáticas. Lisboa acabou por utilizar o decreto de sua nomeação como comprovante para sua admissão na Venezuela. As credenciais só chegariam em 16 de dezembro de 1843, emitidas pelo Ministro Paulino José Soares de Souza.⁶⁴

As motivações iniciais da missão coadunavam-se com o perfil da política externa regencial: conter o avanço dos grandes poderes e concertar com os vizinhos. Uma fórmula, a princípio simples, mas na qual transparecia o caráter estratégico pensado para as relações internacionais do Brasil em seus primórdios.⁶⁵

Havia um desconforto com a circunstância comum sul-americana. A Venezuela sentia-se imprensada pelas potências hegemônicas e por um gigante de origem lusitana, enquanto o Brasil monárquico via-se ilhado em um oceano de repúblicas recém-independentizadas. Ambos, contudo, tiveram que superar suas diferenças e lidar com a lógica do “cabo de guerra” da política internacional da época.

Naquele momento, as políticas expansionistas anglo-americanas geravam tensão e demandavam cautela por parte de Brasil e Venezuela. A disputa anglo-americana perdurou ao longo do século 19 no espaço sul-americano, mediante pressões econômicas e políticas, bem como pela utilização de agentes infiltrados nas sociedades daqueles países para favorecer os interesses das grandes potências.⁶⁶

A Grã-Bretanha gerava maior apreensão, pois desde o fim dos anos 1830 movimentou-se agressivamente para consecução de seus interesses na “ilha das Guianas”, concebido pelo colosso britânico como o espelho estratégico do Rio da Prata. Apenas em meados da década de 1850 é que os norte-americanos exerceram maior pressão por conta de sua massiva campanha de internacionalização do rio Amazonas.

⁶⁴ CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 7.

⁶⁵ Idem. p. 12.

⁶⁶ CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 13.

Logo, articulou-se um sistema de relações internacionais na fronteira norte da América do Sul cuja dinâmica de alianças circunstanciais envolveu Brasil, Venezuela, Grã-Bretanha e EUA e que gerou, como efeito colateral, a aproximação entre Caracas e Rio de Janeiro.

O conceito de “ilha das Guianas” se refere a uma gigantesca formação marítimo-fluvial, que tem íntima relação com o canal Cassiquiare, formada pelo estado brasileiro do Amazonas, ao nordeste dos rios Solimões e Amazonas, os estados brasileiros do Amapá e Roraima, parte da Venezuela, a leste do Orinoco, e as três Guianas. As implicações do conceito são que os estados de Roraima e do Amapá, por exemplo, teriam uma maior identificação com seus vizinhos do norte da América do Sul, como Venezuela, República Cooperativista da Guiana e Guiana Francesa, em termos culturais, linguísticos e mesmo políticos, do que com o restante do Brasil.⁶⁷

A Grã-Bretanha ancorava sua posição na América do Sul nas reclamações sobre territórios da Guiana Inglesa, mas exercia múltiplas pressões pela abertura comercial, pela livre navegação dos rios sul-americanos, pela proibição do tráfico negreiro e pela abolição da escravatura.

A crítica brasileira recaía no fato de querer a Grã-Bretanha ampliar seu domínio além das cordilheiras Pacaraima, marco natural das fronteiras do Brasil com a Venezuela, pelo centro do território do Rio Branco. Não havia dúvidas de que os britânicos queriam possuir as cabeceiras do Rio Branco para ganhar acesso direto ao rio Amazonas.⁶⁸

Já o receio venezuelano era devido ao prolongamento para oeste e para norte dessas reivindicações, que compreenderiam grande parte da região da Guiana Venezuelana. Isso

⁶⁷O Canal Cassiquiare apareceu em uma série de relatos históricos. Do navegador espanhol Francisco de Orellana, ao falar do *rio de las amazonas* em 1535; de *sir* Walter Raleigh, na sua expedição de 1596 pelo Orinoco em busca do El Dorado; do padre jesuíta Cristóbal de Acuña de 1639; e em 1744, do sacerdote jesuíta Manuel Román, que subiu e desceu o rio Orinoco passando pelo dito Canal. Além disso, foi Charles Marie de La Condamine, quem apresentou, perante à *Académie Française*, uma descrição da viagem de Román. Em 1756, a Comissão de Demarcação Espanhola, criada pelo Tratado de Madrid de 1750, e capitaneada por José de Iturriaga comprovou a existência do Canal. Por fim, em 10 de Maio de 1800, o explorador alemão Alexander von Humboldt e o botânico francês Aimé Bonpland atingiram a desembocadura do Cassiquiare no rio Negro e exploraram detalhadamente o Canal, publicando em 1812 um mapa detalhado da área. Agradeço ao professor Reginaldo Gomes Oliveira, da UFRR, os *insights* sobre o conceito de “ilha das Guianas”. Sobre o Cassiquiare, ver nota n° 9, capítulo 2 desta tese.

⁶⁸ Ver Anexos: Mapa 3 – Prolongamentos Brasil-Venezuela-Guiana.

porque Londres sabia que, para controlar a “ilha das Guianas”, deveria deter o domínio de seu *hinterland*, acessível pelo rio Essequibo.⁶⁹

Sabia o Brasil das dificuldades de conter a Inglaterra em sua empreitada imperialista. Para isso decidiu contar com a ajuda venezuelana, o que teria sido a principal motivação para a aproximação entre os dois países em meados do século 19. Explicava o Ministro das Relações Exteriores Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho:

é contra semelhantes avances, que os governos das duas nações agredidas devem entender-se, não para resistir-lhes com força física, atento o colosso com quem têm a lutar; mas para uniformar a demonstração de seus direitos e gritarem uníssonos contra tão escandaloso procedimento.⁷⁰

Assim, em 31 de maio de 1842, Lisboa recebeu instruções para que o Império e a Venezuela se pusessem de acordo para resistir à agressão externa que ameaçava a integridade do território de uma e outra nação. Especificamente, deveriam ajustar uma política de fronteiras que contivesse as ações da Inglaterra. O objetivo primordial seria, então, “uniformar a política e esforços de ambos, em ordem a poderem opor-se, de acordo, às tentativas com que são ameaçados em comum”.⁷¹

De qualquer maneira, o Brasil mostrava-se vigilante e reagia diante de passos moveidões, como o mapeamento realizado por Robert Schomburgk sobre as fronteiras entre Brasil, Venezuela e a Guiana Inglesa (1835-1840); a atuação do reverendo Thomas Youd, representando a *Church Missionary Society of England*, na evangelização de indígenas amazônicos (1838-1839); e as reclamações territoriais, feitas oportunamente pelo *Foreign Office* aos governos em Caracas e Rio de Janeiro.⁷²

Em 1842, Brasil e Grã-Bretanha reconheceram a “neutralização provisória” da região do Pirara, até a regulamentação definitiva do litígio, o que só ocorreria no começo do século

⁶⁹ Ver Anexos: Mapa 4 – Brasil, Venezuela, Guianas.

⁷⁰ Oliveira Coutinho a Lisboa, despacho, 31-5-1842, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 21.

⁷¹ Idem. p. 19.

⁷² OBRAS DO BARÃO do Rio Branco II: questões de limites Guiana Britânica. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945. p. 45-55.

20 pela atuação de Joaquim Nabuco. O problema anglo-brasileiro seria conhecido, então, como “Questão do Pirara”.⁷³

Com a paralisação do caso do Pirara e o abafamento temporário de uma ameaça inglesa mais direta, Lisboa aconselhou à Secretaria de Estado que se avançasse na definição dos limites entre Brasil e Venezuela. Mesmo antes de alcançar Caracas, Lisboa refletira bastante sobre a configuração das fronteiras brasileiro-venezuelanas. O diplomata brasileiro aproveitara as dificuldades de comunicação entre os dois países, e o longo tempo de viagem, para aprofundar os estudos sobre as instruções recebidas.⁷⁴

O ponto principal da agenda bilateral era o nó górdio dos limites, que amarrava o Brasil à Venezuela e vice-versa. Lisboa identificou, então, uma incoerência entre a sustentação do princípio do *uti possidetis* e o limite previamente definido para negociação, que passaria por uma região, ao sul do Canal Cassiquiare, mantida por venezuelanos há muito tempo.⁷⁵

Essa região tinha como centro de apoio o forte de São Carlos e parecia a melhor opção para traçar o limite do Brasil com a Venezuela. Entretanto, o Brasil já havia sustentado nas concertações com Bolívia e Uruguai o princípio do *uti possidetis*, e que, na visão de Lisboa, não se aplicaria àquela região ao sul do Cassiquiare. Por um lado, sustentar esse princípio, estando de “mãos dadas” com a Venezuela na questão do Pirara e, por outro lado, pugnar, seria inconsequente, apolítico e até indigno da tradição do Império.⁷⁶

Lisboa propôs como solução que o Brasil compensasse a Venezuela pela região ao sul do canal Cassiquiare, garantindo um limite natural entre os dois países. Sugeriu Lisboa:

⁷³ Pirara era uma maloca indígena, de provável etnia Makuxi, situada na margem sul de um igarapé de mesmo nome. Na segunda metade do século 19, quando a maloca já havia desaparecido, o termo Pirara continuou denominando um rio da Guiana localizado próximo dos atuais territórios fronteiriços, entre os rios Cotíngotacu e Buroburo-Essequibo, a leste do atual Estado de Roraima no Brasil. Ver OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. Questão do Pirara: Roraima. In: *Revista Textos & Debates*. Edufr: Boa Vista-RR. (no prelo). Ver também capítulo 3 do livro de A. G. de ARAUJO JORGE, *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. Ver Anexos: Mapa 3 – Prolongamentos Brasil-Venezuela-Guiana.

⁷⁴ Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 3-12-1842; Lisboa a Carneiro Leão, ofícios, 2-4-1843; 20-4-1843; 31-5-1843; 24-6-1843; 26-08-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 23-34.

⁷⁵ Ver Anexos: Mapa 1 – Canal Cassiquiare.

⁷⁶ Ver Anexos: Mapa 2 – Região do Cassiquiare.

(...) quanto ao modo de compensar, seríamos muito felizes e ganharíamos com a troca, se Venezuela nos quisesse abandonar o distrito e forte de S. Carlos, recebendo de nós os mortíferos lugares dominados pelo nosso forte de Marabitanas, situado na margem direita do rio Negro.⁷⁷

Não obstante, o afã do encarregado de negócios brasileiros sucumbiu ao entender que o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Francisco Aranda, “escuta com susto tudo quanto se refere à cessão ou troca de territórios”.⁷⁸

De qualquer forma, em seus contatos com o Ministro Aranda e com o presidente Carlos Soublotte (naquele momento uma espécie de títere do General Páez), Lisboa procurou auscultar os princípios fundamentais dos venezuelanos para as futuras negociações. Captou quatro elementos definidores da posição venezuelana: a) sustentação do *uti possidetis* da época da independência; b) flexibilidade para obter um bom limite natural; c) disposição para ajustar uma boa polícia de fronteira; d) admissão da extradição, mas nunca para crimes políticos.

Foi além, ao procurar propor alguns pontos prévios que poderiam constar do acordo a ser assumido entre Caracas e Rio de Janeiro: o uso dos acidentes geográficos, rios e montanhas, como marcos fronteiriços; a inclusão da extradição de escravos fugidos; e limitações à atuação política de asilados. Todos eles teriam em vista a “perpétua paz, segurança recíproca e tranquilidade de ambas as nações”.⁷⁹

Como consequência de suas gestões, Lisboa colhe indícios da necessidade efetiva de um tratado de limites. O problema fronteiriço era um obstáculo capital para o alvorecer de um novo momento nas relações Brasil-Venezuela. Depois, era real a possibilidade de expansão comercial entre o Cantão do rio Negro, Boa Vista e Manaus, na fronteira norte, o que poderia ser estimulado em favor dos negócios de brasileiros na região.

Outrossim, apontou que em áreas na fronteira sul do Cassiquiare, imaginadas na época como brasileiras, proliferavam as missões e escolas indígenas venezuelanas. De fato, o governo da Venezuela se ocupava de organizar os índios da fronteira, buscando consolidar a

⁷⁷ Lisboa a Carneiro Leão, ofício, 31-5-1843; AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 31.

⁷⁸ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 24-10-1843; AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 49.

⁷⁹ Idem. p. 52.

posse de seus territórios. Em suma, fixar rapidamente os limites do Brasil era o único meio de impedir que “nossos vizinhos se adiantem sobre nossas fronteiras”.⁸⁰

Além disso, a Secretaria de Estado já havia orientado o encarregado brasileiro a respeito da intenção do *Foreign Office* de impor um princípio de política exterior que emergia da atuação britânica em diferentes continentes:

(...) considerar independentes as tribos indígenas que povoassem os territórios pretensamente britânicos e sair em sua defesa sob o especioso pretexto de haverem pedido a sua intervenção.⁸¹

Nesse quesito, Lisboa prescreveu uma alternativa possível ao ministro dos Negócios Estrangeiros Honório Hermeto Carneiro Leão. Incluir, no doravante tratado de limites, um princípio de que os “índios que habitam os territórios do dois Estados, embora independentes, serão considerados como naturalmente debaixo da proteção exclusiva do Estado em cujo território se acham”.⁸²

Nesse caso, a identificação do rio Essequibo como limite natural entre a Guiana Inglesa e a Venezuela tornaria mais clara a identificação do território e da população fronteiriça residente, evitando que o contencioso anglo-venezuelano contaminasse as pretensões brasileiras na região.

Lisboa alertou que os britânicos há algum tempo vinham consolidando sua posse a oeste daquele rio, além de se lançarem para controlar simultaneamente afluentes dos rios Orinoco e Amazonas. Não se tratava, portanto, de pretensões individuais, isoladas e locais, mas de intenções dirigidas com um senso imperialista de engrandecimento de poder.⁸³

⁸⁰ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 24-10-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 46.

⁸¹ Aureliano de Souza cita do anedotário histórico a farsa praticada em alguns lugares da América Central por caciques ou chefes tribais que deixavam em seu testamento Estados inteiros para a Coroa inglesa. Oliveira Coutinho a Lisboa, despacho, 31-5-1842, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 21.

⁸² Lisboa a Carneiro Leão, ofício, 4-10-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 44.

⁸³ Lisboa a Carneiro Leão, ofício, 4-10-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 43.

Para tanto, ganhou relevância histórica o encontro entre Lisboa e o coronel Agostino Codazzi Bartolotti, profundo conhecedor das fronteiras venezuelanas.⁸⁴ A conversa entre Lisboa e Codazzi foi esclarecedora, pois permitiu ao diplomata brasileiro indagar diretamente ao estudioso venezuelano sobre seus trabalhos cartográficos, especialmente os atlas que descreviam as fronteiras entre Brasil e Venezuela e que haviam se tornado, ao longo do século 19, duas das mais importantes referências para a definição das fronteiras entre os países amazônicos.

Primeiramente, Codazzi descrevia em seus estudos, de maneira bem convincente, as relações econômicas estabelecidas entre mascates luso-brasileiros de Barcelos e Manaus com os índios mandavacos do Pacimoni e campusanas do Idapa, o que dava uma ideia de fronteira estendida mais ao norte, até a pedra do Cucui, que depois seria um dos marcos do tratado de 1859.

Porém, Codazzi confidenciaria a M. M. Lisboa que nunca havia visitado as serras de Pacaraima e Parima, mas que confiava nos trabalhos realizados pelo explorador inglês Shomburgk, que as desenhava de maneira bem diferente dos mapas mais antigos. Por isso, Lisboa aconselhara que, por ser documento venezuelano e de inspiração inglesa, deveria ser citado com cautela.

Ao mesmo tempo, não via empecilhos em utilizá-lo, pois representava limites naturais que eram do interesse do Brasil. Lembrava que a “topografia do país, de acordo com direitos reconhecidos, [representados nos mapas de Codazzi] se pautava a uma definição de limites isenta de ambiguidades”.⁸⁵

Contudo, o governo da Venezuela mostrava-se naturalmente tímido e dócil à influência britânica. Logo, a preocupação do Brasil deveria ser como a Grã-Bretanha poderia utilizar a debilidade dos Estados vizinhos, como a Venezuela, contra os interesses brasileiros. Lisboa dizia, “A grande tática do *Foreign Office* é embrulhar as questões com os Estados

⁸⁴ Codazzi lutou na guerra de independência ao lado de Bolívar e depois, sob pedido de Páez, foi responsável pela publicação de duas peças extremamente relevantes, o *Atlas físico y político de la República de Venezuela* (1840) e *Resumen de la Geografía de Venezuela* (1841). Além disso, foi designado a fazer parte da Comissão Verificadora de Fronteira com a Guiana Inglesa em 24 de agosto de 1841, mas logo depois solicitou sua saída, alegando motivos de saúde.

⁸⁵ Lisboa a Soares de Souza, ofícios, 24-10-1843; 25-11-1843; 1-12-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 58-61.

débeis”, devendo o Brasil simplificar e decidir categoricamente suas pendências vicinais para afastar possíveis ingerências britânicas.⁸⁶

Nesse contexto de interferência inglesa nas relações Brasil e Venezuela, foi marcante a atuação do encarregado de negócios britânico em Caracas, Belford Hinton Wilson. Como um “mensageiro da discórdia”, Wilson trabalhou inescrupulosamente consoante o gabinete de St. James e insistentemente contra a inteligência diplomática brasileiro-venezuelana. Figura controversa, acabou sendo considerado *persona non grata* pelo governo venezuelano.

Dois temas estavam em voga, naquele momento, na agenda das grandes potências em relação a Brasil e Venezuela: o favorecimento comercial e o abolicionismo.

As pressões econômicas britânicas eram arrebatadoras para garantir tratamento preferencial no que tangia à redução ou isenção de tarifas de importação; à equiparação no tratamento de produtos, como frutas; à lei de resguardo marítimo e salvaguardas para súditos da Coroa Inglesa; e à isenção de direitos de porto, dentre outros. Lisboa delineava o perfil da situação: “Ligada Venezuela por um leonino tratado perpétuo com a Inglaterra, se acha, quanto a relações comerciais, inteiramente à mercê dos ingleses”.⁸⁷

De toda forma, os laços primordiais no âmbito comercial frutificaram em promover uma aproximação brasileiro-venezuelana. Caracas simpatizava com os esforços do Rio de Janeiro de “resistir às exageradas pretensões” do Gabinete britânico e aludia com “admiração e convencimento” sobre a causa comum dos dois governos: “é uma prova do quanto é real a comunidade dos interesses americanos [venezuelano-brasileiros]” diria Lisboa.⁸⁸

As preocupações comuns com o colosso britânico não diminuam as atenções do Governo Imperial com a sentinela venezuelana, que marcava terreno na fronteira com o Brasil. O panorama fronteiriço de Brasil-Venezuela era peculiar, se comparado com a região do Prata. A baixa densidade demográfica, os difíceis acessos por terra ou mesmo pelas vias fluviais constituíram rincões praticamente isolados de seus centros em cada lado da fronteira. A população fronteiriça da Venezuela era, por exemplo, de aproximadamente 5.524 indivíduos, de uma população total de 944 mil em 1840.

⁸⁶ Lisboa a Ferreira França, ofício, 3-09-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 91.

⁸⁷ ACMRE, Archivo Antiguo, Gran Bretaña, 1833-1885. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año XIII, n 13, 2007. Caracas, Venezuela. Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 135.

⁸⁸ Idem. p. 136.

O isolamento dos centros nacionais impelia o contato interfronteiriço entre essas localidades, especialmente o Estado do Pará e o Cantão do Rio Negro na Venezuela. Por exemplo, o comandante de fronteira em São Gabriel, buscou estabelecer uma recíproca inteligência com os vizinhos limítrofes, a fim de criar regras de convivência fronteiriça. Da mesma maneira, o diretor do Cantão do rio Negro, Pedro Ayres, respondia exaltando a necessidade de “que conservemos ilesas as fronteiras e a harmonia de que gozam os dois países limítrofes”.⁸⁹

Nas correspondências com a Secretaria de Estado, Lisboa deu destaque à figura do senhor Pedro Ayres, brasileiro de nascença, mas que teria aceitado, à revelia das regras do Império, um emprego pago pelo governo da Venezuela como diretor do Cantão do Rio Negro.

Ayres seria acusado de penetrar em território brasileiro, seduzir os indígenas moradores de terras brasileiras e de usurpar as riquezas do Brasil. Por exemplo, em 1842 avisava ao governo de Caracas ter encontrado bom cacau nas margens do Cababuri, “rio que foi sempre nosso [do Brasil] e de grandíssima importância”. Lisboa manteve-se atento aos movimentos de Ayres, até que este fosse destituído e deixasse de representar um risco para o Império.⁹⁰

Lisboa detectou, nos anos de 1843 e 1844, uma rápida expansão ou restauração de áreas sob presença venezuelana nas regiões fronteiriças. A conformação de enclaves venezuelanos em zonas contíguas e os relatos de deserção de militares brasileiros, como do forte de Marabitanas, para a Venezuela preenchiem a atenção do governo brasileiro em relação ao vizinho bolivariano.

O encarregado brasileiro chegou inclusive a solicitar a extradição de um grupo de 10 militares brasileiros, bem como a entrega das armas com eles capturadas, mas o governo de Caracas julgou improcedente pela ausência de um acordo bilateral que regulasse a questão, justificando confiar nos dispositivos contidos no direito internacional sobre asilo.⁹¹

⁸⁹ Soares de Souza a Lisboa, despacho, 18-11-1843. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 57

⁹⁰ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 2-03-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 76.

⁹¹ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 4-04-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 91.

Diante de tantas incertezas, Lisboa chegou a sugerir à Secretaria de Estado a presença de um vaso de guerra brasileiro, que poderia sair do quartel-general do Pará e chegar à Venezuela em menos de uma semana. Em suas palavras:

A presença de nosso pavilhão produziria aqui uma impressão muito vantajosa ao Império, manifestando que temos forças com que sustentar nossos direitos e que as podemos apresentar nas costas de Venezuela em poucos dias.⁹²

Não obstante, permaneceu como uma sombra a insegurança fronteiriça. Por um lado, o perigo crescente da instalação de colônias militares fronteiriças; por outro, o de que regiões abandonadas florescessem e ganhassem importância, aguçando a avareza e a ambição dos habitantes fronteiriços e complicando, ainda mais, as questões de posse. “Continua, pois, a sentinela venezuelana em nossa fronteira”, relatou Lisboa ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Antonio Paulino Limpo de Abreu.⁹³

No tempo das chancelarias, as relações internacionais da Venezuela, entre 1830 e 1899, concentravam-se no Caribe, estavam restritas a contatos internacionais com poucos países e sujeita à interferência direta dos grandes poderes mundiais da época.

Em meados do século 19, a paisagem regional e internacional era movimentada no Caribe. A proximidade da Venezuela com a ilha de Curaçau, apesar de colocá-la na mira dos contrabandistas, também dava movimento ao comércio com os holandeses. Da mesma forma, eram animadas as relações comerciais com a Espanha, apesar de suas relações políticas estarem interrompidas por muito tempo, até a conclusão do tratado de reconhecimento da independência pela Espanha, assinado em Madri em 30 de março de 1845.

As relações mais importantes da Venezuela eram com Nova Granada, sendo reguladas desde cedo por um acordo de comércio e navegação. Além disso, apontava o encarregado de negócios do Brasil em Caracas, “com as outras repúblicas de língua espanhola pouco contato tem a Venezuela”.⁹⁴

⁹² Lisboa a Soares de Souza, ofício, 12-04-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 93.

⁹³ Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 6-09-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 158.

⁹⁴ Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 135

Na visão de Lisboa, as pendências fronteiriças permaneciam dando forma às relações bilaterais, pois eram desfavoráveis à Venezuela e poderiam ter implicações para a consecução do acordo com o Brasil, ao motivar a repartição entre venezuelanos e colombianos de porções territoriais brasileiras.

As relações com os Estados Unidos eram essencialmente mercantis naquele momento. Interessavam mais as possíveis ameaças à soberania nacional, como no episódio da subida de seis vapores norte-americanos pelo rio Amazonas, notícia que se alastrou por países como Equador, Colômbia e Venezuela. Embora não houvesse comprovações sobre o relato, perguntava-se Lisboa: “que motivo poderá haver existido para fazer circular uma tão estranha invenção”.⁹⁵

Tinha ele, na verdade, a convicção das pretensões estadunidenses, recolhida de uma conversa com o encarregado de negócios norte-americano em Caracas. Benjamin Glover Shields confessara a Lisboa que tinha instruções de promover a admissão da bandeira de sua nação às águas do Amazonas e do Orinoco. Alguns episódios corroboravam tal crença.

A prática norte-americana de conquista do Texas e do Óregon, por meio da ocupação forjada e da criação de comunidades pela emigração dirigida, criava precedentes perigosos que poderiam ser acessados na América do Sul. Além disso, as pressões políticas forçavam uma situação de interrupção das relações diplomáticas e geravam a expectativa de uma intervenção armada. Por último, optava-se pelo favorecimento dos interesses de empresas privadas, em consonância com o governo norte-americano, a exemplo da empreitada de A. H. Gazam de introduzir a indústria da navegação por vapor no Pará.⁹⁶

Nesse caso, Shields chegou a enviar uma correspondência para Lisboa, solicitando cartas de recomendação e outras facilidades para o objetivo de Gazam e explicando abertamente que se tratava de “*exploring the Amazon and its tributaries where he expects to find open the widest field in the world for the commencement of steam navigation*”.⁹⁷

Também na Venezuela, utilizou-se o mesmo estratagema de favorecer seus nacionais, como o Sr. Vespasian Ellis, encarregado de negócios dos EUA em Caracas, entre 1844 e 1845, que recebera das legislaturas provinciais de Guyana e Apúre o privilégio exclusivo para

⁹⁵ Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 20-10-1846. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 306

⁹⁶ Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 346

⁹⁷ Idem. p. 346.

navegar por vapor no rio Orinoco. Já nesse caso, Lisboa rapidamente procurou o ministro da Guerra, coronel Avedaño, para persuadi-lo a não permitir a navegação de bandeiras estrangeiras e não ribeirinhas nos rios interiores.

Ao longo do século 19, o espírito abolicionista adquiriu um caráter transnacional, transbordando por todo o continente americano. Com relação à extinção do tráfico de escravos, a ideia era fazer da Venezuela o tubo de ensaio da internacionalização do abolicionismo de inspiração britânica, criando o primeiro exemplo de emancipação escravagista no hemisfério e que depois contagiaria outros países do mundo.

A interferência direta de Londres nos assuntos venezuelanos, assim como em outras partes do globo, se deu pela atuação de enviados especiais, espiões, informantes e agitadores políticos de estirpe duvidosa.

Nesse caso, o enviado britânico, Belford Hinton Wilson, fora responsável por incitar proclamações e recomendações abolicionistas, aproveitando-se de alguns jornais de tendência oposicionista ou mesmo sob a chancela britânica. Asseverava Lisboa ao ministro dos negócios estrangeiros, Barão do Cairu, que “o Liberal [...] é um periódico tido e havido por estar à paga do Banco Colonial britânico”.⁹⁸

Além disso, entre as maquinações de Wilson contou-se a aproximação interessada a fortes lideranças políticas, como o oposicionista liberal Antonio Leocadio Guzmán, engendrando uma política de favorecimento e agitação de escravos. Preocupava o Brasil a existência de um “sistema regular de sedução e desinquietação” operado no seio do governo venezuelano sob os auspícios de um agente britânico.⁹⁹

Os ânimos da nação se acirraram, enquanto o presidente Soublette mostrava-se apático: “parece um governo moribundo”, destacava Lisboa. Iniciou-se, então, uma

⁹⁸ Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 19-01-1847. AHI 208/03/25. In *CADERNOS do CHDD*, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 313.

⁹⁹ Durante a campanha de independência foi anunciada a alforria temporária aos escravos participantes nos combates. Bolívar havia ensaiado uma campanha abolicionista em 21 de julho de 1822, e em 1830 fez aprovar uma lei de manumissão, de extinção gradual do trabalho escravo, e do ventre livre; em 1839 Venezuela e Inglaterra assinaram um acordo em que declaravam a abolição do tráfico de escravos; e em 23 de março de 1854, depois de uma série de discussões no Congresso, o presidente José Gregório Monagas referendou uma lei que extinguiu por completo a escravidão. Ver GOMES, Flavia e RINCÓN, Mariana Blanco. *Escravidão, Nação e Abolição no Brasil e Venezuela: notas sobre perspectivas comparadas*. In *Cadernos do CHDD*, ano IV, número especial, 2005. p. 109-131.

campanha interna contra a figura de Wilson e contra o governo britânico, o que desagradaria muito o *Foreign Office* e levaria a uma reprimenda oficial.¹⁰⁰

Panfletos eram fixados durante a noite anunciando a morte de Wilson e dos súditos ingleses. Periódicos como “Aurora”, “El promotor”, “El Agricultor”, lançaram-se em uma cruzada incitando a população contra o já mencionado Banco Colonial Britânico, contra um acordo de crédito anglo-venezuelano e contra a intervenção britânica em favor do abolicionismo. Wilson procurava desacreditar esses ataques, apontando que se tratava de traduções presentes em documentos oficiais brasileiros e norte-americanos.¹⁰¹

Nesse sentido, não era coincidência que Miguel Maria Lisboa desaprovasse fortemente “a frenética hostilidade do encarregado de negócios britânico Wilson”, que trabalhava por meio de intrigas e jogos de influência. O comportamento de Wilson resultou em uma “tresloucada carreira” que se tornara inoportuna e perigosa, ao trabalhar contra o Brasil, por favorecer a anarquia na Venezuela, ao ponto de comprometer os próprios interesses britânicos.¹⁰²

Em setembro de 1846, a situação atingira o insuportável, pois Wilson foi implicado diretamente em uma rebelião contra o governo e por apoiar o partido, dito anarquista, de Antonio Leocadio Guzmán. Em janeiro de 1847, Gúsman foi preso pelo crime de conspiração e o governo venezuelano principiou esforços, primeiro do presidente, diretamente com lorde Claredon, e via legação em Londres, junto a lorde Palmerston, para a remoção de Wilson de Caracas.

Lisboa, então, alertou sobre as consequências perniciosas de uma transferência de Wilson para Montevideú ou mesmo para o Rio de Janeiro.

(...) nossas relações com a Grã-Bretanha, já tão complicadas e tão difíceis, se tornariam alarmantes se tivessem de ser entretidas por intermédio de um

¹⁰⁰ Entre 1841 e 1851, foram intensas as comunicações entre o representante britânico Wilson e o Ministro de Relações Exteriores Francisco Aranda e o Secretário de Estado de Fazenda e Relações Exteriores Juan Manuel Manrique. ACMRE, Archivo Antigo, Gran Bretaña, 1833-1885. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Ano XIII, n 13, 2007. Caracas, Venezuela. p. 25-52.

¹⁰¹ Wilson a Manrique, comunicação, n 29, 17-08-1846. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Ano XIII, n 13, 2007. Caracas, Venezuela. p. 28-37.

¹⁰² Lisboa decidiu enviar as correspondências que continham críticas ao encarregado de negócios britânico pelos EUA e não por Londres, com receio que fossem violadas e pudessem gerar algum incidente.

homem tão apaixonado, arrogante e preocupado contra o Brasil, como o Sr. Wilson.¹⁰³

Em cinco de maio de 1847, o Barão do Cairu tranquilizou Lisboa, afirmando que já tinha estabelecido comunicações com a legação brasileira em Londres sobre o comportamento de Wilson, “para que possa evitar a nomeação de um semelhante homem para o Brasil”.¹⁰⁴

As impressões e percepções de Miguel Maria Lisboa sobre a Venezuela foram se modificando ao longo dos anos que esteve em Caracas, mas descortinaram o “futuro do passado” das relações bilaterais entre os dois vizinhos, ou seja, “a conformação do futuro concebido pelas gerações passadas no tempo presente”.¹⁰⁵

Desde o início, Lisboa apontou ser um país que gozava de paz e perfeita tranquilidade, a não ser em momentos eleitorais, nos quais eclodia uma efervescência política; ou quando irrompia algum motim ou baderna localizada. Via riscos no fato de possuir um território imenso e despovoado, com uma classe trabalhadora (camponesa) inquieta por falta de labor.

Em sua passagem por Caracas, viu se instalar uma crise agrícola em consequência da baixa do preço do café; presenciou 40 dias seguidos de copiosas chuvas que arrasaram vilas, engenhos e plantações; assistiu à eclosão de levantes populares e, na medida em que o descontentamento crescia, pensava que o governo não teria força material para sustentar a ordem, nem respaldo moral para conjurar as tormentas que acometiam regularmente a nação. Enfim, presenciou a transição relativamente pacífica do governo de Carlos Soublette para José Tadeo Monagas, em 20 de janeiro de 1847.

As percepções acerca das relações internacionais do Brasil eram mais críticas. Lisboa identificou a falta de complementaridade comercial com a Venezuela, a existência de um comércio incipiente e de pouca relevância, a não ser para as populações do chamado Cantão do rio Negro; e a existência de tarifas que proibiam completamente a importação de sal, cacau, açúcar, méis e aguardentes de pipa. Lisboa destacou, negativamente, o limitado

¹⁰³ Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 19-01-1847. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 315.

¹⁰⁴ Idem. p. 336.

¹⁰⁵ KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

comércio pelo porto de La Guayra, que só empregava embarcações de arqueação muito insignificante.

Testemunhava a falta de iniciativa e espaço de manobra dos ministros de relações exteriores, como João Manoel Manrique, que “não tem vontade própria e sim dirige-se invariavelmente pela do presidente”; ou mesmo a imperícia dos políticos locais que, com “irreflexão e desleixo”, conturbavam as relações com o Brasil, semeando confusão, contradição e os germes da discórdia.

Venezuela era um país de ideias muito americanas, mas acompanhadas pelo receio de engajamento em convênios ou acordos comprometedores, sobretudo com governos que não oferecessem garantias. Ademais, o ódio e ciúme dos vizinhos republicanos reacendiam diante de um Brasil monárquico e com uma “assustadora fome de territórios”, o que se traduziu na ojeriza ao estrangeiro, abertamente manifestado pela população venezuelana, e que fora detectado por Lisboa em diversas ocasiões.¹⁰⁶

Encerrava-se o primeiro esforço de pavimentação do acordo de 1859. A missão de Miguel Maria Lisboa foi interrompida, oficialmente, em 17 de julho de 1847. Já em trânsito para a corte do Rio de Janeiro, Lisboa enviou um ofício ao ministro Saturnino de Souza fazendo um balanço sobre os últimos cinco anos do labor em Caracas.

As vivências de Lisboa não indicavam uma típica relação cordial e boa entre Brasil e Venezuela. Pelo contrário, o encarregado brasileiro foi intoxicado pelas desconfianças mútuas, pelas crises políticas e econômicas internas, pelo jogo de intrigas diplomáticas, pelos temores de intervenção armada, além das rivalidades intestinas do contexto sul-americano. E, para piorar sua condição, teria sérias dificuldades pessoais nos primeiros cinco anos que residiu em Caracas.

Alguns indícios explicam o aparente fracasso de sua missão. Em primeiro lugar, pairou uma sombra de desinteligência entre o diplomata brasileiro e a Secretaria de Estado. Por um lado, instruções conflitantes: aquelas recebidas em 1842 falavam em alcançar algum tipo de entendimento sobre limites, enquanto as de março de 1846 já falavam em silenciar sobre a questão. Por outro lado, a importância estratégica da questão da navegação fluvial gerou expectativas de receber instruções àquele respeito, mas que nunca chegaram.

¹⁰⁶ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 15-1-1844. Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845. Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 24-7-1846. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 68; 135; 253.

Segundo, após vários anos representando o Imperador Dom Pedro II, Lisboa partiu para o Brasil deixando inconclusa a questão dos limites com a Venezuela. O que sempre estranhara Lisboa era o fato de ter recebido poderes parciais, de “só aceitar ad referendum e jamais propor” elementos para a negociação dos limites. Além disso, fora obrigado a assumir uma posição passiva, de não incitar, mas de resistir e ganhar tempo, até o momento em que encerrar o acordo já não importava mais.

Terceiro, e mais marcante, foi a “derrota pessoal” de Lisboa. Gradativamente foi acumulando críticas e queixas sobre a atuação da Secretaria de Estado. Estava ansioso por fechar o acordo de limites e ele nunca veio; foi muito incomodado pela atuação do representante britânico Wilson; padeceu com a perseguição aos estrangeiros, sendo alvo de injúrias, difamações e ataques armados; mas, principalmente, sofreu com a perda de um filho e, por pouco, da mulher, por conta dos “perigos de um clima mortífero”. Enfim, Lisboa acumulou severas frustrações que o impeliram a dar a sua vida “uma outra direção”.¹⁰⁷

Com certa amargura, Lisboa desabafou ao Ministro das Relações Exteriores, Bento da Silva Lisboa, Barão de Cairu:

(...) supondo que terei brevemente que deixar este aziago [...] minha súplica a S. M. para ser removido de uma residência onde só tenho memórias amargas e onde tenho gastado perto de 4 anos dos melhores da minha vida sem poder prestar, ao meu soberano, serviços, quais talvez em outra situação pudera haver prestado.¹⁰⁸

A missão de Miguel Maria Lisboa era concluir um tratado de limites entre Brasil e Venezuela. A historiografia afirma que um esboço inicial de tratado teria sido apresentado ao

¹⁰⁷ Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 4-6-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 235. Miguel Maria Lisboa sofreu com as corridas de touro que aconteciam na rua perto de sua casa; foi desacatado, injuriado e difamado por pessoas contrárias aos estrangeiros no país; além disso, foi atacado em sua própria casa por um homem que acabou atirando em seu criado. Apesar das motivações pessoais, a licença de seis meses concedida a Lisboa fora utilizada diplomaticamente, como explica o Barão de Cairu: “a necessidade de retirar essa legação, para evitar novos escândalos – embora fossem remediados – sempre são um desdouro para o Brasil”. Barão do Cairu a Lisboa, despacho, 7-12-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 300

¹⁰⁸ Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 10-12-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 305

governo de Soublette em 1844 e, não obtendo sucesso, Lisboa submeteu uma nova minuta em 1852, que também não satisfez nem aos congressistas e nem ao governo de Caracas.¹⁰⁹

Entretanto, é mister retomar a fala do próprio Lisboa sobre o assunto, em um ofício de 17 de julho de 1847:

O projeto de convenção de limites que, juntamente com uma memória sobre os mesmos limites, acompanhou meu ofício n 4, da série de 1846, não foi por mim apresentado àquele governo.¹¹⁰

Continua Lisboa fazendo o balanço de sua atuação na legação brasileira em Caracas, que se supõe estar de acordo com a indicação do encarregado de negócios brasileiro: “cortei toda a discussão, declarando que era melhor que eu consultasse o meu governo e pedisse autorização para propor o que por ora só estava autorizado para aceitar”.¹¹¹

Ou seja, como teria sido possível apresentar duas minutas de um acordo extremamente importante sem que a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros do Brasil fizesse menção, instruisse ou, principalmente, desse os plenos poderes devidos ao negociador brasileiro? Enfim, esclarece Lisboa: “O projeto em questão foi organizado na minha secretaria, sem que nem então, nem depois, tivesse dele conhecimento, nem oficial nem confidencialmente, o governo de Venezuela”.¹¹²

Quando tal projeto sairia da gaveta para ganhar vida nos gabinetes da Casa Amarela?

Entre 1847 e 1852, ocorreu uma breve descontinuidade nas relações bilaterais, até que Miguel Maria Lisboa retornasse a Caracas, em 21 de outubro de 1852, como ministro residente em missão especial junto das repúblicas de Venezuela, Equador e Nova Granada. O objetivo era completar um “sistema amazônico” mediante a celebração de convenções sobre limites e navegação com aqueles Estados.¹¹³ Lisboa se colocou em seguidas conversações

¹⁰⁹ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 74-75

¹¹⁰ Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847, AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 350.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847, AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 350-351.

¹¹³ Soares de Souza a Lisboa, despacho reservado, 20-3-1852. Lisboa a Soares de Souza, ofício, 9-10-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 17-22; 38-39.

com o Ministro das Relações Exteriores Joaquim Herrera, plenipotenciário venezuelano nas negociações com o enviado brasileiro. Rapidamente avançaram aspectos pontuais sobre localizações de marcos, limites naturais, canais e rios que entrecortavam os dois países, mapas e descrições históricas, como a de Codazzi, de Humboldt ou Lobo d'Almada, além da posse de povoados ou do comércio com os índios.¹¹⁴

Lisboa cedeu às pretensões venezuelanas sobre o vale do rio Pacimoni, a partir de uma linha média que dividia o canal Maturacá, mas obteve a designação da ilha de S. José, e não a pedra do Cucuí, como queriam os venezuelanos, como marco fronteiro. Além disso, resolveu não conceder a navegação do Amazonas que, naquele momento, parecia ser “mais vantajosa à Venezuela do que ao Brasil”. Enfim, Brasil e Venezuela assinam um acordo sobre limites e extradição em 25 de novembro de 1852.¹¹⁵

Uma mudança importante com relação à primeira passagem de Lisboa por Caracas foi em relação à navegação fluvial. Cresciam as intrigas de Washington sobre a política brasileira para o Amazonas e com isso a importância da concertação brasileiro-venezuelana sobre o tema, especificamente sobre o princípio de que “a navegação do Amazonas e seus afluentes pertence exclusivamente aos Estados ribeirinhos”.¹¹⁶

Não obstante, os tratados, já assinados, encaharam na Comissão de Relações Exteriores do Senado venezuelano e as discussões foram sendo adiadas para as sessões do ano seguinte. Diante da relutância, não havia a certeza da aprovação do tratado e Lisboa informou em 7 de maio de 1853, “não dei por concluída minha missão”, antes de partir para Bogotá para negociar com os neo-granadinos.¹¹⁷

De Curaçao, sem risco de interceptação, Lisboa informou sobre o “entorpecimento que sofreram no Congresso” os tratados apresentados. Alegava, então, motivações “mesquinhas”: rixas contra inimigos políticos, especulações manufaturadas, para

¹¹⁴ Lisboa a Soares de Souza, ofício, 8-11-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 17-22. O coronel Manoel Lobo d'Almada enviou um ofício ao general João Pereira Caldas, em 31 de outubro, de 1786 explicando sobre a comunicação existente entre os rios Cauaboris e Pacimoni, pelo canal Maturacá, que desaguava no rio Umarivani, de domínio espanhol. Diria Lobo d'Almada: “o conservar aquele rio fechado da parte dos domínios portugueses seria indústria dos espanhóis porque não soubéssemos daquela comunicação”. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 17-22.

¹¹⁵ Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 6-12-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 57-58.

¹¹⁶ Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 21-2-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 75-77.

¹¹⁷ Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 4-3-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 83-84.

“fazê-los passar à força de ouro!”, de intrigas contra o próprio plenipotenciário, Joaquim Herrera.

Além disso, apresentou um informe da comissão especial venezuelana designada para estudar o tratado de limites entre Brasil e Venezuela. O parecer negativo da comissão se dividia em duas classes de dúvidas: pequenas circunstâncias e dúvidas essenciais.

As pequenas circunstâncias descritas e detalhadas ao longo do parecer apontavam a falta de dados astronômicos, de explorações oficiais, de estudos de autoridades geográficas e relatos fidedignos de povoadores ou colonizadores com notoriedade. As dúvidas essenciais tinham relação com o direito venezuelano expresso nos tratados de 1750 e 1777 e no princípio do *uti possidetis (juris)*, que seriam vulnerabilizados com a assinatura dos tratados com o Brasil.¹¹⁸

Lisboa sugeriu, mais uma vez, que o Império fizesse sentir na Venezuela “seus recursos e seus meios de se fazer respeitar”, como a instalação de uma colônia militar na fronteira, o trancamento efetivo do rio Negro e a atração dos índios brasileiros que estivessem sob a proteção venezuelana.¹¹⁹

Da sua parte, o Governo Imperial resolveu, diante da relutância venezuelana, adiar a ratificação dos tratados. Justificava o Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza: “não o devemos nós propor [prorrogação do prazo de ratificação], porque essa manifestação do interesse que temos pelos tratados nos poderia prejudicar em Venezuela”.¹²⁰

Entretanto, as manifestações em Caracas contrárias aos tratados com o Brasil mantiveram-se para o ano de 1854: “*dominan en el país las mismas más influencias, las mismas intrigas, y los mismos intereses parciales de los bandos políticos*”. Uma série de estirados artigos combatendo e impugnando as negociações com o Brasil povoaram a mídia caraquenha.

Diria Lisboa: “temo muito que os nossos tratados tenham este ano igual sorte à que eu presenciei no ano passado”. De fato, a situação na Venezuela estava em polvorosa, por conta da abolição da escravatura, o que causou desordens, falta de mão de obra e escassez de

¹¹⁸ Lisboa a Soares de Souza, memória, 16-7-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 137-156

¹¹⁹ Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 7-5-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 104-107.

¹²⁰ Soares de Souza a Lisboa, despacho reservado, 11-7-1853, AHI 271/04/21. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 129.

recursos pecuniários. Assim, o Congresso rematou suas sessões em junho de 1854 sem ter se ocupado dos tratados com o Brasil, sendo o adiamento aprovado por 23 votos contra 18.¹²¹

De toda forma, Lisboa, então na Europa, saiu em busca de novos argumentos que fortalecessem a posição negociadora do Brasil: decidiu encontrar-se com o barão de Humboldt, que havia incursionado pelas regiões fronteiriças brasileiro-venezuelanas, para confirmar a interpretação favorável à tese brasileira.

Humboldt admitia a existência de “*longues incertitudes qui nassent de vagues expressions*”, contidas nos antigos acordos luso-espanhóis, a respeito das referências naturais, mas confirmava o que Lisboa esperava ouvir: “*Je n’ai rien trouvé, Monsier, dans votre convention qui soit contraire aux notions géographiques que j’ai pu acquérir*”.¹²²

Miguel Maria Lisboa realizou o que seria a sua última investida em favor da conclusão de um acordo bilateral, uma vez que seria exonerado de sua missão especial em 29 de agosto de 1854, sem completá-la plenamente.

No entanto, deixou um invejável acúmulo de informações e conhecimento sobre as relações Brasil-Venezuela. Pode-se afirmar que as crenças, os valores, as ideias e as percepções de Lisboa tornaram-se um mapa para a consecução do projeto de parceria brasileiro-venezuelana.

Portanto, o estudo da Missão de Miguel Maria Lisboa descortina “o futuro do passado” das relações bilaterais brasileiro-venezuelanas.¹²³

Dessa forma, marcante foi o legado deixado para as gerações seguintes de internacionalistas brasileiros (estadistas, políticos, diplomatas, juristas e negociadores), em termos de uma referência-mestra, um conjunto de linhas de ação, um rol de recomendações e uma série de princípios de política internacional.

Lisboa concebia o problema fronteiriço como “um nó górdio que o tempo enredará mais e mais, e é preciso que uma espada de Alexandre o corte quanto antes”. Assim, a

¹²¹ Lisboa a Limpo de Abreu, ofícios reservados, 2-3-1853, 5-4-1854; ofício 5-7-1854. AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 319; 323; 356.

¹²² Lisboa a Limpo de Abreu, ofício confidencial, 4-8-1854, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 372-380.

¹²³ Para Koseleck, um determinado presente é constituído a partir de uma relação de reciprocidade entre as dimensões temporais do passado e do futuro. O futuro carrega sempre expectativas, sejam portadoras de angústia ou de esperanças. No passado, encontram-se experiências e esperanças daquelas e das sucessivas gerações. KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

conclusão de um acordo de amizade, limites e navegação com a Venezuela seria a referência-mestra para inaugurar um novo tempo nas relações entre Brasil e Venezuela.¹²⁴

Ademais, é possível relacionar um conjunto de linhas de ação, por ele propostas, que esboçam tanto diretrizes para negociações futuras com a Venezuela, como uma visão sofisticada da política internacional e das relações internacionais do Brasil.

Em primeiro lugar, fazer da paz uma função dos ajustes fronteiriços bilaterais. Assim, a necessidade imperiosa de cimentar a paz do Império com seus vizinhos abriria caminho para “marchar seguro rumo à prosperidade e à grandeza”.¹²⁵

Segundo, oferecer aos povos contíguos prosperidade e segura proteção, afastando-se daquela imagem perniciosa de Brasil imperialista que tanto “ódio e ciúme” geravam nos vizinhos sul-americanos. Aconselhava Lisboa que “nossa ambição de aumentar território, enquanto tivermos férteis desertos por povoar, será ridícula, não merecerá simpatias”.¹²⁶

Terceiro, resolver de maneira resoluta todas e quaisquer questões que interfiram na sintonia das relações entre dois povos. Recomendava decidir “antecipadamente [...] a sangue-frio, e não na efervescência das paixões”.¹²⁷

Finalmente, pensar a América do Sul como um sistema integrado de relações internacionais, no qual as questões do sul, como a independência do Paraguai ou a intervenção anglo-francesa na política do Prata, tinham relação com a imagem e as ações do Brasil no norte, especialmente com a Venezuela e a questão da navegação dos rios Amazonas e Orinoco.

Lisboa também deixou para as gerações seguintes um rol de recomendações, como: fortalecer o comércio fronteiriço na região do rio Negro; desmontar os obstáculos que entorpecem as relações fronteiriças entre Brasil e Venezuela; evitar a abertura da navegação dos rios interiores de Brasil e Venezuela à bandeira de nações poderosas; reverter a política ibérica de impedir toda comunicação pela fronteira, em favor de uma inteligência bilateral e fronteiriça entre Brasil e Venezuela; criar um consulado em Cidade Bolívar, para atender às centenas de brasileiros que viviam nas regiões mais afastadas da Venezuela; induzir o

¹²⁴ Lisboa a Limpo de Abreu, despacho, 15-2-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 209.

¹²⁵ Idem. p. 211.

¹²⁶ Ibidem.

¹²⁷ Ibidem.

governo venezuelano a enviar um representante para o Rio de Janeiro, com base no princípio da reciprocidade, dando continuidade às concertações sobre limites e outros assuntos.

Outrossim, Lisboa deixou um conjunto de princípios norteadores para futuras negociações e para seus sucessores em Caracas ou outros postos: a) a insustentabilidade e inconveniência do direito de prévia descoberta; b) a precedência do princípio do *uti possidetis*, devendo prevalecer sobre os outros elementos negociadores; c) a insuficiência dos tratados como peças negociadoras, não sendo a expressão unívoca da conveniência e da melhor negociação; d) o trunfo da demarcação natural como um acessório importante das negociações de limites; e) a complementaridade das linhas de ação e princípios.¹²⁸

O derradeiro legado de Lisboa foi formular um axioma da política internacional sul-americana, significativo para o século 19:

Na hipótese de um conflito inter-regional, não se deve medir o poder material dos lados envolvidos, mas as facilidades com que os grandes poderes delas poderá se servir, intrometendo-se em nossas questões e aproveitando-se destas para promover suas vistas e interesses.¹²⁹

De fato, foram as gestões diplomáticas de alto nível, as análises profundas e embaçadas, bem como o sentido de “zelo, patriotismo e discernimento”, que orientavam o diplomata brasileiro, os elementos determinantes para a construção das fundações sobre as quais iria ser edificado o primeiro grande marco jurídico das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela. Lisboa olha para frente e imagina que:

(...) a continuação da boa harmonia entre o Brasil e Venezuela depende de uma antecipada e explícita solução de nossas questões de fronteira: sem isso, nossos vizinhos setentrionais poderão um dia vir a dar-nos tanto trabalho, como nos estão dando hoje os meridionais.¹³⁰

¹²⁸ Lisboa identificava um choque entre três elementos constitutivos da negociação de limites: o direito de prévia descoberta, os tratados pré-existentes e o *uti possidetis*. O direito de prévia descoberta se referia aos territórios que, não pertencendo a ninguém, tornavam-se passíveis de ocupação ou de anexação simbólica (como a colocação de uma bandeira). Já os tratados pré-existentes, como Madri e Santo Idelfonso, tinham em vários de seus dispositivos divergências de um para outro ou mesmo haviam se tornado caducos. O *uti possidetis de facto*, ao contrário, representava a ocupação efetiva e permanente, pela posse pacífica e por estabelecimentos fixos.

¹²⁹ Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 6-09-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 210.

¹³⁰ Idem. p. 354.

1.2.2. A navegação no rio Amazonas e o tratado de 1959

Com essa disposição, chegou à Caracas Felipe José Pereira Leal, como Encarregado de Negócios do Império, na esperança de selar de uma vez por todas os destinos fronteiriços do Brasil com a Venezuela.

Pereira Leal sabia o que o esperava: primeiro, a situação estabelecida com a dissolução da Grã-Colômbia em 1830, não havendo nenhum ato internacional vigente que definisse os limites entre os dois países; segundo, as enormes dificuldades encontradas por seu antecessor, Miguel Maria Lisboa, que passara quase uma década em Caracas sem alcançar sua missão original.

Não obstante, parecia que as forças profundas pulsavam com maior vigor nesse momento sobre os cálculos brasileiros. As circunstâncias particulares de serem Brasil e Venezuela limítrofes, com uma posição destacada na América do Sul; o fato de possuírem rios caudalosos que se interligam pelo braço do Cassiquiare; assim como a homogeneidade de caráter, índole e origem dos habitantes e de seus interesses demonstrariam:

*la conveniencia sino necesidad por su deuda recíproca, de cultivar y si fuese posible estrechar las relaciones de buena inteligencia que felizmente siempre han existido entre los dos países desde la gloriosa época de sus independencias.*¹³¹

A diplomacia brasileira precisou envidar esforços para convencer o governo e o povo venezuelanos da simpatia e amizade nacionais, da benevolência imperial de sua majestade Dom Pedro II e dos compromissos com a paz, a estabilidade e o progresso na América do Sul e na Venezuela. Ademais, o gigante sul-americano buscou substituir sua imagem amedrontadora, por outra mais confiável, mantendo e estreitando os laços de boas relações com seu vizinho amazônico. Em suma, Pereira Leal deveria transmitir em suas gestões em

¹³¹ Pereira Leal a Gutiérrez, nota, 20-12-1856. ACMRE, Archivo Antigo, Brasil, 1845-1912. In “Relaciones Diplomáticas entre Venezuela y Brasil (1843-1997)”. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 14.

Caracas que ficasse garantida a segurança da boa inteligência e sincera amizade que “*debe existir entre dos países de hábitos e intereses idénticos*”.¹³²

Tal vontade de concertação soou alentador no Rio de Janeiro. O Ministro de Relações Exteriores Jacinto Gutierrez ressaltou as “*poderosas causas que engedran vínculos naturales entre los dos Estados y la aconsejan la política de unión y fraternidad*”. Além disso, afirmava que havia uma coincidência de visões de mundo, entre Caracas e o Rio de Janeiro, que apontava para a manutenção da paz entre os vizinhos como um objetivo maior de ambas as nações.

As premissas que orientavam a Venezuela nesse período infante de sua vida independente eram “*orden interior y cordialidad en lo exterior*”. O presidente José Tadeo Monagas tentou melhorar as leis e instituições internas para fomentar o progresso e a estabilidade, afastando os fantasmas da crise e tornando a nação “*cada día más digna del respeto y aprecio de los otros Estados*”.¹³³

A acolhida do encarregado de negócios brasileiros aparentava que, dessa vez, o sucesso poderia ser alcançado. O ministro venezuelano Gutierrez assegurava que “*el tiempo que dure la comisión del señor Leal en Venezuela ha de ser fructuoso en bienes tanto para ella como para el Imperio que representa*”.

Aproveitando-se do bom ambiente que circundava sua estadia, Leal submeteu à Secretaria de Negócios Estrangeiros do Império uma atualização informando sobre as evoluções do acordo entre Brasil e Venezuela e surpreendeu ao descaracterizar a cordialidade e a imagem de boas relações que subsistiam no discurso oficial.¹³⁴

Em sua correspondência, Pereira Leal descreveu a deterioração do cenário político venezuelano. A instabilidade crescera com a derrocada dos irmãos Monagas, com a agudização do cisma entre liberais e conservadores e com a incubação de uma insurreição campesina, que levou o país a uma guerra civil em 1858.

¹³² Idem.

¹³³ Gutiérrez a Pereira Leal, nota confidencial, 8-1-1857. ACMRE, Archivo Antiguo, Brasil, 1845-1912. In “Relaciones Diplomáticas entre Venezuela y Brasil (1843-1997)”. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 15.

¹³⁴ O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. Sua correspondência foi repassada ao Conselho de Estado que fez reunir a seção de Estrangeiros, no dia 3 de fevereiro de 1858, para deliberar sobre a matéria e assim emitir um parecer que auxiliaria Dom Pedro II a decidir sobre o futuro das relações bilaterais. Participaram dessa seção o Visconde do Uruguai, o Visconde de Jequitinhonha e o senhor Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara.

Assim, Pereira Leal insistiu na impossibilidade de obter do governo da Venezuela um acordo à altura dos pretendidos pelo Império. Explicou o encarregado brasileiro que a Câmara dos Deputados da Venezuela havia deixado a decisão pendente, nos últimos anos, mandando ao final arquivar o acordo, para que assim fosse acobertada uma possível repulsa formal.¹³⁵

Os três membros da seção de Estrangeiros do Conselho de Estado compartilhavam os receios de Leal em alguns aspectos. Primeiro, porque entre 1852 e 1858 a Venezuela teria endurecido sua posição negociadora “tornando-se os nossos vizinhos mais exigentes, especialmente quanto à navegação fluvial”.¹³⁶

Depois havia um desconhecimento na Venezuela sobre os avanços diplomáticos empreendidos pela assinatura de acordos do Brasil com seus vizinhos do Prata. Vale lembrar que os acordos entre o Brasil, Argentina e Uruguai, nas primeiras décadas do século 19, estipulavam “a livre navegação do Paraná na parte em que aqueles governos são ribeirinhos”.¹³⁷

Outrossim as constantes oscilações na condução da política externa venezuelana bloqueavam um avanço contínuo nas negociações. Pereira Leal imaginava que o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Jacinto Gutierrez, não subscreveria um tratado feito por adversários políticos, mas preferiria uma nova negociação “para haver dela a glória que puder trazer” para si.¹³⁸

Outro aspecto de concordância dos conselheiros do Império, com relação às percepções do encarregado de negócios em Caracas, apontava a participação de homens influentes e da imprensa da Venezuela em uma campanha difamatória contra o Brasil. Nos últimos seis anos, entre 1852 e 1858, maquinações haviam sido feitas para desacreditar os termos do acordo entre Brasil e Venezuela, principalmente pela justificativa de ser prejudicial à república venezuelana.

Enfim, a cobiça internacional sobre a abertura da navegação do Amazonas cresceu, coincidentemente, na mesma medida em que aumentou a propaganda dos EUA em favor

¹³⁵ “Parecer de 3 de fevereiro de 1858”. O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 15.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ GARCIA, Eugênio Vargas (org). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 232.

¹³⁸ “Parecer de 3 de fevereiro de 1858”. O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1863. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 16.

dessa ideia. Vale lembrar que Miguel Maria Lisboa havia tocado nesse ponto como um dos motivos para o seu insucesso: “estou bem persuadido de que a influência norte-americana não deixou de aproveitar os elementos que encontrou no país [Venezuela] para contrariar a política do Brasil”.¹³⁹

Cabe um breve relato sobre essa questão e suas implicações para as relações Brasil-Venezuela.

A questão da abertura do rio Amazonas à navegação internacional marcou a política exterior do Império do Brasil, assim como o contexto em que se desenrolou a matéria acabou por afetar as relações brasileiro-venezuelanas; principalmente pelo complexo jogo de interesses que ligavam a ambos, geograficamente e politicamente, entre si e com as grandes potências da época.

A pressão estrangeira pela liberalização da navegação dos rios internacionais ganhou corpo a partir de 1815, quando no Congresso de Viena decidiu-se (ata final, artigo 109): “*the navigation of the [European] Rivers [...] shall be entirely free, and shall not, as far as commerce is concerned, be prohibited to anyone*”. Estava constituída uma das regras da sociedade internacional europeia que legitimaria a atuação de seus países para fora da *Grand Republique*.¹⁴⁰

O Império do Brasil começou a sofrer diversas pressões externas pela liberação da navegação do Amazonas, bem como ameaças de intervenção direta e indireta, como a criação de uma “República Amazônica”, presente no imaginário político norte-americano. De fato, a atuação dos EUA deu formas imperialistas à cobiça internacional pelo rio sul-americano.¹⁴¹

A grande estratégia norte-americana de política exterior pautava-se pelo conceito de “segurança absoluta”. Ao falar sobre as fundações liberais da política de superexpansão norte-americana, Christopher Layne aponta que a única forma de reduzir a vulnerabilidade do

¹³⁹ Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 9-07-1855. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 426-428.

¹⁴⁰ WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Ed.UnB, 2004.

¹⁴¹ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 76; MEDEIROS, Fernando Saboia. *A liberdade de navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. SP/RJ: Companhia Editora Nacional, 1938.

país “*is by gain absolute security*”, assim um mundo de “portas abertas” seria o motor para a busca pela hegemonia extrarregional dos EUA.¹⁴²

Nesse contexto, o presidente John Quincy Adams foi responsável por definir uma grande estratégia de política exterior para os EUA, ainda no século 19, com base em três pilares: preempção, unilateralismo e hegemonia.¹⁴³

Na visão de Adams, um mundo repleto de vácuos de poder e segurança convidava à ação de outras grandes potências e a história do funcionamento do equilíbrio de poder na sociedade internacional europeia desaconselhava o seu uso para um país com pretensões claras de engrandecimento de poder.

Portanto, a solução não deveria ser o comprometimento com arranjos de consequências imprevisíveis, mas sim ações antecipatórias e de caráter unilateral. Em suma, a essência da política exterior dos EUA, como coloca John Lewis Gaddis, era que “*safety comes from enlarging, rather than contracting, its sphere of responsibility*”.¹⁴⁴

A diligência norte-americana para abertura do Amazonas ao comércio internacional, contou com a ação diplomática no Rio de Janeiro de Willian Trousdale, pressionando o Império a ceder aos desígnios expansionistas dos EUA – com a tentativa de cooptação dos outros países amazônicos, de acordo com os interesses americanos; com o patrocínio de empreendimentos privados na região amazônica, como expedições e assentamentos; e com uma campanha propagandista com artigos e livros para influenciar a opinião pública nos EUA e em outros lugares, como foi a atuação de Matthew Maury.

Perante tal quadro, o Brasil foi levado a despertar para a importância estratégica da região amazônica a tempo de garantir que seus interesses fossem preservados. Os ecos do problema foram ouvidos no Parlamento Brasileiro. De um lado, vozes liberais como do deputado A.C. Tavares Bastos, que defendiam a abertura irrestrita do Amazonas. De outro, José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, a defender as escolhas do governo e os rumos da diplomacia sobre a questão.

¹⁴² LAYNE, Cristopher. *The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present*. New York: CornellUniversity Press, 2006. p. 119.

¹⁴³ Para maiores desdobramentos conceituais ver GADDIS, John Lewis. *Surprise, security and the American experience*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

¹⁴⁴ Idem.p. 7-33.

Tavares Bastos acreditava, por exemplo, que a lógica que reinava na região do Prata inevitavelmente se estenderia ao norte, para tornar a região mais dinâmica comercialmente e mais povoada. Comparava naquele momento o Amazonas a uma “câmara escura”!

Portugal fechou-o até 1822; nós o conservamos como o recebemos até bem pouco, e só o abrimos a meia dúzia de barcos de um Estado ribeirinho. Quem o povoa? O índio mais ou menos selvagem. Para que se transformasse, carecia o índio de impulso estranho [...] há poucos annos esse mediterraneo de agoa dôce era cortado apenas por algumas pirogas; hoje é sulcado pelos vapores de duas potencias americanas [...] Agora é que surge o Amazonas para o mundo social [...] A sua prosperidade real datará da sua liberdade.¹⁴⁵

Coube ao Visconde do Rio Branco lidar com a avalanche de críticas e argumentos, “mesquinhos e imprevidentes”, em sua visão, que pressionavam o governo de Dom Pedro II a abrir-se ao mundo. Rio Branco, o pai, rebatia que nunca fora negado o acesso do magnânimo rio às potências européias e aos EUA, e justificava que, sem “resolver as questões de limites, sem demarcar as suas fronteiras com os outros ribeirinhos, não lhe era possível franquear essa navegação”.¹⁴⁶

Para o Visconde do Rio Branco, o despovoamento das margens do Amazonas não geraria interesses em terceiras potências e seria suficiente para os ribeirinhos como Peru e Venezuela, os primeiros a acertarem seus limites com o Brasil na região. Lembrava o Visconde os esforços “bem sucedidos que teve de empregar a nossa diplomacia em Washington, em Londres, e em Paris, para evitar que nosso território do Amazonas fosse violado pelas expedições de flibusteiros”.¹⁴⁷

Sobre a política exterior do Império, a palavra do Visconde do Rio Branco é esclarecedora: “não era possível que um governo ilustrado, como é o brasileiro, quisesse seguir no Amazonas uma política oposta ou diferente daquela que sustentava no rio da Prata”. Entretanto, a circunstância brasileira na América do Sul criava uma condição paradoxal, pois,

¹⁴⁵ TAVARES BASTOS, A. C. *O Valle do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comércio, questões fiscais do Valle do Amazonas*. 2 edição. SP/RJ: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 382-383.

¹⁴⁶ “Câmara dos Deputados, 11 de julho de 1862, Orçamento dos Negócios Estrangeiros”. In FRANCO, Álvaro da Costa. *Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 246.

¹⁴⁷ Idem. p. 247.

enquanto no Sul o Brasil era senhor das cabeceiras, no Norte era possuidor das bocas do rio Amazonas.¹⁴⁸

Assim, a diplomacia brasileira buscava, entre 1850 e 1866, garantir uma solução equilibrada, entre a defesa intransigente e a abertura escancarada, evitando-se a intervenção direta das Grandes Potências e a indisposição dos vizinhos amazônicos.

O Conselho de Estado se manifestou contra a abertura prematura do Amazonas e recomendou: a definição prévia dos limites com os países ribeirinhos, como ocorreria com Peru e Venezuela; o melhor conhecimento dos rios do vale amazônico; e o estabelecimento de uma inteligência diplomática com os países amazônicos para alcançar um sistema harmonizado de regras e normas consentidas.¹⁴⁹

Em voto separado, o Visconde de Jequitinhonha adicionaria mais uma recomendação relevante, contrária à prática disseminada pelos EUA na época. Para ele, o Império do Brasil deveria obrigar que os estrangeiros residentes “com estabelecimentos rurais, comerciais ou industriais, ou com fábricas ou manufaturas, por espaço de dois anos, consecutivos ou não, nas margens do Amazonas, e seus afluentes” se naturalizassem cidadãos brasileiros.¹⁵⁰

Alertava o Conselho de Estado, que “Aberto uma vez o Amazonas, sem as precedentes cautelas, aberto continuará para sempre e o Brasil não só não obterá depois o que antes conseguira dos ribeirinhos, como receberá a lei do mais forte”.¹⁵¹

Portanto, a cautela foi o princípio orientador do Gabinete imperial sobre a questão, em dois aspectos: ganhar tempo, para pensar em formas de potencializar seu uso; e dissuadir empreitadas intervencionistas, para evitar abusos à soberania nacional. Em suma, “negociar, para o governo brasileiro, significava, porém, não ceder enquanto houvesse risco”.¹⁵²

Não havendo, portanto, mais riscos, Dom Pedro II resolveu abrir o Amazonas ao comércio e à navegação internacionais pelo decreto de sete de dezembro de 1866. Como fruto

¹⁴⁸ *Ibidem*.

¹⁴⁹ O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1863-1867. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007. p. 200-212.

¹⁵⁰ *Idem*. p. 215.

¹⁵¹ *Idem*. p. 213.

¹⁵² CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 102-107.

de um “curso harmonioso” do Parlamento e do Gabinete conseguira solucionar a questão sem traumas e de forma a garantir a soberania brasileira.¹⁵³

A persistência do quadro de indefinição no Brasil e no entorno amazônico, entre as décadas de 30 e 60 do século 19, deixaram abertas as portas para as ações interessadas das grandes potências. Antes de se alcançar o status de 1866, Felipe Leal teria que defender a causa amazônica em Caracas. Para tanto, sustentou sua ação diplomática, à luz da estratégia brasileira, em três ações: contrapropaganda, concertação política e eliminação de vácuos de segurança.

Em primeiro lugar, coube a Felipe Leal em Caracas fazer circular textos que explicavam as pretensões das grandes potências na Amazônia, como forma de influenciar a decisão em favor do Brasil. Segundo, o Brasil optou por concertar incidentemente, por tratados bilaterais, o uso comum do Amazonas, para evitar assim a livre navegação por todas as bandeiras. Terceiro, a indefinição de limites e acordos fluviais gerava uma situação de vácuo de segurança que poderia ser aproveitado por outras nações. Assim, fazia-se necessário estabelecer limites confiáveis e legítimos na vizinhança amazônica “*para no dejar abierto un flanco vulnerable en aquella expectante región*”.¹⁵⁴

Pode-se afirmar, portanto, que um dos fatores intervenientes na maturação do tratado de limites e navegação brasileiro-venezuelano foi a estratégia brasileira adotada em relação à internacionalização do rio Amazonas. Da mesma forma, a partir do momento em que Brasil e Venezuela assumiram o compromisso de 1859, os caminhos se abriram para a concertação sobre a internacionalização do rio Amazonas.

Para se alcançar esse primeiro grande entendimento brasileiro-venezuelano, foi necessário superar uma contradição iminente em termos de princípios.

Na Venezuela da época, subsistia a noção dos “verdadeiros limites com o Brasil”, em razão de uma determinação do Rei Felipe II, de 1568, que criou a província da Nova Andalucia, com extensão da margem do rio Orinoco à margem do rio Amazonas. Com base nessa noção, a diplomacia venezuelana procurou resgatar como modelo a política de

¹⁵³ PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 70.

¹⁵⁴ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 77.

concertação de tratados entre os reinos ibéricos, o que poderia ser vantajoso nas negociações com o Brasil.

Entretanto, uma leitura atenta dos tratados mais importantes entre os reinos ibéricos, como o tratado de Madri, dava pouca margem a discussões:

o primeiro e mais importante é que se assinalem os limites dos dois Estados, tomando por balizas as paragens mais conhecidas, para que em nenhum tempo se confundam, nem dêem ocasião a disputas, como são a origem e os cursos dos rios e dos montes mais notáveis; o segundo, que cada parte há de ficar com o que atualmente possui; à exceção das mútuas cessões, que em seu lugar se dirão; as quais se farão por conveniência comum e para que os confins fiquem, quanto for possível, menos sujeitos a controvérsias.¹⁵⁵

Mesmo assim, a linha argumentativa dos negociadores venezuelanos baseava-se na continuidade das fronteiras estabelecidas entre Portugal e Espanha e nas eventuais indefinições e brechas interpretativas deixadas pelos tratados de 1750 (Madri) e 1777 (Ildefonso).

Ademais, o princípio negociador do *uti possidetis juris* havia se tornado mapa orientador da política exterior na medida em que fora incorporado como dispositivo nas constituições venezuelanas de 1811, 1819, 1821 e 1830. Dessa forma, o *uti possidetis juris* fora forjado como tradição histórica, criando a racionalidade a ser acionada pela diplomacia venezuelana em seu tratamento das questões fronteiriças com os vizinhos.

Ao contrário, o Brasil alçou o princípio do *uti possidetis de facto* ou *uti possidetis*, como instrumento diplomático para solucionar suas questões lindeiras.¹⁵⁶ A chancelaria brasileira sabia que a tendência de acordos e tratados internacionais era vincular os países a quadros gerais de referência, ou seja, limitar a sua ação por diferentes caminhos, como permissões, sanções, prevenções e institucionalizações.

¹⁵⁵ GARCIA, Eugênio Vargas (org). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. p. 47.

¹⁵⁶ Alexandre de Gusmão foi o redator do Tratado de Madri (1750) e o idealizador da aplicação do princípio do *uti possidetis*. Ele não utilizou os parâmetros convencionais de demarcação, mas buscou outro conceito de fronteiras, como a posse efetiva da terra e os acidentes geográficos como limites naturais. O princípio romano de *uti possidetis* deixou de se referir à posse de direito, determinada por tratados, como até então tinha sido compreendido, para se fundamentar na posse de fato, na ocupação do território.

Com o uso do princípio do *uti possidetis* o país teria uma regra mais branda do que o *uti possidetis juris*, pois confiaria não nas disposições legais já estabelecidas, mas na situação vigente no contexto da negociação. Em suma, o *uti possidetis* permitiu ao Brasil uma melhor adaptação ao contexto sul-americano, sobretudo no que se referia ao jogo das regras interamericanas para definição das questões lindeiras.

Essa oposição em termos de princípios seria um dos pontos principais de desacordo entre brasileiros e venezuelanos. Como consequência, “*la diplomacia imperial discrepó de la interpretación bolivariana que consideraba el uti possidetis júris como un derecho que surge sólo del título jurídico legal*”. Assim, é possível entender um dos motivos da demora em se firmar um acordo de limites entre os dois países.¹⁵⁷

Não obstante, uma aura de incertezas permeou o contexto de preparação da negociação. Segundo os membros da Seção de Estrangeiros do Conselho de Estado, “um governo dificilmente concede hoje o que negou ontem”.¹⁵⁸

A interpretação da seção foi que insistir nos termos do velho tratado (negociado por Lisboa) poderia piorar a posição negociadora brasileira, enquanto induzir um novo tratado, mas que preservasse as mesmas disposições do antigo, seria o pretexto ideal que levaria a uma boa negociação para o Brasil.

O negociador brasileiro recebera plena confiança na medida em que, “a seção [de Estrangeiros do Conselho de Estado] não pôde deixar de dar a sua aprovação ao procedimento do encarregado de negócios Leal [...] para ser promovida a continuação da discussão dos tratados”. Ocupou-se, então, de apresentar os cenários que antecederiam as negociações entre os governos brasileiro e venezuelano.¹⁵⁹

Primeiro, que a prepotência dos EUA, em sua *open door campaign*, aproximaria os dois países, ou melhor, alinharia as posições venezuelanas com os interesses brasileiros. Segundo, que a instabilidade política na Venezuela, envolta em uma revolução, poderia levar ao poder um governante a favor dos pleitos brasileiros, que sensibilizaria os venezuelanos

¹⁵⁷ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 77.

¹⁵⁸ “Parecer de 3 de fevereiro de 1858”. O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 17.

¹⁵⁹ Idem.

cedendo e fazendo aprovar o tratado. Leal justificou tal cenário, apontando, então, que “já começam a enxergar no Brasil o seu mais natural e mais desinteressado amigo”.¹⁶⁰

Os consultores mostraram-se céticos quanto aos cenários desenhados por Leal, mas sabiam das crenças do negociador, opinando de maneira bem realista em seu parecer: “tudo isso são esperanças vagas e pouco justificáveis”.¹⁶¹

Algumas contestações foram, então, formuladas. Não estavam seguros de que o novo presidente, uma vez no poder, fosse aprovar os tratados acordados por outros governantes; e não tinham esperanças de que a ambição e prepotência norte-americanas, calcadas no desejo de abertura do Amazonas à navegação internacional, empurrariam para o Brasil os venezuelanos. Isso porque, na ótica dos consultores brasileiros, também a Venezuela almejava a liberdade de navegação no rio Amazonas.

Pereira Leal levava consigo, em 30 de dezembro de 1856, parâmetros de negociação muito similares àqueles que orientaram seu antecessor quatro anos antes. Porém, a seção percebera a necessidade de reorientar o encarregado de negócios com novas instruções. Assim, deveria seguir três premissas vitais:

- a) Não admitir modificações nas estipulações relativas a limites, devendo prevalecer aqueles marcados em 1852;
- b) Quanto à navegação fluvial, deveria conceder à Venezuela o mesmo que havia sido acordado com o Peru;
- c) Deveria assumir nas negociações um tipo de “*single undertake*”, fazendo com a questão de limites fosse uma função da questão da navegação. Assim, um item não poderia ser discutido e aprovado sem o outro.¹⁶²

Segundo Mendible Zurita, “*con la amenaza de cerrar la frontera y prohibir la libre navegación por los rios amazônicos, el Brasil buscava presionar al débil gobierno de Julian Castro*”.¹⁶³

¹⁶⁰ Idem. p. 18.

¹⁶¹ Ibidem.

¹⁶² Ibidem.

¹⁶³ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La família Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995. p. 79.

Assim, Pereira Leal, em posse de suas novas instruções, teria intimidado os negociadores venezuelanos, formulando ameaças como o impedimento do uso dos rios e a interrupção das comunicações e do comércio fronteiriços.

De fato, o Brasil só deveria ceder no item navegação fluvial no Amazonas se a Venezuela aceitasse os termos brasileiros sobre limites territoriais. No mais, o tratado deveria ser um só, indo no mesmo instrumento as estipulações “que mais nos convêm (limites) e as que mais convêm à Venezuela (navegação)”.¹⁶⁴

Lembravam os consultores da Seção de Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado que o Brasil não poderia ter “duas espécies de política sobre navegação fluvial e sobre o mesmo rio, uma com o Peru e outra com a Venezuela”. Enfim, acreditava a seção que uma maior largueza sobre as concessões relativas à navegação fluvial facilitaria a renovação das estipulações relativas a limites.

Logo, ainda que o Ministro Limpo de Abreu tivesse levado em consideração as colocações de Miguel Maria Lisboa, sobre os “meios que oferece para induzir” o governo de Venezuela a agir conforme os interesses do Império, o Brasil regularmente optou pela concertação e negociação, assim como o fez Pereira Leal.¹⁶⁵

O resultado das negociações parece ter sido favorável ao Brasil, porquanto Felipe Pereira Leal teria conseguido incluir no tratado de 1859 todas as disposições sugeridas pelo Conselho de Estado do Império.

Primeiro, negociou-se um único acordo sobre limites e navegação fluvial; segundo, as fronteiras naturais foram valorizadas, com a definição das cadeias de montanhas, rios e outros referenciais naturais como marcos indiscutíveis da territorialidade brasileiro-venezuelana.

O acordo atingiu o Congresso venezuelano e não foi poupado de críticas, como a do deputado Francisco Michelena Rojas que o desqualificou por ser vergonhoso e lesivo ao país em termos de perdas territoriais. Além disso, o acordo fluvial foi alvo de críticas, pois manteria o Brasil como senhor do comércio e da navegação do Amazonas.¹⁶⁶

¹⁶⁴“Parecer de 3 de fevereiro de 1858”. O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 19.

¹⁶⁵ Pelo cruzamento das fontes brasileiras e venezuelanas, é provável que o Brasil tenha aproveitado o contexto político adverso da Venezuela para fazer prevalecer seus termos na conclusão do Tratado de 1859. Não há evidências, contudo, que Pereira Leal tenha recebido instruções explícitas ou agido por conta própria no sentido de pressionar pela ameaça.

¹⁶⁶MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *La familia Rio Branco...* op. cit., p. 80.

De toda forma, o acordo foi aprovado, constituindo-se em “*momento angular de nuestras relaciones con Brasil*”, diria Mendible-Zurita, eliminando o diferendo territorial e afastando a cobiça internacional sobre o complexo amazônico compartilhado pelos dois países.¹⁶⁷

Ainda que os “prováveis atritos no futuro” não tivessem sido totalmente eliminados, as consequências, no plano das relações bilaterais, da assinatura do tratado de 1859 foram profundas. Primeiro, fincou o marco jurídico de referência para o início da parceria brasileiro-venezuelana. Segundo, foram estabelecidos os atuais limites fronteiriços e o desenho predominante da fronteira norte do Brasil; terceiro, construiu-se uma tênue aura de segurança mútua em uma região instável e repleta de problemas envolvendo grandes potências como Grã-Bretanha, Países Baixos e França.

1.2.3. O revisionismo venezuelano¹⁶⁸

Apesar dos avanços advindos da assinatura do tratado de 1859, Brasil e Venezuela continuaram nas décadas seguintes tentando resolver detalhes como a colocação dos marcos limítrofes. Além disso, as desconfianças de ambos os lados, referentes aos termos e reflexos daquele tratado, colocaram as relações entre os dois países em uma marcha lenta, recrudescendo o revisionismo fronteiriço.

Nesse sentido, a vontade de revisar contaminou a diplomacia venezuelana. Em 23 de maio de 1867, o presidente Juan Crisostomo Falcón enviou ao Rio de Janeiro, como plenipotenciário da Venezuela, Jacinto Gutierrez, “*habiendo creído conveniente el beneficio de las relaciones de los Estados Unidos de Venezuela con el Império del Brasil*”. Nos anos que se seguiram fermentou a insatisfação venezuelana com o tratado de 1859, o que levaria a uma postura revisionista nas relações com o Brasil.

A segunda medida concreta foi instalar uma nova Comissão Mista Demarcadora de Limites (Comista), encabeçada por Miguel Tejera Rodriguez, a fim de que Venezuela “*no seguiera perdiendo territorio frente a su coloso vecino*”.¹⁶⁹

¹⁶⁷ Idem. p. 82.

¹⁶⁸ Por revisionismo se entende uma política de Estados insatisfeitos, destinada a redefinir fronteiras, buscar reconhecimento internacional para pretensões territoriais, bem como a reparação de ajustes feitos com base em interesses alheios ao nacional. Ver a título explicativo DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF, Robert L. *Relações Internacionais – as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003. p.19; 165-166.

Entre 1879 e 1884, Tejera Rodriguez preocupou-se em compreender a situação a partir de uma perspectiva histórica e geográfica, estudando a questão a fundo e aproveitando-se de seu posto de presidente da seção venezuelana da Comista para averiguar no local as verdadeiras paragens e linhas naturais que conformavam a fronteira de seu país.

As críticas foram reunidas e reverberadas por Rodriguez, em um informe de 29 de maio de 1879, para o Ministério de Relações Exteriores, apontando os erros de cálculos geográficos, a não disposição brasileira em solucionar aspectos técnicos, as evidentes inconsistências entre os dispositivos do tratado de 1859 e a realidade física do terreno a ser demarcado.

Diante desses fatos, Tejera Rodriguez acolheu seu mandato como a possibilidade de contribuir com a “glória de integrar o território pátrio”, missão maior do presidente Guzmán Blanco àquela época. Assim, seu trabalho não se restringiria apenas a definir os limites territoriais entre Brasil e Venezuela, mas fez parte de um quadro complexo que envolvia as relações da Venezuela com a Colômbia e a Guiana Inglesa, bem como a projeção venezuelana na Amazônia.

Então, procurou meios de reverter o tratado de 1859, que havia sido reconhecido quicá por “*ignorancia de los que hicieron el tratado o malicioso error por parte dos brasileiros*”. Havendo má fé, ausência de conhecimento ou outra causa, abria-se a porta por onde o governo da Venezuela poderia “*llegar discretamente hasta obligar al Brasil a que se revea el tratado*”.¹⁷⁰

Causava irritação em Tejera Rodriguez o fato de o Brasil protelar a discussão desses aspectos técnicos da demarcação, levando-o a reprovar tal postura: o “*Império del Brasil evade su compromiso de delimitar y aclarar esta controversia bajo la excusa de que Venezuela no habia solucionado sus problemas limítrofes com la República de Colômbia*”.¹⁷¹

De fato, desde a época da missão de Miguel Maria Lisboa, a instrução era avançar nas negociações com a Venezuela na condição de estarem fixados os limites desta com Nova Granada. E assim foi interpretada em Caracas a interrupção da missão de Lisboa: como a

¹⁶⁹“Miguel Tereja Rodriguez, Presidente de la Comisión Demarcadora de Límites con Brasil y primer encargado de Negócio de Venezuela en Brasil”. BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 273-275.

¹⁷⁰ “*Observaciones sobre el tratado de límites con el Brasil y la necesidad de reverlo*”, informe, Caracas, 29-5-1879. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 275-277.

¹⁷¹ Idem. p. 275.

impossibilidade de o Império prosseguir, na ausência de um ajuste entre venezuelanos e colombianos.

Por isso, a primeira instrução de Rodriguez, dada pelo Ministro das Relações Exteriores General, Angel Felix Barberii, seria a de desvincular as negociações com o Brasil de um ajuste com a Colômbia. Em seguida, deveria persuadir o lado brasileiro de que o tratado de 1859 não congelava pretensões de ajuste (ampliação) territorial. Por fim, reclamar que a Venezuela tinha a posse efetiva do terreno situado entre as cabeceiras do rio Memachi e da foz do Apoporis.

Rodriguez, que recebera instruções para demarcar “*el primer poste de la línea actual [...] en la cabecera del Memachi*”, aproveitou-se de um descuido brasileiro para fortalecer a posição negociadora da Venezuela. O demarcador brasileiro Francisco López de Araújo, na 3ª Conferência da Comissão Mista Demarcadora de Limites, de caráter extraordinário, de 21 de abril de 1880, teria anuído à visão venezuelana de que o ponto mais a leste da fronteira, caracterizado com o número 1 (um) dos postes, não poderia ser disposto na cabeceira do Memachi.¹⁷²

Rodriguez tinha plena confiança de que a ata da 3ª Conferência, por se tratar de documento público e firmado pelo demarcador brasileiro, seria um título de reconhecimento, por parte do Brasil, da posse venezuelana de uma região entre o Memachi e o Jupurá, o que, no mínimo, resultaria em uma nova negociação sobre aquela área. Mais importante, seria “*un golpe de muerte à las pretensiones de nuestra vecina*”, ao se referir à Colômbia.¹⁷³

Explicava Rodriguez ao chanceler Julián Viso os procedimentos de inauguração dos postes fronteiros e suas implicações:

Colocado ya el poste correspondiente a las cabeceras del Memachi, no como el primero y más occidental, sino como uno de tantos de la línea de limites, há quedado reconocida nuestra jurisdicción, de una manera incontrovertible por lo menos hasta la cebecera del Ysana y abiertas las

¹⁷² Barberii a Tereja Rodriguez, instrucciones, 10-7-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Ano I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 280.

¹⁷³ “*Planteamientos hechos por nuestro país sobre la región que cubre el rio Ysana*”. Tereja Rodriguez a Guzmán Blanco, carta, Maroa, 2-3-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Ano I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 282.

*puertas por donde necesariamente tienen que entrar ambas naciones a ajustar um tratado adicional.*¹⁷⁴

Além disso, Tejera Rodriguez recomendava um olhar atento sobre a fronteira com a Guiana Inglesa, pois, conforme os ajustes feitos em 1859, o Brasil supostamente teria reconhecido que as águas que vão ao Essequibo seriam da Venezuela, até onde se estenderem os limites ao Oriente. Assim, desse ponto de vista, a questão do Pirara, entre brasileiros e britânicos, passaria a ser uma questão entre Venezuela e Grã-Bretanha.

O demarcador venezuelano aguçava o interesse do governo de Caracas pela questão, apontando o potencial da borracha nas regiões do Cassiquiare, rio Negro e Orinoco. Dizia ele que uma comissão formada por capitalistas europeus seguramente se interessaria em explorar a região, em troca de construir uma estrada de ferro e estabelecer a navegação a vapor.¹⁷⁵

O Brasil reagiu à vontade revisionista venezuelana. Quando a Secretaria de Estado detectou o sobrepasso efetuado por Araújo, desaprovou imediatamente as ações do demarcador brasileiro na conferência extraordinária e decidiu por anular o reconhecimento previamente feito.

O encarregado de negócios do Brasil em Caracas, J. G. de Amaral Valente, justificou a conduta de Araújo explicando que ele teria sido induzido a não colocar o primeiro poste de demarcação na cabeceira do Memachi, como determinava o tratado de 1859, pela circunstância de reconhecer a cabeceira de outro rio, o Issana, que não se localizava a leste da nascente do Memachi, como se imaginava, mas a oeste.

O governo do Brasil alegava, ainda, que estava fora dos objetivos da Comista transcender aquilo que havia sido determinado pelo tratado de 1859. Além disso, a natureza técnica da Comista não deveria ser politizada a ponto de tornar-se um “tribunal” para onde fossem levadas questões alheias, por exemplo, envolvendo-se direta e indiretamente no litígio venezuelano-colombiano e anglo-brasileiro.

Tejera Rodriguez rebateu, afirmando que Brasil e Colômbia estavam prestes a celebrar um acordo sobre fronteiras que envolvia as regiões em reclamação, sem consultar Caracas. Mais ainda, que o gabinete em Bogotá estava combinando, em segredo, planos para

¹⁷⁴Tejera Rodriguez a Viso, nota oficial, n 38, Maroa, 31-5-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 285.

¹⁷⁵Idem.

retomar a margem esquerda do Orinoco e para se apossar de um porto no golfo (ou no lago) de Maracaibo.

O demarcador venezuelano, duro em suas críticas, alimentou um ânimo revisionista que seria, ao longo do tempo, incorporado à política exterior venezuelana como um traço identitário:

*Con qué títulos intenta el Gobierno del Brasil erigirse en juez y parte para decidir en el asunto [...] no tiene otra cosa en que apoyarse sino en su voluntad de que así sea, lo cual es todo punto fuera de justicia.*¹⁷⁶

O revisionismo tornou-se princípio da política exterior venezuelana como um reflexo da inserção histórica do país no meio internacional. Algumas insatisfações territoriais e fronteiriças transformaram-se em litígios; problemas diplomáticos sem solução ganharam densidade e se perpetuaram no tempo. Nesse momento da história das relações internacionais da Venezuela, as questões fronteiriças contaminaram o governo, o parlamento, a chancelaria e especialmente a mentalidade coletiva da população e da sociedade.

Assim, os governantes não podiam deixar de aproveitar, em causa própria, como capital político ou ainda por nacionalismo, as contendas fronteiriças que se caracterizaram entre 1830 e 1899. Logo, o Ministério das Relações Exteriores foi impelido a priorizar em sua agenda tais questões e mobilizar seu aparato burocrático para dar marcha às pretensões e interesses do país em jogo.

Em suma, os problemas fronteiriços com a Colômbia, sobre a margem esquerda do Orinoco, lago de Maracaibo e “golfo da Venezuela”; a questão do Essequibo com a Grã-Bretanha; e a questão Issana-Jupurá com o Brasil, desde a década 40 do século 19, cristalizaram-se em um princípio de reclamação e revisão das fronteiras venezuelanas, que objetivava garantir a integridade territorial, a soberania nacional e, com isso, preservar a sobrevivência da pátria de Bolívar.

Portanto, não seria coincidência o fato de Tejera Rodriguez ser nomeado como plenipotenciário da Venezuela ante o império do Brasil, em 1º de fevereiro de 1881, pelo

¹⁷⁶ “Anulación e invalidación por el gobierno del Brasil de la acta de la 3ª Conferencia”. Tereja Rodriguez a Saavedra, informe, 29-11-1880. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 290.

Ministro de Relaciones Exteriores Pedro José Saavedra. O objetivo era claro e direto: “*la celebración de un tratado de límites con El Império rehaciendo El de 5 de mayo de 1859*”.¹⁷⁷

Porém, caso não fosse possível um novo tratado, deveria ser concluído um protocolo adicional melhorando completamente o antigo acordo. Assim, o papel do negociador venezuelano, nesse jogo diplomático que selaria o destino de seus territórios na América do Sul, era o de “*convencer al Brasil de la justicia con que aspirava a que se deslinde hasta el Yupurá con Venezuela y no con Colombia*”.¹⁷⁸

A visão venezuelana, de domínio sobre as regiões entre o Memachi e o Japurá e do Essequibo, derivaram em uma linha de direito nas negociações com o Brasil, aparentemente sem grandes fundamentos. Mesmo assim, o governo de Caracas fiava-se em dois elementos: no posicionamento do demarcador brasileiro Araújo e no congelamento do tratado de 1859.

O primeiro elemento já havia sido descaracterizado pelo governo do Império, apesar da insistência de Tejera Rodriguez. Restava apoiar-se no fato de o tratado de 1859 não haver sido executado até aquele momento, o que abriria o caminho para a renegociação – ainda que fossem nos aspectos técnicos que competiam à comissão demarcadora. Para tanto, seria levado em conta o disposto no artigo 5º daquele tratado e as vantagens oferecidas ao Brasil.¹⁷⁹

Rodriguez denunciava a tendência do Brasil em não reconhecer os direitos de Venezuela, mas alimentou a expectativa de que o Brasil cederia, por ser a desaprovação da proposta infundada. A Venezuela alegava que o tratado de 1859 havia sido assinado e aprovado “*en la epoca de la guerra de cinco años de la Federación*”, portanto, em um momento no qual os rumos políticos do país estavam demasiadamente indefinidos. Além disso, “*la opinión pública siempre lo ha rechazado como prejudicial à la integridade del territorio*”.¹⁸⁰

Tejera Rodriguez, momentaneamente, se resignaria às instruções do Ministério das Relações Exteriores. Caso o Brasil não aceitasse os termos venezuelanos originais, deveria

¹⁷⁷ Saavedra a Tereja Rodriguez, instruções, Caracas, 1-2-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 16.

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Tratado de Limites e Navegação Fluvial de 1859, Artigo 5º: “Se para os fins de fixar em um ou outro ponto limites que sejam mais naturais e convenientes a uma ou outra Nação, parecer vantajosa a troca de territórios, poderá esta ter lugar abrindo-se para isso novas negociações, e fazendo-se, não obstante, a demarcação como se tal troca não houvesse de efetuar-se”. In RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS Brasil-Venezuela (1859-1997): documentos oficiais. Brasília: FUNAG, 1998. p. 10.

¹⁸⁰ Idem. p. 17.

apresentar o curso do Apoporis até a entrada do Taraira, seguindo a cabeceira do Memachi pela Serra de Aracuará, como opção negociadora.

Ademais, o governo de Caracas se preocupava em definir os marcos inicial e final das fronteiras brasileiro-venezuelanas. O princípio da linha deveria ser nas cabeceiras do rio Issana e o seu final se estenderia a leste “*más allá de las vertientes del Essequibo*”, o que garantiria para si territórios reclamados pela Colômbia e pela Inglaterra. Transparecia, nesse sentido, uma perspectiva preventiva, nutrida pelo Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, não só de manter como de alargar seu território até a fronteira com a Guiana Francesa.

A diplomacia venezuelana confiava que os estudos feitos e a documentação existente seriam favoráveis à tese sustentada em Caracas. Ao longo da gestão de Guzmán Blanco foram levantados documentos tidos como incontestes, como um parecer de um comissário de demarcação espanhol, Dom Francisco Requena, de 1783 e uma Cédula Real autêntica de 1802, que definia os territórios entre Venezuela e Peru, ambos caracterizando o ponto de vista venezuelano.

Além do mais, emanava da figura do presidente, denominado de “Ilustre Americano”, uma aura de glória e orgulho em resolver definitivamente as pendências sobre a integração da nação, o que incluía os territórios em litígio.¹⁸¹

Tejera Rodriguez chegou ao ponto de denunciar, em um informe ao Ministro de Relações Exteriores Rafael Seijas, uma suposta trama contra os interesses nacionais venezuelanos, mediante a política protetória brasileira, ancorada em desculpas e falsas promessas, bem como por uma política predatória, de envio de emissários às regiões fronteiriças. Para o encarregado de negócios venezuelano, o Brasil “*se inclina a dejar por ahora sin solución definitiva los asuntos pendientes con Venezuela*”.¹⁸²

A visão do encarregado venezuelano era de uma “corrida fronteiriça”, que se daria pelo estabelecimento de entrepostos militares nos povoados mais próximos do Brasil e Venezuela, de inspetoria nas bocas de rios, para fiscalizar os barcos brasileiros ou

¹⁸¹ Ibidem.

¹⁸² “*Sobre el estado de la reclamación hecha en relación al Ysana y al Yupurá*”. Tejera Rodriguez a Seijas, nota oficial, Rio de Janeiro, 4-6-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994, p. 313.

venezuelanos, da ampliação dos aldeamentos, do restabelecimento de povoados abandonados e da cooptação dos indígenas.¹⁸³

Por exemplo, o general Andrés Level, governador do território Amazonas, deixava retratos do presidente e do governador para que a população local conhecesse seus governantes. Enfim, as recomendações eram uma leitura realista que exaltava a segurança nacional, profundamente contrária à tese das boas relações.

A fórmula elaborada por Miguel Tejera Rodriguez foi encampada por Antonio Leocadio e seu filho Guzmán Blanco, quando ascendeu à presidência da Venezuela, contra o Brasil. Coube a Dom Pedro Luis de Sousa, então Ministro de Negócios Estrangeiros do Brasil, refutá-la.

Luis de Sousa procurou desconstruir as premissas venezuelanas em quatro tempos. Primeiro, desaprovou a ideia do comissário Araújo de principiar a demarcação não no Memachi (como previa o tratado de 1859), mas no Issana, o que estenderia os domínios brasileiros muito a Oeste, cedendo territórios que não pertenciam ao Brasil e os quais, também, não pretendia ter.¹⁸⁴

Em seguida, decidiu por deslegitimar a conferência extraordinária, que deu razão à crise diplomática, afirmando ter sido uma “surpresa” para o governo do Império, ao ocupar-se de matéria estranha a sua competência e sem autorização governamental para pesquisar o que procedeu. Além do mais, demonstrou que o Brasil, em diversas negociações, havia mantido o mesmo pleito sobre as linhas definidoras dos limites com Venezuela (e Colômbia), o que caracterizava um padrão histórico. Finalmente, que a definição dos limites entre Brasil e Venezuela estava intimamente ligada aos limites colombianos, de modo que o governo da Venezuela não poderia buscar entendimentos com o Brasil que excluíssem a Colômbia.

Miguel Tejera Rodriguez contra-atacou afirmando que o Brasil estaria se eximindo de corrigir o erro do tratado em relação aos limites entre os rios Issana e Memachi. O que mais o importunava era a não cooperação brasileira: “*lo que há faltado há sido buena disposición por parte del Brasil*”.¹⁸⁵

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ Luis de Sousa a Tejera Rodriguez, nota oficial, Rio de Janeiro, 17-6-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano 1, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 314.

¹⁸⁵ Tejera Rodriguez a Luis de Sousa, nota oficial, 9-7-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano I, n 1 Caracas, MRE, 1994. p. 325.

Logo, a ofensiva contra o Brasil atribuía aos desígnios expansionistas do vizinho em matéria fronteiriça um óbice à concertação entre os dois países, cogitando alçar-se a um estágio de conflito internacional. Era inadmissível para Caracas que o Brasil se abstinisse de celebrar um acordo adicional diante dos direitos venezuelanos de posse da região entre o Issana e o Memachi, assim como era inaceitável que selasse com a Colômbia um acordo de limites antes de resolver sua situação com a Venezuela.¹⁸⁶

O governo do Império tentou se esquivar de um enfrentamento direto na questão, pois confiava naquilo que havia sido acordado em 1859. Entretanto, não deixou de alfinetar o governo de Caracas por não haver compreendido a nota aclaratória sobre a 3ª Conferência, por pretender dilatar suas fronteiras ao sul, ou ainda pela falta de qualificação das autoridades venezuelanas em negociar os ajustes.¹⁸⁷

Tejera Rodriguez acreditava possuir dois trunfos para as negociações a partir de contradições da posição do Império. O lado brasileiro afirmava ter apenas parte das águas do Issana, mas o tratado de 1859 dizia que todas as águas daquele rio pertenciam ao Brasil. Além disso, o lado brasileiro declarava não possuir nem pretender possuir os territórios circunvizinhos ao Issana e ao Cuyarí, o que facilitaria o reconhecimento virtual do domínio venezuelano.¹⁸⁸

Do Rio de Janeiro, “*marchan los negocios con una lentitud desesperante*”, qualificaria Tejera Rodriguez a tática do governo brasileiro. O encarregado venezuelano temia que o “impávido colosso” permanecesse firme na ideia de não tratar naquele momento com a Venezuela:

*se me alcanza que este gobierno, ora por influencias que le interesan en la política continental, ora por otras causas, se inclina a dejar por ahora sin solución definitiva los asuntos pendientes con Venezuela.*¹⁸⁹

¹⁸⁶ Idem. p.326-329.

¹⁸⁷ Idem. p. 330-331.

¹⁸⁸ Idem. p. 332. Ver Anexos: Mapa 2 – Região do Cassiquiare.

¹⁸⁹ “*Sobre el estado de la reclamación hecha en relación al Ysana y al Yupurá*”. Tejera Rodriguez a Seijas, nota oficial, Rio de Janeiro, 4-6-1881; “*Sobre la negativa del Império brasileño de celebrar um tratado adicional*”. Tejera Rodriguez a Guzmán Blanco, carta, Rio de Janeiro, 18-7-1881; “*Acerca del estado de las conversaciones*”. Tejera Rodriguez a Seijas, informe, Rio de Janeiro, 8-8-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 313; p. 333; p. 336.

O revisionismo venezuelano tentou aproveitar o que seria uma conjuntura difícil para o Império na América do Sul, com a Guerra do Pacífico e a indecisão de entrar no conflito ou fornecer os bons ofícios de mediação; com a pretensa anexação da Bolívia pela Argentina; e com a influência crescente dos EUA na região.¹⁹⁰

Entretanto, a estratégia da diplomacia brasileira de “vencer pelo cansaço” parecia dar sinais de que prevaleceria. Tejera Rodriguez, inconformado e irritado, começou a admitir que as circunstâncias não eram tão propensas como foram no início do pleito. O Brasil seguia entrincheirado em sua posição renitente, fechando as portas para um novo tratado ou para um acordo adicional.

Logo, a saída provisória para se evitar um desfecho mais desfavorável seria: a) evitar um acordo entre Brasil e Colômbia, o que dissiparia o verdadeiro temor de perder territórios para o rival bolivariano; b) endurecer a fiscalização, com possibilidade de punição, da navegação dos rios interiores da Venezuela; c) estabelecer em Manaus um consulado para atender aos interesses de comerciantes e cidadãos venezuelanos que pela região transitavam.

Rodriguez confiava, então, em um movimento tático: apegar-se aos vínculos estabelecidos pelas gerações anteriores de contatos bilaterais, explicando que:

*como en Caracas hay una legación del Brasil, y en Bogotá no; y, como este Gobierno me parece inclinado a preferir nuestra vecindad, todo conspira para que dentro de poco sea el asunto definitivamente resuelto en nuestro favor.*¹⁹¹

Entretanto, esse quadro tornou-se mais complexo pela rede de intrigas e interesses que subsistia no grupo decisor venezuelano. Tejera Rodriguez atuava sob as ordens de Guzmán Blanco, presidente da Venezuela e filho de Antonio Leocadio Guzmán, ferrenho opositor do Brasil desde a época de Miguel Maria Lisboa em Caracas.

Curiosamente, Guzmán pai escreveu ao filho, em 23 de setembro de 1881, para apresentar suas impressões sobre as diversas questões a cargo de Miguel Tejera Rodriguez

¹⁹⁰ A Guerra do Pacífico envolveu Peru, Chile, Bolívia e contou com a interferência dos EUA em uma disputa por áreas ricas em nitrato e guano. Ver SCHULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000. p. 115-131.

¹⁹¹ “*Sobre la actitud renuente del gobierno imperial*”. Tejera Rodriguez a Seijas, informe, Rio de Janeiro, 11-9-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 339.

durante o processo de negociação entre os governos de Caracas e Rio de Janeiro, examinando o que acreditava ser “a decisão do gabinete do Rio de Janeiro de renunciar à conclusão da questão de limites”.

Insinuava que a política do filho de reorganizar as regiões limítrofes com o Brasil teria desagradado o Império, que optou por evadir-se das negociações tanto com Venezuela quanto com Colômbia para ganhar em ambos os lados. Seria, nesse sentido, uma estratégia deliberada e consciente de semear a discórdia e expandir seus domínios à revelia dos vizinhos. Nas palavras de Antonio Leocadio Guzmán:

*A mis ojos es indudable que la política Brasileira haya de tener una tendencia constante de sembrar dificultades y discórdias entre las Repúblicas que rodean al Ymperio, por que de la unidad Hispano Americana no podia esperar el Brasil sino un porvenir peligroso para el.*¹⁹²

As astúcias da política imperial e sua tentativa permanente à ampliação territorial já haviam feito vítimas como o Paraguai, depois da “maldita guerra”, tornando-o uma espécie de protetorado brasileiro, na visão de Guzmán pai, e que não descartava a possibilidade de futuras investidas para desmembrar vizinhos hispano-americanos, como a Venezuela.¹⁹³

Dessa forma, enquanto Tejera Rodriguez cedia nas tratativas com o Brasil, assumindo uma postura mais aberta e conciliadora, esbarrou na disposição de Guzmán Blanco de fortalecer a posição de autoridade da Venezuela na fronteira brasileiro-venezuelana.

Em síntese, pode-se argumentar que os laços primordiais entre Brasil e Venezuela foram marcados pela falta de sincronia no grupo decisor e executor venezuelano, pela vontade de revisão fronteiriça de Caracas e pela postura irredutível do governo Imperial. Com isso, os acordos das pendências foram bloqueados por mais duas décadas, até que um novo acordo fosse levado adiante pelo diplomata pernambucano Manoel de Oliveira Lima.

¹⁹² Antonio Leocadio a Guzmán Blanco, carta, La Quinta, 23-9-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 343.

¹⁹³ Vale lembrar como Lisboa caracterizou Antonio Leocadio: “um dos corifeus do abolicionismo e [que] não consentiria jamais na extradição dos escravos que me parece convir ao Brasil obter desta república [...] antagonista de Páez e seu inimigo irreconciliável [...] redator do Venezolano [...] um dos homens que considero hostis ao Brasil e prontos para entrar em qualquer intriga britânica contra os interesses do Império”; é esclarecedora a análise que faz sobre o venezuelano, para compreender o peso da Carta enviada a seu filho e para o futuro das negociações: “absurdo desrespeito com que Guzmán contempla o Brasil. Sua influência nos conselhos do Gabinete venezuelano poderia afetar o tratado de limites”. Cadernos, op. cit. p.120; 138.

3. O entrelaçamento bilateral

O período compreendido entre o fim do século 19 e início do século 20 determinou transições políticas importantes no Brasil, que se tornara republicano em 1889, e na Venezuela, que selara o fim de quase um século de conflitos internos em 1903. Das primeiras gerações de contatos internacionais aos laços primordiais estabelecidos entre Brasil e Venezuela, os diversos acontecimentos envolvendo os dois países em suas relações internacionais desencadearam um processo de entrelaçamento bilateral que culminou na formalização de um *modus vivendi*, em 1940.

As relações bilaterais brasileiro-venezuelanas sofreram nova descontinuidade, quando a Legação do Brasil ficou, desde 1897, com a saída do Ministro José de Almeida e Vasconcelos, sem um representante naquele país. Aparentemente, o governo republicano brasileiro decidiu aguardar que se acalmassem os ânimos do vizinho sul-americano.

A Venezuela vinha sofrendo com transtornos internos e turbulências externas. Os breves governos civis de Pablo Rojas Paúl (1888-1890) e Raimundo Andueza Palacio (1890-1892) foram eclipsados pela marcha sobre Caracas do general Joaquim Crespo, em 1892, que tomou o poder e só o entregaria a Ignacio Andrade em 1898. Entretanto, José Manuel Hernández, adversário político de Andrade, questionou o resultado das eleições e abriu uma crise que foi resolvida pela “Revolução Restauradora”, de Cipriano Castro, em 1899.

No plano externo, o governo venezuelano esteve envolvido em uma disputa com a Grã-Bretanha pela definição das fronteiras com a Guiana Inglesa. A gravidade da situação fez com que Caracas se movesse segundo os ditames de Washington. O Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Pedro Ezequiel Rojas, justificava que:

*ellos [norte-americanos] tienen por ahora a su cargo la parte más delicada del litigio: una respetable Comisión creada por el Congreso y nombrada por el presidente Cleveland estudia cuidadosamente, desde el punto de vista del derecho histórico, la línea fronteriza de nuestra Guyana.*¹⁹⁴

¹⁹⁴ Rojas a Pachano, instruções, Caracas, 29-7-1896. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 19.

A política exterior da Venezuela fez um movimento pendular com características complementares. Para o norte, se engajando cada vez mais na órbita política e econômica dos EUA; e para o sul, optando por aproximações com seus vizinhos sul-americanos. As concertações sul-americanas não deveriam excluir os norte-americanos, uma vez que os EUA eram “*nuestro principal defensor o abogado*” na causa limítrofe contra os britânicos. Assim, o governo de Caracas depositou nas mãos dos norte-americanos a esperança de dar termo “*decoroso y justo a la antigua contienda entre Venezuela y la Gran-Bretaña*”.¹⁹⁵

A diplomacia bolivariana apoiou a proposta norte-americana de um convênio de arbitragem para dar tratamento mais efetivo aos litígios fronteiriços. Caso um acordo dessa natureza fosse assinado, o apoio norte-americano garantiria uma vitória na questão do Essequibo. Ao contrário, como explicou o chanceler Rojas, “*la exclusión de los pueblos del Norte le quitará su más positiva eficiencia*”.¹⁹⁶

No outro movimento do pêndulo, Caracas dependia do cultivo das boas relações com o Rio de Janeiro para o sucesso de sua empreitada contra as artimanhas do Gabinete de St. James. O ministro plenipotenciário da Venezuela no Brasil, Jacinto Regino Pachano, fora instruído a acompanhar o andamento da proposta de um Congresso Americano de Arbitragem para, o mais rápido possível, entrar em negociações com o governo do Brasil.

Recebeu dois tipos de instrução do chanceler Ezequiel Rojas. Pelo fato de as comunicações entre Caracas e Rio de Janeiro ainda serem demoradas, seria enviado da Secretaria de Estado para a embaixada venezuelana na capital do Brasil um cabograma cifrado, com as palavras “Washington” ou “Amazônia”.

Caso recebesse em sua comunicação “Washington”, Pachano deveria procurar induzir o Brasil a aceitar diretamente um convite dos EUA para participar do Congresso, pois Caracas temia a relutância do governo brasileiro.

Caso fosse informado com a palavra “Amazonas”, Pachano deveria estimular o Brasil a se juntar à Argentina, Chile, México e Venezuela, para “convidar” os Estados Unidos a dar

¹⁹⁵ Rojas a Pachano, instruções, Caracas, 29-7-1896. Idem.

É interessante notar que, assim como fizera o Brasil, a Venezuela também ajustou seu foco de política externa, dissolvendo de vez a equidistância entre britânicos e norte-americanos. No caso do Brasil, a gestão do Barão do Rio Branco (1902-1912) “pavimentou o caminho da modificação do eixo da política externa brasileira da Europa para os Estados Unidos, com base no cálculo de tornar a América do Sul esfera de influência brasileira”. Ver GEHRE, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.

¹⁹⁶ Rojas a Pachano, instruções, Caracas, 29-7-1896. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 19..

pronta cooperação à realização do evento, pois Caracas temia que o governo norte-americano se desinteressasse pela ideia.

Além do mais, o governo venezuelano imaginava que a suposta recusa do *Foreign Office* de aceitar o arbitramento, e a pressão exercida pela administração norte-americana do presidente Cleveland e do Secretário de Estado Richard Olney, não passariam de um jogo. Haveria, portanto, um conluio entre as duas potências anglo-saxônicas, pois o zelo especial de Washington em relação a Londres descaracterizava a essência da Doutrina Monroe de resistência a qualquer agressão estrangeira levada a cabo na região.¹⁹⁷

Em dois de fevereiro de 1897, a questão acabou sendo levada a arbitramento internacional e um tratado assinado em Washington conformou um tribunal *ad hoc*, composto por dois juízes norte-americanos, dois ingleses e a presidência de um russo. Posteriormente, as deliberações foram trasladadas a Paris, sendo o laudo divulgado em três de outubro de 1899.

As pressões norte-americanas fizeram o governo de Caracas covalidar o que já havia sido discutido previamente entre os anglo-saxões. Além disso, o laudo careceria de motivações, ou seja, de razões que justificassem suas conclusões, claramente favoráveis à Inglaterra. Foi, na visão de Salcedo-Bastardo, “*una transacción casual y política y no un arbitraje de estricto derecho*”.¹⁹⁸

Em suma, o laudo de Paris de 1899 tornou-se um dos pilares da política revisionista venezuelana, alimentando os receios e os ressentimentos de Caracas com o entorno fronteiriço sul-americano.

Nesse momento, outra força profunda passaria a atuar decisivamente nos cálculos estratégicos dos Homens de Estado na Venezuela: o petróleo como um recurso natural.

Por volta de 1880, houve o interesse de empresários da Pensilvânia, centro norte-americano de buscadores de poços de petróleo, pelo negócio de exploração do asfalto do lago de Guanoco. A partir daí, estabelece-se uma política de concessões de áreas de exploração mineral, primeiramente para pessoas, normalmente familiares e amigos dos governantes, e depois para companhias estrangeiras.

¹⁹⁷TARVER, H. Micheal & FREDERICK, Julia. *The history of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 71-72.

¹⁹⁸ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. p. 406-408;

Empresas como *Standard Oil* e *Royal-Dutch Shell* começaram a atuar na exploração e na exportação do óleo cru, por meio de concessionárias e subsidiárias venezuelanas. Além disso, montaram um esquema de controle da cadeia petrolífera de natureza extraterritorial, aproveitando-se de algumas ilhas do Caribe, como Curaçau e Arruda, como bases de refino e reexportação. Com isso, minimizavam-se os riscos políticos e econômicos presentes em regimes ditatoriais e autocráticos, como os que governariam a Venezuela entre 1901 e 1945.¹⁹⁹

O petróleo se enredava à política interna e internacional venezuelana. O presidente Cipriano Castro percebeu que poderia auferir os recursos necessários ao seu governo com empreendimentos petrolíferos. Decidiu, então, por resgatar o controle da exploração do lago asfáltico, o que levaria os empresários norte-americanos a patrocinar um movimento armado contra o seu governo. Chefes políticos de diferentes regiões pegaram em armas, motivados contra a centralização de poder exercida pelo novo governante. O movimento rebelde foi suprimido e o lago asfáltico sequestrado como ativo governamental.²⁰⁰

O sucesso momentâneo cegou Castro, que não dimensionou a amplitude dos tentáculos do imperialismo internacional. Junto com os interesses petrolíferos, os europeus passaram a vislumbrar a importância geopolítica e econômica do Caribe. Os interesses britânicos, por exemplo, já demonstravam a complexidade do jogo das grandes potências na América Latina, pois incluíam a questão do Essequibo, a liberdade de navegação no rio Orinoco e as facilidades de comércio para os súditos da coroa inglesa.²⁰¹

Aproveitaram as décadas de crise e conflito interno, que minaram as resistências nacionais, para empreender um duro golpe ao vizinho brasileiro. Aponta Salcedo-Bastardo que “*la codicia foranea no duerme y, en coincidencia con todos los elementos desintegradores, prepara-se a golpear la decaída e maltrecha Venezuela*”.²⁰²

Em 1902, Inglaterra, Alemanha e Itália reclamaram o não pagamento de dívidas a empresas e cidadãos daqueles países. Em sete de dezembro daquele ano enviaram um

¹⁹⁹YERGIN, Daniel. *The prize: the epic quest for oil, money and power*. New York: Free Press, 2003. p 233-237.

²⁰⁰SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006.

²⁰¹TARVER & FREDERICK, *The history...* op. cit., p. 79.

²⁰² Vale lembrar que a reação sul-americana veio com a reafirmação da Doutrina Calvo, que preconizava a não intervenção nos assuntos internos dos países. Coube ao chanceler argentino Luis María Drago formular uma reprimenda contra a ingerência europeia na América e uma condenação contra a cobrança compulsiva de dívidas internacionais por meios militares. Ver CAPELLA, Freddy Belisario. *Derecho Internacional Americano*. 2ª edición. Caracas: Anuaco ediciones, 2008. p. 265-276.

ultimato de 48 horas para o governo venezuelano saldar suas dívidas. Castro, contudo, rechaçou-o energicamente, precipitando o bloqueio naval, que levou ao apresamento de navios mercantes, ao bombardeio dos portos e à ameaça de desembarque de tropas.

O bloqueio, que escalonou para a violência com a anuência estadunidense, curiosamente cessou com a intervenção dos próprios navios de guerra norte-americanos, que chegaram à região em princípios de 1903. Castro capitalizou politicamente a agressão estrangeira para consolidar seu governo, proclamando que “*la planta insolente del extranjero há profanado el sagrado suelo de la patria*”.²⁰³

Além disso, o general Juan Vicente Gómez combateu um movimento contrário ao governo Castro ao entrar violentamente à entrincheirada *Ciudad Bolívar*, reduto dos rebeldes. A “revolução libertadora” esmagada por Gómez era patrocinada por latifundiários, banqueiros e contava com dinheiro norte-americano.²⁰⁴

As consequências desse evento para a Venezuela foram profundas. Encerrou a espiral de guerras civis de quase um século (1810-1903); concentrou o poder na figura do presidente, em detrimento dos caudilhos regionais; criou um sentido de disciplina e confiança, que levou à profissionalização do exército, em comparação com as milícias regionais; gestou o corpo da pátria da nação, com a definição de limites geográficos, da reorganização burocrática e de políticas públicas nacionais; gerou uma perspectiva da unidade nacional; e despertou a consciência de que Venezuela não estava sozinha no mundo.²⁰⁵

1.3.1. A passagem de Oliveira Lima pela Venezuela

Uma vez “apaziguada” a questão de limites com a Grã-Bretanha e instalada a paz na Venezuela, as relações entre Caracas e Rio de Janeiro puderam ser normalizadas. Após um breve interstício sem representante diplomático naquele país, em 11 de agosto de 1904 Manoel de Oliveira Lima foi nomeado como Ministro Plenipotenciário do Brasil junto ao governo de Cipriano Castro.

²⁰³ SALCEDO-BASTARDO, *História...* op. cit., p. 402.

²⁰⁴ LUONGO, Luis José Silva. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones*. 1ª edición. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2000. p. 9.

²⁰⁵ CABALLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporânea (1903-1992)*. 3ª edición. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003. p. 37-60.

Duas questões antecederam sua chegada ao novo posto no exterior: que tipo de credenciais receberia da Secretaria de Estado? Como chegaria à capital venezuelana? A demora e a indefinição do tipo de credencial e do posto que assumiria em Caracas gerou uma expectativa negativa com relação às intenções do Barão do Rio Branco. De fato, havia entre o diplomata pernambucano e o Ministro das Relações Exteriores uma desinteligência que acabou por azedar as relações pessoais e profissionais entre eles.²⁰⁶

Não bastasse o entrevero profissional ou as “dificuldades no relacionamento com o chefe do Itamaraty”, Oliveira Lima constataria o “absurdo geográfico” que o obrigava ir à Europa para alcançar o norte da América do Sul. De todo modo, aproveitou a oportunidade para tomar um “banho de civilização”, permanecendo em Paris até fevereiro de 1905, quando chegariam as “tão esperadas” credenciais de Ministro Plenipotenciário, enviadas pelo Barão. Assim, Oliveria Lima deixou Southampton em 25 de abril de 1905 e finalmente alcançou o porto de La Guaira em 12 de maio daquele ano.²⁰⁷

Durante a longa viagem Oliveira Lima pôde estudar sua missão, que tinha dois objetivos principais. Restabelecer a representatividade da legação do Brasil na Venezuela, retomando o fluxo contínuo de informações, comunicações e inteligência bilateral e firmar um acordo sobre pendências fronteiriças.

Questões técnicas suscitadas pela Comissão Mista Demarcadora de Limites, ancoradas no desejo revisionista venezuelano e no trabalho de Tejera Rodriguez, demandaram ajustes que, na ótica da chancelaria brasileira, poderiam ser firmados por um convênio ou protocolo, à luz da tradição de Rio Branco de solucionar de uma vez por todas as indefinições fronteiriças com os vizinhos.

Quase duas semanas após sua chegada a Caracas, entrevistou-se com o presidente Cipriano Castro para a entrega de suas credenciais. O discurso de praxe entoou o parentesco ibérico comum, a identidade de raças e a situação geográfica favorável que uniam os dois países.

²⁰⁶ A irmã de Oliveira Lima, Maria Beltrão, aconselhava o irmão a não contrariar o Barão do Rio Branco ou, pelo menos, a não abusar da (pouca) boa vontade do chefe, citando o seguinte provérbio português, em umas das várias cartas trocadas pelos dois: “com o teu amo não jorges as peras”, pois ele comerá as maduras e dá-te-a as verdes. In LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 36.

²⁰⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes*. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. Rio de Janeiro: EMC; Brasília: IPRI, 2002. p. 233.

Uma vez estabelecido o contato protocolar, Oliveira Lima passou a desempenhar suas funções diplomáticas, que incluíam o levantamento de informações sobre o país, a análise da conjuntura política e econômica, bem como a manutenção da inteligência entre os governos dos dois países. Não obstante, Oliveira Lima foi um pouco além, conseguindo produzir uma relevante peça constituída por impressões críticas acerca da Venezuela da época. Pois, à medida que adentrava a vida venezuelana, suas percepções começaram a ganhar um alto teor de acidez.

Por exemplo, o calor infernal da capital, a lentidão das comunicações e a enorme distância dos grandes centros mundiais, e do Brasil, tornariam as condições de trabalho insalubres e dificultariam a adaptação dos representantes diplomáticos. O plenipotenciário brasileiro e sua esposa não se adaptaram à “primavera” caraquenha e teriam tido vários problemas de saúde, o que justificaria depois sua prematura remoção da Venezuela.

Oliveira Lima captou elementos de “irreconciliável caráter” para dois países que procuravam se reencontrar nas relações internacionais. O caudilhismo hispano-americano e a maneira como se tornou uma instituição da vida política venezuelana; a instabilidade política crônica e ininterrupta desde 1830; o contraste entre os modelos republicano e monarquista ou como a monarquia no Brasil produzira um país relativamente mais estável do que o processo revolucionário que gerou anarquia na América espanhola; enfim, a “terrografia”, ou a redução da terra para proveito próprio e particular dos generais governantes na pátria de Bolívar.

Oliveira Lima demonstrou, em sua primeira experiência latino-americana, a ojeriza pelas ditaduras militares de “generais caricatos que desacreditaram um continente”. Das gerações anteriores de governantes, citou Páez como um protetor da oligarquia conservadora e Guzmán Blanco como o promotor de uma paz instável, reprovando a conduta de ambos por terem desmontado o prestígio internacional da época de Bolívar.²⁰⁸

O ilustre pernambucano derivou de suas experiências em Berlim, Londres, Washington e Tóquio um modelo de governo e uma conduta política. E explicou, então, o que viera realizar em sua missão: “em Venezuela, porém, é que vim aprender como uma vontade forte e única, discricionária naturalmente, frequentemente caprichosa, porque nada a contrasta, se sobrepõe às mais adversas combinações de circunstâncias”.²⁰⁹

²⁰⁸ LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 61.

²⁰⁹ Idem. p. 138.

A essa altura ainda não imaginava como seria o perfil caudilhesco da política local que deveria enfrentar em sua jornada, mas logo Cipriano Castro tornou-se o alvo principal das críticas do diplomata brasileiro. A *Revolución Restauradora* liderada por Cipriano Castro e Juan Vicente Gómez preencheu o vácuo de poder após a morte do general Joaquim Crespo, eclipsando o liberalismo amarelo do século 19 e preparando o país para mais um ciclo autoritário de três décadas.

Na pena de Oliveira Lima, o governante venezuelano foi caracterizado como um homem de parca inteligência, que não tinha perfil para governar a Venezuela, mas também “um político nato, seguindo impávido o seu caminho, que tanto pode levar à grandeza como à ruína”.²¹⁰

Outra imagem marcante é do ditador que “prende e acorrenta, mas não fuzila”, refratário das tradições conservadoras de Bolívar, o pai de todos os caudilhos e a própria “origem do mal”.²¹¹

O diagnóstico de Oliveira Lima sobre a Venezuela no início do século 20 era severo: a demagogia militar penetrara na esfera sócio-política, matando gradativamente as liberdades e semeando o autoritarismo reacionário contra a anarquia. Pensava e comparava que, enquanto no Brasil cultivava-se um espírito universal, com base em valores supremos, na Venezuela restava apenas a cultura de um espírito de pequena pátria, de monumentos, templos, estátuas, ou seja, falsos ícones.

O diplomata pernambucano também constatou um fenômeno comum a outros países latino-americanos, mas essencialmente presente na história venezuelana: a politização dos meios de comunicação, mediante o “fácil servilismo da pena”. Criticou sistematicamente a falta tanto de independência como de sinceridade na hora de escrever e produzir um texto, o que “gerou um estilo oco e campanado que é peculiar a essa literatura de encomenda”. Em síntese, na Venezuela, “como em toda democracia do seu tipo, medra apenas a imprensa turificante”, diria Oliveira Lima.²¹²

Entretanto, a visão crítica de Oliveira Lima em seus “repentes de sinceridade *déroutante*” e sua “incontinência da pena”, segundo Almeida, quase arruinou sua missão em

²¹⁰ Idem. p. 139.

²¹¹ ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes*. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. Rio de Janeiro: EMC; Brasília: IPRI, 2002. p. 276.

²¹² Idem. p. 124; p. 140.

Caracas. O diplomata brasileiro provou de seu próprio remédio, pois sua obsessão pelos escritos jornalísticos, como lembrou Portillo, “*contaba con absoluta libertad todo lo que pasaba en Venezuela*”. O problema estava no fato de as impressões sobre a Venezuela terem sido publicadas em artigos no jornal “O Estado de São Paulo”, ao mesmo tempo em que Oliveira Lima estava em Caracas para negociar um ajuste no acordo fronteiriço brasileiro-venezuelano.²¹³

As incessantes críticas à “resistência patriótica” de Cipriano Castro, ainda que não tivessem ultrapassado o limiar jornalístico interno, acendeu um alerta no Rio de Janeiro. Fora ventilado pelo próprio presidente Rodrigues Alves, descontente com a conduta do diplomata brasileiro, a remoção imediata do posto em Caracas. Particularmente, nesse episódio, o Barão do Rio Branco achou injustificado precipitar a volta de Oliveira Lima, atribuindo os ataques sofridos no Brasil a grupos de oposição.²¹⁴

Ao fim e ao cabo, Oliveira Lima recobrou o ânimo do dever cumprido, à medida que reavivou a legação brasileira na capital venezuelana e, mais importante, assinando com o general Alejandro Ybarra, Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, o convênio de 9 de dezembro de 1905 que, aparentemente, colocaria fim às questões fronteiriças entre Brasil e Venezuela.

O “Protocolo sobre Limites” reconhecia a demarcação entre a Pedra Cucuy e o Cerro Cupy; nomeava outra Comista para verificar a tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, com atenção especial à divisão das águas entre o Amazonas, o Orinoco e o Essequibo; e reafirmava o “Tratado de 1859” como referencial jurídico para as tratativas bilaterais.²¹⁵

Antes, porém, de trocar a legação sul-americana por algum posto “mais civilizado”, o ministro plenipotenciário brasileiro foi instruído pelo Barão do Rio Branco a convidar a Venezuela a participar da 3ª Conferência Interamericana que seria realizada no Rio de Janeiro em julho de 1906. Não há certeza, contudo, se a Secretaria de Estado acreditava que poderia reverter uma tendência de negativa da posição venezuelana ou se teria sido um capricho de Rio Branco, seguindo a linha de desinteligência entre ambos, para colocar Oliveira Lima em uma situação delicada.

²¹³ Oliveira Lima chegou a publicar um artigo, em 4 de dezembro de 1904, intitulado “El presidente Castro”, no qual descrevia com franqueza as atitudes autoritárias do presidente venezuelano. PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas (1842-1982)*. Caracas: Editorial Arte, 1983. p. 73.

²¹⁴ LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 61.

²¹⁵ PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: relaciones diplomáticas (1842-1982)*. Caracas: Editorial Arte, 1983.

Recapitulando-se o episódio, o Secretário de Estado dos EUA, Elihu Root, havia sugerido Caracas como sede da 3ª Conferência ao encarregado de negócios da Venezuela em Washington. Entretanto, não se tratava de um compromisso governamental nem diplomático norte-americano, uma vez que, na primeira oportunidade, quando indagado, Root preferiu não se pronunciar sobre a escolha do país-sede daquela Conferência.

Ao mesmo tempo, em Washington foram feitos encontros informais, promovidos pelos embaixadores chileno e mexicano, que contaram com a participação apenas de Ministros. A Venezuela, assim como Peru e Uruguai, que não possuíam diplomatas dessa categoria, não teriam sido convidados e, portanto, não participaram das conversações que acabaram por definir previamente o nome do Rio de Janeiro como cidade-sede.

De qualquer forma, Oliveira Lima apenas comunicou à Secretaria de Estado, em 12 de dezembro de 1905, a recusa do governo da Venezuela ao convite para participar da 3ª Conferência Interamericana, explicando que o presidente Castro “é sensível em matéria de dignidade, e não se estranhará a sua atitude neste caso”. Além disso, Oliveira Lima, fez considerações pessoais sobre a questão: “foi realmente pena que Venezuela, por melindres inutilmente feridos, não se fizesse representar na Reunião do Rio de Janeiro”.²¹⁶

A conduta de Oliveira Lima chegou ao limiar do controverso em fevereiro de 1906, refletindo traços de seu “espírito provocador, suas imprudências e precipitações”. Resolveu protestar contra o tratamento dado ao encarregado de negócios da França, após a ruptura de relações entre Paris e Caracas, denunciando as tradicionais “arbitrariedades de caudilhos”, típicas da Venezuela e da postura de Castro.²¹⁷

De fato, Cipriano Castro colocou a Venezuela no ostracismo internacional. Primeiro, desarticulou o sistema diplomático interno, só recebendo encarregados de negócio. Brasil, EUA e Grã-Bretanha, tardiamente, teriam ministros plenipotenciários. Segundo, rompeu relações diplomáticas, como fez com a França em 1906, o que afetaria o sistema de comunicações – nas mãos de uma empresa francesa, que encerrou seus negócios. Explicava

²¹⁶ LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 147-148.

²¹⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes*. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. Rio de Janeiro: EMC; Brasília: IPRI, 2002. p. 233.

Oliveira Lima que Castro mantinha o país “quase isolado do resto do mundo, nem sequer tendo encarregado seu no Rio de Janeiro”.²¹⁸

Terceiro, atacou o capital estrangeiro, decidindo levar adiante uma ação judicial contra a empresa *The New York and Bermudez Company*, conseguindo sua condenação na justiça venezuelana. A situação era desfavorável a Washington, o que motivou o envio de um conciliador da Casa Branca para reverter o caso em favor dos interesses norte-americanos.

Vale recordar que o capitalismo financeiro norte-americano ganhara “garras” com a chegada ao poder de Theodor Roosevelt, ao substituir a diplomacia do dólar pela política do *big-stick*. Uma vez detectado o fracasso da conciliação, Washington definiu três linhas de ação possíveis: ruptura de relações diplomáticas para caracterizar a insatisfação com as orientações políticas de Caracas; substituição de Castro por um governo títere; e golpe de Estado e retirada à força de Castro;

Essa última opção ganhou a denominação de “Plano Parker”, referência ao adido militar dos EUA em Caracas. O plano previa o desembarque de fuzileiros navais, a captura de Castro, o controle das aduanas e o estabelecimento de um governo provisório pró-Estados Unidos.

O Brasil foi, então, envolvido na disputa como fiel depositário dos interesses das duas partes. Nesse momento, Oliveira Lima já havia encerrado sua missão em Caracas, sendo sucedido por Luiz Rodrigues de Lorena Ferreira, encarregado de negócios que foi promovido a ministro plenipotenciário em 1908.

Em 20 de junho de 1908, Jacob Sleeper, encarregado de negócios *ad interim* dos EUA, informou ao Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, José de Jesus Paúl:

*la presencia ulterior en Caracas de representantes diplomáticos de los EUA no sirve à ningun propósito útil y há resuelto cerrar su Legación en esta capital y poner sus intereses propiedad y archivo en Venezuela en manos del representante del Brasil, país que afablemente ha consentido en encargarse de ellos.*²¹⁹

²¹⁸ LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953. p. 136.

²¹⁹ Sleeper a Paúl, comunicação, Caracas, 20-6-1908. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 385.

A crise venezuelana-estadunidense se estenderia por alguns meses, até que, em 14 de dezembro de 1908, Cipriano Castro viajou para Europa por motivos de saúde. Os grupos oposicionistas perceberam a oportunidade para colocar em andamento o plano de substituí-lo por um governante igualmente “*rapaz y despótico pero menos incómodo al Departamento de Estado*”.²²⁰

Nesse mesmo dia solicitou-se a intervenção armada norte-americana para garantir a estabilidade do novo governo que se afigurava. Coube, então, ao ministro brasileiro Lorena Ferreira intermediar as negociações entre Washington e Caracas e preparar a transição para o novo governo. Lorena Ferreira informou por telegrama:

Reação iniciada contra o General Castro. Ministro de Relações Exteriores me viu hoje, pediu para fazer saber Governo Americano desejo de o presidente Gómez ajustar satisfatoriamente todas as questões internacionais. Crê conveniente presença nave de guerra americana La Guayra em previsão de sucessos. Fiz comunicação semelhante às Legações. Digne-se transmitir Rio. Lorena.²²¹

A mensagem foi recebida em Washington como um desejo de normalizar as relações abaladas entre os dois países. A resposta veio com a indicação de um representante diplomático, William J. Buchanan, responsável por retomar os contatos diplomáticos diretos; e com o envio de força naval para garantir o novo governo no poder. Assumia, assim, Juan Vicente Gómez (1908-1935) com uma estratégia de alinhamento incondicional à Washington.

1.3.3. O petróleo e a condição de países fronteiriços

No Brasil, Lauro Müller (1912-1917) sucedeu o Barão do Rio Branco como Ministro de Relações Exteriores, com o intuito de preservar a margem de manobra que o país havia conseguido nas relações internacionais. Procurou sustentar a aproximação à grande república do norte, renovando o desejo de marchar de acordo com Washington; apoiou gestões diplomáticas e comerciais para garantir o espaço do café brasileiro no mercado internacional;

²²⁰BETANCOURT, Rómulo. *Venezuela, política y petróleo*. 6ª edición. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, Univesidad Católica Andrés Bello, Fundación Romulo Betancourt, 2007.

²²¹ Root a Paúl, nota, Washington, 21-12-1908. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 388.

ofereceu os bons ofícios quando da eclosão de uma crise no México, fortalecendo a participação concertada do bloco formado por Argentina, Brasil e Chile (ABC); e sustentou a neutralidade do Brasil na Grande Guerra até o limite, rompendo relações diplomáticas com a Alemanha, mas não declarando guerra.²²²

O tênue entrelaçamento bilateral motivou o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela, Manuel Días Rodriguez, a cogitar a necessidade de se criar uma legação de primeira classe no Brasil, pelos vínculos de amizade entre os dois países e pela “fidelidade diplomática” do Brasil, que sempre manteve um representante em Caracas.

Assim, nomeou Emílio Constantino Guerrero como plenipotenciário da Venezuela no Brasil em 18 de julho de 1914, com o objetivo de fixar o modo em que deveriam marchar as relações bilaterais. Días Rodriguez identificava interesses recíprocos que facilitariam o diálogo diplomático.

Em primeiro lugar, a condição de vizinhança comum levaria a assumir compromissos mútuos e a fazer concessões quando necessário. Segundo, uma série de vantagens poderiam ser extraídas das questões continentais, devido à ligação existente entre eles pelo Orinoco e Amazonas e ancoradas “*en la identidad de ideas y satisfacción de necesidades que crea la situación geográfica de Venezuela con la prolongación del Norte del Brasil*”.²²³

Para tanto, Constantino Guerrero recebeu instruções específicas de: a) obter do Brasil facilidades de comunicação; b) garantir os meios para execução de um tratado de extradição; c) avivar os territórios limítrofes; d) conseguir eventualmente a livre passagem para embarcações militares; e) restringir a navegabilidade dos rios interiores.

A visão estratégica de Caracas concebia que do território do Amazonas poderia ser conectada uma rede de comunicações, colocando o centro do país em contato mais próximo com suas regiões afastadas e fronteiriças. Era essencial, na visão de Días Rodriguez “*ejercer más estrecha vigilancia en tan lejanos parajes y asegurar mejor los intereses todos de esa región por medio de una autoridad firme y bien controlada*”.²²⁴

Na época, pairava o medo de que a liberdade de navegação, eventualmente concedida pelos vizinhos amazônicos, pudesse levar a intromissões na Venezuela por seus rios

²²² BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os sucessores do Barão: relações exteriores do Brasil (1912-1964)*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

²²³ Días Rodriguez a Constantino Guerrero, nota, n 1326, Caracas, 18-7-1914. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 21.

²²⁴ Idem.

interiores. Nesse caso, temiam-se incursões armadas, de estrangeiros e nacionais, que fomentassem a impunidade, aproveitando-se da falta de ação coercitiva dos governos provinciais.

Logo, os venezuelanos imaginavam poder utilizar os cursos dos rios brasileiros, em casos de urgência, para empregar embarcações armadas que deveriam coagir com maior eficácia as ameaças a seu território. Como consequência, o florescimento do comércio e a ocupação daquelas áreas longínquas do território seriam promovidos.

Para tanto, Caracas procurou evitar que o tema fosse apresentado em algum congresso internacional para deliberação de outras nações, o que prejudicaria os interesses venezuelanos, voltados para a exclusividade da navegação e domínio dos rios internos. Portanto, os venezuelanos sabiam que “*conviene, sobre manera, mantener una inteligencia con el Gobierno del Brasil*” para alcançar os objetivos pretendidos. Por isso, Caracas procurou persuadir o Brasil de que o problema da navegabilidade fosse tratado de maneira bilateral, sustentando a não abertura dos rios interiores.

As questões fronteiriças foram momentaneamente ofuscadas, pois a Venezuela passou a enxergar o Brasil como o mantenedor da balança de poder sul-americana e o principal garantidor dos interesses venezuelanos na região. Consequentemente, Caracas propôs um pacto entre Venezuela, Brasil e Peru cuja identidade geográfica e de interesses convergia em torno do rio Amazonas. Em decorrência do contexto geopolítico sul-americano da época, fazia todo sentido ir a reboque do Brasil.²²⁵

Diferentemente do Pacto ABC, imaginado entre Argentina, Brasil e Chile como um concerto no Prata para atuações regionais e extra-regionais, o ensaio de Pacto Amazônico “*se celebraria con el exclusivo objeto de propender a asegurar la paz entre las naciones del norte de Sud-América, impidiendo, por los medios a su alcance, todo conflicto armado*”.²²⁶

²²⁵ Segundo Mearsheimer, “bandwagoning [acoplar-se] is a strategy for the weak”. MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. New York: Norton, 2003. p. 163. Mais sobre a lógica do equilíbrio de poder na América do Sul do século 19 em BURR, Robert N. “The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: An Exploratory Essay”. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 35, No. 1. (Feb., 1955), p. 37-60.

²²⁶ Díaz Rodríguez a Constantino Guerrero, nota, n 1326, Caracas, 18-7-1914. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 21. Sobre o Pacto ABC ver BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco e o Projeto da América do Sul. In RIO BRANCO, *América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.p. 175.

A diplomacia brasileira respondeu em três tempos à demanda venezuelana: dispunha-se a colaborar, resguardando seus interesses das vontades conflitantes de diferentes países; optou por não dar densidade ao projeto, por falta de meios ou de confiança; e não abriu mão da liberdade de ação que havia conquistado em suas relações internacionais. Assim, ciente dos limites da proposta, o Itamaraty procurou esquivar-se de uma possível *entangling alliance*.²²⁷

De qualquer forma, o governo brasileiro garantiu que linhas de comunicação do Estado do Pará servissem ao propósito de ampliação dos contatos entre o centro e as regiões fronteiriças da Venezuela, praticamente isoladas do resto do país.

Já a questão da entrada de forças venezuelanas no Brasil era um tema mais sensível. Lauro Müller respondeu de maneira firme e precisa à solicitação venezuelana, afirmando que deveriam sempre ser ouvidos o Ministro da Guerra e os governadores dos Estados fronteiriços, com antecedência, para que as devidas providências fossem tomadas. Entretanto, Muller deixou claro que:

nenhum criminoso será capturado em território brasileiro pela força expedicionária, e que esta, em seu regresso, não conduzirá, em trânsito por águas fluviais do Brasil, aos indivíduos que conseguir capturar.²²⁸

A negativa brasileira foi mais contundente com relação à proposta de um pacto amazônico. O Brasil se opôs a uma aliança estrita com Venezuela e Peru, por acreditar que a paz deveria ser confiada a arranjos multilaterais que tivessem a participação de Grandes Potências. Além disso, era um sintoma de que, na visão brasileira, os genuínos problemas de segurança regional estavam depositados no Cone Sul da América do Sul, não havendo necessidade de articulações de grande envergadura na fronteira norte.

Ao contrário, enquanto o Brasil reduzia sua capacidade de projeção para o Caribe, os EUA faziam daquela região uma das zonas mais propícias para os avanços de seus interesses governamentais e privados.

²²⁷ A tradução *ipsis literis* seria uma “aliança enredante”. O conceito se refere a um tipo de “aliança rígida”, que reduz a margem de manobra das partes envolvidas em favor dos objetivos e interesses do arranjo.

²²⁸ Constantino Guerrero a Ignacio Andrade, informe, n 35, Rio de Janeiro, 12-7-1914. Root. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 23.

O Caribe era estratégico, pois possuía rotas de acesso de boa navegabilidade, uma passagem interoceânica, países possuidores de jazidas minerais e alguns já produtores de petróleo e com mão de obra barata. Além disso, havia a facilidade dos EUA de projetar o seu poder, fosse militar, fosse econômico, naquela “grande área”.²²⁹

Além disso, ao capital ianque e às empresas norte-americanas foram dadas soluções favoráveis, garantias e facilidades pelo governo de Juan Vicente Gómez, especialmente na dança das concessões petrolíferas, em detrimento dos investidores britânicos. Além de corrupção e fraude, Gómez utilizou a rivalidade petrolífera anglo-americana como meio de se perpetuar no poder por 27 anos, ainda que ficasse evidente seu alinhamento à Washington.

Em 1914, ao se aproximar o fim de seu mandato, Juan Vicente Gómez inventou uma invasão armada, como ocorrera em 1902, declarou alteração da ordem pública e se colocou em campanha contra um inimigo imaginário. Obteve o apoio do Congresso, que garantiu a sua reeleição e permitiu o acúmulo da função de chefe do exército, por mais sete anos (1915 a 1922).

Com a Grande Guerra (1914-1918), o capitalismo norte-americano desconcentrou os esforços iniciais de exploração do vasto mercado interno e voltou-se para a internacionalização dos investimentos, ao mesmo tempo em que a sede do Estado Maior norte-americano por recursos crescia, a fim de garantir a segurança energética do país.²³⁰

Apesar do avanço ianque, a determinação do *Foreign Office* não recuou devido “*la importancia estratégica de Venezuela, por su cercanía al Canal de Panamá, no podía pasar inadvertida a los expertos jefes de la Armada Británica*”, diria Betancourt. Os interesses britânicos incluíam grandes áreas com algum tipo de diferencial estratégico, ou perto de cabeceiras e deltas de rios, ou com interconexões fluviais e marítimas, ou com vínculos com centros de comércio local e regional, ou ainda porções cujo território estava em disputa pela Coroa.²³¹

²²⁹ Noam Chomsk utiliza o termo “grande área” para definir as regiões subordinadas às necessidades da economia norte-americana, que sustentam a política de “portas abertas”, o livre comércio e a livre empresa. Ver CHOMSK, Noam. *Contendo a democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

²³⁰ Pode-se dizer que dois fenômenos transformaram a identidade internacional dos EUA. Primeiro, a dependência crescente de combustíveis fósseis, o que motivou campanhas militares e não militares ao redor do globo. Segundo, a simbiose estabelecida entre governo e empresas do setor energético, levando à elaboração de uma diplomacia petroleira e à articulação governamental com as grandes empresas transnacionais do setor para garantir a hegemonia extrarregional pelo controle das ricas regiões em jazidas minerais.

²³¹ BETANCOURT, *Venezuela...* op. cit., p. 24.

O setor petrolífero da Venezuela nunca havia tido regras muito claras e o nível de articulação e organização entre empresas e governos garantiu a partilha dos lucros e a cartelização do setor. Nesse momento, Venezuela “*es a la sazón una especie de tierra de nadie, escenario de luchas enconadas entre las mayores potencias petroleras*”, afirmava Salcedo-Bastardo, cabendo à tirania cuidar “*dos intereses “antinacionales” dos consórcios estrangeiros.*”²³²

Assim, durante vários anos, o embate entre ingleses e norte-americanos fora feito de acordo com conveniência e regras próprias dos grupos privados, que dividiram o país a sua mercê e com a conivência dos governos corruptos e autoritários. Na visão crítica de Betancourt, “*Venezuela, nación mostrenca para usufruto de compañías extranjeras y de hombres de presa nacionales ávidos de enriquecimiento*”.²³³

O fato era que o café e o cacau, antes a base do modelo primário exportador agrícola, haviam crescido timidamente perdendo espaço para o petróleo, processo acelerado pela crise de 1929. Como efeito diagonal, ensaiou-se um pensamento desenvolvimentista em paralelo às transformações operadas no seio do Estado nacional, por exemplo, no debate entre Gumersindo Torres, ministro de Fomento e Vicente Lecuna, presidente do Banco de Venezuela.²³⁴

Ambos preconizavam a necessária integração da economia nacional à indústria petrolífera internacional. Diferiam quanto ao fim a ser dado à renda petrolífera, sendo Torres favorável à capitalização dos donos das terras exploradas e Lecuna, defensor do Estado como legítimo beneficiário dos lucros do petróleo.

Antes disso, duas obras publicadas em 1919 inauguravam um debate que se prolongaria até os dias de hoje. O livro “*Civilización y barbárie*”, de Julio C. Salas, discutiu o paradoxo da modernidade sem modernização e da necessidade de desenvolver a indústria manufatureira e a atualização técnica da agricultura, como formas de consolidar economicamente o país. Em “*Cesarismo democrático*”, Laureano Vallenilla Lanz defendeu a ideia do “gendarme necessário” ou do “*buen tirano*” para promover a estabilidade política e

²³² SALCEDO-BASTARDO, *Historia...* op. cit., p. 502-503.

²³³ BETANCOURT, *Venezuela...* op. cit., p. 39.

²³⁴ Sobre mais detalhes acerca da economia venezuelana no século 19 ver capítulo 10 “A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência”. In BETHELL, Leslie (org) *História da América Latina: da independência até 1870*. Vol 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2004.

controlar a economia do país. Uma obra que se converteria no “*sustento ideológico de la dictadura gomecista*”.²³⁵

Nesse caso, Juan Vicente Gómez valeu-se do binômio americanismo-petróleo, para dar fortaleza econômica e técnica ao Estado, com o reaparelhamento das forças internas, com armas, aviões, desenvolvimento da espionagem e meios de repressão. Entretanto, o preço a pagar foi alto.

Desde 1917 as “veias” do solo venezuelano foram abertas, deixando o país refém de empresas estrangeiras capazes de construir estradas e vilas privativas no próprio país, condenando o gomecismo ao rótulo de entreguista por sua política dócil à rapinagem estrangeira. Nesse contexto, a continuação de Gómez no poder era favorável a britânicos e norte-americanos, que colocaram seus serviços de inteligência a serviço do ditador venezuelano.²³⁶

Além do apoio externo, Gómez utilizou o exército e diferentes meios de terror contra a população e a oposição para manter-se no poder por quase três décadas. Como consequência, seu governo sofreria com a rebeldia estudantil, a subversão política, complôs militares e conspirações de grupos exilados.²³⁷

O movimento democratizante de 1928 foi o mais importante de sua época, deixando marcas profundas na história venezuelana.

Em fevereiro de 1928, as comemorações do Carnaval em Caracas transformaram-se em palco de manifestações estudantis contra o governo de Juan Vicente Gómez, que reagiu aprisionando alguns deles em *La Rotunda*. Surpreendentemente, a população saiu às ruas em apoio aos presos e uma greve geral foi convocada. Libertados, os rebelados marcharam triunfantes pelas ruas, contagiando outros jovens e incitando levantes militares nos quartéis, que só foram debelados pelo punho forte do general Eleazer López Contreras.

As consequências da crise de 1928 foram profundas no devir político da Venezuela. Houve uma mudança do cenário das lutas para a rua, que passaria a ser palco de grandes manifestações e demonstrações populares. Ademais, a prática da não violência e o valor da

²³⁵ MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano em el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. xxx.

²³⁶ SALCEDO-BASTARDO, *História...* op. cit., p. 385.

²³⁷ Um dos símbolos desse período são os calabouços de *La Rotunda*, prisão que abrigaria vários dos opositores políticos do governo.

palavra, escrita e falada, como fonte da política e da democracia, seriam transmitidos às gerações seguintes, mediante o florescimento de uma literatura clandestina contestatória, como a do poeta Andrés Eloy Blanco.

A crise de 1928 transformou o homem comum em agente da ação, consoante nova maneira de atuar e em sintonia com uma nova ideologia crítica do liberalismo aristocrático: a “ideologia democrática”. Como resultado, originou as bases da social-democracia venezuelana, que dominaria o país pela atuação de figuras como Rómulo Betancourt, Raúl Leoni, Jovito Villalba, Juan Pablo Pérez Alfonso, o chamado pai da OPEP, e Miguel Otero Silva, jornalista e diretor do *El Nacional*.

Por último, empurrou-se o pêndulo do poder interno para o espectro da despersonalização política com a criação do termo “*generación del 28*” e pelo fortalecimento dos partidos políticos como atores de primeira ordem no país.²³⁸

Como consequência das transformações operadas na sociedade venezuelana, Gómez efetuou uma inesperada correção de rumos na política petroleira venezuelana. Os britânicos foram perdendo terreno para os norte-americanos e o mercado venezuelano deixou de ser tão acessível. Além disso, o presidente lançou medidas nacionalistas, como a criação da *Compañía Venezolana de Petróleo* (CVP), que centralizaria os negócios da venda das riquezas do subsolo.

Mais ainda, Gómez adotou uma postura paternalista e clientelista, favorecendo amigos e familiares com importantes concessões e contratos petroleiros, além de terrenos e empregos. Se não bastasse, o mandatário venezuelano afrontou britânicos e norte-americanos ao flertar com o capital alemão. Especialmente, negociou, com um dos magnatas da República de Weimar, o que foi chamado de “Operação Stinner”, que consistia em valorizar as Reservas Nacionais de Petróleo para ampliar os ganhos pessoais e do Estado com o negócio.

Assim, novas possibilidades de exploração foram sendo descobertas no interior do país, especialmente na região da Guiana venezuelana. A selva, que havia se levantado contra a cobiça e a dominação estrangeiras e que se tornara barreira natural entre brasileiros e venezuelanos, passava a atrair por seu potencial econômico.

²³⁸Ver CABALLERO, *Las crisis...* op. cit., p. 61-76.

Ao mesmo tempo, o chanceler brasileiro Octávio Mangabeira (1926-1930), se esforçou em levar adiante a obra de delimitação do mapa do Brasil, pela definição de divisas não demarcadas e o aperfeiçoamento de demarcações antigas. Para vencer os óbices naturais, novas conferências da Comissão Mista Demarcadora de Limites (Comista) brasileiro-venezuelana seriam promovidas nos anos de 1914 e 1915 e depois em 1929 e 1930, com a finalidade de avançar o processo que se estendia desde o século 19.²³⁹

Em consonância com as gestões levadas a cabo por Oliveira Lima e Lorena Ferreira, em 1928, foi designada a seção brasileira para dar continuidade ao trabalho de definição fronteiriça com a Venezuela.

A reunião da Comista, que havia sido marcada para o dia 10 de dezembro de 1929, em São Carlos do Rio Negro, foi adiada para o dia 20, em razão de dificuldades logísticas. Mesmo assim, a comitiva brasileira alcançou o local determinado para o encontro com antecedência, no dia 30 de novembro, enquanto os venezuelanos tardaram até janeiro de 1930 para chegar ao local, com dificuldades de deslocamento pela falta de um transporte adequado.

Além disso, os venezuelanos enfrentaram chuvas torrenciais, terrenos encharcados e o alto nível das águas dos rios, o que dificultou muito o trabalho da comitiva. Já os brasileiros, conseguiram aproveitar o tempo estável nos últimos dias de dezembro e começo de janeiro para realizar boas medições.

De qualquer forma, a Comista avançou a demarcação colocando cinco novos postes, feitos de ferro galvanizado e preenchidos, a maioria deles, com concreto.²⁴⁰ O que chamou a atenção foi o fato de que as medições de 1930 estavam muito próximas das que tinham sido feitas entre 1914 e 1915, mesmo utilizando-se novas tecnologias como o telégrafo sem fio.

A ausência de populações, cultivos e interligações nas regiões visitadas pela Comista demonstrava a dissintonia entre os tempos da fronteira e das chancelarias. Assim, a principal apreciação da Comista foi que a vastidão da fronteira amazônica e os obstáculos naturais interpunham-se ao avanço das relações bilaterais Brasil-Venezuela.

²³⁹ BARRETO FILHO, *Os Sucessores...* op. cit. p. 79.

²⁴⁰ Os marcos foram colocados na ilha de San José (dois); na margem direita do Bonte ou Dona Antonia, afluente do Rio Negro (um); na margem esquerda do Rio Negro (dois). Explicava o engenheiro-chefe da comitiva venezuelana, Francisco J. Duarte, em 31 de março de 1930: “*en la parte superior tiene una placa del mismo metal [hierro] con la inscripción ‘Venezuela’, en alto relieve y hacia el lado de Venezuela y en el opuesto la palabra ‘Brasil’, también en alto relieve y hacia el lado del Brasil*”. Duarte à Secretaria de Estado, informe, Caracas, 31-3-1930. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 26.

Ademais, a Comista fez recomendações curiosas, como redução de gastos com marcos fronteirços, dada a impossibilidade de demarcar todos os pontos, e a ampliação dos recursos com o pessoal técnico, devido às condições insalubres de trabalho. Como recordou Francisco J. Duarte, engenheiro-chefe da comitiva venezuelana, “*la frontera a todo largo de la línea Cucuy-Matucará es un bosque lleno de pántanos donde se ofrecen muy serias dificultades para el completo trazado de la línea fronteriza*”.²⁴¹

É interessante perceber que, antes do ímpeto integrador de governantes como Getúlio Vargas nos anos 1930, já pulsava uma força de atração nas fronteiras, vinculada às experiências empreendidas pelas sucessivas gerações de contatos recíprocos entre brasileiros e venezuelanos e epitomizadas na delimitação fronteira levada adiante pelas chancelarias desde os anos 1850. Assim, os ajustes de fronteiras e seus desdobramentos tornaram-se uma das regularidades das relações bilaterais Brasil-Venezuela, semeando um campo favorável de aproximação.

Mesmo que o incremento das relações bilaterais ocorresse em uma escala reduzida e em uma velocidade baixa até a década de 1940, o processo histórico de longa duração partiu do entrelaçamento dos vínculos primordiais e culminou na assinatura de um *modus vivendi*, em 11 de junho de 1940, mediante trocas de notas entre os governos dos dois países.

O objetivo específico desse instrumento era regular o intercâmbio comercial entre Brasil e Venezuela e consistia em outorgar tratamento recíproco e incondicional de nação mais favorecida a ambos. Logo, o peso da oficialização do *modus vivendi* foi notório no aumento do fluxo de comércio entre os dois países, de escassa significação antes de 1940.

A título de síntese, o modo de vida brasileiro-venezuelano seria, portanto, o arcabouço mínimo que deu sustentação às relações bilaterais, construído entre 1830 e 1940, pelo conhecimento recíproco da história nacional, pelos contatos sistemáticos das várias gerações, pela presença ativa de plenipotenciários nos centros de poder, pelas movimentações fronteiriças, pelos acordos e tratados assinados e pelas experiências e expectativas compartilhadas. Enfim, por um processo de entrelaçamento dos interesses, objetivos, valores e ideias de Brasil e Venezuela.

²⁴¹ Idem. p. 27.

Considerações parciais

“a história nos ajuda a entender, em primeiro lugar, aqueles com os quais temos de lidar e, em segundo lugar, e não menos importante, nós mesmos” (Margaret Macmillan).²⁴²

As mudanças operadas no sistema internacional na passagem dos séculos 18 e 19 definiram a identidade revolucionária do Estado venezuelano, a partir de uma formação histórica paradoxal.

De um lado, foi modelar, pelo papel desempenhado por personagens históricos, como Francisco de Miranda, Simón Bolívar e Andrés Bello, que projetaram um quadro ideacional de união dos povos, integração e conciliação, que se perpetuou no tempo e na história do país.

De outro, foi turbulenta, marcada por guerras civis, levantes políticos e governos autoritários. Por exemplo, tanto o movimento revolucionário bolivariano (1810-1830), quanto os surtos republicanos entre 1830 e 1899 dependeram excessivamente da força para alcançar seus objetivos. A adaptação às circunstâncias da luta de independência levou a um controle mais firme do processo, pela afirmação patriótica e disciplina militar. Além disso, a República transformou o homem do campo, e o povo em geral, em soldados da libertação ou da restauração nacionais, criando movimentos políticos e sociais respaldados por forças militares.

Entretanto, a importância do poder militar continuou após a independência e os momentos de crise e rearticulação nacional contaram com o emprego crescente da violência, instigando uma tradição de polarização política entre grupos rivais e criando uma tradição perigosa para a estabilidade do país. Como consequência, houve uma limitação natural dos avanços democráticos. Em suma, o militarismo tanto garantiu a ordem interna em tempos de afirmação nacional, como acompanhou a sociedade venezuelana em outras crises políticas.

Nesse sentido, entre 1830 e 1935 projetou-se uma imagem internacional oscilante da Venezuela. De nação revolucionária, engajada nos assuntos políticos e econômicos da região e do mundo; de país instável e de pouca confiabilidade, devido à aura de tirania, comoções, violência e caos que envolveram sua história; e da Venezuela como meca mundial do petróleo, de contratos fáceis e lucro garantido.

²⁴² MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 173.

Assim, as teses das “boas relações” ou das “relações amistosas” entre Brasil e Venezuela não enquadravam o período de 1810 a 1940, momento crucial em que se desenhou um contexto de adversidades e inseguranças, de ressentimentos primários e vontades revisionistas que engolfaram os dois países.

Tavares Bastos, ao discutir a abertura do Amazonas em 1866, sabia que era preciso tempo para amadurecer questões vitais ao progresso da nação. Daí, o ensinamento para as relações Brasil-Venezuela, de que “se a marcha é lenta, o resultado é seguro”, levava a crer que os acertos aconteceriam, mas que o caminho não seria tranquilo.

As “raízes das relações bilaterais Brasil-Venezuela” se fixaram na primeira geração de contatos internacionais entre os dois países (1810-1830), que colocaria frente a frente o Império do Brasil e Simón Bolívar; na missão de Miguel Maria Lisboa (1842-1852), rica em experiências e casos que interpuseram, direta e indiretamente, os interesses anglo-americanos às relações brasileiro-venezuelanas; e nas gestões de Felipe José Pereira Leal com a conclusão do tratado de 1859.

Além do mais, a fronteira amazônica, elo inevitável, determinou a verdadeira cadência das relações bilaterais: duas dimensões, dois tempos e dois ritmos. Foi possível verificar que caminhavam paralelamente a dimensão da política internacional, o tempo das chancelarias e o ritmo das relações diplomáticas de alto nível, de um lado; e a dimensão regional, o tempo das fronteiras e o ritmo das relações fronteiriças, de outro. Nesse sentido, a consecução do modo de vida bilateral brasileiro-venezuelano bifurcou-se entre as gestões de gabinete e a “diplomacia da selva”, na definição da *divortia aquarum* entre Brasil e Venezuela.

Para tanto, os países estruturaram uma rede de comunicações e de legações diplomáticas, lançaram mão de enviados especiais, fizeram uso de estudos históricos e geográficos sobre a América do Sul e os limites naturais, como picos, serras e rios que compunham a paisagem binacional; utilizaram tratados anteriores, princípios como o *uti possidetis* e os relatórios das Comissões Mistas Demarcadoras de Limites.

À guisa de conclusão, assinaram acordos e protocolos como expressão da vontade de entrelaçar as relações bilaterais, bem como instalaram marcos concretos que simbolizavam o alcance da soberania das duas nações. Em suma, Brasil-Venezuela construíram, entre 1810 e 1940, um *desideratum magno*: o ponto de partida para o entrelaçamento das suas relações bilaterais futuras.

Capítulo 2

O curso da “ruptura” (1940-1962)

“porque cuando los corazones se acercan no median distancia ni obstáculos”
(Rafael Gallegos Medina)

“Mientras Venezuela duerme el Brasil se mueve”
(um amigo de Venezuela)

O avanço das gerações dos contatos entre brasileiros e venezuelanos conformou um modo de vida bilateral que alcançou um estágio diferenciado de conexões econômicas, políticas e sociais em meados do século 20, tornando salientes dois ângulos sob os quais as relações bilaterais brasileiro-venezuelanas poderiam ser focalizadas.

Um ângulo se referia à existência de interesses conjugados, como o lugar comum em que se vivia, a mesma ascendência histórica, a disseminação de ideais semelhantes e a união por laços espirituais ou por alianças política e econômica. Dessa forma, a ideia-força da integração e a própria ideia em evolução de América do Sul nutriam-se de um sentimento nacional definido em termos de um desígnio de vizinhança.

O outro dizia respeito à manifestação, no ambiente social e político, de hesitações, receios e dúvidas quanto às motivações e comportamentos dos vizinhos. Nesse caso, preceitos hegemônicos ou imperialistas, interpretações equivocadas das intenções do outro, assim como crises diplomáticas, alimentaram uma imagem de desconfiança mútua, impuseram uma marcha relutante e geraram posturas retraídas nas relações bilaterais.

Logo, os sentimentos nacionais de vizinhança e relutância tiveram um peso diferenciado em produzir as correntes de aproximação e afastamento sob as quais os Homens de Estado e seus grupos decisor e executor conduziam o curso das relações bilaterais brasileiro-venezuelanas.

Portanto, o objetivo deste capítulo é visualizar o curso tomado por Brasil e Venezuela na história de suas relações bilaterais, avaliando os elementos que dificultaram a inserção concertada dos dois vizinhos na região, que desembocaram em uma “ruptura” e que projetaram uma imagem de “parceria relutante” no tempo longo.

De fato, várias forças atuaram de maneira subepidérmica na determinação do curso das relações brasileiro-venezuelanas entre 1940-1962. Uma delas foi resultante da combinação entre sentimentos nacionais de vizinhança e relutância que eclodiram das modificações do sistema interamericano de relações internacionais após a 2ª Guerra Mundial.²⁴³

Em seguida, a combinação entre dificuldades fronteiriças, indefinições internas e influências estrangeiras determinaram as escolhas internacionais brasileiro-venezuelanas. Em especial, a dualidade entre as esferas interna e externa levou a modificações no padrão de inserção regional, definindo o ritmo de aprofundamento e superficialidade em suas relações.

Outra força, de característica ideológica, interferiu na ação das demais e impulsionou a Venezuela a suspender suas relações diplomáticas com o Brasil em 1964.

Dessa forma, o capítulo foi dividido em três partes: relações de baixa profundidade, flutuações conjunturais na Venezuela e no Brasil e o advento da doutrina Betancourt.

2.1. Relações de baixa profundidade

Antes mesmo da definição do *modus vivendi* entre Brasil e Venezuela, as relações internacionais mudavam rapidamente, *pari passo* com forças transformadoras das mentalidades coletivas e, conseqüentemente, das relações bilaterais. Qual seria, então, o contexto que passou a influenciar as relações bilaterais a partir dos anos 1940? E nesse contexto, qual a relevância do sentimento nacional em moldar a experiência brasileiro-venezuelana na realidade sul-americana?

2.1.1. Encontros na superfície

²⁴³Do ponto de vista analítico, a tensão essencial gerada do encontro entre os sentimentos nacionais de vizinhança e relutância constituiu um fio condutor deste capítulo e continuou marcando as interpretações ao longo da tese.

Com o fim do regime gomecista na Venezuela (1936) e o advento do Estado Novo no Brasil (1937) renovaram-se as perspectivas de superação dos gargalos políticos e econômicos. O Brasil, olhando para fora, se afirmaria por uma política brasileira de boa vizinhança. A Venezuela, olhando para dentro, procurava um norte em termos de modelo de desenvolvimento nacional.²⁴⁴

O debate sobre o papel do Estado na Venezuela teve a contribuição de Alberto Adriani, que via como decisiva a intervenção na sociedade para criar as condições que impulsionassem o desenvolvimento do país. Adriani encarava a indústria petrolífera como geradora de uma prosperidade precária e o auge petrolífero de então seria transitório e efêmero, parte de um ciclo que logo se encerraria. Ao contrário, confiava excessivamente na reestruturação agrícola como alavanca para o desenvolvimento autônomo.²⁴⁵

Em 14 de julho de 1936, um editorial no jornal *Ahora* deixaria marcas no pensamento venezuelano. Arturo Uslar Pietri cunhou o conceito de “*siembra del petróleo*”, para designar o investimento produtivo da renda petrolífera. Uslar Pietri desenvolveu o argumento do “capital natural”, cujo reinvestimento constituía imperativo moral e político indiscutível. Assim, ao Estado caberia a administração e distribuição do ingresso petrolífero, não se tornando um agente capitalista, o que de fato ocorreu.

Pequenas correções de rumo na política petrolífera foram sendo postas em prática, com as leis de hidrocarbonetos de 1936 e 1938, que melhoravam as condições trabalhistas e davam maior participação nacional no setor com a ampliação de ganhos por direitos e impostos. Paralelamente, em 1936, foi promulgada uma lei de erradicação do paludismo que contribuiu decisivamente para o aumento dos índices demográficos do país.

Logo, o melhoramento das condições de vida da população favoreceu o crescimento dos centros urbanos, o que modificou a paisagem política venezuelana, impulsionada e dinamizada pelas relações sociais vinculadas ao setor petrolífero. Em consequência, emergiram questões na agenda política como a reforma agrária, os desequilíbrios internos

²⁴⁴ CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001. p. 72-74.

²⁴⁵ MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. 36-39.

regionais e a participação popular nos desígnios do país como alicerces de um jogo democrático interno importante para a projeção internacional da Venezuela.²⁴⁶

Nesse período, uma das estratégias utilizadas pelo governo venezuelano, e que interessavam ao Brasil por suas repercussões, foi uma nova política indigenista, de valorização do elemento indígena em áreas de fronteira, que voltou ao debate público nos anos 1930.²⁴⁷

No Brasil, a política exterior passou ao comando de Oswaldo Aranha (1937-1944), que aceitou o compromisso tomando o cuidado para que aspectos do novo regime, como a centralização do poder e os excessos autoritários, não constituíssem uma imagem internacional negativa do Brasil que pudesse atrapalhar as relações com seus vizinhos. Vale recordar que, antes de ser chamado à chancelaria, Aranha se opusera aos liames ditatoriais do Governo Vargas quando servira na embaixada brasileira em Washington.²⁴⁸

Assim, no plano das relações bilaterais, novo impulso foi dado em sete de dezembro de 1938, quando o chanceler venezuelano Esteban Gil Borges informou ao ministro Oswaldo Aranha que a Venezuela iria elevar a legação do Rio de Janeiro ao status de embaixada.

Com a assinatura do *modus vivendi*, a partir dos anos 1940, abriu-se a possibilidade de outros convênios, como culturais e educacionais, entre os dois países. Os venezuelanos queriam aproveitar o desenvolvimento das áreas de agronomia, veterinária e medicina no Brasil, mas esbarravam em medidas “nacionalistas” que traziam complicações ao acesso àquelas atividades.

Em cinco de maio de 1941, o general Isaias Medina Angarita chegou ao poder com o objetivo de consolidar a democracia e preparar o terreno para “inevitáveis” reformas do setor petrolero. O ambiente de guerra impusera duras restrições às importações de bens de

²⁴⁶ A imagem da Venezuela como “*el desierto*”, ou um vasto território despovoado, gradativamente se apagou devido à força profunda demográfica. A população venezuelana dobrou entre 1936 e 1961, passando de 3.346,46 para 7.616,327 habitantes. Este fenômeno ajudou a explicar a projeção venezuelana em busca da afirmação de uma identidade internacional democrática no período entre 1940 e 1958. Ver. DAMAS, Germán Carrera. *Uma nación llamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2006.

²⁴⁷ Um Manifesto do Partido Republicano Progressista de 1936-37 falava que as minorias indígenas que habitam o território venezuelano “*se les ha dado caza como animales feroces, se les ha sometido a esclavitud y se ha autorizado a las compañías petroleras a lazar contra las tribus motilonas sus perros policías*”. O debate apontava que não poderia ser livre e democrática uma nação que mantivesse dominação sobre populações que habitassem seus territórios. Havia, além dos ideais de justiça social, a conveniência de se aproveitar a presença indígena em locais que o Estado dificilmente alcançaria. DAMAS, Germán Carrera. *Uma nación llamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2006.

²⁴⁸ CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

consumo, mas favoreceu o crescimento das exportações de petróleo da Venezuela para os Estados Unidos e a Europa.

Até aquele momento, as correntes liberais internas favoreciam a presença das empresas de capital estrangeiro e Medina Angarita sabia que precisava de mais recursos para levar adiante projetos urbanísticos, viários e educacionais. Para tanto, aprovou duas peças jurídicas importantes: a Lei do Imposto sobre a Renda (1942) e a Lei de Hidrocarbonetos (1943).²⁴⁹

Outra característica do governo Medina Angarita foi sua atuação no exterior mediante ativa diplomacia presidencial, especialmente nos Estados Unidos e nos países andinos. Nesse contexto, não houve uma aproximação efetiva com o Brasil, a não ser contatos protocolares.

Por isso, pensou-se na criação de um Convênio de Intercâmbio Intelectual e de Reciprocidade Cultural como forma de reavivar os contatos bilaterais e que daria respaldo à criação, em 26 de outubro de 1944, do Instituto de Cultura Brasil-Venezuela, composto por algumas personalidades brasileiras como Santiago Dantas. Segundo o secretário da embaixada venezuelana no Rio de Janeiro, Gabriel Angel Lovera, “*un instrumento diplomático como el que se sugiere vendría a ser un vínculo positivo de acercamiento entre los dos países*”.²⁵⁰

Em um banquete oferecido ao Ministro de Relações Exteriores da Venezuela, Caracciolo Parra Pérez, no palácio do Itamaraty, em quatro de fevereiro de 1942, o chanceler Oswaldo Aranha ressaltou a conjuntura favorável a uma maior e mais íntima aproximação entre interesses e as aspirações de Brasil e Venezuela. Nas palavras de Aranha:

não se trata unicamente de dar maior extensão à vizinhança, realizando a vida das fronteiras, aumentando nossas comunicações, senão de aproveitar os laços geográficos e comerciais e, baseados neles, criar uma solidariedade

²⁴⁹BETANCOURT, Rómulo. *Venezuela, política y petróleo*. 6ª edición. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, Fundación Romulo Betancourt, 2007. Passim; LUONGO, Luis José Silva. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones*. 1ª edición. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2000. Passim; SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. Passim.

²⁵⁰ Lovera a Secretaria de Estado, informe, Rio de Janeiro, 29-1-1944; Gabaldón a Parra Pérez, nota, Rio de Janeiro, 26-10-1944. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 29-30; p. 34.

capaz de converter tudo isso em algo não apenas útil, mas sim imperecível.²⁵¹

Acabara de acontecer no Rio de Janeiro a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e Aranha havia trabalhado para fortalecer os vínculos do Brasil com seus vizinhos. Persistia, contudo, uma situação negativa de distanciamento, como apontado pelo chanceler venezuelano Parra Pérez: “*Brasil y Venezuela [...] son dos amigos que están de espaldas [y] aún no habían llevado plenamente sus sentimientos y deseos al terreno de las realizaciones y de la acción*”.²⁵²

Nesse sentido, os problemas que continuavam preenchendo o modo de vida bilateral localizavam-se na fronteira.

A falta de conexão entre a região fronteira e o restante da Venezuela tornara a *Gran Sabana* dependente dos mercados brasileiros do Estado do Amazonas e dos portos de Boa Vista e Manaus para seu abastecimento. Além disso, começara a se desenvolver a exploração de ouro e diamante em áreas do Estado Bolívar, cuja produção seguia diretamente para a fronteira brasileira, onde não existia nenhum controle efetivo naquele momento.

O caminho fronteiro natural entre Brasil e Venezuela era pelo canal do rio Cassiquiare, um dos afluentes do rio Orinoco que desembocava no rio Negro. Localizado em uma região vastamente desabitada, fora utilizado durante muito tempo por indígenas e pelos primeiros conquistadores como um vaso comunicante entre diferentes partes da “ilha da Guiana”.²⁵³

Modernamente, ganhou o imaginário coletivo brasileiro-venezuelano, principalmente da população fronteira, como um canal de ligação fluvial entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela. O Cassiquiare chegou a ser imortalizado nas palavras do eminente poeta Andrés Eloy Blanco, que assim o descreveu:

²⁵¹ Aranha, Discurso, Rio de Janeiro, 4-2-1942. ACMRE, DPI, Brasil, 1942, Exp. n 1. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 30-31.

²⁵² Idem. p. 32

²⁵³ O canal do Cassiquiare (Casiquire) é um canal natural com 326 km de comprimento que se desenvolve entre a margem esquerda do rio Orinoco, na Venezuela, e a margem esquerda do rio Negro, afluente do rio Amazonas, na fronteira entre a Venezuela e a Colômbia. A comunicação das duas bacias através do canal natural do Cassiquiare torna possível a navegação fluvial entre o Brasil e a Venezuela, no trecho São Gabriel da Cachoeira-Puerto Ayacucho, podendo-se obter, nessas localidades, respectivamente, conexão para o delta do Amazonas, em terras brasileiras, ou para o delta do Orinoco, em terras venezuelanas. LIZOT, Jacques. “Los Yanomami”. In COPPENS, Walter (Ed). *Los Aborígenes de Venezuela*. Caracas: Fundación La Salle, 1980. passim.

*Ciudadano venezolano,
Casiquire es la mano abierta del Orinoco
y el Orinoco es el alma de Venezuela,
que le da al que no pide el agua que le sobra
y al que venga a pedirle, el agua que le queda.
Casiquire es el símbolo
de ese hombre de mi pueblo
que lo fue dando todo, y al quedarse sin nada
desembocó en la Muerte, grande como el Oceano.*

O Cassiquiare simbolizava o estágio das relações bilaterais Brasil-Venezuela: um rio que corria em média de 2 a 5 km por hora, num leito sinuoso com curvas curtas, cheio de grandes pedras, pouco profundo na maior parte do ano e com vários bancos de areia. Era, portanto, um rio lento e de difícil navegabilidade.

Foi durante a 2ª Guerra Mundial que se pensou em efetuar os trabalhos de engenharia necessários para transformar esse enlace natural entre as bacias do Orinoco e do Amazonas numa via de transporte regular para o petróleo venezuelano destinado ao Brasil. Em 1942, Oswaldo Aranha e Nelson Rockefeller, então como Coordenador de Assuntos Interamericanos da União Pan-Americana, acertaram a vinda do engenheiro Dudley P. South para realizar um reconhecimento da área e alguns estudos de viabilidade.²⁵⁴

A tímida aproximação diplomática dos anos 1940 levou Caracas a criar uma representação consular em Manaus, mais como um reflexo de interesses geoestratégicos no norte da América do Sul, do que propriamente como resultado do modo de vida bilateral alcançado até aquele momento. Logo, caberia ao consulado tentar legalizar as importações de produtos e evitar a importação de armas e artigos proibidos, regularizando a situação de estrangeiros em passagem pelo país e evitando a fuga do ouro e diamante, pela cobrança de impostos.²⁵⁵

Não obstante, surtos de relutância manifestaram-se na dimensão fronteiriça, principalmente em resposta a um axioma da política externa brasileira: “para que seja

²⁵⁴ Costa e Silva a Magalhães, relatório, confidencial, Consulado Caracas, n 379, 6-9-1966. AHI, Confidenciais, maço 920.

²⁵⁵ Molina Murilo a Parra Pérez, memorandum confidencial, n 8, Consulado Manaus, 23-7-1942. ACMRE, DPI, Brasil, Ano 1942, Exp. 17.

mantida a integridade territorial do Brasil é preciso controlar de maneira absoluta algumas características geográficas”.²⁵⁶

O corolário desse pensamento dizia que para defender e controlar o vale amazônico seria necessário controlar completamente o maciço das Guianas, que se encontrava ao norte do grande rio.²⁵⁷

Do ponto de vista geopolítico, o vale amazônico seria um ponto avançado do Brasil na configuração da “ilha das guianas”, ao norte da América do Sul, com duas características: seu prolongamento do monte Roraima, margeando o rio Orinoco, até o Caribe; e a formação em serras, que funcionaria como fortaleza natural protegendo o vale contra ataques vindos do norte ou pelo próprio rio. Nessa perspectiva, a região das Guianas adquiriu destaque, sendo vista como “um baluarte avançado do Brasil no norte”.

Do lado venezuelano, a preocupação do governo era dupla: dominar as regiões petrolíferas, como o maciço das Guianas, para em seguida assumir a cadeia interna de produção. De fato, com a lei de 1943 se inicia um longo processo de tomada do controle do setor petrolífero nacional, em razão do qual a modernização do Estado passou a ser uma das prioridades fundamentais dos seguidos governos ditatoriais ou democráticos que preencheram a história política do país.

Ao mesmo tempo, a Venezuela sofreu transformações estruturais que demandavam uma visão crítica acerca da reforma agrária, da industrialização e do desenvolvimento. O pensamento venezuelano buscava se atualizar. Ramón David León, no seu livro “*De agropecuário a petrolero*”, de 1944, discutiu a artificialidade da economia petrolífera e os escassos ganhos que vinha proporcionando à população nas últimas duas décadas. O argumento principal enfatizava as mazelas da mudança de um modelo agrário-exportador para petróleo-exportador, que teriam o efeito de levar a Venezuela a transitar de um nível de atraso para o outro de subdesenvolvimento.

Até fins de 1944, o governo venezuelano havia garantido lucros com a exportação de petróleo, conservando-se neutro na 2ª Guerra Mundial. Foi então que, em 1º de janeiro de 1945, o governo de Medina Angarita decidiu declarar guerra à Alemanha e ao Japão. Uma decisão vista como anacrônica no contexto da solidariedade continental, uma vez que a

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Molina Murilo a Parra Pérez, informe confidencial, n 8, Consulado Manaus, 13-1-1945.ACMRE, DPI, Brasil, Ano 1945, Exp. s/n .

maioria das nações americanas já havia se juntado aos aliados, foi qualificada por seus executores como prudente e realista. Isto porque, a maior contribuição do país ao esforço de guerra, o aporte energético, já estava garantida pela íntima relação mantida com os governos e empresas da Grã-Bretanha e dos EUA.²⁵⁸

Ao final do seu termo, Medina Angarita propôs uma reforma constitucional, levada adiante em maio de 1945. Nela, contudo, não se avançou em termos democráticos para o voto universal direto e secreto, que era a grande demanda social da época. Seu principal apoiador, general Lopez Contreras, entendendo a conjuntura como desfavorável, decidiu romper a aliança política existente entre os dois, deixando o exército em alerta e fomentando tramas subversivas que iriam afetar o destino político do país.

O novo contexto internacional dava as boas vindas a importantes mudanças no cenário interno de Venezuela e Brasil. Haveria, neste caso, mudanças na política exterior com as mudanças de regime político? Como o contexto de Guerra Fria interferiu nas relações bilaterais de Brasil e Venezuela?

Do lado venezuelano, a escassez de divisas dos anos de guerra dificultou as importações e levou o governo a tomar duas medidas impopulares: a regulação dos preços dos produtos e a outorga de novas concessões petrolíferas. Os ânimos da oposição, principalmente do jovem partido *Acción Democrática* (AD), se acirraram e as agitações eleitorais precipitaram a desestabilização do país. O clima político tenso propiciou a ação conspirativa que nasceu da articulação entre dois grupos: um civil, liderado por Rómulo Betancourt; e outro militar, encabeçado por Marcos Pérez Jiménez.²⁵⁹

As sementes do golpe foram lançadas em dois momentos: no dia 14 de outubro, a AD propôs a instalação de um governo provisório que deveria realizar uma reforma constitucional e garantir a ordem democrática; e no dia 17 de outubro, à noite, foi promovida uma reunião secreta entre civis e militares para decidir os rumos da conspiração.

No dia 18 de outubro de 1945 o golpe foi sacramentado. Os civis imaginaram que a aceitação popular consolidaria de vez a democracia no país e os militares exaltaram a mobilização dos quartéis a fim de respaldar a deposição de Medina Angarita. Entretanto, o

²⁵⁸BETANCOURT, *Venezuela...*op. cit.; LUONGO, *De Cipriano...*op. cit.

²⁵⁹Havia um curioso jogo de “gato e rato” na política venezuelana. Como aponta Luongo: “Rómulo Betancourt y el comando de AD participaban en un juego político muy claro: la conquista del poder” enquanto os militares “querían el poder, pero inicialmente consideraban conveniente estar acompañados de un partido como AD”. LUONGO, *De Cipriano...*op. cit., p.129.

custo de instalação da Junta Revolucionária foi alto: a partir de então seriam incontáveis as tentativas de sublevação, os golpes e os movimentos armados de oposição. A estabilidade política, como um dos principais ativos da Venezuela nas últimas décadas, fora liquidado.

O governo brasileiro, considerando que não existia uma tendência pró-eixo (nazi-fascista) no movimento e simpatizando com algumas figuras da junta estabelecida, estaria pronto a reconhecer o novo governo.²⁶⁰

Coincidentemente, aproximavam-se as novas eleições no Brasil e o cônsul venezuelano Molina Murillo temia que Vargas pudesse inflar o patriotismo da sociedade e provocar algum tipo de contenda com países vizinhos, a fim de evadir-se da eleição e continuar no poder. O golpe, que antes dera certo, desta vez transmutou-se em renúncia e na saída de Vargas, em outubro de 1945.

A transição política brasileira naturalmente despertou o interesse de Caracas, por seus impactos na vida comercial fronteiriça e nos laços políticos com as nações vizinhas, todas elas sob influência da força profunda geográfica. Além disso, havia o receio de que eventos inesperados, como uma guerra civil ou uma ditadura militar, pudessem surpreender a normalidade das relações bilaterais entre os dois vizinhos.

A Junta Revolucionária de Governo, presidida por Rómulo Betancourt, interpretou que ocorrera no Brasil uma mudança dentro da ordem legal, decidindo “sem grandes problemas” reconhecer o novo governo do general Eurico Gaspar Dutra.²⁶¹

Da mesma forma, procurou organizar a política interna, com o estabelecimento de novas regras eleitorais, a mais importante relativa ao sufrágio universal. O pleito para a Assembleia Constituinte, marcada para 27 de outubro de 1946, contou com quatro agremiações principais: *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI), *Unión Republicana Democrática* (URD) e *Partido Comunista de Venezuela* (PCV). Neste caso, a vitória esmagadora da AD, 83 deputados e 38 senadores, sinalizava o peso que o partido teria na história política da nação.²⁶²

²⁶⁰ VALERO, Jorge. *La diplomacia internacional y el golpe de 1945*. Caracas: Monte Avila Editores, 2001. p. 111-115.

²⁶¹ Rojas a MRE Venezuela, Radiograma, n 112, 31-10-1945. Nota, n 2197, 1-11-1945. ACMRE, DPI, Brasil, Ano 1945, Exp. s/n .

²⁶² Sobre o sistema partidário venezuelano ver: MUÑOZ, Eladio Hernández. *Transición en democracia: (Venezuela, 1935 – 1999)*. Caracas: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Universidad Central de Venezuela, 2008; ELNER, Steve & HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez*:

Com a revolução de 18 de outubro de 1945 e as eleições de 1946 dois elementos ganham espaço nos cálculos da política externa venezuelana: a ênfase democrática e o desenvolvimentismo. O eclipse do longo período dos caudilhos e do ciclo ditatorial, no início do século 20, transformou a identidade internacional da Venezuela, que passou a valorizar o direito internacional, a concertação multilateral, as liberdades individuais, em suma, a democracia.²⁶³

Outro processo histórico importante foi a caracterização de um tipo específico de paradigma desenvolvimentista, intervencionista e profundamente vinculado ao setor do petróleo. Tanto democracia como petróleo aderiram à esfera política como princípios norteadores de inserção internacional.

Entretanto, pelo menos naquele momento, o petróleo predominou no debate político e intelectual entre liberais e nacionalistas. Vozes contrárias ao liberalismo conservador e idealista, assumiam que um país atrasado como a Venezuela deveria ter no Estado um interventor econômico “*para canalizar sanamente la riqueza percedera del petróleo*”.²⁶⁴

O estabelecimento tardio de estudos universitários de economia (1938) e de criação do Banco Central Venezuelano (1939) dificultaram o despertar de uma consciência nacional acerca da importância do Estado como promotor do desenvolvimento nacional. O afloramento de um pensamento mais crítico e elaborado teve que esperar os anos 1960, para assim se abrir um diálogo com pensadores de décadas anteriores sobre os problemas nacionais.²⁶⁵

Do lado brasileiro, a política externa alcançava uma década dedicada ao desenvolvimentismo. Dutra chegou ao poder mantendo inalterada a essência pan-americanista da política externa brasileira, que orientara até então a lógica da boa vizinhança com os países sul-americanos. O novo chanceler João Neves da Fontoura, em seu discurso inaugural no MRE, reafirmou as linhas fundamentais e reforçou o sentido de continuidade

clases, polarización y conflicto. Caracas: Nueva Sociedad, 2003; AVELADO, Ramón Guillermo. *La 4ta república: la virtud y el pecado*. 1 ed. Caracas: Editorial Libros Marcados, 2007; AMORIM NETO, Octavio. “De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

²⁶³ BOESNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina: breve história*. Caracas: Grijabo, 2007. p. 97.

²⁶⁴ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 113.

²⁶⁵ MICHELENA, *El pensamiento...* op. cit.

das ações internacionais do país de maneira não improvisada, de avanços esperados e de recuos previstos.

Para Neves da Fontoura, “a política exterior do Brasil (...) tem certas constantes que formam o patrimônio diplomático do Itamaraty”, como a tradição conciliatória e a inspiração pacifista de seu povo; e o sentimento universalista, de abraçar o mundo a partir de suas extensas costas e de sua vizinhança fronteiriça. De fato, o Brasil respeitava uma cadeia de antecedentes históricos que constituíam as normas de conduta em suas relações internacionais.²⁶⁶

Todavia, as tendências democratizantes do “18 de outubro” liberaram uma alta carga nacionalista nas posições internacionais da Venezuela. Por exemplo, a Casa Amarela denunciou a venda de armas de guerra pelo Brasil para a República Dominicana. O receio venezuelano era que tais armamentos caíssem nas mãos de exilados políticos com planos para depor o governo de Caracas.

Gonzalo Barrios, então encarregado do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, queixava-se ao embaixador do Brasil em Caracas, Mario Savard de Saint-Brisson Marques, da atuação de países centro-americanos em acolher militares venezuelanos contrários ao governo da Junta presidida por Betancourt. Marques procurou explicar que se tratava de carregamento de arma de pequeno porte, que serviria apenas a fins policiais.²⁶⁷

Barrios reforçou a tese de que venezuelanos dispostos a conspirar contra o regime constituído haviam recebido ajuda estrangeira. Ainda assim, o representante brasileiro resignou-se a esclarecer que se tratava de negociações comerciais como quaisquer outras e que já haviam acontecido quando as apreensões venezuelanas foram notificadas, dando por encerrada a questão.

Entretanto, pairava no ar uma bruma de desconfiança entre Caracas e Rio de Janeiro, enquanto transcorriam as eleições presidenciais na Venezuela. Dentro da normalidade, Rómulo Gallegos obteve, em 14 de dezembro de 1947, uma vitória retumbante de 871 mil votos contra 262.204 votos de Rafael Caldera. Gallegos assumiu o poder em 15 de fevereiro

²⁶⁶ Pulido Mendez a Carlos Morales, informe, n 93, Rio de Janeiro, 23-2-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. s/n.

²⁶⁷ Barrios a Saint-Brisson, nota, n 2725, Caracas, 11-11-1947. ACMRE, Dirección General, Brasil, 1947, Exp. n 111. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 35.

de 1948, com um discurso otimista sobre o futuro do país e tendo como braço direito Rómulo Betancourt, o responsável por pensar o novo modelo de gestão do Estado venezuelano.²⁶⁸

À frente da estratégia nacional, o plano de Betancourt contia as seguintes linhas: a) melhorar o quadro jurídico a favor do governo, mas sem afetar os interesses das grandes empresas estrangeiras; b) potencializar o setor petrolífero; c) criar um organismo capaz de reverter renda em projetos concretos; e d) aproveitar os ventos favoráveis da conjuntura internacional.

Dizia Betancourt, “*el petróleo se está vendiendo en mercados del exterior a precios excepcionales (...) una riqueza de la cual somos legítimos dueños*”. Assim, medidas fiscais mais rígidas foram adotadas com a reforma da Lei de Impostos. Criou-se a *Corporación Venezolana de Fomento* (CVF) como a instituição promotora do desenvolvimento nacional, pela exploração de recursos como o ferro e construção de silos e fábricas de cimento e açúcar.²⁶⁹

O aumento da produção petrolífera aproveitou a melhoria dos preços internacionais, fazendo com que o tesouro nacional incrementasse substancialmente suas receitas. Com isso, seria possível utilizar o petróleo para modernizar o país, suprimindo os crescentes anseios industrialistas da nova geração de dirigentes. Assim, a partir de 1945 inaugurou-se a segunda fase do ideal “*sembrar el petróleo*”, termo cunhado por Uslar Pietri na década anterior.

Porém, a estratégia de Betancourt fora formulada sobre bases paradoxais e continha, em sua essência, o segredo do sucesso e a semente do fracasso: a sobrevalorização do petróleo. As medidas que se seguiram, aprofundaram o traço rentista da identidade nacional, ou seja, a dependência do orçamento nacional da renda do petróleo. Com isso, o paradigma intervencionista ganhou forma como modelo definidor do Estado na Venezuela, influenciando sua inserção internacional.²⁷⁰

²⁶⁸ O ensaio revolucionário de 18 de outubro de 1945 possibilitou a disseminação de várias das ideias discutidas nos anos anteriores sobre renda petrolífera e reforma agrária. Por exemplo, em 1947, Salvador de la Plaza publica “*El problema de la tierra en Venezuela*”, em consonância com as ideias de Acosta Saignes, que em 1938 publicara no México a obra “*Latifundio*”. Ambos criticavam a continuidade do modelo colonial de tratamento da terra: de valorização do latifúndio e apropriação indevida por seguidos governantes. Além disso, denunciavam as péssimas condições de trabalho no campo e a incapacidade do modelo vigente em gerar renda de uma maneira justa. Defendiam e justificavam a atuação enérgica do Estado mediante a realização de uma reforma agrária radical, tema caro aos governos adecos de Gallegos e Betancourt, mas de difícil implementação.

²⁶⁹BETANCOURT, *Venezuela...*op. cit.;

²⁷⁰LUONGO, *De Cipriano...*op. cit., p. 13.BETANCOURT, *Venezuela...*op. cit.;

No final de 1947, a situação política brasileira estava conturbada. Os ânimos entre quemistas, liderados por Vargas, e comunistas, liderados por Prestes, se acirraram após a decisão do presidente Eurico Gaspar Dutra de romper com a URSS e de extinguir a juventude comunista e o Partido Comunista no Brasil. Outro sinal de mudança da corrente veio com a descaracterização do modelo nacional-desenvolvimentista, que havia sido implementado por Vargas desde os anos 1930, em favor de um alinhamento mais estreito com Washington.²⁷¹

Definitivamente, a Guerra Fria começava a contaminar o ambiente interamericano. Nessa linha seguiu a atuação do embaixador dos EUA em Caracas, Frank Corrigan, em favor do capital ianque e da eleição de um candidato “mais dócil possível” aos desígnios norte-americanos.

Não obstante, a sociedade venezuelana e o governo de Gallegos estavam vigilantes contra as atividades intervencionistas de *Wall Street*, bem como nutriam preocupações de que o sistema interamericano, em transformação após a 2ª Guerra Mundial, fosse contaminado por organizações esquerdistas, legais ou clandestinas, como a juventude comunista, e que estas pudessem penetrar no país.²⁷²

Nesse contexto, é possível perceber a eclosão de uma “tensão essencial” entre os sentimentos nacionais de Brasil e Venezuela. Como apontam Renouvin e Duroselle, as comunidades políticas estão unidas por um sentimento nacional que se expressa pela conjunção da solidariedade de interesses, da tradição, do espírito de sacrifício e da consciência de pertencimento ao grupo.²⁷³

Para fins analíticos, a ideia de sentimento nacional pode ser “desconstruída”, em camadas que se sobrepõem e afloram na forma de ideias capazes de influenciar o rumo das relações internacionais; por exemplo, quando se contrasta especificamente as ideias de vizinhança e relutância, percebe-se a complexidade do sentimento de uma nação ou coletividade.

Além disso, as grandes correntes de mentalidade coletiva, como o pacifismo e o militarismo, bem como as manifestações de ideias ou de emoções coletivas, como integração

²⁷¹ Molina Murilo a Morales, ofício, n 124, Manaus, 23-4-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947.

²⁷² “Como Mr. Pawley no Brasil, Corrigan intervém abertamente na política interna da Venezuela”; Hoje-São Paulo, 20-5-47. Pulido Mendez a Morales, ofício, n 322, Rio de Janeiro, 27-5-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

²⁷³ RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction a la historia de las relaciones internacionales*. (1ª ed esp à 4ª edição fra), México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

e solidariedade, contagiam o ambiente de tomada de decisão e as escolhas e cálculos estratégicos do Homem de Estado.

2.1.2. Vizinhança e relutância: tensão essencial

Ao recapitular a evolução do sistema interamericano, com respeito à segurança regional, é possível perceber o peso dessa “tensão essencial” na definição do curso das relações brasileiro-venezuelanas.

O ambiente internacional no interstício das guerras mundiais (1919-1939) vivenciara uma grave crise econômica, pelo recrudescimento do conservadorismo nacionalista, pelo afloramento de ideologias concorrentes ao liberalismo, como o fascismo e o comunismo, e que, ao fim e ao cabo, culminara na escalada de violência que desembocou na 2ª Guerra Mundial. Nos anos 1940 abriu-se um momento definidor nas relações internacionais sul-americanas com a retomada do sentimento de vizinhança, que nascera outrora dos ideais pan-americanos do século 19.

Neste caso, a Conferência de Buenos Aires, de 1936, foi a primeira iniciativa multilateral americana com o objetivo específico de defender a paz e os princípios de liberdade e justiça, estabelecendo um sistema de consultas para promover a cooperação e prevenir o conflito. Em 1938, já sob a sombra da guerra, as nações americanas reuniram-se na Conferência de Lima para reafirmar o princípio da solidariedade em caso de uma ameaça externa.

O diálogo sobre a segurança regional se estendeu aos encontros de Havana (1940) e Rio de Janeiro (1942). Foram fortalecidos os compromissos para se evitar atos dirigidos contra a integridade, inviolabilidade, soberania e independência de um Estado americano, que seriam, por sua vez, considerados uma agressão às demais nações do continente. Em especial, a segunda reunião consultiva de Havana que decidiu pela solidariedade continental diante do atentado de um país não americano a um país americano.²⁷⁴

O ano de 1945 marcou a assinatura da Ata de Chapultepec no México, instrumento provisório para o tempo de guerra pelo qual se buscou, com maior determinação, conjurar as ameaças, estendendo o pacto de solidariedade aos casos de agressão interamericana. Logo, o

²⁷⁴ Informe semanal, nota n 510, Embaixada de Venezuela, Rio de Janeiro, 4-8-1947.ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

desafio era harmonizar a Ata de Chapultepec com a Carta das Nações Unidas, que havia sido criada no mesmo ano em São Francisco. Isso deveria ter ocorrido na Conferência do Rio de Janeiro que, inicialmente, estava prevista para outubro daquele ano, mas que, por pressão norte-americana, acabou sendo adiada *sine die*.

O sentimento de vizinhança se expressara mais fortemente pela ideia de “solidariedade americana”, que se referia à união das repúblicas do continente frente a agressões à comunidade de países da região. Além disso, a solidariedade envolvia um duplo aspecto: era virtualmente um pacto de aliança ofensivo-defensivo. Tanto ajudaria o agredido a se defender como deveria promover a cooperação entre diferentes países com a finalidade de repelir eventuais agressões.

Apesar das imperfeições e dissonantes visões de mundo, foram abertas as portas para um acordo regional de caráter permanente. A paz, como um dos horizontes da política internacional americana, tomou forma no Rio de Janeiro em 1947, quando a Conferência Interamericana decidiu operacionalizar o conceito de solidariedade continental com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Coube a Raul Fernandes presidir a Conferência do Rio de Janeiro exaltando dois pilares considerados por ele como “indestrutíveis” para a manutenção da paz: “a fraternidade e a caridade”. Fernandes, de acordo com o embaixador da Venezuela em Lima: “*guió los debates con elegancia, con sagacidad lusitana y con acentuada energia, siendo de hecho una de las figuras más interesantes del certamen*”.²⁷⁵

A título de curiosidade, a magnitude do encontro levou a chancelaria equatoriana a propor que o acordo assinado entre todas as nações americanas fosse denominado “Tratado Bolívar”, em homenagem ao reconhecido gênio político do Libertador. Apesar de apreciar a ideia, Caracas temia que o malogro da proposta pudesse manchar a imagem do prócer venezuelano.²⁷⁶

Mais importante, o perigo de que propaganda ideológica subvertesse o credo democrático e a tradição histórica bolivariana moldaria a posição venezuelana sobre os temas da Conferência do Rio de Janeiro de 1947. Caracas assumiu uma postura defensiva, de

²⁷⁵ Embaixada RJ a MRE Venezuela, informe, n 357, 3-6-1947; Embaixada Lima a MRE Venezuela, informe, 22-10-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

²⁷⁶ Embaixada Washington a MRE Venezuela, nota confidencial, n 1777, 25-5-1946; Morales a Embaixada Washington, despacho, 2167, 17-6-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. s/n.

diferenciação entre duas situações: a agressão de um país não americano contra a integridade territorial, soberania ou independência política de qualquer nação do continente, e a agressão de um país americano contra outro país americano.²⁷⁷

Caracas acreditava que problemas internos da região não acionavam o princípio da solidariedade, mas sim o da solução pacífica de controvérsias. Logo, a Venezuela se colocaria contra o tratamento dado por outros países à matéria, porque desvirtuaria o conceito tradicional de solidariedade ao estabelecer um mesmo regime para prevenir ou reprimir toda agressão, qualquer que fosse sua origem. De fato, não poderiam ser consideradas iguais agressões cometidas por uma potência estrangeira e por alguma república americana.

Assim, a Venezuela buscou concretizar duas peças jurídicas diferentes, evitando-se que, em caso de conflito entre dois países da região, no qual não se definisse com clareza o agressor, o fato pudesse gerar uma desarticulação do pan-americanismo. A saída era celebrar dois instrumentos que contemplassem, respectivamente, os casos de agressão por parte de um país americano contra outro país americano e as agressões de origem extracontinentais.²⁷⁸

Depois de acalorados debates, estabeleceu-se uma subcomissão para tratar do assunto e, após três dias de reuniões, chegou-se a uma conclusão favorável à tese venezuelana. Ainda que o Departamento de Estado dos Estados Unidos acreditasse ser um retrocesso na evolução do sistema interamericano, atribuiu-se um tratamento especial para os conflitos interamericanos, posição que contou com o apoio de Argentina, Brasil e Peru.²⁷⁹

O Brasil avançava imbuído do espírito de vizinhança americanista. Colaborou com a conformação da Organização dos Estados Americanos em 1948, importante sustentáculo do sistema interamericano após a 2ª Guerra Mundial. Não obstante, relutava em se desvencilhar do tradicional alinhamento político e econômico a Washington, criando tendências desagregadoras (ciúmes e desconfianças) no próprio contexto regional.

Enquanto isso, a Venezuela desenvolveu uma preferência diplomática pelos foros institucionais da OEA e da ONU como canais de interlocução e solução de problemas na arena internacional. Relutava, contudo, em aceitar que o jogo energético estivesse nas mãos

²⁷⁷ Bolívia MRE a Girón, ofício reservado, n155, La Paz, 18-6-1947; Memorandum, Briceño, 23-7-1947. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 400.

²⁷⁸ Briceño a Morales, ofício 2105, Caracas, 28-6-1947; Briceño a MRE Venezuela, radiograma, n 70, 3-7-1947; Exteriores a Briceño, despacho estritamente confidencial, n 3038, 3-7-1947; Exteriores a Briceño, despacho estritamente confidencial, n 3038, 3-7-1947. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 400.

²⁷⁹ Morales a Presidente da Junta, Telegrama, 27-8-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

de grandes potências e consórcios estrangeiros, o que impulsionou seus governantes a retomar o controle sobre os recursos naturais, dos quais esperavam angariar maior autonomia nas relações internacionais. O Ministro das Relações Exteriores, Luis Emílio Gómez Ruíz, descreveu desta maneira o novo perfil internacional venezuelano: “*la realización cabal de una genuína democracia representativa, constytue la misión fundamental de nuestro destino histórico*”.²⁸⁰

Não obstante, o Brasil mostrava-se preocupado com o contexto conturbado da gestão de Rómulo Gallegos, retardando o reconhecimento político até 17 de janeiro de 1949, como forma de obter o compromisso de Caracas de cumprir as obrigações internacionais e garantir a estabilidade política. Além disso, pesou na relutância brasileira a postura venezuelana de ideologizar sua política externa pela exacerbação dos valores democráticos.

De toda feita, o reconhecimento permitiu ao governo de Caracas oportunizar a democracia como fator identitário comum, estreitando os vínculos com o Rio de Janeiro. Não faltou lembrar que a amizade brasileiro-venezuelana seria consequência de várias atividades da vida internacional, “*particularmente de aquellas que derivan de nuestra condición de miembros de la comunidad americana*”.²⁸¹

Após a 2ª Guerra Mundial, uma imagem internacional se perpetuara na caracterização da América Latina, a de uma região que vivia “à sombra das espadas”. Uma onda militarista tomou conta da região, no Peru, Venezuela, Chile, Paraguai e Guatemala. Esse pensamento militarista havia alimentado uma visão de mundo dissonante com a cooperação e a integração regionais. Neste caso, dera-se destaque na imprensa aos “militares venezuelanos [que] enchem as prisões com os democratas de seu país e procuram restaurar o que o povo venezuelano suprimiu em pleno uso da sua liberdade”.²⁸²

Um dos efeitos de imagens internacionais dissonantes é o de acelerar ou retardar o curso das relações bilaterais. Gradativamente, o tempo das fronteiras se diferenciava do tempo das chancelarias nas relações entre Brasil e Venezuela. Do consulado em Manaus, a preocupação com a movimentação brasileira na zona fronteira seria regularmente informada para Caracas, principalmente no sentido da ocupação da região do Rio Branco e da Amazônia.

²⁸⁰ Gómez Ruíz a Saint-Brisson, nota, n 311, Caracas, 15-2-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1948, Exp. 471. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 37-38.

²⁸¹ Idem.

²⁸² “À sombra das espadas”. O Estado de São Paulo, 26-4-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1949, Exp. s/n.

De fato, a presença de políticos, governantes, militares, engenheiros e técnicos brasileiros, com o intuito de sondar o potencial fronteiriço, como a análise do solo e das condições físicas e geográficas, deixava o cônsul venezuelano em Manaus, J. T. Molina Murillo, irrequieto. Vislumbravam-se tanto a existência de jazidas de petróleo quanto a abertura de uma saída para o mar pela Guiana Inglesa como motivações geopolíticas para a movimentação brasileira na região.²⁸³

Assim, o constante sobrevoo de aeronaves brasileiras e guianenses na tríplice fronteira Brasil-Venezuela-Guiana, assim como a presença de militares brasileiros na área, induziam a embaixada venezuelana a acreditar em algum tipo de conexão entre Rio de Janeiro e Georgetown. Cogitava-se, quem sabe, algum “*objetivo común en relación con nuestra frontera*”, diria Tito Gutierrez Alfaro, embaixador da Venezuela no Rio de Janeiro.²⁸⁴

A atenção venezuelana já estava voltada para a fronteira sul desde 1945, quando Molina Murillo informara sobre possíveis pretensões brasileiras de dominação da Guiana Inglesa, fruto de um arranjo de compensação pelo esforço de guerra empreendido pelo Brasil com os Aliados. Logo, uma nova orientação da política externa brasileira poderia incluir pleitos no norte da América do Sul em razão da participação do país no conflito mundial.²⁸⁵

Especificamente, esperava-se do Brasil, no mínimo, uma revisão de fronteiras com a Guiana Inglesa. Molina Murillo, que tinha como fonte as “impressões gerais de um observador imparcial bem recomendado”, imaginava o que seria mais conveniente: reclamar separadamente a matéria com a Grã-Bretanha; ou entrar em colaboração mútua com o Brasil.

As pretensas aspirações brasileiras à Guiana Inglesa levantavam suspeitas e causavam temores por, inevitavelmente, envolver porções de território venezuelano ou em disputa com a Grã-Bretanha. O centro deste grande maciço que o Brasil, na visão de Molina, “*tanto necesita y ansia*” confundia-se com a Gran Sabana, uma região rica em minerais e petróleo, além de estar conectada à bacia hidrográfica do Amazonas.²⁸⁶

²⁸³ Alfaro a Flamerich, ofício, n 892, Rio de Janeiro, 21-10-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1949, Exp. s/n.

²⁸⁴ Alfaro a Flamerich, ofício, n 951, Rio de Janeiro, 4-11-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1949, Exp. s/n.

²⁸⁵ Molina Murilo a Parra Pérez, informe confidencial, n 8, Manaus, 13-1-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n.

²⁸⁶ Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 16, Manaus, 20-1-1945; Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 26, Manaus, 31-1-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n. Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 338, Manaus, 10-11-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Mas o que justificaria informes tão preocupados por parte do cônsul venezuelano? Em primeiro lugar, no território do Rio Branco floresciam intensas atividades que levantavam suspeitas sobre as intenções estratégicas do Brasil, como o desenvolvimento da construção civil, o crescimento do fluxo de pessoas, a presença constante de oficiais militares com visitas frequentes de autoridades governamentais.

Em segundo, a Casa Amarela fora informada da possibilidade de infiltração comunista pelas fronteiras brasileiras. Espalhavam-se rumores muito fortes sobre a atuação de agitadores comunistas dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, nas regiões fronteiriças, inclusive no recrutamento de trabalhadores rurais e mineradores para a causa revolucionária.²⁸⁷

E quais seriam as motivações do Brasil em voltar-se para a fronteira norte? Por um lado, havia a disposição do governo brasileiro de dar vida às regiões consideradas despovoadas e distantes da nação. Assim, tanto a política de criação de territórios, quanto uma série de obras militares como bases, hospitais, quartéis e pistas de pouso em pontos específicos da fronteira com a Venezuela, respondiam à nova política fronteiriça do Brasil.²⁸⁸

Ademais, apesar das dificuldades infraestruturais, havia uma tendência de estreitamento de laços entre Boa Vista e Santa Elena e entre Manaus e Boa Vista. Do lado brasileiro, um programa de grandes obras do governo federal do Brasil já estava em andamento e incluía a construção da estrada entre as cidades de Caracaraí e Boa Vista, trecho importante da conexão entre os Estados do Amazonas no Brasil e Bolívar na Venezuela.²⁸⁹

Do lado venezuelano, o primeiro grande pulso desenvolvimentista e de tomada de consciência dos limites da unidade nacional se concretizou em um *Plan Premiliminar de Vialidad* de 1947, que contemplou a construção de 6000 km de estradas, portos e aeroportos. Esse esforço, contudo, alcançaria apenas a região situada ao norte do rio Orinoco,

²⁸⁷ Molina Murillo a Parra Pérez, informe, n 198, Manaus, 6-6-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

²⁸⁸ Vale lembrar que nesse momento foram criados os territórios de Iguazu, na fronteira com Paraguai e Argentina; Guaporé na fronteira com a Bolívia; Rio Branco, na fronteira com Guiana Inglesa e Venezuela. A redivisão do país baseou-se no princípio máximo de consolidar a unidade nacional e garantir a segurança do país.

²⁸⁹ Molina Murillo a Parra Pérez, informe, n 150, Consulado Manaus, 16-6-45. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n.

preservando barreiras naturais à projeção dos interesses nacionais para o sul e para a região fronteiriça com o Brasil.²⁹⁰

Contudo, a região fronteiriça demandou atenção especial do Itamaraty em razão do quadro de sensibilidade que se desenhou na conjunção de alguns fatores. A *penetração humana* brasileira era considerada indesejada em razão da desordem produzida, pois envolvia brasileiros com diferentes ocupações, como comerciantes, mineiros, “soldados da borracha” e empregados públicos.

Em consequência, instaurava-se um panorama de *insegurança jurídica*, pois havia grande dificuldade para o trânsito daquelas pessoas na fronteira, queixa especialmente feita pelo consulado venezuelano em Manaus. Realmente, não havia posto consular do Brasil na fronteira para legalizar a entrada de estrangeiros.

Outra queixa venezuelana, que aborrecia a chancelaria brasileira, era sobre a *falta de reciprocidade* por parte do governo brasileiro, acusado de aplicar com rigor a Lei de Estrangeiros para afugentar os indocumentados venezuelanos, e de não se preocupar com os ilegais brasileiros que iam ganhar a vida na Venezuela.

Além disso, o incipiente comércio fronteiriço sofria com a guerra tarifária e o desabastecimento. Por um lado, o imposto sobre trânsito de mercadorias, instituído pela prefeitura de Boa Vista, pugnava com as baixas tarifas venezuelanas. Por outro, a decisão brasileira de dividir a produção pecuária de gado em três zonas (Guiana Inglesa, Manaus-Amazonas e o território do Rio Branco), alijou a Venezuela desse comércio, colocando em risco o abastecimento de carnes, couros e outros produtos.

Por último, a sensibilidade fronteiriça entre Brasil e Venezuela remetia aos ilícitos transnacionais: o tráfico e o contrabando já eram problemas que assombravam as fronteiras entre Brasil e Venezuela, especialmente os casos de contrabando de diamantes e da exploração indevida da borracha em território venezuelano por brasileiros.²⁹¹

Realmente, como forma de combater o crime nas regiões de fronteira, a guarda do território do Rio Branco impedia a entrada de qualquer estrangeiro sem visto, o que ia de

²⁹⁰DAMAS, Gérman Carrera. *Una nación llamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2006.

²⁹¹ Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 130, Consulado Manaus, 19-5-1945.ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n. Memorandum, Dirección de Consulados para DPI, n 862, 1-2-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

encontro à “bondade e hospitalidade venezuelana, que acolhia brasileiros em Santa Elena [e outras localidades] sem a exigência da legalização documental”.²⁹²

As reclamações venezuelanas procediam, pois os benefícios, tanto do comércio quanto do contrabando, eram favoráveis aos brasileiros. O fato acabou gerando um revanchismo por parte da guarda de fronteiras da Venezuela, que perseguiu e colocou para fora alguns brasileiros em situação irregular, como agricultores residentes em Santa Elena.²⁹³

Uma das percepções mais aguçadas de Molina Murillo dizia respeito aos tempos diferentes entre as relações fronteiriças e diplomáticas regulares. Para Murillo, reinava um desconhecimento mútuo dos problemas da fronteira, o que produzia leis pouco ou nada efetivas. Para o representante venezuelano os problemas de fronteira seriam “*muy distinto a los problemas generales entre los dos países*”.²⁹⁴

De toda forma, a situação passou a ser vista por Caracas como “*verdaderamente insostenible*”, pois causava grandes prejuízos aos nacionais venezuelanos. Reinava a sensação de que “*nuestros vecinos del sur*” precisavam ser contidos. Para tanto, a fronteira teve sua segurança reforçada para impedir o ingresso de elementos indesejados. Além disso, iniciaram-se gestões junto ao governo brasileiro para solucionar a questão.

Duas propostas venezuelanas apareceram nas discussões. A primeira, e mais aconselhável, seria a criação de um consulado do Brasil em Santa Elena. A segunda, e mais efetiva, seria a conclusão de um convênio internacional bilateral, uma espécie de estatuto fronteiriço. A Venezuela já havia firmado algo do gênero com a Colômbia, enquanto o Brasil esperava aplicar o modelo existente nas suas relações com os países do Cone Sul.

Esses problemas se arrastaram por vários meses e permaneceram indefinidos. Entretanto, a consequência mais importante desse sentimento de relutância foi quanto à disposição de ambos os países de atingir certa inteligência sobre o assunto, aceitando uma

²⁹² Molina Murillo a Rojas, informe, n 286, Consulado Manaus a Embaixada no RJ, 15-10-1945.ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

²⁹³ Idem. É interessante notar que, nos dias de hoje, uma das principais queixas de brasileiros que viajam à Venezuela pela fronteira terrestre refere-se à postura dos soldados da guarda nacional que, distribuídos pelas estradas em “alcabalas” ou postos de controle, intimidam e coagem o turista, esperando algum tipo de “presente” para dar livre passagem. Ecos da história das relações bilaterais.

²⁹⁴ Por exemplo, o decreto lei n 2017 de 14 de fevereiro de 1940 exigia dos residentes em cidades ou localidades fronteiriças somente a carteira de identidade para entrada e saída do território brasileiro. O próprio desconhecimento venezuelano não produziu a reciprocidade necessária à efetivação da norma e condenou o decreto lei à extinção em 1944, sem ter produzido os efeitos desejados.

situação temporária em que o trânsito de pessoas fosse isento de formalidades legais, como os vistos.²⁹⁵

A estratégia histórica do Brasil em sua política fronteiriça seguia cinco elementos, divididos e organizados em dois eixos: delimitação por tratado; demarcação por postes (como eixos principais); formação de zonas de influência; estabelecimento de brasileiros em territórios que se ignorava a quem pertenciam de direito; e missões de catequização dos indígenas, que atraíam índios de uma mesma comunidade ou de comunidades que viviam do outro lado da fronteira (como eixos complementares).

Pode-se dizer que, até aquele momento, a delimitação das fronteiras entre Brasil e Venezuela vinha sendo feita com apoio e recursos brasileiros, o que supostamente beneficiava mais o Brasil. Portanto, Molina Murillo, receando que seu país fosse engolido, desejava, com urgência, a “*venezolanización de la Gran Sabana*”, com a criação de uma corrente contrária ao avanço dos trabalhadores na fronteira.

Entretanto, F. J. Duarte, da Comissão Demarcadora de Limites, iria contradizê-lo: “*las alarmas son absolutamente injustificadas*”. Ainda assim, Molina persistiu em seus informes, superdimensionando planos brasileiros de transformar Manaus e outras localidades do norte do Brasil em bases militares, com comandos marítimo-fluviais e reforço de efetivo. Explicava o representante venezuelano: “*no hay duda de la importancia que tiene para estas regiones del norte tales visitas y tales emprendimientos que darán movimiento y vida a estas ricas y lejanas regiones del norte del país*”.²⁹⁶

A diplomacia venezuelana aprendera com as tradicionais dificuldades encontradas nas relações bilaterais com a Colômbia, e por isso a Casa Amarela propôs algumas recomendações especiais aos consulados fronteiriços sul-americanos, que serviriam de lição para as relações fronteiriças com o Brasil.

A princípio, conduzir com especial discrição os problemas a fim de evitar interpretações exageradas. Depois, não envolver o Ministério das Relações Exteriores e a

²⁹⁵ Pulido Méndez a MRE Venezuela, informe, n 162, Rio de Janeiro, 31-3-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

²⁹⁶ Duarte a Lemos, informe, Caracas, 13-6-1945; Duarte, Memorandum, Caracas, 23-10-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

embaixada em querelas de escassa relevância. Com isso, era preciso orientar os guardas de fronteira quanto a uma atitude diplomática no trato com cidadãos estrangeiros.²⁹⁷

Ademais, a Casa Amarela já estava ciente de que alguns funcionários consulares exageravam a gravidade e a importância dos fatos, o que precisava ser contido e temperado com certo realismo para não confundir os tempos da fronteira e da chancelaria.

Em síntese, pôde-se verificar no decorrer dos anos 1940 o estabelecimento dessa “tensão essencial” entre vizinhança e relutância. Nesse caso, a ideia de vizinhança eclodiu com maior força na solidariedade hemisférica dos anos de guerra e no processo de integração regional que se seguiu por todo o século 20. Já a ideia de relutância ganhou significado com a lógica de insegurança da Guerra Fria, que alimentava a paranoia da invasão e da hegemonia, bem como ressaltava as incompatibilidades identitárias e imagéticas de países, sociedades, regimes e modelos incompatíveis.

2.2. Flutuações conjunturais no Brasil e na Venezuela

Petróleo é sinônimo de poder, mas nem sempre significa estabilidade. Da mesma forma, ordem é pressuposto essencial para o exercício do poder, mas não significa legitimidade. Nesse sentido, as flutuações conjunturais afetariam o estabelecimento de governos estáveis e legítimos no Brasil e na Venezuela, tanto quanto suas relações bilaterais sofreriam interferência do sistema internacional.

2.2.1. Agitações em tempos de Guerra Fria

Na Venezuela, os militares estavam dispostos a tornar-se o grupo político hegemônico para controlar o Estado e assim ter pleno acesso aos recursos petrolíferos. Logo, não obstante a junta militar, formada por Carlos Delgado Chalbaud, Luis Felipe Llovera Páez e Marcos Pérez Jiménez, ter sido amistosa e comprometida com a causa democrática da Junta Revolucionária em 1945, parecia subsistir um projeto autônomo que não se encaixava no processo de transformações engendrado pelos representantes do partido AD.

²⁹⁷ Picón Salas a MRE Venezuela, nota, n 846, Bogotá, 7-11-1947. MRE Venezuela a Embaixada Bogotá, despacho, Caracas, 17-11-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 566.

A União Patriótica Militar, que pensara necessário abrandar sua participação no golpe, em 1945, compactuando com civis, agora já não tinha mais tal determinação. Aproveitando-se do ambiente crítico alimentado pela mídia contra o presidente eleito Rómulo Gallegos e perante a incapacidade do governo de resolver a crise instalada, os militares assumem o controle do país em 24 de novembro de 1948.

A situação política manteve-se estável até a promulgação do estatuto eleitoral de 1951, com a junta militar promovendo “*un radical desplazamiento*” daqueles que ocupavam funções importantes, como Gallegos, o primeiro forçado ao exílio. A imprensa foi censurada e partidos políticos, como AD e PCV, foram dissolvidos.

Coincidentemente, Carlos Delgado Chalbaud, então presidente da junta militar, foi assassinado em plena luz do dia 13 de novembro de 1950. Como consequência, o controle da nação passou a uma junta de governo, absorvendo alguns civis e sob a presidência de Germán Suarez Flamerich, que conduziu o país às eleições de novembro de 1952. De qualquer maneira, o caminho parecia se abrir para Marcos Pérez Jiménez, que tinha grande ascendência sobre a oficialidade andina que o seguia “*con admiración y casi ciega adhesión*”.²⁹⁸

Para surpresa dos militares, a contagem parcial de votos apontou Rafael Caldera como provável ganhador enquanto a primeira contagem oficial, de dois de dezembro, sacramentara a vitória de seu partido (URD) por diferença de 150 mil votos em relação à Frente Eleitoral Independente (FEI), do grupo pérezjimenista.

A reação foi imediata. O Conselho Supremo Eleitoral passou ao controle de Pérez Jiménez, o que lhe dava condições de manipular os resultados. Além disso, dissolveu a Junta de Governo em favor de uma administração provisória de caráter unipersonal: “*se consuma así exitosamente el golpe de 2 de diciembre de 1952*”.²⁹⁹

O major, que fora preso durante o golpe de 18 de outubro de 1945, renasceu como comandante da nação em 1952. Pérez Jiménez exaltou em seu discurso inaugural o movimento das Forças Armadas para devolver à pátria a condição excelsa de outras épocas. Afirmava o desejo de fazer da Venezuela uma nação criadora de povos e defensora da

²⁹⁸ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 230.

²⁹⁹ Idem. p. 248. Vale nota o fato de que o doutor Vicenti Grisanti, então presidente do CSE, temendo represálias por parte dos militares decidiu se refugiar na embaixada do Brasil em Caracas.

liberdade. Inaugurava o ideal da “*política del bien nacional*” para dar à Venezuela a grandeza que merecia e fazendo-a voltar a figurar no primeiro plano das nações americanas.

Entretanto, o ambiente de medo e conspiração tomou conta do país. De um lado, a não aceitação dos resultados eleitorais gerou um clima de insegurança, de que medidas antiliberais, como a restrição dos direitos políticos, o desrespeito à constituição e a dissolução dos partidos, pudessem ocorrer. De outro, o governo provisório exagerou nas intenções agitadoras da oposição, preparando-se para um possível contragolpe.

Para levar adiante seu plano, Pérez Jiménez atacou duramente a gestão da AD, qualificando-a de perniciosa e destrutiva. Ao mesmo tempo, sabia que precisava contar com a oposição para legitimar sua permanência no poder. Isso o levou a um encontro insólito com Jovito Villalba do Comitê Político Eleitoral Independente (COPEI) e Rafael Caldera da URD, o virtual vencedor do último pleito eleitoral, para convencê-los da importância de sua participação na Constituinte que iria ratificá-lo no poder. Sem grandes surpresas, Villalba e Caldera não aceitaram o “congelamento” dos resultados eleitorais e decidiram bloquear qualquer entendimento com o governo golpista.

Naquele instante, o senhor Lanz³⁰⁰ indagou com certo maquiavelismo: “*quien puede asegurarnos que Villalba no saldrá de la reunión para lanzarse a la lucha clandestina?*”. O resultado foi a detenção de Villalba e alguns correligionários imediatamente após a reunião, sendo o líder da URD expulso do país em seguida.³⁰¹

De todo modo, a Assembleia Constituinte foi instalada sob o manto da fraude eleitoral e com a participação de vários congressistas suplentes. A alta tensão do momento não atrapalhou a ratificação da vitória de Pérez Jiménez, elevado indiretamente à presidente constitucional para o período de 19 de abril de 1953 a 19 de abril de 1958. Com 39 anos se convertia no chefe de Estado mais jovem do hemisfério Ocidental.³⁰²

A prova de fogo do novo governante foi encarar o desafio da modernização e avançar rumo à industrialização de base, criando as fundações do verdadeiro desenvolvimento nacional. Sem sombra de dúvida, Pérez Jiménez conseguiu transformar substancialmente o perfil do meio físico e das cidades venezuelanas em favor do desenvolvimento, e sua obra

³⁰⁰ Laureano Vallenilla Lanz foi o principal confidente, inspirador, articulador político, braço direito e ideólogo das políticas do presidente Pérez Jiménez.

³⁰¹ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 256-257.

³⁰² Idem. p. 265.

material foi “*el más grande esfuerzo de realización material que se haya hecho en el país hasta entonces*”.³⁰³

Naquele momento, a embaixada venezuelana no Rio de Janeiro acompanhava atentamente a movimentação do Brasil em torno de uma “cruzada anticomunista”. A opinião pública brasileira estava atenta ao perigo da internacionalização do comunismo e de sua capacidade de estabelecer vínculos perversos com grupos “terroristas” na Venezuela, Cuba e Guatemala e em espaços estratégicos como Amazônia e Caribe, sob a chancela da URSS.³⁰⁴

Os alarmistas de plantão diziam: “há perigo comunista e do mais grave e do mais alarmante” ou “só depois que a desgraça desabar sobre o Brasil, é que as providências virão”. De fato, interessava a Caracas que o Brasil se posicionasse contra movimentos subversivos que fatalmente ameaçavam o regime político e a estabilidade interna da Venezuela.³⁰⁵

Para mitigar essa atmosfera internacional carregada de ideologias, poderia ter-se valorizado o sentimento de vizinhança, mediante o resgate do pan-americanismo. Entretanto, a paranoia comunista perturbou os interesses comuns dos dois vizinhos, e em vista disso o Brasil deu prioridade à associação com a potência dominante da região.³⁰⁶

O desafio de adaptar a política externa brasileira às circunstâncias e exigências da época, como exprimiu o chanceler João Neves da Fontoura, trouxe como consequência o afastamento entre Brasil e Venezuela. A lógica da Guerra Fria moldou as bases da Comissão Mista Brasil-EUA, de assistência técnica e ajuda financeira, e levou ao acordo militar brasileiro-estadunidense, de 31 de outubro de 1952.³⁰⁷

As acomodações em tempos de Guerra Fria levaram o imaginário venezuelano sobre o Brasil alternar-se entre o receio e a admiração. Nas palavras do embaixador Rafael Gallegos Medina é possível verificar um traço da dupla imagem que ia se formando no tempo.

Por um lado, alertava para o desconhecimento geral dos povos entre si e da necessidade de um “*común esfuerzo para destruir aquella tan cantada barrera de selva que*

³⁰³ Idem. p. 272. Curiosamente, todas as inaugurações de grandes obras públicas eram agendadas para o dia 2 de novembro como uma marca simbólica do progresso pérezjimenista e do aniversário do novo regime.

³⁰⁴ Alfaro a Exteriores, informe, n 216, Rio de Janeiro, 18-3-1952. ACMRE, DPI, Brasil, 1951, Exp. 106.

³⁰⁵ “Só depois que a desgraça desabar”. Diário do Povo, 20-2-1952; “Cruzada brasileira anti-comunista”. Diário do Povo, 16-3-1952. ACMRE, DPI, Brasil, 1951, Exp. 106.

³⁰⁶ Casas Briceño a Otañez, informe, n 29, Rio de Janeiro, 17-1-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

³⁰⁷ “Atividades do Ministério das Relações Exteriores”. Jornal do Brasil, 10-1-1953.

nos separa”. Por outro, exaltava o “*ejemplar progreso del Brasil; su transformación econômica; la inexistencia de prejuicios raciales; la unidad del pueblo; sus intelectuales*”.³⁰⁸

2.2.2. Guianas: rumos erráticos

Uma correção de rumos em relação a Caracas foi manobrada pelo Itamaraty quando, na fronteira norte, sinais da onda transformadora do colonialismo acometeu a vizinhança. O fato novo que emergiu nas relações internacionais da América do Sul era a associação entre os ideais comunistas e os anseios pela emancipação colonial.

Nesse sentido, a deposição do primeiro ministro Cheddi Jagan da Guiana Inglesa, em 1953, gerou insatisfações populares que fizeram eclodir um movimento grevista entre os trabalhadores das plantações de cana. A sucessão de crises espalhou rumores de que um plebiscito seria preparado para averiguar se a população guianense queria manter-se vinculada à Grã-Bretanha, ou se preferia ser incorporada à Venezuela, ou ainda, se preferia outra forma de governo.³⁰⁹

O ministro brasileiro Arruda Botelho, em missão em Georgetown, chegou a afirmar que a indiferença guianense era marcante, no sentido de uma possível anexação à Venezuela ou mesmo ao Brasil. O que imperava em Georgetown era o sentimento separatista em relação à Grã Bretanha e de nenhuma maneira queriam permanecer os guianenses sob o jugo britânico.³¹⁰

Rumores e sentimentos à parte, Brasil e Venezuela precisavam se posicionar perante a crise na vizinhança. O Brasil adotou uma postura de “observador interessado”, vendo com complacência qualquer movimento de independência em colônias remanescentes na América do Sul.

A tese sustentada em Caracas era de repulsa aos regimes coloniais ainda existentes e, da embaixada da Venezuela no Rio de Janeiro, Rafael Gallegos Medina procurou estimular uma reação favorável do Brasil: “*como venezolano, felicito muy cordialmente al Presidente*

³⁰⁸ Gallegos Medina, Discurso, Rio de Janeiro, 1953. BCMRE, Memória MREV, 1953, pp. 146-148. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 39-40.

³⁰⁹ “Estacionária a situação na Guiana Inglesa”. Jornal do Brasil, 18-10-1953; “Resposta do Governo indiano ao pedido de Cheddi Jagan”. O Estado de São Paulo, 18-10-1953. “Plebiscito para resolver a situação da Guiana Inglesa”. Jornal O Tempo, 14-10-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n

³¹⁰ “Volta o observador do Itamaraty na Guiana”. Tribuna da Imprensa, 24-10-53. Gallegos Medina a Otañez, informe, s/n, Rio de Janeiro, 27-10-1953 (data registro no MRE). ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

del Brasil [Vargas], y espero que su gesto enérgico se una al criterio sustentado por Venezuela hace muchos años”.

Diria o embaixador venezuelano que “o critério que priva no Brasil ante as Guianas é variado e até contraditório”. Alguns setores brasileiros, incluindo a Presidência da República, acreditavam na independência, enquanto outros aspiravam à anexação do vizinho, tese difundida entre oficiais do exército.

De qualquer forma, a posição assumida pelo Brasil foi a de garantir, direta ou indiretamente, a independência das Guianas e, como resultado, enaltecer o papel do país como promotor da autodeterminação dos povos.

Logo, as repercussões morais de seu comportamento poderiam transformar-se em prestígio para a consecução de relações privilegiadas com essas jovens nações. Na visão venezuelana, tanta benevolência “*podría involucrar una tutela solapada*”.³¹¹

No começo de 1954, uma reunião que poderia ter passado despercebida por seu caráter protocolar e burocrático acabou chamando a atenção de Medina Gallegos, que informou a Casa Amarela das pretensões e ambições do Brasil em sua política internacional. Esse documento é importante por fornecer uma medida da visão venezuelana sobre o Brasil na época, responsável por perpetuar uma imagem negativa que colaborou para posições relutantes do lado venezuelano.³¹²

A reunião ocorrida entre 24 de janeiro e 7 de fevereiro de 1954, no Palácio do Itamaraty no Rio de Janeiro, contou com a presença dos embaixadores do Brasil acreditados nos países americanos. Oficialmente, o chanceler Vicente Rao afirmou ser uma importante ocasião para promover o contato pessoal entre os diferentes representantes brasileiros, para conhecimento recíproco de suas situações.

Entretanto, Medina Gallegos avaliou a reunião como um ensaio de ajuste da política interamericana do Brasil. Temia que a retomada do pan-americanismo desse asas à vontade de preponderância brasileira, “*con el objetivo de convertir al Brasil en doctor de los destinos de la América Latina*”. Nesse sentido, fez uma apreciação realista do contexto regional:

³¹¹ Gallegos Medina a Otañez, informe, s/n, Rio de Janeiro, 27-10-1953 (data registro no MRE). ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

³¹² Gallegos Medina a Otañez, informe, 172, Rio de Janeiro, 27-2-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

*si se analiza la política interamericana del Brasil se observa una triste realidad (...) cualquier paso del Brasil hacia la negociación de acuerdos bilaterales de manifiesta ostentación, va siempre orientada a ejercer hegemonia y preponderancia sobre la otra Nación.*³¹³

A visão de Medina Gallegos sobre o Brasil era ácida e crítica ao fato de o vizinho só enxergar os EUA e a Argentina como nações dignas de manter relações bilaterais equilibradas: “*esta grande nación, plena de riquezas naturales, la mayoría no explotadas, há visto y ve aun hoy con subestimación y hasta menosprecio a todos los demás países latinoamericanos*”.³¹⁴

Mais ainda, na ótica da Casa Amarela, a própria reorientação da política externa brasileira, pretensamente pensada no Itamaraty, devia-se ao acercamento argentino-estadunidense e a natural perda de espaço do Brasil na região.³¹⁵

Como consequência, Gallegos Medina vislumbrou um possível isolamento brasileiro na região, reflexo de sua postura arrogante e soberba, diferente do espírito democrático e igualitário das nações hispano-americanas. Por isso afirmou que: “*el Brasil repudia los bloques mas es porque no há podido constituir uno del cual sea doctor*”.³¹⁶

O ressentimento latente deixava a embaixada venezuelana no Rio de Janeiro atenta às flutuações conjunturais de “*nuestro vecino del sur*”. O agravamento da instabilidade econômica, as críticas da imprensa e do empresariado, a oposição de elementos sindicalistas e trabalhistas corroíam as bases da governabilidade. Além disso, a corrupção crescente e a penetração comunista deram fôlego aos militares insatisfeitos e colocaram pressão sobre Vargas.³¹⁷

³¹³ Idem.

³¹⁴ Ibidem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ Gallegos Medina a Otañez, informe, 172, Rio de Janeiro, 27-2-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

³¹⁷ Gallegos Medina frequentemente comunicava “*la situación del Brasil cada día se agrava*”, ao acompanhar o crescimento do militarismo e de movimentos contra a liberdade eleitoral, inspirado pelo chefe da casa militar general Juárez Távara; em um fatídico informe, previu o futuro de Vargas: “*el señor Getulio Vargas no llegará al termino de su mandato*”. Dizia ainda que: “*presagios muy sombríos*” para o futuro do Brasil “*con la gravedad de que cualquier circunstancia anormal en esta nación prodria transcender en los países vecinos, entre los cuales está Venezuela*”. O Ministro de Relações Exteriores Aureliano Otañez recebeu com grande interesse um relato sobre um memorando assinado por 84 coronéis e tenentes e entregue ao Ministro da Guerra do Brasil, Ciro Espirito Santo Cardoso. Gallegos Medina a Otañez, informe, 814, Rio de Janeiro, 17-9-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n. Gil Borges a Otañez, informe confidencial, n 45, LaPaz, 18-2-1954. Gallegos Medina a Otañez, informe, 172, Rio de Janeiro, 27-2-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

Em 24 de agosto de 1954, a Casa Amarela recebeu a informação sobre o suicídio do Presidente Vargas e da assunção de Café Filho, prestando seus pêsames e fazendo saber sua posição por uma declaração do embaixador venezuelano Rafael Angarita Arvelo: “*es sensible su desaparición y la historia dictará su fallo sobre su actuación durante tantos años en el Brasil, país de nuestros mejores afectos*”.

Com a morte de Vargas a preocupação era manter a política externa brasileira nos eixos. O chanceler Raul Fernandes apontou como caminho robustecer o pan-americanismo, pela instauração de uma “comunhão de ideias e sentimentos”, garantindo a convivência harmônica da vizinhança.³¹⁸

Entretanto, a conjuntura política do Brasil permaneceu conturbada. Em 1955, os rumores sobre a iminência de uma intervenção militar se sustentaram na possibilidade de restaurar o varguismo. Ademais, a suposta “orientação comunista” de Café Filho alimentou a insatisfação de um grupo dentro do exército que ameaçava destituí-lo.³¹⁹

O embaixador Atilano Carnevali, credenciado junto ao governo brasileiro no final de outubro de 1954, diagnosticou a situação de indefinição que repercutia na consciência democrática e na economia do país, situação que esperava ser superada após a eleição do novo presidente. Àquela altura, Juscelino Kubitschek de Oliveira era o nome mais provável.

Entretanto, os rumores de instabilidade recrudesceram devido aos antecedentes socialistas do Vice-Presidente João Goulart. Incomodava os militares brasileiros, principalmente, o fato de que a composição entre JK e Goulart significaria um retrocesso ao populismo de estilo varguista.

Nesse momento, a mídia nacional, especialmente a governista, cerraria fileiras contra os regimes ditatoriais na América Latina. Em especial a Tribuna da Imprensa, que assumiu uma posição sensacionalista e avessa à Caracas, com a divulgação de ideias contrárias ao governo do general Marcos Pérez Jiménez. Por exemplo, ao noticiar um pacto militar secreto entre Venezuela e Peru, que teria como intenção atacar territórios fronteiriços na região amazônica.³²⁰

³¹⁸ Gallegos Medina a Otañez, informe, 835, Rio de Janeiro, 6-9-1954; “*Profunda impresión*”. El universal, 24-8-1954.ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

³¹⁹ Castellano a Exteriores, informe, n 320, Consulado Rio de Janeiro, 9-9-1954; Carnevali a Otañez, informe, n 1030, Rio de Janeiro, 10-8-1955.ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 8.

³²⁰ Carnevali a MRE Venezuela, Radiograma, n 203, Rio de Janeiro, 19-9-1955; Cardot a MRE Venezuela, Radiograma, n 383,Bogotá, 24-9-1955.ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 8 e Exp. 10.

O episódio foi fruto de um encontro entre Pérez Jiménez e Manuel Odria, em Lima, cujo objetivo era formar uma aliança entre os dois países. Na verdade, as intenções pérezjimenistas eram duas: primeiro, avançar sobre as áreas em disputa com a Colômbia. Segundo, apaziguar os ânimos dos militares, irrequietos com os excessos de personalismo e centralização do mandatário venezuelano.

Para justificar sua atuação internacional, Pérez Jiménez engenhosamente desenvolveu o conceito de “*cuadrar el mapa*”, que consistia na incitação de incidentes com os vizinhos para restabelecer pretensas fronteiras naturais da Venezuela.³²¹

Logo, quando Pérez Jiménez discursava sobre o conceito de “*cuadrar el mapa*”, revelava a intenção de retomar as partes do território venezuelano que haviam sido perdidos, tanto para a Colômbia quanto para a Guiana Inglesa. Uma amostra de suas intenções veio com a ordem de tomada da ilha Los Frailes, na península da Guajira, região sob contencioso colombo-venezuelano.³²²

Não obstante constar da carteira de opções venezuelanas, o chanceler Otañez instruiu Carnevali a desmentir as asseverações jornalísticas, negando a existência do pacto e fazendo ver que em suas relações internacionais a Venezuela sempre procedeu conforme as normas do direito internacional. Carnevali, então, preparou um comunicado oficial em 21 de setembro de 1955, com certa repercussão na imprensa brasileira e venezuelana, como Tribuna da Imprensa, Jornal do Comércio, Jornal do Brasil, Diário Carioca, Última Hora e A Noite.³²³

³²¹ A lembrança mais viva sobre o assunto remetia a um conflito fronteiriço entre Venezuela e Colômbia entre 1939-1940 e que foi resolvido por tratado assinado entre Lopez Contreras e Eduardo Santos, sendo que a Colômbia teria “ganhado” cerca de 30 mil km da Amazônia venezuelana, seguindo-se uma linha reta do meridiano 70. Desde então, dizia-se que o mapa da Venezuela havia sido “descuadrado”. Pode-se dizer que, historicamente, Colômbia e Venezuela se veem como ferozes rivais, assim como Brasil e Argentina já o foram; o que explica a prioridade dada às decisões de Caracas e Bogotá em questões sensíveis como segurança regional e fronteiriça.

³²² CARLOS, Newton. “Pacto militar entre Odria e Jiménez põe em perigo a paz no continente”. Tribuna da Imprensa, 19-9-55ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10; De acordo com a Gaceta Oficial de los Estados Unidos de Venezuela; Caracas: 20 de julio de 1938, Número 19.624, Artículo 1º: “Son dependencias Federales las islas venezolanas del mar de las Antillas, excepto las de Margarita y Coche, que constituyen el Estado Nueva Esparta, o cualesquiera otras que se le incorpore constitucionalmente”. Realmente, as dependências federais são um conjunto de ilhas, cerca de 600, no mar do Caribe e Golfo da Venezuela. A sua administração é da responsabilidade do *Alcalde Mayor Metropolitano* de Caracas. São 350 quilômetros quadrados com cerca de três mil habitantes. A Ilha La Tortuga, a Ilha Los Frailes, a Ilha Los Testigos, Arquipélago de Los Roques, a Ilha de Las Aves, são algumas das dependências federais. O turismo se tornaria em todas essas ilhas a principal e mais importante fonte de receitas.

³²³ Embaixada Venezuela RJ para MRE Venezuela, ofício, n 1249, 23-9-55. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10; “A Venezuela sempre batalhou para defender a liberdade na América”. Última hora, 22-9-55; “carta dos leitores – pacto secreto Peru-Venezuela”. Tribuna da Imprensa, 22-9-55; “Venezuela desmente a Tribuna”.

O comunicado exaltava as “*diáfanas tradiciones pacifistas*” venezuelanas e a vontade de atravessar fronteiras apenas para consolidar o patrimônio histórico da liberdade na América. Contudo, não poupou críticas ao sensacionalismo jornalístico, sectário e irresponsável, especificamente da Tribuna da Imprensa. Inevitavelmente, as insidiosas notícias contra o governo venezuelano colocavam mais um tijolo no edifício da relutância bilateral.³²⁴

Ao mesmo tempo, as variações conjunturais no Brasil corroboraram para a erosão quase imperceptível das relações bilaterais.

Carnevali chegou a informar, em novembro de 1955, os graves acontecimentos políticos com a vacância de Café Filho por problemas de saúde: “*angustiosa y confusa. Rio de Janeiro en pie de guerra civil*”. De fato, escolas, bancos e o comércio estavam paralisados; detenções e movimentos sectários eclodiram nas Forças Armadas, assim como a ordem era mantida pelo estado de sítio e pela presença das forças de infantaria e artilharia que ocupavam locais estratégicos da cidade do Rio de Janeiro.³²⁵

Diante de um contexto adverso, Carnevali conjecturou:

*es verdad que en Itamaraty se demuestra optimismo por cuanto al regreso de la normalidad, pero no lo es menos que, todavía hoy y durante días imprecisos, el Brasil se mantendrá en situación de angustia y bajo la amenaza de nuevas complicaciones*³²⁶

Tal situação afetou a cooperação que visava ao estabelecimento de estudos conjuntos e de encontros entre representantes comerciais de ambos os países. Carnevali sugeriu, por exemplo, “*en circunstancias actuales, juzgo conveniente aplazar viaje misión venezolana*”, prevendo o destino que iria se materializar no Brasil, na década seguinte:

Diário Carioca, 23-9-55; “Suposto pacto militar contra a paz do continente”. A noite, 22-9-55; ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

³²⁴“*Desmiente rumor sobre pacto venezolano-peruano*”. El Nacional, 28-9-55; “*La cancelleria desmiente rumor sobre pacto venezolano-peruano*”. La esfera, 28-9-55; ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

³²⁵ Carnevali a MRE Venezuela, Radiograma, n 252, Rio de Janeiro, 11-11-1955.ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

³²⁶ Idem.

*Las Fuerzas Armadas tienden a unificarse, bajo el comando central del General Lott. Salvo lo imprevisto, se habrá realizado una revolución política más, dirigida por el Ejército, sin derramamiento de sangre.*³²⁷

João Carlos de Macedo Soares assumiu a pasta das Relações Exteriores em 12 de novembro de 1955, com voluntarismo e disposição de superar a conjuntura interna adversa. Propenso a engendrar a integração regional, se entrevistou com o embaixador Carnevali, deixando transparecer a contrariedade com o adiamento da visita da missão econômica venezuelana.

Macedo Soares acreditava que as dificuldades políticas recentes já haviam sido superadas e solicitou uma intervenção de Carnevali junto à Casa Amarela para que se voltasse atrás na decisão do adiamento. O interesse brasileiro era aproveitar os bons resultados políticos dos contatos bilaterais com a Venezuela, otimizando os preparativos já realizados e o dinamismo do grupo envolvido na preparação do encontro.³²⁸

A visita da missão econômica venezuelana, para estudar a possibilidade de compra de produtos agrícolas e manufaturados brasileiros, se encaixava na política do Itamaraty de intensificar o intercâmbio comercial no Continente e na visão do presidente Juscelino Kubitschek de integrá-lo.³²⁹

No fim de 1955, o governo de Caracas alimentava a expectativa de que Kubitschek pronunciasse na OEA um discurso americanista confessando que o Brasil estaria em dívida espiritual com Bolívar. Embora contagiado pelo sentimento de vizinhança, JK esquivou-se de ressuscitar ideais e personagens históricos bolivarianos, preferindo em seu lugar uma perspectiva hemisférica convergente com Washington.

Isso porque estava em processo de negociação um acordo de cooperação militar que previa a instalação de uma base lançadora de foguetes na ilha de Fernando de Noronha. Na verdade, tratava-se de uma estação avançada para monitoramento de foguetes teleguiados que se encaminhassem ao Atlântico Sul. O projeto deveria ser levado adiante por técnicos norte-

³²⁷ Carnevali a Exteriores, Radiograma, n 252, Rio de Janeiro, 12-11-1955. Carnevali a Exteriores, informe, n 1457, Rio de Janeiro, 12-11-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

³²⁸ Carnevali a MRE Venezuela, Informe, n 1529, Rio de Janeiro, 25-11-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

³²⁹ Carnevali a Arismendi, informe, n 658, Rio de Janeiro, 18-5-1956; “O chanceler Macedo Soares apresenta um balanço da atuação do governo”. Correio da Manhã, 17-5-1956. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 20.

americanos e brasileiros, sendo os últimos capacitados para assumir totalmente o controle da estação.

O chanceler Macedo Soares justificou o acordo em termos da lógica da Guerra Fria, particularmente da possível eclosão de um terceiro conflito mundial. Não escapou, entretanto, das críticas dos países da região, que atacaram a relação especial que mantinham Brasília e Washington.³³⁰

*muchos representantes diplomáticos latinoamericanos en esta capital veían con cierto sentimiento de envidia la política seguida por los EE. UU. con respecto al Brasil. Piensan estos diplomáticos que el gobierno de Rio de Janeiro ha recibido de los EE.UU. más asistencia que todos los demás del hemisferio juntos.*³³¹

Contudo, as negociações acabaram sendo paralisadas, pois o Brasil solicitou ajuda militar e econômica como compensação para autorizar o uso militar de Noronha, o que fez Washington recuar em sua determinação de ter a ilha, reavaliando a possibilidade do uso de navios ou submarinos como base móvel de radares e lançamento de foguetes.³³²

O malogro do projeto abriu espaço para que a coordenação brasileiro-venezuelana fosse restabelecida. Leonardo Altuve Carrillo, embaixador venezuelano no Rio de Janeiro, considerava o Brasil um “*poderoso país, al cual Venezuela profesaba una inalterable amistad*”. Não deixou, contudo, de ficar surpreso com o tratamento dispensado pelo chanceler Macedo Soares, que respondeu elogiosamente à altura: “considero que Venezuela chegou a ser a terceira potência na América, país que deve levar-se em conta para empresa grande [como a integração continental]”.³³³

Mais do que uma resposta protocolar, chamou a atenção de Carrillo a disposição de Macedo Soares em aproximar as duas nações. O interesse era verdadeiro e ficou comprovado

³³⁰“*Brasil cedió Fernando Noronha para base de proyectiles de EE.UU.*”. El Nacional, 22-1-1957. Chegou a ser noticiado na imprensa da região que um foguete teleguiado norte-americano, lançado da Flórida, se perdeu na selva amazônica, como resultado de uma avaria em seu dispositivo de direção. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

³³¹“*Estados Unidos ante el caso de la isla brasileña Fernando de Noronha*”. El Universal, 19-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

³³²Embaixada Washington a MRE Venezuela, informe, AFF n 18, 15-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

³³³Carrillo a Arismendi, informe confidencial-urgente, n 67, Rio de Janeiro, 23-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

pelo estabelecimento de uma comissão de peritos do Itamaraty que se dedicaria exclusivamente ao estudo dos problemas comuns com a Venezuela, a fim de produzir recomendações para o acercamento da parceria bilateral.

Além disso, o governo brasileiro ansiava que o mesmo fosse feito em Caracas e que ideias pudessem ser trocadas para a conclusão de um amplo tratado. As conclusões das conversações foram definidas pelo representante venezuelano como de “*grand alcance*” e de significação destacada em três pontos:

Primeiro, atestaria o reconhecimento pela diplomacia brasileira do prestígio adquirido pela Venezuela sob o governo “construtivo” de Marcos Pérez Jiménez. Segundo, sinalizava a posição interessada do Brasil e de muita consideração com as demandas da Venezuela. Terceiro, transparecia o desejo de aproximação do governo brasileiro, que buscava “*como seguro y potente amigo a Venezuela*”.³³⁴

Além do mais, diante de indefinições nas relações no Cone Sul, especialmente a rivalidade com a Argentina, e dos gargalos estruturais de transporte, energia e comunicações dentro do território nacional e na interligação fronteiriça com a vizinhança, era preciso reparar a imagem do Brasil na região.

Para tanto, Macedo Soares oportunizou o contencioso diplomático argentino-venezuelano, que havia desembocado na interrupção das relações bilaterais devido às presumidas atividades subversivas do ex-presidente argentino Juan Domingos Perón em Caracas.

O embaixador argentino na capital venezuelana chegou a levantar provas documentadas de que Perón estaria violando as regras do asilo ao dirigir uma rede de espionagem e sabotagem em seu apartamento. Tratava-se da conformação de um Comando Superior Peronista que articulava a ação dos exilados no Chile, Brasil, Paraguai, Bolívia, Venezuela, Cuba, México, Colômbia, Peru, Europa etc.³³⁵

Diante das pressões internas e da irredutibilidade argentina, Pérez Jiménez, amigo de Perón, só pôde consentir na retirada de seu embaixador de Buenos Aires, Atilano Carnevali. O Itamaraty ofereceu, então, os bons ofícios para superar a crise, ficando o governo brasileiro

³³⁴ Carrilo a Arismendi, informe confidencial, n 1154, Rio de Janeiro, 16-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

³³⁵ ACMRE, DPI, Argentina, 1957, Exp. 195, 230 e 236.

encarregado dos interesses das duas nações. Ao considerar os argumentos de ambos os lados, o Brasil se apressou em formular um plano de conciliação.

De fato, o incidente diplomático venezuelano-argentino deu chance para o Brasil aparecer como garante da estabilidade regional, mediando o conflito e mantendo uma posição firme e determinada a desarmar o espírito de tensão que envolvia Caracas e Buenos Aires. A síntese da situação delineava o contexto das preocupações políticas à época:

*Perón es aún un factor de poderío en Argentina. En Caracas, Venezuela, donde el dictador Pérez Jiménez lo protege, está preparando su regreso para 'cuando se vea aclamado y pedido por su pueblo'. Las actividades de Perón que también se extienden a Chile y a Bolivia, fueron los motivos de la ruptura de relaciones entre Argentina y Venezuela, porque dada la inmensa propaganda que se gasta saliéndose de las garantías que otorga a un exilado político, el Derecho de Asilo.*³³⁶

Em pouco tempo, as gestões brasileiras avançaram e encontraram uma janela de oportunidade. Pérez Jiménez perdera respaldo interno e na região e com a partida de Perón de Caracas arrefeceram-se os ânimos internos. Além disso, a retirada dos respectivos plenipotenciários, de Caracas e Buenos Aires, deixou o caminho livre para que os bons ofícios brasileiros precipitassem o restabelecimento de relações entre Argentina e Venezuela.³³⁷

Mesmo assim, o embaixador venezuelano no Rio de Janeiro encontrou-se com Macedo Soares e, agradecendo a amistosa iniciativa brasileira, relutou em acolher como definitiva a solução apresentada pelo chanceler brasileiro. Carrillo queria deixar bem claro o seu ponto de vista “*que mi Gobierno no entraría en ninguna negociación a base de condiciones*”.³³⁸

Dois episódios podem ter fustigado ainda mais os ânimos diplomáticos dos dois países. O Secretário-Geral do Itamaraty, embaixador Décio de Moura, fora indicado pessoalmente por JK a representá-lo em uma cerimônia oficial na embaixada venezuelana, no

³³⁶ Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 708, Rio de Janeiro, 25-7-1957.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

³³⁷“*Diplomaticos brasileños tratan de que reanuden sus relaciones pronto Venezuela y la Argentina*”. El Universal, 12-7-1957; “*Brasil proyecta mediar en la disputa venezolano-argentina*”, 12-7-1957; “*Amistad entre dos hombres fuertes*”. Revista Time, 15-7-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

³³⁸ Carrillo a Arismendi, informe, n 205, Rio de Janeiro, 5-8-1957.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Rio de Janeiro. Todavia, Moura, sem grandes explicações, tanto se opôs à ida do presidente, como também não foi em seu lugar para a entrega do colar da Ordem do Libertador, comenda que seria outorgada pelo governo de Caracas.³³⁹

Além disso, começou a surgir na imprensa nacional uma série de reportagens contra a política energética venezuelana, levando o embaixador venezuelano, Leonardo Altuve Carrillo, a protestar enfaticamente contra os termos injuriosos publicados:

*con gran imprudencia han calificado a nuestro país de reino de la Standard Oil (...)Venezuela no es un reino de la Standard Oil, ni de ningún otro consorcio o potencia extranjera como afirma el artículo de su periódico [Última Hora] y cuenta con soldados venezolanos que, muy armados y disciplinados, tienen a su cargo exclusivo la defensa de la soberanía nacional.*³⁴⁰

Nesse sentido, Carrillo formulou algumas restrições à visita de Macedo Soares, naquele momento em *tour* pelos países amazônicos, à Venezuela, considerando-a inoportuna por duas razões. O prestígio e a importância internacional da pátria de Bolívar sob o comando de Pérez Jiménez exigiam que “*seamos objeto único y no en conjunto*” de qualquer atenção de política internacional e da visita de um chanceler latino-americano.

Da mesma forma, diante da assimetria de poder entre os dois vizinhos, seria de suma importância para o Brasil aparecer como “*país líder y de indiscutible influencia en América*” em especial com os países limítrofes. Assim, Carrillo elaborou os fatores de relutância, enfatizando um aspecto recorrente e perturbador para os venezuelanos, “*Brasil: líder en América*”:

*con frecuencia en diversas publicaciones de prensa, pero que revelan una orientación dirigida y correspondiente a una política preestablecida, se habla del papel 'líder' que debe ejercer el Brasil en América Latina.*³⁴¹

Mesmo diante de dificuldades, bons ofícios do Brasil auxiliaram no restabelecimento de relações diplomáticas entre Caracas e Buenos Aires, em 30 de janeiro de 1958. Além da

³³⁹ Carrillo a Arismendi, informe, n 1158, Rio de Janeiro, 16-11-1957.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

³⁴⁰ “*El embajador de Venezuela en Rio protesta*”. El universal, 16-11-57; “*Venezuela no es reino de ningún consorcio o potencia extranjera*”, O jornal, 16-11-57.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

³⁴¹ Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 1171, Rio de Janeiro, 18-11-1957.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 63.

gestão brasileira, outro fator pesou bastante na decisão venezuelana: o diferendo com a Guiana. Caracas não “desdenhava” tanto assim um acerto com Buenos Aires, pois sabia da importante posição que os portenhos mantinham sobre as possessões coloniais na América.³⁴²

De acordo com o embaixador argentino em Caracas, Carlos Dominguez: “*el problema de la Guyana es similar al de las Malvinas (...) nuestro deseo es que no haya más colonias en América, porque los países colonizadores basan sus opiniones en la fuerza y no en los derechos*”.³⁴³

Nesse caso, qual seria o impacto das visões sobre a Guiana para a política externa brasileira?

A questão da Guiana Inglesa era uma preocupação recorrente que voltava à tona para perturbar o frágil equilíbrio existente na fronteira norte da América do Sul. Em 11 de dezembro de 1957, o Jornal do Brasil publicou um artigo intitulado: “Se Alemanha tivesse vencido, as Guianas seriam do Brasil”.

Baseava-se o jornal em relatos de militares brasileiros que afirmavam que, desde 1939, se pensava na anexação das Guianas a partir de duas correntes de opinião. A primeira, defendia que deveria ser extirpada qualquer influência colonial européia na região; a segunda, que o Brasil deveria buscar proteção política e militar alemã para a ocupação das três Guianas.³⁴⁴

Nessa lógica de pensamento, a vitória alemã era dada como certa e daí se julgar necessária uma aliança com o país germânico. Assim, as “Guianas” (inglesa, holandesa e francesa) teriam sido apresentadas como compensação de guerra durante a Conferência de Bogotá, estando o Brasil comprometido a seguir o modelo norte-americano de compra de ex-

³⁴² CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.p. 189.

³⁴³ Ainda que seja “exagerado” comparar a questão do Essequibo com o problema das Malvinas hoje, não se pode descaracterizar a relevância da zona em reclamação para os venezuelanos à época. Além disso, torna-se desmedido discutir questões que envolvam aspectos materiais e imateriais, a partir de óticas e interesses diferentes. Assim, vale ponderar que foram duas questões com pesos históricos distintos, mas que se diferenciaram ao longo do tempo pelos desdobramentos que produziram: ao Sul, uma guerra; ao norte, um congelamento do conflito. Logo, a guerra teria dado às Malvinas uma importância que a questão do Essequibo não teve por ter sido parcialmente resolvida pelo Protocolo de *Port of Spain*. Gallegos Medina a Arismendi, informe, n 911, Rio de Janeiro. “América tem que ser dos americanos”. *Correio da Noite*, 12-10-53. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

³⁴⁴ O embaixador Sérgio Correa da Costa explora a temática da penetração nazista na América do Sul durante os anos da 2ª Guerra Mundial, desvelando fatos interessantes sobre a importância estratégica de alguns países para o plano de expansão do III Reich. Ver CORREA DA COSTA, Sérgio. *Crônica de uma guerra anunciada*.

colônias. Mas seria racional pensar nestes termos? Interessava realmente ao Brasil adquirir as Guianas?

A primeira variável a ser considerada nesta trama sobre as Guianas se referia à energia. Por um lado, a importância estratégica da Venezuela em termos energéticos era inegável: “país a que Deus concedeu uma das maiores riquezas da terra, com suas imensas jazidas petrolíferas, seu inavaliável futuro”, dependia do controle sobre as ricas regiões petrolíferas do maciço das Guianas.

Por outro, pressões internas, como a do senador Assis Chateaubriand, questionavam o posicionamento do Brasil na região. Ao falar da importância da Venezuela, prognosticou que, se o Brasil não seguisse o caminho venezuelano, “apenas será o terceiro país da América Latina”:

hoje a maior potência da América Latina não é mais o Brasil, nem se chama Argentina, porém Venezuela (...) com o petróleo descoberto e operado por capitais estrangeiros, a Venezuela se tornou a República do continente com a maior massa de comércio em dollars entre as nações latino-americanas.³⁴⁵

Desse ponto de vista, a concertação energética entre Caracas e Rio de Janeiro motivaria o Brasil a lançar-se em alguma empreitada para dominar as ricas regiões petrolíferas na fronteira norte da América do Sul. Contudo, a energia, como vetor de integração, parecia não estar madura para ser um eixo da parceria bilateral e inibidor da tradicional relutância entre Rio de Janeiro e Caracas.

Além da variável energética, múltiplos fatores, supostamente, sustentariam o interesse brasileiro sobre as Guianas. Por um lado, interessaria ao Brasil, por motivos de defesa, ganhar uma costa importante e ampliar bastante as possibilidades de comércio com o mercado do Pacífico. Além disso, valia para o Brasil garantir a tranquilidade e segurança da América do Sul mediante a formação do chamado bloco americano.

Por outro, interessaria às Guianas passar a ser Estado do Brasil, por gozarem de mais liberdade e progresso. Além do mais, agradaria às potências europeias, que sabiam das

³⁴⁵ “Reflexões sobre os acontecimentos da Venezuela”. O Globo, 4-2-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 63. Picón Salas a Sola, informe, n 1005, Rio de Janeiro, 9-9-1958; CHATEAUBRIAND, Assis. “A terceira nação da América Latina”. Diário de São Paulo, 8-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

dificuldades de manter as colônias, diante da lógica de emancipação colonial que contaminava a política internacional.³⁴⁶

Ainda que absurdo do ponto de vista da tradição diplomática brasileira, que desconsiderava soluções desta natureza, o tema ganhou fôlego, pois o ânimo internacional não tolerava mais que as nações europeias tivessem prolongamentos territoriais no continente americano com características coloniais. Neste caso, esperava-se apenas o lançamento da semente que no futuro próximo levaria as Guianas ao Brasil.

dado que as nações européias devem deixar as Guianas, é bem de ver que a solução se há de encontrar na integração delas em países confinantes. E nesta posição apenas se apresentam ali o Brasil e a Venezuela. E não há como comparar no caso, a situação da Venezuela com a do Brasil. Este confina com as guianas envolvendo-as, por completo, em três lados, ao passo que a Venezuela o faz de um só, e em escala incomparavelmente menor.³⁴⁷

No fim de 1958, voltaram a eclodir rumores da aquisição das Guianas pelo Brasil. Em especial, repercutiu na chancelaria venezuelana um estudo que justificava ser o Brasil mais capacitado para povoar e desenvolver as Guianas, do que a própria Venezuela, outro país que teria desejo parecido.³⁴⁸

A polêmica se consolidou em um texto na Revista do Círculo Militar do Brasil, posteriormente publicado em forma de livro, pelo professor Paulo Henrique da Rocha Correa, que apresentou alguns pontos sobre a questão, em especial “as credenciais do Brasil” para ficar com a Guiana:

- a) a maioria de habitantes da Guiana era de origem portuguesa naquela época;
- b) o Brasil sofria mais com o contrabando vindo da Guiana;
- c) a Guiana tinha mais pontos de contato fronteiriço com o Brasil;
- d) a Venezuela não possuía correntes migratórias suficiente para povoar a região da Guiana;

³⁴⁶ Embaixada Rio de Janeiro a MRE Venezuela, informe, n 1289, 25-11-1957. Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁴⁷ “As credenciais do Brasil”. A Gazeta, 26-11-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁴⁸ Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

- e) a multirracionalidade brasileira, mais acentuada que a venezuelana, auxiliava no processo de assimilação;
- f) o Brasil possuía leis trabalhistas mais avançadas do que a Venezuela;
- g) o fracasso das metrópoles europeias fora nítido em colonizar a Guiana a partir do litoral;
- h) a Guiana poderia ser facilmente incluída no Plano Brasileiro de Valorização da Amazônia;
- i) o Brasil teria mais recursos para dinamizar a integração regional da Guiana;
- j) o crescimento brasileiro seria insignificante, inferior a 1/17 de seu território, com aumento inferior a 1/60 de população.

Nesse sentido, o Brasil mantinha uma conexão em termos de continuidade geográfica e demográfica com a Guiana que potencializava sua força de influência e assimilação, sendo muito mais intensa que a da Venezuela. Todos esses pontos alimentavam uma sensação de destino manifesto, de que as Guianas estariam rumando pelo caminho da ligação com “a mais progressista nação tropical da terra”.³⁴⁹

O palpitante assunto fora tingido com as cores do patriotismo verde e amarelo pelo professor Paulo Henrique, mas tornou-se estarrecedor aos olhos de Caracas:

e afinal estamos certos de que um plebiscito que ali se realizasse sob a égide das Nações Unidas, daria significativa preferência à integração no Brasil [porque] nenhuma outra nação como o Brasil se encontra em condições de integrar as Guianas em seu território, em sua vida política e administrativa.³⁵⁰

O Brasil, então, passou a temer uma deterioração de sua imagem internacional, por conta das repercussões negativas das “credenciais imperialistas”.

Contudo, a reviravolta veio com a descoberta de documentos no Palácio de Miraflores, após a queda de Pérez Jiménez, que continham ideias de expansão territorial à custa de seus vizinhos. Tratava-se de um plano elaborado por Rafael Pinzón, braço direito do ditador venezuelano e considerado a eminência parda do regime pérezjimenista.

³⁴⁹“Está a anexação das guianas mais afeta ao Brasil do que à Venezuela”. A Gazeta, 18-11-1958; “As credenciais do Brasil”. A Gazeta, 26-11-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁵⁰ Idem.

Em primeiro lugar, pretendia-se aproveitar um momento em que potências interessadas, como França, Grã Bretanha e Holanda, estivessem ocupadas ou debilitadas por algum problema, como um conflito, para ocupar várias ilhas do Caribe e lançar-se sobre territórios da Colômbia e do Brasil. Segundo, esperava-se contar com a ajuda dos governos ditatoriais da República Dominicana e da Argentina, em troca da ajuda pelo controle de Honduras e das Malvinas.³⁵¹

Terceiro, a respeito dos limites com o Brasil, o texto inspirador do plano publicado pela *France Press* em 28 de janeiro de 1958, era claro em afirmar:

*ni vale la pena mencionarlos, ya que la única manera de afirmar el derecho en el territorio es abrir vías de comunicación, fundar granjas agrícolas, y nombrar autoridades humildes, tales como comisarios de pueblos, sostenidos desde lejos por autoridades civiles y militares, e ir progresando sin mucho bullicio de periódicos y radio, que, en estos casos, perjudican más de lo que ayudan.*³⁵²

Em suma, o plano Pinzón-Jiménez previa a expansão da Venezuela com base no direito natural adquirido na região.³⁵³

Não obstante, o que realmente preocupou o Itamaraty foi a situação de vulnerabilidade das fronteiras brasileiras e a sensação de insegurança que emergira da simples comunicação do plano em questão, como ilustra a nota seguinte:

as nossas fronteiras desguarnecidas constituem convites para a invasão do solo brasileiro por déspotas desvairados (...) qualquer ditadura militar, enlouquecida pelo poder, entra no fim de algum tempo a alimentar propósitos imperialistas (...) sirva a denúncia que nos chegou de Caracas como advertência para que o Brasil exerça maior ação de presença militar sobre as fronteiras do país.³⁵⁴

³⁵¹ “*Plan venezolano de ocupación del territorio brasileño*”. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n.

³⁵² France Press New York, 21400-21405-21410, 28-1-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n.

³⁵³ Pérez Jimenez valeu-se do nacionalismo venezuelano ao condenar a atitude dos presidentes Lopez Contreras e Juan Vicente Gomez por terem entregado parte do território venezuelano a seus vizinhos. “Jiménez tinha planos de invadir o Brasil”. Última hora, 29-1-1958; “Planejavam a invasão do Brasil”. Tribuna da Imprensa, 29-1-58; “Jiménez tinha planos para anexar território brasileiro”. Diário da noite, 29-1-58; “Jiménez cogitava de expansão territorial”. Jornal do Comércio, 30-1-58; “*Cancilleria no comenta anuncio brasileño sobre proyecto de invasión de Marcos Pérez Jiménez*”. El Universal, 1-2-58; “Brasil indaga propósitos imperialistas de Pérez Jiménez”. Últimas Noticias, 1-2-1958; “*Anexión de los territorios brasileños de la frontera proyectaba Pérez Jiménez*”. La religión, 1-2-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁵⁴ “Fronteiras desguarnecidas”. Correio da Manhã, 30-1-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

Não obstante, um ruído tomou conta das comunicações entre o grupo decisor e executor brasileiro.

A princípio, o assunto seria do conhecimento do Conselho de Segurança Nacional do Brasil, que chegou a enviar um oficial do estado-maior ao território do Rio Branco e à Caiena para averiguar a situação no local. Além disso, o cônsul brasileiro teria informado com antecedência à Secretaria de Estado das “intenções” do regime de Pérez Jiménez de avançar sobre o território do Rio Branco, equivalente ao Estado de Roraima.³⁵⁵

O governo brasileiro desconsiderou a informação como relevante, mas quando a notícia do Plano Pinzón-Jiménez se espalhou pela mídia, o Itamaraty resolveu tangenciar o assunto.

Primeiro, porque se acreditava tratar de “planos irrealizáveis” no nível da política regional sul-americana e não valeria a pena qualquer tipo de reprimenda ao governo de Caracas. Segundo, porque, diante da notícia de vazamento de um suposto relatório do Cônsul brasileiro em Caiena, era melhor negar a sua existência e evitar o descrédito da instituição do que assumir o possível erro de comunicação.³⁵⁶

No parlamento brasileiro a reação “midiática” esperada, de indignação e embaraço acabou ocorrendo. Da Câmara os ecos do absurdo ressoaram na sociedade brasileira em discursos de deputados de diversos partidos.

Pedro Braga do Maranhão ressaltou a impossibilidade de condições para uma invasão como a pretendida: “só podia ser sonho de um ditador alucinado”. Já Batista Ramos, um pouco mais cauteloso, continuou cético à veracidade das informações, que teriam relação direta com a deposição do próprio Pérez Jiménez, no sentido de desacreditá-lo de vez como força política interna.

Sérgio Magalhães fez coro à impossibilidade de realização de tal plano, o que levaria a uma improvável guerra entre países na América do Sul: “só um louco poderia ter ideia semelhante”. Como adendo, disse que o povo da Venezuela estava tão espantado quanto os brasileiros diante dos disparates arquitetados pelo governo pérezjimenista. Enfim, Hermógenes Príncipe achou as pretensões do ditador venezuelano ridículas, em virtude da vastidão do território fronteiriço, na sua maioria desabitado em ambos os lados.

³⁵⁵ “Jiménez: anexação da Amazônia à Venezuela”. Última Hora, 29-1-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁵⁶ “O ditador louco e seus planos de conquista”. Última Hora, 30-1-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

No Senado, vozes patrióticas entoaram as críticas ao vizinho do norte. Lourival Fontes (PTB-Sergipe) afirmou faltar fundamento de origem no plano: “trata-se naturalmente de uma fantasia”. Atílio Vivacqua (PR-ES) alertou para a mente dos ditadores, capazes de concepções e planos dessa natureza. Vivaldo Lima (PTB-AM) acreditava que Jiménez não tinha força para colocar tal plano em ação e não deveria subestimar “o patriotismo do povo brasileiro [que] não permite qualquer incursão em seu território”; Mourão Vieira (PTB-AM) explicou que só poderia ter sido um subterfúgio para estender-se no poder, uma vez que a ditadura de Jiménez “estava ameaçada de desaparecer” naquela altura. Em suma, como definiu o deputado brasileiro Vieira de Melo, talvez a máxima de Calógeras estivesse certa: “o delírio é próprio dos ditadores”.³⁵⁷

Uma, entre diversas análises na imprensa, apresentou um ponto de vista bem sensato dos verdadeiros perigos em torno dos planos e pretensões do regime pérezjimenista, e que se assemelhavam às preocupações dos primeiros emissários brasileiros em Caracas, Miguel Maria Lisboa e Felipe Pereira Leal, no século 19.

A gravidade do caso estaria vinculada, não à Venezuela, em si mesma, que não tinha meios ou anseios de agredir a nenhum de seus vizinhos, mas às “forças que manejavam Jiménez. Estas forças sim poderiam, a qualquer momento, utilizando-se de seu títere, movimentando seu boneco, realizar uma provocação capaz de nos trazer problemas muito sérios”.³⁵⁸

O pretendido “*anschluss*” não ocorreu, mas afetou a imagem de Pérez Jiménez e a parceria com o Brasil, que precisou ser reconstruída após a década pérezjimenista: “não pode interessar ao Brasil a Venezuela de Jiménez, que não existe mais, porque aquela era uma Venezuela sem voz, sem lei e sem autoridade moral”.³⁵⁹ Como lembrava outro editorial na imprensa do Brasil: “o essencial é não confundir o general Jiménez e seus apaniguados com a nobre nação venezuelana, cuja amizade sinceramente prezamos (...) [fica a certeza de que] as ditaduras passam”.³⁶⁰

³⁵⁷ “Conselho de Segurança Nacional já conhecia os planos de Jiménez para a invasão da Amazônia”. Última Hora, 31-1-59. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁵⁸ “Jiménez e o Brasil”. Flash do momento. Última Hora, 31-1-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁵⁹ SILVEIRA, Joel. “Sem importância”. Diário de notícias, 2-2-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

³⁶⁰ O termo “*anschluss*”, emprestado do idioma alemão, significa conexão ou anexação, se referindo nesse contexto a uma política de revisão fronteiriça, com base em direitos históricos sobre determinadas porções territoriais. “Reflexões sobre os acontecimentos da Venezuela”. O Globo, 4-2-58. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

Mas o que deveria ser feito para que o incidente não sepultasse de uma vez por todas as pretensões de acercamento entre Brasil e Venezuela?

Em um encontro entre o embaixador Oscar Pires do Rio e o Diretor de Política Internacional da Casa Amarela, doutor Monteverde, foi feito um acerto sobre como proceder diante da crise após a descoberta do plano de Pérez Jiménez.

A chancelaria brasileira alegou não ter conhecimento do documento divulgado pela *France Press* e por isso preferia não tecer comentários a respeito. Pires do Rio pensou ser prudente o governo venezuelano se pronunciar para desconsiderar o conteúdo do documento, evitando que a imprensa brasileira transformasse o caso em um escândalo ainda maior, e prevenindo intervenções do Congresso contra a própria Venezuela.

Dessa forma, Monteverde manifestou ao embaixador brasileiro que não tinha conhecimento do documento, nem do suposto plano e que, em todo caso, o memorando referenciado não representava a posição do governo de Caracas. Com respeito a uma possível nota de esclarecimento sobre a matéria, o governo venezuelano levou em conta um fato histórico muito importante:

*(...) las viejas cuestiones de límites entre Venezuela y Brasil quedaron concluidas de manera bastante satisfactoria para nuestro país, en virtud del Tratado de 1859 y de algunos actos complementarios posteriores (...) nadie se ocupa en criticar los arreglos que dieron lugar a la actual línea fronteriza entre ambos países.*³⁶¹

Curiosamente, uma nota sem data e sem timbre oficial foi entregue ao embaixador do Brasil, na manhã de cinco de fevereiro de 1958, pelo próprio doutor Monteverde com a seguinte justificativa:

en relación con una publicación aparecida en la prensa acerca de supuestos planes expansionistas de Venezuela, el Director de Política Internacional está autorizado para manifestar al Señor Embajador del Brasil que en la cancillería venezolana se ignora por completo la existencia de los escritos a que se refiere dicha información periodística, y que nunca se ha hablado de semejante materia. En todo caso cualquier escrito sobre el particular reflejaría el pensamiento individual de su supuesto autor, y de ninguna manera las ideas o propósitos del Estado venezolano.

³⁶¹Carrillo a Velutini, nota confidencial, n 90, Rio de Janeiro, 6-2-1958.ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n.

O reflexo fora inevitável no sentido de criar “*en este país amigo*” um clima de desconfiança em relação à política externa venezuelana. O plenipotenciário venezuelano Leonardo Altuve Carrillo foi instruído a se entrevistar com JK para tentar apaziguar o desconforto diplomático.

Carrillo procurou exaltar a tradição bolivariana anti-hegemônica, de solidariedade e de entendimento que marcou a história internacional da Venezuela, deixando claro que o país não tinha pretensões expansionistas. Restava na Casa Amarela apenas a vontade de ajustar suas questões com a Guiana Inglesa.³⁶²

No final de abril de 1958, Carrillo passou o bastão da embaixada no Rio de Janeiro para Mariano Picón Salas, que deu continuidade à política de prestígio arquitetada em Caracas.

Picón Salas destacou a participação de seu país no concerto interamericano, valorizando uma possível parceria bilateral: “*creo que Venezuela por su enorme importancia económica y por el ambiente de franqueza democrática que hoy vive en el país, podrá contribuir de modo muy valioso en el planteamiento de esta nueva política continental*”.³⁶³

A relutância venezuelana seguia o rastro do gigantismo brasileiro: “Brasil, líder do bloco sul-americano”. Um traço identitário que esmagaria e amedrontaria ou, pelo menos, justificaria posturas relutantes e que cristalizou uma regularidade da política internacional sul-americana: referências à pretensa liderança sul-americana do Brasil.³⁶⁴

Nesse caso, não era possível descartar o fato de o Brasil capitalizar os descontentamentos latino-americanos ante os EUA, demonstrados na visita de Nixon à região, para assumir as rédeas da política regional e “dirigir os interesses confusos e contraditórios latino-americanos”, assumindo uma espécie de liderança continental.³⁶⁵

Em carta dirigida ao então presidente da Junta de Governo Wolfgang Larrazábal, Picón Salas esboçou o quadro geral da posição internacional do Brasil:

El Brasil en síntesis, quiere asumir una función de primera potencia de la América Latina, y parece esbozar frente al Panamericanismo dirigido por

³⁶² Idem.

³⁶³ Picón Salas a Sola, nota confidencial, n 672, Rio de Janeiro, 11-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁶⁴ “Brasil, líder do bloco sul-americano”. O Jornal, 10-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁶⁵ Picón Salas a Sola, nota confidencial, n 668, Rio de Janeiro, 7-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

*Washington, otra nueva política de iniciativa latino-americana. Es impresionante como se están preparando para esta misión, los hombres públicos y los estrategas brasileños.*³⁶⁶

Na manhã do dia 25 de junho, Oscar Pires do Rio voltou a encontrar-se com o Diretor de Política internacional da Casa Amarela, agora para discorrer sobre o Plano Kubitschek ou Operação Pan-Americana. As instruções recebidas da Secretaria de Estado enquadravam o assunto em quatro eixos a serem discutidos com o vizinho bolivariano.³⁶⁷

Primeiro, tratava-se de uma proposta de revisão da política continental a fim de dar concretude ao pan-americanismo. Segundo, era preciso deixar claro que o Brasil não aspirava à liderança regional. Terceiro, a ênfase recairia no caráter multilateral, sem interferência nas relações bilaterais com os EUA, principalmente no campo financeiro e comercial. Por último, deveria ser realizada uma conferência interamericana que tratasse o problema do subdesenvolvimento.³⁶⁸

Vale lembrar que Pérez Jiménez havia apresentado em 1956, na reunião de presidentes americanos no Panamá, uma proposta de constituição de um Fundo Comum Pan-Americano para a realização de obras diversas para o desenvolvimento regional que, de certa maneira, antecipava a ideia brasileira da OPA. A proposta sofreu pressões dos EUA na OEA, sendo depois retirada pela própria delegação venezuelana.³⁶⁹

Essa perspectiva de concorrência talvez explique o fato de a OPA só ter vindo à tona após a derrocada de Pérez Jiménez na Venezuela. Mesmo assim, a Casa Amarela não deixou de expressar certo interesse na proposta brasileira: “*nosotros tenemos que ver con simpatía la posición del Brasil, cuando reclama una acción conjunta para la eliminación de los grandes problemas de América Latina*”, diria o Ministro das Relações Exteriores René de Sola.³⁷⁰

Picón Salas, que acompanhava a questão de perto, apresentou algumas sugestões à Casa Amarela. Primeiro, que os Ministros de Relações Exteriores se encarregassem das questões de significação continental. Segundo, que fossem realizados estudos prévios para propor soluções práticas à elevação do prestígio do sistema interamericano. Terceiro, que a cooperação econômica e cultural fosse estimulada e ampliada. Por fim, propunha uma troca

³⁶⁶ Secretaria MRE Venezuela aDPI, s/n, 20-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁶⁷ Memorandum, secreto, s/n, Caracas, 26-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁶⁸ Memorandum, secreto, s/n, Caracas, 26-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁶⁹ CERVO, *Relações...* op. cit., p. 208.; SALCEDO-BASTARDO, *História...* op. cit., p. 557.

³⁷⁰ Memorandum, René de Sola, 11-7-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

de impressões entre todos os países do continente para a elaboração de uma agenda extensiva, mas prioritariamente econômica.³⁷¹

Neste caso, qual seria a disposição do governo brasileiro em cooperar com seu vizinho sul-americano?

Quando assumiu a pasta das Relações Exteriores, Macedo Soares representava uma renovada e vigorosa política americanista aos olhares de Caracas. Além disso, a diplomacia brasileira carregava dois propósitos que chamaram a atenção da Casa Amarela: a) uma tendência a apresentar-se como grande potência arbitral na política mundial e b) o esforço de fortalecer o prestígio pessoal de JK. Logo, o objetivo do Brasil seria o de ocupar um lugar no primeiro plano da diplomacia mundial, conformando um bloco pan-americano que não marchasse apenas conforme o ritmo dos EUA.

Entretanto, com o passar do tempo, a chancelaria venezuelana notou certa competição entre o Itamaraty e a Presidência da República na formulação e implementação da PEB.

Por um lado, Macedo Soares desejava centralizar no Itamaraty todo o movimento diplomático do continente, procurando organizar “outra política regional” que ligasse o Brasil aos países da região, por meio de acordos parciais, para garantir ganhos comerciais. Por outro, JK mostrava-se um mandatário ativo, utilizando-se da diplomacia presidencial para fazer avançar os interesses da nação, mas com uma perigosa inclinação de trazer para o Palácio do Catete debates, discussões e decisões em matéria de política externa.³⁷²

Assim, um dos efeitos colaterais de uma ativa diplomacia presidencial foi o esvaziamento da chancelaria e a “coincidente” substituição de Macedo Soares por Francisco Negrão de Lima.³⁷³

E quais teriam sido as repercussões da OPA para a política externa da Venezuela?

As ideias e concepções pan-americanas da Operação JK fez recrudescer o sentimento bolivariano de vizinhança na América Hispânica. Evidentemente, a Venezuela era vista por seus pares como a herdeira natural da obra do Libertador, logo, o país que deveria se levantar ante a proposta de liderança brasileira. Em um encontro de rotina, o embaixador boliviano

³⁷¹ Idem.

³⁷² DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

³⁷³ “Advogando a renovação dos métodos diplomáticos o novo chanceler anuncia reforma no Itamaraty”. *Correio da Manhã*, 6-7-1958. Sobre a OPA: aide-memoire da OPA, Picón Salas a De Sola, n 935, 26-8-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505. Ver a seção “A importância da escolha do chanceler” in DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p. 78-80.

Carlos Morales Guillen deu a entender a Picón Salas o papel que o governo de Caracas deveria assumir:

a tradição bolivariana é uma força moral vivente que contribui para definir a personalidade nacional do país (...) dar à dita tradição um conteúdo moderno e dinâmico, de acordo com os problemas de hoje, é uma tarefa que acaso compete a Venezuela.³⁷⁴

Assim, as preocupações de Caracas, que moldaram o seu papel em relação à OPA, eram basicamente duas: não debilitar a OEA com a criação de um sistema institucional paralelo e defender o regime democrático como pressuposto para participação na OPA.³⁷⁵

De toda forma, pode-se dizer que a posição da Venezuela sobre a OPA foi de “particular interesse” para o Itamaraty, por seu apelo interamericanista e por representar de forma autêntica as urgentes necessidades econômicas, sociais e políticas das nações da região.

A Casa Amarela entendia que “*la paz internacional no puede ser sino la consecuencia de la paz interna en cada uno de los miembros de la comunidad universal*” e, portanto, aplaudia iniciativas como a brasileira. De mais a mais, o embaixador Mariano Picón Salas fez eco ao pensamento já expressado pelo chanceler René de Sola de que a possibilidade de superação conjunta dos “*grandes problemas de América Latina*” atraía a atenção e simpatia para a proposta brasileira.³⁷⁶

Na visão do presidente JK, com a OPA seria possível resgatar os laços de vizinhança a partir do conceito de solidariedade continental, projetando regionalmente uma ação contra o subdesenvolvimento econômico. Com isso, o mandatário brasileiro propalava uma filosofia política de cunho democrático contra os perigos e a violência do materialismo comunista e anticristão.³⁷⁷

³⁷⁴ Picón Salas a de Sola, informe confidencial, n 1014, 10-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁷⁵ Picón Salas a de Sola, informe confidencial, n 1014, 10-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁷⁶ Memorandum, René de Sola, Despacho del Ministro, 11-7-1958 ; Sobre a opinião da Venezuela em relação a OPA ver Salas a De Sola, informe, n 832, 31-7-1958; “Acolhido entusiasticamente o apelo formulado pelo presidente do Brasil”. Diário de São Paulo, 12-7-1958; “Venezuela apoia a carta”. Jornal do Brasil, 13-7-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁷⁷ Kubitschek chegou a propor ao presidente Eisenhower (EUA) que um representante latino-americano participasse da reunião entre as cinco grandes potências mundiais para resolver uma crise no Oriente Médio. O governo brasileiro preocupou-se em informar a vizinhança e uma cópia da proposta foi entregue pelo

Portanto, um dos efeitos diagonais da OPA foi restaurar o bolivarianismo como mapa de referência ideacional para as relações internacionais americanas. Para tanto, recomendaram-se ao representante venezuelano no Rio de Janeiro, três linhas de ação: fortalecer e rejuvenescer as sociedades bolivarianas ou instituições similares; difundir os símbolos pátrios venezuelanos no Brasil, com a colocação de um monumento ou busto dos próceres da emancipação; doar livros venezuelanos e fortalecer os convênios culturais bilaterais para disseminar os ideais bolivarianos aos vizinhos.³⁷⁸

Ademais, o crescimento econômico engendrado pelo petróleo, com investimentos de grande vulto, incutiu na mentalidade dos diplomatas venezuelanos uma imagem da relevância estratégica do país em relação ao Brasil e seu entorno, como se infere do informe a seguir:

*dada la importancia económica y estratégica de Venezuela entre las naciones latinoamericanas, parece necesario tomar en cuenta estos nuevos pasos diplomáticos del Brasil, para el mayor dinamismo de nuestra política exterior.*³⁷⁹

Com isso, os rumos erráticos que tomaram as gestões entre Brasil e Venezuela sobre as Guianas demonstraram tanto as dificuldades de promoção da cooperação bilateral, devido imagens negativas que alimentaram a relutância, como a disposição de encontrar soluções com base no sentimento de vizinhança, a exemplo da OPA.

2.2.3. Missão Furtado em Caracas

Em meio às flutuações conjunturais por que passavam Brasil e Venezuela na década de 1950, surgiu outro elo histórico entre as duas nações: a presença do economista brasileiro Celso Furtado em Caracas, em um momento de definição dos rumos políticos da Venezuela.

embaixador brasileiro Oscar Pires do Rio ao presidente venezuelano Wolfgang Larrazabal. Em 1956, Israel invadiu a faixa de Gaza e o monte Sinai em decorrência da Crise de Suez, que envolvera interesses franco-britânicos, o alinhamento egípcio à URSS e a insatisfação norte-americana com o *status quo* vigente na região. Apesar de solucionada ainda no ano de 1956, a crise de Suez deixou as relações internacionais na região extremamente tensas e abertas a outras crises. Ver GIRAUULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. *La loi des géants 1941-1964*. Histoire des relations internationales contemporaines, Tome III. Paris: Petit Bibliothèque Payot. 2005; Salas a de Sola, informe, n 1193, 30-10-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁷⁸Vale apontar que o Rio de Janeiro era a única capital latino-americana que, até aquele ano, não possuía um busto do Libertador Simón Bolívar em alguma rua ou praça. Picón Salas a de Sola, informe, s/n, 16-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

³⁷⁹Embaixada Washington a MRE Venezuela, informe, n 1168, 6-5-59; Picón Salas a MREV, informe, n 998, 5-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Furtado chegou a Caracas em maio de 1957 com a incumbência de preparar um estudo sobre a economia venezuelana para a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Tratava-se de analisar problemas que costumavam ser “muito diferentes dos que existem no resto [da região]”, enfocando a participação do petróleo no produto nacional, sua importância como fonte de ocupação e de receitas fiscais.³⁸⁰

A Venezuela vivia o momento derradeiro da ditadura de Pérez Jiménez, que se aproveitara da avalanche de divisas petroleiras para realizar obras infraestruturais marcantes. Entretanto, não se via com “bons olhos quem desejasse observar de perto a economia do país e seus eventuais problemas”. Isto porque as grandes obras acabaram sendo sinônimo da corrupção que “nutria os sustentáculos da ditadura”.³⁸¹

A tese defendida por Furtado, especialmente avançada para a época, era de que a economia venezuelana crescera sem que sua estrutura econômica tivesse se alterado, no sentido de sustentar um crescimento da renda da população. Ao contrário, as características singulares do desenvolvimento venezuelano deixavam transparecer a dependência do capital estrangeiro, sobretudo das companhias petroleiras, e a concentração produtiva em um único setor, o petróleo.

Entre 1945 e 1956, na análise de Furtado, a Venezuela fora a economia periférica ocidental com maior nível de produto per capita existente no mundo, atingindo valores dignos de países desenvolvidos (800 dólares por pessoa), mas sustentando características estruturais de subdesenvolvimento (grandes disparidades produtivas e elevada desigualdade na distribuição de renda).

Ademais, o crescimento industrial de setores como construção civil e manufaturas havia sido insuficiente para absorver a ocupação laboral, liberada pela diminuição da participação do setor agrícola na economia nacional, fenômeno impulsionado pela forte urbanização do país.

Furtado, em seu estudo preliminar, definiu alguns pontos de estrangulamento da economia venezuelana. Primeiro, uma elevação considerável no coeficiente de importação, de 51% em 1945, para 59% em 1956, ampliou a vulnerabilidade externa do país.³⁸²

³⁸⁰ ENSAIOS sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008. p. 9.

³⁸¹ Idem. p. 11-12.

³⁸² ENSAIOS sobre a Venezuela...op. cit., p. 38-39.

Segundo, as exportações de petróleo, único fator dinâmico da economia venezuelana, não eram totalmente revertidas ao desenvolvimento nacional. Diferentemente de outros países exportadores de produtos primários, à Venezuela só cabia como fator de dinamismo econômico a “parte do valor das exportações petroleiras que retorna ao país”. Além disso, o país acabava pagando o petróleo que consumia internamente em divisas às empresas estrangeiras, “exatamente como um país importador desse combustível”.³⁸³

Terceiro, subsistia uma disparidade entre a produtividade do setor petroleiro, intensivo em capital e tecnologia, e das demais atividades econômicas. Logo, o impulso desenvolvimentista gerado no setor petroleiro só seria passado ao conjunto da economia nacional por meio do setor fiscal.

Quarto, a economia petroleira estava ancorada em abundantes investimentos, públicos e privados, mas com uma capacidade relativamente escassa de absorver mão de obra, o que não permitiu gerar-se um fluxo permanente e crescente de renda. Como consequência, o sistema estaria se afogando no excesso de meios de importar e de recursos financeiros que não conseguiam ser aplicados em atividades de produtividade mais elevada.³⁸⁴

A atuação de Furtado, todavia, suscitou embaraços e levou o ministro do Fomento venezuelano a adverti-lo de que a cópia de seu estudo não deveria circular dentro ou fora da Venezuela. Lembrava Furtado: “o governo venezuelano considerava o trabalho como não existente para qualquer fim”, e figurou na CEPAL como um “fantasma”, sendo utilizado como referência e lido por vários alunos, mas nunca publicado.³⁸⁵

Por fim, Furtado descreveu cruamente o “futuro do presente” daquele país:

O maior dos equívocos seria supor que a história do desenvolvimento econômico dos atuais países industrializados se repetirá necessariamente na Venezuela. O desenvolvimento não é uma fatalidade.³⁸⁶

Neste caso, os avanços materiais alcançados pela gestão de Pérez Jiménez destoavam do *perfil* repressor do regime. Os poucos partidos políticos foram subjugados, as liberdades

³⁸³ Idem. p. 44.

³⁸⁴ Idem. p 55-57.

³⁸⁵ Idem. p. 18.

³⁸⁶ Idem. p. 61.

individuais e de associação cerceadas, direitos humanos e a dignidade do cidadão não eram respeitados.

De fato, em quase uma década de governo pérezjimenista houve aguda dissonância entre discursos, propósitos e ações, sendo a diretriz máxima silenciar as vozes mais críticas e de matiz nacionalista. Por exemplo, uma figura relevante do pensamento venezuelano, Domingo Felipe Maza Zavala, manteve uma coluna periódica no jornal *El Nacional*, entre 1949 e 1954, até ser silenciado.³⁸⁷

Dessa forma é possível compreender o porquê de o governo venezuelano não divulgar ou utilizar o estudo realizado por Furtado.

Pode-se avaliar que Marcos Pérez Jiménez cometeu alguns erros de cálculo decisivos para sua queda: superestimou sua liderança dentro das Forças Armadas; confiou excessivamente no apoio norte-americano para seu projeto de continuidade no poder; e, principalmente, subestimou a capacidade de reação e articulação dos grupos opositores.

A modernização incontestada de Caracas, e do país, deu força à continuidade do ditador no poder. Porém, a política de expurgos e exílios dos descontentes, assim como a tática de impressionar pelas grandes obras já não eram tão efetivos como no começo do mandato. Logo, um efeito *blowback* da ditadura pérezjimenista foi o de estimular um pensamento mais crítico ao modelo de gestão estatal vigente.³⁸⁸

Cresceu o mal-estar coletivo perante a realidade política e econômica do país: indisposições quanto ao não pagamento de dívidas vencidas, outorga de novas concessões petrolíferas e diversas manifestações estudantis. Ao mesmo tempo, o silêncio em Washington, que antes se mostrara simpático ao mando do ditador venezuelano, não era um

³⁸⁷ Em 1953, a ditadura militar de Jiménez ordenou o encerramento da coluna de Maza Zavala pela publicação de um trabalho intitulado “*Las Obras Capitales*”, no qual criticava a política econômica orientada para suntuosas obras públicas “*no siempre prioritarias, en detrimento de las necesarias y urgentes inversiones requeridas para el desarrollo económico y social de país*”. Após quatro anos de silêncio, suas ideias voltariam a ser veiculadas em diferentes revistas e jornais venezuelanos. Maza Zavala escreveu sobre temas diversos da economia nacional, constituindo-se em uma rica fonte sobre a formação doutrinária e conceitual dos fenômenos venezuelanos. Além disso, criticava duramente a ação imperialista das empresas estrangeiras no país, as distorções geradas pela atividade petrolífera e a situação de miséria em que vivia o povo venezuelano. Ver SELECCIÓN de la obra periodística de D. F. Maza Zavala. Volumen I. Caracas: Academia Nacional de Ciencias Económicas, 1994.

³⁸⁸ O conceito de *Blowback* se refere aos efeitos indesejados de uma determinada política ou estratégia adotada na política interna ou internacional, a partir de uma dinâmica boomerang de ações e reações. Ver JOHNSON, Chalmers. *Blowback: costes y consecuencias del imperio americano*. Pamplona: Laetoli, 2004.

bom sinal, assim como o descontentamento crescente de grupos de militares contra a postura excessivamente centralizadora e sectária de Pérez Jiménez.

Diante das adversidades, a oposição aproveitou uma brecha na Constituição de 1955 e exigiu o cumprimento do artigo 104, que colocava como um imperativo a realização de eleição presidencial três meses antes de concluído o termo do governo em exercício. O contra-ataque de Pérez Jiménez veio na forma de um plebiscito popular, justificado para se evitar alterações na ordem pública e atrasar o conjunto de obras em andamento.

Todavia, a insatisfação atingiu o ponto do insuportável. O plebiscito de 15 de dezembro de 1957 transcorreu sob a vigilância dos órgãos de segurança nacional e tendo pessoas de confiança do grupo de Pérez Jiménez organizando as mesas eleitorais. Cinco dias depois foi divulgado o resultado que sacramentou sua vitória e estendeu seu mandato para o período 1958-1963. O insuportável passou a agir como uma força contrária ao governo: “*se pasa así rapidamente de una posible solución electoral a la vía de acción*”.³⁸⁹

Os representantes de todos os partidos de oposição formaram uma Junta Patriótica em coordenação com os militares descontentes e prepararam uma insurgência contra o ditador. O primeiro levante militar, comandado pelo coronel Hugo Trejo, eclodiu em 1º de janeiro de 1958. Um batalhão de blindados percorreu Caracas e alguns aviões lançaram ataques contra o *Palacio de Miraflores*, mas o movimento foi desmobilizado e alguns dos revoltosos se refugiaram na Colômbia.

Não obstante o fracasso, os ânimos se acenderam como um rastilho de pólvora. Navios da Marinha saíram ao mar em sinal de rebeldia; generais, intelectuais e estudantes pressionaram por mudanças, mas foram enviados para o exterior ou detidos na *Seguridad Nacional*, órgão responsável pela repressão policial.

O fim da década pérezjimenista se aproximava e o golpe de misericórdia foi dado com a greve geral, em 21 de janeiro, que por três dias asfixiou lentamente o voluntarismo de Pérez Jiménez. Isolado e sem saída decidiu abandonar o país, às pressas, na madrugada. Em consequência emergiram novos estudiosos, novas ideias e muitas críticas. Como explica Michelena: “*no es sino hasta despues de la caída de Pérez Jiménez, en 1958, cuando se*

³⁸⁹ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 281-282.

comienza a discutir con vigor el problema de nuestro desarrollo o subdesarrollo, sus causas y sus posibles vias de superación”.³⁹⁰

Na Venezuela e no Brasil, assim como em outros países sul-americanos, foram criadas trincheiras ideacionais contra o embate ideológico da Guerra Fria. Os aportes do grupo liderado pelo economista argentino Raul Prebisch concorreram para enquadrar o pensamento venezuelano e impactaram na geração de pensadores que aflorou nos anos 1960. De fato, a CEPAL se converteu, entre 1950 e 1980, no epicentro irradiador de interpretações e modelos para entender e explicar os problemas mais significativos do desenvolvimento latino-americano.

Na Venezuela, isso foi possível pelo restabelecimento das liberdades individuais, pela autonomia universitária e pelo retorno de pensadores exilados ou que estavam vivendo na clandestinidade. Com isso, passaram a ferver as investigações sobre a história econômica venezuelana e latino-americana, bem como os estudos marxistas, impulsionados pelo sucesso revolucionário em Cuba.³⁹¹

Nesse momento, um novo horizonte se abriu para o pensamento venezuelano, que se via diante da missão de criticar as teorias vigentes, como a teoria do crescimento e a noção de atraso e subdesenvolvimento, assim como repensar os posicionamentos da CEPAL e da esquerda latino-americana.

Neste sentido, destaca-se a figura de José Antonio Mayobre, que chegou a ser Secretário-Geral da CEPAL entre 1964 e 1966 e foi um dos interlocutores do economista brasileiro Celso Furtado em Caracas. Mayobre redigiu uma série de artigos sobre crise econômica, política monetária e os “*problemas del desarrollo económico en Venezuela*”. Destacava, sobretudo, a sensibilidade da economia nacional às flutuações do mercado mundial.

Ademais, vale mencionar sua posição a respeito da integração regional, um dos eixos do pensamento cepalino. Para Mayobre, a Venezuela deveria proceder com cautela para garantir que sua situação, *sui generis*, não fosse desconsiderada em um esquema de mercado comum, como aqueles preconizados pela ALALC ou o Pacto Andino.³⁹²

³⁹⁰ MICHELENA, *El pensamiento...* op. cit., p. 209.

³⁹¹ Idem. p. 60.

³⁹² Idem, p. 66.

Curiosamente, as ideias cepalinas do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), não se encaixavam na perspectiva dos pensadores venezuelanos da época. Ademais, chegou-se à conclusão de que as teorias do “centro”, sobre o recorte mundial entre centro-periferia, e da ordem econômica em torno de um Sistema Mundo não representavam a realidade de países periféricos como a Venezuela, sendo excessivamente abstratos e geográfica e historicamente vinculados.³⁹³

No entanto, outros problemas mais específicos como a situação dos preços do petróleo, as políticas fiscal e financeira do Estado, bem como o fenômeno da “não” inflação animavam os estudiosos. Salvador de la Plaza publicou dois estudos, “*La reforma agrária*” (1959) e “*El petróleo en la vida venezolana*” (1962) para compreender os impactos “deformadores” da economia petroleira na sociedade venezuelana, especialmente no setor agrário.

T. E. Carrillo Batalla resgatou o pensamento keynesiano, procurando conciliar equilíbrio macroeconômico e desenvolvimento social do país. Inclusive, em uma breve passagem pelo ministério da Fazenda (1960-1961), lançou um plano de recuperação econômica denominado *Plan Batalla*, voltado para sanear o déficit fiscal, regularizar o movimento de caixa e reativar a economia. A preocupação primordial de Carrillo Batalla era a forma como se gastavam os recursos; além disso, foi um defensor da independência do Banco Central Venezuelano.

Em 1962, Hector Malavé Mata, com o trabalho “*Petróleo y desarrollo económico de Venezuela*”, criticou os reflexos da exploração petroleira para o desenvolvimento nacional: as constantes flutuações econômicas a que o país estava sujeito; a atuação dos núcleos imperialistas nacionais e internacionais; a tendência à dispersão dos investimentos das companhias petroleiras e seu caráter oportunista; o aumento das importações e a deterioração da soberania nacional.

Com uma visão um pouco diferente, Henrique Pérez Depuy lançou em 1967 seu “*Estudios aplicados al liberalismo económico y la prosperidad derivada de la libre*

³⁹³ Destacavam-se como pensadores da época Domingo Alberto Rangel, André Córdova, H. Malavé Mata, Maza Zavala, Orlando Araujo, Hector Michelena, Francisco Mieres e o próprio Andre Gunder Frank, um dos pioneiros da teoria do desenvolvimento. Os venezuelanos, bem como outros latino-americanos, consideravam as ideias cepalinas ideologicamente orientadas; acreditavam que o modelo de ISI era um beco sem saída, ou seja, em algum momento atingiria um limite na promoção do desenvolvimento; e acreditavam na interconexão entre classes dominantes de diferentes partes do mundo como promotoras do subdesenvolvimento. Ver MICHELENA, *el pensamiento...op. cit.*, p. 107.

empresa”. Destoando do nacionalismo que marcara até então o pensamento vigente na Venezuela, Depuy era crítico dos princípios vigentes na Constituição de 1961, contrários à empresa privada e ao livre funcionamento dos mercados. Defendeu, ao contrário, o liberalismo criador contra o socialismo destrutivo, bem como a constituição de um Estado empresário, cuja base deveria ser o pensamento liberal ortodoxo.³⁹⁴

É interessante notar que os trabalhos de Caio Prado Junior, “História Econômica do Brasil” (1960) e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1965); de Fernando Henrique Cardoso (com Enzo Faletto), “Dependência e Desenvolvimento” (1969), mas principalmente de Celso Furtado, “Formação Econômica do Brasil” (1962), “*Dialética del desarrollo*” (1965) e “*Prefacio a una nueva economia política*” (1976) deixariam vestígios no pensamento desenvolvimentista venezuelano.

Nessa linha seguiram Francisco Mieres, Heinz Sonntag e H. Malavé Mata que atacaram controvérsias medulares da nação: o melhor aproveitamento dos recursos para o desenvolvimento nacional em benefício de sua população; o Estado capitalista subdesenvolvido como um Estado de exceção ou de emergência permanente, que se concretiza por meio de regimes de força; a problemática do crescimento sem desenvolvimento, ou ainda, como o manto da dependência petroleira escondia o anti-desenvolvimento venezuelano.

Em síntese, a missão de Furtado na Venezuela fortaleceu um pensamento crítico já existente, produziu novas referências em termos de conceitos e ideias e complementou as discussões endógenas sobre a economia nacional e sua íntima relação com o setor petroleiro. Por assim dizer, Furtado abriu “*hueco en la pared, a falta de mejor ventana*”, parafraseando Michelena.³⁹⁵

Além do mais, as acomodações políticas de Brasil e Venezuela, bem como do sistema sul-americano, especialmente a transposição, em certos casos, da lógica da Guerra Fria para a região e a emergência das Guianas como uma preocupação comum para Rio de Janeiro e Caracas, se refletiram na conjuntura das relações bilaterais brasileiro-venezuela.

³⁹⁴ Apesar de a semente liberal permanecer latente, o ensaio desenvolvimentista venezuelano prevalecerá na década seguinte e atingirá seu ápice com a nacionalização do setor petroleiro em 1976.

³⁹⁵ MICHELENA, *El pensamiento...* op. cit.,

2.3. O advento da doutrina Betancourt

A última força que vai se juntar aos sentimentos nacionais, às constantes flutuações conjunturais e à baixa profundidade das relações bilaterais, diria respeito ao advento da doutrina Betancourt como roteiro (*road map*) para as tomadas de decisão de Caracas em relação ao Brasil. Dois momentos se seguiram: o da constituição dos elementos definidores e o da aplicação de seu corolário.

2.3.1. A constituição doutrinária

No olho do furacão da deposição de Pérez Jiménez, o vice-presidente dos EUA Richard Nixon chegou à Caracas, em 13 de maio de 1958, em sua última escala da rodada sul-americana de visitas internacionais. A recepção ao mandatário estadunidense já não havia sido tão acolhedora em La Paz, Lima e Bogotá. Mas o fato de o governo norte-americano ter concedido asilo ao ditador Pérez Jiménez amplificou o sentimento antiamericano na Venezuela.³⁹⁶

Manifestantes exaltados aproveitaram a passagem da comitiva de Nixon para desferir um ataque com pedras contra os carros oficiais. Ainda que nada grave tenha sucedido, por causa do incidente a agenda do vice-presidente foi alterada, sendo os compromissos formais transferidos para a residência do embaixador norte-americano.³⁹⁷

A imprensa venezuelana deu destaque para a reação enfurecida do presidente Eisenhower, que teria ordenado a mobilização de forças norte-americanas para o Caribe, caso fosse necessária uma intervenção para garantir a segurança do vice-presidente.³⁹⁸

É provável que Miraflores tenha receado que as repercussões do evento atrapalhassem o diálogo com os vizinhos sul-americanos e, até mesmo, que o caso fosse levado à OEA. Assim, o Ministro venezuelano de Relações Exteriores Oscar Garcia Velutini procurou apaziguar os ânimos, reafirmando que: “*en ninguna circunstancia el gobierno y el pueblo de*

³⁹⁶ BOESNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina: breve história*. Caracas: Grijabo, 2007. p. 313-354.

³⁹⁷ AZEREDO, Mauro Mendes de. “A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 125-126.

³⁹⁸ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 324.

Venezuela hubieron solicitado ni permitido la intervención de fuerzas militares extranjeras en el territorio nacional”.³⁹⁹

O abrupto abandono do país por Marcos Pérez Jiménez tinha alçado o contra-almirante Wolfgang Larrazabal à presidência da Junta Militar de governo. Quase imediatamente incorporou alguns civis e fez dela uma Junta de Governo com o objetivo de realizar “*sin traumas, una transición hacia la democracia*”. A nova junta garantiu a liberdade de expressão, indultou militares sublevados, abriu o país aos exilados; em suma, buscou a conciliação entre os venezuelanos.

Contrariamente às expectativas, Larrazabal ganhou popularidade com seu estilo carismático e conciliador e com um programa de assistência social aos desempregados, denominado *Plan de Emergencia*, o que iria alavancar sua própria candidatura para o futuro pleito eleitoral.⁴⁰⁰

O contexto adverso levou os partidos políticos a formarem um acordo por um ambiente de unidade e respeito recíproco, garantindo a paz e a democracia na Venezuela. A verdadeira gestação do pacto partidário fora feita em uma reunião secreta em Nova York, pouco antes da queda de Pérez Jiménez. Depois, no dia 31 de outubro de 1958, ocorreu um encontro oficial dos representantes dos três principais partidos AD, Copei e URD na residência de Rafael Caldera, denominada de “punto fijo”.

Nascia o “*Pacto de Punto Fijo*”, uma frente unida para governar sem desígnios sectários ou pretensões hegemônicas e formulada com o propósito de estabelecer uma verdadeira democracia representativa.

Rómulo Betancourt acreditava que a coalizão significaria a eliminação “*del canibalismo tradicional en nuestro país de las luchas entre los partidos*”; para Carrera Damas abriu-se caminho para a reavaliação do pacto social e a reformulação de um projeto nacional: “*la nacionalidad venezolana como expresión sintética del proceso histórico, contó*

³⁹⁹ Velutini a Sparks, notas cruzadas, Caracas, 17-5-1958. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 424.

⁴⁰⁰ O Conselho Supremo Eleitoral foi remodelado, com representantes de diversas correntes políticas, e organizou as eleições de 7 de dezembro de 1958, na qual concorreram Rómulo Betancourt da AD, Rafael Caldera do COPEI e o então presidente da Junta de Governo Wolfgang Larrazabal da URD. Nesta circunstância, o país passou às mãos do civil Edgar Sanabria, que teve que lidar com a agitação popular que continuava ameaçando a normalidade do processo eleitoral e das então fragilizadas instituições democráticas.

por primera vez con un punto de apoyo real, sistemático en su concepción y en su funcionamiento”.⁴⁰¹

Então, no dia 6 de dezembro de 1958, foram assinados uma declaração de princípios e um programa mínimo de governo. Três linhas de ação determinavam a essência dos acordos que se sucederam às conversas entre os representantes das principais facções políticas do país: 1) o candidato ganhador cumpriria um programa mínimo de governo; 2) a aliança partidária teria a obrigação de agir contra ameaças desestabilizadoras da ordem democrática; 3) as contendas eleitorais deveriam ser despersonalizadas, sem uso da violência e pautada por normas que facilitassem a formação de coalizões.⁴⁰²

Assim, tão importante quanto o resgate democrático foram as consequências diretas e indiretas da crise de 1958 para a identidade nacional venezuelana: polarização partidária assimétrica (AD e COPEI), cristalização de um regime com feições clientelistas; aceleração da migração campo-cidade; peso adquirido pelos meios de comunicação, especialmente a televisão; participação da mulher na sociedade, massificação da educação e constituição de uma elite cultural jovem; e a homogeneização cultural, de hábitos, linguagem e costumes.⁴⁰³

Vitorioso, Betancourt adotou um estilo próprio de governar, pelo diálogo franco e aberto com diversos setores da sociedade, olhando atentamente as necessidades de cada rincão do país. Clamava o novo governante que chegara o momento de resgatar “*nuestras más íntimas fibras de venezolanos [para] forjar una nación fuerte (...) dueña de sus propios destinos*”.⁴⁰⁴

Em seu discurso de posse, Betancourt se preocupou em garantir à comunidade internacional que iria cumprir todos os acordos firmados. Mas não admitia a interferência de forças estranhas, especialmente da onda comunista, nos novos rumos do país. Logo, o norte do governo “adeco” (AD) passou a ser o desenvolvimento nacional, engendrado pela reforma

⁴⁰¹ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 407; BETANCOURT, *Petróleo...* op. cit., DAMAS, Germán Carrera. *Una Nación llamada Venezuela*. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2006. p. 147-169.

⁴⁰² AMORIM NETO, Octavio. “De João Goulart a Hugo Chavez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 83.

⁴⁰³ CABALLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. 3ª edición. Caracas: Alfadil ediciones, 2003. p. 133-159.

⁴⁰⁴ A jornada eleitoral de 7 de dezembro transcorreu em paz e os resultados finais apontaram a vitória de Betancourt, que assumiu a presidência constitucional em 13 de fevereiro de 1959. Além da vitória contundente de Betancourt com 1 284 092 votos, *Acción Democrática* ganhou a maioria no Congresso, com 31 senadores e 73 deputados, fortalecendo o novo governo. Larrazabal teve impressionantes 903 479 votos e Rafael Caldera, uma vez mais derrotado, 463 262 votos. LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 431.

agrária e social, pela planificação econômica, pelo novo papel do Estado, pela industrialização e a manutenção da ordem institucional.

Entretanto, uma reforma agrária integral não obteve os resultados esperados, pela rigidez do modelo latifundista e a desarticulação dos trabalhadores do campo. A vocação venezuelana se afirmaria definitivamente: uma nação urbana. Paralelamente, o país sofreu o impacto da transformação espacial, com a ocupação territorial e a revolução demográfica, bem como o crescimento e a diversificação econômica. Por exemplo, áreas importantes ao sul do rio Orinoco só seriam ocupadas em decorrência de uma dinâmica de expansão fronteiriça a partir de 1958.⁴⁰⁵

Caracas, assim como Brasília, a nova capital do Brasil, seriam símbolo da modernização sul-americana. Apesar das constantes transformações em todo o país, a província de Caracas permaneceu predominando no cenário político e econômico nacional. Explica Carrera Damas que “*La homogeneización de Venezuela bajo el patrón de la provincia de Caracas es producto de la culminación de la tendencia predominante del sistema regional venezolano*”.⁴⁰⁶

A urbanização venezuelana decorreu de um longo processo histórico, mas que foi acelerado pela indústria petroleira em duas direções. Por um lado, perpetuou a tradicional articulação da sociedade venezuelana com o sistema internacional, de matriz subdesenvolvida e monoprodutora de exportação. Por outro, propiciou a recuperação material do país com a realização de obras tangíveis como rodovias, estradas, linhas de comunicação, linhas elétricas, edificações urbanas, governamentais e universitárias.

O segundo tempo da atuação de Betancourt voltou-se para a esfera econômica. Buscou a diversificação da produção em um esforço de “*venezolanizar*” a economia nacional. Optou pelo caminho do planejamento, extinguindo o *Plan de Emergencia* e elaborando um Plano Quadrienal (1960-1964) para enfrentar o quadro adverso de crise e promover o crescimento no longo prazo. A essência do plano era programar os investimentos dentro de

⁴⁰⁵ As regiões ocupadas ainda no século 19 formaram o centro irradiador do desenvolvimento nacional entre 1940 e 1958, com impactos importantes na definição da identidade nacional venezuelana, tanto no que se refere à definição dos polos petrolíferos nacionais quanto à reconciliação das bases indígena e “transplantada” da sociedade venezuelana.

⁴⁰⁶ CARRERA DAMAS, *Una nación...* op. cit., p. 155.

uma perspectiva de vários anos e orientá-los com as do setor privado, de maneira coordenada, “*con el fin de lograr un desarrollo económico y social balanceado*”.⁴⁰⁷

Ademais, projetou um modelo misto de gestão, no qual o Estado era o principal investidor, mas garantindo a atuação da iniciativa privada em vários setores da economia. Assim, buscou convencer o empresariado da necessidade de o capital privado se associar à esfera pública para desenvolver setores ainda pouco explorados do país.

Para Betancourt, “*Al Estado corresponde la mayor responsabilidad en la buena inversión de los ingresos del petróleo que (...) deben destinarse en su mayor parte a crear nuevas fuentes de ingreso*”. Aprofundava-se o paradigma desenvolvimentista, deixando o Estado de ser espectador para tornar-se gerente logístico, o que fazia o país permanecer nos trilhos do crescimento e do desenvolvimento nacional.⁴⁰⁸

Era preciso, portanto, repensar o papel do Estado. O terceiro tempo das mudanças de Betancourt delimitou cinco campos de atuação que caracterizariam um novo papel no âmbito interno e internacional: preservar o modelo democrático, fortalecer a burocratização estatal, animar o nacionalismo, utilizar fontes multilaterais de recurso e fomentar a industrialização.

O Estado venezuelano na administração de Betancourt fora desenhado para salvaguardar o modelo democrático, pelo estabelecimento de um projeto nacional, em várias etapas: desenvolvimento infraestrutural, integração dos sistemas nacionais de vias e de comunicação, aproveitamento das forças demográficas para ampliação da base participativa, cooptação das elites dirigentes e de grupos pouco colaborativos como as Forças Armadas.

Em suma, pode-se afirmar que uma das características identitárias do país, ou como uma grande estratégia ou como uma regularidade “estrutural”, é a do controle pelo Estado dos meios de afluência, especialmente o setor petrolífero.

Ademais, promoveu-se a criação de organismos e instituições para gerir os negócios do Estado. Por exemplo, a *Comisión de Energía*, que foi criada para aquilatar a coordenação da produção energética nacional; a *Oficina Central de Coordinación y Planificación* (CORDIPLAN), destinada a auxiliar a presidência em sua função planificadora da ação do Estado; a *Corporación Venezolana de Petróleo* (CVP), criada no dia 21 de abril de 1960, para ampliar a participação do Estado e melhorar a qualidade das experiências sobre os

⁴⁰⁷ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 426.

⁴⁰⁸ BETANCOURT, *Petróleo...* op. cit.

negócios do setor; a *Corporación Venezolana de Guyana* (CVG), em 30 de dezembro de 1960, para coordenar e supervisionar a riqueza mineral e hidrelétrica da considerada promissora região das Guianas.⁴⁰⁹

Como amálgama ideacional, alimentou-se o chamado “nacionalismo sadio”, que visava dar maior controle à produção das riquezas, como petróleo e ferro, ao Estado venezuelano, mas garantindo que os investimentos externos continuassem afluindo, preferencialmente para a estruturação dessas indústrias.

Também, como parte do papel renovado do Estado na Venezuela, buscou-se o apoio técnico e financeiro de organismos internacionais, como FMI e Banco Mundial, para engatilhar o novo modelo econômico. Todavia, o resultado nefasto foi o aumento da dívida externa, que alcançou 192 milhões de dólares durante a gestão de Betancourt.

Enfim, por conta da imperativa urgência de diversificação econômica, projetou-se a redução da dependência do petróleo pela tática de “crescer em dois tempos”: produzir para o próprio consumo e fomentar a exportação do excedente e de outros produtos. De fato, o modelo de Industrialização por Substituição das Importações (ISI) ganhou força no período Betancourt.

Contudo, o resultado ficou aquém do esperado. A produção industrial cresceu pouco, de 14% para 17% do Produto Nacional Bruto; o incremento real limitou-se ao processamento de insumos importados e os produtos gerados eram de baixo valor agregado. Em síntese, a ISI foi sempre sensível ao desempenho do setor petrolífero, que tanto injetava recursos na industrialização nascente, sobretudo em áreas básicas, quanto concorria com o modelo cepalino, ao estimular um volume maior de importações.

No setor petrolífero, em especial, o clima de desconfiança era mútuo. Por parte dos investidores internacionais, a crescente tentativa de retomada do controle do setor por parte do Estado, levado adiante desde 1943, fez com se reduzisse ao mínimo os investimentos em perfuração e exploração, impossibilitando incrementar as reservas comprovadas da nação. Da parte da população, alimentava-se a ideia de que as concessões tinham um aspecto negativo e que contribuíam para o subdesenvolvimento da nação.

O governo de Rómulo Betancourt buscou, portanto, restabelecer o clima de segurança jurídica, a partir da adoção de um novo mecanismo substitutivo das concessões, chamado de

⁴⁰⁹ SALCEDO-BASTARDO, *História...* op. cit., p. 489-499.

“contratos de serviços”. Ao mesmo tempo, reforçou o discurso de confiança perante a população de que os recursos do petróleo ficariam para as futuras gerações de venezuelanos, reduzindo a sangria desatada que marcara a história do petróleo até aquele período.⁴¹⁰

Não obstante, a grande jogada venezuelana veio na conformação de uma aliança energética global, que favoreceria os interesses de um grupo restrito de países: os grandes produtores e exportadores de petróleo. Assim, foi criada em Bagdá, no dia 14 de setembro de 1960, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), inicialmente composta por Irã, Iraque, Arábia Saudita, Kuwait e Venezuela. O objetivo venezuelano era obter um tratamento diferenciado para seu produto e pressionar os EUA a equiparar as condições de comércio oferecidas a México e Canadá.

Internamente, as flutuações foram turbulentas entre 1959 e 1964. Os espíritos entrincheirados e as pressões internas trabalhavam contra a governabilidade democrática e o pacto “*puntofijista*” dava sinais de sua circunscrição temporal. Por um lado, a coalizão URD-AD-Copei se mostrou de difícil entendimento e de duração imprevisível. Por outro, a insatisfação com o pactualismo fez cindir agremiações tradicionais em novas como *Acción Democrática Oposición* e *Movimiento Izquierda Revolucionaria* (MIR).

Além disso, o contexto social estava particularmente confuso por diversos fatores: elevado déficit público, falta de disciplina fiscal, fuga de capitais, baixa de preços do petróleo e burocratização. Mais ainda, o quadro doméstico fora agravado pelas restrições estadunidenses à importação de petróleo venezuelano e pelas indesejáveis medidas econômicas, como o controle de câmbio, que freavam a economia e aprofundavam a recessão.

Em consequência, a atuação do governo Betancourt foi impopular, mas previdente. Para alcançar as metas pretendidas todos deveriam “*trabajar más y polemizar menos*”, diria Betancourt. Assim, uma série de medidas como a redução de salários, o congelamento dos preços, a modificação da lei de impostos sobre renda e a campanha “*compra venezolano*” restauraram o equilíbrio e levaram à reviravolta da situação econômica no início de 1963, quando se alcançou um superávit fiscal após quatro anos de déficit.

Enquanto os ajustes internos equilibravam a Venezuela, o comunismo continuava rondando como uma ameaça à segurança nacional. Washington percebeu que o Caribe era o

⁴¹⁰ BETANCOURT, *Petróleo...* op. cit.

“calcanhar de Aquiles” na América, para a penetração soviética, principalmente após a revolução encabeçada por Fidel Castro, mas também pela existência de governos conciliadores.

O cenário desfavorável aos EUA piorou após a queda do conservador Marcos Pérez Jiménez, pois a tendência era vingar na Venezuela um governo socialista (Larrazabal) ou pelo menos esquerdista (Rómulo Betancourt) que, provavelmente, daria um destino diferente aos recursos naturais do país. O fato era: a segurança energética norte-americana estaria em mãos muito menos amigáveis.

A política externa norte-americana desdobrara-se em uma política de ajuda aos “amigos” de Washington contra os pretensos comunistas, para que a vulnerabilidade sistêmica da região não fosse permissiva a uma reação em cadeia em favor de governos socialistas, a conhecida “teoria dos dominós”.⁴¹¹

Neste caso, alguns governos, como o de Rafael Trujillo na República Dominicana, seriam vistos como bastião na luta contra o comunismo no continente e na promoção do liberalismo que alimentava o ciclo virtuoso dos negócios das empresas norte-americanas e europeias por tantas décadas na América Latina.⁴¹²

Portanto, a intervenção estrangeira nos assuntos internos americanos moldou a agenda política do hemisfério nos anos 1960. Antes de deixar o governo, JK endereçou um recado às gerações seguintes de líderes regionais que contradizia a essência da doutrina Betancourt:

sejam quais forem as diferenças que possamos ter em relação aos regimes existentes em outros países do hemisfério, não podemos ignorar que corresponde a cada povo e somente a ele julgar sobre seu próprio sistema político e empreender qualquer ação no sentido de modificá-lo.⁴¹³

⁴¹¹ No mundo da Guerra Fria, cada país era visto como “uma peça de dominó” que se perfilava a outras peças, em diferentes esferas de influência norte-americana, como Pacífico, Indochina, Europa ocidental e América Latina. A premissa fundamental era proteger individualmente cada “peça” para evitar que uma reação em cadeia desintegrasse todo o sistema. O presidente Dwight D. Eisenhower projetou a seguinte imagem por volta de 1954: “*you have a how of dominoes set up (...) you knock over the first, and what will happen to last one is the certainty that it will go over very quickly*”. Ver Capítulo 8 “Dominoes, bandwagons, and the road to war” in PORTER, Gareth. *Perils of dominance: imbalance of power and the road to war in Vietnam*. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 2005. p. 229-258.

⁴¹² VARNEY, Harold Lord. “El comunismo em marcha en el Caribe: cuatro lugares de gran peligro en este hemisferio. Revista American Mercury, edición de Febrero de 1959.

⁴¹³ Andrés Paul a Arcaya, informe, n 178, Rio de Janeiro, 3-2-1960; ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173, pieza 2, caja 15, tramo 8.

Desafortunadamente, foi com um desses regimes criticados por Caracas como incompatíveis com a tradição democrática interamericana que eclodiu uma crise diplomática envolvendo o Brasil, que repercutiria no curso das relações bilaterais com a Venezuela.

Em julho de 1960, um tiroteio ocorrido na parte externa da embaixada brasileira, em São Domingos, envolveu pessoas que pretendiam solicitar asilo na representação brasileira, deixando alguns mortos e feridos. O embaixador brasileiro Jaime de Barros foi testemunha ocular e chegou a prestar socorro a algumas das vítimas e, por conta do fato violento, foi convocado de volta ao Brasil a prestar esclarecimentos. Coube ao chanceler Horácio Lafer entregar uma enérgica nota de protesto ao chanceler dominicano.⁴¹⁴

A violação da embaixada brasileira repercutiu na Câmara dos Deputados, onde Vasconcelos Torres passou por unanimidade uma moção de rompimento imediato de relações diplomáticas com a República Dominicana. Enquanto isso, o representante venezuelano repudiou veementemente “*el abominable y vandálico hecho que se comenta, maquinado por las manos tintas en sangre de Rafael Leonidas Trujillo*”.⁴¹⁵

Não obstante, a Casa Amarela esperava que o Brasil elevasse o tom da reprimenda, condenando na OEA, da forma mais dura possível, a atuação da ditadura de Trujillo, e passando à ruptura de relações diplomáticas. Entretanto, sob instruções de Lafer, o Brasil recuou em aplicar sanções econômicas ao governo dominicano.⁴¹⁶

Em consequência, tal atitude produziu uma perda de simpatia do povo e do governo venezuelanos, totalmente avessos à atuação “subversiva” de Trujillo no Caribe, América Central e do Sul. Além disso, “*los sectores políticos venezolanos que dificilmente se entienden entre sí, concuerdan en censurar con dureza la política exterior del Brasil*”. Por exemplo, nas ruas de Caracas se comentava de forma jocosa sobre “*la cordial amistad*” existente entre Lafer e o chanceler dominicano Herrera Baez.⁴¹⁷

⁴¹⁴“*Brasil retiró su embajador en la capital dominicana*”. El Nacional, 16-7-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173, pieza 2, caja 15, tramo 8.

⁴¹⁵Diaz Sanchez a Arcaya, informe confidencial, n 901, Rio de Janeiro Domingo, 22-7-1960. “Plenario da Câmara recebe sob aplausos recomendação de rompimento com Trujillo”. Jornal do Brasil, 14-7-1960; “Ulrajante invasão da embaixada do Brasil verberada pela Câmara”. Última hora, 14-7-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 435, caja 22, tramo 12. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 435, caja 22, tramo 12.

⁴¹⁶ “As manobras de Trujillo”. Diário de notícias, 5-7-1960; “Rômulo Betancourt”. A Tribuna, 12-7-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 435, caja 22, tramo 12.

⁴¹⁷ “O Itamaraty acéfalo”. O Estado de São Pulo, 17-7-60; “Itamaraty e a OEA”. O Estado de São Pulo, 17-7-60; “Venezuela: denunciado o apoio do governo brasileiro a Trujillo”. O Estado de SP, 6-12-60; ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173, caja 15, tramo 8.

O outro flanco de penetração comunista que preocupava Caracas, e que deixaria marcas na constituição da doutrina Betancourt, era o da Guiana Inglesa. Não obstante o mal-estar gerado pela falta de convergência entre Caracas e Brasília na questão dominicana, levantava-se uma questão: estaria a Casa Amarela preocupada com a penetração comunista ou com a penetração brasileira na região?

O pensamento venezuelano na década de 1960 pode ser sintetizado por uma nota anônima, encontrada nos arquivos venezuelanos, descrevendo a visceral preocupação da Casa Amarela: “*Mientras Venezuela duerme el Brasil se mueve - un amigo de Venezuela*”.

A sensação era de que o país estacionava perante o crescimento de “*nuestro vecino del sur*” e por isso alguma medida deveria ser tomada. Logo, o tema da aquisição das Guianas pelo Brasil, que havia marcado a gestão de Pérez Jiménez, retornou como um ressentimento mais difuso e que se voltaria, paulatinamente, contra o Brasil.

O cônsul venezuelano na Guiana, Alfredo Enrique Vargas, ficara incumbido de estudar o assunto, mas adiantou que “*la posibilidad de referencia no tendria acogida alguna en este territorio*”. Além disso, comentava-se que um fator desfavorável à pretensão brasileira de aquisição das Guianas seria encarar os interesses dos EUA na região:

*Se alegaba que seria difícil obtener el acuerdo norteamericano debido a que el gobierno norteamericano no desearía perder algunas bases o instalaciones militares que mediante contratos por largo plazo tenía o tiene en dichas posesiones europeas.*⁴¹⁸

No jogo pelo equilíbrio sub-regional na fronteira norte da América do Sul, a Casa Amarela estava atenta à posição do *Foreign Office*. Londres detinha grande capacidade política e econômica de determinar os rumos da sua colônia e se movimentava no sentido de bloquear ou retardar os ânimos emancipacionistas, cedendo espaço apenas para os domínios, como Austrália e África do Sul, que desde o entreguerras passaram ao esquema da *Commonwealth*.⁴¹⁹

⁴¹⁸ Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271. Nota, sem referência, ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

⁴¹⁹ A *Commonwealth of Nations* foi uma organização internacional criada para promover a integração entre as ex-colônias britânicas e Londres, concedendo facilidades comerciais e benefícios políticos. Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

A mudança na orientação colonial britânica acompanhara as críticas liberais do raiar do século 20, concernente à esterilidade do uso da força e os elevados custos de manutenção das colônias. Como apontava Sir Norman Angell, “a única conduta possível em matéria de colônias consiste em tratá-las como nações independentes ou estrangeiras, e a única forma de ‘possuí-las’ é abster-se de exercer as funções de possuidor”.⁴²⁰

Assim, o *Foreign Office* cederia quando um bloqueio das forças autonomistas se tornasse economicamente inviável ou nos casos em que a emancipação se mostrasse inevitável politicamente. De toda forma, o órgão pretendia controlar o ritmo do processo, alimentando expectativas de seguir influenciando a formulação da política exterior e de comércio internacional das colônias e domínios independentizados.⁴²¹

No caso da Guiana Inglesa, Londres mostrou-se reticente, pois se tratava de uma das colônias mais ricas em recursos naturais onde tendências separatistas ou independentistas cresciam vigorosamente. A zona fronteiriça da Guiana era agricultável e rica em minérios, tendo, portanto, potencial para suprir de energia e alimentos as áreas lindeiras que começavam a se industrializar do lado venezuelano. Uma vez instaurada a “reclamação” territorial entre Caracas e Londres, fazia todo sentido atrair Georgetown à órbita bolivariana.

Ao mesmo tempo, internamente havia uma cisão entre três grupos. De um lado, o grupo do líder do partido majoritário Cheddi Jagan, favorável naquele momento à aproximação com a Venezuela; do outro, a oposição liderada por L. F. S. Burnham, que alimentava o chamado “destino continental” para a Guiana. E um terceiro grupo que respondia diretamente aos interesses britânicos, como o consórcio açucareiro “Brooker Brothers, Mc Connel & Co, Ltd”.⁴²²

Assim, aproveitando-se dessa polarização, a embaixada da Venezuela abriu franca campanha para melhorar a imagem do país e contra-atacar disposições contrárias a seu país, apresentadas na mídia local. Outra preocupação venezuelana era a aproximação de Jagan com o Brasil, que poderia culminar na construção de uma estrada de Georgetown até a fronteira,

⁴²⁰ ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 96.

⁴²¹ GIRAULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. *La lois des géants (1941-1961)*. Paris: Edition Payot & Rivages, PBP, n 543, 2005. p. 340-341. CERVO, Amado. “A instabilidade internacional”. In SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações Internacionais dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (de 1815 a 1947)*. Vol 1. Brasília: IBRI, 2001. p. 202.

⁴²² Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

facilitando o acesso brasileiro ao porto guianês. “*Estados Unidos e Brasil manifestan vivo interés en el territorio con fines imperialistas*”, diria o embaixador venezuelano na Guiana.⁴²³

A situação da Guiana era complicada do ponto de vista econômico. Seus principais produtos de exportação, como arroz, açúcar, bauxita e manganês estavam sob o controle de holandeses, britânicos e norte-americanos, que incrementavam os lucros comprando a preços muito baixos e revendendo no mercado internacional. Logo, o desafio brasileiro era agir “*sin despertar sentimientos antivenezolanos*”, evitando, por exemplo, medidas de anexação territorial. Ao contrário, deveria atuar com energia, justiça e equilíbrio, mediante infiltração econômica e cooperação bilateral.

A imprensa no Brasil e na Venezuela fez eco às inquietudes sobre a aquisição das Guianas, apontando o desejo oficial de preparar o ambiente para a possível absorção das antigas colônias européias na América do Sul.⁴²⁴

Por isso, Caracas esteve atenta à postura da sociedade brasileira, um termômetro para averiguar se haveria apoio ou não à ideia ventilada. Aparentemente, subsistia na opinião pública brasileira uma tendência generalizada a favor da autodeterminação dos povos, o que tranquilizou a chancelaria venezuelana. Além disso, Mario Díaz Sanchez, plenipotenciário venezuelano no Rio de Janeiro, imaginou que o Brasil enfrentaria resistências pelo próprio anseio autonomista vigente na Guiana: “*es posible que el Brasil tropiece con muchas dificultades debido al sentimiento nacionalista hoy existente*”.

A essa altura ficava evidente que os governos em Caracas e no Rio de Janeiro haviam entrado em rota de colisão por conta das Guianas. Do lado venezuelano, algumas recomendações foram feitas no sentido de ajustar a estratégia de inserção regional à conjuntura adversa. Primeiro, definir uma linha de política exterior sobre colonialismo na América. Segundo, criar uma doutrina dentro das Forças Armadas que determinasse os objetivos que se desejava alcançar na fronteira amazônico-guianense da América do Sul. Terceiro, estabelecer no governo nacional uma comissão com representantes das Forças Armadas e dos setores políticos para estudar o problema.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Vale recordar que a compra das Guianas pelo Brasil seria contrária aos interesses venezuelanos em razão da provável perda dos direitos legais sobre grande parte desses territórios, pela situação vantajosa do Brasil para o controle sobre o delta do Orinoco e rios adjacentes, e devido à formação de enclaves brasileiros ao longo da maior parte das fronteiras venezuelanas. Informe, sem referência. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Com respeito ao último ponto, ficou decidida a formação de uma comissão *ad hoc* para “*estudiar y emitir opinión sobre una posible adquisición por compra de las Guyanas*” por parte do Brasil. Para tanto, foram nomeados o coronel Tomas Pérez Tenreiro, o major Angel Alberto C. Torres, e os diplomatas Miguel Angel Burelli Rivas e Luis Esteban Rey para integrar a mesma.⁴²⁵

Após alguns meses de análises e deliberações, a conclusão da comissão foi que “*por diversas razones locales e internacionales de mucha importancia, semejante negociación [aquisição das Guianas pelo Brasil] era virtualmente irrealizable*”. Não obstante, a comissão levou em conta a possibilidade da penetração política e econômica do Brasil nas Guianas e da expansão brasileira na fronteira norte, como resultado de seu grande desenvolvimento econômico e demográfico e da imensidão de seu território.

Logo, a gravidade do assunto despertou “*la conveniencia de crear una comisión interministerial permanente*” para estudar a fundo os aspectos políticos, econômicos e militares da presença brasileira na fronteira norte da América do Sul, provendo o governo nacional de elementos de juízo para orientar sua ação.⁴²⁶

A partir daí, como reagiu Caracas ao perigo da penetração estrangeira nos assuntos venezuelanos? Seria a doutrina Betancourt adequada para lidar com as diferentes concepções de ameaça ao regime democrático na América do Sul e no Caribe?

2.3.2. Corolários da doutrina Betancourt

Ao longo do governo Betancourt, o contexto internacional tornara-se adverso à economia nacional do petróleo e dois fatores corroboravam para tanto: os EUA privilegiavam os mercados norte-americanos (canadense e mexicano) e outras áreas do globo, como o norte da África, especialmente a Líbia, que sorviam crescentes investimentos. Além disso, os constrangimentos internacionais favoreceram a eclosão de crises políticas e econômicas internas, resultando na perda de peso relativo da Venezuela na política internacional.

As atuações do regime de Rafael Trujillo contra o governo Betancourt, assim como a onda revolucionária castrista, ambas propagadas do Caribe, impuseram-se como

⁴²⁵ Memorandum s/r, 19-2-1960; Ayala Garcia a Rey, Dirección General a DPI, informe, n 3771, 16-5-1960; Ministerio de la Defensa a MRE Venezuela, informe, n 625, 3-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

⁴²⁶ Memorandum s/r, 23-6-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

inapropriados aos desígnios “betancourtistas” de manter intacto o regime democrático e de realizar a tão almejada transição para outro governo democraticamente eleito na Venezuela.

Assim, o chefe de Estado venezuelano elaborou como antídoto aos seus pesadelos internacionais e como um mapa para as tomadas de decisões em política exterior, a chamada doutrina Betancourt que, idealmente, previa o isolamento profilático dos governos ditatoriais de qualquer matiz ideológico, do restante da comunidade interamericana. Com isso, alimentava-se a perspectiva de dissuadir golpistas em potencial.

Essa doutrina, em síntese, consistia em “*el no reconocimiento y ruptura de relaciones diplomáticas con aquellos gobiernos latinoamericanos que llegaron al poder a través de un golpe de Estado*”.⁴²⁷

Portanto, como toda ideia, ou norma internacional, um princípio de política exterior se cristaliza de acordo com a densidade de sua aplicação e pela maneira com que impacta nas relações internacionais. Logo, a doutrina Betancourt provocou sérias implicações na práxis diplomática venezuelana, por suas características normativas e principistas.

No caso, distinguem-se dois caminhos, um mais ortodoxo, escolhido pelo próprio Rómulo Betancourt como forma de consolidar a doutrina como referencial de decisão; e outro mais flexível, adotado por Raúl Leoni a partir de 1964. Vale ressaltar que no governo de Carlos Andrés Pérez a doutrina foi adaptada às circunstâncias de sua gestão e à conjuntura em que vivia o país.

Além disso, a doutrina Betancourt fora gestada pelo movimento democratizante da “*generación del 28*” e na experiência do Governo Gallegos-Betancourt, entre 1945 e 1948. Ganharia força com o endurecimento de posição pela defesa e promoção da democracia, assumido na presidência de Rómulo Betancourt em 1959. Em suma, os pressupostos fundamentais da doutrina foram constituídos ao longo de várias décadas no espírito de governantes e intelectuais, tornando-se parte da cultura política e institucional do país.

De fato, muitos dirigentes e pensadores, na época e depois de Betancourt, acreditavam na doutrina venezuelana como um mecanismo eficaz de dissuasão de golpes de Estado no país e na região, bem como um instrumento de consolidação do processo de democratização no continente. Mas como reagiu a doutrina diante da realidade internacional sul-americana?

⁴²⁷ROMERO, María Teresa. *Venezuela en defensa de la democracia (1958-1998): el caso de la doctrina Betancourt*. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005. p. xxii

A primeira prova de fogo veio de uma contenda diplomática com o governo de Rafael Trujillo, concernente ao caso de treze dominicanos asilados na embaixada venezuelana em São Domingo. Trujillo condenou a atitude venezuelana e o governo de Caracas justificou que, após a queda de Pérez Jiménez, vários venezuelanos haviam se asilado na embaixada dominicana. O governo dominicano não aceitou tal posição e bloqueou a embaixada bolivariana em três de fevereiro de 1959 e considerou *persona non grata* o adido militar venezuelano. Logo, em 13 de junho o governo de Caracas decidiu pela suspensão das relações com São Domingo.⁴²⁸

O segundo teste veio com o triunfo do movimento revolucionário encabeçado por Fidel Castro, em Cuba, que produziu um impacto devastador na vida política venezuelana. Castro discursou para uma multidão entusiasmada na praça *El Silencio* em Caracas, no dia 23 de janeiro de 1959, aniversário da derrocada de Pérez Jiménez. O jornal *El Nacional* de 29 de janeiro destacou trechos do discurso de Castro:

*en Venezuela hay muchas más montañas que en Cuba, que sus cordilleras son três veces más altas que la Sierra Maestra, que aqui hay un pueblo heróico y digno como el de Cuba.*⁴²⁹

Como resultado, os anos 1960 começaram com fortes distúrbios e a estabilidade que se pretendia com “*punto fijo*” ganhou ares de dramaticidade após a virada cubana à esquerda. A agitação popular na Venezuela recrudesciu com saques a empreendimentos comerciais e incêndios a veículos, supostamente promovidos pela extrema esquerda. Na realidade, o PCV e o MIR almejavam estabelecer um regime similar ao de Cuba e tornavam-se hostis ao governo nacional, incitando a agitação estudantil e o uso indiscriminado da violência nas áreas urbanas.

O Ministério das Relações Exteriores da Venezuela estava alerta às ações de agentes subversivos camuflados de estudantes e delegados políticos. Incomodava Caracas o fato de o governo João Goulart ter estabelecido um ativo programa de intercâmbio estudantil com

⁴²⁸ ROMERO, *Venezuela em defesa...* op. cit., p. 163-168.

⁴²⁹ LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 369.

Moscú que facilitava a penetração ideológica, o recrutamento de novos agentes e a produção de estudos sobre a realidade latino-americana.⁴³⁰

Neste sentido, o mandatário venezuelano acreditava ser seu dever histórico defender a legalidade democrática a todo custo e para isso contava com o apoio da Igreja Católica, do empresariado e das Forças Armadas. Logo, a onda “terrorista” contra o governo demandou medidas policiais, com detenções e expulsões do país. Diria Betancourt: “*el precio de la libertad es una eterna vigilancia*”.⁴³¹

Dizia Betancourt que a filosofia política comunista não compactuava com a estrutura democrática do Estado venezuelano e esclarecia o futuro do PCV: “*miembros suyos no serán llamados por mi a desempeñar cargos administrativos en las cuales se influyera sobre los rumbos de la política nacional e internacional de Venezuela*”.⁴³²

A internacionalização da Revolução Cubana e seu transbordamento mais imediato para a realidade venezuelana tiravam o sono dos governistas da AD. Para Betancourt, “*Venezuela ha sido escogida como objetivo primordial por los gobernantes de la Habana para la experimentación de su política de crimen exportado*”, o que se justificava por conta do potencial comercial (importador e exportador) e da riqueza petrolífera.⁴³³

Além do problema cubano, continuava assombrando Betancourt o fantasma do ditador Rafael Trujillo. Betancourt chegou a desbaratar uma conspiração que ligava Pérez Jiménez, exilado nos EUA, e o governo dominicano, para incitar as Forças Armadas contra o governo venezuelano. E denunciou publicamente: “*la bien conocida [ditadura] del Caribe, cuyo jefe tiene un casi maniático empeño de entorpecer el desarrollo democrático venezolano*”.⁴³⁴

Em decorrência disso, Caracas clamou na OEA pela exclusão dos governos ditatoriais que a integravam, esperando uma ação interamericana concertada contra os regimes de força latino-americanos. A proposta venezuelana era dura: “*deben ser sometidos a riguroso cordón sanitario y erradicados mediante acción política colectiva de la comunidad jurídica interamericana*”. E a justificativa elaborada tinha dois elementos discursivos: primeiro,

⁴³⁰ “*Dos soviéticos en Caracas*”. El Universal, 23-5-1967.

⁴³¹ Curiosamente, os adultos envolvidos nas ações violentas contra o governo constitucional foram detidos e enviados a trabalhos na fronteira com o Brasil, por exemplo, na construção da estrada até Santa Elena de Uairén. LUONGO, *De Cipriano...* op. cit., p. 400-401.

⁴³² Idem. p. 376.

⁴³³ Idem. p. 500.

⁴³⁴ BETANCOURT, *Petróleo...* op. cit.

porque governos de força afetam a dignidade americana. Segundo, porque só deveriam integrar a OEA aqueles governos respeitáveis nascidos da expressão da vontade popular.

Portanto, em razão de um perigo iminente, o governo venezuelano se via no direito soberano de fazer respeitar por meios enérgicos, quando necessário, o legítimo direito de viver à luz da democracia. Ao mesmo tempo, criticou veementemente aqueles patrícios que abdicaram de sua nacionalidade, bem como os estrangeiros, que pegavam em armas ou patrocinavam ações armadas contra a sociedade, com o intuito de derrubar um governo eleito.

Assim, o que parecia ser parte de um discurso inflamado de Betancourt para “derivar” a atenção interna da população e seu “espírito de violência”, para um problema externo, cristalizou-se em um acontecimento no dia 24 de junho de 1960.⁴³⁵

A aparente sintonia entre Caracas e Rio de Janeiro, por conta dos valores democráticos comuns, não resistiu às incompatibilidades existentes nas estratégias de inserção internacional.

Do lado brasileiro, Jânio Quadros reafirmou a posição autonomista brasileira, de uma nação que “prescinde da liderança de qualquer potência”, valorizando a OPA e reafirmando a importância institucional da OEA como o instrumento nato de ação política regional: “aí e só aí devem ser solucionadas as eventuais controvérsias entre nações irmãs”, diria Quadros.⁴³⁶

Do lado venezuelano, Betancourt procurou arrastar os grandes países como EUA e Brasil em sua jornada contra a “cubanização” do continente. Entretanto, a delegação venezuelana, nas reuniões de consulta da OEA, foi encabeçada por um “amigo de Cuba” e com isso “*Venezuela vaciló*”, como qualificou Boesner.⁴³⁷

⁴³⁵ No principio da Avenida *Los Proceres*, em Caracas, explodiu uma bomba colocada em um automóvel parado ao lado da via principal. A capacidade de destruição do explosivo foi suficiente para atingir o carro presidencial, matando o chefe da Casa Militar, ferindo o Ministro da Defesa e produzindo lesões e queimaduras em Rômulo Betancourt. Do hospital, o presidente praguejava: “*no me cabe la menor duda de que en el atentado de ayer tiene metida su mano ensangrentada la dictadura dominicana*”. E aproveitava para enviar um recado à nação de que continuaria governando o país: “*el puesto del timonel es el timón*”. As investigações levadas a cabo pelo governo da Venezuela concluíram pela participação ativa do governo Rafael Trujillo no atentado, o que motivou denunciar o governo dominicano na OEA. Assim, a reação do bloco democrático interamericano veio na 6ª e na 7ª reuniões de chanceleres da OEA, em San José da Costa Rica. Ao aceitar o pleito venezuelano, a OEA enviou uma missão investigadora para apurar o caso, o que culminou na aprovação de sanções ao governo Trujillo e na determinação da retirada de representantes diplomáticos ante aquele país. Além das sanções ao governo de Trujillo, foi debatida a intromissão sino-soviética nas questões internas e se condenou a intervenção extracontinental e todo tipo de totalitarismo na região. LUONGO, *De Cipriano*..op. cit. p. 432-433. Sobre o conceito de “derivação” ver DUROSELLE, *Todo Império*...op. cit., p. 199-200. LUONGO, *De Cipriano*..op. cit. p. 432-433.

⁴³⁶ “Várias notícias”. *Jornal do Comércio*, 25-9-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173.

⁴³⁷ BOESNER, *Relaciones Internacionales*...op. cit., p. 331-332.

Assim, o chanceler Ignacio Luis Arcaya se negou a votar pela proposta de censura ao governo cubano de Castro e propôs uma emenda à declaração final, no sentido de que “os Estados Americanos têm direito a estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, sem que isto signifique identificação com os regimes políticos desses países”. Entretanto, sob as duras críticas da AD e URD, Betancourt precipitou a renúncia de Arcaya e o substituiu por Marcos Falcón Briceño, mantendo a declaração original.⁴³⁸

Qual seria, então, o nó górdio criado pelo advento da doutrina Betancourt?

A vitória de Quadros deu maior amplitude ao lugar do Brasil no mundo, sob a lógica da política externa independente. O novo perfil da PEB, de cunho independente, foi delineado por Afonso Arinos de Melo Franco, em pronunciamento de posse no Itamaraty em 1º de fevereiro de 1961. Lembrou que o primeiro valor marcante da formação brasileira “é o sentimento inato da independência nacional”, que se desdobra na soberania do Estado.

Além disso, o Brasil manteria sua postura historicamente democrática e pacifista, disposto a resolver e contribuir para a resolução das dissidências internacionais. No caso, o Itamaraty teria grande autonomia diplomática para neutralizar a influência das forças exógenas, assumindo uma postura anticolonialista e de valorização da livre determinação dos povos.

Do ponto de vista prático, o governo brasileiro ensaiou uma reaproximação com a URSS e a aceitação da China continental. Além disso, era evidente a simpatia do mandatário brasileiro pelo regime de Fidel em um momento de oposição entre Washington e Havana no sistema interamericano. Outro objetivo da Política Externa Independente (PEI) era fortalecer a posição econômica do país no mundo. Dizia Quadros que: “O Brasil deve comprar onde os seus interesses recomendarem e vender a quem queira”.⁴³⁹

Nesse contexto, a visita da missão comercial do Brasil à Venezuela, ocorrida entre março e abril de 1960, não lograra concluir grandes negócios, mas manteve a porta aberta para futuras oportunidades de negociação. O principal objetivo era intensificar as vendas de produtos do Brasil no mercado venezuelano, a fim de equilibrar a balança de pagamentos, com déficit anual em torno de 120 milhões de dólares favorável aos venezuelanos.

⁴³⁸“7ª Reunião gera crise em Caracas”, *Jornal do Comércio*, 30-8-60; “Crise no governo da Venezuela com o afastamento do chanceler Arcaya”. *O Globo*, 30-8-60; “Retorna Arcaya, crise no governo venezuelano”. *Última Hora*, 2-9-60. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173.

⁴³⁹ Marchán a Dao, informe, n 1250, Rio de Janeiro, 14-10-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173.

As exportações brasileiras para a Venezuela haviam decaído de 2,13 milhões para 1,2 milhões de dólares, enquanto as importações brasileiras passaram de 137,8 para 110,5 milhões, com uma redução do déficit de 135 para aproximadamente 109 milhões. Alguns produtos farmacêuticos se encontravam entre os poucos exportados com certa regularidade para a Venezuela e, a partir de agosto de 1960, a exportação de produtos acabados, como eletrônicos para fins domésticos, pneumáticos e outros, começou a crescer.⁴⁴⁰

Desde os idos do Barão do Rio Branco o Brasil vinha procurando varrer “dos horizontes sul-americanos as pesadas nuvens que neles se acumulavam” e com Quadros parecia ser uma ótima oportunidade para a Casa Amarela desenvolver uma ação eficiente em favor de seus interesses, diria o conselheiro da embaixada no Rio de Janeiro, Julio Yanes Marchán.⁴⁴¹

Realmente, esperava-se uma maior identificação da Venezuela com o Brasil de Quadros. A nomeação de Mello Franco reforçou tal percepção, por algumas razões: suas posições liberais e humanistas, seu talento como estadista e, principalmente, por sua proximidade pessoal com o embaixador venezuelano no Rio de Janeiro, Mario Díaz Sánchez, que ponderava “*es seguro que bajo su dirección la política de Itamaraty cambiará radicalmente*”.⁴⁴²

Havia, contudo, um embate entre Quadros, tentando imprimir sua marca pessoal à política exterior, e o próprio Itamaraty, cioso de seu papel preponderante na definição das grandes linhas de inserção internacional do país. Salcedo-Bastardo compreendia “*y hasta simpatizo con la posición del presidente, pues se enfrenta valientemente a una 'rosca' (Itamaraty) que pretende erigir-se en un poder dentro del poder*”.⁴⁴³

Ainda incomodava à Casa Amarela o assunto dominicano. O fato era que o Brasil relutava em assumir uma posição afirmativa contra o regime ditatorial de Rafael Trujillo, como esperava Caracas, não aceitando nem mesmo aprovar a imposição de sanções econômicas no âmbito da OEA.

⁴⁴⁰ “Brasil deixou porta aberta para voltar a tratar com a Venezuela”. O Jornal, 21-9-1960; “O intercâmbio comercial Brasil-Venezuela”, 6-10-1960; “Importações brasileiras da Venezuela de 1949 a 1958, Diário do Comércio, 1-10-1960; “Modificações na lei do Imposto da Renda na Venezuela”. Gazeta Mercantil, 27-9-1960.

⁴⁴¹ Informe, s/n, estritamente confidencial, 27-12-1960. “O Brasil e os hispanoamericanos”. Estado de SP, 5-12-1960. ACMRE, DI, Brasil, 1961, Exp. 32, caja 5, tramo 5.

⁴⁴² Mario Diaz a falcon Briceño, personal confidencial, 8-2-61; “Nueva política exterior del gobierno brasileño”. El Universal, 8-2-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

⁴⁴³ Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe confidencial, 6-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Para a Casa Amarela, a PEI fora desenhada para garantir a independência em relação aos EUA, preservando a posição tradicionalista do Itamaraty de conceber as relações internacionais pela ótica realista do “*Brasil primero*” e os outros (incluindo a vizinhança) depois.

Dessa forma, um dilema emergiu no seio da Casa Amarela em relação à política externa brasileira. Admitir a tradicional e conservadora política do Barão, que se perpetuara na gestão de seus sucessores, mas que fora “*manifiestamente desfavorável para Venezuela*”, ou confiar nas tendências de inovação da política externa independente, que por seu caráter randômico, com investidas no mundo socialista e respaldando uma política de terceira força, era perturbadora.

Nenhuma das duas opções era a mais adequada, entretanto, uma conduta nas relações com o Brasil precisava ser definida.

Em um informe estritamente confidencial Salcedo-Bastardo detalhou acidamente a posição mundial do Brasil: “*la tradicional política internacional del Brasil podría sintetizarse en la palabra: egocentrismo*”. Pela grandeza territorial e isolamento histórico considera-se “*centro del universo*”, olhando para o mundo naquilo que lhe pode servir.

Na visão do embaixador venezuelano, não havia traços de benevolência e desinteresse algum na política externa brasileira, que nunca havia estado a serviço da humanidade. Descrevia em suas críticas que “*en la historia brasilera, por ejemplo, no hay nada que recuerde a la sublime disposición al sacrificio de Bolívar, nada que se asemeje a la vocación continental de Venezuela*”.⁴⁴⁴

Certamente, o Brasil alcançou, na década de 1960, uma grandeza desproporcional na América do Sul, com mais de 70 milhões de habitantes, o que credenciaria o país a exercer uma política de potência regional. Não obstante, o gigante sul-americano ainda era incapaz de construir confiança em sua vizinhança: “*el Brasil por lo demás es un país original el mismo y con apetencia de originalidades, con reacciones emotivas muy especiales y que en un momento produce los fenómenos más curiosos*”.⁴⁴⁵

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ “O hemisfério perante o problema cubano”. Estado de SP, 17-11-61; “*Quadros invita a Tito a Brasil e ignora al emisario de Kennedy*”. El nacional, 4-3-61; “*Esta Quadros poniendo en vereda a la recalcitrante burocracia*”. El nacional, 4-3-61; “*Quadros há debido invitar a Betancourt y no a Tito*”. La esfera, 7-3-61; ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 32, caja 5, tramo 5.

Logo, para o embaixador venezuelano – figura que deveria, dentre outras coisas, desempenhar o papel de elo entre as duas nações e instrumento de integração bilateral – o Brasil teria uma visão particularista de mundo, incompatível com os anseios venezuelanos. Por exemplo, a OPA teria sido uma versão continental do “faraonismo” de Kubitscheck ou uma tentativa frustrada de captura da liderança latino-americana para o Brasil, marcada pela indiferença com os destinos da vizinhança.⁴⁴⁶

Para Salcedo-Bastardo, o Brasil via na Venezuela um antro de gente turbulenta, apressada e confusa, sem grandes atitudes cordiais e de convergência. “*Brasil nos mira desde su olimpo de gran país, de inmenso y fabuloso país*”, alfinetou o embaixador venezuelano ao descrever o vizinho do sul.

Paradoxalmente, Brasil e Venezuela dividiam o mesmo “barco” que mantinha os dois países em um curso similar nas relações internacionais.

Os interesses mútuos não estavam amarrados apenas pela questão econômica da compra do petróleo e da venda dos bens de que necessitavam. Ligavam-se, da mesma forma, à perspectiva de aproveitar o intercâmbio cultural, a posição estratégica da Venezuela na fronteira norte da América do Sul, bem como a vasta experiência do Brasil em diversos campos nos quais estava mais adiantado que a Venezuela.

Entretanto, a desinteligência de Salcedo-Bastardo atingiu níveis críticos ao propor uma estratégia deliberada de influência no vizinho do sul:

*Venezuela debía señalarse como meta penetrar en Brasil, penetrar en el coloso. Este es un coloso penetrable. Con nuestros valores culturales, con intereses comerciales, con una inteligente directriz de política exterior (...) se puede sembrar a Venezuela en Brasil, se puede sembrar a Bolívar en este extraordinario país.*⁴⁴⁷

Em 8 de agosto de 1961 Salcedo-Bastardo se entrevistou com o presidente Quadros, que o recebeu com “*mucha cordialidad y simpatia*”. Salcedo-Bastardo recebera instruções de

⁴⁴⁶ Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe confidencial, s/n, Rio de Janeiro, 6-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

⁴⁴⁷ Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe estrictamente confidencial, n 546, Rio de Janeiro, 16-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

convidar Quadros a visitar a Venezuela e assim o fez. Com o espírito armado, avaliou que o desenlace do encontro teria sido um pouco “insosso”.

O presidente brasileiro, por sua vez, valorizou o papel de uma Venezuela estável e democrática para o equilíbrio daquele “barril de pólvora” que era o Caribe. Ademais, os interesses mútuos de ampliar os laços comerciais se coadunavam com novas linhas marítimas que se estabeleceram naquele ano entre os dois países.⁴⁴⁸

Contudo, um balanço das relações comerciais entre os dois países traduzia a incipiência e a rigidez dos termos de troca, bem como descortinava o desfavorecimento do Brasil com déficits seguidos nas suas transações com a Venezuela.

Tabela 1 – Comércio Brasil-Venezuela (1953-1962)					
Período	Exportação	Importação		Déficit brasileiro	
		cif	fob	CIF	fob
1953	511	93.593	80.564	- 93.082	- 80.053
1954	386	80.164	65.882	- 79.778	- 65.496
1955	406	92.164	75.565	- 92.497	- 75.159
1956	576	118.276	92.897	- 117.700	- 92.321
1957	762	119.787	92.257	- 119.025	- 91.495
1958	2.135	137.808	108.769	- 135.673	- 106.634
1959	1.205	110.503	85.550	- 109.298	- 84.345
1960	1.265	114.498	87.507	- 113.233	- 86.242
1961	1.632	99.499	78.717	- 97.867	- 77.085
1962	350	107.711	88.112	- 107.361	- 87.762

Fonte: Elaboração própria. Adaptação dos documentos compilados em AHI e ACMRE.

⁴⁴⁸Salcedo-Bastardo a Falcón Briceño, informe confidencial, n 651, Rio de Janeiro, 9-8-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

O padrão do intercâmbio bilateral mostrou-se sempre desfavorável ao Brasil, com persistentes saldos negativos e superiores a 50 milhões de dólares. A pauta monocromática restringia-se ao petróleo venezuelano e mesmo com a queda nas compras de óleo venezuelano pelo Brasil, a partir de 1954, o panorama do comércio bilateral não sofreria grandes alterações. O melhor momento para o comércio bilateral foi em 1958 e o melhor período entre 1958 e 1961. A partir daí houve uma queda significativa nas trocas bilaterais. De toda forma, a regularidade foi uma situação de déficit brasileiro, diretamente proporcional ao aumento da corrente de comércio (importação + exportação).

Jânio Quadros, que havia aceitado visitar Caracas, no fim de novembro ou começo de dezembro, inesperadamente, em 12 de setembro de 1961, decidiu renunciar deixando o Brasil, na visão de Caracas, à beira da anarquia. Somente com a posse de João Goulart e a implementação do modelo parlamentarista a crise brasileira foi apaziguada.

O destino conduziu Goulart à presidência na data da independência do Brasil e, por conta da excepcionalidade da situação, decidiu não fazer modificações na orientação externa do país. “A política externa exprime, de modo muito sensível, os sentimentos, as forças e os valores que orientam e definem a política interna”, como o anseio de conciliação entre liberdades individuais e justiça social, afirmou Goulart.⁴⁴⁹

Santiago Dantas assumiu o comando das relações exteriores com a tarefa de assegurar a continuidade da política externa independente como um meio de eliminar os desníveis socioeconômicos entre os povos. Acreditava que o segredo do sucesso da PEI era a abertura à participação da sociedade: “O atual governo leva sua política exterior ao povo e a elabora com o povo” diria Dantas.⁴⁵⁰

Santiago Dantas concebia a política exterior como meio de afirmação do destino brasileiro ao identificar o interesse nacional e por ele lutar. Além disso, sustentava que: “o essencial é que o povo brasileiro continue a lutar pela efetivação dos seus interesses e pela liberdade de situar-se no quadro universal, em que vive, de acordo com o imperativo exclusivo do interesse nacional”.⁴⁵¹

⁴⁴⁹ FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 57.

⁴⁵⁰ “Reafirma o chanceler que a política externa do país é independente”. Estado de SP, 25-10-61;

⁴⁵¹ LESSA, Renato & BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina (orgs). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre política externa*. Brasília: FUNAG, 2009. p. 254-256. O seu antecessor, Ilmar Pena Marinho, definiu Santiago Dantas: Homem de uma personalidade “poliédrica”, de pensador, político, jurista, e diplomata.

Assim, haveria a continuidade de uma política afirmativa e de presença independente, temperando os contatos tradicionais na Europa e nos EUA com uma política africanista e asiática, a fim de fazer do Brasil um protagonista ativo e construtivo em defesa da paz e segurança no mundo. Para tanto, empenhou-se em realizar reformas internas para criar uma estrutura mais flexível e mais condizente com as injunções da vida internacional da época.

As repercussões foram imediatas e informadas do Rio de Janeiro pelo embaixador Salcedo-Bastardo. A instabilidade política parecia perdurar por algum tempo, devido à indefinição no quadro político, e mitigou a pretendida “*superioridad*” do Brasil, que teria caído ao nível das “republicuetas hispano-americanas”, imagem essa projetada na mídia nacional.⁴⁵²

Ademais, detectou-se prematuramente, em outubro de 1961, o precário respaldo militar que tinha o presidente Jango, principalmente pela ideia viva de sua ligação com o comunismo. Comentava-se, inclusive, sobre a possibilidade de um golpe, já em 12 de outubro de 1961, devido à grande quantidade de atividade conspirativa e subversiva no seio do governo e das Forças Armadas.

Sem embargo, os anos de 1961 e 1962 foram decisivos em colocar a questão cubana no foco da política interamericana e bloquear os entendimentos bilaterais entre brasileiros e venezuelanos. De fato, os reflexos da Revolução Cubana, a tentativa frustrada de invasão norte-americana e a crise dos mísseis de outubro de 1962 atraíram a atenção de brasileiros e venezuelanos para a estabilização regional, mas cada país defendendo posições diferentes.

A Venezuela era contrária à intervenção unilateral de qualquer país em Cuba, mas clamava pela solução do problema na OEA. Coube, então, ao embaixador José Antonio Mayobre entregar uma carta ao Secretário-Geral da OEA, de censura à atuação cubana, e dizendo que o regime de Castro estava perturbando a tranquilidade política do hemisfério e ameaçando a estabilidade democrática.⁴⁵³

Ventos turbulentos continuaram soprando sobre Caracas, disseminando o medo de que os Andes se tornassem a nova *Sierra Maestra* latino-americana e empurrando a

⁴⁵² Por exemplo, Salcedo-Bastardo citou artigo no Estado de São Paulo para apimentar sua visão crítica do vizinho do sul: “O Brasil, como diria Clemenceau, sofre de uma embolia; e se o coágulo no for extirpado, teremos um novo infarto. Salcedo-Bastardo para Falcón Briceño, ofício confidencial, n 736, Rio de Janeiro, 11-11-61. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

⁴⁵³ “*Ratifica Venezuela em la OEA su repudio al regimen cubano*”. Diario las Americas, 27-10-61. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Venezuela a rechaçar todo tipo de intervenção, intra ou extracontinental, na vida interna dos Estados. Assim, em 11 de novembro de 1961, Caracas rompeu com Havana, devido à negativa do governo Castro de interromper os fuzilamentos desencadeados após a tentativa de invasão, apoiada por Washington, e após acusações de que o governo venezuelano atuaria sob o mando de potências estrangeiras.

No Brasil, o ano de 1962 começou sob uma “efervescência golpista”, no entender da representação venezuelana no Rio. A síntese da situação político-militar no Brasil era de que havia agitação no escalão médio das Forças Armadas, com sargentos realizando congressos em diferentes guarnições do país; rompimento entre os legalistas e o Ministro da Guerra; admissão no governo da existência de uma conspiração para derrubar o governo; e preparação silenciosa de um golpe.⁴⁵⁴

Em um informe político, Luiz Ignacio Sanches Tirado, ministro conselheiro da embaixada da Venezuela no Rio de Janeiro, atualizou Salcedo-Bastardo sobre a política externa brasileira. Segundo o diplomata venezuelano, a PEI causou mal-estar nas relações bilaterais entre Venezuela e Brasil, porque na Conferência de *Punta del Este*, de 1962, o Brasil votara contra qualquer sanção a Cuba. O voto brasileiro tinha a intenção de evitar a penetração ideológica, que ameaçaria o sistema democrático-representativo da região, mas sem ferir a autodeterminação de Cuba.⁴⁵⁵

Pouco antes da crise dos mísseis de Cuba, o novo chanceler Hermes Lima reforçou a posição brasileira contrária a qualquer tipo de intervenção militar ou econômica em Cuba, por ser a autodeterminação um princípio essencial para a regulação da vida internacional. De fato, os armamentos instalados em Cuba aumentaram a tensão na região do Caribe, criando um problema para a segurança regional do hemisfério.

Neste caso, a percepção da Casa Amarela era de que o Brasil poderia ter um papel importante para abrir os caminhos do diálogo na crise cubana, o que incomodava Caracas. De toda feita, a elevação de importância do Brasil e o consenso em torno desse papel universalista deveriam ser levados em conta nos cálculos estratégicos da Casa Amarela.

⁴⁵⁴ Briceño Linhares a Falcón Briceño, informe secreto, n 171, Defesa a Exteriores, Caracas, 15-2-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

⁴⁵⁵ Salcedo-Bastardo a Mariano Medina Febres, informe, n 498, Rio de Janeiro, 30-5-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

Conforme Tirado, deveria se “*considerar cuidadosamente esta ambición brasileña para el futuro de la convivencia americana*”.⁴⁵⁶

A Venezuela reagiu com a reafirmação da posição principista e doutrinária que, na Reunião de Chanceleres de *Punta del Leste*, concluída em 31 de janeiro de 1963, levou a delegação venezuelana a votar favoravelmente pela expulsão de Cuba da OEA. Não obstante, o isolamento cubano no sistema interamericano fez recrudescer a repulsa do governo Betancourt aos governos ditatoriais e à penetração comunista, mas não poupou o país de uma nova onda de violência.

O saldo de mortos e feridos crescia à medida que eclodiam nas cidades intentonas golpistas ou se instalavam focos guerrilheiros, como o da montanha Turimiquire, a mais alta da Cordilheira da Costa Oriental. Por trás desses eventos atuavam o MIR e o PCV, que utilizavam tanto as tribunas do Congresso quanto as montanhas para alcançar o poder.

De toda forma, a imagem do país como um “velho oeste” sem lei já não cabia na realidade imaginada pelo governo e pela maioria da população. Para tanto, o governo Betancourt colocou na ilegalidade os partidos revolucionários e chamou o povo a se opor à violência gratuita dos “atos terroristas” e à intervenção estrangeira nos assuntos internos da Venezuela.⁴⁵⁷

Nos casos cubano e dominicano, que acabaram por enlaçar o Brasil à Venezuela, a doutrina Betancourt foi aplicada com o objetivo mais amplo e geral de preservar a estabilidade democrática venezuelana e regional, demonstrando a abrangência do princípio como suporte de uma estratégia de inserção internacional.

Não obstante, continuou funcionando nos casos em que a chegada ao poder foi resultado de um golpe de Estado, como ocorreria em diversas ocasiões: em 1962, com a Argentina (março) e o Peru (junho); em 1963, com Guatemala (março), Haiti (maio), Equador (junho) e Honduras (outubro); e em 1964, com o Brasil.

⁴⁵⁶ Salcedo-Bastardo a Dao, informe político, n 1009, Rio de Janeiro, 14-11-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

⁴⁵⁷ É importante definir o uso do termo “terrorismo” e “atos terroristas” de acordo com o pensamento da época, ou seja, como ações de movimentos sociais e grupos revolucionários que tinham o objetivo de subjugar governos de força, ditaduras militares ou mesmo governos aliados a grandes potências estrangeiras. O mundo da Guerra Fria alimentou a lógica da insegurança, que produziu uma imagem distorcida acerca desses movimentos ou de grupos contestadores, por conta das inclinações esquerdistas e de ideologias variadas, como marxismo, leninismo ou maoísmo, e que foram muito comuns na América Latina entre os anos 1950 e 1980. Entretanto, vale ressaltar que foi um fenômeno dinamizado também por sentimentos nacionalistas que escapavam ao quadro da segurança nacional e da paranoia comunista.

Em síntese, pode-se afirmar que o advento da Doutrina Betancourt interveio nas relações bilaterais brasileiro-venezuelanas entre 1960 e 1964, empurrando Rio de Janeiro e Caracas pelo caminho da “ruptura”.

Considerações parciais

A atuação conjugada e simultânea de algumas forças provocou a erosão gradual e, algumas vezes, imperceptível das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, desembocando no momento de clímax da suspensão das relações diplomáticas.

Em primeiro lugar, a pouca profundidade das relações brasileiro-venezuelanas entre 1940 e 1962 definiu um perfil de interação, coordenação e cooperação aquém das possibilidades vigentes. O petróleo, a diversificação econômica e comercial, os contatos fronteiriços, as preocupações comuns com a segurança regional e a diversidade cultural possibilitavam uma maior aproximação que não ocorreu.

O embaixador venezuelano Rafael Gallegos Medina foi sensível ao fato de que nem tudo nas relações internacionais e, mais especificamente, nas relações bilaterais são motivações ou finalidade materiais. Há um espaço considerável no palco das representações e no plano das decisões para forças imateriais. Assim, o não aprofundamento das relações bilaterais serviu como uma espécie de cordão de isolamento contra a contaminação de problemas de uma nação à outra.

Em segundo lugar, Brasil e Venezuela tiveram que dedicar grande parte de sua energia política para resolver questões internas e sobreviver às flutuações conjunturais, políticas, econômicas e sociais entre os anos 1940 e 1960.

A Venezuela enfrentou uma revolução, em 1945, que instaurou a democracia no país, mas por um curto período. Em 1948 o país entrou em uma espiral de crise que levou à ascensão de Marcos Pérez Jiménez e a uma década de eclipse ditatorial. A democracia foi restabelecida em 1959, mas sob o manto da exacerbação ideológica da doutrina Betancourt, que restringiu o escopo de suas relações internacionais.

O Brasil viveu entre a ditadura Vargas, o governo Dutra e a volta de Vargas, uma conjuntura política oscilante. O período entre 1941 e 1954 marcou a preferência do país pelo alinhamento, na Guerra Fria, ao Ocidente e aos EUA. A recuperação de parte da autonomia internacional e de outra perspectiva americanista veio com a Operação Pan-Americana e a

gestão de Juscelino Kubitschek. Já nos anos 1960 o Brasil assumiu uma postura mais universalista com a Política Externa Independente nos governos Jânio e Jango.

As inconstâncias e incertezas geradas pela flutuação conjuntural, em ambos os lados, fez crescer o medo de que o parceiro não fosse confiável para se levar adiante empreitadas bilaterais. Além disso, dificultou iniciar e dar continuidade a projetos conjuntos, como missões comerciais e fronteiriças. Suscitou também dúvidas quanto às verdadeiras intenções geopolíticas de cada um deles nos espaços que compartilhavam, como a Amazônia.

Em terceiro lugar, emergiu um fator inconciliável entre as políticas externa de Brasil e Venezuela: o antagonismo entre a doutrina Betancourt na Venezuela e a PEI no Brasil. O governo brasileiro estava disposto a não enxergar impedimentos em manter relações políticas e econômicas com nações de diferentes partes do mundo, independentemente de seus regimes políticos.

Enquanto isso, o governo venezuelano selecionou exageradamente os tipos de contatos internacionais que manteria, preocupando-se com a penetração ideológica do comunismo e com a interferência cubana e dominicana nos assuntos internos de Caracas. O outro flanco sempre resguardado era o do mercado internacional de petróleo, termômetro do desenvolvimento nacional venezuelano.

Na visão brasileira, as oportunidades e possibilidades de uma parceria foram sendo submetidas a escolhas estratégicas, como a aproximação com grandes poderes internacionais, como os EUA ou ainda, no momento da política externa independente, de outras opções mais atrativas. Logo, a zona de indefinição entre Caracas e Brasília apareceu justamente na intersecção entre as concepções de aproximação e afastamento.

Em quarto lugar, os sentimentos nacionais produziram uma tensão essencial entre os anseios de vizinhança e de relutância, projetando imagens e visões do outro e moldando as identidades internacionais.

Da ideia de vizinhança, derivou-se um fluxo de aproximação bilateral e multilateral, respaldado pelo compartilhamento de valores e interesses comuns e do pertencimento sul-americano, amazônico e fronteiriço. Dos anseios de relutância, disseminaram-se o receio da hegemonia, do imperialismo, da dominação econômica e política da fronteira norte, assim como a incompreensão brasileira acerca das vicissitudes políticas e econômicas da sociedade venezuelana.

A doutrina Betancourt se tornaria a causa imediata da suspensão de relações diplomáticas. Não obstante, a sua participação com outros fatores, como relações de baixa profundidade, flutuações conjunturais e sentimentos nacionais contrastantes determinaram o curso das relações bilaterais Brasil-Venezuela entre 1940 e 1962.

Em suma, a origem da “ruptura” na história das relações Brasil e Venezuela é anterior a 1964, ano em que se decidiu pela aplicação da doutrina Betancourt ao Brasil. Além disso, não se pode confinar a decisão à variável ideológica, uma vez que foi uma decisão ancorada em um processo histórico ambivalente, de erosão e sedimentação dos contatos bilaterais entre brasileiros e venezuelanos, que alterou o perfil, a profundidade, o volume e a velocidade de suas relações bilaterais entre 1940 e 1962.

Capítulo 3

Suspensão e Reatamento (1963-1968)

“Todas las incógnitas continúan abiertas. Todas las esperanzas se mantienen” (Salcedo-Bastardo)

“Uma política externa – para ser verdadeiramente independente – tem de ser independente das pressões da imaturidade e do radicalismo”
(Araújo Castro)

Tempos revoltos envolveram os governos de Brasil e Venezuela a partir de 1963, quando as diferenças entre eles tornaram-se essenciais e culminaram na suspensão das relações entre os dois países. Forças conjunturais e circunstanciais se juntaram aos sedimentos históricos acumulados com a erosão perceptível e imperceptível de suas relações bilaterais.

Por um lado, um novo governo na Venezuela levou a um recrudescimento do idealismo doutrinário, fazendo com que a orientação externa do país estivesse à mercê de forças profundas ideológicas. O sistema de finalidades políticas, com decisores e executores, foi contaminado, assim como a mentalidade coletiva da nação bolivariana, abrindo espaço para a manifestação exacerbada do sentimento de relutância.

Por outro, a revolução armada feita pelos militares brasileiros colocou um governo de força no poder, contrariando as expectativas de Caracas de ter o Brasil como escudeiro fiel na luta pela democracia. A modificação de regime político no vizinho do sul foi decisiva para constituir um quadro de referência distinto do da elite dirigente na Venezuela ou com o qual pretendia lidar na América do Sul.

O objetivo deste capítulo é interpretar o contexto histórico de deterioração das relações entre Caracas e Brasília, detalhando o processo de suspensão das relações diplomáticas entre os governos brasileiro e venezuelano. Ademais, buscou-se apreciar

algumas de suas consequências para a política internacional sul-americana, bem como para as estratégias de inserção internacional de cada um dos dois países. Enfim, verificaram-se as janelas de oportunidades desperdiçadas e as aproveitadas para a normalização das relações bilaterais, bem como as consequências imediatas do reatamento.

Para tanto, o capítulo está dividido em três partes principais. Na primeira parte, apresenta-se o prelúdio da suspensão das relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela a partir do estudo do caso “Anzoátegui”, contencioso diplomático que testou a disposição de concertação mútua, pressionou os dois governos até o desentendimento e preparou o terreno para medidas extremadas.

Na segunda parte, analisa-se com mais detalhes o processo histórico de tomada de decisão concernente à suspensão das relações diplomáticas. Analisa-se a movimentação do Itamaraty e da Casa Amarela sobre a questão, os impactos nas duas sociedades e as reações nos parlamentos e na opinião pública.

Na terceira parte, discutem-se as consequências da normalização e o contexto turbulento em que mergulharam as relações brasileiro-venezuelanas logo após o reatamento. São analisadas as forças de persistência, como a crise na ALALC, a triangulação na fronteira norte e a questão cubana, que mantiveram as relações Brasil-Venezuela em compasso de espera para um novo horizonte bilateral.

3.1. O caso “Anzoátegui”: ressentimento e ruptura

“O caso do Anzoátegui, com toda a publicidade dele decorrente, apresenta-se como um grave problema político para o governo venezuelano, que busca não levar a pior no incidente.” (Antonio Correa do Lago)

Uma breve recapitulação concernente às políticas exteriores de Venezuela e Brasil ajuda a compreender de que maneira a crise do “Anzoátegui” foi enquadrada pelas chancelarias e qual a dimensão que adquiriu para as relações bilaterais.

Diante da crescente atividade subversiva e do perigo de um golpe de Estado na Venezuela, Rómulo Betancourt procurou adotar uma linha de política internacional de consolidação de sua posição doméstica. Por isso, a estreita cooperação com os EUA, a crítica exacerbada a Cuba, a tese de que direitos humanos e democracia deveriam ser pré-requisitos

para a participação no sistema interamericano, a atitude de frieza para com as ditaduras no Haiti, Nicarágua e Paraguai, assim como a suspensão de relações com Peru e Argentina.⁴⁵⁸

O principal objetivo do Itamaraty no começo da década de 1960 era “alongar o raio de ação da diplomacia brasileira” e, conseqüentemente, do Brasil em suas relações internacionais, fazendo com que a política externa construísse um projeto de longo prazo para a nação. Como afirmou o chanceler Evandro Lins e Silva em 11 de julho de 1963: “A política externa (...) só proporciona resultados se a chancelaria é capaz de preservar, neste longo prazo, a coerência e a consistência das suas linhas fundamentais”.⁴⁵⁹

Além disso, o embaixador João Augusto de Araújo Castro, na cerimônia de posse como Secretário-Geral de Política Exterior, em 12 de julho de 1963, enfatizou a ideia das “pontes naturais para todos os povos e continentes” que possuía o Brasil, bem como o renovado gosto e inclinação para utilizá-las para a consecução dos objetivos nacionais.

Depois, na função de Ministro das Relações Exteriores, Araújo Castro destacaria o pensamento sistêmico brasileiro de “não pertence a blocos”, mas de integrar naturalmente o sistema interamericano, “que para nós significa um instrumento de trabalho em prol da paz e do entendimento entre as nações”.⁴⁶⁰

No contexto regional, pairava como uma bruma a queixa venezuelana contra Cuba na OEA. O Brasil apresentou sua posição favorável à “convocação do órgão de consulta e à constituição de uma comissão de investigação” para que fosse efetivada uma averiguação abrangente em ambos os lados. Não obstante, frustrava Caracas o fato de o Brasil não assumir uma posição mais contundente contra a penetração castro-comunista na América do Sul.⁴⁶¹

A Política Externa Independente (PEI) passou por uma atualização em alguns de seus aspectos definidores nesse ano de 1963, o que teria reflexos na maneira como a chancelaria brasileira iria enquadrar o contencioso diplomático surgido com a Venezuela em torno do “Caso Anzoátegui”.

⁴⁵⁸ Correa do Lago a Hermes Lima, telegrama secreto-urgente, n 84, Caracas, 7-3-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos. Brasil-Venezuela.

⁴⁵⁹ FRANCO, Alvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 140-141.

⁴⁶⁰ Idem. p. 145; 179

⁴⁶¹ Idem. p. 239

Do lado venezuelano, a doutrina Betancourt se afirmou como bússola para as gestões sobre política internacional, articuladas entre o Palácio de Miraflores e a Casa Amarela e sob a tutela dos partidos políticos mais importantes como AD e URD.

O que foi, então, o caso “Anzoátegui”? Como ele repercutiu nas relações bilaterais entre Brasil e Venezuela? Quais as consequências diretas e indiretas, mediatas e imediatas, mais importantes para o futuro das relações Brasil-Venezuela?

Por volta das seis da tarde, do dia 12 de fevereiro de 1963, oito homens armados com metralhadoras, pistolas e revólveres, tomaram à força o controle do navio da marinha mercante de bandeira venezuelana “Anzoátegui”, que partira algumas horas antes do porto de La Guaira.

Liderados por Wismar Medina Rojas, um grupo de amotinados, que haviam conseguido subir a bordo do navio-motor com os armamentos, sem levantar suspeitas, identificaram-se como membros das “Forças Armadas de Libertação Nacional” (FALN). A ação visava chamar a atenção do mundo para a sua causa revolucionária e a embarcação sequestrada teria como destino Cuba.

O episódio ocorreu em uma semana conturbada, por conta de uma série de ações terroristas, com explosões de bombas, incêndios, tiroteios, assassinatos de agentes de polícia, que visavam afetar o ano eleitoral e a consolidação democrática no país. Portanto, o momento parecia propício para agir: “*the FALN came to realize that a significant revolutionary juncture in Venezuela would be the 1963 electoral campaign*”.⁴⁶²

Realmente, o governo de Rómulo Betancourt teve que lidar com a insurgência castro-comunista que contaminou movimentos sectários nacionais. A internacionalização do comunismo de base sino-soviética, bem como as ações revolucionárias empreendidas por Fidel Castro, como a tomada do Quartel de Moncada e a ascensão ao governo de Cuba, levaram líderes políticos do PCV, do MIR, da URD, bem como militares insatisfeitos, à luta armada.⁴⁶³

Em consequência, foram fundadas as *Fuerzas Armadas de Liberación Nacional* e a *Frente de Liberación Nacional* como grupos revolucionários na Venezuela. A FLN seria o braço político e a FALN o braço armado do movimento, agindo contra a ilusão eleitoral e

⁴⁶²TARVER, H. Micheal & FREDERICK, Julia. *The history of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 101-121.

⁴⁶³ Idem. p. 110.

pela desestabilização da ordem interna. As ações da FALN respondiam à inabilitação política do PCV e do MIR e visavam estabelecer uma democracia popular na Venezuela, nacionalizar os meios de produção, restabelecer relações diplomáticas com Cuba e formar um eixo Caracas-Havana.⁴⁶⁴

Mas porque deveriam ser esses acontecimentos do interesse brasileiro? Em primeiro lugar, explicou Correa do Lago,

estou convencido de que seria fonte de problema para o Brasil o estabelecimento na Venezuela de uma ditadura de esquerda ou de direita e de que, portanto, estaremos servindo ao nosso melhor interesse dando, no que estiver ao nosso alcance, apoio à consolidação do governo constitucional deste país.⁴⁶⁵

Curiosamente, um estranho conluio parecia se estabelecer entre a extrema direita e a extrema esquerda, ambas dispostas a derrubar o governo Betancourt e impedir as eleições, para depois tentar lançar a sorte pelo controle da nação. Assim é que a FALN, de inspiração fidelista, estava sendo financiada por grupos da extrema direita pérezjimenista. Logo, ao Brasil interessava a estabilidade política do vizinho.⁴⁶⁶

Em segundo lugar, a embarcação que rumava para Cuba foi detectada, na manhã de sábado do dia 16 de fevereiro, ao longo da costa da Guiana Francesa, próximo ao Brasil. Assim, o Ministro das Relações Exteriores da Venezuela rapidamente solicitou a Correa do Lago que o Brasil não desse porto à embarcação. Logo, por aproximar-se da costa brasileira e diante da solicitação venezuelana, o Anzoátegui passou a ser uma preocupação de fato para as autoridades nacionais.⁴⁶⁷

No navio-motor, os membros da FALN controlaram a tripulação depois de enfrentarem um ensaio de motim, que não se transformou em derramamento de sangue pela

⁴⁶⁴ Simas Magalhães a Araújo Castro, telegrama confidencial, n 286, Caracas, 29-8-1963.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁴⁶⁵ Idem. Vale notar que, ironicamente, o embaixador brasileiro deixou transparecer o receio brasileiro com uma possível virada ditatorial na Venezuela, quando seria no Brasil que se concretizaria tal acontecimento em 1964.

⁴⁶⁶ Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama secreto-urgente, n 19, Caracas, 17-2-1963.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁴⁶⁷ Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama confidencial-urgente, n 18, Caracas, 16-2-1963.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

decisão do capitão de ceder e instruir seus subordinados a acatar as exigências dos ditos revolucionários. Então, aparentemente, a embarcação estacionou cerca de 9 milhas das águas territoriais brasileiras e a 40 milhas da Ilha de Marajó.

Naquele instante, o Anzoátegui foi cercado por um navio norte-americano, que o circundou por algum tempo, mas sem empreender nenhuma ação de fato. Supostamente, os norte-americanos esperavam uma solicitação do governo venezuelano para aprisionar a embarcação

Caracas, por sua vez, pretendia fazer gestões diplomáticas junto ao governo brasileiro para que não fosse concedido porto ao navio-motor. Aníbal Dao, encarregado do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela, argumentou sobre as características especiais do ato e do perigo de a impunidade estimular outras ações semelhantes pela América Latina. Solicitou também o toque técnico em Belém dos destróieres da marinha venezuelana “Nova Esparta” e “Almirante Clemente”.⁴⁶⁸

O cálculo de Caracas incluía ganhar tempo para permitir aos destróieres chegar ao local e assumir o controle da situação. Não obstante, o governo brasileiro relutou em atender às solicitações do governo venezuelano e, além disso, o *Nova Esparta* teve problemas mecânicos que o impediram de alcançar a tempo o local em que a embarcação se encontrava.⁴⁶⁹

O que chegou antes foi o rumor sobre a concessão de asilo por parte do governo do Brasil. Diante dessa possibilidade, o comando maior das FALN enviou uma carta ao embaixador brasileiro em Caracas, em tons bem cordiais, esperando uma posição justa do Brasil em relação aos compatriotas aprisionados. Ao mesmo tempo, a legação brasileira foi alvo de represálias. Por exemplo, uma carta ameaçadora deixada na caixa de correio da embaixada brasileira no dia 18 de fevereiro pela “*Hermanidad la Cruz Negra*”, organização revolucionária, prometia lançar ataques contra representações e representantes diplomáticos e consulares brasileiros.⁴⁷⁰

⁴⁶⁸ Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama confidencial-urgente, n 21, 17-2-1963.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁴⁶⁹ Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama secreto-urgente, n 23, 18-2-1963.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁴⁷⁰ Correa do Lago para Hermes Lima, Telegrama confidencial, n 63, 20-2-1963; Correa do Lago para Hermes Lima, Telegrama confidencial, n 77, 27-2-1963.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Sob o efeito da tensão e dos boatos, os revolucionários da FALN rumaram para a costa brasileira, onde foram capturados, sendo o “Anzoátegui” ocupado por fuzileiros brasileiros e levado ao porto de Santana no Amapá, já com o pavilhão brasileiro, para que pudesse ser restituído às autoridades venezuelanas competentes.⁴⁷¹

Coube ao agregado naval da embaixada da Venezuela no Brasil tomar posse do navio e repassar o comando aos membros da tripulação, enquanto a corveta Solimões transportava os nove sequestradores a Belém, de onde seguiriam em avião da FAB para o Rio de Janeiro, sendo encaminhados para um centro de detenção em Friburgo.⁴⁷²

A partir do momento que o navio adentrou as águas territoriais brasileiras e após o apresamento dos revolucionários, uma cadeia de implicações se estabeleceu nas relações Brasil-Venezuela.

Primeiro, as duas chancelarias perguntaram-se sobre a definição da esfera de competência para julgar o caso. O problema estava em definir se o governo de Caracas era competente para julgar os crimes de cidadãos venezuelanos, em um navio de bandeira venezuelana, mas que haviam sido cometidos em águas internacionais, já que tais crimes tinham se efetivado antes de o navio alcançar a costa brasileira. Além disso, havia a perspectiva de que a natureza e a origem do crime justificasse o uso do asilo como instituição do direito internacional público.

Em 18 de fevereiro, Hermes Lima, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, convocou o embaixador venezuelano para informar que não poderia negar “porto” ao navio, pois já se encontrava em águas brasileiras e que, neste caso, existiam precedentes que impeliam o Brasil a acolher a embarcação.

Nesse mesmo dia, o presidente venezuelano falou por telefone, em um tom cordial, com o embaixador Correa do Lago, mas evidenciando “claramente sua preocupação” de que

⁴⁷¹ A enérgica ação brasileira contra o barco venezuelano coadunava-se com um momento crítico por que passava o país em suas relações com a França, a chamada “Guerra da Lagosta”. O Brasil vinha sofrendo incursões marítimas indesejadas em sua costa, o que o tornara intolerante a ingerências dessa natureza. Como afirmou Lessa: “Os elementos do conflito aberto esavam postos. Esta era a quinta-feira, véspera de Carnaval, 21 de fevereiro de 1963, e tinha início a Guerra da Lagosta”. LESSA, Antônio Carlos. “É o Brasil um país sério? A história da mais longa anedota da política exterior do Brasil”. in MARTINS, Estevão R. M. *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003.

⁴⁷² ACMRE, país-Brasil, ano-1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11; Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, Despacho, confidencial-urgente, n 27, 21-2-63.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

a solução fosse favorável à Caracas. Dessa forma, Betancourt aguardou com expectativa a decisão brasileira de aprisionamento e entrega dos sequestradores.⁴⁷³

Em nota de 25 de fevereiro, a Casa Amarela deixou expressa a vontade do governo venezuelano de que, após a entrega do Anzoátegui, se procedesse à extradição dos sequestradores do navio-motor que, incorrendo em delito previsto pela justiça venezuelana, “consequentemente serão julgados pelos tribunais ordinários de meu país”.⁴⁷⁴

Não obstante, criou-se um impasse sobre a competência do julgamento, que se desdobrou em um agravante para a crise, pois, uma vez no Brasil, as pessoas que tomaram o controle do navio receberam automaticamente asilo do governo brasileiro, sendo detidas para investigação e determinação de possíveis crimes, conforme a legislação brasileira.

Como consequência, Aníbal Dao comunicou a Correa do Lago o “*disentimiento de mi Gobierno con respecto a la solución adoptada*” pelo Brasil em relação aos atos de pirataria, acirrando os ânimos entre Caracas e Rio de Janeiro.⁴⁷⁵

O segundo elemento da cadeia de eventos referiu-se à “postura principista” assumida por Caracas, de valorização de algumas crenças gerais como definidoras das decisões em política exterior e, em especial, de exaltação da ideia de ordem.

Conforme Hedley Bull, o conceito de ordem internacional seria “um padrão ou disposição de atividades internacionais que sustentam os objetivos elementares, primários ou universais de uma sociedade de Estados”, a partir de alguns objetivos elementares: preservação do sistema e da sociedade de Estados, manutenção da soberania e independência dos Estados, manutenção da paz, limitação do uso da violência, cumprimento de acordos e estabilidade na posse de propriedade.⁴⁷⁶

Portanto, Caracas se opunha terminantemente ao uso de métodos nocivos à ordem internacional, como a pirataria e o terrorismo, por violarem preceitos básicos de preservação do sistema interamericano e por promoverem o uso indiscriminado de violência, atentando contra o patrimônio nacional e a paz na região. Dao enfatizou em sua comunicação a Correa

⁴⁷³ Correa do Lago para Secretaria de Estado, telegrama secreto-urgente, n 23, 17-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁴⁷⁴ Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama secreto, n 38, 21-3-63. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁴⁷⁵ Aníbal Dao a Correa do Lago, ofício C-307, Caracas, 25-2-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caixa 1, tramo 11.

⁴⁷⁶ BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p. 7-29

do Lago: “*Venezuela rechaza e rechazará siempre tales métodos; afirma su fé inalterable en la democracia representativa y en la verdadera voluntad de los pueblos*”.⁴⁷⁷

Além disso, para a Casa Amarela era incompatível utilizar a figura jurídica do asilo em atentados contra a ordem internacional. Logo, seria inadmissível abrigar pessoas envolvidas em atos que ameçassem diretamente preceitos fundamentais como a democracia, as instituições políticas e o liberalismo.⁴⁷⁸

O reflexo deste aspecto para as relações bilaterais é basilar, pois iluminou a incompatibilidade existente entre a doutrina Betancourt, que pregava uma posição principista de defesa absoluta da democracia na política internacional e a PEI, que defendia uma ação mais universalista de contatos com países de regimes políticos e orientações ideológicas diversas.

O terceiro desdobramento na cadeia de eventos emaranhados com o caso Anzoátegui foi concernente à gravidade do acontecimento, ou ao peso que se atribuiu ao fato. Este ficou comprovado pela insistência venezuelana, que se afigurou em quatro momentos: i) no apelo inicial do Ministro das Relações Exteriores; ii) no segundo apelo do Ministro das Relações Exteriores, às vésperas de encarregar-se da presidência da República; iii) no apelo do presidente Rómulo Betancourt ao presidente João Goulart, após ligação telefônica direta ao embaixador Correa do Lago; e iv) no apelo de Betancourt no discurso anual no Congresso venezuelano.

Ademais, as seguidas comunicações venezuelanas do encarregado do Ministério das Relações Exteriores foram diretas e incisivas em demonstrar a importância que se atribuiu à situação criada com o “Anzoátegui”: “*no vacila mi Gobierno en señalar al de vuestra Excelencia la gravedad del asunto de que se trata*”.⁴⁷⁹

Após a troca de comunicações com a Casa Amarela, o embaixador Antonio Correa do Lago diagnosticou o peso que se atribuiu ao evento na Venezuela. Dada a realidade política local, “a questão se coloca aqui em bases emotivas e de prestígio do Governo”. Ademais, apontou que “confirma-se, portanto, a gravidade que o governo venezuelano atribuiu a esse

⁴⁷⁷ Anibal Dao a Correa do Lago, ofício C-307, 25-2-63. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoategui, Exp. 186, caixa 1, tramo 11,

⁴⁷⁸ Idem.

⁴⁷⁹ Ibidem.

assunto” e alertou para o fato de que más percepções sobre a atitude brasileira poderiam ter “efeitos prejudiciais sobre as relações entre os dois países”.⁴⁸⁰

Além do mais, em 12 de março de 1963, Rómulo Betancourt tentou utilizar o parlamento como caixa de ressonância para as demandas do país em relação ao caso “Anzoátegui”, considerado como um dos assuntos mais importantes da política internacional venezuelana. Betancourt afirmou que já havia solicitado ao governo brasileiro a repatriação dos sequestradores e que se tratava de uma questão de “princípio”, que poderia ser levada à resolução nos organismos internacionais.

O Brasil, contudo, manteve-se firme no propósito de abrigar os venezuelanos em consonância com as normas internacionais. Eles assinaram um termo de responsabilidade no Ministério da Justiça definindo suas obrigações como asilados políticos e permaneceram em liberdade, pois não havia ainda um pedido formal de prisão preventiva do governo venezuelano.⁴⁸¹

O quarto elemento da cadeia de eventos dizia respeito às soluções possíveis, diante do impasse gerado entre Brasília e Caracas. Aníbal Dao justificou oficialmente a posição venezuelana:

*no habla Venezuela en defensa de sus propios intereses ni de concepciones políticas determinadas sino que invoca un principio vital de seguridad para la navegación marítima y aérea que es indispensable para la vida humana y que ningún pueblo puede desconocer.*⁴⁸²

Do prisma venezuelano, a questão adquiriu matizes “emocionais e propagandísticos”, como qualificou Correa do Lago. De fato, seria interessante para Miraflores tirar partido do caso Anzoátegui para neutralizar o efeito midiático do sequestro, reverter seu resultado propagandístico e impedir a sua repetição, bloqueando as indesejadas ações terroristas.⁴⁸³

⁴⁸⁰ Correa do Lago a Hermes Lima, ofício secreto-urgente, n 84, 7-3-63; Correa do Lago a Secretaria de Estado, telegrama secreto, n 36, 12-3-63.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁴⁸¹ Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, despacho confidencial, n 36, 13-3-63.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁴⁸² Anibal Dao a Correa do Lago, ofícioC-307, 25-2-63. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11,

⁴⁸³ Correa do Lago a Hermes Lima, ofício, secreto-urgente, n 98, 15-3-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Por isso, a Casa Amarela tentou plantar a tese do “princípio vital da segurança marítima e aérea”, para levar o Brasil a julgar ou devolver para julgamento os sequestradores do Anzoátegui. Com isso, a tática era aglutinar dois aspectos distintos em uma única gestão: o aspecto individual, ou seja, a condição dos sequestradores; e o aspecto estrutural, a situação mais ampla da segurança internacional.

O Itamaraty preferiu não polemizar, mas concebeu como essencial evitar que a tese fosse lançada contra o Brasil, “criando um problema com relação a uma situação perfeitamente enquadrável dentro das normas em vigor e do quadro bilateral”, afirmou Correa do Lago. Enfim, Brasil e Venezuela recorreram à carteira de acordos já existentes, compilada pelas gerações passadas de contatos bilaterais.

A primeira manifestação da necessidade de regular a navegação entre os dois países resultara no “Tratado de Limites e Navegação Fluvial”, assinado em Caracas em cinco de maio de 1859. Os regulamentos, que deveriam ser “os mais favoráveis à Navegação e Comércio entre os dois países”, preenchiam sete artigos sobre limites e quatorze sobre questões de trânsito de embarcações, regime comercial, fiscal e policial nos rios comunicáveis brasileiros e venezuelanos, demonstrando a importância do tema já naquela época.⁴⁸⁴

Um segundo dispositivo jurídico acessado foi o “Tratado de Extradução”, de sete de dezembro de 1938. Em seu artigo sexto, falava da conveniência das partes contratantes em solicitar uma a outra, por meio dos respectivos agentes diplomáticos ou diretamente de governo a governo “que se proceda à prisão preventiva do inculpado, assim como a apreensão dos objetos relativos ao delito”.⁴⁸⁵

O terceiro instrumento bilateral a que se recorreu foi o “Tratado para Solução Pacífica de Controvérsias”, assinado em 30 de março de 1940. Este indicava a constituição de uma Comissão Permanente de Conciliação (artigo IX) a ser convocada por qualquer das partes contratantes (artigo XIV) a ser composta por cinco membros, tendo um representante de cada nacionalidade e um presidente de outra nacionalidade.

⁴⁸⁴ RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS Brasil-Venezuela (1859-1997): documentos oficiais. Brasília: FUNAG, 1998.

⁴⁸⁵ Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, Despacho, Confidencial, 7-6-1963.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Quando se ventilou o estabelecimento de uma comissão de conciliação, Caracas calculou que não seria conveniente a presidência ser designada a juristas uruguaios, argentinos e chilenos, “*generalmente parciales en favor del Brasil*”, e vislumbrou três possibilidades de solução, de acordo com interesses venezuelanos.

Seria possível proceder à extradição, de acordo com o tratado de 1938, porém não havia elementos processuais suficientes, nem estava em estágio avançado o processo para ser levado à Suprema Corte. Se mesmo assim o governo venezuelano fizesse a solicitação, o Brasil provavelmente qualificaria o delito como político, justificando assim a figura jurídica do asilo.

Poderia ser usado o convênio de 1940, o que parecia ser o mais adequado, pois evitaria a rigidez do sistema jurídico brasileiro e deixaria aberto o caminho da justiça internacional. Ao contrário, renunciar à entrega dos captores do Anzoátegui, limitando-se à nota de objeção, já transmitida, seria uma fórmula protocolarmente correta, mas insuficiente diante da repercussão do caso na Venezuela.⁴⁸⁶

Em 16 de abril, os sequestradores foram condenados na Venezuela, mas o pedido de prisão preventiva só foi encaminhado no final de maio ao MRE no Brasil, tendo como base o artigo VI do tratado de extradição de 1938.⁴⁸⁷

No começo de maio, o governo brasileiro sinalizou sua intenção de autorizar a saída dos asilados venezuelanos e Correa do Lago foi instruído a posicionar a Casa Amarela sobre o pensamento brasileiro: “a retenção em território nacional dos asilados venezuelanos, contra a vontade dos mesmos, constitui lesão a liberdade de ir e vir, um dos direitos fundamentais do homem, inscritos em convenção internacional e consubstanciados na Constituição brasileira”.⁴⁸⁸

Na ótica venezuelana, os casos de violência internacional deveriam estar sob a jurisprudência do Estado usurpado e afetado diretamente. Assim, desde o início “*la solución que Venezuela invoca y sostiene, es la entrega de los culpables del crimen internacional cometido*”, o que acabou deixando a questão nos meses seguintes sem solução definitiva. A

⁴⁸⁶ Memorandum, s/n, Caracas, RC/jmc, 11-3-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

⁴⁸⁷ Leandro Mora a Hermes Lima, telegrama urgente, 30-5-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

⁴⁸⁸ Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil Caracas, Despacho, confidencial, 17-5-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Casa Amarela solicitou, inclusive, a conveniência de se retardar “por um tempo prudencial” a permissão de saída dos sequestradores.⁴⁸⁹

O governo brasileiro esquadrinhou duas justificativas de porque não cumprira as expectativas venezuelanas. Primeiro, pela demora no envio dos documentos necessários para determinar a prisão dos sequestradores, ainda que não constasse no Tratado de Extradicação nenhum prazo nesse sentido. Segundo, pela falta de documentos traduzidos do espanhol para o português, um requisito burocrático exigido para dar prosseguimento ao processo na justiça brasileira.⁴⁹⁰

Não obstante, a mensagem fora entregue e o Brasil não esperaria indefinidamente a Venezuela cumprir com os dispositivos sobre extradição presentes na legislação nacional e nos acordos bilaterais e convenções multilaterais.

Uma vez que o pedido de prisão do governo venezuelano chegou tarde, abriu-se uma brecha e alguns venezuelanos envolvidos na captura do barco Anzoátegui fugiram para Cuba, utilizando o mesmo avião que havia transportado Raúl Roa, o recém-nomeado embaixador de Cuba no Brasil.⁴⁹¹

Araújo Castro, agora como chanceler, reagiu com tranquilidade e confiança ao episódio que enfurecera os venezuelanos. Apoiando-se no quadro de referência constituído pelas gerações anteriores de contatos bilaterais afirmou que:

independentemente dos aspectos jurídicos do assunto, confiados às providencias do DAJ [Departamento de Assuntos Jurídicos] (...) subsistem aspectos políticos que aconselham dar uma demonstração adicional de que o governo brasileiro se empenha no fiel cumprimento do tratado de extradição com a Venezuela.⁴⁹²

⁴⁸⁹“Arresto preventivo de los del Anzoátegui pidió Venezuela al Brasil”. El Nacional, 5-6-1963; “Gobierno de Venezuela pide arresto para los captores del Anzoátegui”. El Universal, 5-6-1963; “No vacila mi gobierno en señalar al de Vuestra Excelencia la gravedad del asunto”. ACMRE, Brasil, 1963, situación política, Exp. 24, caja 1, tramo 11.

⁴⁹⁰ Correa do Lago a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 74, 22-5-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁴⁹¹ “Gobierno de Venezuela pide arresto para los captores del anzoategui”. El universal, 5-6-63; “Cuatro del Anzoategui viajaron de Brasil a Cuba”. El Nacional, 6-6-1963; “Vuelan a Cuba captores del Barco Anzoategui – fletaron un avión em Brasil”. El Universal, 6-6-1963; “W. Medina Rojas, cabecilla del secuestro del Anzoategui, huyo de Brasil a Cuba”. La esfera, 6-6-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

⁴⁹² Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, Despacho, Confidencial, 7-6-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Do lado venezuelano, Reinaldo Leandro Mora, interino da pasta de Relações Exteriores, preparou nota de desagravo que deveria ter sido enviada ao governo brasileiro, mas que foi modificada. É interessante verificar na íntegra o texto original da comunicação venezuelana, apresentada em 7 de junho de 1963, para identificar as alterações feitas pelo titular da pasta, sob pressão de membros do executivo e do partido *Acción Democrática*.⁴⁹³

De acordo com Leandro Mora a nota de desagravo deveria ter sido:

“MI GOBIERNO SE HA ENTERADO COM SORPRESA QUE INCULPADOS SECUESTRO MOTONAVE ANZOÁTEGUI HA ABANDONADO ESSE PAIS NO OBSTANTE PREVIA SOLICITUD DETENCION PREVENTIVA PRESENTADA OPORTUNAMENTE SU ILUSTRADO GOBIERNO (PUNTO) COMO QUIERA QUE TAL HECHO ES VIOLATORIO TRATADO EXTRADICION SUSCRITO POR NUESTROS PAISES COM FECHA SIETE DICIEMBRE MIL NOVECIENTOS TREINTIOCHO (COMA) MI GOBIERNO PRESENTA FORMAL PROTESTA POR ESA VIOLACION (COMA) SIN PERJUICIO DE QUE ACUDA (COMA) SI FUERE NECESARIO (COMA) A OTRAS VIAS INTERNACIONALES (PUNTO) MI GOBIERNO SOLICITA NUEVAMENTE SEAN DETENIDOS ALLI ENJUICIADOS RESTANTES (PUNTO)”.⁴⁹⁴

Contudo, a Casa Amarela resolveu abrandar o teor da comunicação e retardou por alguns dias a publicação do mesmo. Pode-se perceber que após a intervenção do titular da pasta, Marcos Falcón Briceño, decidiu-se por suprimir o trecho “*mi gobierno presenta formal protesta por esa violación, sin perjuicio de que acuda, si fuere necesario, a otras vias internacionales*”.

A nota original de Mora continha um teor mais contundente, de ultimato ao governo brasileiro, enquanto a nota liberada sob a aprovação de Briceño solicitava apenas esclarecimentos sobre a fuga e a detenção dos sequestradores restantes.⁴⁹⁵

De toda feita, o governo brasileiro viu-se em uma situação delicada, pois as repercussões na opinião pública e os reflexos práticos da fuga dos venezuelanos foram

⁴⁹³ “Venezuela fijará posición ante el Brasil por la fuga”. El Nacional, 8-6-1963. ACMRE, Brasil, 1963, Caso Anzoátegui, Exp. 186.

⁴⁹⁴ ACMRE, Brasil, 1963, Caso Anzoátegui, Exp. 186, p. 43- 45.

⁴⁹⁵ Leandro Mora a Hermes Lima, Cablegrama, n 283, 7-6-1963; “Cancillería aplazó de nuevo comunicado sobre implicados en caso del Anzoátegui”. La esfera, 10-6-1963. ACMRE, Brasil, 1963, Caso Anzoátegui, Exp. 186.

desastrosos. Logo, projetou-se uma imagem negativa do governo Goulart, acusado de transformar o país em um refúgio de criminosos.

Um dos principais envolvidos no caso do Anzoátegui, o jovem cubano Máximo Canales (ou Paul de Río Canales), voltou clandestinamente para a Venezuela, onde atuou em uma série de atos “terroristas”. Por exemplo, Canales atuou no emblemático roubo de pinturas famosas de uma exposição francesa em Caracas e no estrondoso rapto, em 23 de agosto de 1963, de Di Stefano, famoso jogador de futebol do time espanhol Real Madri, que se encontrava na capital venezuelana para a disputa da “pequena copa do mundo”.⁴⁹⁶

Um efeito colateral do caso Anzoátegui foi despertar as autoridades brasileiras para as condições das Forças Armadas venezuelanas, uma vez que o desconhecimento sobre o potencial do vizinho bolivariano em projetar-se em ações de defesa ou ataque de seu território era grande. Em 3 de maio de 1963, o Ministro de Relações Exteriores Evandro Lins e Silva solicitou à embaixada em Caracas um estudo sobre as Forças Armadas da Venezuela.

Em 3 de julho, Correa do Lago enviou um relatório com informações gerais, alguns detalhamentos possíveis e certas avaliações. Tratava-se de um documento para ser apreciado pelo Estado-Maior das Forças Armadas Brasileiras, mas que, apesar de superficial, pela dificuldade de precisar as informações levantadas, demonstrou o interesse do Brasil no assunto.⁴⁹⁷

Além disso, Correa do Lago informou que nos últimos anos a Venezuela havia comprado novos armamentos, especialmente dos EUA, assim como havia melhorado o nível técnico e profissional de oficiais e suboficiais com a construção de escolas de aperfeiçoamento e especialização. Enfim, A. C. do Lago sugeriu o envio de um adido militar para a embaixada em Caracas, para manter o acompanhamento daquelas informações.

O impasse brasileiro-venezuelano permaneceu, pois Caracas insistiu em rechaçar a tese brasileira do asilo político e, diante das dificuldades processuais da extradição, aguardou a repatriação dos sequestradores restantes, para que fossem julgados pelas leis nacionais venezuelanas. Portanto, mesmo dispondo de bons argumentos colimados pelo Itamaraty, o

⁴⁹⁶ Simas Magalhães a Araújo Castro, ofício, confidencial, n 286, 29-8-1963.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁴⁹⁷ Não ficava claro, todavia, se havia ou não um acompanhamento por parte das Forças Armadas, tanto da situação das fronteiras, quanto dos problemas episódicos, como foi o caso Anzoátegui. Parecia que Correa do Lago, assim como outros diplomatas em diferentes postos, fazia as vezes de adido militar, informando as Forças Armadas naquilo que interessasse ou fosse possível. Correa do Lago a Evandro Lins e Silva, ofício, Secreto, n 221, 6-7-1963.AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

governo brasileiro pressionado decretou a prisão preventiva dos venezuelanos que ainda restavam no país.⁴⁹⁸

Naquela altura dos acontecimentos, contudo, o Itamaraty deixou de pugnar pela não extradição, pois sabia que, à medida que o processo progredisse na justiça brasileira, dificilmente os asilados venezuelanos seriam encontrados pela polícia por estarem foragidos ou por terem se evadido do país.⁴⁹⁹

Um caso de pesquisa (*research case*) como o caso “Anzoátegui”, pode ser utilizado para ilustrar diferentes etapas no processo de tomada de decisão, elementos típicos ou essenciais, linhas de ação apropriadas ou inapropriadas, além das escolhas perfeitas ou imperfeitas das chancelarias. Serve também para detalhar os interesses em competição, as estratégias e táticas acessadas de ambos os lados, bem como ajuda a contextualizar momentos de transformação, especialmente quando se trata de uma interpretação histórica de longa duração.⁵⁰⁰

Logo, o estudo do “Caso Anzoátegui” contribuiu de duas maneiras para a compreensão histórica da parceria Brasil-Venezuela. Em primeiro lugar, possibilitou capturar a conjuntura que antecedeu a suspensão de relações diplomáticas, dando significado à “ruptura” entre Brasil e Venezuela. Em segundo, destacou o ressentimento como força profunda capaz de influenciar nos rumos das relações bilaterais desses países.

A respeito do primeiro ponto, questiona-se qual sentido se deve atribuir ao termo “ruptura” e como o conceito de “ruptura” se aplica ao entendimento da história das relações Brasil-Venezuela.

A hipótese defendida é que a “ruptura” das relações entre Brasil e Venezuela possui uma carga ambivalente: é, ao mesmo tempo, a quebra da relação social e a mudança profunda na essência dessa relação.

Os fatos históricos vinculados à vida internacional são considerados como “acontecimentos”, por serem datados, consequentemente únicos, e por estarem ligados à ação

⁴⁹⁸ ACMRE, Sanches Tirado a Leandro Mora, informe, confidencial, n 525, 11-6-63.

⁴⁹⁹ Sousa Gomes a Araújo Castro, ofício, confidencial, DAJ/72/645, Rio de Janeiro, 12-8-1963. “O asilo político vai transformando ao Brasil em um valhacouto de criminosos”. O Globo, 15-6-63. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

⁵⁰⁰ SMITH, Steve. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press 2008.

do homem; ou como “fenômenos”, quando são percebidos pelos nossos sentidos, tanto de forma direta como indireta, transcendendo o tempo em sua manifestação.⁵⁰¹

Em suma, acontecimentos e fenômenos são fatos sociais que mantêm uma identidade com a consciência coletiva de certo grupo social e acabam por influenciar o curso evolutivo de sociedades ou civilizações, tornando-se o substrato da análise dos historiadores das relações internacionais.

Quando são inseridos no movimento da história das relações internacionais adquirem vida na forma de: a) estruturas, compostas por elementos perenes e que mudam lentamente; b) conjunturas, compostas por elementos transitórios e que mudam mais rapidamente; c) circunstâncias, de caráter imediato e que simplesmente param de mudar; e d) contingências, ou seja, elementos de caráter instantâneo e que mudam inesperadamente.⁵⁰²

Para a História das Relações Internacionais, os momentos de mudança são especialmente significativos, pois identificam os limites entre períodos históricos, delimitam o início e o fim de processos e cristalizam marcos de referência para análises e interpretações.

Logo, as mudanças operadas nas dimensões estrutural, conjuntural, circunstancial e contingencial tornam-se inteligíveis a partir dos conceitos de inflexão e ruptura. A inflexão, ou ponto de inflexão, identifica em determinado momento histórico uma mudança suave e, às vezes, quase imperceptível na trajetória de uma relação bilateral. A ruptura refere-se à quebra no curso das relações bilaterais, uma mudança mais abrupta e impactante, fragmentando e descontinuando ações e processos.

A identificação da ruptura pressupõe cinco medidas: a) a definição do valor, da representação ou do significado da modificação; b) a circunscrição do período em que uma mudança começa e termina; c) o rastreamento de regularidades prévias à transformação observada; d) a contextualização da conjuntura sobre a qual a modificação se opera; e) a projeção de legados oriundos da quebra, com a instauração de padrões inovadores.⁵⁰³

Os valores e significados são atribuídos pelo historiador das relações internacionais por meio da narrativa, que é parte de um esforço de ordenamento dos fatos históricos,

⁵⁰¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

⁵⁰² Idem. GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

⁵⁰³ SPEKTOR, Matias. *Ruptura e Legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

alinhavados logicamente pela contraposição de períodos e pela utilização de marcos que separam e sobrepõem o antigo ao novo.

A narrativa pode ser construída com base em categorias ambivalentes ou polivalentes, desde que descritas suas consequências possíveis. Como aponta Bauman, “por causa da nossa capacidade de aprender/memorizar, temos um profundo interesse em manter a ordem do mundo. A ambivalência confunde o cálculo dos eventos e a relevância dos padrões de ação memorizados”.⁵⁰⁴

Entende-se ambivalência, portanto, como a possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria, sendo descrito por padrões diferenciais de ação e significado e representando diferentes classes de entidade. Assim, a ambivalência de um fato histórico se refere a sua capacidade de transmitir duas ideias, de representar dois aspectos da realidade e de exprimir dois valores.⁵⁰⁵

Nas relações Brasil-Venezuela, pressupõe-se que a “ruptura” de 1964 constituiu-se em um marco ambivalente: tanto significou a quebra formal das relações diplomáticas, interrompendo uma longa tradição de contatos entre representantes dos dois países, quanto inaugurou um novo ânimo nas relações entre Caracas e Brasília, representando fluxo renovado de aproximação, entendimento e adensamento das relações bilaterais.

Ademais, os intervalos históricos dos períodos caracterizam continuidades ou descontinuidades, circunscrevendo os processos históricos e realçando as modificações suaves ou abruptas. Traçar a história de um objeto que passa por constantes mutações e transformações é muito como “caçar um camaleão”, diria Knutsen.⁵⁰⁶

No caso das relações bilaterais Brasil-Venezuela, pôde-se vislumbrar duas grandes fases. A primeira, de 1810 a 1962 foi lenta e com características oscilantes, originando a parceria em meio a relações de baixa intensidade. A segunda, de 1969 aos dias de hoje, foi uma fase mais rápida e constante, de amadurecimento e consolidação dos contatos bilaterais.

Além disso, a contextualização em que se opera a ruptura explica a mudança pelo movimento nas relações internacionais. Com a suspensão das relações diplomáticas em 1964, abriu-se uma “fenda histórica”: um momento de transição que perdurou até aproximadamente

⁵⁰⁴ ZIGMUNT, Bauman. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999. p. 10.

⁵⁰⁵ Idem. p. 9.

⁵⁰⁶ KNUTSEN, Torbjorn L. *A history of international relations theory*. UK: Manchester University Press, second edition, 1997.

1968. Nesse breve interstício, uma determinada conjuntura acelerou a deterioração dos processos e ações em curso desde 1810 e catalisou modificações profundas na essência das relações bilaterais.

A compreensão da conjuntura crítica (*critical juncture*), como um momento limitado durante o qual mudanças geram um legado específico, é peça-chave para entender a “ruptura” como uma categoria ambivalente, capaz de explicar não apenas as mudanças de forma no estado das relações bilaterais, mas, principalmente, no conteúdo das mesmas.⁵⁰⁷

Com o estudo do caso “Anzoátegui” foi possível contextualizar adequadamente a conjuntura que levou à suspensão de relações diplomáticas entre Brasil e Venezuela. A desinteligência entre o Itamaraty e a Casa Amarela era um reflexo da incompatibilidade entre a PEI e a Doutrina Betancourt. Logo, o caso “Anzoátegui” pode ser considerado a conjuntura crítica da qual eclodiram as forças de ruptura entre Caracas e Rio de Janeiro.

Para fechar o primeiro ponto, só é possível identificar rupturas significativas ao longo do tempo se elas inauguram um período substancialmente distinto nas relações bilaterais. De fato, a partir de 1969 deu-se vazão a um novo padrão de relacionamento brasileiro-venezuelano, que preservaria traços e aspectos da primeira fase, como a relutância, mas que ressaltaria os elementos identitários próprios de uma parceria, como a visão estratégica de mundo.

Concernente ao segundo ponto, pergunta-se como o chamado “fantasma do ressentimento” tornou-se elemento constitutivo e estruturante na complexa trama das relações bilaterais de Brasil-Venezuela?

Com o desenrolar do “Caso Anzoátegui” despertou-se o ressentimento adormecido que subsistiu sub-repticiamente no seio dos grupos decisores, executores, intelectuais e elites dirigentes em ambos os lados. Coube à retórica diplomática espantar o fantasma ao longo de várias gerações; todavia, com a crise de fevereiro de 1963, os desencontros diplomáticos, a falha de comunicação, a postura histórica da mídia e a atitude de reprovação da opinião pública evidenciaram o ressentimento subjacente entre Brasil e Venezuela.

Nesse contexto, o “ressentimento” é um tipo especial de traço da mentalidade coletiva capaz de gerar uma explicação plausível para o desenlace desconfortável de suspensão das relações diplomáticas brasileiro-venezuelanas. Logo, tomado como uma categoria analítica

⁵⁰⁷ Idem.

histórica, a ideia de “ressentimento” torna-se útil para auxiliar na interpretação da história das relações Brasil-Venezuela.

Uma breve delimitação circunscreve o raio de ação do conceito para fins analíticos. Em primeiro lugar, o ressentimento é “como um explosivo inerte”, mas que acumula sua carga no tempo e que, repentinamente, pode ser reativado. Como aponta Marc Ferro, manifestações de ressentimento, seu modo de aparição e seus efeitos através do tempo como um “fenômeno aparentemente depurado de qualquer outra providência” ajudam a dar inteligibilidade à história das relações bilaterais.⁵⁰⁸

Em segundo lugar, o ressentimento é gerado por causas múltiplas: confrontos ideológicos, sentimentos de vingança ou a incapacidade de vingança; herança de sofrimentos perpetrados; iras alimentadas contra os valores do opressor; rancor contra os privilegiados; inveja contra os poderosos; a revolta de perseguidos e perseguidores transformados em perseguidos; ranços identitários; amargura contra a duplicidade de posição e as promessas não cumpridas por políticos e lideranças.⁵⁰⁹

Em terceiro, evidencia-se a intemporalidade do conceito. Na origem do ressentimento individual ou coletivo encontram-se “feridas” de algum tipo de violência sofrida, uma afronta, um trauma, que acabam por apagar a diferenciação entre os tempos passado e presente.

Segundo Ferro, “a existência do ressentimento mostra o quanto é artificial o corte entre passado e presente – um vive no outro, o passado tornando-se presente, mais presente que o presente”.⁵¹⁰

O último aspecto conceitual se refere às diferentes manifestações do ressentimento, como reivindicações identitárias, movimentos emancipacionistas, posições políticas extremadas ou radicais e imagens internacionais dissonantes e repletas de estereótipos. Uma das revelações mais significativas aparece na forma de interpretações históricas, que podem fazer perdurar os ressentimentos, assim como podem neutralizá-los, mas que invariavelmente valem-se da memória nacional como um “acervo de ressentimentos”.⁵¹¹

⁵⁰⁸ FERRO, Marc. O ressentimento na história. Rio de Janeiro: Agir, 2009.

⁵⁰⁹ Idem. p. 8-10.

⁵¹⁰ Idem. p. 14.

⁵¹¹ Idem. p. 114-151.

Em suma, o ressentimento está encapsulado em sementes geracionais: geração após geração perpetua-se o ressentimento. Contido pelo esforço diplomático, não deixou de contagiar as relações bilaterais, na mesma medida em que outras forças e outros sedimentos históricos continuavam agindo como fatores de erosão.

À erupção do ressentimento, sucedeu-se um pressentimento: o de que o curso das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela desembocaria na “ruptura”. Como esse processo se concretizou será abordado adiante.

3.2. Da suspensão ao reatamento

Em 1964, a história das relações Brasil-Venezuela alcançou um momento fundamental. A erosão desencadeada pela multifatorialidade das forças profundas despertou o ressentimento adormecido no sistema de finalidades políticas e decisórias, gerando percepções dissonantes entre Caracas e Brasília, que culminaram na decisão venezuelana de suspender as relações diplomáticas com o Brasil.

3.2.1. O contexto da decisão

Como aponta Robert Frank, o historiador das relações internacionais deve captar e entender o contexto geral dos sistemas de representação e do imaginário social, por sua capacidade de dar nova feição à problemática clássica da “imagem do outro” e por sua influência nas definições de política exterior.⁵¹²

Nesse sentido, qual era a visão venezuelana sobre o Brasil naquele momento? Um relato do intelectual e historiador venezuelano Demétrio Boesner dá uma medida da imagem internacional do Brasil na ótica da Venezuela.

Boesner visitou o “*grand vecino de habla portuguesa*” e ficou marcado pela extraordinária distância entre os dois grandes centros, Rio de Janeiro e Caracas. Sobrevoou a selva amazônica, “*un oceano verde, interminable*”, fazendo sua primeira escala em Belém do Pará. Inicialmente, destacou dois traços distintivos da imagem do Brasil: sua imensidão e sua

⁵¹²FRANK, Robert. “Penser historiquement les relations internationales”. *Annuaire Français de Relations Internationales*, 2008. Disponível em www.diplomatie.gouv.fr/fr/img/pdf/FD001267.pdf. Acessado em 19-1-2011. p. 46.

diversidade. Assim, o Brasil era “*un país-continente, cuyo Pueblo está destinado a pensar y actuar en escala más amplia que los pueblos de países pequeños*”.⁵¹³

Boesner voltou seu olhar para um problema que muito afligia os venezuelanos: a interferência cubana nos assuntos internos do país. A influência dos comunistas brasileiros no âmbito político e sindical estaria dividida com outras correntes da esquerda, como sociais democratas, democratas cristãos e trabalhistas. Os comunistas brasileiros seriam de uma vertente mais flexível e menos dogmática do que o fidelismo e o maoísmo. Além disso, havia uma maior variedade de matizes e opções no cenário político brasileiro do que no venezuelano, onde o PCV era a própria antítese da *Acción Democrática*, principal partido venezuelano.⁵¹⁴

Para o intelectual venezuelano, a vida política brasileira girava em torno de figuras marcantes e personalidades, mais do que estava atrelada a doutrinas ideológicas. Ícones como Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek tiveram representatividade nacional, outrossim, o personalismo tinha origem e força no caráter regionalista e descentralizado, por exemplo, com Carlos Lacerda e Leonel Brizola,

Diferentemente, na Venezuela, onde a época do personalismo político havia sido deixada para trás com os caudilhos e ditadores e “*donde la opinión pública rechazaria la identificación de una obra pública con el apellido del responsable*”, a força política estava no partido e em sua doutrina.

Contrastava a calma aparente da população com crescente força do proletariado e do sindicalismo e os embates políticos no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, em sua análise não identificou fatores para uma verdadeira revolução social, que só nasceria no Brasil “*se iniciara desde arriba, por la acción de grupos dirigentes*”, ainda que subsistissem fatores revolucionários como exploração e miséria em regiões como o nordeste.⁵¹⁵

Identificou uma atitude de não cooperação dos capitalistas nacionais com o governo de Jango, o que criou um clima de desconfiança no Brasil. São Paulo, considerada a capital econômica e industrial do Brasil, sofria com o fenômeno do crescimento econômico com

⁵¹³ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (I)*: imensidade y contraste. La República, 29-11-63. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

⁵¹⁴ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (II)*: los comunistas brasileños. La República, 30-11-63. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

⁵¹⁵ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (III)*: Rio de Janeiro y São Paulo. La República, 2-12-1963. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

inflação, gerado pela desproporção entre circulação monetária excessiva e produção. Ressaltou Boesner que “*en el Brasil, la intervención del capital norteamericano es mucho menos importante que, por ejemplo, en Venezuela*”.⁵¹⁶

Ao visitar o nordeste brasileiro, impactou-o a violenta mudança de paisagem em relação ao Sudeste. Latifúndio, desemprego crônico, subdesenvolvimento, contraste entre a riqueza aristocrática e a pobreza das favelas, foram identificados como elementos de disparidade que “*agrava las tensiones sociales*”. A imagem de um Nordeste degradado e miserável mantinha certa similaridade com o sistema venezuelano que permitia expropriações de terra com fins de reforma agrária, mediante indenização em dinheiro e títulos.⁵¹⁷

Além do mais, destacou o crescimento da pressão social de base incentivada pela esquerda marxista e católica, bem como o papel da esquerda em mobilizar os camponeses pela reforma agrária e por melhores condições de vida. Entretanto, tinha dúvidas quanto à aprovação de uma lei de reforma agrária eficaz no Brasil, por conta de forças conservadoras contrárias. Nesse contexto, perpetuava-se o problema do analfabetismo e a oposição ao voto dos analfabetos.⁵¹⁸

O historiador venezuelano procurou olhar para os fatores que caracterizavam a vida brasileira no início dos anos 1960. Ao analisar o quadro político nacional, verificou a existência de um embate histórico entre duas grandes tendências: uma centralizadora e outra antcentralizadora (ou regionalista), que encontrava eco na grave crise política instalada no Brasil ao final de 1963. Segundo Boesner: “*la angustia brasileña se concentra sobre la pugna presidente-congreso*”, *o poder centralizador e o contrapoder liberalizante descentralizador*.⁵¹⁹

Diferentemente da Venezuela, onde existia uma tendência histórica à polarização, no Brasil, o profundo antagonismo de forças não decretou uma polarização total, pois entre os extremos residia uma burguesia, tipo classe média, moderna, industrial, que se constituiu em fator de equilíbrio. Como apontou Boesner, “*hicimos hincapié sobre la tradición brasileña de*

⁵¹⁶ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (IV): prosperidad y crisis*. La República, 3-12-1963. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

⁵¹⁷ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (V): El nordeste: país de la miseria*. La República, 5-12-1963. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

⁵¹⁸ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (VI): La lucha por la reforma agraria*. La República, 7-12-1963. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

⁵¹⁹ BOESNER, Demetrio. *Brasil busca su camino (VII): Fuerzas políticas y crisis*. La República, 8-12-1963. AHI, Livro, ofícios, ano 1963.

cambios no violentos” e de compromissos políticos que permitiram manter certa estabilidade nacional.

A reforma social era uma bandeira erguida pelo movimento nacionalista que, no caso brasileiro, não se apoiava apenas na esquerda ou centro-esquerda, mas também em numeroso grupo de militares de todas as patentes. Alertou Boesner: *“aunque nadie quiere admitir siquiera en conversaciones privadas, la salida de un golpe o de una pugna militar abierta, entre bastidores la política militar es intensa y movida”*.

Com essa descrição, é possível imaginar como os venezuelanos enxergavam o Brasil naqueles anos iniciais da década de 1960. Resta saber o quanto dessas imagens, desse contexto histórico e dessa conjuntura crítica, afetou as relações bilaterais.

A democracia venezuelana se consolidou com o governo Betancourt, por ter sido o primeiro civil eleito por voto direto a terminar seu mandato e passar o poder a um sucessor escolhido pelo povo. Sobrava apenas o problema das guerrilhas, deixado como herança para seus sucessores.

Raúl Leoni assumiu a presidência da Venezuela em 11 de março de 1964, tendo como objetivo principal dar continuidade à política de pacificação nacional, com a desmobilização total das guerrilhas, e assistência a todos os insurretos que optassem recolher-se à legalidade do jogo político.⁵²⁰

Além do mais, Leoni definiu seis linhas de ação e três prioridades de seu governo. Por um lado, a Venezuela deveria defender o princípio de não intervenção, apoiar a luta pela autodeterminação, fortalecer as instituições internacionais, sustentar a doutrina Betancourt, aproximar-se da América Latina e perpetuar a amizade norte-americana. Por outro, o Palácio de Miraflores priorizaria o pleito de sanções contra Cuba na OEA, a revisão do laudo de Paris de 1899, concernente ao Essequibo, além de buscar acelerar os estudos sobre a entrada da Venezuela na ALALC.⁵²¹

⁵²⁰ Paradoxalmente, a presidência de Raul Leoni não abandonou o uso da repressão policial para conter a oposição mais exaltada. Foi de fato um momento obscuro do ponto de vista dos Direitos Humanos, tornando-se famosa a figura do “desaparecido”, ou daqueles detidos que eram simplesmente eliminados ou morriam como um efeito colateral da guerra anticomunista e antiterrorista. Ver ZAVALA, D.F. Maza. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. In: *América Latina: história de meio século*. Vol 2. Brasília: Ed. UnB, 1990. p. 333.

⁵²¹ Embaixada Brasil em Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 96, 14-3-64.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 920 (42) (45).

O maestro da política externa venezuelana nesse momento era Iribaren Borges, sucessor de Marcos Falcón Briceño. Borges acreditava que elementos estáticos, como a geografia, e dinâmicos, como a história e a economia, “*entrelazados e interdependientes determinan y condicionan la política exterior de un país*”.

Quais seriam então as forças profundas que pesaram na definição das linhas principais da atuação internacional da Venezuela gestão Leoni-Borges?

Primeiramente, duas grandes correntes davam racionalidade histórica à atuação da Venezuela: sua vocação internacional, ancorada na tendência de colaboração fraternal com os vizinhos e na luta emancipadora pelas liberdades; e a crença na defesa da democracia tanto como caráter dinâmico da política externa venezuelana quanto valor inerente ao país, característica pétreia de sua identidade internacional.

A resposta prática de Caracas foi robustecer os foros multilaterais como o melhor caminho para resolver os problemas do mundo. Borges explicava que “*vemos la OEA como el único campo donde dilucidar, por aplicación de los principios y tratado internacionales, los problemas que puedan suscitarse entre los pueblos de nuestro Continente*”.

Em segundo lugar, a força profunda geográfica, que atrelou a Venezuela à América do Sul conectando-a àquele espaço por várias entranhas fluviais. Uma circunstância de difícil assimilação no caso da pátria de Bolívar, que enxergava mais próximo o mar do Caribe, o *Mare Nostrum* venezuelano, mas que, inevitavelmente, teve que lidar com sua vizinhança amazônica, especialmente com as fronteiras colombiana, brasileira e guianense.⁵²²

Terceiro, a força profunda geoeconômica, que definiu o novo tempo histórico da Venezuela. O alicerce das transformações sociais e do desenvolvimento nacional esteve vinculado ao petróleo e à capacidade dos governos de converter essa riqueza em grandes obras e em prosperidade para a nação. Dessa forma, as obras iniciadas com Pérez Jiménez e Betancourt seguiram durante a gestão de Leoni como parte do processo de modernização nacional de base petroleira.

Quarto, a força profunda ideológica. A doutrina Betancourt continuou referenciando a atuação regional do país, mas agora de uma maneira mais relaxada e até pragmática conforme as situações específicas. De qualquer maneira, a Venezuela, durante a gestão de

⁵²²Embaixada Brasil Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 103, 25-3-1964.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 920 (42) (45).

Leoni, rompeu com Brasil e Bolívia (1964), novamente com Argentina (1966) e Peru (1967), e com o Panamá (1967). A menor rigidez e o menor grau de intensidade significaram, do ponto de vista prático, que “*de hecho se evitava romper relaciones comerciales junto a las diplomáticas*”.⁵²³

Ao mesmo tempo em que Leoni chegou ao poder na Venezuela, no Brasil se operava uma nova transição de regime político. Aos olhos de Caracas foi uma transição lenta e anunciada nos últimos anos. Portanto, um panorama geral sobre o desenrolar da política brasileira ajuda a explicar o ocorrido.

Vários aspectos marcaram o quadro conjuntural para a suspensão das relações bilaterais e desenharam uma paisagem de incerteza e indefinição no quadro doméstico brasileiro: a renúncia de Quadros, qualificada como súbita e espetacular, em 25 de agosto de 1961; as inclinações comunistas do governo Jango; as sucessivas crises militares (maio, junho e agosto de 1963); as incitações de Lacerda contra o governo federal; o levante dos sargentos em 12 de setembro de 1963; as graves dificuldades econômicas do Brasil; e por último, a dramática derrocada de Jango.

A reação venezuelana às consequências da crise brasileira foi descrita em um memorando da Divisão de Assuntos Interamericanos para a Direção de Política Internacional da Casa Amarela. Principalmente, os acontecimentos de cunho subversivo no Brasil prejudicavam importantes princípios sobre a legitimidade dos governos de base democrática e estariam em desacordo com a concepção histórica defendida pela Venezuela. Ademais, a crise brasileira colocava à prova a posição política interamericana que a Venezuela defendia “*con calor y como clara expresión de su respaldo a la democracia representativa*”.⁵²⁴

Em nota de 13 de abril de 1964, Antonio Correa do Lago informou ao Ministro Borges que Castelo Branco havia sido eleito, no dia 11 de março, por maioria absoluta em sessão conjunta do Congresso Nacional. Em 17 de abril, o presidente venezuelano decidiu suspender as relações diplomáticas com o Brasil.

A princípio, essa flutuação brusca na conjuntura política brasileira motivou a cisão entre Caracas e Rio de Janeiro, sendo identificada como a causa circunstancial da ruptura, à

⁵²³ROMERO, Maria Teresa. *Venezuela em defesa de la democracia (1958-1998)*: el caso de la doctrina Betancourt. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005. p. 195.

⁵²⁴Memorandum, s/r, AI, 10-4-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, ruptura de relaciones, Expediente R-1-b, pieza 120.

luz do que pensa Ferro: “circunstâncias excepcionais podem cristalizar o ressentimento, funcionar como estopim”.⁵²⁵

Neste caso, como poderia reagir o Brasil? Partindo do pressuposto de que existia um nível de informação adequado para adiantar-se à decisão venezuelana, o Itamaraty tinha dois cursos de ação a propor à presidência da República: a prevenção ou a preempção.

A prevenção se refere a uma ação tomada em antecipação para evitar que uma ameaça virtual se transforme em uma ameaça real, o que incluiria campanhas ofensivas, nos campos ideológico, político, econômico e militar, ou mesmo o início de uma guerra preventiva. Além disso, a prevenção estaria respaldada em algum instrumento de legitimação internacional.⁵²⁶

A preempção se refere a medidas assumidas por um agente contra outro que signifique ameaça em potencial e que seja reconhecido como provável concorrente ou adversário político, econômico, militar, ideológico ou estratégico. Além disso, a preempção implica assumir os riscos e as responsabilidades de tomar medidas como embargos, retaliações ou ataques armados, sem necessariamente serem legitimadas pela comunidade internacional.⁵²⁷

No que diz respeito à ruptura venezuelana, o Brasil não adotou a tática da prevenção, com ações de contenção da vontade de Caracas em romper com o Brasil; nem da preempção, por exemplo, rompendo primeiro com a Venezuela. Decidiu por uma “reação construtiva”, aguardando os desdobramentos da decisão venezuelana para se beneficiar da assimetria de poder existente na relação bilateral.

O descarte da prevenção ou da preempção, como cursos de ação, indicava que o Brasil tinha sido surpreendido pela decisão venezuelana de suspender as relações diplomáticas entre os dois países? Ou não havia possibilidade de se evitar a consecução daquela medida radical?

É possível definir duas implicações de “eventos surpresa” nas relações internacionais que podem ajudar a compreender as causas, consequências, inflexões e reflexos da ruptura entre Brasil e Venezuela.

⁵²⁵ FERRO, Marc. *O ressentimento na história*. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 190.

⁵²⁶ GADDIS, John Lewis. *Surprise, security and the American experience*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

⁵²⁷ BYERS, Michael. *War Law: understanding international Law and armed conflict*. Vancouver: Douglas & McIntyre, 2005. p. 72-82.

Primeiro, surpresas tendem a produzir ligações mais duradouras entre as experiências individuais, por exemplo, de diplomatas e tomadores de decisão, e os eventos marcantes, como foi a decisão venezuelana de suspender as relações diplomáticas com o Brasil. Assim, criou-se um quadro de persistência histórica em torno do acontecimento, no sentido de produzir ecos às gerações seguintes.⁵²⁸

Segundo, “eventos surpresa” tendem a varrer para debaixo do tapete, mesmo que provisoriamente, velhas concepções sobre o pensar a política internacional e os caminhos para se alcançar determinados objetivos. Ao mesmo tempo, trazem à tona reavaliações ou visões de mundo renovadas e, algumas vezes, radicalmente distintas sobre diferentes aspectos das relações internacionais, como interesses, metas, capacidades e percepções.⁵²⁹

A partir desses dois aspectos, pode-se dizer que o Brasil foi surpreendido pela decisão venezuelana. Ainda que subsistisse um conjunto de elementos materiais e imateriais favoráveis ao prognóstico e à antecipação do evento, foi somente depois de quatro anos da subida ao poder de Rómulo Betancourt, e como reflexo da mudança de regime interno, que a chancelaria brasileira passou a analisar os possíveis impactos da Doutrina Betancourt para as relações Brasil-Venezuela.

Diante desse fato, Correa do Lago pressentiu a aplicação da Doutrina Betancourt ao Brasil e se antecipou solicitando instruções da Secretaria de Estado sobre como proceder em caso de suspensão de relações diplomáticas. Correa do Lago via as embaixadas do México, Uruguai, Bolívia e Colômbia como as mais adequadas para proteger os interesses nacionais. Além disso, sugeriu a criação de um Consulado de Carrera para garantir o atendimento ao público, e para a guarda e conservação do arquivo e acervo da embaixada brasileira.⁵³⁰

Em uma reação alarmada, a Secretaria de Estado passou a estudar o caso com urgência, partindo do pressuposto de que a Venezuela deveria considerar o fato de o novo governo, de Castelo Branco, ter sido eleito de acordo com disposições constitucionais. Assim, as instruções recebidas por Correa do Lago foram nesta direção: “sustentamos para sua

⁵²⁸ GADDIS, John Lewis. *Surprise, security and the American experience*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2004. p. 2.

⁵²⁹ Idem. p. 35-37; p. 69-76

⁵³⁰ Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Ofício, secreto, nº 123, 11-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/ Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

orientação que o presidente Castelo Branco foi eleito de acordo com normas constitucionais. Por isso, não pediremos reconhecimento”.⁵³¹

Desde a chegada de Castelo Branco ao poder, pairaram no ar dúvidas sobre a melhor alternativa de ação na Venezuela. Mesmo após uma reunião do Conselho de Ministros, que tinha como missão apreciar um relatório do encarregado de negócios da Venezuela no Rio de Janeiro, o governo de Caracas não havia fixado posição, indecisão esta que reforçou o temor da suspensão.⁵³²

Embora alimentasse a esperança de que as modificações no Brasil fossem encaradas com naturalidade pela Venezuela, como em outros países amigos, a Secretaria de Estado decidiu preparar sua posição e instruiu Correa do Lago: a passar a proteção dos interesses cubanos, então a cargo da Embaixada brasileira em Caracas, ao país que assumisse os interesses brasileiros; à criação de um consulado de carreira; a nomear Alberto da Costa e Silva como Cônsul; e à incineração do arquivo secreto e confidencial da Embaixada do Brasil em Caracas.⁵³³

Em Caracas, duas linhas de ação possíveis, mas não desejáveis, caracterizaram o dilema venezuelano. Por um lado, Miraflores avaliou que o Brasil era sujeito de aplicação da Doutrina Betancourt, em razão do Golpe de Estado militar, mas relutou em aplicá-la imediatamente, ou seja, no mês de março, quando Castelo Branco foi empossado, pelo peso e importância do Brasil.

Por outro, o governo Betancourt foi encurralado internamente, sofrendo pressões de partidos e sindicatos para que se cumprisse a linha mestra da atuação internacional do país e pelo fato de a postura doutrinária implicar no dever moral de cumpri-la quando a situação exigisse.⁵³⁴

De um jeito ou de outro, seria difícil desconsiderar os inconvenientes políticos e os reflexos práticos do rompimento de relações diplomáticas. O Ministro de Relações Exteriores da Venezuela confessou a Antonio C. do Lago sobre o temor de o país “ser tachado de

⁵³¹ Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto, n° 43, 14-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

⁵³² Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 39, 15-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

⁵³³ Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto, n° 44, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

⁵³⁴ Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 44, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

incoerente em sua conduta internacional”. O embaixador brasileiro aproveitou a oportunidade para persuadir o Ministro de que seria incompreensível para a opinião pública brasileira assim como “prejudicaria seriamente”, no longo prazo, os interesses comuns nos planos bilateral e multilateral.⁵³⁵

Assim, o dilema foi resolvido, dentre outros aspectos, pela atuação da força profunda ideológica. Logo, um comunicado oficial do governo venezuelano, de 17 de abril de 1964, anunciou a fatídica suspensão de relações diplomáticas. A decisão foi justificada com base em três elementos de coerência:

1. A situação criada no Brasil pelos recentes acontecimentos políticos do país (leia-se o “movimento militar” de 31 de março de 1964);
2. Os postulados do sistema interamericano de garantia das liberdades e da democracia;
3. O respeito à “política exterior de princípios”, especialmente a doutrina Betancourt.

Curiosamente, quando a Venezuela rompeu relações com o Brasil, um episódio que poderia passar despercebido ganhou significação por conectar as escalas nacionais e locais, os tempos da chancelaria e da fronteira.

O comandante do exército brasileiro em Manaus convocou a todos os venezuelanos residentes no Amazonas e exigiu que renunciassem à sua nacionalidade em favor da brasileira, renegando o juramento à bandeira bolivariana. Os que se opuseram acabaram expulsos do Brasil ou foram atacados pela população local. Noticiários da época relataram que venezuelanos teriam sido mortos a pauladas, tiros e machadadas.⁵³⁶

O caso da suspensão de relações diplomáticas com o Brasil foi a decisão mais polêmica dentre as sucessivas rupturas que ocorreram sob a égide da doutrina Betancourt, marcando o contexto social na Venezuela e contaminando a opinião pública, a mídia e o governo.

Neste tópico, a embaixada da Venezuela no Rio de Janeiro acompanhou atentamente os reflexos na mídia nacional brasileira, informando a Casa Amarela sobre o posicionamento

⁵³⁵Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 40, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

⁵³⁶Os eventos ilustram a consequência da decisão venezuelana, porém os seus desdobramentos específicos não foram seguidos pelas fontes que cessaram em falar sobre o assunto. “*Previsiones en frontera con Brasil*”. La Esfera, 5-4-1964. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, ruptura de relaciones, Expediente R-1-b, pieza 120.

dos principais jornais e revistas do país, consoante sua orientação político-ideológica. Deu destaque para “independentes” (Jornal do Brasil e O Globo); “pró-governo” (O Jornal e Jornal do Comércio); “de oposição” (Correio da Manhã, Diário de Notícias e Tribuna da Imprensa); e “de esquerda” (Última Hora).⁵³⁷

No episódio, a mídia foi responsável por alastrar um clima de histeria e indefinição, chegando ao extremo de alimentar rusgas e indisposições dos dois lados. Por exemplo, o revanchismo contra a atitude venezuelana contaminou as relações fronteiriças e fez as primeiras “vítimas indiretas” da doutrina Betancourt nas relações entre Brasil e Venezuela.⁵³⁸

De volta ao tempo das chancelarias, o Ministro Borges notificou o embaixador brasileiro Antonio Correa do Lago da decisão, expressando otimismo que “*las circunstancias futuras permitan la más pronta reanudación de relaciones diplomáticas*”. Correa do Lago percebeu que Caracas pretendia mitigar os reflexos negativos de uma atitude politicamente inevitável.⁵³⁹

Em primeiro lugar, à nota oficial de suspensão foram seguidos votos do pronto restabelecimento de relações, afirmando se tratar de ato formal e temporário. Segundo, a Casa Amarela estimou que poderia manter no Brasil um “agente especial”, sem caráter diplomático, e em reciprocidade receberia um agente do mesmo tipo, que teria pleno acesso ao Ministério das Relações Exteriores da Venezuela. O espírito venezuelano era de relutância para com o Brasil.⁵⁴⁰

O governo brasileiro decodificou a decisão do governo venezuelano como consequência de uma “falsa interpretação dos acontecimentos havidos no Brasil” e por isso adotou uma posição dura, mas coerente. A Secretaria de Estado não concordou com a

⁵³⁷ “*Todos los asuntos brasileños se han deteriorado últimamente*”. La República, 1-4-1964; “*Expectación en la cancillería por acontecimiento en Brasil*”. La esfera, 2-4-64; “*Aplicarán doctrina Betancourt en el caso del Brasil*”. La República, 3-4-1964; “*Venezuela no reconocerá a nuevo gobierno del Brasil*”. La República, 3-4-1964; “*El drama del Brasil*”. La República, 4-4-1964; “*La cancillería venezolana estudia la situación del nuevo gobierno de Brasil*”. El nacional, 4-4-64; “*Silencio en embajada brasileña sobre los sucesos en su país*”. La esfera, 5-4-1964; “*La cancillería brasileña considerada que no es necesario pedir reconocimiento*”. El Nacional, 5-4-1964; “*No es aplicable la doctrina Betancourt en el caso de Brasil*”. El Nacional, 6-4-1964; “*El destino del Brasil*”. El Nacional, 6-4-1964. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de estado, Expediente 120, pieza 2, caja 1, tramo 13.

⁵³⁸ “*Denuncian asesinato de 3 venezolanos en Brasil*”. El Nacional, 16-7-1964; “*Venezuelano relata que fue expulsado de Brasil*”. La Esfera, 26-7-1964. AHI, Brasília. Pasta Confidenciais, maço 920, ano 1964.

⁵³⁹ Borges a Correa do Lago, nota, C-468, Caracas, 17-4-1964. InBOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 41.

⁵⁴⁰ Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 44, 16-4-1964; Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 47, 18-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, maço 920, ano 1964.

manutenção de um agente especial e tampouco aceitou as razões políticas alegadas pela Venezuela “para justificar a adoção de atitude tão inamistosa”. Por último, não considerou oportuno criar um Consulado de Carrera.⁵⁴¹

A decisão venezuelana de suspender relações diplomáticas com o Brasil, comunicada em 17 de abril de 1964, seguiu viva como polêmica interna, devido às múltiplas percepções que a cercavam, bem como às implicações no campo da justiça e conveniência da medida adotada.

Para Caracas, tratava-se da “*defesa energética*” dos ideais democráticos na América, enquanto aos olhos do Brasil fora uma reação exagerada. Por exemplo, o chanceler Vasco Leitão da Cunha lamentou na imprensa a incompreensão venezuelana sobre o que realmente teria ocorrido no Brasil e criticou que a posição venezuelana nada contribuía para o fortalecimento do sistema interamericano.⁵⁴²

Mesmo na Venezuela, onde certas correntes defendiam que a reação do governo havia sido aquém do esperado, vozes críticas e em defesa da democracia se colocavam a favor da retomada de relações bilaterais, por razões óbvias do peso relativo do Brasil no contexto regional e mundial:

*para nosotros el Brasil tiene una importancia fundamental como para grand parte de los países latino-americanos (...) lo que allí ocurra repercutirá también en Asia y en África y agitará las sociedades subdesarrolladas que componen el tercer mundo. Nosotros deploramos lo ocurrido en el Brasil. Sólo deseamos que allí se reconstruya rápidamente el proceso democrático.*⁵⁴³

⁵⁴¹ Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 44, 16-4-1964; Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 47, 18-4-1964; Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, n° 47, 19-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, maço 920, ano 1964.

⁵⁴² “*Encargado de Venezuela en Rio regresa a Caracas*”. El Universal, 22-4-1964; “*Embajador del Brasil abandona hoy el país*”. El Universal, 22-4-1964; “*Reaccion en Rio de Janeiro ante la actitud venezolana*”. El Nacional, 22-4-1964. “*Interpelan hoy al canciller en diputados sobre el caso Brasil*”. La esfera, 22-4-1964; “*Posición venezolana*”. La República, 23-4-1964. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Expediente 120, pieza 2, caja 1, tramo 13.

⁵⁴³ SALOM, Ramón Escovar. “*Brasil*”. El Nacional, 22-4-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Expediente 120, pieza 2, caja 1, tramo 13.

Concomitantemente, a chancelaria e o executivo venezuelanos deveriam contornar a situação com o Brasil e prestar contas ao Congresso da Venezuela. O Ministro de Relações Exteriores Iribarren Borges foi convidado a comparecer à Câmara dos Deputados em 22 de abril para tratar sobre o Brasil e teve que administrar posições divergentes. De fato, o Parlamento funcionou como uma “concha acústica”, ecoando diferentes vozes e ruídos.

Por um lado, a corrente exaltada, favorável a um discurso condenatório e contrário à “brandura” na condução da suspensão de relações com o Brasil. Por outro, a corrente moderada, crítica à atuação da Casa Amarela e do chanceler Borges por ter aplicado de maneira indevida a doutrina Betancourt, uma vez que, o movimento revolucionário encampado pelos militares tivera por objetivo essencial preservar a democracia no Brasil.

Uma terceira posição foi assumida por aqueles que, dentro do partido URD, atacaram o golpe de Estado no Brasil, mas defendiam a manutenção das relações bilaterais, racionalizando sobre sua amplitude, que iria muito além da simples aprovação ou desaprovação de regimes políticos. De fato, as forças profundas econômicas trabalhariam pela normalização das relações durante o período de suspensão.

A posição favorável à suspensão de relações bilaterais com o Brasil, apesar de bem instruída, não era consensual no âmbito do governo venezuelano. Porque, então, não romper as relações com o Brasil?

O deputado Jorge Olavarria apontou à Comissão constituída no Parlamento para tratar do assunto alguns elementos que iriam contra a decisão do governo Leoní. A magnitude e importância do vizinho do sul no concerto interamericano e mundial; o fato de ser um vizinho fronteiriço; a existência de poderosos interesses comerciais comuns; e coincidências históricas, como os momentos de crise política vividos por ambos nas últimas décadas.

A sensibilidade do tema veio à tona no momento em que a sessão parlamentar dedicada à suspensão das relações Brasil-Venezuela, que era aberta, tornou-se secreta. Aparentemente, cobranças mais duras de alguns parlamentares levaram à negativa de Borges de responder publicamente a uma série de questões.

Por exemplo, o deputado Alfredo Tarre Murzi questionou a demora na aplicação da doutrina Betancourt para o caso brasileiro, criticando a política internacional venezuelana de “tímida e caribenha”, preocupada exclusivamente com a questão cubana.

Da mesma forma, Cesar Rondón Lovera, deputado esquerdista, denunciou a inconveniência da doutrina Betancourt como fonte de inimizades e ressentimentos por parte de outros governos e povos afetados por suas consequências. Depois de infindáveis discussões, a Comissão teceu considerações esclarecedoras sobre a decisão de romper com o Brasil.⁵⁴⁴

Primeiro, o Brasil passava por um crítico processo de desajuste há alguns anos, o que tinha implicações para as relações com Venezuela. Segundo, era difícil de acreditar que o procedimento que havia colocado Castelo Branco no poder tivesse transcorrido dentro das normas constitucionais vigentes. Ao contrário, teria havido uma alteração da ordem e isso teria afetado o regime democrático no Brasil. Terceiro, o parlamento não poderia abster-se de verificar as implicações para a Venezuela, o que queria dizer dar vazão a um acalorado debate sobre os prós e contras de tal decisão.

Ademais, o resultado dos debates no parlamento venezuelano apareceu no “relatório sobre a situação brasileira” da Comissão de Política Exterior da Câmara dos Deputados, de maio de 1964, com conclusões elucidativas sobre os rumos das relações bilaterais. Dizia o relatório: a) no Brasil se produziu um Golpe de Estado; b) não se pode aceitar mudança de governo legítimo que não pela via democrática; c) que a controvérsia brasileira siga os caminhos da solução pacífica e da rápida reintegração à ordem constitucional; e d) a Câmara deveria solidarizar-se com os parlamentares brasileiros que tiveram seu mandato violado pelo governo de força.⁵⁴⁵

Assim, a Comissão condenou o golpe e recomendou a manutenção da suspensão até que se reconstituísse a ordem democrática e pacífica da vida brasileira. Além disso, apresentaram sugestões para que se fizesse uma correção de rumos na política externa venezuelana, pela eliminação de considerações ideológicas na formulação e execução da política externa e pela ampliação do campo de abrangência e representação internacional do país.

Essas sugestões surgiram do debate em torno da penetração doutrinária e ideológica que a Casa Amarela estaria sofrendo. Temia-se que a política externa da Venezuela

⁵⁴⁴ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, reservado, n° 168, 5-5-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

⁵⁴⁵ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, n° 187, 11-5-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

permanecesse sob o “*efecto pelegrino*” ou seja, uma tendência de seguir ideias, países e regiões de maneira inconstante e errática

Por exemplo, o deputado Jorge Olavarría, que votara contra algumas das conclusões da Comissão, defendeu que as relações exteriores da Venezuela não deveriam estar limitadas por critérios rígidos que “*suelen crear situaciones contradictorias con los mejores intereses del país*”.⁵⁴⁶

Realmente, as reverberações do debate entre a presidência da República, os partidos políticos, o parlamento e a chancelaria moldaram a política externa bolivariana.

A fim de garantir um mínimo espaço de manobra nas relações bilaterais, a postura adotada foi de “*dejar en suspenso*” as relações diplomáticas com o Brasil, mas sem perturbar as atividades consulares e comerciais. Com sua experiência, o chanceler venezuelano Irribarren Borges sabia que “a política internacional está sempre em constante processo de revisão”, o que demandava certa flexibilização na aplicação da doutrina.⁵⁴⁷

3.2.2. Oportunidades desperdiçadas?

A postura irredutível e inflexível, derivada da doutrina Betancourt, foi sendo gradativamente temperada e flexibilizada pelas forças políticas, econômicas e sociais, bem como pela ação do Homem de Estado sobre a conjuntura pós-suspensão. Nesse sentido, como reagiu o Brasil à flexibilização da postura venezuelana e às janelas de oportunidade abertas para a normalização das relações bilaterais?

O uso do raciocínio contrafactual histórico é uma boa maneira de destilar diferentes tipos de causas dos eventos (imediatas, mediatas e distantes; ou gerais e excepcionais). Segundo Gaddis, o contrafactual deve ser razoável, representando uma possibilidade histórica aos tomadores de decisão; e significativa, definindo um ou mais caminhos não seguidos a partir de circunstâncias precisas.⁵⁴⁸

Nesse sentido, é possível elaborar dois contrafactuais que auxiliam na explicação das posições assumidas por Brasil e Venezuela com respeito à suspensão de relações bilaterais.

⁵⁴⁶ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, nº 187, 11-5-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964..

⁵⁴⁷ Idem.

⁵⁴⁸ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 117-120.

Caso o Brasil tivesse ameaçado suspender as compras de óleo cru da Venezuela, Caracas iria recuar em sua determinação? Se o Brasil apoiasse a Venezuela em sua disputa com Cuba, Caracas normalizaria rapidamente as relações com o Rio de Janeiro?

I. E se Cuba fosse uma ameaça comum a Brasil e Venezuela?

A revolução em Cuba tornou a vida dos governantes venezuelanos um pesadelo político. A vulnerabilidade venezuelana transpareceu em três aspectos identitários: na sua íntima relação com o Caribe, de onde emanavam as ondas revolucionárias castristas; na importância estratégica da Venezuela como potencial polo irradiador do socialismo cubano na América do Sul; e na disposição interna de grupos políticos e movimentos sociais de subjugar o governo constitucionalmente instituído.

Coincidentemente, o desmantelamento da PEI, levada adiante por Castelo Branco e Vasco Leitão da Cunha, e o reforço do alinhamento aos EUA, modificaram as preferências regionais do Brasil, que rompeu relações diplomáticas com Cuba em 13 de maio e liderou o isolamento cubano na IX Reunião de Consulta da OEA em julho de 1964.⁵⁴⁹

Nesse cenário, a alternativa da ameaça comum deveria trabalhar a favor do reatamento, reaproximando Brasil e Venezuela, o que não aconteceu.

Prontamente, depois de consumado o golpe militar no Brasil, a avaliação da Casa Amarela sobre a conjuntura e as repercussões da mudança do regime político brasileiro apontavam para um restabelecimento de relações bilaterais, pois o governo que assumisse, provavelmente, seria de orientação antissubversiva e tenderia a apoiar o pleito venezuelano contra Cuba na OEA.

Portanto, em abril de 1964, Caracas contou com a disposição do Rio de Janeiro em criar um ambiente favorável à continuidade de relações com a Venezuela, o que tornava factível o apoio do governo brasileiro ao pleito venezuelano de sanções a Cuba. Nesse cenário, contudo, a reação venezuelana foi de acomodação.⁵⁵⁰

⁵⁴⁹ CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília. p. 375-376.

⁵⁵⁰ Sanches Tirado a Borges, informe confidencial, n 332, 3-4-64; ACMRE, DPI, ruptura de relaciones, Expediente R-1-b, pieza 120, 1964.

Ao sentir-se desobrigada de um pronunciamento definitivo e imediato sobre a continuidade de relações diplomáticas com o governo brasileiro, Caracas optou por silenciar até que o Brasil definisse sua posição para a Reunião de Consulta de junho que, tudo indicava, seria favorável ao pleito venezuelano. Não havia necessidade de se movimentar diante de um cenário adequado aos interesses bolivarianos.⁵⁵¹

Na hipótese de Cuba se constituir em uma ameaça comum a brasileiros e venezuelanos era inegável que uma mudança na orientação da política externa brasileira se traduziria em apoio à postura venezuelana, de denúncia contra os atos de intervenção e agressão do regime castrista. Nesse cenário, entretanto, a convergência entre Caracas e Rio de Janeiro não foi nem automática, nem absoluta.

Por um lado, Caracas aguardou entre abril e maio para que o Brasil decidisse pela ruptura com Havana e depois esperou até julho a definição da posição brasileira na Reunião de Consulta, solicitada pela Venezuela para examinar as sanções contra Cuba. Nesses meses as pressões internas na Venezuela foram decisivas em lacrar qualquer abertura de diálogo pela normalização das relações bilaterais.

Por outro, Caracas enviou uma mensagem dúbia ao vizinho do sul: acenou que o alinhamento brasileiro à causa anticubana seria importante para o restabelecimento das relações bilaterais, ao mesmo tempo em que reafirmou a doutrina Betancourt como referência de política internacional, endurecendo posições nos foros multilaterais e no combate ao comunismo, reforçando a associação da subversão à ideia de terrorismo e rechaçando os governos de força.

Em suma, Cuba, como uma ameaça, foi assimilada de maneira diferente por Caracas e Rio de Janeiro e, portanto, não catalisou o reatamento das relações entre os dois governos.

II. E se o petróleo fosse utilizado como arma política?

O segundo cenário alternativo tomou como suposição contrafactual a utilização do petróleo como arma política para precipitar o reatamento brasileiro-venezuelano.

O governo brasileiro lançou uma isca bem atrativa ao Palácio de Miraflores, por meio da Petrobras. Divulgou uma licitação para fornecimento de 60 milhões de barris de óleo, no

⁵⁵¹ Idem.

prazo de um ano, uma proposta que aqueceria o mercado energético internacional. O detalhe mais importante desse movimento: só aceitaria ofertas de países do Oriente Médio ou da Venezuela, excluindo a poderosa União Soviética da concorrência.

Em Caracas soou como uma nova orientação energética internacional do Brasil, de especialização das fontes supridoras e de afastamento do bloco soviético. Ao mesmo tempo em que Líbia e Argélia, como importantes fornecedores petrolíferos para a Europa, colocavam a África no caminho da Venezuela, a América do Sul emergiu como um meio natural de expansão dos interesses venezuelanos.

Em junho de 1964, Alberto da Costa e Silva comunicou à Secretaria de Estado sobre a posição em que se encontrava a Venezuela:

o aumento das exportações do Oriente Médio e a ameaça africana e soviética sobre os mercados de levas na Europa fazem com que a Venezuela tenha de preservar os seus clientes tradicionais no hemisfério.⁵⁵²

O deputado venezuelano José Gerbasí acreditava existir nesse contexto uma boa disposição para buscar o que chamou de uma “saída elegante” para a suspensão de relações diplomáticas. Tudo dependia de uma política inteligente de Caracas que levasse em consideração a interdependência petrolífera brasileiro-venezuelana.

Do lado venezuelano, tanto o ministro de Minas e Hidrocarbonetos Parra Pérez, como o representante venezuelano na OPEP Eduardo Acosta, acreditavam que a Venezuela era o “fornecedor normal” de petróleo para o Brasil e que a fórmula para superar a contenda diplomática deveria passar pela maior colaboração direta entre a Petrobras e a CVP.

Do lado brasileiro, o governo sinalizou com a possibilidade de ampliar a compra de cru venezuelano como forma de induzir o setor privado a enxergar a conveniência da normalização das relações com o Brasil. A conjunção dessas duas posturas trabalhou em favor da reaproximação e gradativamente erodiu a posição doutrinária em favor do pragmatismo econômico-comercial.

Em dado momento, o Brasil percebera que uma das principais engrenagens da doutrina Betancourt era sua interface interna, como instrumento para mapear os personagens

⁵⁵²Consulado Brasil em Caracas para Secretaria de Estado, ofício, nº 213, 3-6-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

contrários ao regime democrático e que estivessem envolvidos em movimentos subversivos ou terroristas.

Como um produto para consumo próprio dos governos venezuelanos, na vizinhança sul-americana a doutrina Betancourt tivera um alcance reduzido no sentido de provocar aglutinações solidárias entre os países. Logo, era plausível pensar que a política externa venezuelana não poderia sustentar uma posição doutrinária rigidamente instituída em torno do princípio democrático, sabendo dos altos custos para as relações com o Brasil.

Guilherme Meneses, um dos três mais renomados pensadores venezuelanos junto com Uslar Pietri e Mariano Picón-Salas, diria na época que “*el doctor Iribarren no es tonto*”, sabe perfeitamente bem que em termos de política internacional não se deve confundir política e ideologia.

Portanto, para alguns venezuelanos, reconhecer o novo governo brasileiro, nascido do golpe de abril de 1964, era agir racionalmente, sobretudo do ponto de vista econômico. Por exemplo, Meneses atacou a posição de evidente miopia ideológica do governo Leoni: “*el Brasil es uno de los grandes compradores de Venezuela. Si la doctrina Betancourt va a quitarnos ese comprador seria cosa de preguntarnos cuánto cuesta esa doctrina*”.⁵⁵³

Ao fim e ao cabo, o petróleo continuou no centro das discussões e negociações comerciais, mas sem que o governo brasileiro tenha tentado alterar o regime petrolífero bilateral em seu favor, por meio de pressões na demanda, de ataques ao sistema de suprimento, de cortes ou restrições na importação, em suma, do embargo ao produto venezuelano.

A segunda alternativa, e a mais plausível para explicar a reação brasileira à atitude venezuelana, surpreendentemente, não se confirmou. O Brasil demonstrou que nem sempre petróleo ou qualquer outro recurso natural pode ou deve ser usado como uma arma política nas relações internacionais.

3.2.3. Dos indícios à normalização

Não obstante, por conta dessa postura autossuficiente, que cresceria na década de 1970, o Brasil era retratado como um país orgulhoso, que carregava um complexo de

⁵⁵³ ¿Sucede algo? El Universal 13-7-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Exp. 120, pieza 1, caja 1, tramo 13.

superioridade em relação aos vizinhos, simples “*naciones bananeras de cuartelazos y farsas políticas*”. Ilustra bem a posição do jornal ultranacionalista “*La esfera*” que se encarregou de refletir uma imagem deturpada do Brasil, como forma de justificar o ato de suspensão de relações diplomáticas e a sua manutenção por alguns anos.

Ademais, difundiu-se uma imagem irônica e de exageração de que o Brasil era o mais prejudicado com a decisão do governo venezuelano e que estaria sofrendo a humilhação de ter se convertido em uma “nação comum”. O jornal venezuelano não cansava de destilar palavras venenosas: “*Brasil nos ronda, nos sonrie, nos adula y nos hallaga para que reconozcamos a su gobierno (...) y siquiera por una vez en la vida le ganaremos el juego a Itamarati*”.⁵⁵⁴

Ainda que a imagem negativa do Brasil tenha sido uma variável interveniente no processo de reatamento, indícios da normalização das relações bilaterais, captados pelas mídias brasileira e venezuelana, romperam as meras especulações e ganharam fôlego entre os meses de maio e agosto de 1964, por várias razões.⁵⁵⁵

Primeiro, aproximava-se a data de expiração do *modus vivendi* comercial. O Brasil era, naquele momento, o primeiro mercado sul-americano e o quarto no mundo para a colocação do petróleo venezuelano, sendo o *modus vivendi* o instrumento que garantia tratamento prioritário ao petróleo venezuelano no mercado brasileiro.

Portanto, sem o *modus vivendi* o óleo venezuelano seria taxado com gravames maiores, o que poderia gerar uma diminuição das exportações venezuelanas. De fato, o memorando trocado entre a Divisão de Política Internacional e a Divisão de Assuntos Interamericanos sobre a situação política brasileira e a necessidade de “*reanudar relaciones diplomáticas*” concluía que “*el Brasil es uno de los mejores clientes del mundo para nuestro petróleo*”.⁵⁵⁶

⁵⁵⁴ La Esfera, 11-7-1964.ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Exp. 120, pieza 1, caja 1, tramo 13.

⁵⁵⁵“*Brasil proyecta aumentar las compras de petróleo venezolano*”. El Nacional, 29-5-64; “*Posible reanudación de relaciones com Brasil*”. El Universal, 2-7-1964; “*Se reanudarán muy pronto las relaciones con el Brasil*”. La Esfera, 2-7-1964; “*Venezuela y Brasil a punto de reanudar relaciones*”. La religión, 2-7-1964; “*Ninguna decisión sobre el Brasil*”. El Nacional, 8-7-1964; “*En Brasil esperan reinicio de relaciones diplomáticas y comerciales con Venezuela*”. El Universal, 14-7-1964; “*Confirma Iribaren Boerges haber sostenido conversaciones con el canciller Leitão da Cunha*”. El Nacional, 3-8-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Exp. 120, pieza 1, caja 1, tramo 13.

⁵⁵⁶División de Política Internacional a División de Asuntos Interamericanos, memorandum, s/n, Caracas, 4-9-64.ACMRE, DPI, Brasil, 1964,golpe de Estado,Exp. 120, pieza 1, caja 1, tramo 13.

Segundo, autoridades brasileiras e venezuelanas mantinham os canais de diálogo abertos. Em setembro de 1964, o encarregado brasileiro em Caracas, Alberto da Costa e Silva, encontrou-se com o ministro de Minas e Hidrocarbonetos Pérez Guerreiro, enquanto o dirigente da AD, Luis Esteban Rey viajou ao Rio de Janeiro para sondar as disposições do governo brasileiro em relação à crise diplomática.

Terceiro, as discussões em torno da renovação do *modus vivendi* traziam à reflexão o peso relativo do Brasil para as relações internacionais da Venezuela. A recomendação do Departamento de Assuntos Interamericanos da Casa Amarela ao Presidente Leoni sugeriu um estudo crítico sobre a conveniência de reatar relações diplomáticas com o Brasil e orientou a fazê-lo “*en la forma más simple y sin mucho ruido*”.

Da mesma maneira, preconizou uma revisão na orientação externa do país, por razões de alto interesse nacional e considerando que o caso brasileiro era “especial”: a) por se tratar de país fronteiriço, o que gerava problemas hodiernos e de contínuo intercâmbio (legal e ilegal) de pessoas e mercadorias; e b) pelo amplo mercado brasileiro, aberto aos produtos venezuelanos, principalmente o petróleo.⁵⁵⁷

Logo, esses três aspectos, derivados da interrupção de relações diplomáticas, tornaram-se forças de pulsão, empurrando a chancelaria e o governo de Caracas a reexaminar a realidade com um critério mais sensível e que permitisse uma maior flexibilidade na aplicação da posição venezuelana. Ainda, a persistência da suspensão já não se encaixava apenas no perfil normativo e doutrinário da política externa venezuelana. Havia outra força trabalhando contra o reatamento: a relutância.

O golpe na Bolívia, que derrubou Victor Paz Estensoro, obrigou Leoni a rever sua posição de distensão em relação ao Brasil, recrudescendo na determinação de manter as relações bilaterais em suspenso.⁵⁵⁸

Além do mais, a persistente relutância venezuelana se relacionava com a baixa conexão existente entre os dois países. Alberto da Costa e Silva indicou que até fins de 1964

⁵⁵⁷ Idem.

⁵⁵⁸ O golpe na Bolívia em 3 de novembro de 1964 e a queda do presidente Victor Paz Estensoro impactaram fortemente sobre as elites políticas venezuelanas que apoiavam o governo Leoni. A Bolívia, que havia sido refúgio seguro dos dirigentes opositores venezuelanos, durante a ditadura de Pérez Jiménez, transformou-se na antítese do pensamento bolivariano. A deterioração econômica e social boliviana abriu espaço para uma articulação entre o vice-presidente René Barrientos e o chefe das Forças Armadas Alfredo Ovando Candia, na implementação de um golpe militar “*que desconoce la Constitución y la voluntad popular*”. “*Golpe Militar en Bolívia*”. La República, 5-11-1964. Apud ROMERO, Maria Teresa. Venezuela en defensa de la democracia: el caso de la Doutrina Betancourt (1958-1998). Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005. p. 204-206.

não existiam ferrovias, nem rodovias ligando o Brasil à Venezuela. A ligação entre Santa Elena e Boa Vista era efetuada por jipes, avionetas e meios primitivos. O transporte fluvial permanecia difícil, sendo o rio Caroní interrompido por grandes quedas e a ligação para o rio Negro, pelo Cassiquiare, pouco utilizado.

Ademais, a zona fronteiriça era escassamente povoada e com restrita atividade econômica, girando em torno do garimpo de ouro e diamante, produtos normalmente contrabandeados para Guiana Inglesa, estado Bolívar e Roraima. O resultado da falta de integração bilateral era a permanência de grandes vazios entre os dois países, o que se refletiu na disposição política de acertar suas “contas diplomáticas”.⁵⁵⁹

No ano de 1965, ganhou novo *momentum* a normalização das relações entre Brasil e Venezuela. Apesar de não poder ser renovado o *modus vivendi*, foi estabelecido um consulado geral no Rio de Janeiro para tratar de questões diversas, incluindo as comerciais. A cooperação econômica foi facilitada pelo fato de a suspensão ter afetado apenas o ambiente diplomático, preservando a margem de negociação no âmbito comercial.

Logo, um passo considerado urgente era o estabelecimento de um programa de intercâmbio privado, entre empresários dos dois países, para neutralizar uma possível indiferença do governo de Caracas com o Brasil, afirmação feita pelo chefe da missão venezuelana Alfredo Lafée, que esteve no país no começo de 1965.⁵⁶⁰

Ainda que a distensão econômica tivesse vingado, a relutância venezuelana era politicamente forte. Como Caracas repudiava qualquer governo que não fosse fruto de eleições livres, aspecto definidor da democracia representativa e pedra angular do sistema interamericano, decidiu não comparecer à II Conferência de Chanceleres da OEA, que ocorreria no Rio de Janeiro, justamente por não aceitar o governo militar no Brasil.

A justificativa da Casa Amarela foi que em outros encontros interamericanos alguns países também não participaram por questões ideológicas ou políticas, o que não teria prejudicado o espírito de convivência harmônica e cooperação da região. O governo de Raúl Leoni entendeu que o momento e a situação da América Latina não eram propícios para tal reunião, estando respaldado pelos partidos políticos da situação e da oposição que, por sua

⁵⁵⁹ Embaixada Brasil Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 43, 10-11-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

⁵⁶⁰ “Reatamento com Brasil na mira da Venezuela”. Tribuna da Imprensa, 25-3-65; “Venezuela e Brasil”. Diário de notícias, 28-3-1965; “Incrementar el comercio entre Venezuela y Brasil”. La República, 17-8-1965; “Fedecamaras gestionara creación de camara de comercio venezolana-brasileña”. El nacional, 26-9-1965. ACMRE, DPI, Brasil, 1965, Exp. 2, pieza 2-1, caja 1, tramo 13.

vez, afirmavam: “*una reunión para fortalecer el sistema interamericano no debe realizar-se en un país donde no hay democracia*”.⁵⁶¹

Em Caracas, a presença da Venezuela na reunião da OEA poderia ser interpretada como um reconhecimento indireto do governo Castelo Branco. Portanto, a relutância dominou o sentimento político geral de que o país não deveria ir à reunião e, mais ainda, de que deveria repudiar o Ato Institucional decretado em 1965, o que colocou mais pressão sobre o governo Leoni.⁵⁶²

No Rio de Janeiro, a ausência da delegação bolivariana foi vista como um reflexo da postura recalcitrante de alguns parlamentares e interpretada como desaire e como um ato de censura à postura brasileira. Os comentários nos meios político e diplomático brasileiros confirmavam “*un estado de profundo resentimiento*” pelo não comparecimento da Venezuela na Conferência do Rio.⁵⁶³

Eduardo Galeano, escritor e jornalista uruguaio, foi impedido de cobrir a Conferência do Rio por ter escrito artigos injuriosos contra o Brasil. Ao se defender, dava razão à Venezuela por ter decidido não enviar uma delegação à Conferência, criticando a falta de garantias democráticas para a realização do evento. Não obstante, Galeano fez uma consideração relevante, para os dias atuais: “*confundir al Gobierno con el País sería un error en que no incurriría*”.⁵⁶⁴

Em 1966, ano da inauguração simbólica do palácio do Itamaraty em Brasília, com um banquete oferecido pelo administrador regional a diversas autoridades nacionais e estrangeiras, voltam à tona notícias sobre a proximidade do reatamento entre Brasil e Venezuela. Na realidade, dois aspectos bloqueavam momentaneamente as intenções de normalização das relações brasileiro-venezuelanas.⁵⁶⁵

O regime militar brasileiro obstruía os canais de comunicação entre sociedade e governo, criando uma situação angustiante em relação ao futuro das relações bilaterais Brasil e Venezuela. Um editorial do Jornal do Brasil exprimiria: “A verdade é que o governo não

⁵⁶¹ Jose Ramon Dovale, DPI a Alberto Lossada Casanova, Embaixada Lima, informe 10853, 30-12-1965. ACMRE, DPI, Brasil, 1965, Exp. 3-2, caja 1, tramo 12.

⁵⁶² Consulado Venezuela Rio de Janeiro para Exteriores, informe, n 1320, 10-11-1965; “Venezuela boicotará reunião do Rio”. Jornal do Comércio, 10-11-1965. ACMRE, DPI, Brasil, 1965, Exp. 3-2, caja 1, tramo 12.

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ Pena Vásquez a Borges, informe confidencial, Rio de Janeiro, 30-11-1965; DCEC a DPI, nota 302-d, Caracas, 23-2-1966. ACMRE, informes periódicos, Brasil, 1967, Exp. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19.

⁵⁶⁵ “Venezuela e Brasil aproximam relações”. A Crítica, 22-9-1966.

quer dialogar, basta o monólogo monocórdio de suas inexoráveis convicções”, para superar o debate político e esclarecer de maneira conveniente a população sobre as ações e decisões do regime.⁵⁶⁶

A incongruência entre os regimes políticos brasileiro e venezuelano gerou um impasse que foi decisivo para dar empuxo à suspensão das relações bilaterais. Por um lado, o Brasil decidiu abster-se de tomar a dianteira nas proposições de reatamento, deixando para a Venezuela toda e qualquer iniciativa de normalização das relações bilaterais. Por outro, a Venezuela não estava disposta a reconsiderar sua decisão e insistiu na sua posição doutrinária.

Também permanecia um abismo entre os tempos da chancelaria e da fronteira. Os acontecimentos políticos das capitais mais importantes tinham um vago reflexo na realidade dos “*inconmesurables territorios, aislados de esos grandes centros*”, assim como os assuntos localizados, às vezes, não alcançavam o domínio e o raio de preocupação do poder central.

Por exemplo, teve pouca repercussão o apelo de Artur Reis, governador do Amazonas, sobre os riscos do contrabando de minerais radioativos na fronteira norte, bem como sua análise que considerou perigosa a independência da Guiana Inglesa, pela possível conformação de um eixo Havana-Georgetown e pelos interesses venezuelanos na região contestada do Essequibo.⁵⁶⁷

Além do mais, um informe de Buenos Aires sobre a destituição do governo constitucional pelas Forças Armadas, em 28 de junho de 1966, reavivou a memória da relutância venezuelana. “*Parece que la Argentina no puede evitar la larga sombra de Perón*” diria o embaixador venezuelano na Dinamarca Vicente Gerbasi. A névoa da doutrina Betancourt pairou uma vez mais sobre o Brasil, dada a possibilidade de que Leoni voltasse atrás na determinação de reatar com o “*vecino del sur*”.⁵⁶⁸

Com a caída de Arturo Illia recrudescceu em Caracas a hostilidade contra o governo brasileiro, pela suposição de que se formaria um eixo político-militar entre Rio de Janeiro e Buenos Aires. Neste caso, a Casa Amarela reagiu aproximando-se dos países andinos e em

⁵⁶⁶ “ANGÚSTIA”. Jornal do Brasil, 12-3-1966. ACMRE, DPI, Brasil, 1966, Exp. Brasil-2, caja 2, tramo 16.

⁵⁶⁷ Consulado Venezuela Belém a DPI, informe 195, 27-5-66. Consulado Venezuela Manaus a Exteriores, informe, n 140, 2-9-1966. Consulado Venezuela Manaus a Exteriores, informe, n 168, 9-11-1966. ACMRE, DPI, Brasil, 1966, Exp. Brasil-2, caja 2, tramo 16.

⁵⁶⁸ Gerbasi a Borges, informe, n 626, Buenos Aires, 30-6-1966. ACMRE, DPI, Brasil, 1966, Exp. Brasil-2, caja 2, tramo 16.

reunião em Bogotá ressaltou a necessidade de valorizar os governos civis e isolar os governos militares na região. Assustava a lei de imprensa brasileira, que tolhia a liberdade de expressão, bem como a aproximação entre os países do Cone Sul com um bloco contrário aos andinos.

Contra essa tendência, que germinava nos bastidores diplomáticos sul-americanos, o chanceler Juracy Magalhães tornou pública uma nota em 22 de julho de 1966 condenando a formação de blocos regionais, dentro do sistema interamericano, em detrimento da OEA. Pegos de surpresa, os governos andinos tiveram que dar explicações durante o encontro em Bogotá.

A nota brasileira causou irritação em Caracas e o jornal *La República*, em um editorial, chegou a acusar o Brasil de “*complejo de culpa*”, insistindo na existência do eixo militar Rio-Buenos Aires e na perigosa aliança formada pelos dois maiores países da América do Sul, governados por visões de mundo militaristas, contrárias aos anseios democráticos e representativos do continente.

Apesar de tudo, ao final de 1966, a curva da desconfiança bilateral parecia ter entrado em uma trajetória descendente, refletindo três longos anos de discussões e debates internos nas duas sociedades, inúmeras oportunidades de normalização desperdiçadas e uma complexa rede de interesses geopolíticos e econômicos que se cristalizavam com o passar do tempo. Em suma, acumulou-se entre 1963 e 1966 uma inteligência negociadora suficiente para refazer os laços diplomáticos entre os dois países.

Logo, as relações diplomáticas seriam restabelecidas durante a gestão de Juracy Magalhães no Itamaraty. Em 29 de dezembro de 1966 o Ministro das Relações Exteriores, Borges, anunciou a normalização da tradicional amizade entre os dois países e Magalhães publicou a decisão de reatamento às 18 horas de 30 de dezembro de 1966.⁵⁶⁹

Juracy Magalhães expressou satisfação quanto às gestões desempenhadas por Borges na direção da chancelaria venezuelana durante o período de ruptura, especialmente no acercamento da família das nações do continente, “no qual Venezuela e Brasil estão chamados a desempenhar importante papel”. O resultado quase imediato da normalização

⁵⁶⁹Magalhães a Borges, nota, Rio de Janeiro, 30-12-1966. BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 42.

bilateral foi a nomeação, em 28 de fevereiro de 1967, dos encarregados de negócios para ambas as embaixadas, regularizando assim as relações diplomáticas entre os dois países.⁵⁷⁰

3.3. Pescadores “*en río revuelto*”

Após o reatamento diplomático, as relações entre Brasil e Venezuela continuaram conturbadas, como um rio de águas caudalosas que provocavam refluxos fragorosos contra suas margens. A suspensão havia cessado, mas não o ressentimento na mentalidade coletiva das sociedades.

Decisores e executores nas duas margens comportaram-se como pescadores “*en río revuelto*”: se aventuraram a domar os ânimos e a restabelecer a normalidade dos contatos internacionais entre os dois países; se esforçaram para neutralizar outros arroubos de ressentimento que se prolongaram do tempo longo e da conjuntura crítica até fins dos anos 1960; enfim, decidiram inverter a lógica de pensamento favorecendo prioritariamente o entendimento como horizonte estratégico.

Ao assumir a presidência do Brasil, em 17 de março de 1967, o marechal Arthur da Costa e Silva pensava que “toda a influência que o Brasil pode hoje exercer, por sua importância política, demográfica, geográfica, cultural e estratégica, será utilizada para promover um decidido impulso à prosperidade”.⁵⁷¹

Juracy Magalhães, Ministro de Relações Exteriores, e Sérgio Correa da Costa, Secretário-Geral do Itamaraty, encabeçaram a condução da política externa do Brasil tendo como objetivo dar um sentido eminentemente realista e de conteúdo econômico à atuação internacional do país.

Magalhães ressaltou a fidelidade da diplomacia brasileira ao interesse nacional, em conformidade com o quadro mundial e com as capacidades da nação. Logo, procurou ampliar efetivamente os mercados externos, encorajando a cooperação científica e preços justos e estáveis para os produtos nacionais, essencialmente commodities.

A Casa Amarela mapeou as principais intenções de Costa e Silva, para compreender com quem estaria lidando a partir de então: manutenção dos ideais revolucionários de 1964,

⁵⁷⁰ Idem. p. 43.

⁵⁷¹ Embaixada Venezuela a Exteriores, informe, n 99-37, Rio de Janeiro, 17-3-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 1, pieza 1.

da autoridade e da ordem da nação; eliminação dos efeitos negativos da subversão; conservação do *status quo* pós movimento de março de 1964; promoção da integração nacional; e o fortalecimento de Brasília como centro decisório do país.

A síntese da chancelaria venezuelana era de que o Brasil passara a ter uma orientação “política realista, sem preconceitos ou prevenções”.

Após três semanas de sua posse, Costa e Silva deu uma primeira declaração sobre as relações internacionais do Brasil, destacando o potencial de energia atômica para promover a integração regional. Propôs uma aliança atômica latino-americana, não apenas como ideal latino-americanista, mas como forma de apaziguar possíveis reticências às intenções declaradas do Brasil de desenvolver um programa nuclear com fins pacíficos. “Estamos atentos às novas perspectivas de cooperação e comércio emanadas da atenuação das tensões da Guerra Fria”, diria Costa e Silva.

Com essa disposição, o Brasil firmou o Tratado de Tlatelolco em 10 de maio de 1967. O embaixador José Sette Câmara, representante do país na ONU, explicou que o acordo entraria em vigor quando todas as disposições fossem aceitas por seus signatários. Além disso, o artigo 18 de Tlatelolco autorizava a construção e explosão de artefatos nucleares para fins pacíficos.

Com isso, imaginava-se que a concepção de projetos multinacionais poderia ser muito útil para a economia de vários países vizinhos, caso houvesse uma integração energética, ao mesmo tempo em que garantia a margem de manobra para o país desenvolver o seu projeto atômico no longo prazo.

A sensação de insegurança aumentou quando se constatou que o Brasil poderia explodir seu primeiro artefato em alguns anos, segundo declaração do general Uriel da Costa Ribeiro, presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear. Permanecia a antiga percepção de que o Brasil se movia, enquanto a Venezuela permanecia estática.⁵⁷²

Por um lado, alarmou Caracas a postura brasileira, por sua posição realista e independente, não estando disposta a inibir ou condicionar seu projeto nuclear. Por outro,

⁵⁷²A mídia venezuelana acompanhou vivamente as inclinações nucleares do Brasil. “*Proyectos nucleares de Brasil*”. El universal, 15-6-1967;

havia o receio na Casa Amarela de que a tradicional “instabilidade” do vizinho, agora com capacidade nuclear, pudesse transbordar problemas para a Venezuela.⁵⁷³

Neste ponto, a descrição do cônsul da Venezuela no Brasil não era muito animadora. Ele não acreditava em uma guerra civil, mas esperava uma situação de permanente agitação, de intranquilidade e de “*zozobra de acontecer tal cambio*”. O risco da instabilidade se prolongar por muito tempo estava no fato de que poderia ser aproveitada de maneira oportunista e interessada, por “*predadores políticos*”.⁵⁷⁴

De todo modo, o Brasil estava decidido a concretizar sua aspiração de converter-se em potência nuclear, afirmando sua posição internacional de não aceitar nenhum compromisso que o impedisse de alcançar o pleno desenvolvimento de sua potencialidade nuclear para fins pacíficos. Um dos objetivos primordiais era o de suprir a crescente demanda energética do país, em franco crescimento econômico. Entretanto, Washington fazia uma leitura realista clássica de que o desenvolvimento pacífico da energia atômica provavelmente seria revertido para fins militares.⁵⁷⁵

Para tanto, o governo brasileiro procurou neutralizar os constrangimentos norte-americanos e buscou a cooperação nuclear com nações possuidoras de *know how*, como Polônia e Tchecoslováquia, ou membros do *petit* comitê atômico europeu como França e Grã-Bretanha, em termos da exploração de urânio em território nacional, ajuda técnico-científica e aquisição de equipamentos.

A diplomacia da prosperidade do presidente Costa e Silva e do chanceler Magalhães Pinto passou a impressão de que o Brasil era “*un gigante que está despertando de un largo sueño*”. Assim, o diagnóstico da embaixada venezuelana no Rio de Janeiro foi: “*es evidente que el Brasil tiene una posición realista e independiente y no está dispuesto a inhibir o condicionar su entrada a la era de la tecnología atómica*”.⁵⁷⁶

⁵⁷³“*Brasil busca un futuro atómico*”. La república, 6-4-1967; “*Brasil propone unión atómica para el desarrollo*”. La República, 6-4-1967; “*Brasil firmó tratado de desnuclearización*”. El Nacional, 10-5-1967; “*Uso pacífico de energía atómica persigue Brasil*”. La República, 11-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 1, pieza 1.

⁵⁷⁴ Vasquez a Borges, Consulado Venezuela a Exteriores, informe 134, 3-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 1, pieza 1.

⁵⁷⁵“*Brasil producirá electricidad com energia nuclear*”. La república. 14-9-67. ACMRE, informes periódicos, Brasil, 1967, Exp. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19.

⁵⁷⁶Memorandum, n 326, 6-9-67; ACMRE, informes periódicos, Brasil, 1967, Exp. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19.

Além do engrandecimento brasileiro, com a aquisição de novos atributos de poder, quais seriam os fatores de persistência que mantiveram Brasil e Venezuela vivendo em tempos turbulentos após o reatamento das relações diplomáticas?

3.3.1. Clima tenso na ALALC

Em meados da década de 1960, a CEPAL apresentou um panorama da conjuntura econômica latino-americana. Os países da região lutavam para conter a inflação e a agudização da migração interna (zona rural-urbana), o que impactava na absorção da força de trabalho. Mantinha-se como gargalo uma acentuada irregularidade do desenvolvimento, devido às constantes quedas da taxa de crescimento do PIB e pelo baixo aproveitamento da expansão da economia mundial. Além disso, vivia-se um ciclo de recuperação das exportações, importações e investimento externo direto (IED), mas com um volume grande e desequilibrador das remessas de divisa ao exterior.⁵⁷⁷

Além disso, a CEPAL identificou o baixo incremento das possibilidades comerciais com a integração regional, apesar de identificá-la como um modelo promissor. Uma visão geral sobre o comércio brasileiro-venezuelano demonstrava as dificuldades encontradas em fazer avançar essa faceta das relações bilaterais.

Um aspecto importante do balanço do comércio bilateral referia-se a um nível razoável de exportações brasileiras, desde o início dos anos 1960, e que se sustentou mesmo durante os anos de suspensão das relações diplomáticas.

Além disso, houve uma tendência de queda do déficit brasileiro, tanto pela queda das importações venezuelanas, quanto pelo aumento das exportações brasileiras. Entretanto, o comércio continuava restrito fortemente ao petróleo.

Um dos caminhos escolhidos por Brasil e Venezuela para a superação do subdesenvolvimento e para dinamizar suas relações comerciais foi pela conformação e participação em blocos econômicos regionais, como a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC).

⁵⁷⁷“*Retroceso en el crecimiento económico*”. El Nacional, 17/4/67; “*Crecimiento económico de la América Latina retrocedió en 1966*”. La República, 17-4-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920, Ano 1967.

Tabela 2 - Comércio Brasil Venezuela (1963-1968)					
Período	Exportação	Importação		Déficit brasileiro	
	fob	cif	fob	cif	fob
1963	3.391	97.539	76.985	- 94.148	- 73.594
1964	4.711	92.319	71.054	- 87.608	- 66.343
1965	3.081	82.086	63.569	- 79.005	- 60.488
1966	4.623	70.506	52.411	- 65.883	- 47.788
1967	3.108	54.559	37.969	- 51.451	- 34.451
1968	3.987	66.708	45.065	- 62.721	- 41.078

Fonte: Elaboração própria. Adaptação dos documentos compilados em AHI e ACMRE.

A posição brasileira na ALALC foi formulada em 20 de julho de 1963, pelo chanceler Evandro Lins e Silva. O chanceler do Brasil apresentou dois temas cruciais que deveriam constituir a tônica da ação conjugada dos países membros para dar à ALALC o impulso indispensável à integração continental: harmonização de políticas e coordenação de atividades no campo do desenvolvimento econômico.⁵⁷⁸

Assim, o Brasil procurou envolver seus vizinhos na institucionalização de regras e procedimentos mediante aquela instituição comercial, mas encontrou alguns obstáculos no que concernia aos interesses venezuelanos. De fato, a Venezuela se transformou em “*el nudo de la tensión*” na ALALC.

A Venezuela se incorporou ao bloco na rodada do último trimestre de 1966, mas foi no quarto período de sessões extraordinárias, em junho de 1967, que foi considerada membro pleno, por aceitar discutir a liberalização de tarifas. Desde o seu ingresso, a Venezuela acusou Brasil e Argentina de terem sido reticentes nas negociações com os países de menor

⁵⁷⁸ FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 154.

desenvolvimento relativo, o que levou Caracas a assumir uma posição colaborativa, mas cautelosa.

Emergiu então uma “*dura controversia*” no seio da ALALC entre Brasil e Venezuela, “*que hizo temer una crisis en el organismo de integración latinoamericano*”. O representante venezuelano Braúlio Jatar Dotti descreveu o problema como “diferenças transitórias”, mas culpou o Brasil pelo mal-estar causado na demora da apresentação de suas listas de produtos e pela intransigência na mesa de negociação.

O governo brasileiro, da sua parte, reprovou a Venezuela pela insuficiência de suas listas de desgravação tarifária, posição que foi chancelada pela declaração sincera, porém imprevidente, do delegado brasileiro João Baptista Pinheiro que chegou a afirmar que a lista venezuelana era “inaceitável”. Assim, apontavam-se as dificuldades da Venezuela para negociar e, principalmente, harmonizar-se com outros países de fora do Tratado de Montevidéu; criticava-se a tendência a privilegiar os contatos com os EUA em detrimento dos parceiros da ALALC; denunciava-se o atraso na liberação de listas incompletas de ofertas, bem como a falta de informações sobre tratamento aduaneiro vigente na Venezuela.

As declarações brasileiras causaram comoção e acentuaram uma polêmica que se arrastava desde o ingresso da Venezuela na ALALC, em meados do ano de 1966. A tensa situação fez com que Dotti fosse chamado às pressas a Caracas para ser instruído pelo próprio presidente Leoni.

Realmente, a Venezuela enfrentava dificuldades pelo alto custo da produção interna, em comparação com os salários baixos e moedas desvalorizadas dos vizinhos. A complementaridade pretendida pela liberalização comercial transformou-se em um ambiente de competição para a Venezuela.

Além disso, o país carecia de um sistema logístico de interligação com os mercados da ALALC e sua produção estava atrelada aos tradicionais mercados dos EUA e da Europa. A simples substituição dos dois grandes mercados por vários pequenos não modificaria o cerne da dependência venezuelana das importações. Da mesma forma, era pouco provável que a dependência estrutural fosse substituída por uma relação de interdependência.

O Brasil viu com ressalvas o fato de a Venezuela ter um acordo bilateral de preferências com os EUA, por ir de encontro ao espírito do arranjo. Além disso, temia que o Mercado Comum Centro-Americano pudesse facilitar a infiltração de monopólios norte-

americanos no Cone Sul. Todos esses elementos favoreceriam lentidão, cautela e reservas nas negociações envolvendo a Venezuela.⁵⁷⁹

De qualquer forma, o Brasil sabia que a posição da Venezuela na ALALC determinaria o rumo dos fluxos comerciais entre ambos. Assim, o comportamento venezuelano na ALALC passou a ser alvo de interesse destacado pela chancelaria brasileira.

A situação vigente no comércio bilateral era de déficit constante na balança comercial do Brasil com a Venezuela. Logo, qualquer expansão de intercâmbio dependeria, principalmente, da melhor penetração dos produtos brasileiros no mercado venezuelano, o que, por sua vez, dependia de uma reorientação das importações venezuelanas e dos setores econômicos da Venezuela para a ALALC.

Paulo Tarso Flecha de Lima sugeria que se reeditasse a fórmula da “missão comercial exploratória” para sondar possíveis nichos de mercado e aproveitar o potencial do país como grande mercado importador. A primeira missão visitara Caracas no ano de 1960, mas não havia alcançado o resultado desejado, que era o de concluir um acordo de compensação parcial do valor das compras de petróleo venezuelano com a venda de mercadorias brasileiras.

Flecha de Lima lembrava como as negociações tinham sido “extremamente penosas”, devido à fortíssima oposição feita, nos bastidores das mesas negociadoras, pelas companhias petroleiras e pelo governo dos EUA para que fossem preservados os interesses públicos e privados dos norte-americanos.

Mesmo assim, ficara patente a grande possibilidade de colocação de produtos brasileiros, inclusive manufaturados, no mercado venezuelano. Para tanto, sugeria Mario T. Borges da Fonseca, chefe do Departamento de Administração, ao Secretário Geral Adjunto para Assuntos Americanos, Gurgel Valente, sobre a viabilidade de o Brasil ocupar no mercado venezuelano “o lugar a que fazemos jus”, por duas razões: o poder competitivo das mercadorias brasileiras e o crédito advindo da compra do petróleo venezuelano.

⁵⁷⁹ “*Tratamiento más amplio en la ALALC a los países de mercado insuficiente*”. El Universal, 11-4-1967; “*Admitida controversia: Brasil-Venezuela en la ALALC*”. El Nacional, 26-6-1967; “*Brasil y Venezuela inician negociaciones*”. Últimas Noticias, 29-6-1967; “*Negociaciones Brasil-Venezuela fueron iniciadas*”. El Universal, 30/6/67; “*Venezuela con problemas dentro de la ALALC*”, El Nacional, 15-6-1967; “*En ALALC temen infiltración de monopolios norteamericanos*”. La República, 16-6-1967; “*Venezuela es el nudo de la tensión en ALALC*”. Últimas Noticias, 15-6-1967; “*Alto costo de su producción interna dificulta a Venezuela negociar dentro de la ALALC*”. El Universal, 27-6-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

O diagnóstico da chancelaria brasileira quanto à posição “intransigente e quase intratável” da Venezuela na ALALC era ditada por três forças:

1. A desconfiança em relação à política externa brasileira: subsistia uma convicção nos centros de decisão em Caracas (AD e MREV) de que o Brasil continuava ressentido pela posição venezuelana de 1964, no que tange à adoção da doutrina Betancourt;
2. O poder de decisão do delegado da Venezuela: respaldado em sua força e prestígio internos, Dotti se reportava diretamente ao presidente Leoni, desconsiderando audiências com a chancelaria venezuelana;
3. As pressões das Grandes Potências e de Empresas Multinacionais: interessadas em lucrar e obter vantagens comerciais em um excelente mercado de importações como o venezuelano.

Ao mesmo tempo, as reduções oferecidas pela Venezuela, como forma de arrefecer os ânimos e manter o foco na negociação, nada representavam para o Brasil se não se considerasse a fundo a reorientação de suas correntes de compras no estrangeiro.⁵⁸⁰

A delegação permanente do Brasil junto a ALALC continuou seu intenso trabalho de rearticular os interesses com a Venezuela e colocar fim à controvérsia bilateral. O Brasil não aceitava ser obrigado a estender à Venezuela sua lista nacional de produtos desgravados, por força de uma simples resolução da ALALC, sem que negociações bilaterais fossem levadas a cabo. Já a Venezuela pretendia descaracterizar intenções polêmicas com o Brasil, mas evitando vislumbres de arranhão a sua soberania nacional.

O impasse era atribuído a dois conjuntos de fatores. Por um lado, o delegado brasileiro Baptista Pinheiro cogitava a possibilidade de o ministro Borges criar obstáculos ao avanço das negociações com o Brasil, que via como negativas aos interesses da Fedecamaras, principal entidade formada por representantes comerciais venezuelanos e importante ator político no país.

Por outro, certos círculos venezuelanos acreditavam que o presidente Leoni estimulava o contencioso, assumindo determinadas atitudes, para fins políticos internos, servindo-se da ALALC como plataforma para a sucessão presidencial.⁵⁸¹

⁵⁸⁰Divisão da Amazônia para SGAAA, Memorando, reservado-urgente, 13-7-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

A solução imaginada em Brasília seria transferir o problema para os entendimentos bilaterais de alto nível, deslocando da ALALC para Caracas as conversações sobre a atitude da Venezuela em relação ao Brasil.

Dessa forma, os fatores de enrijecimento da postura venezuelana na ALALC e a falta de capacidade brasileira de lidar com a situação reacendeu um foco de tensão entre Brasília e Caracas. Para uma relação bilateral em processo de distensão, a intransigência bloqueava o aquecimento dos contatos econômicos e a aproximação política entre Brasil e Venezuela.

3.3.2. A interferência cubana

Não havia sintonia entre a política exterior cubana e a de seus vizinhos sul-americanos. Irradiavam da ilha caribenha, com respaldo da URSS, ondas de interferência ideológica e política em formas diversas como ajuda a movimentos revolucionários, abrigo a dissidentes políticos e operações de intervenção em lutas emancipacionistas, dentro e fora do continente.

A delicada situação de Cuba no sistema interamericano voltou à tona no primeiro semestre de 1967 e foi intensamente acompanhada pela mídia no Brasil e na Venezuela. O governo venezuelano decidiu abandonar sua posição de cautela e clamou pela realização de uma reunião de consulta da OEA para tratar do problema de desembarque de guerrilheiros no país sob o auxílio de Havana.

A primeira camada de interferência afetou a tradição brasileira de valorizar o arcabouço institucional e ideacional gestado no Ministério das Relações Exteriores. Assim como sucedia nas discussões da ALALC, a política externa venezuelana não era pensada na Casa Amarela, mas eraprogramada no bojo da *Acción Democrática* e da Presidência da República. O fato deixava o grupo decisor mais suscetível a mudanças de humores conforme determinasse a opinião de coligações políticas e econômicas.⁵⁸²

Por conseguinte, o governo de Raúl Leoni se mostrava muito sensível às pressões ideológicas. A sociedade criticou a atitude tímida do governo Leoni, que tardou bastante em

⁵⁸¹ Embaixada Brasil Caracas para Secretário de Estado, Telegrama Secreto, n° 286, 14 de setembro de 1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

⁵⁸² Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto, n° 92, 7-5-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

responder a infiltrações guerrilheiras no país. Assim, o governo de Caracas foi assediado pelos militares, pela imprensa, pelos grupos sindicais e pelos partidos políticos. Na visão brasileira, era complicado estabelecer relações confiáveis com um país “de emocionais, onde o orgulho nacional se sobrepõe a tudo”.⁵⁸³

Por isso, preocupava o Brasil o “sempre exacerbado nacionalismo venezuelano”, expresso em atitudes governamentais, como a doutrina Betancourt ou as manifestações de grupos sociais, como da Confederação de Trabalhadores da Venezuela (CTV), que tentou impedir o desembarque nos portos do país de mercadorias de navios de países que comerciavam com Cuba.⁵⁸⁴

Por tanto, a apreensão brasileira cresceu quando se ventilou a possibilidade de se constituir uma comissão de três ministros de relações exteriores de países americanos para analisar o caso cubano. Na verdade, Caracas queria criar um grupo tático dentro da OEA para persuadir outros países a interromper seu comércio com Cuba. Uma proposta deste jaez só poderia levar o Brasil a se opor a ela, além de romper o relativo consenso que subsistia nas decisões interamericanas.

Realmente, certa “irritação” contagiou a instrução da Secretaria de Estado ao representante do Brasil em Caracas, no sentido de demover a chancelaria venezuelana daquela ideia. Brasília queria evitar o desprestígio da eventual reunião diante do inevitável impasse que surgiria.⁵⁸⁵

A Conferência Presidencial de *Punta del Este* de 1967, que deveria tratar de questões econômicas, foi contaminada pelos temas da subversão e das guerrilhas. Em cinco países da região, Guatemala, Bolívia, Colômbia, Venezuela e Brasil se identificavam focos de movimentos guerrilheiros e o governo de Caracas aproveitou para vinculá-los à revolução cubana e à política de internacionalização dos ideais revolucionários de Fidel Castro.⁵⁸⁶

⁵⁸³Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgente, nº 115, 20-5-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

⁵⁸⁴ “*Lista negra para barcos que comercian con Cuba*”. La República, 25-5-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

⁵⁸⁵Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgente, nº 189, 21-7-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

⁵⁸⁶ Vale lembrar que nessa reunião estiveram ausentes Cuba, expulsa da OEA e a Bolívia, de René Barrientos, cujo pedido de saída para o mar não foi aceito como ponto para discussão na Conferência. “*Guerrillas y subversión – temas inevitables*”. El Nacional, 12-4-1967; “*Grupo de guerrilleros capturado en Brasil*”. El Universal, 4-4-1967; “*Brasil no planteará el problema de sus guerrillas*”. El Universal, 10-4-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

A decisão de Leoni de solicitar uma reunião de consulta da OEA para tratar do caso cubano era mais um indício da fraqueza do Ministério das Relações Exteriores e da força dos especialistas em política internacional da AD, o que culminou num pedido de demissão do chanceler Borges.

O presidente Raúl Leoni negou o pedido de Borges, mas não escapou dos ataques do jornal brasileiro *Correio da Manhã*, de 18 de maio de 1967, que lançou uma dúvida no ar: “se o governo de Leoni tem o verdadeiro controle da situação interna poderia deter facilmente a infiltração de agentes estrangeiros sem solicitar (...) a participação de outros Estados americanos em aventuras militares”.⁵⁸⁷

Já a mídia venezuelana apontou que o Brasil iria se posicionar favoravelmente na questão com Cuba. Não obstante, o voto favorável do Brasil se limitava simplesmente à realização de uma reunião de consulta pra tratar do assunto, mas não expressava nenhum posicionamento favorável ou contrário à Venezuela. O Brasil teve o cuidado de que as denúncias fossem examinadas antes, para constatar a relevância da reunião e para que não fosse lesivo para a própria OEA.⁵⁸⁸

Diante da situação venezuelana a Argentina havia oportunizado reviver a Força Interamericana de Paz (FIP). O Brasil, por sua vez, acreditava que a manutenção das instituições democráticas era uma questão interna de cada país e não considerava o assunto como de relevância para ser tratado no âmbito multilateral. Ao contrário, preferia resguardá-lo como assunto de segurança nacional.⁵⁸⁹

Perante a reticência brasileira, o governo venezuelano optou por duas linhas de ação a fim de solucionar o quebra-cabeça cubano: oscilar em busca de apoio entre as superpotências e influenciar a principal instituição regional, a Organização dos Estados Americanos.

Leoni já havia se encontrado com Lyndon Johnson para tratar do problema cubano e em *Punta del Este* seguiu-o em seus pronunciamentos e ideias. Johnson carregava a mensagem clássica da cruzada anticomunista: sensibilizar o Hemisfério dos perigos da

⁵⁸⁷ AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

⁵⁸⁸ “*Brasil apoya Venezuela en su acusación contra Cuba*”. Últimas Noticias, 16-5-1967; “*Respaldo a Venezuela en su denuncia contra Cuba*”. El Nacional, 17-5-1967; “*Brasil dispuesto a concurrir a reunión pedida por Venezuela*”. El Universal, 18-5-1967; “*Solidaridad con Venezuela en la OEA*”. El Nacional, 21-6-1967; “*Teme Brasil que sea lesivo al Hemisferio*”. Últimas noticias, 21-6-1967; “*Brasil y Uruguay también apoyan la petición de Venezuela para reunión de cancilleres*”. El Nacional, 3-6-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

⁵⁸⁹ “*Brasil rechaza nueva gestión de Argentina*”. La República, 4-6-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

proliferação comunista no mundo e na região. Entretanto, as dificuldades por que passavam os EUA no Vietnã afastavam Washington de uma intervenção mais direta na América do Sul.⁵⁹⁰

Aproveitando-se da margem de manobra criada com a distensão da Guerra Fria e o afastamento temporário dos EUA da região, o governo venezuelano efetuou o primeiro movimento tático: o ensaio de reaproximação com a URSS, já que naquele momento os dois países estavam de relações rompidas.

Era intenção de Caracas que a OEA levasse o assunto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e lá duas opções se abririam, de acordo com os interesses nacionais venezuelanos. Persuadir Moscou a não vetar uma eventual resolução contra Cuba no CSNU, o que seria o objetivo máximo, mas verdadeiramente insólito. Ou impelir a URSS a assumir uma posição pública sobre o problema das guerrilhas e da intervenção cubana. Mais ainda, Caracas acreditava que um veto da URSS a alguma proposta de resolução fosse, no mínimo, garantir uma vitória moral para sua causa.

O segundo movimento tático foi tentar influenciar o xadrez político regional, assumindo o comando da OEA.

A gestão colocada em curso, perante as chancelarias americanas, informava do interesse venezuelano de que o ex-Ministro de Relações Exteriores, Marco Falcón Briceño, fosse escolhido como Secretário-Geral da OEA no pleito que ocorreria em novembro de 1967. Briceño concorreu com o representante dos países centro-americanos Gonzalo Facio, da Costa Rica. Os países centro-americanos alegavam que, dentro da lógica de rotatividade dos cargos, a designação deveria recair em uma personalidade daquela área.

Caso assumisse o comando da OEA, Caracas esperava ganhar prestígio e influência nas votações de temas sensíveis como a interferência cubana e a questão territorial com a Guiana. Caracas confiou que o Brasil iria seguir a Venezuela em sua querela particular, acenando com a possibilidade de ganhos mútuos no caso da escolha do venezuelano: “*en*

⁵⁹⁰“Vietnam y sus incidencias en Latinoamérica analizadas durante entrevistas con Nixon”; El Universal, 15/5/67; “América Latina vive un momento crítico”. El Universal 18-5-1967.ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

*medio de la cambiante política externa brasileña ese país pudiera apoyar a Falcón Briceño”.*⁵⁹¹

Entretanto, a Secretaria de Estado no Brasil foi enfática e anunciou a seu representante que votasse contra Briceño, por suas vinculações com a doutrina Betancourt e com o revisionismo de fronteiras no caso da Guiana. Poderia até ser um “capricho da ditadura”, mas que foi resultado do resquício de revanchismo brasileiro, ofuscando o entendimento bilateral, e que foi temperado pelo receio de que o venezuelano envolvesse o Brasil em uma querela desnecessária sobre suas fronteiras na região amazônica.⁵⁹²

3.3.3. Triangulação Venezuela-Brasil-Guiana

O tempo das fronteiras demorava a passar, na medida em que a questão da Guiana continuava referenciando as relações bilaterais de Brasil e Venezuela. O rancor estava vivo sob o ângulo fronteiro, que se apresentou como uma quase-rivalidade entre brasileiros e venezuelanos com o passar de várias gerações.

A imagem unidimensional, ancorada na visão idílica da Amazônia como a terra do futuro, cedeu terreno a acepções mais realistas quanto à importância geopolítica, estratégica e econômica de seus prolongamentos. De fato, o que se percebeu no âmbito político e diplomático era que a Amazônia se desdobrava em subcomplexos com forças e dinâmicas próprias como, por exemplo, as que davam vida à “ilha das guianas”.

A chamada “ilha das guianas”, que integrava o norte do Brasil e boa parte da Venezuela e das Guianas, tinha como principais traços fronteiros elevados maciços entre as bacias do Orinoco e do Amazonas, que funcionavam como separadores naturais das partes brasileira e venezuelana.

Vale destaque a nova base de pensamento que emergiu da ruptura e tomou forma nas chancelarias da região. Formulada em termos de uma premissa geopolítica, para a época, parecia bastante sofisticada ao vislumbrar os nexos estabelecidos entre atores do subsistema amazônico de relações internacionais:

⁵⁹¹“*Falcón Briceño candidato a secretario de la OEA*”. La República, 3-5-1967; “*Venezuela en campaña oficial*”. El Nacional, 4-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

⁵⁹²Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, Secreto, nº 380, 10-11-1967; AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

o que se passa na margem sul da grande ilha tem repercussões sobre toda a sua extensão até a margem norte, e vice-versa.⁵⁹³

Essa premissa tornou-se um mapa de tomada de decisões, tanto para questões de integração física quanto para decisões políticas em tempos de crise. Do ponto de vista da interligação entre Brasil e Venezuela, pensava-se na conexão entre os rios Negro e Orinoco. A ideia, que surgira em 1942, foi lembrada uma década depois no governo de Pérez Jiménez, mas sem grande entusiasmo e voltou a povoar a mente dos decisores brasileiros e venezuelanos nas décadas de 1960 e 1970.

Todavia, o embaixador brasileiro em Caracas, Luis de Faro Junior, tinha dúvidas sobre a conveniência de se fazer um empreendimento de grande magnitude em uma área de vazio econômico, que incluiria obras de alto custo como drenagem e canalização de rios, para garantir a navegabilidade interconectada entre os rios Orinoco, Cassiquiare e Negro.

O comandante Braz Dias de Aguiar, da Comissão Brasileira Demarcadora de Fronteiras, comungava dessa visão e lamentou que, mesmo com todas as obras de engenharia, “o caminho fluvial entre o Orinoco e o Amazonas apresentaria dificuldades na época da estiagem (novembro a março, notadamente em janeiro e fevereiro), pela queda drástica do nível dos rios, sobretudo no lado venezuelano”.⁵⁹⁴

Faro Junior decifrou a charada: “somente razões estratégicas poderiam recomendá-las”. Assim, o Brasil se preocuparia em ocupar e desenvolver a região norte do país com a chamada Operação Amazonas, que incluiu a criação da SUDAM. Do lado venezuelano, a referência identitária era um pouco diferente, pois, efetivamente, a região amazônica da Venezuela, constituída pela área do rio Cassiquiare, encontrava-se quase abandonada, não fazendo nem parte dos Planos da Nação de 1963-66 e de 1965-68.⁵⁹⁵

Logo, a Venezuela não possuía uma política de integração amazônica, mas uma política de fomento da “Guyana”, com a criação de polos de desenvolvimento e centros industriais para aproveitamento de recursos naturais. Nesse cenário, numerosos

⁵⁹³ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 379, 6-9-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

⁵⁹⁴ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 379, 6-9-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

⁵⁹⁵ “La región del Amazonas”. El Universal; 19-4-67. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 2-1, caja 2.

acampamentos de brasileiros, garimpeiros de ouro e diamante, moldaram os ciclos de exploração mineral do maciço guianês venezuelano ao longo dos rios que formavam a bacia do Caroní, afluente do Orinoco.⁵⁹⁶

O acesso pelo Brasil à Gran Sabana era facilitado pelas baixas e arredondadas colinas ao sul de Santa Elena, mas logo se interpunham difíceis obstáculos como serras e rios com corredeiras e quedas d'águas. De mais a mais, a presença do Exército e das Forças Armadas de Cooperação era restrita a alguns postos fronteiriços, como o de Santa Elena que tinha um efetivo de 15 homens. Em 1964, o ministro da defesa cogitou construir um forte no Monte Roraima, mas o assunto nunca mais veio à baila.

Não obstante, o que dirigiu a atenção de Caracas a formular planos de desenvolvimento regional para aquela área, que acabaram por incluir parte da Gran Sabana e da Amazônia Venezuelana, foi a reivindicação de Georgetown sobre o Essequibo.

Nas aspirações venezuelanas, essa região figurava como o futuro Ruhr sul-americano, o centro da indústria pesada do continente. Um polígono de desenvolvimento que ligava as cidades de San Tomé de Guyana, Ciudad Bolívar, Ciudad Piar, El Dorado, Tumeremo e El Palmar. Mais adentro do território venezuelano, no norte do Estado Bolívar, a riqueza mineral era imensa: ferro, ouro, diamante, manganês, bauxita e muitos outros, que só começaram a ser explorados na década de 1960.

Para tanto, foi criada a *Corporación Venezolana de Guyana (CVG)*, autarquia com enormes recursos financeiros e dedicada a formular e implementar os projetos de desenvolvimento daquela região. A construção de *Ciudad Guyana* (Santo Tomé de Guyana) foi uma obra crucial, pela localização estratégica: dos dois lados da foz do Caroní, na confluência com o Orinoco e com as margens ligadas por uma grande ponte.

As jazidas minerais descobertas estavam situadas numa das áreas de maior potencial hidrelétrico da Venezuela, no curso do rio Caroní, que incluía a já instalada hidrelétrica de Macagua I (1959; 300 mil kw) e o grande projeto de Guri (com potencial de 6 mil MW). Naquele momento, já estava em funcionamento a Empresa de Eletrificação do Caroní (EDELCA), também vinculada à CVG.

⁵⁹⁶ Isto explica porque a Amazônia não pode ser considerada uma “força estática” para bloquear ou fomentar a integração entre Brasil e Venezuela, uma vez que esse processo se desenvolveu em uma faixa muito específica compreendida pelo maciço guianense. Ao contrário, a Amazônia venezuelana conectou-se à Amazônia brasileira em uma fronteira bem menos dinâmica, marcada por grandes acidentes geográficos e pela presença de uma comunidade indígena transnacional, de maioria Yanomami, constituída em ambos os lados da fronteira.

Realmente, o grande projeto estratégico seria a construção de uma das maiores usinas hidrelétricas do Ocidente, pelo aproveitamento do curso inferior do rio Caroní, onde desaguava o afluente do rio Guri. A sua represa teria uma altura estimada em 154 metros, com potencial para produzir 6 mil MW, com perspectivas de alimentar Trinidad e Tobago e a região norte do Brasil.⁵⁹⁷

Subsistiam ainda resquícios de ressentimento sobre o problema da fronteira norte na América do Sul. As ideias desenvolvidas pelo professor Paulo Henrique da Rocha Correa foram publicadas em 1965, revivendo a questão da aquisição das Guianas em concertação com a Venezuela:

(...) o ditador Pérez Gimenez teria (...) falado na anexação, a mão militar, das três Guianas mais nosso Amapá e Roraima. A notícia, se causou risos em meio mundo, não deixou de nos irritar. E de tornar claro que o Brasil deve interessar-se pelas Guianas, inclusive para preservar nossas fronteiras. À época reagimos como era natural: procuramos excluir Caracas de nossos artigos e palestras. Com o retorno da Venezuela a um regime sensato, voltamos a pensar na parceria.⁵⁹⁸

A atenção brasileira estava no fato de que o crescimento dessa nova zona poderia ter impacto na fronteira com o Brasil, após a interligação com Santa Elena, constituindo-se em polo de atração para os territórios circunvizinhos. Um movimento perigoso se desenhou: ao mesmo tempo em que o sul do Estado Bolívar deixaria a órbita brasileira, o estado de Roraima seguiria para a área de influência venezuelana.

Por um lado, se não fossem a rigorosa fiscalização e o desincentivo venezuelano à imigração de brasileiros, Roraima possivelmente sofreria nos anos 1960 e 1970 com o despovoamento e com a queda da renda da população. Por outro, as facilidades para os garimpeiros do outro lado da fronteira contrastavam com as comunicações do lado brasileiro, muito precárias e de alto custo, o que retirava qualquer possibilidade de concorrência dos produtos do Brasil na zona limítrofe.

O cônsul do Brasil em Caracas, Alberto Vasconcelos da Costa e Silva, sugeriu uma mudança de atitude do governo brasileiro, apontando à Secretaria de Estado ações para evitar

⁵⁹⁷ O semanário *Life* se referia à represa de Guri, na Venezuela, como uma das marcas da modernização latino-americana. “*Progressos latinoamericanos de relieve en revista Life*”. *El Universal*, 13-4-1967.

⁵⁹⁸ CORREA, Paulo Henrique Rocha. *O Brasil e as Guianas*. São Paulo: IBEL, 1965.

essa atração péfida: deveria ser feita uma interligação mais efetiva entre Boa Vista, Manaus e Belém; e poderia se fomentar a agricultura e pecuária em Roraima para aproveitar a ligação com a Venezuela, abastecendo a rica região da Guayana no vizinho.⁵⁹⁹

Ainda durante o ano de 1967, uma nova linha de tensão foi gerada nas relações entre Brasília e Caracas. A inevitável triangulação das relações internacionais mostrou ao Brasil o funcionamento de um subsistema amazônico de relações internacionais, capaz de dragar o país para dentro de debates e discussões bem diferentes daquelas existentes no subsistema platino.

O Itamaraty observou atentamente a movimentação de seus vizinhos rumo à conformação de uma via nevrálgica da integração regional. A chamada “marginal da selva” iria ligar a Amazônia ao Pacífico e vincular todos os países hispano-americanos da América do Sul, desde a Venezuela até o Chile, por uma grande rede de transporte terrestre.

Entretanto, o plano que, originalmente, incluía uma ligação entre Santa Cruz de la Sierra na Bolívia e Corumbá no Brasil, fora modificado por engenheiros norte-americanos. Havia o temor de que o projeto “marginal da selva” fosse igualmente marginal ao Brasil. Espedito Freitas Resende, chefe da Divisão de América Meridional, alertou: “se não agirmos em tempo, algo de grave pode ainda ocorrer no extremo norte”.

Freitas Resende apontou uma solução em duas partes. Pressionar pelo restabelecimento do projeto original, fazendo valer a conexão entre Brasil e Bolívia; e interligar o Brasil aos vizinhos amazônicos do norte como Venezuela e Guayana.

Por um lado, faltava um sistema de comunicação permanente entre Roraima e qualquer outro ponto do país. Por exemplo, o rio Branco era navegável apenas quatro meses ao ano, e somente em parte de sua extensão total, e durante dois terços do ano todos os provimentos eram recebidos por via aérea e a preços exorbitantes.

Na visão de Freitas Resende, deveria se remediar o “isolamento político, econômico e, sem dúvida, moral de Roraima, cuja população tem, hoje, mais vínculos com os vizinhos do que conosco”. Assim, o governo do Brasil precisaria agir na construção da “insubstituível” BR 174, entre Boa Vista e Manaus, independente de seu custo, para que a continuação até a

⁵⁹⁹ Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 379, 6-9-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1966.

cidade venezuelana de Santa Elena de Uairén garantisse a interligação entre os dois vizinhos.⁶⁰⁰

A outra frente de atuação urgia incluir, na série de prioridades internacionais do país, a criação do ramal Boa Vista/Lethem, na fronteira com a Guiana Inglesa, para que entendimentos diplomáticos posteriores fossem feitos para garantir a pavimentação da estrada que se estenderia do interior do país vizinho até a capital Georgetown.

As ideias compartilhadas entre o Itamaraty e seus enviados aos países amazônicos, acerca do exercício da soberania na fronteira norte, eram compatíveis. Freitas Resende, por exemplo, propôs uma maior interligação rodoviária entre Manaus, Lethem e Santa Elena, a fim de se melhorar as perspectivas econômicas da localidade. Na visão do diplomata brasileiro, seria um “imperativo à segurança nacional e afastaria o risco de Roraima se vincular à Guiana Inglesa ou à Venezuela”, pelas facilidades que ofereciam como mercado e centro de interesse político e econômico.⁶⁰¹

Além do mais, Alberto da Costa e Silva alertou que a prioridade da Venezuela naquele momento era a parte leste da região da Guiana, ou seja, o Essequibo, o que impunha ao Brasil a necessidade de envidar esforços para dar densidade econômica ao território de Roraima, ligando-o aos centros de distribuição comercial do norte do Brasil.

Em suma, o desafio era vitalizar a fronteira, sobretudo na região próxima à Santa Elena de Uairén, “onde pelo que estou informado, não existe sequer um pequeno destacamento militar brasileiro”.⁶⁰²

Com tais medidas o Brasil alcançaria uma nova saída para o Oceano Atlântico, uma ligação direta com o mar do Caribe e passagem livre pela “marginal da selva” na conexão de Arauca, que ligaria a Venezuela à Colômbia. Era, essencialmente, uma medida de caráter econômico, mas que tinha reflexos no campo da segurança nacional.

A síntese da triangulação Brasil-Guiana-Venezuela esteve presente em uma série de documentos diplomáticos que informavam sobre as “Consequências para o Brasil da questão

⁶⁰⁰ Vale referenciar que toda a BR 174, de Manaus à fronteira com a Venezuela, teria uma extensão aproximada de 970 km, sendo Roraima o eixo de ligação entre o interior do Brasil e a vizinhança exterior, Venezuela e Guiana.

⁶⁰¹DAM para Secretaria Geral Adjunta de Assuntos Americanos, Memorando, reservado, 20-12-1966.AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1966.

⁶⁰²Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 379, 6-9-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1966.

fronteira Venezuela-Guiana”. O problema do isolamento de Roraima era recorrente, pelo fato de estar localizado em um ponto crítico do território nacional, mas ganhou tons de gravidade com a intensa agitação política na vizinhança.

Naquele ano de 1966, se instalou na Guiana Inglesa um processo de independentização que colocou no poder um governo de orientação comunista, o que, de certa maneira, alterou o equilíbrio ideológico da região. A agitação política em Georgetown juntou-se à ameaça de conflito com a Venezuela, por conta do contencioso territorial do Essequibo.

Logo, o governo da Guiana independente tinha consciência da situação vantajosa que lhe trazia o isolamento de Roraima, que parecia à mercê da disputa entre Venezuela e Guiana, em virtude do seu descolamento do corpo da pátria. Vale reproduzir o desabafo de Resende: “Roraima não tem voz política, é um território. O Amazonas, despovoado, é um gigante mudo, porque deserto. E é no deserto que o Brasil se vê a braços com um problema que se agrava”.⁶⁰³

Como forma de tentar sanar parte do problema, no sentido de especializar ainda mais o tratamento das questões chaves da região, o Itamaraty criou a Divisão de Amazônia (Dam), em junho de 1968, que passaria a agrupar assuntos relativos à Guiana, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. Portanto, a principal preocupação era relativo ao potencial de alastramento do diferendo fronteiriço guianense-venezuelano.

O contencioso venezuelano-guianense se agravou quando a Venezuela proclamou, por decreto presidencial, o domínio sobre as águas do rio Essequibo, por ser senhora daquele território. Em fevereiro de 1966 foi feito um acordo com a Grã-Bretanha que reconhecia pela primeira vez e, oficialmente, o problema colocado pela Venezuela sobre a região do Essequibo. O laudo de Paris de 1899, que favoreceu a Inglaterra, seria considerado passível de revisão, perdendo seu caráter, até então, de intangibilidade diplomática e política.

O parlamento guianense reagiu considerando nulo tal decreto. O líder da oposição no Congresso, Cheddi Jagan, qualificou Raúl Leoni de títere dos EUA e instou o governo a apresentar o caso ao CSNU. Além disso, para Jagan, o país deveria abandonar as negociações

⁶⁰³ DAM para SGAAA, Memorando, reservado-urgente, n 85, 16-6-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967

da Comissão Mista Venezuela-Guiana, vigente naquele momento, e chegar ao extremo de romper relações com Caracas.

O primeiro-ministro Burnham estava politicamente acuado e optou por seguir o discurso exaltado da oposição, admitindo a possibilidade de invasão armada por parte da Venezuela. Burnham se questionava: “quem poderá impedir que a mentalidade venezuelana se convença a si mesma que a entrada na região não é uma invasão, senão voltar a tomar o que já lhes pertence?”.⁶⁰⁴

Na concepção venezuelana, “*el infortunado laudo de 1899*” dava a pretensa posse britânica e guianense sobre a zona do Essequibo, mas que tinha como base o respeito venezuelano aos princípios do direito internacional que levaram a acatar sua autoridade. Entretanto, as constantes disputas e reclamações evidenciaram os vícios do laudo de 1899 e a falta de força do instrumento jurídico. Em síntese, a tese venezuelana acatou, então, que a posse resultante do laudo de 1899 fora irregular.⁶⁰⁵

Ao fazer algumas reflexões sobre o Acordo de Genebra de 1966, Anibal Valero, ministro conselheiro da embaixada venezuelana em Londres, opinaria sobre a posição do Brasil, diante das notícias da imprensa, adversas à Venezuela, tendência brasileira a ser entusiasta dos laudos arbitrais.

*una acción diplomática con el Brasil debe ser considerada y estudiada, puesto que la fuerza de la acción venezolana depende en cierto grado de la posición de dicho país. En este sentido creemos que el Brasil no apoyaría a Venezuela sino en la medida en que esté convencido de la legitimidad y juridicidad de la reclamación venezolana.*⁶⁰⁶

O Embaixador da Guiana, Brasith Wai Yole, disse ao encarregado brasileiro Alfredo Rainho que não notou na Venezuela qualquer intenção de precipitar a solução do litígio, mas admitiu que a situação poderia mudar pelo advento de um “fato novo”.

⁶⁰⁴ Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado Telegrama, confidencial, n 144, 26-4-1968. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

⁶⁰⁵ ACMRE, DPI, Brasil, 1969, Diferendo territorial, expediente 2-7, caja 6, tramo 14.

⁶⁰⁶ ACMRE, DPI, Brasil, 1969, Diferendo territorial, expediente 2-7, caja 6, tramo 14.

Mas o que seria esse “fato novo”? Poderia ser tanto uma mudança de orientação política em Caracas, o que era pouco provável, quanto um endurecimento na posição do novo governo guianense, o que acabou acontecendo.

A situação ganhou traços de dramaticidade quando, antes de eleito, Jagan deixou bem clara a posição que assumiria uma vez no poder. Como líder da oposição fez menções a se buscar ajuda para o diferendo fora da esfera de influência ocidental, nos chamados “amigos com foguetes”, numa clara referência à URSS e à China.

Portanto, a internacionalização do problema venezuelano-guianense significava a internalização da Guerra Fria na América do Sul, mas o cortejo de Jagan ao mundo da Guerra Fria não interessava ao Brasil que, gradativamente, buscava ampliar sua margem de manobra internacional na gestão do chanceler Juracy Magalhães.

Cheddi Jagan foi eleito presidente da República Cooperativista da Guiana no final de 1968, personificando os anseios nacionalistas guianenses. Diante do quadro que se afigurava, o Brasil decidiu se engajar na construção de um ambiente mais seguro na fronteira norte, evitando os riscos de a crise escalar para o uso da força, na medida em que a Guiana se sentisse preterida em seus anseios ou ameaçada em sua integridade e soberania.

Os cuidados em ambos os lados da fronteira eram permanentes e a questão sensível nos círculos diplomáticos tradicionais. Ilustra bem um episódio no qual o ministro Irribaren Borges convocou o embaixador canadense em Caracas e rasgou, na sua frente, um expediente (*aide memoire*) contendo a posição do Canadá na questão da Guiana, dizendo que o governo canadense nada tinha a ver com aquela questão, que era essencialmente bilateral.⁶⁰⁷

Nesse caso, a presença da missão diplomática brasileira em Georgetown, com a instalação da embaixada no final de 1968, era vista como um fator de apaziguamento dos ânimos. Assim, na medida em que Caracas ensaiou um endurecimento na questão do Essequibo, o Brasil assumiu uma postura vigilante às consequências do contencioso venezuelano-guianense.⁶⁰⁸

⁶⁰⁷Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto, nº 305, 29-8-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

⁶⁰⁸Embaixada Brasil Georgetown para Secretaria de Estado, Carta-telegrama, confidencial, n 48, 3-1-1969. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

A posição brasileira oficial foi constituída nos debates sobre a situação colonial portuguesa no Conselho de Segurança da ONU em 12 de agosto de 1963, quando as conclusões da delegação brasileira davam uma indicação do pensamento sobre a matéria:

O Brasil está convencido de que a melhor solução para qualquer questão colonial se encontra na evolução pacífica, sobretudo, quando se encara a questão no contexto geral do problema da paz e da segurança internacionais.⁶⁰⁹

Tal posição foi reforçada em 22 de agosto de 1963, quando tomou posse o chanceler Araújo Castro, que reafirmou a “vocaçãõ universalista, humanitária e generosa de nossa política externa”. Além disso, no discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU, em 17 de setembro de 1963, Araujo Castro exaltou a “liquidação e erradicação do arcaísmo histórico e sociológico do colonialismo”.⁶¹⁰

A defesa da autodeterminação e da não intervenção levou o Brasil a defender a causa da descolonização como um imperativo internacional. Desse modo, era fundamental garantir a sobrevivência da Guiana como país independente e afastar de vez as ameaças de intrusão por missões militares ou auxílio militar advindos de potências extracontinentais.

O delegado brasileiro na OEA chegou a receber um telefonema do representante guianense, Insanally, que afirmou de fontes seguras que a “Venezuela estaria movimentando tropas para a zona fronteira com a Guiana para um próximo ataque armado”. O diplomata brasileiro ponderou que, apesar de grave a situação, mantinha-se a “impressão de que os guianenses estão se deixando dominar por uma certa histeria”.⁶¹¹

Já a Venezuela procurou distender suas relações com alguns países, examinando, por exemplo, o reatamento das relações com a Argentina, a fim de se evitar uma aproximação do vizinho do sul com a Guiana. A Casa Amarela considerou que, apesar de haver aplicado a doutrina Betancourt ao regime Ongania, contaria sempre com a simpatia argentina em sua

⁶⁰⁹ FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008. p. 158.

⁶¹⁰ Idem. p. 179; 204.

⁶¹¹ Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Caracas, despacho, telegrama secreto, n 455, 24-9-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

disputa territorial com a Guiana em virtude de ter aquele país problema similar em relação às ilhas Malvinas.⁶¹²

O caminho escolhido pelo Itamaraty foi o de lançar-se a uma aproximação mais firme com a Venezuela, deixando para trás as reminiscências da suspensão diplomática, da controvérsia na ALALC e da crise cubana. Restava a certeza de que os interesses comuns de Brasil e Venezuela justificavam uma maior aproximação e que um contato mais próximo poderia servir para solucionar e evitar problemas comuns aos dois países e que interferiam diretamente em suas relações bilaterais.

Em novembro de 1968, os debates na campanha presidencial sinalizaram mudanças importantes na política exterior da Venezuela. Mesmo não explorando temas controversos, como o litígio fronteiriço com a Guiana, havia um consenso entre os concorrentes ao Palácio de Miraflores (Rafael Caldera-COPEI, Burelli Rivas-URD/FDP/FND, Gonzalo Barrios-AD e Luis Prieto-MEP) de que a doutrina Betancourt deveria ser reavaliada profundamente, o serviço exterior reformado e a integração latino-americana valorizada.⁶¹³

Nesse sentido, o embaixador brasileiro em Caracas, Bolitreau Fragoso, justificou os novos rumos a serem tomados: “A Venezuela marcha em ritmo rápido para ocupar lugar de grande importância no panorama econômico da América Latina e conseqüente influência política no hemisfério.”⁶¹⁴

A ordem pública na capital venezuelana estava em polvorosa com as batalhas campais entre os ativistas de diversos partidos, com o recrudescimento de ataques guerrilheiros contra autoridades do Exército e com as inúmeras e conturbadas reuniões estudantis. Por exemplo, uma bomba explodiu no oleoduto da *Mobil Oil* em Puerto La Cruz e outra foi encontrada no carro da esposa de um deputado. Especulava-se sobre um golpe “espetacular” dos guerrilheiros em Caracas antes de as eleições acontecerem.

O embaixador Bolitreau Fragoso informou que, “apesar da violência reinante, tudo parece indicar (...) que o governo dispõe da força armada com que manter a ordem, ou ao

⁶¹²Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Buenos Aires, despacho, telegrama confidencial, n 723, 16-10-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

⁶¹³Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 383, 9-11-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

⁶¹⁴Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama Secreto n° 693, 12-11-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

menos controlar uma eventual grande desordem”.⁶¹⁵ Assim, as eleições ocorreram de maneira calma e com grande comparecimento às urnas, sendo sagrado vitorioso, por uma pequena margem, Rafael Caldera, candidato social-cristão do COPEI.

Washington viu com reservas o resultado e aconselhou uma atitude de espera nos primeiros meses do novo governo em Caracas, pois tinha a impressão de que Caldera iria imprimir “cunho pessoal” a seu governo, o que incluía estreitar as relações com os partidos democrata-cristãos do Continente, como o chileno.⁶¹⁶

A política de pacificação, com anistia e desmobilização dos grupos guerrilheiros, foi feita com “paciência e habilidade” e seguindo um caminho “corajoso e arriscado”, diria o embaixador Bolitreau Fragoso. A volta do Partido Comunista (PCV) à legalidade foi importante para lançar dúvidas nos grupos armados e causar cisões internas.

Além disso, Caldera tinha um governo sem base parlamentar, mas de evidente apoio militar, sem o qual a política de pacificação não podia existir. De fato, o dispositivo militar de contenção de guerrilhas continuava ativo, como mecanismo de segurança do próprio regime democrático.⁶¹⁷

A situação política interna era confusa e o Parlamento parecia desnordeado, com ausência de quorum, alianças espúrias e idas e vindas nos debates para garantir a continuidade do regime democrático. Mesmo assim, a possibilidade de golpe fora neutralizada por um acordo entre COPEI e AD, chamado de “guanabana”, que facilitaria a governabilidade do país e manteria restrições sobre a liberdade de perseguir objetivos em política exterior.⁶¹⁸

O encarregado de negócios do Brasil em Caracas, Mario Dias Costa, chamou a atenção para a política venezuelana de desmobilização das guerrilhas, que daria todas as facilidades para a saída de guerrilheiros do país. Solicitou, por isso, que as autoridades

⁶¹⁵Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgente, n 710, 19-11-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

⁶¹⁶ Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Washington, Carta-Telegrama, confidencial, n 4, 20-1-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

⁶¹⁷Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 413, 10-7-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

⁶¹⁸ Vale nota o fato de a missão brasileira em Caracas identificar outra força ideológica capaz de influenciar os rumos do país. Tratava-se da influência da *Opus Dei* na vida política venezuelana, vetando e dando beneplácito a figuras políticas na composição de governos, inclusive do Ministro do Exterior Aristide Calvani. Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 448, 25-7-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

brasileiras fossem alertadas sobre a possibilidade de infiltração de antigos guerrilheiros venezuelanos pela fronteira ou pelas entradas normais.⁶¹⁹

Dessa forma, a embaixada brasileira sugeriu a criação de um consulado, honorável ou de carreira, em *Ciudad Bolívar*, para lidar com a nova agenda bilateral em conformação. Primeiro, porque a descoberta de importantes jazidas de diamantes na região deveria gerar fluxo de garimpeiros brasileiros ao local.

Depois, porque o complexo industrial de *Puerto Guyana*, localizado na confluência dos rios Caroni e Orinoco, passou a receber cargueiros de grande calado, que escoavam a produção do Estado Bolívar aproveitando uma rodovia que ligava Caracas à cidade de Santa Elena na fronteira com o Brasil. Logo, a região venezuelana tornou-se polo de atração para um considerável número de brasileiros.⁶²⁰

Pelo contrário, o Departamento de Administração via sérios inconvenientes na abertura de um consulado de carreira em *Puerto Guyana*, considerado “posto de condição peculiar” por não oferecer nenhuma facilidade, como moradia, para o estabelecimento do funcionário diplomático. Além disso, existia um déficit de recursos humanos na Secretaria de Estado, que não conseguia manter os novos postos na África, Ásia ou América do Sul.

Entretanto, o chefe do DA, Manoel Emilio Guilhon, deixou transparecer a miopia burocrática característica do executor sem visão estratégica do alcance dos problemas bilaterais, ao afirmar: “parece-me (...) que a descoberta de jazidas de diamantes naquela região e a corrida de garimpeiros brasileiros (...) não constitui motivo de relevância que fundamente de forma convincente a abertura de um novo consulado de carreira”.⁶²¹

⁶¹⁹Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 56, 2-4-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

⁶²⁰Divisão de Amazônia para SGAAA, Memorando, reservado, n 87, Brasília, 22-5-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

⁶²¹De fato, a solicitação não foi acolhida, mas, desafortunadamente, uma grave crise entre Brasil e Venezuela eclodiria anos depois por conta do garimpo de diamante nas regiões fronteiriças.

Considerações parciais

“só pode surpreender aquilo que não é esperado. Então, estamos diante de uma nova experiência. Romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova” (Reinhart Koselleck).⁶²²

O rompimento de relações diplomáticas é entendido como o último passo dado por uma nação para demonstrar o seu descontentamento a respeito de um posicionamento ou ação política, ideológica ou econômica tomada por outra nação. O passo seguinte, teoricamente, deveria ser o uso da força.

Portanto, a suspensão em si reveste-se de um grau de seriedade diferenciado na política internacional e para Brasil e Venezuela significou um “*tournant fondamentaux*” na história de suas relações bilaterais.

A causa circunstancial da ruptura entre Brasil e Venezuela foi a derrocada do presidente Goulart. A erosão das bases políticas varguistas abriu espaço para um choque de forças contrastantes que não conseguiam se equilibrar nem cooperar para manter a governabilidade do país.

Uma alternativa foi proposta para evitar a suspensão: considerar o golpe como revolução e sustentar que haviam permanecido intactas as bases constitucionais e os poderes legislativo e judiciário. Neste caso, não havia como justificar a ruptura com base no que orientava a doutrina Betancourt. Entretanto, a decisão venezuelana foi tomada com base na conjuntura crítica que engolfou Brasil e Venezuela, em suas relações bilaterais, em 1963.

Além do mais, algumas explicações históricas foram exploradas mais detidamente sobre a suspensão das relações entre Venezuela e Brasil: a incompatibilidade entre a Política Externa Independente e a doutrina Betancourt, a capacidade de prevenir-se contra a ruptura e os ressentimentos acumulados entre os dois vizinhos em suas relações bilaterais.

Quatro elementos evidenciam a incompatibilidade entre a orientação principista da doutrina Betancourt e a postura pragmática requerida pela política externa independente. Primeiro, os pressupostos básicos da PEI, como o universalismo, empurravam o Brasil para fora de sua circunstância geográfica, fazendo com que o país perdesse, relativamente, o foco da dimensão regional de sua política exterior.

⁶²² KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 313.

Segundo, a doutrina Betancourt exigia um comprometimento em termos de alinhamentos geográficos e políticos que se chocavam com a essência universalista da PEI.

Terceiro, a percepção venezuelana alimentou esperanças de que o Brasil, por suas capacidades materiais, deveria ser o bastião democrático na região, seguindo a vocação libertadora da Venezuela, o que não aconteceu.

Quarto, o respeito incontestável às regras e normas internacionais, que para a política externa brasileira enquadra-se na denominação de juridicismo e deveria servir aos desígnios da independência e autonomia internacionais, para a Venezuela assumiu um valor doutrinário e absoluto, ainda que tenha havido uma tentativa de flexibilizar a sua aplicação.

No que diz respeito à ruptura venezuelana, previsões ou prognósticos mais confiáveis poderiam ter sido sustentados pelo Itamaraty e pelo governo brasileiro e, dessa forma, a surpresa não seria total.

Isso porque a ação venezuelana fora enunciada previamente na doutrina Betancourt, na crise do Anzoátegui em 1963, e com medidas análogas tomadas por Caracas de romper com Buenos Aires, Lima e outros países.

Além disso, a diplomacia brasileira cometera um erro de cálculo baseado na má percepção de que o Brasil era mais importante para a Venezuela do que a Venezuela para o Brasil, o que gerou um excesso de confiança de que o país não seria alvo da doutrina Betancourt.

Não obstante, entre os sinais percebidos pelas chancelarias (indícios da ruptura) e a sua cristalização na ação política (suspensão) há umnexo imperfeito no processo de tomada de decisão. Isto porque, nem todos os indícios existentes poderiam garantir com certeza qual seria a linha de ação assumida pela Venezuela, uma vez que a decisão coube a Caracas.

Por um lado, o governo brasileiro e o Itamaraty foram pressionados e assumiram uma posição de espera, após a decisão venezuelana de suspender as relações diplomáticas. Por outro, o Brasil passou a exercer forte influência sobre as determinações de Caracas. Assim, não que Leoni tenha flexibilizado a aplicação da doutrina Betancourt, mas foi o próprio Brasil, com seu peso econômico-comercial e político, que dobrou a rigidez e a ortodoxia do princípio erigido pelo presidente Rómulo Betancourt.

Nesse sentido, o exame de algumas suposições contrafactuais lançou luz sobre questões maiores, como os desdobramentos da suspensão e o futuro da relação Brasil-

Venezuela. Além disso, a imagem internacional do Brasil, como uma variável interveniente, corroborou para que nem a ameaça cubana nem o petróleo se tornassem forças promotoras do reatamento.

Em síntese, ao Brasil restou administrar a crise e utilizar seu peso relativo para influenciar, em seu favor, os desdobramentos da decisão venezuelana.

De uma forma ou de outra, o Brasil assumiu compromissos negociadores no âmbito comercial que apertaram ainda mais os laços bilaterais. Ademais, a questão cubana foi uma ponte concreta de aproximação e diálogo entre Caracas e Brasília, por conta da preocupação mútua de que Havana pudesse influenciar os rumos do subsistema amazônico-caribenho de relações internacionais. Por fim, o Brasil assumiu uma posição vigilante a fim de prevenir o transbordamento de problemas fronteiriços e de movimentos armados na fronteira norte da América do Sul.

Com a suspensão das relações diplomáticas, os contatos entre Brasil e Venezuela se realizaram de modo formal e frio e o próprio comércio, que não havia sido interrompido, decaiu consideravelmente pela falta de relações diretas.

Após o reatamento, o clima tenso na ALALC, a interferência cubana na política sul-americana e a relação triangular Caracas-Brasília-Georgetown, foram determinantes em sustentar as relações bilaterais sob a égide da incerteza. Não obstante, o reatamento rompeu com o horizonte de expectativa que vigorava nas relações Brasil-Venezuela desde a assinatura do *modus vivendi*, em 1940, propiciando o surgimento de uma nova trajetória de experiências bilaterais, alinhavadas pelo entendimento como elemento estratégico.

PARTE II

A MANIFESTAÇÃO HISTÓRICA DA

PARCERIA

(1969-2010)

“como todos os horizontes, eles tornam possível andar com um objetivo. Como todos os horizontes, quanto mais rápido se anda mais veloz eles recuam. Como todos os horizontes, eles nunca permitem que o objetivo de andar ceda ou se comprometa.

Como todos os horizontes, eles se movem continuamente no tempo e assim emprestam ao andar a ilusão sustentadora de um destino, propósito e direção”
(Zigmunt Bauman).⁶²³

⁶²³BAUMAN, Zigmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1999. p. 18.

Capítulo 4

Entendimento no Horizonte

(1969-1978)

“horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”
(Koselleck).⁶²⁴

“não é admissível que dois países tenham políticas externas coincidentes; podem, até certo ponto, ser paralelas, podem, assim mesmo, ser convergentes. Mas, se são autênticas e dinâmicas, jamais serão inteiramente coincidentes”
(Magalhães Pinto)

“en todo está presente el petróleo” (Salcedo-Bastardo)

A diferença em termos de orientação de política internacional, de arcabouço ideológico e mesmo de interesses continuava marcando as relações bilaterais Brasil-Venezuela. Não obstante, as curvas traçadas pela política exterior dos dois países assumiram uma trajetória de convergência a partir de 1969, tendo como ponto de encontro a linha do entendimento no horizonte da política sul-americana.

O entendimento é um processo histórico de aprendizado mútuo, desconstrução de rivalidades, reaproximação política, diálogo bilateral e convergência de visões de mundo. Em suma, é um movimento no tempo longo e na direção da superação das dificuldades entre dois ou mais países.⁶²⁵

Assim, o objetivo deste capítulo é compreender como se constrói um novo horizonte estratégico entre Brasil e Venezuela, com base na concepção de entendimento nas relações internacionais.

⁶²⁴ KOSELLECK, Reinhart. *O futuro do passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006. p. 313.

⁶²⁵ VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba: Juruá, 2009.

Para tanto, o capítulo foi dividido em três partes principais. Na primeira parte “aprendizado mútuo”, discute-se as principais iniciativas e experiências que vincularam Brasil e Venezuela entre 1969 e 1978. Por exemplo, processos eleitorais conturbados na democracia, forças de deterioração do regime autoritário, decisões estratégicas como a nacionalização petroleira e suas implicações políticas e econômicas.

Na segunda parte, “aggiornamento das forças econômicas”, apresentam-se os esforços empreendidos pelos dois países e seus componentes sociais, políticos e econômicos para a promoção do entendimento entre as duas nações. O incremento das missões comerciais e empresariais, bem como das visitas diplomáticas de alto nível auxiliaram nesse processo. Brasil e Venezuela viram despertar as forças econômicas e com elas dobraram o cabo da relutância.

A terceira parte trata da “desconstrução de rivalidades” como sustentáculo da compreensão mútua entre Caracas e Rio de Janeiro/Brasília que era preciso desarmar os espíritos e promover a estabilidade e a paz na fronteira norte da América do Sul, a fim de gerar a confiança necessária à integração regional. É nesse momento que a Guiana assume importância ímpar no jogo das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela.

4.1. Aprendizado mútuo

“O Brasil tem de ser pragmático na América do Sul. Não podemos ensinar a cada país a ser o que a gente é” (Azeredo da Silveira).⁶²⁶

Brasil e Venezuela se tornaram referência um para o outro em um processo histórico de longa duração, de aprendizagem de experiências compartilhadas que tinham como epicentro suas relações bilaterais. Esse processo foi acelerado e aprofundado entre 1969 e 1978.

4.1.1. A ótica venezuelana

Após três tentativas mal sucedidas, Rafael Caldera e o partido social-cristão Copei triunfaram nas urnas em 1968. Caldera (1969-1974) promoveu maior diálogo político ao mesmo tempo em que fez menor uso de mecanismos repressivos, buscando consolidar a missão de Raúl Leoni de extinguir o quadro de instabilidade gerado pela luta armada.

⁶²⁶ SPEKTOR, Matias (org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p. 209.

Assim como seus antecessores, confiou nas alianças internas como alicerce político e procurou fazer do petróleo a ponta de lança de seu governo: “*debemos estar firmes y vigilantes entorno al proceso petrolero*”, declarou Caldera. Entretanto, “resta saber como o pacto [Punto Fijo], até agora teórico, funcionará no entrechoque de interesses do dia a dia do Congresso”, advertiu o embaixador brasileiro em Caracas Ouro Preto.⁶²⁷

O cenário era ainda desfavorável aos interesses nacionais. Primeiro, porque não se tinha o controle de fato sobre o setor petrolero. Segundo, porque o “encantamento” do ouro negro esvaía-se gradativamente como arma de política internacional.

A partir de então, o governo Caldera adotou uma postura pragmática, de lenta recuperação econômica e profícua atividade externa, para consolidar-se internamente. Para tanto, criou o Instituto de Comércio Exterior (ICE), para tentar diversificar a pauta de exportações, restrita ao petróleo (92%) e minério de ferro (3%).

Além disso, o governo de Caldera realizou reformas que conduziram a uma “*venezolanización*” de bancos e instituições financeiras, bem como tomou medidas que ampliaram o controle sobre o setor petrolero. Em 1971, por exemplo, o governo estabeleceu a “Lei de Reversão”, que assegurava que a nação receberia em condições satisfatórias os bens que deveriam ser revertidos a ela ao expirar as concessões, sem possibilidade de indenização.⁶²⁸

A vida política do país se polarizou na aliança circunstancial AD-COPEI, chamado “binômio do status” no âmbito do parlamento, e que possibilitou manter a governabilidade no país contra os ataques da oposição aglutinada em torno da URD, do Movimento Eleitoral do Povo (MEP) e da Força Democrática Popular (FDP).

Realmente, a aliança entre COPEI e AD despertou a consciência mútua de manter o sistema democrático funcionando diante da crise política e da estagnação econômica, tendo em vista a hipótese de que um regime de força solaparia as pretensões de ambas as agremiações políticas de continuar no poder.⁶²⁹

Outro foco de instabilidade era o meio estudantil. Como forma de precaver-se, Caldera aprovou uma reforma na Lei de Universidades, que permitiu ao executivo criar o

⁶²⁷ Ouro Preto à Secretaria de Estado, ofício, n 86, 1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶²⁸ Ouro Preto à Secretaria de Estado, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶²⁹ Ouro Preto à Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Conselho Nacional de Universidades para controlar esses estabelecimentos, circundando a autonomia universitária e detendo o avanço da ideologia esquerdista naquele meio.

Curiosamente, acabara de chegar a Caracas o professor e antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro. A notícia da prisão de Ribeiro no Brasil chegou ao amigo e educador venezuelano José Augustín Silva Michelena, que decidiu intervir junto ao presidente Rafael Caldera para que se fizesse algo. Caldera teria dado o aval para que Michelena arranjasse um passaporte venezuelano e o entregasse a Ribeiro, possibilitando sua ida à Venezuela. Darcy, com a ajuda de sua mulher Berta e de seus advogados, simulou uma crise de saúde para que fosse levado da prisão ao hospital. Quando conseguiu deixar o cárcere tomou um táxi para o aeroporto e fugiu para Caracas.⁶³⁰

Foi recebido, então, pelo sociólogo alemão Heinz Sonntag, um dos muitos amigos que faria em sua estadia de um ano na capital venezuelana. Como obra relevante, Ribeiro foi contratado como professor da Universidade Central de Venezuela (UCV) e envolveu-se no diagnóstico da situação da UCV e na formulação de um plano de renovação estrutural que seria implementado em dez anos.⁶³¹

A história relâmpago de Darcy Ribeiro encapsulava a “boa vontade” política existente em Caracas para com o Brasil, ao mesmo tempo em que descortinava os reflexos negativos de governo militar com tendências persecutórias e que projetava uma imagem negativa do Brasil em sua vizinhança.

Entretanto, depois da vitória de Salvador Allende no Chile “nada mais me segurava em Caracas”, diria Darcy Ribeiro. Nesse contexto, Rómulo Betancourt, a “velha raposa política”, que se preparava para participar das eleições de 1973, descartou qualquer possibilidade de acontecer na Venezuela o que ocorrera no Chile, afastando justificativas de ingerência externa nos rumos internos do país.⁶³²

Naquele momento, considerava-se como ameaça principal aos países periféricos não a forma clássica de agressão externa de conflito armado, mas a infiltração ideológica subversiva promovida pelo movimento comunista internacional, culminado com o procedimento conhecido como guerra revolucionária.

⁶³⁰ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *Darcy Ribeiro y la renovación universitaria en la U.C.V.* Caracas: DICORE/UCV, 2007.

⁶³¹ Idem.

⁶³² Ouro Preto à Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 397, 11-11-70. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Por isso, a turbulência da conjuntura brasileira suscitava dúvidas. Foram mapeadas pela embaixada venezuelana no Rio de Janeiro atividades dos grupos subversivos: agitações rueiras provocadas por estudantes, ações guerrilheiras no interior do país, sequestros e roubos a banco, como consequência da ação de grupos revolucionários.

siguen latentes graves problemas de índole político, económicos y sociales como resultado de la falta de interés por solucionarlos (...) otra de las causas que aflige al país es la constante acción de los terroristas (...) mientras sus compañeros presos estén siendo torturados y muertos, ellos seguirán actuando (...) otro flagelo que asola al Brasil es la sequía en el Nordeste [y] la numerosa población que vive en esa región, que pasa hambre y miseria.

Ao lado de Caldera estive o chanceler Aristides Calvani que se engajou em uma diplomacia de viagens pelo mundo, que tinham como preocupação maior “promover a Venezuela” e fortalecer as instituições e o regime internamente.⁶³³

Ademais, alçou o Caribe como área prioritária por algumas razões: de cunho geo-histórico, devido à ampla costa venezuelana voltada para o Caribe, o que a tornava simultaneamente área de influencia natural e foco de vulnerabilidade; de matiz estratégico, ao possibilitar constituir uma ponte de cooperação e integração entre o Caribe e a América do Sul; de corte pessoal, pela vinculação “espiritual” do chanceler, que nascera em Trinidad; enfim, por um aspecto político-ideológico, dada empatia com governos de tendência social-democrata, o que permitiu uma coincidência de valores e visões quanto ao sistema interamericano.⁶³⁴

Outra atuação marcante foi nos foros multilaterais. Na III Assembleia Extraordinária da OEA Calvani discursou sobre os sucessos do governo Caldera, afirmando que o problema do “terrorismo” já havia sido superado.

Entretanto, o recrudescimento do terrorismo fez com que medidas mais duras tivessem que ser tomadas. Por exemplo, o sequestro de Leon Taurel, filho de um rico

⁶³³Memorando, Dam, n 43, 1-7-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811. Memorando, Dam, urgentíssimo, n 70, 7-12-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁶³⁴VILLARROEL P, Yetzy U. La política exterior de Venezuela: continuidad y discontinuidad con el pasado. *Cuestiones Políticas*, dic. 2008, vol.24, no.41, p.169-190.

comerciante local, fez com que Caracas tivesse todas suas vias de acesso fechadas e os automóveis submetidos à rigorosa inspeção.⁶³⁵

Além disso, o governo implementou uma lei de medidas especiais que dava jurisdição militar aos crimes de sequestro. O presidente do Movimento Eleitoral do Povo (MEP), Prieto Figueroa, chegou a condenar a militarização da justiça no caso de combate às “ações terroristas” no país, lamentando a influência que exerciam as ditaduras militares na Argentina e no Brasil “na posição do presidente Caldera”.⁶³⁶

As oscilações conjunturais venezuelanas ameaçavam contagiar o clima do entendimento. Segundo informou Pereira Cardoso, a conjuntura política venezuelana era instável: “Se de um lado parece não haver perigo iminente para o governo Caldera, de outro não se pode deixar de reconhecer que a crise interna venezuelana se está acelerando”.⁶³⁷

A crise enfrentada por Caldera incluiu distúrbios políticos e manifestações estudantis, seguidas de repressão policial e de inúmeros feridos. Esse cenário foi agravado pelas tendências de cisão no seu partido, COPEI, e pela oposição que rechaçou um plano financeiro que possibilitaria o reequipamento das Forças Armadas e a conclusão em curto prazo da estrada que ligava El Dorado a Santa Elena, na fronteira com o Brasil.

Entretanto, foi o interesse na manutenção do regime e o desejo de voltar ao poder que empurrou a AD a auxiliar o presidente, inclusive no parlamento, onde o partido de Caldera era minoritário, no que foi a mais grave crise desde que assumiu o poder em 1969.⁶³⁸

A inquietação reinava em vários setores da opinião pública. No segundo semestre de 1971, outro surto de violência tomou conta de Caracas, com distúrbios quase diários, que se prolongaram por mais de um ano na Universidade Central e que obrigaram o governo Caldera a tomar medidas drásticas, como o fechamento do jornal opositor *El Mundo*, do senador Miguel Angel Capriles, dono também do periódico *Últimas Noticias*.⁶³⁹

⁶³⁵ Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 88, 5-3-71. Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 81, 2-3-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶³⁶ Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 97, 8-3-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶³⁷ Pereira Cardoso ao MRE, telegrama confidencial, n 212, 12-5-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶³⁸ Pereira Cardoso ao MRE, telegrama confidencial, n 251, 28-5-71; Pereira Cardoso ao MRE, telegrama confidencial, n 245, 21-5-71; Pereira Cardoso ao MRE, telegrama confidencial, n 251, 28-5-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁶³⁹ Ouro Preto a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 435 437, 2-11-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

Mesmo assim, o jornal francês *Le Monde Diplomatique*, em 4 de dezembro de 1971, perguntava se não seria verdade que a Venezuela, governada por um presidente democrata-cristão, teria dado impressionantes sinais de vitalidade econômica, enquanto o regime brasileiro seria a “indigna caricatura da democracia” na América Latina.

Da mesma forma, a imagem internacional do Brasil era caricatural, na visão do Vice-cônsul venezuelano em São Paulo, Teodardo Estrada Briceño:

*Al llegar a Brasil la primera impresión que se experimenta es que la seguridad del Gobierno depende de tres factores: a) Pelé, en fútbol, b) Fittipaldi, en automovilismo y c) el Carnaval, con su gustosa zamba brasileña (...) en el fondo, existe una gran dosis de verdad y bien lo sabe el gobierno brasileño que se cuida de mantener viva la atención del pueblo sobre esos tres renglones.*⁶⁴⁰

De fato, o medo perpetrado pelo regime repressivo que “*tiraniza y focializa la juventud*” inibia a formação de novas gerações de decisores com ideias renovadas e visões de futuro. A diferença de sistemas e regimes levantava dúvidas quanto às possibilidades de convergência e expunha “*lo delicado de las relaciones*”.

Criticava-se especialmente o filtro da censura, que deturpava o nível e a qualidade da informação gerada para a sociedade no Brasil. Por exemplo, o encontro dos presidentes que ocorreria na fronteira estava sendo abafado para a população, sem a importância ou a repercussão que merecia.⁶⁴¹

Antes, contudo, de se preocupar com o Brasil, Caldera enfrentaria um dos principais insucessos políticos de sua carreira.

Em 17 de fevereiro de 1970, a Comissão Mista venezuelano-guianense, formada do Acordo de Genebra de 1966, não conseguiu promover um acordo entre as partes, abrindo espaço para que, em 18 de junho de 1970, fosse assinado, na capital de Trinidad y Tobago, sob os auspícios do Ministro Eric Williams, um acordo entre os governos da Venezuela, Guiana e Reino Unido.

⁶⁴⁰ ACMRE, DPI, expediente 1-72, assuntos internos, ano 1972.

⁶⁴¹ Idem.

O Protocolo de Porto Espanha estabeleceu que nenhuma reclamação seria feita sobre a região essequiba por um prazo de doze anos, período no qual os países envolvidos explorariam as possibilidades de melhorar os entendimentos sobre a questão.

O congelamento da reclamação, entretanto, teve repercussões internas negativas para Caldera. Ilustra isto, o fato de o deputado Jorge Olavarría, servindo como embaixador em Londres, renunciar, por não concordar com o tratamento dado por seu governo à questão de limites com a Guiana. “*Considero (...) un grave e innecesario error*”, o que tornaria a recuperação do território “*más difícil si no imposible*”, diria Olavarría.⁶⁴²

O mesmo Olavarría chegou a confidenciar a Sérgio Correa da Costa, embaixador do Brasil na capital inglesa, que a instabilidade política era tanta na Venezuela que um governo militar seria inevitável para reequilibrar a economia e ajustar as condições sociais da população.⁶⁴³

Portanto, a tendência internacional de aumento dos preços dos produtos, os limites do modelo de substituição de importações, a crise agrícola nacional e o desequilíbrio da renda criaram um cenário negativo. Viviam-se tempos de dificuldade no abastecimento de alimentos e produtos básicos de consumo e de alta no custo de vida da população.

A sensibilidade popular cresceu em razão da conjuntura desfavorável, empurrando a candidatura oposicionista de Carlos Andrés Pérez, da *Acción Democrática*. Logo, dois aspectos influenciaram a mentalidade coletiva venezuelana e promoveram reflexão acerca dos rumos do país: a transição política e a crise energética.

Alguns estudos do início da década de 1970 antecipavam a decisão política da nacionalização, com base na inevitabilidade de mudança no modelo de gestão do setor energético e pelas inúmeras sinalizações dos governos de tomar o controle de um setor considerado estratégico.⁶⁴⁴

Em 1972, Luiz Felipe Lampreia visitou Juan Pablo Pérez Alfonso, fundador da OPEP, em sua chácara nos arrabaldes de Caracas, que profetizou ao diplomata brasileiro: “não

⁶⁴² LUONGO, Luis José Silva. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones*. 1ª edición. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2000. p. 681.

⁶⁴³ Correa da Costa a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, s/n, Londres, 8-6-1972. AHI, Brasília, Maço Confidenciais, 811.

⁶⁴⁴ Os debates internos seguiam, por exemplo, nos estudos de M. R. Egaña *et alli*, em “*Nacionalización petrolera en Venezuela*” (1971) e Rúben Sader Pérez em “*Hacia la nacionalización petrolera*” (1972) avançam essas discussões. Outro estudo fundamental foi o de Juan Pablo Pérez Alfonso, um dos artífices da OPEP, “*Petroleo y dependencia*” de 1971.

sabemos e não vamos aprender nunca a semear o petróleo. Ao fim só vão restar os esqueletos dos elevados de Caracas”.⁶⁴⁵

Em 1974, o historiador e diplomata Germán Carrera Damas proferiu uma série de conferências na Universidade Central de Venezuela sobre o processo sócio-histórico da nação, de 1810 até os anos 1970. Enfatizou as seguidas tentativas de modernização do país, desde a ruptura do jugo colonial, passando pela formulação de um projeto nacional ainda no século 19 e pela saída da crise estrutural do início do século 20.

Além disso, criticou a redefinição do projeto nacional pelo desenvolvimento dependente e a institucionalização tardia de um Estado liberal e democrático. Carrera Damas dizia que “a orientação venezuelana é estabelecer um modelo que não seja o brasileiro ou o peruano, mas um próprio que seja capaz de conciliar liberalismo, democracia e avanços sociais”.⁶⁴⁶

Esses eram alguns dos desafios que deveria enfrentar Carlos Andrés Pérez, “ou simplesmente CAP, como era conhecido na política venezuelana”. Como lembrou Villa: permaneceria na memória dos venezuelanos “uma imagem (...) daquela moderna campanha eleitoral de 1973” na qual CAP aparecia pulando sobre charcos enlameados “de remotos povoados do interior”.⁶⁴⁷

Assim, quando assumiu a presidência para o período 1974-1979, CAP aproveitou-se de uma imagem favorável de estadista enérgico, democrata, trabalhador vigoroso, física e mentalmente. Assim, seu governo assumiu um perfil dinâmico para fazer frente aos diversos desafios de uma Venezuela em vias de modernização, como a crescente demanda por alimentos e energia, o combate à pobreza, a má distribuição de renda e o desemprego.⁶⁴⁸

Em pouco tempo, ganhou outros qualificativos, por exemplo, de um líder diligente, provido de grande paixão por acertar e solucionar velhos e novos problemas. Um traço que chamou a atenção foi o estilo de Andrés Pérez de fazer relações internacionais, fundado na diplomacia pessoal, não institucional, distante da publicidade, uma espécie de “diplomacia

⁶⁴⁵LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 226.

⁶⁴⁶DAMAS, Germán Carrera. *Una nación llamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana, 2006. P. 191-192.

⁶⁴⁷VILLA, Rafael Duarte. “Carlos Andrés Pérez (1921-2010), de líder regional ao impeachment”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 164.

⁶⁴⁸LUONGO, De .*Cipriano...* op. cit. p. 792. ZAVALA, op. cit, p. 333.

secreta moderna”, mas que fosse ancorada na busca pelo consenso interno entre os diferentes grupos de pressão e de interesse.⁶⁴⁹

Andrés Pérez empreendeu em sua gestão campanhas motivacionais destinadas a mobilizar o apoio latino-americano para determinadas causas concretas.

Com base no sentimento de vizinhança e na liderança presidencial, a Venezuela apoiou a assinatura do Pacto Amazônico, tido como um “cavalo de Tróia” do expansionismo brasileiro. Assim, CAP ajudou a vencer as resistências criadas pela tese da hegemonia brasileira na América do Sul, ao mesmo tempo em que engendrou uma política de acercamento em relação ao Brasil.⁶⁵⁰

Apoiou, também, a construção de uma nova ordem econômica, bem como o fortalecimento da democracia no hemisfério, ao tempo em que se voltou para o discurso anticomunista de segregação da esquerda revolucionária e da bipolarização partidária como forma de estabilizar a ordem política interna e de sinalizar para Washington a aliança irrestrita ao gigante do norte.

Uma de suas determinações pessoais era a de neutralizar a influência cubana na América do Sul, evitando que Fidel Castro fosse um fator de perturbação política do Hemisfério.

Nos anos 1970, o sistema interamericano foi sacudido por forças revolucionárias na América Central e Caribe. A falência da estratégia norte-americana de penetração pela Aliança para o Progresso, o colapso da iniciativa do Mercado Comum Centro-Americano, a crise energética e a reorganização política de trabalhadores e camponeses, sob os auspícios da Igreja Católica e da teologia da libertação, engatilhou uma série de ações revolucionárias em países como Nicarágua, El Salvador, Honduras e Guatemala.

A América Central era vital aos interesses norte-americanos e estava intimamente ligada à política externa estadunidense. Logo, a prioridade de Washington era manter a estabilidade da região, garantindo o fluxo normal do comércio e dos investimentos ianques, e mantendo o status de dependência da região em relação ao gigante do norte.

⁶⁴⁹ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. p 19.

⁶⁵⁰ Idem. p. 81-82. “Boa vizinhança”. *Jornal de Brasília*, 13-2-1979.

Entretanto, as reformas empreendidas por Carlos Andrés Pérez, com a nacionalização do petróleo e das indústrias de ferro e aço, bem como as regulações impostas ao capital estrangeiro, impulsionaram o crescimento nacional e construíram a democracia latino-americana mais rica nos anos 1970.

Como reflexo do poderio econômico, a Venezuela passou a representar uma alternativa ao sistema de dominação de Washington no continente. CAP promoveu aproximação com Cuba, tentando trazê-la de volta ao sistema interamericano e separando-a do bloco soviético, além de conformar um fundo especial para países dependentes de petróleo. Essas e outras iniciativas induziram uma percepção de suspeita sobre a Venezuela em Washington.⁶⁵¹

Ademais, a crise energética fortaleceu o uso da OPEP como instrumento de inserção internacional, tanto pelo estreitamento de laços com o Irã e a Arábia Saudita, quanto na promoção do diálogo Norte-Sul. Além disso, encorajou o presidente venezuelano a dar apoio aos países não-alinhados e cumprir um “*llamado histórico*” de lutar pela melhoria das condições de vida das nações mais pobres, especialmente aquelas da América Latina.⁶⁵²

Para a consecução de seus planos internos e internacionais o presidente possuía um “colchão” de recursos a sua disposição, por conta dos recursos fiscais da renda petroleira. Assim, a exploração de minérios e hidrocarbonetos continuou sendo a base de sustentação da economia nacional, dando a tranquilidade necessária para fortalecer a posição monopolista do Estado e projetá-lo internacionalmente.⁶⁵³

Portanto, a decisão de CAP de estatizar a indústria petroleira e de nacionalizar o setor ferrífero, fortaleceria o modelo intervencionista de desenvolvimento.

Nesse caso, quais as condições que explicam o sucesso da decisão de intervir no setor mais importante do país nos anos 1970 e não antes, como fora tentado por outros governos?

Em primeiro lugar, as conjunturas interna e internacional eram favoráveis. A crise energética dos anos 1970 determinou uma alta espetacular dos preços do cru, de dois para 14

⁶⁵¹ LAFEBER, Walter. *Inevitable revolutions: The United States in Central America*. New York: Norton, 1984. p. 218.

⁶⁵² LUONGO, op. cit. p. 797; 896-897.

⁶⁵³ Isto explica o próprio o caso de CAP, como relembra Vila: “A pesar da “determinação e ambição” de tornar a Venezuela um ator internacional de peso, a crise do petróleo logo iria desvelar os “pés de barro” do líder terceiro-mundista, levando a decadência do sistema político venezuelano constituído em 1958. Ver VILLA, Rafael Duarte. “Carlos Andrés Pérez (1921-2010), de líder regional ao impeachment”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 165.

dólares o barril em 1974. A participação do Estado nos lucros do setor vinha crescendo desde as administrações anteriores, alcançando proporções inéditas no biênio 1974-75, sendo 94% para o Estado e 6% para as empresas.

Em segundo lugar, houve disposição política de alterar o marco regulatório do setor. Assim, do ponto de vista jurídico, em agosto de 1975 foi refeita a redação do artigo 5º da *Ley Orgánica que Reserva al Estado la Industria y el Comercio de los hidrocarburos*.

Em terceiro lugar, a nacionalização da exploração dos recursos naturais foi justificada como exigência da sociedade e como uma afirmação do sentimento nacional venezuelano. Tratava-se, portanto, do desafio profundo de “*hacer del petróleo no el monstruo implacable sojuzgador de su destino sino el motor requerido para un porvenir superior*”.⁶⁵⁴

Assim, em 1975 “*una emotiva ceremonia fue cumplida en Cerro Bolívar donde el Presidente de la república izó la bandera de la patria*” e discursou sobre como o país voltava a manejar um ramo essencial para o desenvolvimento da nação, assumindo a responsabilidade integral na condução da política petroleira nacional. Confirmava-se a principal regularidade histórica da vida venezuelana: “*en todos los órdenes sustantivos de la vida venezolana el petróleo há impreso una huella profunda*”.⁶⁵⁵

Por último, mas não menos importante, definiu-se a nacionalização como um interesse de Estado, ou pelo menos daquele governo em vigor, além da perspectiva de explorar de forma autônoma as grandes reservas de petróleo pesado da faixa do Orinoco. Logo, por uma perspectiva realista, o sentimento anti-imperialista foi secundado pelo estágio alcançado pelo paradigma intervencionista na Venezuela.

Em suma, múltiplos fatores subsidiaram a bem sucedida empreitada de CAP pelo controle do setor energético nacional, diferentemente de países como Peru e Chile, onde a nacionalização das indústrias de recursos naturais foi parte de uma agenda puramente nacionalista.⁶⁵⁶

Como consequência, em 30 de agosto de 1975, foi criada a empresa Petróleos de Venezuela (Petroven), cuja função seria coordenar programas e controlar as atividades da indústria petroleira, por meio de várias empresas operadoras, que chegavam a 14 prestadoras

⁶⁵⁴ SALCEDO-BASTARDO, op. cit., p. 515.

⁶⁵⁵ Idem. p. 513.

⁶⁵⁶ ELNER, Steve & HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003. p. 46.

na época. Em 1975, a produção foi de 2 milhões e 346 mil b/d, sendo apenas 246 mil barris para consumo interno e o restante para exportação.

Em termos práticos, a estatização do petróleo significou a concentração do poder político e econômico nas mãos de uma pessoa, o chefe da nação. Realmente, Andrés Pérez enfatizou em sua administração a abertura de inúmeras empresas estatais, mistas e institutos autônomos para controlar o poder econômico do país. Portanto, alcançou-se o auge do Estado interventor que passou a controlar a maior parte dos meios de produção.

Entretanto, figuras notórias e com larga experiência no campo acadêmico e prático da história econômica venezuelana, como Pérez Alfonso, Francisco Mayobre e Pedro Esteban Mejia Alarcón criticaram a nacionalização por ter privilegiado alguns poucos grupos e pessoas em detrimento do verdadeiro interesse nacional. Em suma, qualificaram a ação de Pérez como “*chucuta*” e tardia, pois “*ató al país a las empresas transnacionales a través de la firma de contratos de comercialización y de asistencia técnica*”.⁶⁵⁷

Além disso, outras preocupações como as crises fiscais e as flutuações petroleiras marcaram os estudos venezuelanos dos anos 70 e início dos 80 do século 20: “*OPEP. Precios del petróleo y crisis energética*” de Ramón Herrera Navarro (1974); “*El despojo de Venezuela. Los precios del petróleo*” (1977) e “*El desafío del cartel petrolero*” (1981) de Gastón Parra Luzardo; “*El precio del petróleo. Sus determinantes y su fijación por la OPEP*” de José Rafael Zanoni; “*Los precios del petróleo*” de Bernardo Ferran (1982).

A economia venezuelana, que dava mostras de uma diversificação incidental, operada desde a década de 1960, preservara certos gargalos que limitavam o desenvolvimento de fato, como o uso inadequado de tecnologias, a subutilização da terra e a alta taxa de desemprego. Em 1974 o PIB estava dividido da seguinte maneira: setor primário respondia por 21%; setor secundário 24% e setor terciário 55%. No setor primário, o petróleo predominava com 13%, agricultura 7% e mineração 1%.

Por essa época, voltou a Caracas o economista brasileiro Celso Furtado. Em um contexto político diferente daquele em que havia deixado o país na década de 1950, Furtado encontraria uma Venezuela mais rica, mas nem por isso menos subdesenvolvida. A síndrome

⁶⁵⁷ O termo “chucuta” se refere a algo que é ineficiente, inadequado. MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. 148-149.

do que se chamou “doença da vaca holandesa” seria radicalizada no caso venezuelano pela decisão de captar maciçamente recursos financeiros externos.⁶⁵⁸

Na visão de Furtado, Caracas, em uma escala exponencial maior, revivia as experiências de Manaus, do festival da borracha do início do século 20, e de Havana, meca do entretenimento estrangeiro dos anos 1920. Era um espetáculo de irracionalidade econômica ao mesmo tempo “fascinante e alucinante”.⁶⁵⁹

Por um lado, Furtado sabia que a realidade histórica *sui generis* da Venezuela perpetuava o modelo de subdesenvolvimento com abundância de divisas. Por outro, nutria uma esperança de que a vanguarda venezuelana na definição de uma política petroleira mais autônoma seria o primeiro passo para superar o subdesenvolvimento sem “grandes convulsões sociais”.⁶⁶⁰

De toda forma, o fantasma da dívida passou a assombrar a Venezuela. A origem recente do problema do endividamento externo venezuelano encontra-se no primeiro governo CAP, que assumiu compromissos financeiros como forma de compensar a contração dos investimentos (1959 a 1970) e de superar a estagnação de recursos externos (1970 a 1974), especialmente revertidos para o setor petroleiro.⁶⁶¹

Vale lembrar que o setor no qual circulavam maiores recursos era o petrolífero e nele se encontrava o foco do equilíbrio da economia nacional. Parece que a caducidade das concessões petrolíferas, esperadas para 1983, e o paradigma intervencionista, com as diversas leis de controle do setor que culminaram na nacionalização de 1976, induziram as concessionárias estrangeiras a estancarem o fluxo de investimentos.

Como explica Zavala: “os corsários estrangeiros mal repunham os desgastes ou a deterioração do equipamento existente no país e não realizaram expansão efetiva nas diferentes fases do complexo produtivo petrolífero”.⁶⁶²

⁶⁵⁸ ENSAIOS sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2008. p. 145.

⁶⁵⁹ Idem. p. 146.

⁶⁶⁰ Idem. p. 177.

⁶⁶¹ MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. 23.

⁶⁶² ZAVALA, D.F. Maza. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. in *América Latina: história de meio século*. Vol 2. Brasília: Ed. UnB, 1990. p. 323.

Por outro lado, o enorme fluxo de petrodólares que fluía em abundância precisou ser represado, criando-se o *Fondo de Inversiones de Venezuela* (FIV), em 1974, como forma de se evitar um brusco deslocamento de divisas e dos eixos da economia nacional.

Outro aspecto a se levar em conta, no que tange à situação econômica da Venezuela, diz respeito à adoção da decisão 24 do Acordo de Cartagena (1975), que fez com que os investimentos estrangeiros se detivessem nos países andinos. Neste caso, os investimentos estancariam tão logo o governo venezuelano anunciou suas intenções de nacionalizar e “*venezolanizar*” bancos e empresas.⁶⁶³

Diante de um cenário de crise no processo de integração sub-regional, a capacidade econômica venezuelana foi se deteriorando nos anos seguintes e, com a queda dos preços do petróleo em 1977, as contas venezuelanas sofreram um impacto negativo: a conta corrente passou de um superávit de 7,76 bilhões de dólares (1974) a um déficit de 5,73 bilhões de dólares (1978), as reservas internacionais diminuíram e a dívida externa alcançou 16 bilhões e 400 milhões de dólares.⁶⁶⁴

Nada obstante, a crise da dívida não se converteu em ameaça à governabilidade da nação justamente por conta dos empréstimos internacionais contraídos entre 1976 e 1978.

Ficava claro que a nacionalização dos recursos naturais (petróleo e ferro) não havia se pautado tanto por uma visão estratégica de desenvolvimento nacional. Ao contrário, foi uma adaptação do modelo intervencionista aos novos tempos, sepultando a visão da “*siembra del petróleo*” dos anos 1930 de Uslar Pietri e dos anos 1960 de Rómulo Betancourt.⁶⁶⁵

Em suma, com a estatização petroleira, a “*provincia extranjera enclavada en el territorio nacional*”, nas palavras de Alberto Adriani, fora expurgada, mas não a dependência do setor petrolífero. O resultado foi o endividamento real da nação em pleno boom petrolífero, para garantir a manutenção das reservas internacionais.

Ainda que a conjuntura internacional de crise energética favorecesse a atuação internacional por meio da OPEP, internamente a situação se agravava. Por exemplo, as pressões inflacionárias cresceram como nunca antes.

⁶⁶³ MARQUEZ, Guillermo D. *El proceso económico venezolano y la balanza de pagos*. Caracas: Monte Ávila, 1990. p. 219-229.

⁶⁶⁴ MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. 145.

⁶⁶⁵ Idem. p. 44-45.

A Venezuela vivera um longo período (1940-1970) de baixa inflação, um curto período de início de processo inflacionário (1972-1976), e outro breve momento de estagnação com inflação (1977-1986), contrastando com os outros países latino-americanos, que sofreram sistematicamente desse mal. Efetivamente, até hoje é lembrada pela população “*la increíble estabilidad de precios de que disfrutaron las familias venezolanas*”.⁶⁶⁶

Desse cenário econômico conturbado emergiram na Venezuela novos atores com certa autonomia para empreender atividades externas, como a PDVSA e o Banco Central, o que restringiu ainda mais a capacidade da Casa Amarela de formular uma política externa de Estado.

De fato, a política exterior da Venezuela manifestou uma regularidade histórica: as preferências programáticas de partidos e governos se contrapõem a uma linha estratégica de atuação internacional, fazendo com que o país não possuísse uma “política exterior de Estado”.

Toro Hardy definiu essas regularidades como sendo a “síndrome de Sísifo”. Ou seja, o país estaria fadado a empurrar a mesma rocha para cima da montanha e logo vê-la descer em um ciclo que se repetiria sem fim aparente.⁶⁶⁷

Assim, a partir da gestão de Carlos Andrés Pérez, acumularam-se discontinuidades estratégicas por conta de tendências de excesso personalista, ilusões de liderança interna e internacional, proclividades à superextensão dos focos de participação externa da Venezuela, na maioria das vezes, além das capacidades do Estado.

4.1.2. A ótica brasileira

No Brasil, o governo de Emílio Garrastazu Médici esteve empenhado em exaltar as realizações da “revolução de 1964”, sobretudo no aspecto econômico, como forma de eclipsar a imagem negativa de autoritarismo e subdesenvolvimento que assombravam a nação.

O presidente Médici chegou a afirmar que “o Brasil quer ter mãos livres em todos os setores da pesquisa científica e da aplicação pacífica das novas e ilimitadas fontes de

⁶⁶⁶Idem. p. 90; 98.

⁶⁶⁷ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. p. 7.

energia”, ao mesmo tempo em que a censura crescia rigorosamente contra partidos e pessoas, praticamente marginalizados para participar ativamente nos assuntos políticos de importância.⁶⁶⁸

Em 6 de novembro de 1969, Mario Gibson Barbosa assumiu a chancelaria reforçando o indeclinável dever de formular a atuação diplomática em função da meta principal do desenvolvimento. Avocou também o compromisso de instalar definitivamente o MRE em Brasília, cerimônia marcada para 21 de abril de 1970.⁶⁶⁹

Gibson Barbosa se referia sempre à identidade de aspirações em um continente com força histórica e perspectivas de futuro, designando o nascimento de uma visão própria de relações internacionais, a latino-americana.

Além disso, dentre os principais temas de política externa sob sua regência estariam a aplicação externa do poder nacional, a conexão entre o interesse nacional e os compromissos internacionais e o fortalecimento do regionalismo. Em suma, a reavaliação da inserção internacional do país.

Em seu discurso de posse, Gibson Barbosa afirmou que a política externa deveria ser construída como uma “comunicação de geração a geração”, em um esforço permanente de adaptação às mudanças da realidade internacional:

por isso não admitimos automatismos nem imutabilidades, uma vez que se o aceitássemos estaríamos inevitavelmente condenados a amarrar-nos a conceitos que, por haver variado em seu condicionamento, se tornassem anacrônicos, e portanto, sem validade.⁶⁷⁰

A chancelaria venezuelana identificou em Gibson Barboza uma disposição especial de procurar defender o Brasil de uma campanha difamatória que distorcia a realidade do país:

el gobierno brasileño elabora un plan de acción para ser desarrollado por las misiones diplomáticas que proyecta la creación de una agencia de

⁶⁶⁸ BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p. 218.

⁶⁶⁹ Informe sobre a instalação definitiva do Itamaraty em Brasília, circular, n 8427, 30-12-1969. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 2-70, ano 1970.

⁶⁷⁰ Circular n 8427, 30-12-1969. AHI, Brasília,

*noticias, con el propósito de desvirtuar la falsa imagen que algunos países tienen del Brasil.*⁶⁷¹

Para tanto, Gibson Barboza fez uma série de visitas aos países da América do Sul entre 1971 e 1973. O objetivo era promover uma “aproximação política mais efetiva e de incentivar, através de acordos negociados antes e assinados na ocasião, o intercâmbio comercial, a cooperação técnica e cultural”.⁶⁷²

A ronda aos países andinos espelhou o processo de integração energética, já em curso no Cone Sul, e incluiu um acordo com a Bolívia e conversações com Equador e Venezuela. O epicentro do processo seria o mercado brasileiro, de onde partiriam a buscar incentivos ao comércio regional de hidrocarbonetos e, ao mesmo tempo, construir a infraestrutura básica, criando uma teia de relações de interdependência entre eles.

As teses geopolíticas de Golbery do Couto e Silva e a retomada da diplomacia dos “círculos concêntricos” não foram determinantes na conformação da estratégia brasileira para a fronteira norte da América do Sul, mas inspiraram pensadores e diplomatas, “tingindo” a tela da política externa brasileira.

Golbery do Couto e Silva, que já havia sido chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) no governo Castelo Branco, retornou como Chefe da Casa Civil do Governo Geisel. Suas ideias, propaladas nos anos 1950, foram resgatadas e passaram a instruir as atuações internacionais do Brasil.

A problemática do momento era a necessária integração nacional e a ocupação efetiva da “ilha amazônica”. Era preciso “inundar de civilização a Hiléia amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio [Amazonas]”.⁶⁷³

⁶⁷¹ Escalante a Calvani, informe, en-p-02/968, 23-7-70. ACMRE, DPI, Brasil, 1970, Exp. 1, caixa , tramo

⁶⁷² BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002. p 308.

⁶⁷³ COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1967. p. 47

Ademais, o Brasil não poderia desconsiderar Caracas como um dos centros de poder na América do Sul, do ponto de vista econômico e demográfico, além do potencial do vizinho de precipitar a criação de um bloco andino na região.⁶⁷⁴

A área geopolítica da Amazônia concebia Manaus como o fulcro do sistema de interligações da fronteira norte, estendendo-se para capturar o maciço da Guiana e o rio Orinoco e ligando o Brasil às Guianas e ao Caribe. Já a fronteira com a Venezuela era concebida como um rincão isolado, desarticulado do território nacional, mas de importância extraordinária como tampão natural contra a intrusão estrangeira.⁶⁷⁵

Ao tratar do Brasil no “arquipélago sul-americano”, Couto e Silva colocava que o Brasil teria três objetivos principais: assegurar a paz, reforçar a unidade continental e manter o *status quo*. Além do mais, insistia na lógica da cooperação e do conflito:

Do ponto de vista de possíveis antagonismos que sempre poderão surgir entre Estados do Continente, estimulados pela própria dinâmica de tensões naturais ou motivos de outra ordem, certo é que o Brasil, de qualquer dêles, nunca se deverá alhear, intervindo para preveni-los, limitá-los ou abrandá-los, senão fazê-los cessar.⁶⁷⁶

Enfim, caberia ao Brasil concretizar a base física de um sistema adequado de comunicação em toda a região, garantindo o desenvolvimento e a segurança da “fortaleza sul-americana”.⁶⁷⁷

As ideias geopolíticas foram “temperadas” pelo relacionamento do Brasil com a Venezuela e com a vizinhança no norte da América do Sul, sendo adaptadas e revistas conforme as questões surgiam no horizonte do entendimento bilateral.

Com Azeredo da Silveira à frente do Itamaraty empreendeu-se uma “sulamericanização” da política externa brasileira. Ainda que na avaliação de Lampreia o chanceler Silveira tivesse “uma visão central de que o Brasil era grande demais para ficar circunscrito ao seu cantinho regional”, o redesenho dos rumo no sentido da universalização

⁶⁷⁴ Idem. p. 53.

⁶⁷⁵ Idem. p. 113.

⁶⁷⁶ Idem. p. 134.

⁶⁷⁷ Idem. p. 184.

incluíram revalorizar o entorno sul-americano como base da inserção internacional do Brasil.⁶⁷⁸

Como colocou Silveira:

em primeiro lugar, tínhamos que acabar com todos os mal-entendidos na América Latina, principalmente com os países da América do Sul, que são nossos vizinhos (...) tínhamos vivido um período de, praticamente, um total desentendimento com a maioria dos países do norte da América do Sul.⁶⁷⁹

Segundo Silveira, tratava-se de um desentendimento “completamente artificial”, ideológico e sem representatividade no que toca aos interesses nacionais. Por isso, o chanceler brasileiro acreditava na revalorização da dimensão sul-americana da política externa brasileira.

Para tanto, devia-se redefinir o lugar da vizinhança nas relações internacionais: “Chamamos a América do Sul de subcontinente porque ainda sofremos de um complexo de inferioridade, mas a América do Sul realmente é um continente ligado a outro continente, que é a América do Norte”, colocaria Silveira.⁶⁸⁰

A estratégia a ser seguida era a de fomentar um pacto para bloquear os ímpetus de internacionalização da Amazônia, tendo como base a integração física e infra-estrutural dos países da região. Explicava Silveira: “Compreendi que, se quiséssemos fazer a catálise do norte do continente, era indispensável termos a boa vontade e a cooperação” dos países do norte da América do Sul, fazendo romper o dique antibrasileiro que havia se criado ao longo das décadas na política regional.⁶⁸¹

O início de 1977 foi um momento intranquilo da relação bilateral. o Itamaraty era muito reticente à postura crítica do presidente venezuelano, por seu estilo centralizador de governar e seu “temperamento oscilante” que estariam prejudicando a cooperação com o Brasil.

⁶⁷⁸ LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 72.

⁶⁷⁹ SPEKTOR, Matias (org). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p. 199

⁶⁸⁰ Idem. p. 200.

⁶⁸¹ SPEKTOR, Matias (org). *Azaredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p. 204.

Andrés Pérez teria criticado no Congresso venezuelano o acordo nuclear assinado entre o Brasil e a Alemanha e teria reagido com frieza à ideia do Pacto Amazônico. Silveira sabia que as âncoras identitárias do vizinho bolivariano eram outras: “a intimidade venezuelana era com o Caribe, não era com a América do Sul, da qual estava relativamente isolada”.⁶⁸²

De fato, o pluralismo dos países amazônicos fez com que o Brasil abdicasse, intencionalmente, de um plano de integração econômica mais abrangente, para enfatizar casos específicos. Assim, Silveira, que chegou a afirmar que o acordo sairia “com ou sem a Venezuela”, reavaliou a importância estratégica do vizinho bolivariano na medida em que o preço do petróleo se elevou.

Outra arresta pontiaguda formou-se da política de Carter de arrebanhar a Venezuela para a luta pelos direitos humanos criou atritos com o Brasil. Washington jogava com Brasília e Caracas: ao projetar o respeito aos direitos humanos como um valor universal e receber de Pérez apoio total, deixou o regime militar brasileiro em uma posição delicada.

Entretanto, na percepção de Azeredo da Silveira, Pérez tinha a intenção de reavivar a identidade sul-americana da Venezuela, eclipsada ao longo dos anos pelo *mare nostrum* caribenho e pela aproximação aos países andinos e aos EUA. Além disso, o sentimento antiamericano, proveniente do ressentimento contra a exploração do petróleo venezuelano por empresas ianques, seria uma carta brasileira a favor da aproximação com Caracas.⁶⁸³

A postura crítica de Pérez teria “irritado” o Itamaraty, mas não seria suficiente para tirar as relações dos trilhos. As severas críticas de Andrés Pérez à ideia brasileira do Pacto Amazônico e dos problemas nuclear e dos direitos humanos deixaram de ser “desconfianças” e se tornaram pleitos pela cooperação nuclear e autodeterminação dos povos.

Ademais, subsistia uma preocupação de Caracas em aproximar-se do Brasil justamente para contra-arrestar a presença hegemônica norte-americana, o que levou a aceitação das posições brasileiras sobre o Pacto Amazônico. Como lembrava Silveira:

⁶⁸²“Relacionamento deve manter-se bom”. *Gazeta Mercantil*, 13-2-1979. “Brasil e Venezuela acertam cooperação na área nuclear”. *Jornal do Brasil*, 26-7-1979.

⁶⁸³ SPEKTOR, Matias (org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p. 205-206. “O que se pode ter com a Venezuela”. *Gazeta Mercantil*, 27-7-1979.

“Carlos Andrés Pérez nos mandou, secretamente, textos sobre o que ele estava negociando com os EUA, para nos ouvir. Isso é uma coisa absolutamente inédita”.⁶⁸⁴

Logo, Caracas e Brasília convergiram quanto a percepção de que uma aliança entre os países da região amazônica se sustentaria na parceria brasileiro-venezuelano, inflexão ocorrida depois da visita de Pérez ao Brasil em 1978, cristalizando um profícuo período de aproximação e incremento nas relações bilaterais. A assinatura de um convênio de amizade e cooperação no estilo guarda-chuva possibilitou que vários protocolos adicionais pudessem ser pendurados no sentido de adensar as relações entre os dois países.⁶⁸⁵

Conclui-se que o aprendizado mútuo conduziu Brasil e Venezuela pelos caminhos do entendimento. Nesse sentido, o Pacto Amazônico de 1978 sintetizou a virada da política externa brasileira para o norte: significou uma mudança de enfoque diplomático, abarcando questões variadas da região amazônica, como meio ambiente e recursos naturais; apontou o estabelecimento de um padrão sul-americano de atuação; procurou dissipar as tradicionais diferenciações que marcavam a política regional em sub-regiões platina, andina e amazônica; e referendou a importância da Venezuela para as gestões brasileiras na porção setentrional da América do Sul.

4.2. *Aggiornamento* das forças econômicas

As orientações internacionais de Brasil e Venezuela assumiram trajetórias convergentes a partir do momento em que o aprendizado mútuo gerou compatibilidades políticas. Como consequência, ocorreu o florescimento das relações financeiras e comerciais a partir do *aggiornamento* das forças econômicas que permaneceram adormecidas durante várias décadas.

4.2.1. Avanços bilaterais e multilaterais

Calvani realizou visita oficial ao Brasil entre 17 e 20 de maio de 1971, sendo recebido por Médici e Gibson Barboza. Na declaração conjunta, os governos de Brasil e Venezuela estavam de acordo sobre a nova significação que a América Latina adquiriu na política

⁶⁸⁴ Idem. p. 207.

⁶⁸⁵ “O chanceler Saraiva Guerreiro em Caracas”. *Jornal do Brasil*, 22-7-1979. “Itamaraty explica por que Guerreiro vai à Venezuela”. *O Globo*, 20-7-1979.

internacional. Por trocas de notas instituíram uma Comissão Mista Brasileiro-Venezuelana de Cooperação Econômica e Técnica e fixaram para outubro, em Caracas, a primeira reunião da Comista.

Ademais, recomendou-se ênfase na identificação de medidas para a diversificação das trocas comerciais; de setores propícios à complementação industrial; e elaboração de um projeto de convênio básico sobre cooperação técnica e intercâmbio científico e tecnológico.⁶⁸⁶

Além disso, definiu-se um grupo responsável em estudar o potencial de complementação das duas economias limítrofes e participantes da ALALC, buscando fórmulas para expandir e diversificar o intercâmbio bilateral, reduzir o desequilíbrio, priorizar a aquisição de bens e serviços nos dois países e viabilizar a associação de capitais brasileiros e venezuelanos na produção e prestação de serviços.

A possibilidade de assinatura de um acordo básico de cooperação bilateral, com a visita da missão econômica em maio de 1971, tangenciou as insatisfações internas em ambos os países, que já não paralisavam os avanços do acercamento brasileiro-venezuelano.

A preocupação no Itamaraty era que as relações de cooperação técnica não fossem “unilaterais”, cabendo aos dois países estabelecer modalidades de auxílio, instituições participantes nos dois países, bem como viabilizando recursos junto ao PNUD para projetos comuns. Neste caso, “o petróleo seria uma área óbvia de colaboração”.⁶⁸⁷

Ao mesmo tempo, o Itamaraty estava preocupado em que se buscassem entendimentos no âmbito da UNCTAD, coordenando a elaboração da agenda com assuntos de interesse dos países em desenvolvimento e que não haviam recebido tratamento adequado até então. Nesse sentido, a visita de Calvani constituiu-se em oportunidade para salientar a necessidade do entendimento entre os dois países.⁶⁸⁸

Ao recapitular o que já havia se passado, a missão comercial brasileira esteve na Venezuela em 1967 e identificara uma lista de produtos que poderiam ser exportados, mas que estavam condicionados à implantação de preferências comerciais resultantes da adesão venezuelana ao Tratado de Montevideú.

⁶⁸⁶ ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 8-3-71, Reunión mixta, caja 3, tramo 8, 1971.

⁶⁸⁷ Memorando, Dam, n 24, 7-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁶⁸⁸ Memorando, Dam, n 26, 13-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Todavia, essas condições não se criaram pela inadequação do sistema venezuelano de comércio exterior, por condições desfavoráveis de transporte e financiamento e pela difícil penetração no mercado venezuelano. Ademais, a “intransigência venezuelana” havia produzido um impasse e paralisado a comissão mista desde 1967.

O desafio era conseguir esse espaço preferencial pela via bilateral. A tese defendida pela diplomacia brasileira era de que o desequilíbrio nas contas entre os dois países significava uma transferência de renda do Brasil à Venezuela, o que justificaria a reivindicação brasileira de que se reorientasse parte da demanda venezuelana por importados para produtos brasileiros.

O problema básico do intercâmbio Brasil-Venezuela vinha sendo o déficit na balança comercial em virtude das elevadas importações de petróleo por parte do Brasil, sem uma “contrapartida adequada”, e por conta dos altos preços do óleo venezuelano no mercado internacional.

Os venezuelanos encaravam nesse momento dois desafios: a “perturbadora” dependência em relação aos EUA e a concorrência de outros mercados, como o médio oriental. Por um lado, os EUA importavam mais da metade do petróleo venezuelano e compravam quase todo o minério de ferro, respondendo por quase 60% das importações de bens de consumo. Por outro, forneciam a quase totalidade dos créditos para o financiamento nacional.⁶⁸⁹

A tendência era da Venezuela perder gradativamente e de forma definitiva o status de fornecedor absoluto do petróleo brasileiro, pois passaria a sofrer com a redução das compras brasileiras, que vinha substituindo o óleo venezuelano pelo do Oriente Médio. Vale lembrar que em 1958, a Venezuela ainda detinha 66% das exportações do produto consumido pelo Brasil e por volta de 1964 atingiu o ápice no volume exportado, que chegou a 32 mil barris.

Entretanto, desde 1955 o cru venezuelano sofreria com a concorrência do produto do Oriente Médio, mais competitivo e de melhor qualidade, o que levou já em 1965 a Venezuela a perder o posto de principal mercado para o Brasil. Confirmava-se uma tendência de queda do óleo venezuelano, 41% em 1964, para 15% em 1969, enquanto em 1967 o Oriente Médio já respondia por 61% do petróleo brasileiro importado.

⁶⁸⁹ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *Historia Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. p. 591.

Tabela 3 – Brasil-Venezuela: Petróleo, Participação Percentual e Preço Médio										
Participação Percentual						Preço Médio CIF US\$/barril				
	Venz	Peru	URSS	O.M.	África	Venz	Peru	URSS	O.M.	África
1954	100	-	-	-	-	2.77	-	-	-	-
1955	65	-	-	35	-	2.75	-	-	2.88	-
1956	69	-	-	31	-	2.75	-	-	2.88	-
1957	63	-	-	37	-	3.08	-	-	3.08	-
1958	66	-	-	34	-	3.11	-	-	3.04	-
1959	66	-	2	32	-	2.90	-	2.82	2.81	-
1960	55	-	1	44	-	2.66	-	2.46	2.45	-
1961	54	-	4	42	-	2.44	-	2.22	2.25	-
1962	55	-	2	42	1	2.38	-	2.10	2.28	2.15
1963	49	-	3	39	9	2.32	-	2.10	2.20	2.31
1964	41	1	17	39	2	2.22	2.08	2.08	1.99	2.32
1965	38	1	23	37	1	2.21	2.19	2.03	1.93	2.20
1966	27	1	19	49	4	2.17	2.18	1.95	1.84	1.93
1967	21	1	9	61	8	2.21	2.15	1.88	2.19	1.99
1968	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1969	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Elaboração própria. Adaptação dos documentos compilados em AHI-MRE e ACMRE.

A tabela anterior resume a participação percentual e o preço do petróleo bruto importado diretamente pela Petrobras, segundo a procedência, no período de 1954 a 1967.⁶⁹⁰

A análise da tabela ajuda a compreender alguns aspectos definidores da faceta econômica das relações bilaterais. Primeiro, é possível verificar que houve uma variação no nível de dependência brasileira em relação ao produto venezuelano: da vulnerabilidade absoluta à sensibilidade branda.

Segundo, identifica-se como o Brasil optou por uma estratégia de diversificação de fornecedores para garantir sua “segurança energética”, buscando parceiros na África, Eurásia e América do Sul.

Terceiro, evidencia-se a emergência de um novo locus de preponderância energética que ditou a tônica da parceria entre o Brasil e os países do Oriente Médio ao longo do período militar.

Entre 1958 e 1968, uma jogada importante para alterar a dependência do petróleo venezuelano, e que modificou o cenário energético regional, veio da decisão do Brasil de diversificar suas fontes supridoras, lançando com a Petrobras uma ofensiva no Oriente Médio.

Se por um lado, a participação percentual de petróleos e derivados venezuelanos, nas exportações para o Brasil, permaneceu praticamente inalterada, por outro, os mecanismos de condicionamento da compra do petróleo venezuelano em troca de produtos brasileiros havia se tornado anacrônico e ineficaz como arma política.

Em síntese, o barateamento e a qualidade do produto médio oriental e o surgimento de novos mercados internacionais, aliados à política de diversificação das fontes supridoras adotada pela Petrobras, reduziu a importância estratégica da Venezuela, que outrora fora o único fornecedor de petróleo para o Brasil.

Não obstante, interessava ao Brasil, tanto quanto à Venezuela, continuar ampliando as margens de comércio bilateral. Por isso, Brasília imaginara ser necessário buscar condições mais favoráveis à exportação dos produtos brasileiros. Um nicho interessante seria a de concorrências públicas e compras estatais.⁶⁹¹

⁶⁹⁰A partir de janeiro de 1964 a Petrobras passou a ter o monopólio da importação de petróleo e derivados.

⁶⁹¹Memorando, DPR, s/n, 30-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Outra questão impulsionada pelas forças econômicas se referiu à concorrência de produtos japoneses e europeus que inviabilizavam a entrada de similares brasileiros, como tubos e ligas de ferro ou equipamentos de transmissão e geração de eletricidade. Uma solução seria a Venezuela restringir a concorrência aos países da ALALC pelo oferecimento de uma linha de crédito para aquisição de produtos brasileiros como forma de incentivo positivo.

Entre os dias 17 e 19 de maio de 1971, delegações econômicas de Brasil e Venezuela se encontraram no Palácio do Itamaraty, em Brasília, e foram distribuídas em três grupos de trabalho: comércio, complementação industrial e cooperação técnica. Tratava-se de uma missão precursora preparatória do encontro dos chanceleres dos dois países.

O encontro avançou em três direções: fez-se um exame das características e tendências do intercâmbio bilateral, com países limítrofes e pertencentes à ALALC, avaliando o potencial latente de comércio e complementação. Determinaram-se eixos de diversificação e redução dos desequilíbrios, consideração prioritária à aquisição de bens e serviços no outro país. E, por fim, identificou-se a deficiência dos meios de transporte como um obstáculo ao desenvolvimento bilateral.⁶⁹²

Em maio de 1971, Calvani e Gibson Barbosa se encontraram em Brasília dispostos a intensificar as relações bilaterais mediante “exploração metódica das possibilidades de mútua cooperação”, bem como a valorização e desenvolvimento das remotas áreas amazônicas.⁶⁹³

Para tanto, constituíram uma Comissão Mista de Cooperação Econômica e Técnica, com a missão de desenvolver e aprofundar sugestões, propostas e recomendações, trocando informações e explorando caminhos de incremento do intercâmbio.

Vale lembrar que, em abril de 1960, Brasil e Venezuela tentaram instituir uma comissão mista para propor medidas de equilíbrio do intercâmbio comercial e que um grupo técnico exploratório chegou a ir a Caracas em 1967, após o reatamento de relações diplomáticas, mas não se avançou muito.⁶⁹⁴

Pode-se dizer que, naquele momento, os trabalhos foram inconclusivos devido à rígida posição venezuelana, aos resquícios de ressentimento advindos da suspensão de relações diplomáticas e pela falta de perspectiva do comércio bilateral.

⁶⁹²Ata final das conversações econômicas brasileiro-venezuelanas, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁶⁹³Declaração conjunta, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁶⁹⁴Memorando, intercâmbio comercial, s/n, maio de 1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900 (B46) (B35).

Todavia, com a crise mundial de energia, a Venezuela voltava a ser um parceiro importante para a segurança energética brasileira. Como lembra Lampreia “o petróleo era, até o fim dos anos 60, uma questão puramente comercial, de enorme peso estratégico, mas sem uma dimensão política importante para o Brasil”.⁶⁹⁵

O Brasil ainda era percebido com receio, por sua tendência a proteger-se, “*amurallarse*”, resguardando seus interesses internos. Representantes brasileiros eram vistos com desconfiança, chegando ao ponto de o ministro das Relações Exteriores, Aristides Calvanni, retirar-se de Caracas para não receber o chanceler Mario Gibson Barboza, “o venezuelano não queria aparecer ao lado do ministro de uma ditadura”, conta Lampreia.⁶⁹⁶

Ao mesmo tempo, havia um aspecto delicado no que concerne ao desenvolvimento econômico venezuelano, no sentido de transformar-se em competidor ou aliado do Brasil. Venezuela buscava convergir com os andinos, mas o Brasil esperava que se alinhasse com os grandes latino-americanos, como México e Argentina.

Era verdade que as relações Brasil-Venezuela só funcionariam com base na compra de petróleo e venda de manufaturados em quantidade suficiente para reequilibrar a balança de pagamentos. Entretanto, ainda que as relações Brasil-Venezuela estivessem sustentadas “*por los hilos negros del Petroleo*”, havia uma margem de diversificação dentro do próprio setor que não poderia ser desconsiderada.⁶⁹⁷

Mario Gibson Barbosa chegou a encaminhar uma carta ao Ministro de Minas e Hidrocarbonetos, Hugo Pérez La Salvia, na qual recordava a suma importância que o governo brasileiro emprestava à aproximação sistemática entre as empresas estatais de petróleo da Venezuela e do Brasil, pois considerava que esse setor seria “coluna mestra de nossas relações bilaterais”.

Ao fazer a entrega da carta, o encarregado brasileiro, Carbonar, foi instruído pelo próprio Gibson a fazer menção sobre as gestões brasileiras para viabilizar a venda de 20 mil toneladas de soja à Venezuela, aludindo ao papel do Brasil no atendimento da necessidade venezuelana de um gênero alimentar importante e escasso.⁶⁹⁸

⁶⁹⁵ LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 64.

⁶⁹⁶ Idem.

⁶⁹⁷ ACMRE, DPI, expediente 1-72, assuntos internos, ano 1972

⁶⁹⁸ Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, telegrama, confidencial-urgente, n 633, 1-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Vislumbrava-se o aumento nas compras de petróleo, colaboração na exploração de óleo, apoio técnico, esquemas de comercialização internacional e de distribuição interna, e a venda de equipamentos e materiais relacionados à indústria do petróleo. Gibson tinha convicção de que “os horizontes da cooperação venezuelano-brasileira em petróleo, também, são amplos e promissores”.⁶⁹⁹

Não obstante, a conjuntura política interna na Venezuela, no calor das eleições, dificultou um acordo governamental, mas deixou em aberto, no curto prazo, a possibilidade de arranjo entre Petrobras e CVP.⁷⁰⁰

A flexibilidade para tratar de assuntos polêmicos era maior, assim como a disposição para negociar ganhou outros componentes motivacionais. A Venezuela considerava os entendimentos no setor automobilístico o tópico mais significativo da Comista, mas era também o mais polêmico, por afetar um importante setor no Brasil.

A proposta venezuelana era considerar como de origem nacional os produtos importados, do setor automobilístico, fabricados no outro país. O Brasil concordou, mas consoante consulta prévia aos industriais brasileiros. Abria-se a possibilidade de criação de um acordo básico sobre cooperação técnica.⁷⁰¹

Em 5 de outubro de 1971, a chancelaria brasileira entrou em contato com o ministro Calvani sobre a possibilidade de a Comista se reunir para dar prosseguimento às conversações bilaterais iniciadas em maio. Logo, a primeira reunião ocorreu entre 25 e 27 de outubro de 1971 tendo como eixos principais: complementação industrial, intercâmbio comercial, transportes, cooperação técnica e discussão de anteprojeto de acordo básico, e assuntos amazônicos.

O Grupo de Complementação Industrial recomendou a criação de um regime comum entre os dois países para a indústria automobilística. O grupo de cooperação técnica mapeou possíveis áreas como planejamento e reformas da administração pública, desenvolvimento regional, treinamento técnico e cooperação cultural; reconhecimento da deficiência dos meios de transporte entre Brasil e Venezuela como um obstáculo à expansão do comércio; e criação de um mecanismo monetário para facilitar os pagamentos.

⁶⁹⁹Gibson Barbosa a La Salvia, carta, 10-7-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁰⁰Embaixada Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgente, 4-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁰¹Ata final das conversações econômicas brasileiro-venezuelanas, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

O Grupo de Comércio detectou a persistência da lógica de concentração em poucos produtos exportados, o que demandaria um melhor conhecimento das oportunidades comerciais em ambos os países, o intercâmbio de estatísticas e a visita recíproca de missões empresariais.

O Grupo de Transporte identificou o baixo volume de carga trocada entre os portos dos dois países, mas também a possibilidade de se criar um laço entre a indústria naval brasileira e as empresas de transporte marítimo da Venezuela. Sobre transporte terrestre apontaram as dificuldades para o intercâmbio de bens e pessoas nas áreas limítrofes, o que poderia ser sanado com as estradas ligando centros importantes como Caracas e Manaus às cidades fronteiriças como Santa Elena e Pacaraima (denominada de Marco BV-8).

O Grupo Amazônia inicialmente vislumbrou a troca de conhecimento sobre os programas de desenvolvimento regional que estariam em implementação nos dois países. Esperava-se que a Comista fosse uma instância de diálogo para aperfeiçoar a coordenação política bilateral.

Na reunião de fronteira, outra preocupação da delegação do Brasil foi concernente à posição da Venezuela na ALALC. Apesar do nível satisfatório do intercâmbio bilateral, acreditava-se estar longe de alcançar o máximo potencial. Ademais, perdurou certa relutância venezuelana em incluir nos convênios comerciais o petróleo, item que desequilibrava o intercâmbio e cujos créditos poderiam ser revertidos para outros setores das relações bilaterais.

Como forma de dar continuidade aos encontros de alto nível entre os dois governos, Mario Gibson Barbosa visitou a Venezuela entre 20 e 23 de junho de 1973. Em declaração conjunta, Gibson Barbosa e José Alberto Zambrano Velasco, encarregado da Casa Amarela, realçaram o papel da OEA, da ALALC e da integração regional e exaltaram a “marcha das obras que ligarão Brasília a Caracas por via pavimentada”.

Além disso, criticaram o recrudescimento do protecionismo das grandes nações, reforçaram a necessidade de entendimentos no âmbito comercial multilateral e da cooperação para transferência de tecnologia e dos órgãos de desenvolvimento regional, a conjugação de

empreendimentos industriais com capital e tecnologia dos dois países e o incremento do comércio bilateral para se alcançar “potencialidades das duas economias”.⁷⁰²

Entretanto, havia uma relutância dos empresários em se engajar em um esquema de complementação automobilística bilateral, pleito venezuelano desde a I Comista. A saída seria contemplar o tema de forma mais genérica possível, para que se criasse um ânimo exploratório sobre a matéria e com isso romper as reticências do setor privado brasileiro.⁷⁰³

O anteprojeto da agenda da II Comista dava sinais do nível de entendimento que se buscava naquele momento. Temas diversos foram contemplados: a) intercâmbio comercial: análise de deficiências e potencialidades, medidas de incremento, pesquisas de mercado, produtos suscetíveis de diversificar as pautas de exportação; b) assuntos financeiros: abertura de agências de bancos, convênio de créditos recíprocos, linhas de crédito, acordos para evitar a bitributação; c) transportes; d) associações no campo industrial, como petróleo, carvão, indústria naval; e) complementação econômica regional: isenções e facilidades aduaneiras, especialmente de produtos provenientes da zona entre o Orinoco e o Amazonas; f) cooperação técnica, intercâmbio cultural e científico.⁷⁰⁴

Uma terceira preocupação brasileira estava relacionada à essência do acordo que seria assinado, cujo cerne deveria ser a “cooperação”, ou seja, “favorecer empreendimentos conjuntos de benefício incontestado para ambas as partes”, explicou o chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Itamaraty, Mario Augusto Santos.

No caso, havia o risco tanto de o Brasil forçar a assinatura de convênios de seu interesse como simplesmente ter que propor algo. Também existia a possibilidade de a Venezuela efetuar pedidos unilaterais, os quais o Brasil teria que negar ou aceitar, o que de qualquer maneira projetaria uma imagem negativa do país.⁷⁰⁵

Cinco grandes temas orientavam as relações bilaterais após a reunião da II Comista, em 10 e 11 de outubro de 1973: interesse na metalurgia venezuelana, em vista da grande expansão da siderurgia brasileira; participação na pesquisa e lavra do carvão venezuelano; redução das tarifas de importação de peças e componentes do setor automobilístico venezuelano; participação brasileira na implantação de uma indústria venezuelana de

⁷⁰² Declaração Conjunta. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 600 (45), ano 1973.

⁷⁰³ Memorando, confidencial, DAM II, n 84, 24-7-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811. Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 927, 20-8-1973.

⁷⁰⁴ Memorando, DAM II, n 108, 21-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁰⁵ Memorando, DCT a DCult, s/n, 31-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

construção e reparação naval; e incremento do comércio bilateral, envidando maior dinamismo à diversificação de vendas brasileiras à Venezuela.⁷⁰⁶

Naquele momento, Brasília sofria com as medidas restritivas impostas por Washington a treze produtos brasileiros, como café solúvel, sapatos de couro, talheres de aço inoxidável, têxteis, algodão, madeira, carnes, azeite, roupas. O Brasil aproveitou a VIII reunião do Comitê Interamericano Econômico e Social para denunciar o papel desestabilizador dos EUA.

O Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, apontou três caminhos possíveis para a estabilização econômica regional: criação de um fundo para reduzir a carga da dívida externa; suspensão de qualquer nova restrição aos produtos originários da América Latina; e interrupção da tendência de redução da cooperação financeira norte-americana.

Joaquim I. A. MacDowell, chefe da DAM II, preparou uma peça explicativa sobre as atividades desenvolvidas no ano de 1975 que integrou a mensagem ao Congresso Nacional do começo do ano seguinte.

MacDowell destacou o progresso das relações com a Venezuela, marcadas pelas visitas de três ministros de Estado venezuelanos ao Brasil, Fazenda, Planejamento e Relações Exteriores, com o propósito coincidente de intensificar as relações bilaterais nesses setores, com atenção especial na cooperação técnica, econômica e financeira e intercâmbio comercial. Além do mais, ressaltou a importância da 3ª Reunião da Comista Brasil Venezuela (entre 3 e 5 de novembro de 1975), que abriu caminho para a importação do carvão venezuelano e exportação da bauxita e outros minerais brasileiros.⁷⁰⁷

O Brasil pleiteava há muito a inclusão do petróleo nos convênios de créditos recíprocos no quadro da ALALC, o que seria uma saída, a todos os latino-americanos, para a crise energética em vigência.

O célere ajuste entre argentinos e venezuelanos, na conformação de uma comissão mista empresarial, levantou dúvidas sobre os acertos no âmbito da política sul-americana entre Buenos Aires e Caracas.⁷⁰⁸

⁷⁰⁶Memorando, Dam, s/n, 14-11-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁰⁷Memorandum, DAM II, urgente, n 213, 11-12-1975. AHI, Brasília, Pasta Secretos, maço 300.2 (B46) 605.51 (B35).

⁷⁰⁸Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 267, 3-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Tratava-se da importância do setor petrolífero na parceria bilateral e se cogitava, até mesmo, da participação venezuelana em refinarias no Brasil.⁷⁰⁹

Era o momento oportuno para demonstrar ao novo governo da Venezuela “a nitidez das intenções do Brasil” no sentido de fortalecer as relações bilaterais, aproveitando a tendência realista que CAP pretendia imprimir à orientação externa do país para aplainar as arestas que dificultaram o relacionamento bilateral durante o governo Caldera.⁷¹⁰

A orientação clássica da política brasileira era no sentido de evitar compromissos que envolvessem o Território de Roraima, enquanto não estivesse concluído o trecho da estrada Caracarái-Manaus, da conexão rodoviária Boa Vista-Manaus. Roraima deveria ser integrada ao território nacional antes que o Brasil partisse para empreendimentos bilaterais, como os que se aventavam na época, de constituição de uma empresa brasileiro-venezuelana para criação de gado e industrialização de carne em Roraima.

Subsistia a intenção venezuelana, expressa por declarações e ideias do Ministro Pérez Guerreiro e do presidente Carlos Andrés Pérez, de ampliação das relações com o Brasil, dando-lhes maior expressividade. Da mesma forma, dentro de uma política de se ligar aos latino-americanos, residia a firme disposição brasileira de buscar vínculos mais densos com a Venezuela em todos os campos.⁷¹¹

O embaixador Hadock Lobo vislumbrava o presente-futuro das relações bilaterais: “Com tão vastos horizontes pela frente”, seria possível acelerar os entendimentos e constituir um projeto mais encorpado para ser passado aos presidentes Geisel e Pérez, “homens práticos, executivos e com vontade de realizar”.⁷¹²

Nesse contexto, ventilou-se a criação de uma comissão mista empresarial, que só teria impactos positivos nas relações bilaterais, mesmo que seu funcionamento dependesse de uma maior institucionalização. A preocupação do Itamaraty era evitar uma sobreposição de competências com outras instâncias negociadoras e se fazer presente com representantes próprios para “resguardar os interesses globais” das relações Brasil-Venezuela.⁷¹³

⁷⁰⁹Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 318, 5-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹⁰Memorando, DAM II, confidencial-urgente, n 35, 8-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹¹Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 471, 25-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹²Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 480, 28-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹³Memorando, DAM II, s/n, 7-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

O espaço para a ofensiva das empresas brasileiras, como a ESABRAS, parecia se abrir. Além disso, havia possibilidade de se aproveitar uma eventual captação das reservas que a Venezuela estaria disposta a investir no exterior, fosse em *joint-ventures* ou participação em fundos.⁷¹⁴

No caso, receber dinheiro venezuelano era uma forma simples de melhorar o clima das relações bilaterais e aliviar a excessiva preocupação dos vizinhos com o “porte do Brasil”, diria Saraiva Guerreiro. O então Secretário-Geral do Itamaraty, Ramiro Saraiva Guerreiro, ditou a tônica da prudência brasileira: “não ir com açodamento ao novo pote, mas não embarçar-se em receber financiamento de um país financeiramente forte como a Venezuela”.⁷¹⁵

A ideia seria criar, em grande escala, gado zebuino e industrializar a produção de carne e seus subprodutos em Roraima, com a finalidade de abastecer os mercados local, do Amazonas, Estado Bolívar e zonas adjacentes e exportar o excedente pelo porto de *Ciudad Guyana* na Venezuela.⁷¹⁶

Do encontro entre os Ministros Gumercindo Rodrigues e Mario Simonsen, em Washington, ficou acertado o início de estudos para verificar as possibilidades de o Brasil atender ao suprimento de componentes importados, dos projetos de que se ocuparia o Fundo de Investimentos da Venezuela (FIV), o que seria fundamental para a diversificação e incremento do intercâmbio comercial.⁷¹⁷

De fato, as oportunidades eram restritas, no que tangia à cooperação financeira, limitando-se a Venezuela a oferecer créditos de curto prazo. Havia a preocupação de o Brasil não assumir uma posição de “*demandeur*” em relação ao país vizinho.⁷¹⁸

A virada comercial venezuelana para os países socialistas, como a China continental, ainda não tinha implicações políticas, pela própria postura chinesa de manter as relações

⁷¹⁴Memorando, DAM II, confidencial, n 29, 23-7-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹⁵Despacho ao Memorando DPF/29, confidencial, 23-8-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹⁶O plano não se realizou na medida em que o rebanho de bovinos do estado de Roraima foi sendo desarticulado, perdendo espaço para a pecuária intensiva do estado do Rondonia, que se tornaria um dos principais produtores de carne da região norte do Brasil. Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama confidencial, n 982, Caracas, 2-9-1974; Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, n 665, 3-9-1974. Memorando, DAM II, confidencial-urgente, n 42, 25-4-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹⁷Santos Lima a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 1063, Caracas, 30-09-1974. Santos Lima a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 1099, Caracas, 10-10-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷¹⁸Memorando, DPF, n 40, 11-10-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

estritamente no âmbito econômico. As instruções para Hadock Lobo era que mantivesse uma atitude prudente nas conversações com as autoridades venezuelanas. O forte desejo de estreitamento deveria ser equilibrado, tendo-se em vista o desconhecimento dos reais propósitos venezuelanos em campos específicos.⁷¹⁹

4.2.2. A virada para uma “nova fase”

Ao final do ano de 1974, a Venezuela estava em franca ofensiva diplomática visando à projeção do país no hemisfério pela alavancagem que a imensa massa de recursos petrolíferos permitia fazer. A motivação da política exterior encontrava fundamento no pensamento de Bolívar, na promoção da coesão hispano-americana, e no petróleo, que vinculava o país aos destinos da OPEP e a interesses árabes. Portanto, não era um Estado de projeção permanente nem de grande envergadura econômica, mas de projeção “eufórica” pela riqueza petrolífera.

Ao iniciar-se o governo de Carlos Andrés Pérez, pairavam algumas dúvidas sobre as relações com o Brasil. O crescimento venezuelano respaldava o pleito do presidente de que não o Brasil, mas a Venezuela fosse tomada como modelo para as demais nações latino-americanas por ser um farol para a democratização regional. O paradigma venezuelano de “desenvolvimento com democracia” se oporia ao modelo de crescimento econômico instituído pelo regime militar no Brasil. De fato, havia um contraste de imagens que poderia ofuscar o horizonte de entendimentos e criar um ponto de fricção ou um “fator de perturbação” nas relações brasileiro-venezuelanas.⁷²⁰

O modelo econômico brasileiro, entretanto, respaldava a imagem de “Brasil Grande Potência”, cujo prestígio e poder eram evidentes naquela época. Havia o receio de que o modelo pudesse entusiasmar militares venezuelanos a partir do momento em que se estreitassem os laços entre os dois países. Para a ala mais tradicional do partido Ação Democrática, “toda cautela é pouca, pois o colosso é avassalador” em seus desígnios imperialistas e expansionistas.

⁷¹⁹Secretaria de Estado para Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 491, 3-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷²⁰Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama confidencial, n/i, Caracas, março de 1975; AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Da mesma forma, existia outra ala que estava disposta a lucrar com as iniciativas econômicas, comerciais e financeiras, em franca ascensão naquele momento, e até mesmo a apoiar uma modificação na tônica da política internacional venezuelana, cujas ênfases haviam sido o Caribe e os Andes.

Como consequência, Caracas adotou uma postura de aproximação relutante. Por um lado, sustentou preocupações com o “*coloso del sur*”, buscando estreitar laços com Buenos Aires e se movendo pelo objetivo maior de domínio das Caraíbas pela penetração econômica nas ilhas, facilitada pela “sedução dos [petro] dólares”. Por outro, Pérez assumiu para si a responsabilidade de promover o entendimento bilateral.⁷²¹

No Itamaraty, entretanto, receava-se pela ação diplomática “agitada, tumultuada”, de concertação apressada na chancelaria venezuelana e sob intervenções telefônicas do presidente Pérez, o que denotava “improvisação e inconsistência”, diferente, por exemplo, da Argentina de Perón, de diplomacia mais hábil e sutil na atração dos vizinhos hispano-americanos.

A “turbulenta e incessante” participação de CAP na política internacional explicava-se também pelas limitações da Casa Amarela, carente de pessoal de carreira experimentado e em número capaz de assegurar continuidade do estudo e atuação das matérias. Assim, Pérez foi um devoto da “diplomacia telefônica”, ambicioso líder, homem de pouca cultura, mas perseverante, arguto e com tendências a “pensar grande”. Apressado e com temperamento impulsivo, de origem espanhola apreciava o quixotismo; “a imagem do Libertador talvez lhe persiga nos sonhos e lhe esteja sempre diante dos olhos” ponderou Hadock Lobo.⁷²²

Dentro do Itamaraty, o ceticismo cedeu lugar a um panorama mais realista quanto à “nova política” em relação ao Brasil. O Itamaraty ressaltava a vocação histórica do Brasil de aproximação com seus vizinhos latino-americanos, para evitar distorções registradas em pronunciamentos oficiais. Hadock Lobo sugeria, ainda, que se evitasse a “via das ilusões”,

⁷²¹ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, Caracas, 12-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷²² Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, Caracas, 12-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

questionando a possibilidade da Venezuela ser um legítimo “porta bandeira dos latino-americanos” perante a comunidade internacional.⁷²³

A íntima relação econômica entre norte-americanos e venezuelanos produzira suspeitas, mas no plano político Pérez deu sinais sobre a necessidade de integrar o Brasil aos países latino-americanos para reforçar a barreira anti-americana. Hadock Lobo refletiu sobre o pragmatismo que passaria a acompanhar a gestão de Pérez: “os países podem receber ajuda, mas nenhum renuncia a seus interesses maiores, a seu prestígio, a sua dignidade. Isso é elementar nas relações internacionais”.⁷²⁴

Nesse sentido, uma troca de cartas entre Geisel e CAP, sinalizou o entendimento no horizonte. Assim que foi eleito, Carlos Andrés Pérez escreveu a Geisel manifestando maior interesse em relações amplas e profundas com o Brasil. Além disso, trocaram impressões sobre os malefícios da nova legislação norte-americana, restritiva ao comércio de ambos os países, condenando a postura de Washington e apoiando a proposta de discutir a questão na OEA.⁷²⁵

Até então as propostas brasileiras haviam encalhado na suspicácia, no temor e no desinteresse ou se perdiam no discurso simpático da cooperação: “agradáveis palavras o vento leva”, refletia Hadock Lobo, identificando como aspecto primordial da diplomacia “superar imagens falsas e reticências injustas” que emperravam as relações bilaterais.⁷²⁶

Ramón Escobar Salom, Secretário-Geral da Presidência da República, era visto na Casa Amarela como apolítico, franco e competente, boas qualidades de um estadista, mas que ficavam prejudicadas pela tendência do presidente de assumir o comando pessoal da política externa venezuelana, tirando relevância da atuação tanto da chancelaria quanto de figuras destacadas de seu grupo decisor e executor.⁷²⁷

De fato, CAP buscou respeitar as idiossincrasias caribenhas, cultivar a boa vontade dos bolivarianos andinos e da Argentina e, sobretudo, obter o apoio brasileiro, para tornar-se porta-bandeira das reivindicações latino-americanas. Salom comentou, inclusive, a disposição

⁷²³ Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 81, 29-1-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900; Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, Caracas, 12-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷²⁴ Idem.

⁷²⁵ Santos Lima a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, 21-1-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷²⁶ Idem.

⁷²⁷ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 208, Caracas, 20-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

de se criar um escritório brasileiro na Casa Amarela para acompanhar o crescimento da importância da parceria bilateral entre os dois países. O encarregado de negócios Santos Lima acreditava que poderia ter em Salom “um ouvido atento às pretensões do Brasil na Venezuela”.⁷²⁸

Portanto, a “nova política” do governo CAP para com o Brasil buscava definir linhas de conduta coincidentes no âmbito bilateral e multilateral, uma cooperação mais “íntima” e um diálogo mais “frequente”, ilustrado pelo apoio venezuelano ao acordo nuclear assinado entre Brasil e Alemanha.⁷²⁹

Vale recordar que o diagnóstico do período anterior a 1974 era cruel. Do lado brasileiro, perpetuavam-se as concepções geopolíticas de Couto e Silva, que apregoava à expansão e penetração comercial e política formas de projetar o poder nacional além das fronteiras. Ou, ainda, o pensamento geopolítico clássico, por exemplo, de Mario Travassos, pelo qual a interconexão fluvial pelo canal Cassiquiare só traria maiores problemas ao Brasil, que veria gradativamente a região amazônica escapar da esfera de influência estatal.

Do lado venezuelano, Mario Espósito vislumbrou uma imagem corrente nos vizinhos sul-americanos: *los círculos más quisquillosos no solo de Caracas sino de otras capitales del continente se han acostumbrado a imaginar, tras el amplio programa de carreteras llevado a cabo por Brasil, la sombra de un tanque avanzando por el pavimento.*⁷³⁰

Em síntese, como diria o embaixador Lucillo Hadock Lobo, “apesar da constante ação e interesse do governo brasileiro pela Venezuela, a normalidade era a frieza, a desconfiança, a indiferença e até a hostilidade por parte deste país a quase todas as iniciativas brasileiras”.⁷³¹

Não obstante, a impressão no Itamaraty era de que se iniciava uma “nova fase” nas relações Brasil-Venezuela devido à modificação sensível da importância do Brasil no quadro da geopolítica do petróleo, pela ascensão de Carlos Andrés Pérez e de uma orientação terceiro-mundista, bem como pela disposição brasileira de defender preços mais justos para

⁷²⁸ Santos Lima a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n/i, Caracas, 1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷²⁹ Memorando, DRA, n 59, 30-6-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷³⁰ Pinheiro a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 554, Buenos Aires, 22-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷³¹ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício confidencial, n 622, Caracas, 31-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

as matérias-primas no mercado mundial. O Brasil, que sempre esteve longe das cogitações dos vizinhos do norte da América do Sul, passou a ser referido de maneira elogiosa por Colômbia, Panamá e Venezuela.⁷³²

Hadock Lobo concluía seu pensamento afirmando que estaria se formando um contexto apropriado para o “alargamento das bases concretas do longo e pacífico relacionamento” entre o Brasil e a Venezuela.⁷³³

Os temores sobre o poderio e a organização do sistema bancário brasileiro, que afastavam os banqueiros venezuelanos do Brasil e impediam a ida do Banco do Brasil para Caracas, foram se diluindo desde 1972. A ideia amadureceu lentamente e em 1975 ganhou novo espaço nas discussões bilaterais de aberturas “positivas para a vinculação financeira, comercial e econômica entre os dois países”.⁷³⁴

Assim, contrariando as teses geopolíticas de Golbery do Couto e Silva e a diplomacia dos “círculos concêntricos” de Geisel, Mario Espósito afirmava que o Brasil não tinha porque alarmar-se com o crescimento financeiro da Venezuela. Isto porque o futuro desenvolvimento venezuelano sobrepujaria a “fronteira inquieta”, tornando a terra selvagem e semiexplorada uma fronteira viva e ao mesmo tempo a chave para o Brasil alcançar o Caribe.

Outro aspecto geopolítico que deixou de ser preocupação e tornou-se força de aproximação entre Brasília e Caracas dizia respeito à importância energética da Venezuela no contexto da crise mundial. Se antes da nacionalização petrolífera na Venezuela o mercado brasileiro era importante, depois poderia ser um dos mercados mais atrativos do mundo.

Nesse sentido, o principal objetivo da visita do ministro Escovar Salom foi “afirmar a vontade política” venezuelana de cooperar de forma mais estreita com o Brasil.⁷³⁵

A entrada do petróleo venezuelano no mercado brasileiro estava condicionada a uma baixa substancial no preço de venda. Surpreendentemente, considerava-se a localização geográfica da Venezuela muito mais propícia a alcançar o mercado norte-americano do que o brasileiro, fazendo do Oriente Médio um mercado mais atrativo para o Brasil. Faltavam, além

⁷³² Idem.

⁷³³ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício confidencial, n 622, Caracas, 31-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷³⁴ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial-urgente, n 191, Caracas, 21-3-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷³⁵ Secretaria de Estado para Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 554, 23-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

disso, portos que permitissem a utilização de navios de grande porte e pairavam indefinições sobre a política petrolífera na Venezuela.⁷³⁶

Com a nacionalização do petróleo, o Estado venezuelano poderia passar a competir na compra de maquinaria para a indústria do petróleo e o Brasil poderia ser um parceiro em *joint ventures* para a venda desses equipamentos.⁷³⁷

O gabinete econômico venezuelano havia aprovado a discussão para abertura de uma agência do Banco do Brasil em Caracas e para lançamento de títulos brasileiros no mercado venezuelano, mas a missão especial brasileira precursora da III Comista teve como objetivo principal tratar da criação de uma sociedade financeira binacional. Além disso, deveria abrir espaço para transformar a Comista, de cooperação econômica e técnica, em um organismo permanente a ser utilizado pelo Itamaraty como mecanismo operativo de coordenação bilateral, pois a Comista “se ativa, é o meio mais regular para controle do Itamaraty”.⁷³⁸

Esperava-se uma “luz completamente diferente” da que iluminou os trabalhos das reuniões anteriores da Comista. Em um discurso em La Paz, Pérez chegou a recomendar que se rejeitasse “a visão atrasada de 100 anos dos que suspeitam do imperialismo brasileiro”, o que teria um impacto positivo na percepção do Itamaraty sobre o novo momento das relações bilaterais, favorável à abertura, de boa vontade mútua, em um antigo centro de “suspensão contra o Brasil”.⁷³⁹

A estratégia de aproximação deveria ser o alargamento do escopo da Comista, para decantar os inúmeros problemas por equacionar entre os dois países; e dotar a Comista de expressividade política para fazer avançar as relações bilaterais em diferentes dimensões. O Itamaraty tentava medir a “real extensão da decantada nova atitude venezuelana” nas relações com o Brasil.⁷⁴⁰

Alguns temas permaneciam espinhosos, como as relações fronteiriças, nas quais não havia nenhum entendimento quanto à passagem de pessoas, veículos, mercadorias, turistas etc; quanto ao controle sanitário e epidemiológico de pessoas e animais; e quanto à

⁷³⁶Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 233, 7-4-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷³⁷Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 477, 14-6-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷³⁸Memorando, DAM II, n 120, 14-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷³⁹Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial-urgente, n 690, Caracas, 20-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁴⁰Idem.

regularização aduaneira e às comunicações, dado o estado precário das ligações da região norte do Brasil com a Venezuela. Para Hadock Lobo, o Brasil poderia “palmilhar as vias abertas pelo trabalho exploratório das Comissões anteriores [constituindo-se] nos primeiros degraus de cooperação com um vizinho de substancial importância no norte da América do Sul”.⁷⁴¹

Durante as conversas iniciais da missão precursora, os venezuelanos pediram muito sem oferecer contrapartida satisfatória para os assuntos que interessavam ao Brasil, como a instalação do Banco do Brasil e a criação da binacional financeira. Além disso, algumas queixas da delegação brasileira quanto à descoordenação da administração venezuelana, com ministérios seguindo linhas de ação diferente na política interna e externa. Nesse sentido, o entendimento brasileiro-venezuelano, caracterizado como de “horizonte amplo”, não estaria sendo interpretado da mesma maneira pela alta direção da AD, partido que comandava a vida política do país.⁷⁴²

Criou-se um comportamento divergente entre os dois países. Por um lado, o Brasil confiava na reciprocidade venezuelana para atender aos seus interesses. Por outro, a Venezuela tomava a cooperação brasileira como “favas contadas”, especialmente em foros multilaterais que tratavam da questão do petróleo e do preço de insumos primários.⁷⁴³

A visita da missão brasileira à Caracas operou-se entre 9 e 12 de setembro de 1975 e identificou as dificuldades técnicas para ter o Brasil como parceiro: o alto custo de transporte: portos venezuelanos não estavam preparados para os superpetroleiros utilizados no Brasil; e a diferença de qualidade entre o petróleo do Oriente Médio e da Venezuela, estando as refinarias brasileiras preparadas para o tipo oriente.

Aguardava-se a reforma da legislação bancária venezuelana para entrada do Banco do Brasil em Caracas, bem como a disposição política de abraçar a ideia. Assim, uma empresa binacional deveria facilitar os investimentos conjuntos e auxiliar na captação de recursos públicos e privados e na importação. Caberia, então, à Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX) administrar um fundo especial binacional.

⁷⁴¹ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial-urgente, n 690, Caracas, 20-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁴² Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 31010, Caracas, 16-9-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁴³ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 31010, Caracas, 16-9-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Contudo, a binacional gerou reação de cautela em Caracas. Havia a necessidade de acomodar o projeto de regulamento do Pacto Andino sobre investimentos estrangeiros e de modificar a lei nacional, que previa que uma empresa financeira só poderia operar em projetos a serem desenvolvidos na Venezuela.

Além disso, a fórmula de binacional, como a que havia sido implementada com o Paraguai no caso de Itaipu, deveria passar pelo parlamento venezuelano, local onde se arrastariam por longo tempo diversas discussões “talvez negativas para o relacionamento dos dois países”.⁷⁴⁴

Considerou-se a visita satisfatória diante do quadro político venezuelano, apesar da falta de densidade e o grau de generalidade dos entendimentos. Confirmou-se o interesse de abertura do mercado venezuelano aos títulos brasileiros, com identificação de oportunidades para exportação de bauxita e ferro-gusa. As impressões confirmavam que a concretização de um programa de cooperação com projetos específicos seria “lenta”, exigindo grande esforço brasileiro.

Paralelamente três assuntos chamavam a atenção da embaixada brasileira em Caracas: a existência de um grande número de trabalhadores com entrada ilegal; as agências do Banco do Brasil (BB) nas zonas de fronteira não operavam com bolívares, incentivando sua conversão no câmbio negro; a conveniência da PETROBRAS manter um representante residente em Caracas, tendo em vista a criação da PETROVEN.

Para a reunião da III Comista, as instruções para a delegação brasileira eram: deixar a iniciativa da binacional para o lado venezuelano, evitando a falsa impressão do “exagerado interesse brasileiro”; e deixar os entendimentos sobre a instalação de uma agência do BB em aberto, obtendo uma manifestação de interesse venezuelano no assunto.

Mais ainda, a delegação brasileira deveria manter conversações exploratórias sobre o tema petróleo para verificar as possibilidades existentes de se ampliar as exportações venezuelanas com importações brasileiras de alimentos e maquinaria agrícola. Por último, indagaria sobre a troca do *know how* brasileiro no setor de construção naval por investimentos para expansão daquela indústria no Brasil.⁷⁴⁵

⁷⁴⁴Relatório da visita a Caracas, Venezuela, 9 a 12 de setembro de 1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁴⁵Memorando, confidencial-urgente, n 174, 15-10-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

A essência das discussões seria a de fórmulas hábeis a canalizar recursos venezuelanos para créditos e investimentos conjuntos, assegurando, ao mesmo tempo, rápido aumento das exportações brasileiras com o objetivo de equilibrar o déficit comercial bilateral. Por isso, vislumbraram-se empreendimentos conjuntos em setores de mútuo interesse como construção naval, indústria pesqueira, exploração de bauxita, dentre outros, aproveitando-se o desenvolvimento venezuelano para vender mais ao vizinho.

Se de um lado, Azeredo da Silveira identificou a oportunidade de imprimir “bases novas” às relações com a Venezuela, CAP chegou a afirmar que a “Venezuela deseja ser agressivamente amistosa com o Brasil”, no contexto da parceria bilateral.⁷⁴⁶

Entretanto, a cautela venezuelana quanto ao planejamento de investimentos orientou a delegação a evitar compromissos que vinculassem economicamente a Venezuela ao Brasil. Houve, portanto, pouca receptividade à fórmula da empresa mista para promoção comercial.

As conversações sobre cooperação petrolífera também não prosperaram, devido à política conservacionista venezuelana e aos compromissos de curto prazo assumidos com o mercado norte-americano. A postura “extremamente cuidadosa” da delegação venezuelana levou a uma reação de cautela sobre a proposta brasileira de uma empresa mista de promoção comercial.⁷⁴⁷

De toda forma, a Reunião da III Comista transcorreu em clima de “acentuada cordialidade”, revelando bom nível de entendimento e vontade de superação de empecilhos que dificultavam a adoção de programas importantes, como os acordos sobre bauxita, carvão e a criação de agências bancárias.

O balanço geral sobre os resultados alcançados foram “animadores”, abrindo caminho para negociações concretas para ampliar a cooperação técnica, financeira e comercial, com boa receptividade venezuelana em transformar a comissão mista de cooperação econômica em um organismo permanente. Assim, visando aos “*follow ups*” das recomendações deu-se

⁷⁴⁶ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, número ilegível (ni), Caracas, 5-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811. Silveira a Geisel, memorando, confidencial-urgente, n 323, 17-10-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

⁷⁴⁷ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, número ilegível (ni), Caracas, 4-11-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

rápido encaminhamento ao envio de missões especializadas a Caracas para tratar dos assuntos discutidos no âmbito da III Comista.⁷⁴⁸

Na ótica do conselheiro René Luiz Cave Rainho, auxiliar do chefe do Departamento das Américas, Ramon Escovar Salom era caudatário da velha diplomacia, “*que se hace de hombre a hombre*” em conversações tranquilas e privadas, longe dos holofotes da imprensa, para conseguir resolver as grandes questões. Parecia, para Hadock Lobo, um estadista “interessado em maior aproximação e cooperação de seu país com o Brasil.”

A visita de Salom poderia ser considerado o “primeiro passo” para uma nova política em relação ao Brasil, de exploração de caminhos possíveis de colaboração, e superação definitiva da fase anterior, que marcara pela suspensão das relações bilaterais, mas sem perder aquela “dose mínima de desconfiança”, mormente em assuntos críticos como a canalização de reservas monetárias para projetos com o Brasil.⁷⁴⁹

A estrutura de preços de custo do petróleo não permitia que o Brasil comprasse o cru venezuelano com o mesmo bônus recebido dos EUA, devido ao menor custo de frete para a América do Norte em decorrência da proximidade geográfica. Assim, o aumento da compra brasileira seria viável caso a Venezuela abrisse mão desse bônus, ainda que o preço fosse ligeiramente superior ao do Oriente Médio, pois interessava ao Brasil a “diversificação de fornecedores”.⁷⁵⁰

Instado em La Paz a falar sobre a “*penetración brasileña en Bolívia y en el Grupo Andino*”, Andrés Pérez respondeu ressaltando que Brasil e Venezuela representavam duas vozes da América Latina com um único propósito, o desenvolvimento regional:

*ignorar al Brasil o tener recelos sobre este gran país de nuestra área, seria un error gravísimo (...) las relaciones de mi país con el Brasil no pueden ser mejores (...) yo me atrevo aquí a ser un intérprete latinoamericano del sentimiento y de la grandeza brasileña.*⁷⁵¹

⁷⁴⁸Memorando, DAM-II, confidencial-urgente, n 197, 17-11-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L.000 F 08).

⁷⁴⁹Memorando, DAA, n 97, 23-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷⁵⁰Memorando, DAA, n 97, 23-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷⁵¹Secretaria de Estado a embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 612, 14-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Em razão das tensões artificialmente produzidas pela mídia, verificou-se a atuação da chancelaria no sentido de desfazer dúvidas e imagens falsas sobre o Brasil.

De um lado, as sombras projetadas pela “*aficción terrofaga*” do Brasil, que teria se apropriado de territórios de países vizinhos, foi alvo de denúncia no parlamento venezuelano, pelo deputado Jesus Soto Amesty, que bradou sobre a movimentação de tropas brasileiras na região fronteira com Venezuela e Guiana. Além disso, falava-se da incontestável “ascendência do Brasil entre os latino-americanos, por seu desenvolvimento econômico, sua pujante indústria, seu progresso tecnológico e sua população crescente”.

Uma situação que tenderia a consolidar as distâncias na vizinhança e que motivaria a conveniência de resgatar os laços históricos e a resultar na unidade dos andinos como reação ao engrandecimento brasileiro e ao “Brasil-potência mundial”.⁷⁵²

Assim, a receptividade da ideia de “união andina” adviria de alguns aspectos profundos das sociedades daqueles países: frustração com as “pátrias chicas”, desejo comum de ser cidadão de país grande, o temor do vizinho que se estende do Prata ao Amazonas, e visão de formar um contrapeso ao gigante sul-americano que os cerca. A decisão venezuelana de entrar no Pacto Andino deu mostra da possível cristalização do cenário descrito, na esteira do reconhecimento de Kissinger sobre o status de “Brasil Potência”.⁷⁵³

O Pacto Andino parecia ser o “caminho viável, a rota aconselhada, o rumo inevitável” e por isso CAP transformou a integração latino-americana no *leit-motiv* de sua política continental. Logo, a culminação do ideal bolivariano viria com o sucesso do Pacto Andino como instrumento para se alcançar a união, frear o avanço norte-americano e diluir a influência brasileira.⁷⁵⁴

Havia, de fato, uma perspectiva de “conter o Brasil”, que inspirou o intelectual e ensaísta venezuelano Domingo Alberto Rangel a tratar o desenvolvimento brasileiro como a porta para o domínio do conjunto sul-americano, levantando suspeitas sobre os desígnios políticos do Brasil.⁷⁵⁵

⁷⁵² Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 227, Caracas, 12-3-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷⁵³ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 227, Caracas, 12-3-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷⁵⁴ Idem.

⁷⁵⁵ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 227, Caracas, 12-3-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900. “*Dilema frente al Brasil*”. El Universal, 11-3-1976. Despacho telegráfico, urgentíssimo, n 302, 11-11-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

Nada obstante, a relutância seria neutralizada pelo novo interesse que se criou sobre o Brasil, que vencia gradativamente e lentamente o clima de desconfiança. O chanceler Salom, afirmou a Hadock Lobo que a aproximação com o Brasil era mais vantajosa diante das “agitadas águas das Caraíbas”. Paralelamente, Brasília deixava transparecer seu “grande interesse” de que uma empresa nacional participasse na implantação do sistema de transmissão da Usina de Guri.⁷⁵⁶

Apesar das dificuldades econômicas enfrentadas pelo Brasil, devido o aumento no preço do petróleo, abriam-se as portas para a atuação das empresas brasileiras, como a Vale do Rio Doce, Interbrás e Camargo Correa, Odebrecht, Mendes Junior, Hidroservice, Usimec, Engesa e Petrobras, em projetos internacionais na Venezuela, como a construção de estrada de ferro e ponte ferroviária (Juan de los Morros a Ciudad Guyana, 650km), o fornecimento de peças e equipamentos na área de construção civil, na agricultura, na construção do metrô de Caracas, na venda de ônibus, nos projetos petrolíferos e na conclusão da represa de Guri.⁷⁵⁷

Nesse sentido, foi enviado ao Brasil o Vice-Ministro de Minas, Hernan Anzola, o diretor da Petroven, Edgard Leal, e um representante do ICE, para criar um “estímulo real” a fim de que a Venezuela realizasse um desvio de comércio para o Brasil, assim como pudesse aproveitar a posição e experiência brasileiros na África para realizar empreendimentos conjuntos naquele continente.⁷⁵⁸

Além disso, impulsionou-se a venda de petróleo ao Brasil dentro de um pacote de negociações que incluiria soja brasileira e outros produtos. A política petrolífera venezuelana, após a nacionalização, enfocou a diversificação dos mercados de cru, deixando a cargo das multinacionais a venda e ao governo estabelecer entendimentos diretos com antigos e novos países consumidores.

Portanto, havia uma firme disposição venezuelana de chegar a um ajuste global no comércio bilateral, superando a relutância desencadeada pela imagem do “expansionismo

⁷⁵⁶ Gilhon a Secretaria de estado, telegrama, confidencial, n 548, Lima, 23-6-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900; Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 823, Caracas, 21-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900. Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgente, n 678, Caracas, 29-6-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁷⁵⁷ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 415, Caracas, 14-4-1976. Silva Mota, tel, confidencial, n 225, Caracas, 10-3-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁵⁸ Os avanços seguiam a própria personalidade de Carlos Andrés Pérez que, impaciente com a burocracia, preferia tomar decisões antes das negociações, o que obrigava seus auxiliares a uma “maior mobilidade”. Despacho telegráfico, confidencial-urgente, n 434, 28-5-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08). Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n. 511, Caracas, 26-5-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

brasileiro”. Para tanto, os contatos estabelecidos pelo Ministro João Paulo dos Reis Velloso reafirmaram o desejo de maior aproximação e colaboração com a Venezuela, acentuando os necessários laços empresariais bilaterais. O objetivo dessas iniciativas era vencer progressivamente os obstáculos que dificultavam a dinamização das relações econômicas bilaterais.⁷⁵⁹

O mercado venezuelano havia adquirido importância para o Brasil. Prova disso foi a disposição de Reis Velloso de inaugurar a Exposição do Brasil em Caracas, uma feira para realização de negócios. Além disso, havia a perspectiva de se aproveitar a nacionalização de outros setores, para fomentar a participação de empresas estatais, como a Estaleiros Associados do Brasil (ESABRAS), empresa do ramo de estaleiros, em licitações e compras governamentais.⁷⁶⁰

Em suma, o *aggiornamento* das forças econômicas promoveu o entendimento bilateral entre brasileiros e venezuelanos.

4.3. Desconstrução de Rivalidades

Desarmar os espíritos é tão importante quanto desfazer-se dos meios de força nas relações internacionais. O entendimento bilateral tornou-se concreto no horizonte de Brasil e Venezuela na medida em que as rivalidades, especialmente na fronteira norte da América do Sul, foram sendo desconstruídas. Como resultante, ampliou-se o espaço de diálogo entre Brasil, Venezuela e o entorno amazônico.

4.3.1. Distender ânimos, dissipar temores

Entre 9 e 13 de agosto de 1969, o chanceler Magalhães Pinto recebera o chanceler da Guiana para tratar das relações bilaterais entre os dois países. Shridath Ramphal fez declarações à imprensa brasileira sobre o problema com a Venezuela, reafirmando que o mesmo deveria ser tratado pela comissão mista daqueles países. Sem dúvidas, a visita de Ramphal era de “transcendental importância” para Caracas, pois significava a busca por apoio brasileiro à causa guianense na questão de limites.

⁷⁵⁹Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 613, Caracas, 23-11-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁶⁰Memorando, Dam, n 94, 19-12-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Preocupava Caracas a possibilidade de variação na postura brasileira que, oficialmente, era a de “cooperação integral” para que a crise fosse solucionada satisfatoriamente entre os dois países, com base em uma “posição mediadora”, sem que isso significasse intromissão nas negociações bilaterais venezuelano-guianenses.⁷⁶¹

Do ponto de vista formal, os principais resultados da visita foram o compromisso entre Brasil e Guiana de construir vias de comunicação entre os dois países, a instauração de uma zona de livre comércio entre os dois países, e a possibilidade de instalação de uma embaixada da Guiana no Brasil.

Não obstante, alguns aspectos menos convencionais chamaram a atenção do Encarregado de Negócios venezuelano, Salvano Chacón Escalante. O sigilo das conversas entre brasileiros e guianenses; o fato de o embaixador brasileiro na Guiana ser um general de Exército, coisa pouco comum no serviço diplomático do país; e a evidenciação de algumas necessidades estratégicas brasileiras na região, como a facilidade de controle sobre as tropas acantonadas na fronteira, a capacidade de influenciar as forças armadas guianenses, o bloqueio a problemas fronteiriços, bem como a obtenção de uma via de acesso ao Atlântico por essa região.⁷⁶²

O pensamento venezuelano sobre a matéria foi sintetizada pelo diplomata e historiador Salcedo-Bastardo que, na primeira edição de seu livro *História Fundamental de Venezuela*, de 1970, escreveu: “*la recuperación de nuestra Guyana Esequiba es un deber impostergable de la nacionalidad*”.⁷⁶³

Nas relações fronteiriças continuavam subsistindo dois assuntos problemáticos: o contrabando de gado brasileiro para a Venezuela, trocado por produtos importados como cigarros e bebidas; e o tráfico de pedras preciosas “controlado por um grupo internacional com sede em Amsterdam, Holanda”.⁷⁶⁴

Além disso, os planos brasileiros de colonização e construção de rodovias na Amazônia suscitavam dúvidas. Não havia entre os dois países um acordo de cooperação

⁷⁶¹ Embaixada Venezuela ao MRE, informe, confidencial, n. EN 33/1162, Rio de Janeiro, 22-8-1969. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

⁷⁶² Salvano Chacón Escalante, Encarregado de Negócios, ao Chanceler Aristides Calvani, informe, confidencial, número ilegível (n/i), Rio de Janeiro, 1969. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

⁷⁶³ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006. p. 585.

⁷⁶⁴ Embaixador Luis Croce ao Chanceler Aristides Calvani, informe, confidencial, n c-c-10/364, Rio de Janeiro, 19-3-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

técnica ou um programa orgânico que calibrasse as relações bilaterais naquele setor, ao contrário do que ocorria com outros países da América do Sul, especialmente do Cone Sul, onde a diplomacia brasileira fora atuante nessa matéria.

Já se falava nessa época na ligação viária entre Manaus e Georgetown, passando por Boa Vista, como uma artéria primordial para as duas nações, em particular para o Brasil ter acesso ao Caribe: “*al Brasil le interesa sobremanera ampliar su radio de influencia en esta zona y abrir perspectivas para conquistar mercados de consumo, ya que cree, hasta el momento, que está ausente comercialmente de Guyana*”.⁷⁶⁵

Nesse caso, estavam em pleno desenvolvimento os trabalhos da Sudam e da Operação Rondon, o que levou ao aumento do efetivo militar na fronteira norte e ao temor venezuelano por que: “*es de suponer que el Ejército brasileño haya adoptado medidas preventivas para el caso de acontecer algun conflicto en la frontera Guyana-Venezolana*”.⁷⁶⁶

De fato, as suscetibilidades eram grandes para a política externa venezuelana por conta dos contenciosos com Colômbia e Guiana. O presidente Caldera preferiu omitir em seu discurso de fim de ano o problema com a Colômbia, a entrada do país no Pacto Andino e, sobretudo, a assinatura do Protocolo de *Porto of Spain*, que congelou por doze anos a reclamação territorial sobre a Guiana Essequiba, assunto controverso e “tão sujeito a explorações emocionais”, diria Ouro Preto. Mas abordou a “conquista do sul” da Venezuela como um objetivo de significação histórica imensa para aquela geração.⁷⁶⁷

O chefe da Divisão de Amazônia do Itamaraty, Luiz Orlando Gelio, enxergou na ratificação do Protocolo de *Port of Spain* o caminho para se encerrar o período de tensão e disputas venezuelano-guianense. Ademais, criaria condições para que o Brasil ativasse “sem maiores reservas” programas de cooperação com a Guiana, concomitantemente com a intensificação de relações com a Venezuela.⁷⁶⁸

Logo, a tática do Itamaraty na fronteira norte da América do Sul era a de equilibrar as relações entre Brasília, Caracas e Georgetown, para que não se gerasse a percepção de que o Brasil estaria favorecendo um dos dois vizinhos.

⁷⁶⁵ Idem.

⁷⁶⁶ Idem.

⁷⁶⁷ Ouro Preto à Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

⁷⁶⁸ Memorando, Dam, s/n, 2-7-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Essa postura, até então não anunciada, significava aproximar-se com a maior cautela possível do vizinho anglófilo, para aproveitar oportunidades, por exemplo, de cooperação técnica na formação de militares especializados no combate às guerrilhas.⁷⁶⁹

De toda forma, a visita de Gibson Barboza à Guiana e ao Suriname chamou a atenção do presidente venezuelano tanto por motivações eleitoreiras quanto pelo temor de uma articulação indesejada por Caracas sobre a questão essequiba.

Gibson Barbosa reforçou em seu discurso o pensamento dominante na chancelaria brasileira: “nas questões entre Guiana e Venezuela, países com os quais o Brasil mantém as melhores relações, nossa posição é imparcial”. Essa declaração foi considerada de grande importância para os dois vizinhos brasileiros porque ratificava uma posição que até então se havia colocado em âmbito privado.

A posição brasileira de “absoluta isenção” tinha como ideal político a construção simultânea de duas rodovias que partiriam de Boa Vista e que alcançariam as fronteiras venezuelana e guianense. Essa interligação viária serviria no futuro como uma “ponte” entre Caracas e Georgetown, selando a paz entre as duas nações. Isto, contudo, não imunizou o país das visões do outro na Venezuela.

Nesse momento, eclodiu uma denúncia na Câmara dos Deputados da Venezuela contra as características repressivas do regime brasileiro, como a matança de índios, tortura de presos políticos e a censura prévia de livros, jornais e revistas. O “*consabido y desafortunado*” acordo na Câmara venezuelana criou um mal-estar entre os dois países.

O presidente Médici se perguntava, de uma forma provocativa: “que mal teríamos feito aos venezuelanos para que nos tratem assim?” O ressentimento brasileiro emanaria do silêncio do Executivo em Caracas, que teria se calado diante da investida legislativa contra o Brasil. Já o governo Caldera, justificou-se afirmando que não tinha como controlar a minoria responsável pela denúncia.⁷⁷⁰

Gibson Barbosa, que provavelmente fora ao seu gabinete no feriado de 21 de abril para tratar do assunto com o embaixador venezuelano, chegou a pressionar o embaixador Luiz Croce no sentido de que uma notícia fosse vinculada na mídia ou que o assunto fosse

⁷⁶⁹ “Brasil auxilia Guiana treinando seus militares”. *Jornal do Brasil*, 14-4-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 2-70, ano 1970. Croce a Zambrano Velasco, nota, confidencial, n C-P-04/596, Rio de Janeiro, 12-5-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

⁷⁷⁰ Croce a Calvani, informe, confidencial, sem número (s/n), Rio de Janeiro, 20-4-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-70, ano 1970.

abordado em uma entrevista para se apresentar “a verdadeira situação política do Brasil”. O chanceler brasileiro frisou a “imparcialidade” do Brasil na reclamação da *Guayana Esequiba*, mas deixou transparecer as dúvidas que o caso suscitava no plano diplomático regional.⁷⁷¹

Croce propôs a Calvani que, em uma coletiva de imprensa do presidente Caldera, fossem abordados tanto a situação política brasileira quanto a posição do Brasil na questão da Guiana, como forma de superar a publicidade negativa do “*inconsecuente acuerdo*” na Câmara dos Deputados.⁷⁷²

Desenhou-se deste acontecimento uma linha da estratégia brasileira na fronteira norte da América do Sul: o propósito de atribuir um sentido global ao relacionamento com a vizinhança, sem imiscuir-se em questões internas de qualquer país e sem tomar partido em disputas litigiosas, mas utilizando-as a seu favor quando necessário.

Os tempos eram outros e Calvani voltou ao Brasil em maio daquele ano disposto a valorizar a região fronteira e as áreas comuns amazônicas, estabelecendo um convênio sobre tráfico fronteiriço, viabilizando o intercâmbio de técnicos entre Sudam, CVG e CODESUR, bem como a aceleração das obras da BR-174 para a integração física dos dois países.⁷⁷³

A embaixada brasileira monitorava as relações internacionais na fronteira norte para se precaver de algum problema que afetasse o Brasil, como as crises constantes entre venezuelanos e colombianos.⁷⁷⁴

Malgrado uma série de obstáculos, como a precariedade de transportes, o desconhecimento da produção industrial do Brasil, a falta de representantes locais e a ausência de intercâmbio entre empresários, as exportações brasileiras para a Venezuela estavam aumentando. Por isso, Brasília e Caracas voltavam seus olhares para as relações fronteiriças.

⁷⁷¹ Dirección General, “Punto de Cuenta”, confidencial, número ilegível (n/i), Caracas, 8-5-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

⁷⁷² Croce a Calvani, informe, confidencial, sem número (s/n), Rio de Janeiro, 20-4-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-70, ano 1970.

⁷⁷³ ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 8-3-71, Reunión mixta, caja 3, tramo 8, 1971.

⁷⁷⁴ Por exemplo, em junho de 1971 um incidente entre um avião venezuelano e um helicóptero colombiano gerou uma tensão que colocou os dois vizinhos “num franco curso de colisão”. Para o Encarregado de Negócios brasileiros, Pereira Cardoso, a hipótese de uma guerra entre os dois países não poderia ser descartada diante da insustentabilidade da situação “cujas tintas emocionais vêm crescendo perigosamente e cujas consequências podem vir a ser imprevisíveis”. Pereira Cardoso ao MRE, telegrama confidencial, n 197, 8-6-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

Neste caso, uma das soluções aventadas para melhorar o panorama do comércio bilateral ainda era muito questionada: a interligação hidroviária entre Brasil e Venezuela. Primeiramente, a razão principal seria a inexistência de fundamento econômico para a grande obra de ligação entre as bacias do Negro e do Orinoco. Segundo, o governo brasileiro apontava outras prioridades, como a interligação rodoviária com a Colômbia e com a Bolívia.

Além disso, o Itamaraty interpretou que a ideia de uso do canal Cassiquiare obedecia na Venezuela a “motivações de política interna, talvez à falta de um projeto capaz de mobilizar a opinião pública através de um impacto como o exercido pela Transamazônica”.⁷⁷⁵

Por fim, Brasília tinha dúvidas quanto à disposição de Caracas para buscar financiamento conjunto em organismos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), não só para a interligação das bacias Negro-Orinoco como para a construção da estrada El Dorado-Santa Elena. Eram dois empreendimentos estratégicos para a integração bilateral, mas que poderiam sucumbir às flutuações conjunturais da política e da economia venezuelana, caso não se buscassem fontes externas de recurso e se abrisse espaço para a participação das empresas brasileiras.⁷⁷⁶

O impasse da interligação hidroviária e a irritação causada pela aproximação brasileiro-guianense se juntaram à contínua repercussão dos abusos do regime militar no Brasil, como subsídio para que o deputado venezuelano Hector Mojica enquadrasse o “colosso” por violações aos direitos humanos.

Durante a 59ª Reunião da União Interparlamentar (UIP), realizada em Paris, Mojica tentou instaurar na Comissão de Direitos dos Homens da ONU a abertura de inquérito sobre atentados aos direitos humanos no Brasil. Solicitava-se que à delegação brasileira fosse manifestada a “inquietação” que a repressão política causava a todos aqueles que respeitavam a declaração dos direitos humanos da ONU. O caso chegou ao parlamento da Venezuela que votou e aprovou a abertura de investigação sobre a violação de direitos humanos no Brasil.

O deputado brasileiro, Flávio Marcílio, que chefiou a delegação brasileira em Paris, compareceu à sessão de 6 de outubro de 1971 na Câmara dos Deputados, para explicar o acontecido, lendo na íntegra a peça que tratava das “violações continuadas dos direitos do homem cometidas pelo Governo brasileiro”. Marcílio foi duro ao qualificar a moção

⁷⁷⁵Memorando, Dam, n 65, 6-7-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁷⁶Memorando, Dam, n 87, setembro, 1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

venezuelana de “intromissão que julgamos indébita, insólita e atrevida nos assuntos internos do nosso país”.

Afirmou que a delegação brasileira, diante da “insólita moção”, reagiu imediatamente, escrevendo nota de repulsa e reafirmando não aceitar a intromissão de qualquer país nos assuntos internos brasileiros bem como na soberania nacional. Além disso, comentou sobre a tentativa do embaixador da Venezuela em Paris de bloquear a reação brasileira, censurando a nota de repúdio e evitando que o assunto fosse a plenário.⁷⁷⁷

A questão mal esfriara e a mídia continuou seu papel de alimentar a histeria. O artigo da revista Manchete, “As acusações contra o avanço brasileiro em direção ao Caribe – imperialismo na Guiana”, realçava os traços da desunião na América Latina e dos egoísmos nacionalistas, criticando a posição venezuelana, manifestada publicamente pelo presidente Rafael Caldera, de que “*ninguna acción en las áreas en disputa con Guyana representará una disminución de los derechos venezolanos*”.⁷⁷⁸

A Casa Amarela interpretou o artigo de Murilo Melo Filho como uma tentativa de deturpar a declaração de Caldera e lançar a Venezuela contra a assinatura do Protocolo de Georgetown entre Brasil e Guiana, após a viagem de Gibson Barbosa.

O embaixador venezuelano Luiz Croce rebateu o artigo remetendo à disposição de Caracas de seguir os preceitos do direito internacional, especialmente o protocolo de Georgetown, lembrando a Brasília que a história das relações Brasil-Venezuela fora marcada pelos laços de amizade em uma espécie de “cronologia da solidariedade” brasileira às causas venezuelanas.⁷⁷⁹

Croce alertou que uma possível disputa por liderança no ambiente regional aticaria rivalidades entre Brasília e Caracas, contestando que: “*le ratifico que considero justos la mayor parte de sus conceptos y que sólo disiento cordialmente con su apreciación sobre las expresiones de nuestro Ilustre Presidente*”.⁷⁸⁰

⁷⁷⁷ Parecia mais importante dar uma resposta política a altura da crítica venezuelana, o que preservaria a imagem internacional do Brasil de um desgaste maior, do que simplesmente negar os fatos como inverídicos. Isto porque os casos de tortura e abuso do regime militar já eram conhecidos dos vizinhos e de outros países, tanto pela mídia, quanto pelos exilados políticos que alcançaram importantes capitais na Europa. “Revelada íntegra da moção venezuelana contra Brasil”. Diário de Notícias, 8-10-71; “Marcílio relata na Câmara a reunião interparlamentar”. Tribuna da Imprensa, 8-10-71. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, ano 1971.

⁷⁷⁸ Croce a Calvani, informe, JN-G-04/1420, 19-11-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, ano 1971.

⁷⁷⁹ Idem.

⁷⁸⁰ Croce a Calvani, informe, JN-G-04/1420, 19-11-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, ano 1971.

Em uma cativante batalha midiática, o matutino venezuelano *El Universal* denunciou a cooperação entre o Brasil e a Guiana, como sendo feita “às custas dos direitos” da Venezuela, especialmente pelo projeto de construção de uma rodovia que atravessaria parte do território reclamado pela Venezuela.⁷⁸¹

Pelo Protocolo de Georgetown o Brasil concederia uma linha de crédito básica de 3 milhões de dólares para a Guiana adquirir produtos brasileiros. Ademais, planejava-se a instalação em Georgetown de um entreposto franco para mercadorias exportadas ou importadas pelo Brasil. Além da criação de uma linha regular de navegação com participação de empresas brasileiras como o Loyd, acordou-se a participação de engenheiros guianenses na inspeção da transamazônica, para familiarizar-se com as novas técnicas de construção que estavam sendo empregadas, assim como a participação de engenheiros brasileiros na construção da estrada ligando Georgetown a Lethem na fronteira.⁷⁸²

Para o Brasil seria interessante, pois ganharia, através do território guianense, uma vantagem sobre as Antilhas, ampliando e dinamizando a Zona Franca de Manaus em importação e exportação.

Na trincheira brasileira, o Jornal do Brasil rebateu o jornal venezuelano ao noticiar que “suspeitas de um inexistente expansionismo têm sido levantadas ultimamente contra o Brasil [e] longe de ser um pomo de discórdia, o Brasil pode orgulhar-se de uma tradição de bom entendimento com seus vizinhos”.⁷⁸³

Por sua vez, o Itamaraty interpretou o “silêncio” do governo da Venezuela, que até então não fizera nenhuma reserva ou protesto oficial, como uma “carta branca” para buscar a aproximação que o pragmatismo dos interesses nacionais demandava. Da mesma forma, os discursos e colocações de Caldera foram superdimensionados pela mídia, mas não ganharam o mesmo peso na chancelaria brasileira.

Além disso, outro artigo de Melo Filho, denominado “A liderança brasileira”, foi publicado na mesma revista Manchete, no número 1028 de 1971, perturbando o sono de Croce. O embaixador venezuelano, que decidira não responder diretamente ao segundo

⁷⁸¹ “Acordo entre Brasil e Guiana irrita Caracas”. Jornal do Comércio, 20-11-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, ano 1971.

⁷⁸² Idem.

⁷⁸³ Croce a Calvani, ofício, 1399, 17-11-71. “Questão das Guianas”. Diário de Notícias, 20-11-71.

artigo, optou por circular na Casa Amarela, para outros diplomatas, algumas ideias sobre como o conceito de liderança deveria ser abordado no âmbito da política sul-americana.⁷⁸⁴

Liderança não era equivalente à hegemonia ou imperialismo, portanto não deveria gerar os temores que aqueles tipos de comportamento normalmente geravam. Além disso, não deveriam ser aceitas ou replicadas provocações feitas, normalmente na mídia, pois isso só alimentaria visões deturpadas sobre a ideia de liderança.

Ademais, a grandeza do vizinho deveria ser aceita como um traço identitário inescapável, podendo-se aprender a conviver com isso e a retirar algo positivo dessa circunstância. Com isso, deveriam ser evitadas represálias à postura de liderança, mantendo-se a fidelidade aos compromissos internacionais em acordos e instituições, como forma de salvaguardar possíveis excessos do pretense líder.

Em síntese, a posição de líder da América Latina dependeria de fatores históricos, sociais e econômicos e, inevitavelmente, “cairá nas mãos de quem for competente”.

Além do mais, Croce sugeriu algumas ideias para rebater as apresentadas pelo jornalista e professor brasileiro, respondendo cuidadosamente para se evitar “*el peligro que habría de provocar alguna reacción oficial desfavorable a las buenas relaciones entre Brasil y Venezuela*”.⁷⁸⁵

Como o artigo “*pone el dedo en la herida*”, ao se referir especificamente à discordância de Caldera em relação ao acordo brasileiro-guianense, Croce recomendou que se ventilasse uma possível “falta” do Itamaraty, que não levou em consideração a inevitável reação venezuelana em uma matéria muito mais sensível a Caracas do que a Brasília.⁷⁸⁶

Como o artigo lembrou que quando o Brasil acertou com o Equador a promessa de um porto livre no Pacífico, nada foi questionado, Croce rebateu que não seria a mesma coisa de um projeto que passasse por território venezuelano e com o agravante de estar em reclamação.

⁷⁸⁴ Croce a Calvani, informe, n JM-G-04/1578, Rio de Janeiro, 24-12-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

⁷⁸⁵ Croce a Calvani, informe, 1399, Rio de Janeiro, 17-11-71. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

⁷⁸⁶ Croce a Calvani, informe, n JM-G-04/1578, Rio de Janeiro, 24-12-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

Ademais, Croce apontou que fosse abordado o costume internacional de conceder a terceiros, envolvidos em assuntos bilaterais, o direito de palavra, o que abriria espaço para a Venezuela participar de qualquer tratativa entre Brasília e Georgetown sobre a matéria.⁷⁸⁷

Por último, o ponto mais polêmico abordava o medo que poderia tomar conta das chancelarias sul-americanas em relação às pretensões brasileiras, envenenando a vizinhança sul-americana, principalmente seguindo-se às declarações de Nixon sobre o Brasil.⁷⁸⁸

Em suma, Croce não poupou críticas ao jornalista Murilo Melo Filho: “*Al hacerse eco de la lideranza brasileña olvida que la lideranza no se decreta ni se propala, sino que surge en virtud de hechos concretos resaltantes, sin la autocalificación de tal*”.⁷⁸⁹

O clima de relutância se dissiparia pelo avanço dos entendimentos bilaterais. No fim de 1971, foi enviada uma missão venezuelana para participar de uma mesa redonda no Itamaraty com diplomatas e técnicos do MRE, Ministério do Interior e SUDAM, para trocar informações e opiniões visando à colaboração mútua e ao desenvolvimento de projetos comuns na bacia Orinoco-Amazonas.

Da mesma maneira, preocupava à Casa de Rio Branco que um eixo Caracas-Buenos Aires pudesse constituir foro no qual questões sobre “consulta prévia” fossem levantadas, em relação ao aproveitamento dos rios internacionais, o que era contrário à orientação brasileira na matéria.⁷⁹⁰

Portanto, o objetivo primordial da missão venezuelana era ganhar o beneplácito brasileiro em um provável pedido de empréstimo junto ao BID para tocar os projetos na região. O grupo brasileiro detectou uma modificação na posição venezuelana, anteriormente

⁷⁸⁷ Croce a Calvani, informe, n JM-G-04/1578, Rio de Janeiro, 24-12-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

⁷⁸⁸ Vale ressaltar que a fórmula contida nas declarações de Nixon de que “para onde o Brasil for a América Latina deverá ir”, foi estabelecida por Henry Kissinger para modificar o panorama estático dos EUA na Guerra Fria. O conceito principal seria o da “delegação”, ou seja, a cessão de responsabilidades a grandes atores regionais. Nesse caso, ao procurar dar maior consistência conceitual e filosófica à política externa norte-americana, Kissinger abriu espaço para que países como Brasil, China, Indonésia e África do Sul ganhassem peso relativo nas relações com os EUA. Logo, o objetivo era livrar os EUA do estigma de imperialismo colonialista e criar um espírito de afinidade que legitimasse a atuação global do país. Para maiores detalhes ver o livro de Matias Spektor, “*Kissinger e o Brasil*”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

⁷⁸⁹ Croce a Calvani, informe, 1399, Rio de Janeiro, 17-11-71. Chiriboga a Croce, Despacho telegráfico, s/n, Caracas, 25-01-1972. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

⁷⁹⁰ Despacho ao Memorando, Dam n 92, 19-12-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811. Ao mesmo tempo, na ONU se debatia o conceito de “consulta prévia” para questões relacionadas à exploração de recursos naturais e preservação do meio ambiente. Em 1972 Argentina e Venezuela concordaram que os rios e as bacias hidrográficas deveriam ter um maior controle para se evitar a contaminação dos oceanos, o que tornaria necessária a realização de consultas prévias.

pouco afeita a recorrer aos organismos internacionais, assim como vislumbrou a carência de um projeto mais detalhado a ser tocado pelos dois países. Por isso, as conversações mantiveram-se em um nível superficial pela própria cautela brasileira em aguardar mais detalhes sobre os projetos venezuelanos.⁷⁹¹

De toda feita, a questão da interligação hidroviária foi retomada porque se suspeitava no Itamaraty que o presidente Caldera fosse interpelar Médici sobre o assunto no encontro na fronteira. Além do mais, gestões já estavam em curso entre Caracas e Buenos Aires para um projeto mais ambicioso de interligação do Orinoco à bacia do Prata.

O Brasil sabia que um projeto de tal magnitude só poderia prosperar com a sua anuência e, portanto, acreditava que deveria ser consultado antes de outros países. O Itamaraty recomendou, como primeiro passo, a realização de estudos de viabilidade da conexão Orinoco-Negro, posição questionada pela Venezuela com a negativa de não poder aceitar a “bilateralidade” para um projeto de essência multilateral.

Como consequência, criou-se um consenso em diferentes divisões no Itamaraty de que “não é ainda chegada a oportunidade de o Brasil empenhar-se em projetos relativos à eventual ligação das bacias sul-americanas”, por questões de segurança e prioridade para o desenvolvimento nacional.

Nesse cenário indesejado, o resultado seria desastroso, pois abalaria a sensível relação entre Brasília e Buenos Aires, no que toca à questão do uso da bacia do Prata, podendo lançar a Venezuela contra os interesses brasileiros, haja vista a posição de Caracas de não querer discutir bilateralmente o assunto e ser favorável à consulta prévia. Isto justificava a recomendação para que se deixasse de fora o tema tão espinhoso da declaração conjunta, que seria assinada no encontro presidencial do ano seguinte.

Como forma de abafar ruídos, Gibson Barbosa exaltou o pacifismo como grande linha da PEB: “A presença do Brasil no continente é um fato que não pode ser dissociado de nossa índole pacífica e nossa tradição de bom entendimento”, reafirmando que o país não teria qualquer pretensão de liderança ou hegemonia na América Latina.⁷⁹²

⁷⁹¹ Embaixada Venezuela a Exteriores, nota 1601, 30-12-71. ACMRE, DPI, expediente 1-1-71, pieza 2, informes periódicos, ano 1971.

⁷⁹² “Opção pacífica”. Jornal do Brasil, 29-12-71; “Médici diz que Brasil não quer hegemonia”. Jornal do Brasil, 30-12-71. ACMRE, DPI, expediente 1-1-71, pieza 2, informes periódicos, ano 1971.

Ajustados os ponteiros, o ano de 1972 deixou transparecer a disposição mútua de desconstruir rivalidades. As polêmicas foram gradativamente amainadas com declarações dos chanceleres e presidentes dos dois países em favor da integração regional e da amizade bilateral, culminando no encontro presidencial fronteiro em Santa Elena de Uairén.

4.3.2. Reconstituição da confiança

Era chegado o tempo de colocar as cartas na mesa e decidir sobre a intercomunicação de vias fluviais e terrestres, o desenvolvimento conjunto do Amazonas, bem como a solução de problemas como o contrabando de diamantes e a estrada brasileiro-guianense que passaria por Lethem e atravessaria o Rupununi, parte do território venezuelano em reclamação.⁷⁹³

O vice-cônsul da Venezuela em São Paulo, Teodardo Estrada Briceño, recobrou o pessimismo dos “velhos tempos” nas relações bilaterais, ao analisar as implicações do encontro fronteiro. Para ele, o Brasil era os EUA da América do Sul e desde o início da sua formação se fecharam em uma política isolacionista e ao mesmo tempo expansionista, atropelando os vizinhos. Diria Estrada Briceño *“basta de llamar a los demás países de hermanos – porque siempre lo que encontramos son “hermanos mayores” prontos a caernos a cocorronazos”*.⁷⁹⁴

O embaixador Alfredo Baldó Casanova concordava, porém foi mais contido em suas afirmações: *“en lo relacionamiento con Venezuela, demuestran [los militares] gran interés y predicán la hermandad brasileiro-venezolana, pero siempre dejan entrever un algo de celo y cuidado hacia nosotros”*.⁷⁹⁵

Por sua experiência no trato das questões regionais, Barboza estava escaldado com os temores da vizinhança e justificava que “não temos qualquer pretensiosa aspiração de supremacia continental”, ao falar sobre a política de aproximação com a América Latina. A jogada brasileira era envolver “os nossos vizinhos sul-americanos” em uma “teia de aproximação”. Para tanto, essa linha estratégica foi reforçada pelos encontros, na fronteira, do

⁷⁹³ ACMRE, DPI, Brasil, expediente 1-72, assuntos internos, ano 1972.

⁷⁹⁴ ACMRE, DPI, Brasil, expediente 1-72, assuntos internos, ano 1972.

⁷⁹⁵ Idem.

Presidente Médici com seus colegas e pelas visitas que fizeram chanceleres dos países vizinhos ao Brasil.⁷⁹⁶

O então Secretário-Geral Adjunto para Organismos Regionais Americanos, Espedito de Freitas Rezende, elaborou uma análise sobre os rumos do entendimento brasileiro-venezuelano no ano de 1972. Segundo Freitas Rezende, “pelas contingências inelutáveis da geografia” as relações entre os dois países tendiam a adquirir “uma complexidade e uma importância sempre crescentes”. Estava em curso uma transformação dos vínculos entre os dois países, que tinha como base o novo horizonte estratégico do entendimento.⁷⁹⁷

Primeiramente, o Brasil deveria ter o cuidado de evitar a conformação de um bloco comercial hispano-americano na América do Sul, no caso um Pacto Andino expandido, com Venezuela, Argentina e talvez Paraguai e Uruguai, e por isso a posição venezuelana e suas pretensões na ALALC, bloco mais propício aos interesses brasileiros.

No que tange à OEA, dois problemas se perfilavam. Cuba e a perspectiva de revisão das sanções contra o país caribenho poderiam abrir uma “janela emocional” a ser aproveitada nas eleições vindouras em Caracas. O segundo seria a reforma e revitalização da OEA. Para Freitas Resende, o Brasil deveria manter conversações de caráter apenas informativo e insuscetível de constar no comunicado conjunto qualquer menção a esses dois temas.⁷⁹⁸

Ademais, Caracas aprofundou-se na questão da interligação hidroviária e iniciou uma campanha, junto à vizinhança sul-americana, a respeito da união das três grandes bacias hidrográficas do continente, tendo como trunfo o respaldo à posição argentina da “consulta prévia” sobre o uso dos rios internacionais e o apoio à questão das Malvinas.

A tática da Casa Amarela era criar a sensação de consenso na vizinhança em torno do tema, mas porque desejaria a Venezuela alcançar a bacia do Prata?

Por um lado, tratava-se de expandir seu acesso a rotas internacionais, atingindo por via fluvial o oceano Pacífico e os outros mercados, em um possível Pacto Andino estendido, melhorando as condições de competição comercial que as vias tradicionais, marítima atlântica e rodoviária, proporcionavam. Por outro, significava atrair o Caribe para essa nova

⁷⁹⁶ BARBOZA, Mario Gibson. Na diplomacia o traço todo da vida. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 3ª Edição, 2007. p. 310.

⁷⁹⁷ Despacho ao Memorando, Dam n 92, 5-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁷⁹⁸ Despacho ao Memorando, Dam n 92, 5-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

rede fluvial, cuja porta de entrada seria o Orinoco e sobre a qual a Venezuela exerceria enorme influência.

Também se justificava como uma forma de preterir a Guiana, exercendo uma espécie de pressão psicológica sobre o vizinho com o qual a Venezuela mantinha ferrenho diferendo territorial. Neste caso, não eram apenas especulações, mas opções de longo prazo no rol de possibilidades para a Venezuela que, dentre outras características identitárias, “se sente muito caribeano”, diria Freitas Resende.⁷⁹⁹

De toda forma, a dinamização da fronteira norte da América do Sul criou uma conjuntura favorável ao diálogo entre Brasil e Venezuela. Havia um empenho destacado dos governos do Peru, Venezuela, Suriname e Guiana em promover as reuniões de comissões mistas com o Brasil.

Além disso, as perspectivas de comércio e cooperação técnica entre os dois países, a pesca como uma nova riqueza na região, o adensamento e a vivificação da fronteira de Roraima, com interesses diversos, coloria o horizonte de entendimento bilateral. Mesmo questões sensíveis, como a independência do Suriname e a aproximação com a Guiana, tornaram-se pontos focais dos entendimentos brasileiro-venezuelanos.⁸⁰⁰

Assim, o ano de 1972 foi de ajustes entre os dois governos, que buscaram dissipar algumas dúvidas e traçar algumas prioridades, abrindo espaço no horizonte de entendimentos para o encontro entre Médici e Caldera em 20 de fevereiro de 1973. Mas qual o significado histórico daquele encontro?

Em primeiro lugar, o encontro na fronteira simbolizava a atmosfera fraterna e construtiva das relações bilaterais, bem como a vontade de realizar a vocação inelutável da integração da América do Sul. Segundo, o ineditismo do evento, por ser o primeiro encontro entre presidentes dos dois países, marcou uma inflexão nos contatos bilaterais pela valorização da diplomacia presidencial. Terceiro, cristalizaram-se na prática as intenções de interligar fisicamente os dois países por uma estrada.⁸⁰¹

No encontro, Caldera exaltou a solidariedade pluralista como forma de concretizar a unidade na diversidade sul-americana e afirmou: “*nos hermana una extensa frontera, en cuya*

⁷⁹⁹ Despacho ao Memorando, Dam n 92, 5-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁸⁰⁰ Despacho ao Memorando, Dam n 92, 5-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁸⁰¹ Ouro Preto a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 236, 25-4-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

cercania se encuentra este pueblecito de Santa Elena de Uairén”, uma fronteira que não havia provocado conflitos.

Esperava que o Brasil cumprisse o papel fiel a sua tradição de cordialidade “*desbordante como la alegría de su pueblo*”. Caldera sabia que não havia povo na América Latina “*indiferente al destino del Brasil*” e por isso Venezuela havia professado “*una amistad sin sombras*” ao Brasil.

Médici destacou o encontro naquela zona “recôndita e quase indevassada” do Continente que, durante vários séculos, ficou preservada dos avanços das duas nações. O Brasil seguia pelo caminho de ocupar os grandes vazios interiores do país, do Planalto Central à Amazônia. Nas palavras de Médici: “hoje trazemos esta região para o centro da história”.

A preocupação em relação à Amazônia era deixar claros os interesses brasileiros na região, bem como as medidas de vigilância que estavam sendo tomadas, como uma forma de constituir transparência entre os vizinhos. Alimentava-se a esperança de que o encontro na fronteira fosse decisivo para a história das relações bilaterais. Dizia Médici ser preciso “temperar a imaginação com a prudência e adequar nossas metas e compromissos aos meios de que dispomos”.

Além das temáticas tradicionais de comércio, finanças, transporte e desenvolvimento regional, e do tom crítico da declaração conjunta, que expressava a insatisfação com o *status quo* da ordem econômica vigente, foi incluído um projeto sobre “aproximação linguística”, que visava evitar o progressivo afastamento entre ambas as famílias idiomáticas.⁸⁰²

Em todos os encontros bilaterais as questões fronteiriças dividiam lugar com assuntos afeitos à política internacional. A desconstrução de rivalidades passava pela compatibilização de visões sobre o mundo lá fora e seus impactos no espaço sul-americano. Assim, mesmo diante das “imperfeições da bipolaridade”, a ordem internacional da Guerra Fria continuou marcando o compasso das políticas exteriores de Brasil e Venezuela.

Vale recordar que Forbes Burnham e seu partido, o Congresso Nacional do Povo (CNP), conduziram a Guiana à independência política em 26 de maio de 1966 e que, em

⁸⁰²Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 102, 24-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900. Um efeito colateral produzido do encontro de gerações em espaços fronteiriços é o da resignificação identitária com a língua pátria. Gera-se um fenômeno curioso de entrelaçamento de expressões, termos e conceitos das duas línguas entre si. Esse fenômeno foi abordado pelo chanceler Celso Amorim ao palestrar a respeito da dimensão sul-americana da política externa brasileira.

1970, foi implantado um modelo de socialismo cooperativista no país. Burnham desenvolveu um sentimento de amizade por Fidel Castro e definiu como estratégia de inserção internacional a aproximação com Havana e Moscou. A insegurança cresceu no lado brasileiro, que reagiu preventivamente instalando o 6º Batalhão de Engenharia e Construção em Boa Vista e transferindo o Comando Militar da Amazônia, de Belém para Manaus.⁸⁰³

Portanto, continuavam fazendo sentido os receios propagados na mídia e nas chancelarias da região sobre a aproximação entre Georgetown e Moscou, mascarada em programas de cooperação, como o de compra de bauxita e alumina pelos soviéticos. O objetivo guianense era “ter com a URSS relações mais próximas e maiores”, admitiu o primeiro-ministro da Guiana Cheddi Jagan.⁸⁰⁴

Ao mesmo tempo, a imprensa de Georgetown empreendeu violenta campanha contra a aproximação com o Brasil, por conta da provável satelitização da Guiana ao imperialismo brasileiro. Nesse momento, estava em andamento a 1ª Reunião da Comista Brasil-Guiana, o que colocou em evidência o estreitamento das relações entre Georgetown e Brasília. O principal objetivo guianense era conseguir do Brasil a promessa de construção da ponte sobre o rio Tacutu, o que de fato aconteceu, ficando decidida a localização bem como o cronograma tentativo das obras.

Não obstante, o latente litígio fronteiriço com a Venezuela se constituía na maior preocupação da política externa guianense e freava a desejada colaboração brasileira. Por exemplo, na reunião de técnicos rodoviários brasileiros e guianenses em Boa Vista, a delegação guianense absorveu instruções específicas de evitar a aprovação de qualquer programa de cooperação cujas dimensões pudessem vir a comprometer a acalentada imagem de “não-alinhado”.⁸⁰⁵

Não era interessante para o Gabinete de Forbes Burnham utilizar as relações com o Brasil como um cavalo de batalha interna. Ao contrário, ganhava-se mais em manter o silêncio e tacitamente abraçar as boas relações com o Brasil; por um lado, para não ferir o Brasil com as provocações da mídia e, por outro, para evitar problemas com os amigos “não-

⁸⁰³ “Itamaraty prevê litígios entre nações”. Folha de São Paulo, 11-2-1979.

⁸⁰⁴ Embaixada Georgetown para Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n. 151, s/d. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

⁸⁰⁵ Memorando confidencial, DAM II, n. 144, 11-12-1973. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

alinhados”; dentre eles alguns países africanos mais exaltados contra a postura colonialista de Portugal.

Desde março de 1974, Ernesto Geisel e Carlos Andrés Pérez estavam engajados na reconstituição da confiança na fronteira norte, o que modificaria o sentido das relações bilaterais.

Reverberou neste momento um ruído nas relações bilaterais em razão da chamada “Operação Poncho Verde”, de ocupação de zonas fronteiriças de países vizinhos por forças militares do Brasil. Teria sido uma estratégia vislumbrada desde 1973 e que tinha como meta avançar primeiramente sobre a Bolívia, ocupando temporariamente o país e iniciando a democratização reclamada pela maioria de seu povo.

Os rumores ecoaram no parlamento venezuelano após a liberação de um suposto documento do Exército brasileiro sobre planos de invasão aos vizinhos e que tratava de ocupação e anexação territorial como uma estratégia geral para a América do Sul. As notícias veiculadas pelos periódicos venezuelanos qualificavam a situação de “*sumamente grave*” e “*inquietante*”, por ser a Venezuela um dos vizinhos imediatos do Brasil.

As Forças Armadas da Venezuela reagiram realizando exercícios militares na fronteira com o Brasil, com o objetivo de repelir a invasão de uma força de capacidade superior, ou seja, o “*coloso del sur*”. Contudo, rapidamente, a própria imprensa caraquenha tratou de contestar a veracidade do assunto, qualificando-o de “fantasioso”.⁸⁰⁶

Os ruídos da “Operação Poncho Verde” provavelmente teriam alcançado Georgetown, pois, preventivamente, o chanceler da Guiana informou Kissinger sobre “um plano brasileiro de ataque a seu país”; informação desmentida por Silveira diretamente ao Secretário de Estado norte-americano em 1976.⁸⁰⁷

A diplomacia brasileira se esforçara duramente, por alguns anos, em uma renovada política de boa vizinhança, mas o país continuava vulnerável às percepções deturpadas e a construções imagéticas distorcidas. Jornais e revistas de postura reticente, como o periódico *El Nacional* na Venezuela, continuavam explorando temas como o imperialismo e o expansionismo brasileiros.

⁸⁰⁶ Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegramas, confidencial-urgentíssimo, n 22, 26, 27 e 32, Caracas, 9-1-1974. Secretaria de Estado a embaixada Caracas, despacho telegráfico, n 27, 11-1-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

⁸⁰⁷ SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. op. cit. p. 143.

Entretanto, os gargalos reais para o entendimento bilateral estavam nas coisas práticas do dia a dia, por exemplo, na falta de institucionalidade na fronteira. Subsistiam as dificuldades da Agência da Receita Federal do Brasil com respeito à entrada ilegal de mercadorias provenientes da Venezuela, basicamente devido à falta de estrutura da agência e de normas mais claras que disciplinassem a importação e exportação transfronteiriça. Por exemplo, não existia posto aduaneiro na fronteira.

No caso, havia a preocupação com os vários caminhões de diversas partes da Venezuela que descarregavam mercadorias em Santa Elena para serem carregadas em outros caminhões, às vezes brasileiros, tendo como destino Boa Vista. Dessa forma os exportadores venezuelanos e os importadores brasileiros burlavam a fiscalização e evitavam o pagamento dos tributos. Também contribuía para tal prática a corrupção da guarda de fronteira do lado venezuelano que permitia tal prática. Como sintetizou o conselheiro Mario Augusto Santos, “a situação certamente não é grave, mas reclama entendimentos entre os dois países com a finalidade de facilitar o comércio”.⁸⁰⁸

Augusto Santos procurou promover a colaboração entre o representante da Agência da Receita Federal e o Comandante da Guarda Nacional Venezuelana, no sentido de estreitar a colaboração para reprimir os abusos fronteiriços. Curiosamente, as autoridades de Roraima ficaram inquietas, pois uma repressão demasiadamente severa do lado venezuelano poderia prejudicar o abastecimento de Boa Vista, dependente de alimentos e material de construção.⁸⁰⁹

Dentre as tarefas do governo brasileiro para alcançar a desconstrução de rivalidades estava a de corrigir a imagem distorcida do Brasil no exterior: “o colosso do sul”, o “escorpião verde e amarelo”, imagens que se acoplavam à identidade internacional e descaracterizavam as grandes linhas da política externa brasileira.

Em 1975, sob as ordens de Carlos Andrés Pérez, visitou o Brasil o chanceler Ramón Escovar Salom. Para Azeredo Silveira, embora tivesse boa vontade com o Brasil, Salom era muito “pretensioso”, um estilo “galinho garnisé” que tinha muitas “ameias”. Emenda Silveira, ao descrever o chanceler venezuelano, um exemplo de sul-americano “decididamente mordido pela grandeza brasileira” que tinha sido mordido “por esse

⁸⁰⁸ Memorando, DAM II, s/n , 25-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Secretos, maço 864.2 (B46) (B35).

⁸⁰⁹ Idem.

escorpião e nunca tinha conseguido se libertar disso”. Diria Silveira: “Era uma coisa instintiva mesmo”.⁸¹⁰

Na visão de Azeredo da Silveira, a verdadeira aproximação com a Venezuela deu-se justamente quando Escovar Salom deixou o Ministério das Relações Exteriores. Não havia dúvidas de que CAP tinha algumas reticências em relação ao regime militar brasileiro e isso, talvez, tenha contaminado o chanceler venezuelano.

Entretanto, Caracas sabia que o vizinho do sul era um interlocutor indispensável nas tratativas regionais e globais, evitando polemizar ou colocar-se de maneira frontalmente oposta ao Brasil. Lembrava Silveira o momento definidor de seu encontro com o presidente venezuelano: “conversei com o Andrés Pérez durante 70 minutos e modificamos as relações Brasil-Venezuela”.⁸¹¹

A colaboração brasileiro-venezuelana adquiriu uma particularidade, na medida em que Pérez e Geisel seguiram lidando com as questões de segurança regional. O arranjo estabelecido foi um jogo triangular entre Caracas-Brasília-Georgetown que se assemelhava à clássica política do equilíbrio de poder. Mas em que medida e até que ponto?

Uma breve incursão sobre o pensamento de Hans Morgenthau auxilia a compreender melhor o conceito. Morgenthau argumenta que a necessidade do equilíbrio é oriunda do fato de que, sem ele, há uma tendência natural de cada unidade tentar ascender sobre as outras, podendo, em última instância, causar a própria destruição. O equilíbrio, desta forma, seria uma maneira de preservar todos os elementos do sistema.

O equilíbrio é alcançado de três maneiras: compensações territoriais, armamento (rearmamento e corrida armamentista), ou por meio de alianças. É importante notar que a existência da balança de poder não implica a situação de equidade entre as unidades.

De fato, dois padrões seriam observáveis, segundo o autor: o primeiro, uma balança que se realiza por meio da distribuição de poder entre duas partes que perseguem políticas semelhantes (ou de *status quo* ou de imperialismo); o segundo introduz a existência de um

⁸¹⁰ SPEKTOR, Matias (org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010. p. 206.

⁸¹¹ Idem.

holder da balança, ou *balancer*, uma espécie de árbitro que joga conforme a situação relativa que lhe seja mais favorável.⁸¹²

A primeira situação cujo comportamento lembrou a lógica do equilíbrio diria respeito à penetração comunista na fronteira norte da América do Sul. Nesse caso, o “nó” que continuava difícil de ser desatado era o da presença de tropas cubanas na Guiana mediante o estabelecimento de base para o abastecimento dos aviões em missão para Angola.

Havia o receio da disseminação dos ideais comunistas, da contaminação política da região, uma vez que o regime cooperativista da Guiana era de inspiração socialista, e principalmente da atração das duas superpotências para a região, especialmente os EUA, que já incursionavam patrocinando golpes e promovendo intervenções pelo Caribe e América Central.

Assim, a atitude de Brasil e Venezuela foi se aliar para perseguir duas políticas semelhantes: frear diplomaticamente o ímpeto intervencionista estadunidense e neutralizar a presença comunista na fronteira norte sul-americana, mediante a promoção da cooperação com Georgetown.⁸¹³

Como consequência, Caracas e Brasília se engajaram na realização da Hidrelétrica do Alto Mazaruni, por sua importância para a Guiana e pelo interesse venezuelano de se associar ao Brasil na consecução do projeto. Mais uma vez a lógica do equilíbrio pautaria a inserção regional dos dois vizinhos.

A título de contextualização, Argemiro Procópio discorre sobre a viagem à Guiana realizada por Carlos Andrés Pérez, oportunidade em que se apresentou “com um cesto de propostas orgulhosamente desprezadas por Georgetown”. Procópio emenda afirmando que “Pérez chegou a proclamar que abandonaria desideratos históricos, abriria mão do leste de Essequibo em troca de uma faixa ao longo da costa, no território setentrional acima do rio Cuyuni”. Além disso, CAP teria prometido “construir uma hidroelétrica no alto Mazaruni, afluente do Essequibo”.⁸¹⁴

⁸¹² Ver em particular o Capítulo 11 de MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações*. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI. Brasília, 2003.

⁸¹³ Kissinger e o Brasil. P. 143-144.

⁸¹⁴ PROCÓPIO, Argemiro. A Amazônia caribenha. *Rev. Bras. Polít. Int.* 50 (2): 97-117 [2007]. p. 110.

Mas teria sido a Guiana responsável por mais uma oportunidade desperdiçada para solucionar sua contenda com a Venezuela? O que realmente teria sido tratado sobre questão tão relevante para o frágil equilíbrio geopolítico da Amazônia caribenha?

Recapitulando-se, o governo de Caracas durante a gestão Caldera havia recuado em suas pretensões territoriais, reduzindo reivindicações e asseverando ao presidente Forbes que visitara o país em 1975, que a Venezuela estaria “satisfeita” com uma cessão simbólica de território destinada a assegurar-lhes acesso ao Atlântico. O governo guianense deixou a resposta pendente por alguns anos, mas se negou a aceitar a proposta, pois achava inadequado do ponto de vista político-eleitoral aceitar qualquer abordagem nesse sentido.

Andrés Pérez retomou o assunto em 1978, especificando que a Venezuela desejava um arco de 16 mil km² que possibilitariam a projeção de direitos marítimos na boca do Orinoco, em uma área naquele momento sob jurisdição guianense e trinitária. Além disso, circulou a informação de que o governo venezuelano estaria interessado nos depósitos petrolíferos que possivelmente existiriam debaixo daquelas águas. Todavia, Burnham recusou a proposta porque não teria como justificar a “transferência de soberania” de territórios, então da Guiana, para a Venezuela.

Portanto, o ineditismo da viagem de CAP à Guiana, que a princípio seria um ativo político importante na resolução do diferendo, foi desperdiçado ao se asseverar a demanda por território e reeditar a fórmula tradicional da compensação por um “erro histórico” do Laudo de Paris de 1899.

Foi então que surgiu a possibilidade de troca da cooperação venezuelana no projeto hidrelétrico do alto Mazaruni. O governo de Caracas estaria disposto a fornecer até 500 milhões de dólares para a realização do projeto, desde que a obra fosse adjudicada ao Consórcio Brasven, que trabalharia em colaboração com a Themag engenharia. Além disso, a Venezuela estaria disposta a adquirir da Guiana bauxita e o excedente de energia produzida pela hidrelétrica.

Como consequência da investida venezuelana, a participação brasileira se viu ameaçada, por dois motivos: primeiro, por parecer estar inferiorizada, pois o governo brasileiro havia se comprometido a fornecer 200 milhões em equipamentos e serviços para a primeira fase da hidrelétrica; segundo, porque a contenda venezuelano-guianense poderia

paralisar o projeto a qualquer momento, caso não fosse resolvida, colocando em risco os interesses do governo e das empresas brasileiras.⁸¹⁵

Diante de um possível impasse entre Caracas e Brasília, a Casa Amarela vislumbrou a vontade do Brasil de participar como um ponto de pressão. Além disso, dimensionou a relevância do projeto para a própria Guiana, como um “calcanhar de Aquiles” de Georgetown em sua pretensão de manter intocado o Essequibo. Lembra Toro Hardy que “*este proyecto simbolizava a la Guyana del futuro; constituía la panacea que habría de resolver los males del país*”.⁸¹⁶

O governo guianense, por sua vez, trabalhou com duas possibilidades: contar com a Venezuela em um acordo trilateral (plano A) ou contar apenas com o Brasil na consecução do projeto (plano B).

Aproveitando-se do fato da represa do alto Mazaruni se encontrar encravada dentro da região essequiba em reclamação, Georgetown alimentou o desejo de Caracas de participar do projeto. Por isso, o gabinete de Burnham envidou esforços para buscar a participação venezuelana na iniciativa, deixando saber a Pérez que a Guiana estaria disposta a chegar a um arranjo prático definitivo sobre o Essequibo.⁸¹⁷

Além do mais, ao sinalizar que o plano principal (A) envolvia um acerto triangular que contaria com Venezuela e Brasil, Georgetown supostamente atrairia mais a atenção de Caracas do que em um arranjo bilateral. A arriscada jogada de Burnham, de aceitar a participação venezuelana em um projeto localizado no coração do diferendo territorial, foi calculada com base na participação e, eventualmente, no apoio do Brasil em relação à hidrelétrica do alto Mazaruni.

Além disso, não era tão difícil prever o comportamento venezuelano, que acabou se confirmando, quando o chanceler Consalvi reafirmou que a colaboração tripartite estaria condicionada a uma solução prévia do problema territorial guianense-venezuelano, mesmo sabendo que o projeto em si era ambicioso para a capacidade econômico-financeira da Guiana.⁸¹⁸

⁸¹⁵ Despacho telegráfico, n 306, 14-8-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

⁸¹⁶ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. p. 33.

⁸¹⁷ Idem. p. 34. Ver mapa 5 – Região do Mazaruni.

⁸¹⁸ Despacho DPR ao Memorando confidencial DAA-120, 20-11-1978, 30-11-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Seria conveniente, portanto, esgotar as opções do plano A, menos desejável, e continuar esforços para a consecução do Plano B, preferível na ótica guianense. Georgetown reiterou o interesse de ter o Brasil como parceiro, para prevenir a Guiana de enfrentar um quadro de insegurança energética nos anos 1980.

João Hermes Pereira de Araujo, chefe do Departamento de Américas, ressaltou, inclusive, o “cuidado e a confiança com que o governo de Georgetown vem fazendo questão expressa de informar o governo brasileiro sobre delicadas questões do seu relacionamento com a Venezuela”.⁸¹⁹

Não obstante, as instruções do Itamaraty sobre a posição do Brasil apontavam que o país deveria pautar-se “exclusivamente por considerações financeiras e técnicas”, sem deixar-se influenciar por questões de outra natureza, especialmente a questão do Essequibo. O discurso “tecnicista” encobriria veleidades de aliança ou preferência de Brasília em relação à Georgetown, que poderiam contaminar negativamente a espiral ascendente das relações brasileiro-venezuelanas.

Enfim, a frustração do projeto acumulou-se em uma multiplicidade de fatores: dificuldades técnicas, alto custo financeiro, dificuldades de conseguir recursos em organismos internacionais e a oposição interna em ambos os países.

Portanto, diante do resultado inconclusivo das conversações territoriais e da posição evasiva de Caracas em relação à compra do excedente energético, o projeto da hidrelétrica do alto Mazaruni ficou congelado no tempo. Cristalizava-se a postura brasileira de equidistância e a função de “holder” do Brasil na configuração de poder na fronteira norte da América do Sul.

A título de síntese dessa parte, pode-se dizer que a lógica da construção de confiança, que conformou a política externa brasileira nos anos 1980, foi antecedida por uma bem sucedida estratégia de reconstituição da confiança pela desconstrução de rivalidades na fronteira norte da América do Sul.⁸²⁰

Considerações parciais

⁸¹⁹Memorando para Secretário-Geral, DAA, confidencial, n 120, 20-11-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811

⁸²⁰Sobre a lógica da construção de confiança ver URT, João Nackle. “A lógica da construção de confiança: relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985”. *RBPI* 53 (2): 70-87 [2010].

Ao adentrar a década de 1970, profundas modificações no cenário internacional, como as crises energéticas e do sistema monetário e financeiro internacional, promoveram reflexões sobre o lugar de Venezuela e Brasil no mundo.

Do lado venezuelano, a revitalização da questão desse quiba, o fortalecimento do papel da OPEP e a nacionalização do setor petrolífero marcaram as relações internacionais. Do lado brasileiro, a valorização da dimensão sul-americana, o peso adquirido pela Petrobrás nas negociações internacionais

A não coincidência de políticas exteriores não excluiu a possibilidade de entendimento nas relações internacionais, pois com a retomada do sentimento de vizinhança tomou-se consciência da relevância da energia como um vetor de integração bilateral e da estabilidade regional como um valor do sistema sul-americano de Estados.

As ações de entendimento nos encontros da comissão mista tiveram por tônica o incremento do comércio bilateral e a formação de empresas de capital misto, incluindo viagens de empresários dos dois países. A relutância se afirmou quando o grande interesse venezuelano em receber cooperação técnica do Brasil contrastou com a quase total falta de conhecimento sobre o que o Brasil tinha a oferecer.

Da mesma maneira, o temor do Itamaraty de perder o controle das negociações econômicas, comerciais e financeiras, catapultou a disposição da chancelaria brasileira de defender a natureza global e o caráter político das relações com Caracas, resguardando a preponderância dos contatos internacionais no âmbito diplomático.

Parecia ser um caso no qual regime político e política externa estabeleceriam um nexo causal. Entretanto, não foi o regime autoritário no Brasil que levou a uma política externa de confrontação com a Venezuela, porque lá o regime democrático produziu uma política externa cooperativa. Mas sim, as imagens discrepantes, projetadas pelos diferentes regimes, que levaram a uma dissintonia entre Caracas e Brasília em algumas situações.

Um traço da manifestação histórica da parceria emergiu da tomada de consciência, em Caracas, do destino comum dos dois vizinhos. A partir de então, independente do ressentimento e dos receios, falava-se de uma “política inteligente” que conjugasse as duas realidades, os dois aspectos aparentemente irreconciliáveis: por um lado, não se deixar esmagar pela preponderância brasileira; por outro, não ignorar o descomunal crescimento do Brasil, sabendo-o usar a favor do desenvolvimento e dos interesses venezuelanos.

Nas relações do Brasil com a vizinhança sul-americana, especialmente com Venezuela e Guiana, o pensamento geopolítico teve impacto na formulação da política externa do Brasil e da Venezuela. Pode-se afirmar que as ideias foram reelaboradas de acordo com a atuação das forças estruturais, conjunturais e circunstanciais, respaldando os acordos assinados pelo Brasil com a Guiana para que não afetassem a posição da Venezuela em seu contencioso.

Neste caso, a ação diplomática do Itamaraty nas Guianas descaracterizava a tese da “ausência brasileira” na Amazônia Caribenha, mas de fato supria uma deficiência de longos anos, de relações espasmódicas com os vizinhos do norte da América do Sul. Desconstituiu-se, portanto, a falácia da “ausência brasileira” na fronteira norte da América do Sul.

A desconstrução de rivalidades promoveu um espaço maior para o diálogo e, portanto, no horizonte de entendimento entre Brasil e Venezuela a aproximação foi uma consequência natural desse processo.

Como resultado, esse “desarme dos espíritos” envolvendo Guiana, Venezuela e Brasil, nos anos 1970, serviu como tubo de ensaio para o tratamento dispensado pelo governo Figueiredo, nos anos 1980, à crise surinamesa. A lógica da “construção de confiança” da gestão Figueiredo/Saraiva Guerreiro deveu-se à investida cautelosa, porém precisa, de aproximação à Venezuela e à Guiana por Médici e Geisel.

Capítulo 5

As margens do adensamento (1979-1997)

“no encuentra barreras psicológicas porque la historia de las relaciones entre Venezuela y Brasil no se haya oscurecida por resentimientos, sospechas o aprensiones” (Luiz Herrera Campíns).⁸²¹

“está praticamente terminado o arcabouço institucional das relações bilaterais, obra de arquitetura diplomática destinada a sustentar as iniciativas específicas (...) em operação, com sensíveis resultados no concreto” (João Batista Figueiredo).⁸²²

“amo ainda mais uma coisa de nossos grandes rios: a eternidade. Sim, o rio é uma palavra mágica para conjugar a eternidade” (Guimarães Rosa)

As relações entre Brasil e Venezuela e a conformação de uma parceria internacional adquiriram um curso com margens bem definidas entre 1979 e 1997. Como ensina Braudel, a história de longa duração é repleta de movimentos profundos, interligados por correntes de acontecimentos e realidades subjacente, que dão espessura, ou seja, densidade às relações bilaterais.⁸²³

A continuidade dos contatos internacionais mútuos deu a consistência necessária ao adensamento bilateral, na mesma proporção que as heranças políticas, diplomáticas, culturais e ideológicas comuns a brasileiros e venezuelanos os tornaram parte da família sul-americana de Estados, produzindo um molde no qual vêm sendo depositados os sedimentos históricos bilaterais.

⁸²¹ RESENHA de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE). p. 13.

⁸²² Idem. p. 18.

⁸²³ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 45.

O objetivo deste capítulo é compreender as razões do adensamento das relações bilaterais e como ele se promove, olhando tanto para as virtudes quanto para as imperfeições desse processo histórico.

De acordo com Braudel, “cada atualidade reúne movimentos de origem, de ritmos diferentes: o tempo de hoje data, ao mesmo tempo, de ontem, de anteontem, de outrora”. Logo, sem adensamento não há parceria possível e o adensamento é um processo histórico de longa duração e que ganhou dinâmica especial a partir de 1979 pela interação de três níveis: tempo, volume e qualidade.⁸²⁴

Primeiramente, se discutem as margens do adensamento, os parâmetros pelos quais o processo histórico de longa duração despejou na contemporaneidade vestígios de uma aproximação, destacando-se quatro fenômenos que influiriam na ressignificação das relações bilaterais como uma parceria internacional.

A seguir, desenvolvem-se interpretações sobre a “primeira grande onda de adensamento”, entre 1979 e 1988, e a “segunda grande onda de adensamento”, entre 1979 e 1988. Em ambos os processos busca-se enfatizar a participação ativa da diplomacia presidencial, do estabelecimento de comissões mistas, dos encontros de alto nível entre ministros de diferentes pastas e dos chanceleres dos dois países.

Além disso, enfatizam-se as ondas como forças de continuidade que se sobrepõem e se aglutinam a outros fatores, como a democratização, a intensificação da vida fronteiriça e o processo de adensamento levado adiante pelos governos e as sociedades dos dois vizinhos.

5.1. O rio brasileiro-venezuelano e suas “margens”

A vivacidade e clareza da superfície de um rio contrastam com a tranquilidade e escuridão de suas profundezas ou, como coloca Braudel, da “massa fantástica das águas profundas”. Desse encontro entre as águas mais superficiais e mais profundas formou-se o fluxo imperecível do rio da história de Brasil e Venezuela.

Nesse sentido, alguns fenômenos definiram as margens do adensamento brasileiro-venezuelano, projetaram um novo curso de suas relações bilaterais e precipitaram a cristalização da parceria bilateral como uma estrutura internacional derivada de um longo

⁸²⁴ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 54.

processo histórico. Foram eles: a conscientização sobre a importância do adensamento, a sobreposição das escalas nacional e fronteiriça, o movimento das relações bilaterais pelas ondas e o processo de redemocratização no espaço sul-americano.

À medida que se aproxima o tempo presente reduz-se a capacidade do historiador de colher vestígios sobre os eventos e acompanhar em perspectiva privilegiada a paisagem da história. Ainda assim, é possível verificar a eclosão de estruturas no presente que são fruto de processos do passado recente.

A estrutura expressa a longa duração como decurso de articulações e arquiteturas, regularidades, permanência de sistemas, velhos hábitos de pensar e agir, quadros mentais ou concretos resistentes e imperecíveis. Nas palavras de Braudel: “Certas estruturas por viverem muito tempo, tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações”.⁸²⁵

Nesse sentido, o primeiro fenômeno que reestrutura as relações entre Brasil e Venezuela, dando vazão a pensar-se uma parceria internacional, refere-se à tomada de consciência em Caracas e Brasília de que um processo de adensamento histórico estava em curso e precisava ser intensificado.

O que seria a ideia de “densidade histórica” e como ela auxilia a entender este momento das relações bilaterais Brasil e Venezuela?

Rubens Ricupero apresenta uma noção interessante para a (re) elaboração do conceito de “densidade histórica”:

se existisse, no domínio da História, o conceito de densidade tal como na demografia, o período que vai da queda do Muro de Berlim até hoje se credenciaria como um dos que apresentam maior *densidade histórica*, entendida como a *quantidade e importância de acontecimentos, por unidade de tempo*.⁸²⁶

Assim, pode-se pensar o conceito de “densidade histórica” na História das Relações Internacionais do Brasil a partir da relação entre o “volume de fenômenos e acontecimentos” que envolvem dois ou mais países e a “massa temporal” que define o arco histórico de relações bilaterais e/ou multilaterais.

⁸²⁵ BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2005. P. 49.

⁸²⁶ RICUPERO, Rubens. “Prefácio”. In BANDEIRA, L. A. Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. p. 14.

Em primeiro lugar, o “volume de fenômenos e acontecimentos” em uma relação bilateral diz respeito à quantidade de encontros oficiais, ou não, entre presidentes, chanceleres, diplomatas, grupos técnicos, empresários e outras diversas formas de contato entre duas sociedades e seus componentes. Além disso, possui uma característica definidora que é a capacidade de se prolongar no tempo, caracterizando-se pela continuidade e transcendência em relação ao lapso dos períodos dos governos constitucionalmente eleitos.

Segundo, a “massa temporal” define o arco histórico de relações entre duas nações em diferentes ambientes: bilateral e/ou multilateral, da política, dos negócios, da finança, da cultura etc. A massa temporal de relações bilaterais fornece o pano de fundo para se compreender a atualidade de uma relação bilateral, fornece amostras de casos sobre assuntos particulares daquela relação, além de ser um bom indicativo da importância que os países se atribuem mutuamente.

Além disso, outro elemento deve ser considerado na fórmula: o fator “qualidade” como uma variável interveniente. Isto porque, nem sempre uma grande massa temporal produz uma densidade histórica relevante para as relações internacionais, no sentido de aprofundamento e aproximações, assim como um grande volume de contatos bilaterais pode transparecer uma percepção equivocada de adensamento.

Por exemplo, as relações entre Brasil e Venezuela de 1830 a 1930, ou seja, cem anos de contatos internacionais mútuos, acumularam uma massa temporal considerável, mas de perfil espasmódico e não continuado. Da mesma forma, o volume de contatos bilaterais cresceu vertiginosamente no início dos anos 1960, muito mais como um reflexo da deterioração que levou à ruptura em 1964.

Logo, a densidade histórica é função da “qualidade” das relações entre os agentes internacionais bilaterais, temperando o volume de fenômenos e acontecimentos e a massa temporal, como fatores desencadeadores do desenvolvimento de relações entre duas nações em diferentes níveis e tabuleiros das relações internacionais.

Outra característica do conceito refere-se ao fato de que a marcha do adensamento bilateral é um processo pluridimensional. O adensamento ocorre tanto das visitas realizadas nos níveis presidencial, ministerial e empresarial, quanto pelo intercâmbio cada vez mais frequente entre bens, mercadorias, pessoas e ideias de duas nações.

No caso em estudo, a coordenação entre Caracas e Brasília implicou a composição de uma agenda bilateral mais consistente, a institucionalização de instâncias de cooperação e a

assinatura de dispositivos jurídicos para disciplinar as relações bilaterais sobre diferentes matérias das relações internacionais. Esse processo foi executado por diplomatas e técnicos burocráticos sob a chancela de presidentes e ministros, e teve como principal implicação a definição de “margens” mais precisas sobre os limites da parceria entre Brasil e Venezuela.

Para fins de precisão conceitual, podem-se apontar como características essenciais do processo de adensamento a continuidade no tempo, a capacidade de prevalecer sobre interrupções ou refluxos, a tendência a acoplar-se em ideias resistentes e a multidimensionalidade expressa em camadas.

Nos capítulos “a construção do modo de vida bilateral”, “o curso da ruptura” e “suspensão e reatamento” estavam presentes dois aspectos do adensamento: continuidade no tempo e capacidade de prevalecer sobre interrupções ou refluxos. Verificou-se a evolução histórica dos contatos bilaterais entre brasileiros e venezuelanos, desde as primeiras missões diplomáticas, passando pela saga da definição das fronteiras, as convergências políticas e as divergências ideológicas, assim como a resiliência a sobressaltos como contendas negociadoras e a suspensão de relações diplomáticas.

O poder de ideias resistentes e a multidimensionalidade prevaleceram como características do adensamento a partir de 1978, quando a democratização torna-se um “farol” nas relações bilaterais de Brasil e Venezuela e a agenda bilateral, dominada pelo petróleo, abre-se a uma multiplicidade de temas, assuntos e objetivos compartilhados pelos dois países em suas relações internacionais.

Emerge o segundo fenômeno que modificou o perfil das relações bilaterais e promoveu a reflexão acerca da importância mútua de uma parceria entre Brasil e Venezuela. As relações fronteiriças ganharam vida e destaque na ótica das chancelarias. Utiliza-se, neste caso, a metáfora do “jogo das escalas” como categoria analítica histórica. Segundo Robert Frank “*il convient aussi qu’il [l’historien] pense l’espace, en particulier en analysant les différent ‘jeux d’échelle’ entre le local, le regional infranational, le national, le regional supranational et le mondial*”.⁸²⁷

⁸²⁷FRANK, Robert. “Penser historiquement les Relations Internationales”. *Annuaire Français de Relations Internationales*, 2008. p. 63.

As fronteiras são tidas como espaços diferenciados, sejam marcas espessas de divisão, pontos avançados de interesses, complexos entrelaçamentos de redes, linhas naturais e artificiais, cuja dinâmica da vida entrelaça o nacional e o estrangeiro.⁸²⁸

No horizonte da sociedade internacional global, paradoxalmente, são focos de turbulência internacional e fontes de processos renovadores entre diferentes comunidades. Assim, a capacidade de espalhamento, contaminação e influência das questões fronteiriças está associada ao novo mundo em que se vive. Para Reis, “A relação entre vizinhos – pessoas ou nações – é sempre mais complexa e, por ação ou omissão, mais íntima. A fronteira-divisão, o espaço ainda vazio, foi aos poucos se transformando em fronteira confluência”.⁸²⁹

Segundo Badie, “*que tout le monde puisse aujourd’hui communiquer avec tout le monde tend à affaiblir les frontières ou, en tout cas, a les dotes d’une signification nouvelle*”. Assim, há um processo ambivalente de ressignificação das fronteiras.⁸³⁰

Por um lado, o *locus* fronteiriço é preenchido por referências ao imaginário e ao simbólico, amparado por um conjunto de qualidades que definem as fronteiras como lugares inóspitos e vazios: um local anárquico onde reina a incivilidade, violência e permissividade, onde se estabelece a moldura da ideia de nação, de afirmação de um *ethos* nacional e criação de um universo de alteridade.

Ou seja, foco para o recrudescimento do nacionalismo, para eclosão de movimentos xenófobos, de sujeição e preconceito com relação ao outro, ao estrangeiro; ambiente de confronto e conflito, de sobrevivência do estado de natureza, de fragmentação e aprisionamento.

O concreto e o simbólico se encontram: a fronteira como local permissivo da circulação de ilícitos transnacionais de toda ordem, o que a posiciona como ponto de referência de instabilidades regionais que podem vir a afetar a sociedade internacional global, ao transbordar e contaminar a própria capacidade de ordenamento do sistema internacional. Como exemplifica Procópio:

⁸²⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 61-80.

⁸²⁹ REIS, Fernando Guimarães. “O Brasil e a América Latina”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 2. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 24-28.

⁸³⁰ BADIE, Bertrand et alli. *Qui a peur du XXIe siècle* – le nouveau système international. Paris: La Découverte, 2005, 2006. p. 12 .

Entendimentos oficiais entre governos restringindo a exportação de armas não afetou em nada esse mercado da morte. Armas em abundância continuam chegando como sempre. Mostram a versatilidade do comércio de narcóticos presentes em todas as partes onde existem outras contravenções. O caso do contrabando de armas junto com o das drogas é apenas um exemplo entre tantos.⁸³¹

Por outro, são locais peculiares, representativos de diversidade cultural, linguística, de credos, hábitos, costumes e valores em geral, definidos por uma miscigenação de identidades raciais e étnicas que engatilham e conectam dinâmicas próprias e singulares de aliança e solidariedade, de integração e aproximação, que catalisam e sustentam movimentos políticos de concertação.

Dessa forma, as evidências apontam para o contínuo crescimento da importância desses espaços singulares como produtores de dinâmicas e ligações privilegiadas no âmbito da integração regional sul-americana. Assim, segundo Adam Watson, “a multietnicidade e a multiculturalidade são aspectos civilizacionais definidores, que podem contribuir para se pensar em valores e normas aceitos em todo o sistema internacional”.⁸³²

No caso estudado, as relações fronteiriças tiveram um peso relativo substancial em definir a inserção internacional de Brasil e Venezuela, em moldar a forma como os dois países vêm fazendo relações internacionais e em constituir traços identitários internacionais comuns.

A saga da definição fronteiriça foi muito mais ampla e imbricada do que a mera assinatura do modelar tratado de 1859. Ademais, o ambiente fronteiriço testemunhou tanto iniciativas de cooperação e avanços da integração comercial e infraestrutural, quanto demonstrações de rivalidade, eclosão de crises e disputas do século 19 aos anos 1960.

Não obstante, no período 1979-1997, uma das principais dimensões na qual foi possível verificar o processo de adensamento se refere às relações fronteiriças, tanto do ponto de vista dos encontros fronteiriços realizados pelos mandatários dos dois países, quanto por

⁸³¹ PROCÓPIO, Argemiro. “Drogas ilícitas em espaços transfronteiriços”. *Cena Internacional*, v. 2, n. 1, p. 54-78, 2000. p. 107.

⁸³² WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: UnB, 2004. p. 430.

situações críticas que se tornaram referência nas relações bilaterais, como a questão dos garimpeiros e dos Ianomâmis.

O terceiro fenômeno responsável por modificar o estilo do bilateralismo brasileiro-venezuelano, colaborando para a conformação de uma parceria, referiu-se à redemocratização na América Latina. Neste caso, a democracia como uma das ideias mais poderosas da humanidade – por sua longevidade e aplicabilidade ao mesmo tempo como um conceito, um valor e um modelo político – deixou marcas na sociedade sul-americana de Estados.

Por um lado, adquiriu particularidades no contexto sul-americano ao enfrentar a concorrência de ideais como o caudilhismo, o militarismo ou a autocracia ditatorial. Por outro, ao se firmar como paradigma político, forneceu uma margem mais clara para os contatos entre brasileiros e venezuelanos, bem como para o adensamento das relações bilaterais.

Segundo Miriam Saraiva, a defesa da democracia tornou-se um “roteiro” da política externa brasileira para atuação em novos espaços internacionais, facilitando a inserção do país no processo de regionalização e facilitando alcançar os meios para o desenvolvimento nacional.⁸³³

Portanto, a democracia que fora um dos principais valores da política externa venezuelana, desde o governo de Rómulo Betancourt, passou a ser utilizada como ponta de lança da política externa de José Sarney no Brasil, promovendo um “*generador natural de coincidencias*”, na visão de Toro Hardy.⁸³⁴

Os cálculos estratégicos brasileiros passaram a se espelhar nos valores democráticos para a tomada de decisões, assim como para justificar posições internacionais, o que permitiu ultrapassar a desconfiança dos anos de predominância militar, desimpedindo canais tradicionais de diálogo e abrindo alguns canais de comunicação com os países desenvolvidos e a vizinhança sul-americana.

⁸³³ SARAIVA, Miriam. “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *RBPI*, 50 (2): 42-59 [2007].

⁸³⁴ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. p. 90.

Vizentini comunga desta visão ao afirmar que o processo de redemocratização brasileiro foi um fator responsável pelo “relaxamento e convergência” entre Caracas e Brasília, pois “solidificou a confiança venezuelana na diplomacia do Itamaraty”.⁸³⁵

Portanto, ao remover uma “importante hipoteca do passado” as franquias democráticas deram ânimo renovado à diplomacia brasileira. De acordo com Seixas Correa: “a imagem que havia se formado na região durante o período militar de que o Brasil não tinha interesse pela América Latina”, foi sendo modificada pelas ações, como a participação do Brasil no Grupo de Apoio à Contadora, que eram sustentadas na redemocratização política.⁸³⁶

De toda feita, complementa Seixas Correa, “falsa ou verdadeira, essa imagem existia e tolhia o exercício pelo Brasil de suas responsabilidades na política regional”. Logo, a transição democrática, iniciada com a abertura do presidente Figueiredo, continuada no tempo com as “diretas já”, a eleição de Tancredo Neves e a posse de Sarney, foi decisiva para modificar a imagem internacional do Brasil.⁸³⁷

De fato, no início dos anos 1980, “A imagem de um Brasil expansionista, hegemônico e dominador modificou-se drasticamente e as expectativas positivas a floraram.” Portanto, como assevera Cervo, “os novos eixos de cooperação ao norte e ao sul do Brasil tinham causas comuns (...) [como] a consolidação da democracia”.⁸³⁸

Com a recuperação da fluência democrática o país ampliou seu estoque de responsabilidades internacionais, bem como sua capacidade de dialogar e compartilhar ideias com a vizinhança, sobretudo no que tangia às questões dos direitos humanos, preservação ambiental e busca por uma ordem economicamente mais justa.

Como aponta Mendible-Zurita: “*la gradual distensión política que se operaba en Brasil fue creando nuevos espacios para el acercamiento binacional*” o que culminou com a

⁸³⁵ VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 61.

⁸³⁶ CORREA, Luis Felipe Seixas. “A política externa de José Sarney”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)* – volume 1: crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. p. 361-385.

⁸³⁷ Idem.

⁸³⁸ CERVO, Amado Luiz. “a Venezuela e seus vizinhos”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 158-159

redemocratização e a constituição de 1988 que assegurava, por sua vez, a vocação integracionista do país, em consonância com “*el prístino pensamiento bolivariano*”.⁸³⁹

Nada obstante, vale recordar que a crise dos anos 1980 interrompeu o progresso engendrado nos anos 1970, engatilhando um contexto favorável à emergência de uma “síndrome de exclusão”.

Uma síndrome significa um “conjunto de sinais ou de características que, em associação com uma condição crítica, são passíveis de despertar insegurança e medo”. Como aponta Robert Frank “*la plupart de ces syndromes sont provoqués par des événements sanglants, c’est ce qui fait leur force et leur durée dans la mémoire collective*”.⁸⁴⁰

Assim, pode-se falar no aparecimento de uma “síndrome de exclusão”, pela grave crise enfrentada nos anos 1980 que deu margem a comparações negativas entre o Brasil, a Venezuela e outros países e regiões do mundo. Logo, um dos fatores que alimentaram o sentimento de exclusão sul-americano deveu-se à imagem negativa acoplada ao Brasil e à Venezuela no exterior, vinculada aos graves problemas internos que acometiam esses países, como miséria, má distribuição de renda, corrupção etc.

Além disso, subsistia uma proclividade cultural de enxergar apenas os pontos negativos do chamado Terceiro Mundo, e que era agravado pela alimentação de sentimentos autodepreciativos sobre o próprio país em que se vivia. Por fim, havia uma tendência a não enxergar o quadro estrutural de modificações que estava em curso e que iria transformar a realidade daqueles países.⁸⁴¹

Jaguaribe explica, então, a importância de se analisar a modificação no nível imagético como uma repercussão relevante para a história das relações internacionais de Brasil e Venezuela:

a política externa de um país é condicionada, em função da imagem que se faça de si mesmo e do mundo e dos recursos de que efetivamente disponha,

⁸³⁹ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *Venezuela-Brasil: la historia de sus relaciones – desde sus inicios hasta el umbral del Mercosul (1500-1997)*. Caracas: FEPUVA-UCV, 1999. p. 189-191.

⁸⁴⁰ FRANK, Robert. Penser historiquement les relations internationales. *Annuaire Français de Relations Internationales*, 2008. p. 63

⁸⁴¹ ABDENUR, Roberto. “A política externa brasileira e o sentimento de exclusão”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 1. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 31-33.

pelos objetivos internacionais que se fixem e por sua capacidade de atingi-los.⁸⁴²

Portanto, a virada democrática operada na América do Sul, em meados da década de 1980, não foi apenas uma volta ao estado natural das coisas, mas constituiu-se em um “processo profundo”, continuado no tempo e com implicações para os mandatários e seu grupo decisor e executor, redefinindo os rumos de suas sociedades tanto interna quanto externamente.

Pode-se afirmar que o Brasil vivenciou “grandes modificações” em sua autoimagem, bem como em sua visão de mundo, devido à ampliação dos meios de potência que efetivamente dispunha, o que acabou por redefinir “os objetivos internacionais que buscou atingir e logrou alcançar”.⁸⁴³

Como consequência, a democracia foi acoplada novamente à identidade internacional do país como um princípio sob o qual se assentaria sua política externa, o que pode ser verificado pela “ampla maioria dos discursos oficiais” que passaram a tecer como fio condutor das ações do governo, no meio interno e internacional, o modo democrático de viver as relações internacionais.⁸⁴⁴

Com respeito à Venezuela, as orientações internas e externas dos seguidos governos após o “Pacto de Punto Fijo” foi o de evitar que eventos dramáticos como crises econômicas ou políticas pudessem quebrar o esqueleto democrático constituído desde 1958.

Nesse contexto, as relações internacionais no espaço amazônico deram um salto de qualidade com a coincidência democrática em diferentes países, não obstante alguns estudiosos acreditem que a redemocratização não modificou a maneira de o país se inserir internacionalmente ou apenas modificou, superficialmente, a política externa brasileira.⁸⁴⁵

Vale lembrar que projetos brasileiros levados adiante durante os governos militares, como a infraestruturação viária fronteiriça, a construção da rodovia Transamazônica e a

⁸⁴²JAGUARIBE, Hélio. “Introdução geral: a evolução da política externa”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)* – volume 1: crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. p. 23-33.

⁸⁴³Idem.

⁸⁴⁴CORTÊS, Octávio Henrique Dias Garcia. *A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília, FUNAG, 2010.

⁸⁴⁵Ver PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004; CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. 2008. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

intensificação da presença nacional na Amazônia, mais fortemente refletiam imagens de hegemonia e imperialismo associadas ao Brasil. Além disso, a imagem de “Brasil Grande Potência” gerou percepções equivocadas sobre os reais interesses do país na vizinhança e fez “com que fossem recebidos com reservas os sucessivos gestos de aproximação pelas autoridades brasileiras”.⁸⁴⁶

Do lado venezuelano, mesmo que o ativismo regional tenha crescido na segunda gestão de Carlos Andrés Pérez, que daria particular atenção aos vizinhos diretos Colômbia, Guiana e Brasil, foi o retorno da democracia ao grande vizinho do sul e sua inclusão nos arranjos como Grupo de Apoio e Grupo do Rio que favoreceram o estreitamento das relações bilaterais.⁸⁴⁷

Portanto, a redemocratização resgatou a democracia como um traço identitário internacional e construiu uma ponte entre duas porções isoladas (no tempo e no espaço) da América do Sul, alinhando o Brasil aos seus vizinhos sul-americanos em um contexto favorável de promoção de projetos de integração na vizinhança tanto platina quanto amazônica.

Esse processo que sincronizou o tempo das chancelarias com o tempo das fronteiras e realinhou a América do Sul a um destino comum de fortalecimento democrático foi desencadeado por uma onda transformadora.

O conceito de “ondas” é uma ferramenta analítica para apreender o movimento nas relações internacionais, assim como para realçar as modificações na ordem interna e internacional. Podem-se definir “ondas” pelos encontros e desencontros, continuidades e descontinuidades, acúmulos e destruição, maturações (demográficas e econômicas), e evoluções (de ideias e princípios) que se manifestam em processos vagarosos. Como afirma Duroselle “o que conta é a obra lenta e por vezes irresistível da onda”.⁸⁴⁸

Assim, a sucessão de duas grandes ondas de adensamento bilateral, entre 1979 e 1997, representou o quarto fenômeno que corroborou para o repensamento do tipo de relação internacional estabelecido entre Brasil-Venezuela.

⁸⁴⁶ CORTÊS, op. cit. p. 104-105.

⁸⁴⁷ CARDOZO, Elsa. "Política exterior de Venezuela en 1990: dinamismo, contradicciones en un contexto cambiante", In *Anuario de Políticas Exterior Latinoamericana, 1989-1990: El desafío de los 90*. Caracas: Edit. Nueva Sociedad, 1991.

⁸⁴⁸ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 41.

5.2. A primeira onda de adensamento (1979-1988)

A primeira década do adensamento brasileiro-venezuelano tem início nas gestões de Luis Herrera Campins e Jaime Lusinchi de um lado e João Baptista Figueiredo e José Sarney do outro.

Essa onda teve particular importância em facilitar um giro de 180° graus efetivado por Brasília e Caracas no sentido de realinharem suas políticas exteriores. Além disso, marcou o esforço das diplomacias de “cartografar” as relações bilaterais, fornecendo um mapa das questões, problemas e oportunidades para as gerações seguintes. Enfim, promoveu alcançar-se um ponto de grande vitalidade econômica, política e social nas relações Brasil-Venezuela.

5.2.1. Tomar o azimute e girar 180°

Com as mudanças no sistema internacional, por conta das crise energética e das intranquilidades econômicas que a sucederam, o momento parecia propício para um ajuste nas políticas interna e externa no Brasil e na Venezuela.

Luis Herrera Campins (1979-1983) derrotou Luis Piñerúa Ordaz (AD), reconduzindo o COPEI ao comando da nação. Em seu discurso inaugural ditou algumas orientações fundamentais de seu governo como: aperfeiçoar a democracia; buscar a austeridade como regra e guia; e promover o desenvolvimento com justiça social. Campins recebera um país com uma economia desajustada e com graves desequilíbrios estruturais, como pressão inflacionária e especulativa, além das dívidas pública e externa crescentes. Diria Campins, “*recibo una Venezuela hipotecada*”.⁸⁴⁹

Procurou adotar uma abordagem na administração pública que logo se inseriria no modelo de modernização nacional. Prematuramente, Campins desejava fazer do capitalismo empresarial um suporte para o desenvolvimento da nação, favorecendo uma espécie de “Estado promotor” que estimularia as iniciativas pessoais e sociais e orientaria adequadamente a atividade produtiva para a criação de riqueza em escala geral.

O presidente venezuelano deu atenção especial às obras hidrelétricas do Caroní e fez da construção do metrô em Caracas um símbolo do progresso democrático do país.

⁸⁴⁹Esta seria uma das frases mais citadas pelos estudiosos de Venezuela, talvez por profetizar tão bem a longa crise que enfrentaria o país nas décadas seguintes. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

Entretanto, em pouco tempo, desencadeou-se uma conjuntura desfavorável de estagnação econômica, alta dos preços dos produtos e inflação, que alcançaria os 12,3% ao final do ano. A medida de liberação dos preços e a ampliação dos gastos governamentais, a partir de agosto de 1979, detonaram uma bomba especulativa contra seu projeto nacional.

Apesar do crescente lucro petrolífero, a administração de Campins não conseguiu reverter a dívida herdada do governo anterior, muito menos operacionalizar o conceito “*sembrar el petróleo*”, de diversificar com eficácia, rapidez e tino a economia dependente do petróleo. Como consequência, Venezuela permanecia monoprodutora e com uma participação reduzida do setor privado no PIB nacional.

Os sinais eram fortes de que o governo teria dificuldades de cumprir com as promessas pré-estabelecidas, ainda que no contexto internacional o recrudescimento da violência em regiões energéticas importantes houvesse melhorado a posição da Venezuela como exportadora de petróleo.

De fato, ventos turbulentos sopravam da invasão soviética ao Afeganistão, da revolução iraniana e da crise centro-americana. Para a Venezuela, a crise no Oriente Médio e a revolução iraniana, em especial, por sua tendência contrária ao ocidente e aos EUA, tiveram desdobramento nos preços do petróleo, garantindo o papel estratégico de principal fornecedor ocidental.⁸⁵⁰

Da mesma forma, as dificuldades econômicas internas seriam neutralizadas pelas perspectivas positivas da bonança petrolífera, aproveitando-se da continuada política de exportações do cru venezuelano para os EUA, assim como pelo otimismo que tomou conta do país em 1979.⁸⁵¹

Para tanto, a Casa Amarela e a presidência da República traçaram quatro linhas de política externa, seguidas ao longo da administração Herrera Campins: arrefecimento das relações com a Colômbia; preferência pelas relações com os países da América Central e Caribe; continuidade do universalismo; e aprofundamento da política de segurança energética.

⁸⁵⁰ Mais sobre as mudanças no setor energético mundial em DEESE, David & NYE, Joseph. *Energy and Security*. Cambridge Massachusetts: Ballinger Publishing Company, 1981.

⁸⁵¹ TARVER, H. Micheal & FREDERICK, Julia. *The history of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006. p. 130-131.

A primeira linha de política externa acionou a diplomacia presidencial de Campins e contou com a habilidade do chanceler José Alberto Zambrano Velasco na tentativa de solucionar o diferendo com a Colômbia sobre as águas territoriais no “Golfo da Venezuela”. Das intensas tratativas bilaterais surgiu a “*hipotesis de Caraballeda*”, localidade onde se reuniu a comissão bilateral para discutir a situação em vigor, cuja essência resumia-se em dois aspectos: aceitação da legitimidade do pleito colombiano e cessão por parte da Venezuela de porção do Golfo.⁸⁵²

Uma vez que o tema já havia alcançado um nível de sensibilidade muito elevado na sociedade venezuelana, por conta da atitude histriônica da mídia caraquenha e da tradicional posição realista das Forças Armadas, a proposta foi rejeitada, gerando um ambiente negativo e deteriorando a capacidade de governabilidade interna.

É interessante notar que, sempre que a Venezuela precisou enfrentar um problema na sua vizinhança, seja com Colômbia ou Guiana, procurou um terceiro vértice como ponto de apoio. Por isso, essa atitude de retomada das conversações com a Colômbia induziu a Venezuela a fomentar novas alianças e buscar uma aproximação com o Brasil.

A segunda linha da política externa venezuelana reafirmava a projeção sobre o *mare nostrum* caribenho. Com os esforços do chanceler Velasco, a Venezuela assinou o Acordo de San José e, juntamente com o México, passou a outorgar facilidades energéticas a países da América Central e do Caribe, como meio de garantir presença em uma área considerada estratégica.⁸⁵³

Outra atuação decisiva foi na crise centro-americana, desencadeada com a vitória da revolução Sandinista na Nicarágua e da escalada da violência com os movimentos guerrilheiros em El Salvador, Honduras e Guatemala e da ação contrarrevolucionária, via de regra com apoio dos EUA.

⁸⁵² Em 1975, Colômbia e Venezuela acordaram em utilizar as zonas marítimas comuns ricas em petróleo, dando origem à tese do condomínio, ou tese López-Pérez, que determinava áreas dentro do golfo para uso compartilhado e proporcional. Em 1980 surge a tese venezuelana da “Costa Seca”, que traçava uma linha da península de Paraguana (Ven) à península de Guajira (Col), determinando que todas as águas do golfo seriam águas territoriais venezuelanas e a costa colombiana banhada por essas águas não seriam consideradas uma zona marítima. Ver RAMIREZ, Socorro. “Colômbia-Venezuela: entre episódios de cooperación y predominio del conflicto”. In DOMINGUEZ, Jorge (org). *Conflictos territoriales y democracia en America Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina, 2003. p. 203-272.

⁸⁵³ Outro foco de pressão vinha do significativo crescimento demográfico, incluindo uma corrente migratória de países vizinhos e do Caribe, o que colocaria à prova a fragilidade dos serviços públicos como a assistência médica e de saúde. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 90.

Tal crise demandou atenção de todos os países do sistema interamericano, mas em especial daqueles, “países com maior intimidade e experiência” com a realidade centro-americana como a Venezuela, que mantinha ligações históricas, geográficas e uma comunhão de interesses com as nações caribenhas e centro-americanas.

Da mesma forma, as potências médias do sistema, como México e Brasil, não puderam se furtar a dar sua parcela de contribuição à solução do problema. A fórmula brasileira era o da “negociação política, conciliação, cooperação e entendimento”.⁸⁵⁴

Do lado venezuelano, Luiz Herrera Campins abriu um novo espaço de diálogo com a Casa Branca e a política de Jimmy Carter. Campins decidiu auxiliar Carter no esforço de neutralizar as ações revolucionárias em El Salvador e do governo sandinista na Nicarágua. Havia uma óbvia conexão entre os sandinistas e o governo cubano de Fidel Castro, o que arrastava a questão para a lógica da Guerra Fria.

Faceta significativa da política americano-caribenha de Caracas se referiu à ativa participação na iniciativa do Grupo de Contadora, que propugnava uma saída concertada para a crise na América Central. A chancelaria venezuelana fez um importante trabalho para restabelecer a confiança na região, ao promover ações democráticas nos países daquela região, o que incluiu o respaldo a eleições livres na Guatemala, Honduras, El Salvador e Costa Rica.⁸⁵⁵

A terceira linha de política externa venezuelana concernia ao universalismo com tons de pragmatismo econômico, diferentemente de Andrés Pérez, que assumira uma política internacional de referência terceiro-mundista e ideológica.

Neste caso, Campins optou por manter relações diplomáticas e comerciais com quaisquer países que interessassem à Venezuela, independentemente do tipo de governo ou regime político. Com isso, inseriu a Venezuela no debate Norte-Sul, como forma de ampliar o escopo da cooperação tecnológica, econômica e comercial, bem como colocou o país em acordo com o G77 e no diálogo Sul-Sul.⁸⁵⁶

Como lembra Toro Hardy: “*nuestra condición de actor internacional con identidad precisa nos impone una interacción permanente con otros actores*”. Portanto, o

⁸⁵⁴ RICUPERO, Rubens. *Diário de Bordo: a viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010. p. 248-250.

⁸⁵⁵ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

⁸⁵⁶ Idem. p. 57

universalismo venezuelano matizou a predominância caribenha com outros aspectos identitários do país, aprofundou a integração regional com os países andinos e amazônicos e abriu espaço para a reavaliação do lugar da América do Sul nas relações internacionais venezuelanas.⁸⁵⁷

Nesse sentido, Campins optou por outorgar uma dimensão política ao Pacto Andino a fim de transformá-lo em um fator de presença ativa no continente, ampliando o nível de interlocução hemisférico e internacional. Ao mesmo tempo, compensou a preferência andina com uma aproximação aos grandes da América Latina, Argentina, Brasil e México, na tentativa de formar outro mecanismo de ação concertada, ainda que, “*meter en un mismo saco*” regimes díspares, fosse uma tarefa complicada.⁸⁵⁸

De toda forma, o universalismo venezuelano neutralizou as tradicionais barreiras que se interpunham contra os vizinhos do sul que viviam sob a égide de governos militares, um empecilho, até a gestão de Caldera, ao desenvolvimento das relações bilaterais com a Venezuela. Nesse caso, a democracia continuava sendo um princípio norteador de política internacional, mas não como um aspecto doutrinário a empurrar o país a favor ou contra correntes.

Uma prova de que os cálculos doutrinários se dobravam ao pragmatismo dos interesses nacionais dizia respeito à defesa da soberania nacional contra investidas colonialistas ou em relação à diferendos territoriais com os vizinhos próximos.

Herrera Campins aproveitou a credibilidade internacional de que gozava o país naquele momento, para promover nas instâncias multilaterais uma convergência pela causa argentina das Malvinas. Caracas percebia o fato como uma reivindicação histórica que deveria ter o respaldo da vizinhança sul-americana, o que se tornou uma de suas motivações regionais de política exterior.⁸⁵⁹

Foi assim que a Guerra das Malvinas levou a um alinhamento entre Caracas e Buenos Aires. Em 3 de abril de 1982, a Argentina de Leopoldo Galtieri principiou a guerra pelas Malvinas contra a Inglaterra, abalando a estabilidade do sistema interamericano. Criou-se um

⁸⁵⁷ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. p. 12.

Idem. p. 84

Idem. p. 88-89.

clima de angústia e incerteza com o posicionamento de britânicos e norte-americanos, uma vez que o Conselho de Segurança da ONU respaldaria a ação de força contra Buenos Aires.

O Brasil se diferenciou um pouco dos vizinhos sul-americanos, decidindo por uma neutralidade imperfeita e por uma atitude positiva, ou seja, de apoio oficial à Argentina nas discussões por uma saída concertada nos foros multilaterais.⁸⁶⁰

A Venezuela se solidarizou com a causa argentina e em 26 de abril, Zambrano Velasco viajou a Washington para a reunião do órgão de consulta do TIAR, onde apresentaria a posição venezuelana:

*Venezuela se siente solidaria de la reclamación argentina sobre las Malvinas y tiene como propia la aspiración de que el Reino Unido ponga cese a la pretensión de mantener allí dominios coloniales y ordene el regreso de su flota, a fin de que se abra así camino para la solución pacífica.*⁸⁶¹

Martin Wight lembra que “as alianças não são as amigas da política internacional” e que o autossacrifício, tão comum nas relações de amizade entre os homens, não é possível para Estados cuja obrigação é defender os interesses de seu povo.⁸⁶²

Então, o que explicaria o posicionamento venezuelano? Caracas mateve-se fiel à tradição de buscar uma comunhão de interesses com países de experiências históricas semelhantes em tipo ou natureza.

Assim, o fato de encarar diferendos territoriais e marítimos com Colômbia e Guiana criava um elo material e imaterial com o pleito argentino sobre as Malvinas. Não havia um senso de amizade movimentando a política externa venezuelana, mas um cálculo realista dos possíveis ganhos em causa própria.

A quarta linha de política externa da gestão Campins referia-se à segurança energética venezuelana, que se desdobrava em dois eixos elementares. Primeiro, assegurar espaço para o petróleo pesado venezuelano em diferentes regiões do mundo, aproveitando-se os projetos de produção em via de desenvolvimento na faixa do Orinoco.

⁸⁶⁰ VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba: Juruá, 2009.

⁸⁶¹ LUONGO, Lis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 58.

⁸⁶² WIGHT, Martin. *A política do poder*. Coleção Clássicos IPRI São Paulo/Brasília: UnB, 2002. p. 117.

Em seguida, implementar uma tática de internacionalização petroleira, pela atuação conjunta em foros internacionais e pela aquisição de importantes complexos refinadores no exterior, especialmente nos EUA. Vale ressaltar que a questão petroleira era, até então, tratada como *low politics* ou como política doméstica, cabendo ao Estado se preocupar apenas com questões atinentes à produção.

Além do mais, resistir à aliança ostensiva entre os governos de orientação neoliberalista na Inglaterra e nos EUA, que pressionaram pela queda do preço do petróleo, mediante atuação mais firme no âmbito da OPEP.

Desta maneira o governo Campins iria buscar nas relações internacionais meios de levar adiante seu projeto nacional. De fato, a Venezuela adquiriu um perfil mais ativo e participativo na cena internacional ao final dos anos 1970, o que de certa maneira auxiliou na aproximação com o Brasil. Como ocorreu, então, este processo de adensamento das relações bilaterais a partir de 1979?

A franca amizade com o Brasil alcançou, na visão de Toro Hardy, “*el mejor momento en la história de las relaciones entre ambas naciones*”, apesar da sobriedade e moderação na atuação internacional e regional, sendo que a democratização em efervescência na América do Sul “*actuó como generador natural de coincidencias*”.⁸⁶³

Em Brasília, Ramiro Saraiva Guerreiro fora alçado pelo presidente João Baptista Figueiredo a comandar a política exterior e a dar prosseguimento ao trabalho de Azeredo da Silveira, realizando as adaptações necessárias ao novo momento vivido pelo país no mundo.

Nesse caso, apesar da constatação do dissenso interno, o universalismo se firmou como linha dominante da política externa brasileira entre 1979 e 1985. Em consequência, alimentou a lógica do ecumenismo ou da busca por contatos internacionais alternativos. Ademais, viabilizou a composição do país como potência intermediária entre dois mundos, o desenvolvido Ocidental e o terceiro mundo, em desenvolvimento.⁸⁶⁴

Do lado venezuelano, havia se cristalizado nas duas últimas décadas (1960 e 1970) a divisão entre “brasileiristas”, que preferiam a aproximação com o vizinho do Sul à dependência ao gigante do norte, e os “não brasileiroistas”, que temiam o expansionismo

⁸⁶³ TORO HARDY, Alfredo. *La maldición de Sisifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editorial Panapo, 1991. P. 90-93.

⁸⁶⁴ FERREIRAS, Túlio Sérgio Henriques. “A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985)”. *RBPI* 49 (2): 119-136 [2006]. p. 121-122; 130.

brasileiro e preferiam a manutenção do status de alinhamento econômico aos interesses norte-americanos, destino de 90% das exportações do petróleo venezuelano.⁸⁶⁵

Entretanto, no início dos anos 1980, a divisão entre brasileiristas e não brasileiristas cedeu lugar a um consenso de que uma espécie de liderança não declarada brasileira era preferível e benigna, para o desenvolvimento regional, à manutenção da tradicional condição de “imobilidade paquidérmica” que poderia causar uma letargia na vizinhança, bloqueando os avanços da integração.⁸⁶⁶

Isso se traduziu no âmbito governamental, cujo desejo explícito era o de estreitar a cooperação com países considerados “parceiros naturais” como Colômbia e Brasil. Lembrava o chanceler Saraiva Guerreiro: “A iniciativa de Herrera Campins determinava com naturalidade que a primeira visita do Presidente [Figueiredo] fosse à Venezuela. As relações se acentuaram muitíssimo nesse período, embora já houvessem superado a frieza anterior desde o Governo Carlos Andrés”.⁸⁶⁷

As tratativas iniciais levaram os Ministros de Relações Exteriores José Alberto Zambrano Velasco e Ramiro Saraiva Guerreiro, em 27 de julho de 1979, a instalarem formalmente a “Comissão de Coordenação Venezuelano-Brasileira” (Comcoord), prevista pelo Convênio de Amizade e Cooperação de novembro de 1977.

Seria um órgão decisivo de ligação entre Brasil e Venezuela na elaboração de uma carteira de projetos prioritários bilaterais. Em suma, a ideia era viabilizar um canal institucional de cooperação que chancelasse as iniciativas bilaterais levadas adiante a partir daquele momento.⁸⁶⁸

A articulação da comissão deu mostras de que o entendimento bilateral caminhava para um adensamento. Entre 27 de julho e 2 de agosto de 1979 foram constituídos Grupos de Trabalho para analisar oito grandes temas que se tornaram eixos nas discussões e negociações bilaterais entre os dois governos a partir de então: 1) Petróleo e petroquímica; 2) Produção e comercialização de minerais metálicos e seus derivados; 3) Cooperação no setor siderúrgico;

⁸⁶⁵ “Guerreiro: amizade Brasil-Venezuela favorece a América Latina”. O Globo, 27-7-1979.

⁸⁶⁶ “O que se pode ter com a Venezuela”. Gazeta Mercantil, 27-7-1979.

⁸⁶⁷ Entrevista Ministro Ramiro Saraiva Guerrero, CPDOC. 7ª entrevista – 26.03.1985; Fita n.º 26 – lado 1.

⁸⁶⁸ Memorando Confidencial da DAA para Secretario Geral, n 079, 17-8-79. AHI, Maço Confidenciais, 811L000-F08.

4) Transporte; 5) Cooperação econômica, industrial e comercial; 6) Cooperação científica, técnica e tecnológica; 7) Cooperação cultural; 8) Desenvolvimento regional.⁸⁶⁹

Entre os destaques apresentados pelo embaixador brasileiro David Silveira Mota estava justamente o ponto 8 supracitado, como um “novo campo a se explorar nas relações com a Venezuela”.

Pela primeira vez um grupo de trabalho foi constituído para tratar da cooperação bilateral amazônica e promover, mediante encontros, seminários e reuniões, a mobilização dos interesses dos governos e populações da região. As temáticas de interesse regional eram variadas: trânsito de veículos pela BR-174; importação de cimento, esquadrias de alumínio e ferro para construção civil; comércio de madeira; trânsito de pessoas; e exportação de produtos da Zona Franca de Manaus.

Outro tema importante, mas espinhoso, era o dos transportes, justamente por sua capacidade de gerar algum tipo de contencioso.

A Venezuela já havia deixado de lado as tratativas sobre transporte marítimo e levantava ainda duas indisposições com o Brasil sobre o transporte aéreo. Primeiro, os passageiros provenientes do Rio de Janeiro para Caracas eram obrigados a pagar uma espécie de depósito compulsório, já que a Venezuela não era signatária de um tratado, como o firmado entre as nações do Cone Sul em 1966, que isentaria tal cobrança.

Segundo, as aeronaves da Varig provenientes de Miami, e que faziam escala em Caracas, estariam encontrando dificuldades em abastecer. Explicava o embaixador Mariano Tirado que, frequentemente, os aviões apresentavam supostos “problemas técnicos” para pousar em Caracas, quando na realidade queriam apenas abastecer seus aviões “como se a Venezuela fosse um posto de gasolina”.⁸⁷⁰

O mesmo Mariano Tirado voltou a contestar a posição brasileira, agora sobre transporte rodoviário. A proposta brasileira incluía transporte em trânsito para terceiros países, o que viabilizaria a participação de empresas brasileiras no mercado de transporte venezuelano. Como apontou o negociador brasileiro, diplomata João Hermes, “o embaixador

⁸⁶⁹ Acta Final de la I Reunión de la Comisión de Coordinación Venezolano-Brasileña. Caracas, 2 de agosto de 1979. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1979, Exp. N° 4-2.

⁸⁷⁰ Embaixada Brasil a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 696, Caracas, 1-8-1979. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Tirado reagiu energicamente contra a ideia, alegando, de forma patética, que os políticos, a imprensa e a opinião pública de seu país jamais o perdoariam”.⁸⁷¹

Para o Brasil, interessava garantir a livre circulação de veículos brasileiros na Venezuela e conseguir a rápida assinatura do convênio. Não obstante, o mais importante era sustentar os “efeitos positivos da política de aproximação global” de Brasília em relação a Caracas.⁸⁷²

Assim, na visita de Saraiva Guerreiro duas mensagens deveriam ser passadas aos venezuelanos. Primeiro, o desejo brasileiro de estreitar os vínculos com a América Latina. Segundo, que o perfil democrático da Venezuela estaria sim em sintonia com a política de abertura lenta e gradual de Figueiredo. Lembrava Saraiva Guerreiro: “Outro aspecto interessante é que, por primeira vez, pretendíamos dar uma atenção particular a toda a zona norte do continente e a Venezuela se inseria nesse esquema”.⁸⁷³

A estabilidade da fronteira norte da América do Sul era prioridade para o Brasil, reforçava Saraiva Guerreiro. O Itamaraty temia que o degelo do conflito venezuelano-guianense pudesse ter repercussões para o país, o que motivou que a retórica da neutralidade brasileira adquirisse características de pendularidade, aproveitando acordos com Georgetown e Caracas.⁸⁷⁴

Brasília passava a mensagem de ser muito mais um “holder”, ou “um fiel da balança” entre dois vizinhos à porta de sua fronteira e, nesse caso, o processo de abertura política interna no Brasil teria reflexos positivos na mudança da imagem internacional do país. Assim, a visão de que o Brasil tradicionalmente buscava relacionar-se com países compatíveis com sua pujança, olhando para os vizinhos como “apenas acidentes geográficos”, deu lugar a um “leal desejo de entendimento em Caracas”.⁸⁷⁵

Com a visita de Saraiva Guerreiro à Venezuela o Brasil dava “um giro de 180 graus” na América do Sul, voltando-se para a região com maior peso político, com potencial de

⁸⁷¹ Idem.

⁸⁷² Embaixada Brasil a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 706, Caracas, 1-8-1979. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

⁸⁷³ “Venezuela, primeira visita do presidente”. O Estado de São Paulo, 19-08-1979. Entrevista Ministro Ramiro Saraiva Guerrero, CPDOC. 7ª entrevista – 26.03.1985; Fita n.º 26 – lado 1.

⁸⁷⁴ “Itamaraty prevê litígios entre nações”. Folha de São Paulo, 11-2-1979.

⁸⁷⁵ “Chanceler defende integração”. Jornal do Brasil, 6-11-1979; “Leal desejo de entendimento em Caracas”. Gazeta Mercantil, 7-11-1979.

crescimento econômico, comercial e energético. Ganhava significado real a prioridade latino-americana dada pelo presidente Figueiredo em seus discursos.

A virada ao norte, na bússola da política sul-americana brasileira, ganhou densidade com iniciativas como o Tratado de Cooperação Amazônica, contatos mais próximos com o governo de Julio Ayala na Colômbia, a cooperação fronteiriça com a República Cooperativista da Guiana e a missão Venturini no Suriname.

Freddy Araouca Castresana, novo embaixador da Venezuela no Brasil, ao apresentar suas credenciais ao presidente Figueiredo, frisou que o mercado venezuelano passava a ser atrativo para os produtores e exportadores brasileiros, tendo em vista a limitação do setor industrial venezuelano que estava voltado para o setor petrolífero. Em suas palavras, “indiscutivelmente nosso país é um país de desenvolvimento petrolífero e que sabe das muitas necessidades do Brasil com relação a fontes energéticas”.⁸⁷⁶

Castresana aproveitou para deixar transparecer a intenção de que Brasil e Venezuela assinassem acordos de repasse de tecnologia nuclear, exploração de urânio e tório. Para o embaixador “indiscutivelmente o Brasil está adiantado em termos de tecnologia nuclear e eventualmente podemos chegar a acordos, uma vez que se dêem esses passos iniciais”.

Nesse sentido, estiveram no Brasil o Secretário-Executivo do Conselho para o Desenvolvimento da Indústria Nuclear da Venezuela, tenente-coronel Juan Antonio Torres Serrano e o diretor de reatores nucleares, tenente da Marinha Gonzalo Gomes Jaen, para conhecerem as instalações da Empresas Nucleares Brasileiras (Nuclebrás) no Rio de Janeiro e a aplicação desse tipo de energia na agricultura, medicina e indústria.

Os enviados venezuelanos foram recebidos por Paulo Nogueira Batista, presidente da Nuclebrás, que afirmou a possibilidade de transferência de tecnologia, aproveitando-se a assessoria que o Brasil recebia da Alemanha Ocidental. Assim, o interesse venezuelano nas pesquisas brasileiras no campo nuclear justificava a cooperação do tipo “energia por energia”.⁸⁷⁷

A comitiva de Figueiredo foi preparada com um grupo de industriais, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro, o Ministro da Indústria e Comércio Camilo Pena, o diretor do Departamento de Promoção Comercial do Itamaraty, embaixador Paulo Tarso Flecha de

⁸⁷⁶ “Brasil admite acordo”. Jornal Folha de São Paulo, 14-10-1979. Arquivo Biblioteca Senado Federal do Brasil, pasta Venezuela.

⁸⁷⁷ “O Brasil busca na Venezuela uma outra alternativa”. Folha de São Paulo, 25-7-1979.

Lima, além de Danilo Venturini, chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI) e articulador das questões político-estratégicas da fronteira norte.⁸⁷⁸

Inusitadamente, a comitiva não contou com a participação do Ministro de Minas e Energia César Cals, embora o petróleo definisse o pano de fundo da viagem. A repercussão negativa de um plano publicitário e os rumores de uma possível demissão retiraram, na última hora, Cals da comitiva. Ademais, a alteração teria atendido à vontade do próprio presidente de dar caráter mais político à viagem, reduzindo sua importância como visita de interesse petrolífero a um país membro da OPEP.⁸⁷⁹

O clima encontrado pela comitiva, em geral foi amistoso. No entanto, o termômetro interno venezuelano (mídia, opinião pública e Parlamento) influenciaria as condições iniciais de caracterização da parceria com o Brasil. Antes mesmo da chegada da comitiva de Figueiredo à Caracas, as “apreciações” contra o Brasil proliferaram.

Dentre as visões críticas, algumas colocavam a aproximação brasileiro-venezuelana em um patamar geopolítico, da presença brasileira no Orinoco e do acesso ao Caribe pela estrada que ligaria Brasília a Caracas. Outras interpretações enfatizavam que o Brasil enfrentava dificuldades para ampliar seu espaço de atuação diplomática e procurava reverter a perda de sua tradicional influência na região. Enfim, se dizia que o alvo da mudança de ânimo da diplomacia brasileira para o norte da América do Sul enfraqueceria a segurança da Venezuela, deixando o país vulnerável, por exemplo, à “agressiva chancelaria brasileira”.

Em entrevista a jornalistas brasileiros em Caracas, quando perguntado “por que para o senhor é mais importante viajar antes à Venezuela que aos EUA?” Figueiredo respondeu secamente: “olha o mapa”. Independente do sarcástico comentário, o que justificaria

⁸⁷⁸ “César Cals não viajará para Venezuela”. *Jornal Folha de São Paulo*, 31-10-1979. Arquivo Biblioteca Senado Federal do Brasil, pasta Venezuela. “Figueiredo tira César Cals de comitiva que vai a Venezuela”. *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1979. César Cals não está na comitiva presidencial. *Jornal o Globo*, 31-10-1979. Arquivo Biblioteca Senado Federal do Brasil, pasta Venezuela.

⁸⁷⁹ Nesse episódio, repercutiu negativamente no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do Ceará o plano de Cals de concentrar as verbas de publicidade de todo o setor elétrico brasileiro em seu gabinete. Vale frisar que, há algum tempo, Cals havia perdido a função de principal executor da política energética nacional. A não participação em algumas viagens ao exterior, o esvaziamento do Ministério e a transferência das atribuições mais importantes à Comissão Nacional de Energia, ao Ministério da Indústria e do Comércio e à Secretaria do Planejamento minaram a posição política de Cals. Por exemplo, a ida dos Ministros Camilo Pena e Delfim Neto ao Oriente Médio, para tratar de projetos de fornecimento, abastecimento e exploração de petróleo, além de cooperação nuclear, com o Iraque, ilustrava a disputa pelo controle da formulação da política externa de energia do Brasil. Nesse caso, Antonio Carlos Magalhães, o Vice-presidente Aureliano Chaves e o próprio Delfim Neto estariam nessa disputa, sendo Aureliano Chaves o responsável pela política energética ao assumir a presidência da Comissão Nacional de Energia.

realmente a escolha de Figueiredo pela Venezuela como compromisso inaugural no exterior, após a posse em março de 1979?⁸⁸⁰

Primeiro, porque daria um peso simbólico às relações bilaterais com um país de crescente importância estratégica no contexto energético mundial, o que seria caracterizado como uma “ofensiva diplomática de alto nível”.

Segundo, o pertencimento venezuelano ao grupo andino e a disposição de Caracas em implantar um regime democrático na Nicarágua, após a deposição de Anastásio Somoza, bem como em promover a democracia na região, teria atraído a atenção de Figueiredo, que logo encarnaria a abertura lenta e gradual do regime militar brasileiro.

Terceiro, a manutenção de boas relações com Caracas apagaria a imagem de privilégio e preferência às articulações com os países do Cone Sul, ao mesmo tempo em que fornecia à Venezuela a oportunidade de atenuar a vocação caribenha e norte-americana de sua política exterior.

Quarto, pela excepcionalidade do momento, pois tanto a abertura política projetava uma imagem mais positiva do Brasil, quanto o fim do milagre econômico evidenciou as fragilidades e vulnerabilidades do Brasil, esvaziando os temores da vizinhança quanto ao gigantismo e às pretensões hegemônicas brasileiras.

Por último, a viagem de Figueiredo a Caracas não se restringiria ao ângulo mercantilista, pois tinha um significado político maior. O objetivo profundo de Figueiredo era o de reafirmar a abertura política do Brasil e cristalizar aspirações de normalidade institucional comuns aos governos da região.⁸⁸¹

Dois reflexos do giro de 180° que empreendera Brasília em sua política exterior diziam respeito à Venezuela.⁸⁸²

Por um lado, manter relações próximas e coerentes com uma das democracias mais firmes da região era um ativo interessante para respaldar um processo de democratização que tinha grandes possibilidades de ser conturbado. Por outro, quando o assunto era a

⁸⁸⁰ “Figueiredo defende pleito”. O globo, 8-11-1979.

⁸⁸¹ “Figueiredo vai a Caracas intensificar o diálogo”. Folha de São Paulo, 28-10-1979.

⁸⁸² Vale mencionar que o Brasil encontrou resistências em sua ofensiva diplomática na América Latina, que prometia ser audaz, porque temia os açosamentos advindos de incompreensões e percepções equivocadas por parte dos EUA, que privilegiava democracias institucionalizadas protetoras dos direitos humanos e possuidoras de petróleo, como México e Venezuela.

“Reflexos eventuais da ida a Caracas”. Gazeta Mercantil, 1-11-1979. Arquivo Biblioteca Senado Federal do Brasil, pasta Venezuela.

capitalização política do processo de abertura lenta e gradual, engendrado por Figueiredo, o atalho seria justamente por Caracas, parceiro mais próximo na configuração geopolítica do hemisfério.

5.2.2. Uma “cartografia” das relações bilaterais

Quais as linhas de ação definidas por Caracas e Brasília em suas relações bilaterais para os anos 1980? Quais as referências que modificaram rumos e quais os marcos que se manteriam para os momentos seguintes da convivência entre os dois vizinhos. Ou seja, como definir “cartograficamente” as relações Brasil e Venezuela?

Rodeado por um clima de expectativas, Figueiredo pôde ver com seus próprios olhos o dinamismo transformador de Caracas, sendo o primeiro presidente brasileiro a alcançar a capital venezuelana, uma vez que Médici tinha se encontrado com Caldera na fronteira. Figueiredo chegou a caminhar pelas ruas do centro de Caracas, depois de deixar o Palácio Municipal, visitando a casa onde nascera Simón Bolívar.⁸⁸³

Entre 6 e 8 de novembro Herrera Campíns e João Baptista Figueiredo analisaram detidamente a evolução das relações entre Venezuela e Brasil e concentraram atenção no exame da realidade latino-americana, sublinhando a necessidade de “*preservar la paz en la región y de promover entre las naciones latinoamericanas una amplia y eficaz cooperación*”.⁸⁸⁴

O resultado do encontro foi expresso em uma Declaração Conjunta que exaltava o direito à integridade territorial, a não intervenção nos assuntos internos e externos e afirmava que não somente a proximidade geográfica como também os laços comuns, históricos e culturais, respaldavam as relações brasileiro-venezuelanas.⁸⁸⁵

⁸⁸³ Figueiredo parecia à vontade na visita a Caracas, transparecendo uma imagem positiva das relações bilaterais. Em uma oportunidade quebrou o protocolo e saiu a caminhar, momento em que teria abraçado um garoto que retrucara “no, no”, sem ter a noção de quem era aquele senhor em meio a uma pequena multidão. Além disso, Figueiredo recebeu um presente do governo venezuelano, um cavalo de nome Torvelino. Quando questionada a idade do animal, o presidente comentou confiante: “Isso é fácil, é só olhar os dentes”. “Presidente sai à rua quebrando protocolo”. *Correio Braziliense*, 8-11-1979; “Democracia e Petróleo”. *Revista Veja*, 14-11-1979.

⁸⁸⁴ Declaración Conjunta de los Presidentes de la República de Venezuela y de la República Federativa del Brasil, suscrita en ocasión de la Visita Oficial a Venezuela del Presidente Joao Baptista Oliveira. Caracas, 7 de noviembre de 1979. ACMRE, Dirección de Política Internacional, 1979, Brasil, Exp. 8-1-a.

⁸⁸⁵ Idem. “Brasil e Venezuela em busca de novos laços – comunicado acentua a união econômica”. Folha de São Paulo, 8-11-1979.

Um dos aspectos críticos do encontro era a possível incompatibilidade entre as circunstâncias democrática e autoritária nos dois lados da fronteira. Herrera Campins atribuía ao fim dos atos institucionais e à liquidação da censura passo fundamental ao restabelecimento da democracia no Brasil e, conseqüentemente, da tão esperada “janela de aproximação definitiva” com o Brasil. Logo, na visão de Campins, devia se pensar em uma democracia progressiva e perfectível.

A ida de Figueiredo a Caracas concluiu um curto ciclo de aproximação iniciado em 1977, com a vinda de Carlos Andrés Pérez ao Brasil, mas que se diferenciou por ser em um contexto de abertura política lenta e gradual. Lembra Ferreiras que “o governo brasileiro procurou utilizar o tema da abertura política interna para, no âmbito externo, reclamar maior democracia para a comunidade internacional”.⁸⁸⁶

O Itamaraty chegou a estudar um mecanismo de consultas políticas de alto nível, a ser criado durante a estadia de Figueiredo em Caracas, quando os diplomatas se deram conta de que os chanceleres Zambrano e Guerreiro já haviam se encontrado quatro vezes durante o ano de 1979, criando uma inércia diplomática positiva que se cristalizou em um sistema consultivo *per se*.

Nesse caso, os laços se fortaleciam paulatinamente e o petróleo era o elemento que servia para “dar volume e substância” às relações comerciais com a Venezuela. Por um lado, as possibilidades e perspectivas concretas de incremento do comércio bilateral era um incentivo natural à compra do petróleo venezuelano pelo Brasil.

O primeiro resultado concreto surgiu da perspectiva de cooperação entre Petroven e Petrobras na área de tecnologia, para aproveitamento de petróleos pesados, que crescia na medida em que os venezuelanos procuravam renegociar as cotas para as multinacionais americanas e ampliar a faixa de fornecimento destinado ao Brasil. Além disso, concretizava-se o aumento do fornecimento de 50 mil para 100 mil barris diários, como uma meta de expansão sem datas definidas.⁸⁸⁷

⁸⁸⁶ FERREIRAS, Túlio Sérgio Henriques. “A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985)”. *RBPI* 49 (2): 119-136 [2006]. p. 133.

⁸⁸⁷ Para reforçar as informações contidas nas tabelas 1 e 2, durante as décadas de 1950 e 1960 o Brasil comprou grandes quantidades de petróleo da Venezuela, configurando um quadro de grande dependência. Entretanto, os preços mais baixos oferecidos pelos países do Golfo Pérsico, aliado à tendência da utilização dos grandes petroleiros, que os portos venezuelanos não comportavam, foram dirigindo as importações brasileiras cada vez mais para os países árabes. “Venezuela duplica vendas de petróleo para o Brasil”. *O globo*, 19-08-1979.

Nesse caso, a mudança da conjuntura internacional, que afetou o preço do produto e do transporte, não foi tão importante quanto a necessidade de assegurar uma via estável de suprimento. Da mesma forma, a aproximação entre os dois países ganhou significação como uma tática para diminuir a mútua dependência com relação aos EUA.⁸⁸⁸

Parecia se produzir uma força de pulsão sobre o “pêndulo das parcerias” na política externa brasileira, do espectro da tradição, com a Argentina, ao ponto de inovação, de uma aliança com a Venezuela.⁸⁸⁹

Nesse sentido, a convergência de azimutes das políticas exteriores de Brasil e Venezuela, facilitaria ao Brasil penetrar no Caribe e conhecê-lo melhor; receber apoio e cooperação do grupo andino; reordenar o sistema interamericano; e revisar as relações com os EUA.

Como resultante, a Venezuela poderia adentrar a década de 1980 como a principal parceira comercial do Brasil, relegando à Argentina a segunda posição, o que justificaria “o novo peso que o Brasil atribui à sua parceria com a Venezuela”.⁸⁹⁰

Por um lado, Brasil e Venezuela deteriam a “chave das relações internacionais no Hemisfério Sul”, por razões econômicas, políticas e energéticas. Por outro, Buenos Aires poderia interpretar o giro “hacia el sur” como uma tentativa brasileira de alterar o equilíbrio de poder na América do Sul.⁸⁹¹

A esse respeito, Saraiva Guerreiro rebateu que a “política externa brasileira não raciocina em termos de eixo nem de contraposições de opinião”. Portanto, Brasília preferiu dissipar volições de rivalidade, reafirmou a importância do tradicional parceiro do Cone Sul e a relevância da questão de Itaipu, arrefecendo um possível sentimento nacionalista com tendências de agressividade contra o Brasil.⁸⁹²

De toda forma, pode-se dizer que o saldo do encontro foi positivo, pelo menos em termos de um “sadio otimismo” sobre as relações bilaterais e da sensação de que “Brasil e Venezuela descobriram-se mutuamente”. Concretamente, a visita de Figueiredo transpareceu

⁸⁸⁸ “Brasil e Venezuela, uma nova fase”. O Estado de São Paulo, 28-10-1979. “Figueiredo vai a Caracas intensificar o diálogo”. Folha de São Paulo, 28-10-1979.

⁸⁸⁹ GEHRE, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.

⁸⁹⁰ “Venezuela será maior parceiro”. Jornal de Brasília, 8-2-1979; “Figueiredo vai a Caracas intensificar o diálogo”. Folha de São Paulo, 28-10-1979.

⁸⁹¹ “A visita e a provocação”. O Estado de São Paulo, 25-7-1979. “Aproximação entre Venezuela e Brasil preocupa a Argentina”. O Globo, 24-7-1979.

⁸⁹² “Os ajustes do Brasil com a Venezuela”. Gazeta Mercantil, 26-7-1979.

uma política externa latino-americanista, menos cautelosa em aproximar-se dos vizinhos e de reavaliação do lugar do Brasil no sistema interamericano.⁸⁹³

Além disso, no Itamaraty a percepção dominante era a de não deixar perder a boa disposição que existia naquele momento, aproveitando-se o clima de cooperação e colocando-se em marcha os projetos já assinalados em acordos e tratados.⁸⁹⁴

De vento em popa, os seguidos contatos de alto nível prosseguiram, inflando as velas do movimento das relações entre os dois países. Ilustra isso a visita oficial que Zambrano Velasco realizou a Brasília, entre 4 e 5 de maio de 1981, com o intuito de preparar a vinda do presidente Luis Herrera Campíns ao Brasil.

Além disso, organizou com Saraiva Guerreiro os detalhes para a segunda reunião da Comissão de Coordenação venezuelano-brasileira, que deveria se debruçar sobre as possibilidades de cooperação em educação, saúde, ciência e tecnologia e formação de recursos humanos, bem como averiguar as disposições de participação dos governos nos planos de desenvolvimento nacionais.

Um tema sensível que deveria ser avaliado pelos presidentes e que foi debatido pelos chanceleres com bastante atenção dizia respeito à segurança regional. A complexidade e amplitude da crise centro-americana exigiam soluções profundas, que fornecessem condições de desenvolvimento de sociedades mais estáveis, prósperas e justas naquela região.

Ao mesmo tempo, defenderam a autonomia dos povos centro-americanos em determinar uma solução política e democrática à crise enfrentada, “*sin ingerencia externa alguna, directa o indirecta*”. Brasil e Venezuela convergiam em suas visões de mundo e em relação aos princípios que deveriam ordenar a confusão natural da política internacional. E dessa forma, a segurança regional logo se tornaria outro eixo prioritário de contato entre Caracas e Brasília.⁸⁹⁵

⁸⁹³ “A lição de Caracas”. Folha de São Paulo, 9-11-1979.

⁸⁹⁴ “Descoberta recíproca”. Correio Braziliense, 9-11-1979. “Energia e democratização, os assuntos na Venezuela”. O Estado de São Paulo, 10-11-1979.

⁸⁹⁵ Comunicado Conjunto emitido em Brasília con motivo de la visita oficial del Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, José Alberto Zambrano Velasco a Brasil. Brasília, 5 de mayo de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-B.

Para dar continuidade aos contatos bilaterais, Campíns esteve no Brasil entre 10 e 13 de agosto de 1981, tendo como objetivo intensificar as relações de “*amistad y cooperación en beneficio mutuo y de acentuar las coincidencias en el plano regional e internacional*”.⁸⁹⁶

Campins esteve no Palácio do Planalto, para assinatura da declaração conjunta, na embaixada brasileira, para um jantar, e foi recebido em sessões solenes no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal, onde exaltou a importância da justiça como virtude cardeal na ordem conceitual cristã.⁸⁹⁷

Em 11 de agosto de 1981, ao final do discurso sobre a declaração conjunta, Figueiredo deu um quadro do herói Abreu e Lima, “símbolo perene da amizade indestrutível” entre as duas nações, a Campins, que agradeceu dizendo que iria colocar na galeria do salão elíptico do Congresso venezuelano. A simbologia do ato refletia o passado e o presente de 160 anos de história de relações entre Brasil e Venezuela. Abreu e Lima e Simon Bolívar evocavam o ponto de partida ou o primeiro traço de um vasto terreno de coincidências entre as duas nações.

Campins ressaltou, de maneira geral, duas constantes das mais relevantes na política externa venezuelana: a tradição pacifista e a vocação integracionista. Além disso, lembrou que a identidade multidimensional da Venezuela tinha importância destacada na aproximação com o Brasil: “*Venezuela presenta una realidad tetrafásica: caribe, andina, atlántica y amazónica*”.⁸⁹⁸

A essa altura, Caracas e Brasília haviam desenvolvido um esquema de consultas sobre questões diversas da política internacional nunca antes alcançado em suas relações bilaterais. Figueiredo atribuía a esse aspecto peculiar um efeito diagonal da diplomacia presidencial que buscava expandir a “dimensão do conhecimento direto e da confiança recíproca entre os governantes”.⁸⁹⁹

De fato, a intensificação do diálogo, o aumento da frequência dos contatos em todos os níveis, a cooperação fecunda e dinâmica e o acercamento progressivo “*confirman el giro significativo que han tomado las relaciones entre Brasil y Venezuela*”, diria Campins. Já

⁸⁹⁶Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasília, 11 de agosto de 1981.

⁸⁹⁷Idem.

⁸⁹⁸RESENHA de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. p. 13.

⁸⁹⁹RESENHA de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Figueiredo ressaltou a conformação de um arcabouço institucional das relações bilaterais: tratados de limite e navegação, *modus vivendi* comercial, convênio de amizade e cooperação e mecanismo da comissão de coordenação.⁹⁰⁰

Campíns e Figueiredo ansiavam por desenvolver meios flexíveis e eficazes de consulta e coordenação entre os países da região, fazendo despertar um senso de universalismo na atuação diplomática latino-americana para garantir relações internacionais mais justas e equilibradas.⁹⁰¹

Logo, não eram apenas as questões regionais que aproximavam os dois países, mas também um propósito comum de reestruturar as relações econômicas internacionais, sobretudo, devido ao crescente desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e perpetuado pela lógica de “*kicking away the ladder*”.

A chamada “política de chutar a escada” era determinada por posições intransigentes de alguns países desenvolvidos, como forma de se evitar a superação das diferenças estruturais, aprofundando a dependência financeira e praticando o protecionismo visceral contra os países em desenvolvimento.⁹⁰²

Para Campíns os países tinham o direito de “*ejercer un protagonismo según nuestra escala de recursos y según la necesidad internacional de cooperación y de paz*”, enquanto para Figueiredo, tratava-se de eliminar “definitivos resquícios da economia colonial de dependência, da desigualdade entre as nações”.⁹⁰³

Por um lado, a crescente interdependência do mundo não permitia posições isolacionistas. Por outro, a atuação multilateral concertada e o papel da ONU eram fundamentais para fortalecer a paz e a segurança, assim como para promover o desenvolvimento econômico e social dos povos.⁹⁰⁴

⁹⁰⁰ Resenha de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE. p. 8

⁹⁰¹ Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasília, 11 de agosto de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-A.

⁹⁰² Ver CHANG, Há-Joo. *Chutando a escada*. São Paulo: Editora Unesp, 2004. Na visão de Chang, o discurso de liberalização das economias e de adoção de “boas políticas” e “boas instituições” seria uma espécie de “chute para longe” dado pelos países ricos, desenvolvidos e hegemônicos enquanto “subiam a escada do desenvolvimento”. Ao chutar a escada, as nações já desenvolvidas não permitiriam aos países em desenvolvimento utilizar medidas de proteção às economias nacionais e escolhas autônomas, políticas e institucionais, que melhor informassem suas decisões rumo ao desenvolvimento nacional.

⁹⁰³ Resenha de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE. p. 8

⁹⁰⁴ Resenha de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE.

Brasil e Venezuela nutriam, neste caso, esperança no diálogo Norte-Sul como fator de influência no processo de negociações comerciais globais, o que demandaria atenção especial da comunidade internacional com as relações entre países em desenvolvimento e industrializados. Campins asseverou que *“tenemos clara consciencia del papel que corresponde cumplir a Brasil y Venezuela como miembros responsables e influyentes de la comunidad internacional”*.⁹⁰⁵

Assim, a reestruturação da ordem econômica internacional não deveria ser determinada pelas tensões internacionais da Guerra Fria, mas pelo advento da cooperação Sul-Sul, que complementaria a diálogo Norte-Sul. Dessa forma, brasileiros e venezuelanos concordavam que por ser igualitária (ou mais simétrica) a cooperação Sul-Sul tinha um valor exemplar para a implantação de uma ordem internacional mais justa.⁹⁰⁶

Logo, a saída era se posicionar conjuntamente pela superação das tensões e conflitos, a partir do diálogo e negociação; evitar a superextensão ao terceiro mundo de conflitos e rivalidades de outras regiões; refrear a corrida armamentista nascente do confronto Washington-Moscou; promover o desarmamento nuclear; e aprovar convenções adequadas aos interesses latino-americanos sobre o “direito das gentes”.

Caracas e Brasília convergiam no sentido de uma “responsabilidade sistêmica”, ou seja, na participação ampla e representativa de todos os países no processo de tomada de decisões que afetassem a comunidade internacional. Na visão de Campins, *“no hay países, por grandes o pequenos que sean, que estén exentos de responsabilidades o derechos”*.⁹⁰⁷

Ilustra esse ponto o fato de questões distantes à realidade sul-americana, amazônica ou caribenha também chamarem a atenção do Itamaraty e da Casa Amarela. Assim, a situação da Namíbia, feita província da África do Sul desde o fim da Grande Guerra, e o *Apartheid*, eram vistos como fatores de ameaça à paz na África Meridional.

⁹⁰⁵ Idem. p. 13.

⁹⁰⁶ Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasília, 11 de agosto de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-A.

⁹⁰⁷ Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasília, 11 de agosto de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-A. Resenha de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE. p. 14.

Nesse caso, Campíns e Figueiredo aproveitavam a conjuntura africana para condenar de maneira geral manifestações de colonialismo e discriminação racial, o que denotava sintonia de percepções entre Caracas e Brasília em termos da política internacional.⁹⁰⁸

Não obstante os avanços em diferentes camadas do adensamento, a base do relacionamento brasileiro-venezuelano estava inevitavelmente atrelada à energia. Desde o ano anterior, em um contexto de guerra entre Irã e Iraque, o governo venezuelano se prontificara a ampliar a exportação de 60 para 90 mil barris/dia de petróleo ao Brasil. O presidente Figueiredo respondera a Campins qualificando o gesto como de “notável solidariedade” e de construtiva expressão para a dinâmica da parceria.⁹⁰⁹

O dínamo energético das relações bilaterais se movimentava em torno de alguns eixos. Primeiro, havia uma preocupação legítima com o consumo excessivo de recursos energéticos não renováveis e com a contrapartida necessária de desenvolvimento de fontes alternativas e experiências compartilhadas.

Segundo, a cooperação petroleira entre as empresas PETROBRAS e PDVSA impulsionava a conveniente e sistemática elevação das vendas de petróleo venezuelano ao Brasil. Dessa maneira, as respectivas empresas ganhavam poder de execução dos acordos energéticos, assim como participação direta nas negociações e entendimentos para aumentar o fluxo petroleiro bilateral. Além disso, buscavam-se soluções tecnológicas que permitissem o manejo, processamento e melhoramento da qualidade do óleo pesado e extrapesado de origem venezuelana.

Terceiro, foi estabelecido um grupo de trabalho integrado por representantes dos Ministérios de Relaciones Exteriores e Minas e Energia, de ambos os países, e das empresas envolvidas, para analisar as perspectivas de fomento ao intercâmbio comercial e à cooperação técnica em petroquímica e mineração em geral.

Quarto, o espírito do entendimento energético alcançou a cooperação bilateral com vistas ao desenvolvimento e aplicação da energia nuclear para fins pacíficos. Além disso, era prudente que os dois governos mantivessem um mecanismo de consulta para lidar com diferentes aspectos da cooperação, como recursos humanos, tecnológicos e capital.

⁹⁰⁸ Idem.

⁹⁰⁹ “Venezuela vende mais óleo ao Brasil”. *Gazeta Mercantil*, 14-10-1980. “Figueiredo agradece ajuda da Venezuela”. *Jornal de Brasília*, 18-10-1980. “País quer reduzir déficit comercial com a Venezuela”. *Jornal de Brasília*, 14-12-1980.

Quinto, quando fosse possível Caracas e Brasília adotariam posição comum em foros multilaterais. Por exemplo, no âmbito da Conferência da ONU sobre Fontes Novas e Renováveis de Energia ou na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE).⁹¹⁰

O incremento do intercâmbio econômico-comercial entre Venezuela e Brasil foi outro nível perceptível do adensamento das relações bilaterais a partir de 1979.

Apesar da crise que se instalava na América Latina, o crescimento das duas nações nos anos 1970 ampliara o potencial de complementaridade e a relativa vitalidade de suas economias, respaldando a continuidade do processo de adensamento.

De fato, ao iniciar a década de 1980, o Brasil deixou de ser um parceiro modesto para ser um comprador considerável do petróleo venezuelano, fazendo com que o comércio bilateral atingisse a cifra de um bilhão de dólares em 1981. A consequência indesejada que continuava marcando era o déficit brasileiro, que ficou em torno de 400 milhões de dólares em 1981.

Tabela 4 – Variação Percentual do PIB, comparação Brasil-Venezuela					
Período	1971-1974	1975	1976	1977	1978
PIB-Brasil	4,7	5,2	7,8	6,8	6,5
PIB-Venezuela	12,2	5,7	9,0	4,7	6,0

Fonte: Adaptado de DEESE, David & NYE, Joseph. *Energy and Security*. Cambridge Massachusetts: Ballinger Publishing Company, 1981.

Diferentemente dos anos anteriores, porém, havia a consciência de que a correção do desequilíbrio era ilusória sem uma intervenção das duas partes e, uma vez entregue à sorte

⁹¹⁰ A intenção era pressionar a comunidade internacional para que não medisse esforços no apoio aos programas energéticos dos países em desenvolvimento, para tanto deveria se estabelecer um amplo marco de cooperação internacional no setor. Já a OLADE organismo de consulta, coordenação e cooperação regional em matéria energética servia como ponte para o estabelecimento, dentre outras coisas, de grupos de assistência técnica. Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasília, 11 de agosto de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-A.

das forças de mercado, a tendência natural era que o Brasil limitasse suas compras do produto venezuelano.⁹¹¹

Essa condição peculiar do comércio bilateral instruiu a definição da estratégia brasileira denominada de “política da globalidade”, que visava incluir interlocutores de diferentes segmentos do governo venezuelano para fomentar uma base mais ampla em favor da diversificação da pauta comercial bilateral.

Esse aspecto foi levantado por Figueiredo quando frisou ao presidente Campins o esforço necessário dos dois governos em criar novas oportunidades objetivas e pragmáticas de colaboração para benefício mútuo. Ou seja, oportunidades que possibilitassem, dentro de um quadro de globalidade, a participação de cada um dos parceiros em grandes projetos industriais ou agropecuários de interesse prioritário comuns.⁹¹²

Assim, ao longo dos anos 1980 uma série de possibilidades de incremento nos contatos econômicos aflorou: a participação brasileira na implantação do complexo siderúrgico da *Aceria Eléctrica del Caroní*, a conformação de um consórcio brasileiro para prestar serviços na indústria automotriz, a construção de casas pré-fabricadas, projetos agropecuários, prospecção de urânio, dentre outros.⁹¹³

Na mesma toada, foi realizado em Caracas um "*Encuentro de Cooperación para el Desarrollo Venezuela-Brasil*", com a presença de empresários dos dois países para examinar oportunidades de negócios que pudessem se refletir de "*manera positiva en las relaciones bilaterales*".

Além disso, foram promovidos encontros nas cidades de Boa Vista e Lethem, na fronteira da Guiana, com empresários e representantes comerciais das três nações fronteiriças. Buscava-se conformar um eixo Porto Ordaz-Manaus, conectando o estado Bolívar na Venezuela, o território federal de Roraima e o estado do Amazonas no Brasil, por meio de iniciativas conjuntas de desenvolvimento regional.⁹¹⁴

⁹¹¹ Telegrama Confidencial da BrasemCaracas para Sec de Estado, n 329, 15-4-81.

⁹¹² Resenha de Política Exterior, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE. p.

⁹¹³ Telegrama Confidencial da BrasemCaracas para Sec de Estado, n 127, 29-2-80.

⁹¹⁴ Desde a ida de Figueiredo a Caracas se vislumbrara a possibilidade do aproveitamento pelos brasileiros do Porto Livre da Ilha de Margarita, o que acabaria se concretizando em um dos principais polos de atração do turismo de compra brasileiro (manauara e boavistense) na Venezuela no século 21. “Uma zona franca para os investimentos”. *Gazeta Mercantil*, 12-11-1979.

Na ocasião, o governador de Roraima chegou a proferir uma palestra intitulada “*Roraima: the new gate of Brazil to the Caribbean Sea*”. Não obstante, a visão do Itamaraty não se coadunava com a ideia de criação de um corredor de exportações de Roraima para o Caribe, aconselhando o caminho do desenvolvimento regional com os países amazônicos.

A Secretaria de Estado instruiu o embaixador brasileiro sobre a matéria, informando que demasiada ênfase nos projetos de exportação de Roraima poderiam:

alimentar suspeitas em relação aos objetivos de intensificação do comércio e da presença brasileira em relação aos mercados do Caribe, o que poderia criar dificuldades adicionais às negociações, em curso, do convênio de transporte terrestre a ser eventualmente firmado.⁹¹⁵

O Encarregado de Negócios do Brasil em Caracas, David Silveira da Mota, lembrou a conjuntura favorável no ambiente fronteiriço para um ajuste entre Venezuela e Brasil, apontando que seria importante incluir empresários e não apenas diplomatas no âmbito das negociações da Comissão de Coordenação bilateral:

As pendências fronteiriças com a Colômbia e a Guiana estão aqui na ordem do dia, tanto nas preocupações do governo como na atenção da opinião pública, e uma nova demonstração de nossa parte de interesse de desenvolver e consolidar economicamente, e de forma conjunta, a região da fronteira Brasil-Venezuela, contará possivelmente uma maior atenção das partes das autoridades locais.⁹¹⁶

A visita da missão RADAM-Brasil tentou aproveitar esse espírito de coordenação e teve por objetivo divulgar as atividades daquele projeto e a viabilidade de aproveitamento de seus serviços na Venezuela.

Entretanto, Silveira Mota voltou a realçar os óbices à concretização dos projetos bilaterais, que iam além de resistências no seio do governo em Caracas: “o principal obstáculo a vencer nesse campo é o despreparo e a displicência venezuelanos, cabendo-nos

⁹¹⁵ Telegrama Confidencial da BrasemCaracas para Sec de Estado, n 352, 22-4-81.

⁹¹⁶ Telegrama Confidencial da BrasemCaracas para Sec de Estado, n 76, 25-1-80.

por esta razão a inevitável tarefa de propor, e voltar a propor, iniciativas concretas que viabilizem a cooperação”.⁹¹⁷

Assim, no âmbito da II Reunião da Comissão de Coordenação brasileiro-venezuelana (Comcord II) as negociações bilaterais avançaram, tendo como prioridade o tema dos transportes, com esforços empreendidos para regulamentar, mediante tratativas bilaterais, o transporte terrestre, marítimo e aéreo. A conselheira venezuelana Milagros de Puig, Diretora Assistente para Assuntos Bilaterais da Casa Amarela, ponderou sobre as limitadas capacidades do país para implementar os compromissos do convênio sobre transportes.⁹¹⁸

Além disso, retornaram gestões no sentido de se incluir um acordo sobre pesca. Havia a pretensão venezuelana de operar em águas brasileiras com suas próprias embarcações, entretanto a legislação brasileira salvaguardava esta atividade a embarcações de bandeira nacional. A insistência venezuelana veio no sentido de propor “*joint ventures*” com o Brasil, o que foi aceito, para ser incluído na ata final, para discussão de caráter exploratório.

Outra questão importante da II Comcord relacionava-se à diversificação das exportações venezuelanas ao Brasil e as limitações à penetração de produtos venezuelanos no mercado brasileiro. Ainda pairavam no ar resquícios do clima de tensão da ALALC, especialmente nas negociações sobre o Acordo de Alcance Parcial N° 13, que determinaria um novo regime comercial bilateral.

Desde a assinatura do Tratado de Montevideú, de 1980, os andinos e os não andinos vinham negociando acordos de alcance parcial, mas com dificuldade de alcançar um resultado definitivo devido às discrepâncias em relação aos “tratamentos diferenciais”.

Uma nova rodada de negociação ocorreu em Buenos Aires, em 1981, e tudo parecia se encaminhar bem quando o negociador venezuelano Juan Salazar, “misto de empresário e delegado governamental”, passou a contestar o texto previamente aprovado na Argentina. Salazar havia integrado a comitiva precursora do presidente Campins que estivera no Brasil para negociar a declaração conjunta, mostrando-se insistente em incluir “pronunciamentos exacerbados” sobre tratamentos diferenciais, posição da qual a parte brasileira tentou demovê-lo.⁹¹⁹

⁹¹⁷ Idem.

⁹¹⁸ Telegrama Confidencial da BrasemCaracas para Sec de Estado, n 845, 18-9-81.

⁹¹⁹ Tel Urgentíssimo da Sec Estado para EmbBras Caracas, n 522, 29-10-81. AHI, Brasília, Maço Confidenciais, 811.

Entre os temas mais sensíveis para se alcançar um acordo definitivo estavam restrições não tarifárias e origem acumulativa. A Venezuela entendia que não se deveria incluir no acordo requisitos específicos de origem e, além disso, exigia compromisso expresso de revisão semestral das restrições não tarifárias, consideradas pelo delegado principal do Brasil na ALADI uma “posição inicialmente muito rígida”.⁹²⁰

A questão se arrastou até o início de 1982, sem que a Venezuela tivesse implementado de fato o AAP-13 e, com a caducidade das listas nacionais da ALALC, não havia mais instrumento que regulasse o comércio bilateral, deixando os produtos brasileiros sem gozo de qualquer tipo de preferência.⁹²¹

Como apontou o chefe da Divisão de Organismos Regionais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Maury Gurgel Valente, ainda que a posição de Caracas fosse gradativamente se flexibilizando, esbarrava em uma “séria descoordenação entre as autoridades venezuelanas”. Para Valente, o desequilíbrio das negociações entre Brasil e Venezuela era devido à circunstância de estar a Venezuela atrelada ao grupo andino, “fato que lhe cerceia as margens bilaterais de manobra”.⁹²²

Logo, a diplomacia brasileira buscou jogar tanto no nível multilateral quanto no bilateral para tentar alcançar uma rápida solução para a ausência de marco regulador do comércio bilateral. Assim, o Brasil enfatizou seu ânimo amistoso e conciliador, evitando assim eventuais “intervenções maliciosas” dos negociadores venezuelanos para encobrir a falta de coordenação existente em Caracas.⁹²³

Mesmo com resquícios de ressentimento, a disposição em alcançar o entendimento era prevalente, como se nota no telegrama enviado pelo Ministro da Fazenda Ernane Galveas ao Ministro do Fomento da Venezuela, Arturo Sosa, sobre a possibilidade de envio de uma missão técnica para dar maior dinamismo ao comércio bilateral:

(...) contribuiria substantivamente para o processo de ajustamento do balanço de pagamento de nossos países. Ademais, senhor ministro, ao buscarmos através de entendimentos bilaterais formas para ampliar o

⁹²⁰ Tel urgente confidencial, da Brasaladi para Sec Estado, 17-11-81. AHI, Brasília, Maço Confidenciais, 811.

⁹²¹ Vale notar que, no Brasil, os procedimentos junto à Receita Federal permitiam que o importador assinasse um termo de responsabilidade para eventuais cobranças até que se regularizasse o regime bilateral. Memorando confidencial da Sec Estado para DRA, n 17, 10-2-82. AHI, Brasília, Maço Confidenciais, 811.

⁹²² Idem,

⁹²³ Tel urgentíssimo confidencial da Sec Estado para Brasaladi, n 69, 4-3-82. AHIB, Maço Confidencial, 811.

comércio recíproco, estaríamos assegurando o bem estar social, mediante a elevação do nível de emprego em determinados setores de nossas economias.⁹²⁴

No âmbito da tratativa bilateral, um dos setores que crescia em importância em 1982 era o de alimentos. Além disso, a atratividade da Venezuela como um importante mercado na área de alimentos se dava pelos seguintes fatores: alto poder aquisitivo da população, preços competitivos e grande potencial importador. Além do mais, era um setor que não sofria impactos quando das restrições à importação por conta da queda da receita petroleira.

Entretanto, continuavam subsistindo dificuldades como a concessão de registro, a exigência de certificado de análise química e outros trâmites burocráticos que tornavam o caminho lento e oneroso para algum produto brasileiro alcançar as prateleiras dos supermercados venezuelanos.

Como a Venezuela importava tudo em termos de alimentos, havia uma sobrecarga sobre o Ministério da Saúde, pressões de outras multinacionais já estabelecidas naquele mercado e ainda existiam as reprocessadoras venezuelanas que, em alguns casos, recebiam certa proteção.⁹²⁵

5.2.3. Punto de “*gran vitalidad*”

Nesse momento, as relações entre o Brasil e a Venezuela haviam alcançado o que se pode considerar como um “*punto de gran vitalidade*”, pois estavam abertas às correntes universais de entendimento e boa vizinhança, compartilhando ideais e aspirações. Entretanto, uma série de desafios ainda apartava os países de um estágio mais profundo em suas relações bilaterais.⁹²⁶

No plano cultural, um balanço das relações bilaterais demonstrava que os avanços até a década de 1980 haviam sido muito tímidos. Quando do encontro entre Figueiredo e Campins assinou-se um novo acordo, que substituiu o pré-existente de 1942, preconizando um aumento do intercâmbio de estudantes universitários com bolsas, missões científicas e iniciativas culturais conjuntas.

⁹²⁴ Tel urgente confidencial, da Sec Estado para Brasemb Caracas, n 369, 21-5-83.

⁹²⁵ “Alimentos: opção na Venezuela”. *Gazeta Mercantil*, 25-4-1982.

⁹²⁶ *Resenha de Política Exterior*, n 30, ano 8, jul-ago-set 1981. MRE. p. 13.

Além disso, houve sinalizações para a cooperação na área de preservação e conservação de monumentos históricos e organização de museus. O resultado mais expressivo foi alcançado em razão da ampla massa temporal que envolveu as relações culturais entre os dois países, criando laços espirituais entre os povos e as sociedades e facilitando o conhecimento de seus respectivos patrimônios culturais.⁹²⁷

Vale lembrar que, nos anos 1980, as telenovelas brasileiras alcançaram a sociedade venezuelana, servindo de ponta de lança para a disseminação da “cultura verde e amarela” naquele vizinho e despertando o interesse em diversos campos de estudo sobre a realidade brasileira.⁹²⁸

No plano da segurança regional, a reorganização do sistema interamericano marcou as conversas entre Zambrano Velasco e Saraiva Guerreiro. Foi falado tanto sobre a questão do Essequibo, que deveria ser resolvida até 18 de setembro de 1982, como o problema das Malvinas. O Brasil sondava para saber como continuariam as negociações com a Guiana e o governo venezuelano acenava pela solução concertada da questão com base no acordo de Genebra, lembrando a importância da participação da Inglaterra na negociação, mas descartando qualquer semelhança com o ocorrido nas Malvinas.⁹²⁹

Parecia haver uma preocupação no Itamaraty de que a instabilidade ao norte da América do Sul se generalizasse e escalasse para o conflito e a intervenção estrangeira. A presença cubana nos movimentos de liberação africana e o uso do norte da América do Sul como ponte estratégica incomodava o governo brasileiro há alguns anos.

Ilustra esse ponto, a decisão de Figueiredo de enviar uma missão diplomática ao Suriname, em abril de 1983, com a múltipla tarefa de evitar o isolamento surinamês na região, neutralizar a cubanização do país, prevenir-se contra a intervenção norte-americana e garantir a estabilidade sul-americana.⁹³⁰

Logo, pode-se afirmar que o sucesso da Missão Venturini teve relação direta com o “aprendizado político e diplomático” de anos de relacionamento triangular com Venezuela e

⁹²⁷ Idem.

⁹²⁸ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *Venezuela-Brasil: la historia de sus relaciones – desde sus inicios hasta el umbral del Mercosul (1500-1997)*. Caracas: FEPUVA-UCV, 1999. p. 189.

⁹²⁹ “Zambrano discute temas da OEA”. *O Estado de São Paulo*, 3-9-1982. “Brasil e Venezuela querem maior união”. *Correio Braziliense*, 3-9-1982.

⁹³⁰ “Brasil não vai reatar com Cuba”. “A mudança de eixo da política exterior brasileira”. *Correio Braziliense*, 7-11-1979. *Correio Braziliense*, 9-11-1979. “A mudança de eixo da política exterior brasileira”. *Correio Braziliense*, 7-11-1979. Ver mais detalhes sobre a “missão Venturini ao Suriname em URT, João Nackle. “A lógica da construção de confiança: relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985”. *RBPI* 53 (2): 70-87 [2010].

Guiana, contexto no qual se desenvolveu a própria noção de construção de confiança na fronteira norte da América do Sul.

No plano da economia internacional, o avanço da primeira onda de adensamento sofreu com um refluxo da conjuntura internacional. A Venezuela reduzia suas compras de produtos brasileiros enquanto o Brasil ampliava a compra do petróleo venezuelano, elevando o déficit para a casa dos 500 milhões de dólares em 1983.

Ademais, a diminuição da demanda petroleira mundial e o acúmulo das dívidas com vencimento de curto prazo gerou pessimismo e contagiou a Venezuela, explodindo no fatídico dia 18 de fevereiro de 1983, conhecido como “*viernes negro*”.⁹³¹

A arquitetura da nova ordem econômica internacional, de austeridade fiscal e de retomada do crescimento econômico, pensada no centro hegemônico e erguida sobre as fundações neoliberais dos anos 1980, alcançou a Venezuela em uma conjuntura desfavorável.

Os capitais fugiram impiedosamente, a imagem internacional se deteriorou rapidamente e com ela a capacidade de atração de investimentos e a possibilidade de renegociar suas dívidas, gerando a perda de confiança no bolívar, bem como a instabilidade financeira interna.

O chanceler brasileiro Saraiva Guerrero, de passagem por Caracas, reafirmou o desejo brasileiro, perante o chanceler Isidro Morales, de reativar a comissão de coordenação que não se reunia desde 1981 e de tratar conjuntamente o problema da dívida externa (Brasil 100 milhões e Venezuela 37 milhões de dólares), em uma atitude de “co-responsabilidade” diante do problema de governos, bancos, credores e organismos internacionais.⁹³²

O governo Campins decidiu pelo estabelecimento de um convênio cambial com o Banco Central para suspender a venda de divisas estrangeiras e com isso tentar regular a volatilidade interna dos recursos, levando em conta o volume de ingressos, as reservas internacionais e as necessidades de pagamento da economia venezuelana.⁹³³

Duas consequências relevantes para o futuro da Venezuela foram geradas da crise de 1983. A deterioração das bases democráticas venezuelanas e o surgimento de um sentimento de indignação dentro dos quartéis. Realmente, o descontentamento aberto passou a nutrir

⁹³¹ “Galveas tenta elevar vendas à Venezuela”. *Correio Braziliense*, 9-6-1983. “Venezuela estuda com o Brasil um sistema de trocas”. *Folha de São Paulo*, 14-7-1983.

⁹³² “Brasil busca novos mercados”. *Jornal de Brasília*, 16-3-1984.

⁹³³ LUONGO, Lis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 64.

correntes conspiradoras de oficiais graduados e suboficiais, alguns com “*fuerte sentido mesiánico de su destino*”.⁹³⁴

Mesmo em um contexto adverso, foram realizadas eleições na Venezuela em 5 de dezembro de 1983, sendo o resultado oficializado no dia 14 pelo Conselho Supremo Eleitoral, quando se declarou a vitória de Jaime Lusinchi da *Acción Democrática*.

Lusinchi (1984-1989) assumiu a presidência da Venezuela em 2 de fevereiro de 1984, com o desafio fundamental de consolidar vinte e cinco anos de democracia após sucessivos governos ditatoriais. Em seu discurso inicial enfatizou: “*tenemos la convicción de que la democracia es ya una experiencia, un modo de vida espontáneo e irreversible*”.⁹³⁵

Além disso, precisava superar a grave crise de 1983, que havia deixado marcas indelévels no país, o que significava buscar refúgio na força do petróleo. Como aponta Luongo “*factor decisivo para salir airoosamente de la crisis habría de ser, sin duda, el comportamiento de los precios petroleros en el mercado mundial*”.⁹³⁶

De uma perspectiva histórica, a riqueza petroleira gerou a “síndrome do espelhismo”, ou seja, a projeção das esperanças e angústias, das certezas e indefinições, no desempenho da economia petroleira. Como uma força profunda geoeconômica, afetou a mentalidade coletiva venezuelana de maneira ambígua e paradoxal: ao mesmo tempo em que proveu fortuna fácil e forneceu meios para a consecução de grandes ambições imediatas, também desencadeou tendências nefastas de malversação, corrupção e dependência produtiva.

De fato, os momentos mais dramáticos da vida venezuelana moderna mantiveram alguma relação com o petróleo, fazendo da visão de Salcedo-Bastardo quase um axioma da história de seu país: “*en todo está presente el petróleo*”.⁹³⁷

A prioridade do governo Lusinchi era recuperar a imagem do país, afetada pelos constrangimentos internacionais e desvios dos governos anteriores. Traçou como objetivos principais promover o crescimento econômico, manter a paz social, utilizar a lógica da empresa privada no serviço público, enfim, promover a modernização do Estado.

⁹³⁴ CABALLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. 3ª edición. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003.

⁹³⁵ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 124.

⁹³⁶ Idem. p.146.

⁹³⁷ SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006.

A recuperação econômica foi possível com um choque equilibrador das contas fiscais por meio de medidas de diminuição da inflação e de geração de empregos. Como havia uma grande dificuldade em superar os gargalos da dependência petroleira, a desvalorização cambial tornou-se uma ferramenta importante, e uma das mais usadas, principalmente após o “*viernes negro*” (1983), para corrigir os crônicos desequilíbrios nas contas públicas e para enfrentar as constantes quedas dos preços internacionais do petróleo.⁹³⁸

Logo, a equipe econômica de Lusinchi decidiu por restringir a livre convertibilidade da moeda nacional, deixando a cargo da *Oficina del Régimen de Cambio Diferenciales* (Recadi) a função de regular as solicitações de divisas conforme sua aplicabilidade.⁹³⁹

Ademais, procurou fortalecer o Banco Central, tornando-o ator importante nas transações financeiras e monetárias, de compra e venda de divisas, que envolvessem a PDVSA e outras empresas estatais, bem como nas importações e exportações. O BC venezuelano procurou agir com rapidez nos momentos de crise, com esquemas de juros que pudessem estimular a poupança interna e ao mesmo tempo garantir o equilíbrio das instituições financeiras nacionais.⁹⁴⁰

Neste caso, medidas impopulares foram inevitáveis. Por um lado, a desvalorização gerou incertezas quanto ao real poder da moeda nacional e a população, em geral, perdia aceleradamente a capacidade de poupança, o poder aquisitivo e inexoravelmente diminuía sua capacidade de planejar o futuro. Por outro, o preço da gasolina tornou-se um “ninho de vespas”: precisava ser mexido para corrigir as perdas excessivas de receita com subsídio, mas se não fosse feito com cautela poderia despertar a fúria da população.

No período 1979-1983, o PIB venezuelano recuava constantemente, marcando cinco anos seguidos de estagnação. Houve paralisação dos investimentos e debilidade da atividade

⁹³⁸ MAYOBRE, Eduardo. “El buen gobierno de Jamie Lusinchi”. In “El Nuevo País”, edición especial, 18vo aniversario, 26-1-2006. p. 16-24. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 133-134

⁹³⁹ As opiniões sobre o Recadi eram adversas, pois se considerava como um enclave de corrupção dentro do Estado. Ver LUONGO, Lis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 130; 135; 191.

⁹⁴⁰ CHÁVEZ, C. R. “Rômulo Betancourt, Jaime Lusinchi - dos líderes, dos tormentas: dos etapas críticas en la historia venezolana”. Caracas: Imprensa Nacional y Gazeta Oficial, 1988. Disponível em: openlibrary.org/works. Acessado em 25-5-2011.

produtiva doméstica, o que gerou aumento das importações, especialmente do setor de alimentos e bens de consumo, de 19,5% (1979) a 24% (1982).⁹⁴¹

Assim, o perigoso quadro da economia nacional justificava medidas de exceção, desde que fossem tomadas dentro do quadro democrático. Diante disso, Lusinchi apresentou ao Congresso um projeto de lei que autorizava o Presidente da República a adotar medidas econômicas ou financeiras em caráter de urgência, desde que em favor do interesse público. A lei seria conhecida como “*Ley Habilitante*” e se tornaria um instrumento de governabilidade em diferentes momentos políticos da história venezuelana.⁹⁴²

A lei habilitante dava ao executivo nacional o poder de atuar rápida e oportunamente para reordenar as contas públicas, estimular a atividade produtiva, racionalizar os gastos e reorganizar a administração pública. Com fôlego renovado, o governo ganhou força e garantiu a maioria nas eleições municipais, que ocorreram em 27 de maio de 1984, abrindo caminho para importantes reformas internas.⁹⁴³

A administração de Lusinchi teve que enfrentar outro tema espinhoso, a dívida externa. Para tanto, aprovou a “*Ley de refinanciamiento de la deuda pública*”, criou uma Comissão Assessora para lidar com os credores, divididos entre um comitê de bancos e o FMI, e procurou dar condições para que os termos das negociações não comprometessem o funcionamento do Estado. Nesse caso, a Venezuela queria um acordo passível de ser cumprido, para assim conseguir restabelecer a confiança da economia nacional.

Foi então que, em 4 de outubro de 1984, se anunciaram os termos da renegociação da dívida, estando o governo cioso em ressaltar que a Venezuela não precisaria seguir as metas estabelecidas pelo FMI, pois estava determinando seu próprio programa de ajuste econômico.⁹⁴⁴

⁹⁴¹ MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006. p. 148-149.

⁹⁴² LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 136.

⁹⁴³ Entre as medidas previstas estavam enxugar a máquina pública e reorganizar a burocracia nacional; diminuir salários de empregados e servidores públicos para equiparar possíveis desvios; reduzir os gastos da administração central em 10%; emitir ou autorizar a emissão de títulos da dívida pública para amortizar dívidas existentes; promover a compensação de dívidas entre entidades da República; reforma da lei de impostos sobre bebidas alcoólicas; refinar a dívida dos produtores agrícolas. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007

⁹⁴⁴ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 161.

A síntese da reforma feita por Lusinchí passou pela criação da *Comisión para la Reforma del Estado* (COPRE), a fim de tornar a burocracia estatal ágil e eficiente e promover a modernização, a renovação e a descentralização da máquina gerencial venezuelana.

Ao final de 1984, o ambiente doméstico arrefeceu e começou a emanar um “sereno otimismo” com a recuperação econômica da nação em andamento. De fato, Lusinchí logrou reordenar as finanças públicas e recuperar o crédito internacional da República, evitou contratar novos empréstimos e avançou na amortização das dívidas já existentes. Em suma, o crescimento real da economia foi o maior ganho de sua administração.⁹⁴⁵

A paz trabalhista e a tranquilidade social voltaram a ser a tônica em 1985, juntamente com o relativo sucesso dos programas de ajuste, como o melhoramento de salários e compensações sociais. As reservas internacionais se elevaram e o balanço de pagamentos foi superavitário, assim como a receita excedeu os gastos do governo, gerando também um superávit nas contas públicas. Segundo Luongo: “*en Venezuela las encuestas eran muy favorables a la gestión del presidente Lusinchí y todo hacía pensar que los planes de desarrollo ya en marcha, darían buenos resultados*”.⁹⁴⁶

Contudo, Lusinchí se desgastou com notícias de corrupção e com a decisão de designar alguns secretários gerais da *Acción Democrática* como governadores dos estados, conduta hegemônica que impactou negativamente no cenário político interno.

Além disso, eclodiria, no Palácio de Miraflores, um escândalo com a secretária particular que havia acompanhado o presidente ao longo de muitos anos de trabalho no Congresso e na campanha eleitoral. Blanca Ibañez, cuja influência sobre Lusinchí foi crescente, havia acumulado poder e prestígio, por suas ações solidárias e engajadas, como visitas costumeiras a diferentes *ranchos* da cidade e doações a instituições de assistência.

De toda forma, o balanço do governo Lusinchí foi positivo, especialmente no sentido de estabilizar a economia nacional e preparar uma nova fase de crescimento. Uma das iniciativas lançadas com tal intento, e inaugurada em novembro de 1986, foi a Central

⁹⁴⁵ MAYOBRE, Eduardo. “El buen gobierno de Jaime Lusinchí”. In “El Nuevo País”, edición especial, 18vo aniversario, 26-1-2006. p. 16-24. Disponível em: www.jaimelusinchí.org/pdf/9_Jaime_Lusinchí_por_Mayobre.pdf. Acessado em: 25-5-2011.

⁹⁴⁶ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 181.

Hidrelétrica Raúl Leoni, como parte do processo de eletrificação do rio Caroní, e que passou a fornecer energia a várias regiões do país.⁹⁴⁷

A política exterior venezuelana, entre 1984 e 1988, esteve inspirada nos interesses permanentes da Venezuela e na defesa da soberania nacional; na promoção de relações de amizade e cooperação com todos os membros da comunidade internacional; e no respeito mútuo e na reciprocidade de relações.

Para tratar da política internacional, Lusinchi nomeou como Ministro de Relações exteriores Isidro Morales Paúl, especialista em Direito do Mar, cuja expertise poderia auxiliar a precipitar uma solução para o diferendo com a Colômbia sobre o golfo que compartilhavam.⁹⁴⁸

Morales Paúl marcou uma posição intransigente na questão essequiba. O chanceler venezuelano chegou a dizer que a Venezuela iria desconsiderar os direitos econômicos de estrangeiros, entre eles brasileiros, em projetos que fossem realizados em conjunto com a Guiana na região do Essequibo, caso Caracas viesse a recuperar em parte ou totalmente a região reclamada do Essequibo.⁹⁴⁹

Lusinchi e Paúl acabaram enfrentando momentos difíceis com a Colômbia por conta do diferendo de águas territoriais. Em um episódio crítico, o navio patrulha venezuelano *Libertad* interceptou a corveta colombiana *Caldas*, no Golfo da Venezuela, e solicitou que deixasse as águas jurisdicionais venezuelanas.

O comandante do *Caldas* respondeu dizendo que se encontrava em uma zona econômica exclusiva colombiana em navegação de rotina. O comandante do *Libertad* reafirmou que não existia tal zona exclusiva e que a corveta colombiana deixasse imediatamente o local. Ao abandonar a área, o comandante do *Caldas* disse haver cumprido sua missão de marcar presença e exercer o controle sobre aquela área. O comandante do *Libertad* retrucou dizendo que a saída reafirmava a soberania venezuelana sobre aquele golfo.

Para o chanceler Consalvi, que havia substituído Paúl em 1985, o caso da Corveta *Caldas* foi uma tentativa de Bogotá de chamar a atenção da comunidade internacional e internacionalizar uma questão bilateral. Diante da crise, o presidente argentino Raúl Alfonsín

⁹⁴⁷ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 188.

⁹⁴⁸ TORO HARDY, op. cit. p. 29.

⁹⁴⁹ “Caracas quer Brasil fora do Essequibo”. *Jornal de Brasília*, 6-5-1984.

e o secretário-geral da OEA, o brasileiro José Baena Soares, ofereceram os bons ofícios para mediar aquele conflito.⁹⁵⁰

Para Toro Hardy, houve na gestão de Lusinchí uma contradição entre a vontade formalmente expressa de resolver a controvérsia com a Colômbia, pelo recurso da negociação bilateral, e a reticência de concretizar em fatos tal vontade. A tática foi a de preservar o *status quo* pela inatividade ou a chamada política do silêncio.⁹⁵¹

O outro foco tradicional de desentendimento era com a Guiana. O ativismo internacional guianense procurou angariar respaldo externo que pudesse ser ativado no caso de um agravamento da disputa com a Venezuela.

Por um lado, Burnham desencadeou uma campanha internacional que projetasse uma imagem da Venezuela como uma nação belicosa, com problemas limítrofes com os vizinhos, racista, prepotente e desejosa de despojar o pequeno vizinho de dois terços de seu território. Por outro, frustrou a entrada da Venezuela no Movimento de Países Não-Alinhados, ao acenar com um possível veto caso o pleito fosse formalizado. Caracas decidiu recuar e retirar sua postulação oficial.⁹⁵²

A missão principal da chancelaria venezuelana seria estender pacificamente, a outros recantos do mundo, os valores democráticos como parâmetros sociais modelares. Logo, é possível compreender porque, no período em questão, o fenômeno que mais impactou sobre as relações bilaterais foi a redemocratização brasileira.

Coincidentemente, a última vez que Lusinchí estivera no Brasil foi pelas exéquias do presidente Tancredo Neves e voltava um ano depois em uma visita passageira. Diante de um quadro econômico desfavorável, Lusinchí desviou-se do caminho de Buenos Aires e aproveitou para aterrissar na Base Aérea de Brasília, em 9 de abril de 1986, para se encontrar com o colega José Sarney, que chegou a brincar que estava inaugurando uma nova forma de protocolo diplomático, a “escala de Estado”.

A queda dos preços do petróleo e a perda estimada de receita de 5,5 bilhões de dólares, além do superávit brasileiro de 32 milhões na balança comercial bilateral, fez com

⁹⁵⁰ O conflito arrefeceu às vésperas da reunião do Grupo de Contadora, no dia 20 de agosto de 1987, sem que a OEA ou os dois países chegassem a um termo sobre a questão. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 204-205.

⁹⁵¹ TORO HARDY, op. cit. p. 30.
Idem. p. 36-39.

que Lusinchi solicitasse a Sarney que o Brasil ampliasse suas compras de petróleo venezuelano em 300 milhões.

O presidente da Venezuela deu como garantia uma contrapartida nos negócios dos aviões tucanos e de veículos desmontados (CKD), que já se arrastavam por alguns anos, e realçou o peso do Brasil no contexto regional afirmando que “nada se pode fazer hoje no Continente, sem que o Brasil participe”.

Ademais, Lusinchi ressaltou a “magnitude” do Brasil para a consolidação democrática latino-americana e reafirmou sua visão dizendo que a “liderança brasileira” era essencial para a Venezuela e toda a região. Sarney retrucou efusivamente dizendo ser a América Latina a “prioridade absoluta” da política externa de seu governo e que o Brasil caminhava bem, rumo à consolidação democrática.⁹⁵³

Sob um clima de renovação democrática, os chanceleres Roberto de Abreu Sodré e Simón Alberto Consalvi se encontraram no Brasil, entre 1º e 6 de junho de 1987, para ajustar os ponteiros do encontro entre os presidentes Sarney e Lusinchi que ocorreria em outubro daquele ano. Consalvi foi recebido por Sarney “*en una atmósfera de cordialidad*” a fim de examinar uma série de questões de importância tanto bilateral como regional.

Além desse encontro, Sarney esteve na Venezuela entre 15 e 17 de outubro de 1987 para tratar de diversos assuntos com Lusinchi, “*con énfasis en las relaciones bilaterales*”.

Sarney discursou para os parlamentares venezuelanos sobre uma política comum de fronteira e sobre a identidade latino-americana que deveria pautar as relações bilaterais entre os dois países. O presidente do Congresso, Reinaldo Leandro Mora, apontou, então, que a Venezuela estava interessada em fazer parte ativa do sistema de integração engendrado no Cone Sul entre Brasil, Argentina e Uruguai.⁹⁵⁴

⁹⁵³ “Cartagena e comércio bilateral serão abordados hoje por presidentes”. *Gazeta Mercantil*, 9-4-1986. “Sarney recebe Lusinchi hoje na Base Aérea”. “Sarney reúne-se hoje com presidente da Venezuela”. *Folha de São Paulo*, 9-4-1986. “Lusinchi reconhece peso do Brasil”. *Correio Braziliense*, 10-4-1986. “Brasil e Venezuela: bons negócios e afinidades políticas”. *Jornal da Tarde*, 10-4-1986. “Sarney reitera prioridade latina”. *Gazeta Mercantil*, 10-4-1986.

⁹⁵⁴ Coincidentemente, Sarney se encontrou com o interino da pasta de Relações Exteriores que havia preparado a dura nota de desagravo ao governo brasileiro no caso do Anzoátegui em 1963, mas que acabou abrandada pelo titular da pasta. Mora, que poderia ser classificado na época como um “não brasileiro”, demonstrou estar mais afeito à aproximação entre os dois vizinhos no final dos anos 1980. “Na Venezuela Sarney destaca ameaça da dívida”. *O Globo*, 16-10-1987. “Sarney reafirma sua política de entrosamento com os latinos”. *Gazeta Mercantil*, 16-10-1987; “A reforma sai logo, garante Sarney”. *Gazeta Mercantil*, 19-10-1987.

Nesse momento, três características definiam o perfil das relações bilaterais: realismo, flexibilidade e equilíbrio.

O realismo dizia respeito aos nichos concretos de oportunidades que poderiam ser aproveitados em um horizonte de médio e curto prazo, assim como a tomada de consciência da real capacidade que Brasil e Venezuela tinham de modificar a geometria política e econômica no plano internacional.

As constantes flutuações e a queda brusca nos preços das matérias-primas de exportação, o protecionismo e a política de subsídios aplicados pelas nações industrializadas, bem como o serviço da dívida externa e as altas taxas de juros constrangiam a vizinhança sul-americana. De fato, o contexto econômico fazia multiplicar fatores adversos que negavam as possibilidades de crescimento dos países em desenvolvimento.

Portanto, havia uma legítima preocupação de Caracas e Brasília em concertar uma posição política sobre os constrangimentos da ordem econômica vigente. Assim, era inevitável retornar a uma das ideias mais resistentes na política sul-americana: a integração regional como caminho histórico para a superação dos velhos e dos novos desafios.

A complementação bilateral pela valorização do papel político, como foro de consulta e coordenação regional, de organismos como o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), e da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Assim, Sarney e Lusinchi “*coincidieron en otorgar un lugar prioritario en sus políticas exteriores, a los esfuerzos de cooperación e integración regional*”.⁹⁵⁵

Entretanto, no que tange ao campo econômico, faltava estabilidade às relações comerciais brasileiro-venezuelanas. A assinatura, em 13 de março de 1987, do 8º Protocolo Adicional do AAP-13, pelo qual se ampliavam e se diversificavam as preferências outorgadas por ambos os países, foi uma tentativa de superar esse constrangimento.

Nesse sentido, a integração energética consolidava-se como uma opção realista para a parceria brasileiro-venezuelana, em duas direções: compra de excedente energético e de petróleo.

⁹⁵⁵ Declaración Conjunta suscrita por los Presidentes de la República de Venezuela y de la República Federativa del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Venezuela del Presidente José Sarney. Caracas, 16 de octubre de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 54, Exp. 47.

Dessa forma, Sarney visitou o complexo hidrelétrico de Guri, denominado *Central Hidroeléctrica Raúl Leoni*, ressaltando a participação das empresas brasileiras de engenharia na construção da barragem e no aumento do potencial instalado, sendo fator decisivo de aporte energético às necessidades das indústrias de base da Venezuela. Assim, no Clube da Usina Hidrelétrica de Guri foi firmado o “Compromisso de Caracas”, documento oficial do encontro.⁹⁵⁶

Além disso, os dois presidentes cancelaram o avanço da cooperação entre a PDVSA e a PETROBRAS, pelo aumento das vendas de Petróleo venezuelano ao Brasil e ampliação das perspectivas de cooperação em outras áreas do setor energético.

A segunda característica assumida pelas relações bilaterais, a partir de 1985, foi a “flexibilidade”, concernente ao trato de questões sensíveis como a interferência norte-americana na região, o persistente problema cubano e as reviravoltas políticas na América Central.

Uma das soluções arquitetadas bilateralmente era a atuação em diferentes tabuleiros regionais como Contadora, Grupo de Apoio e Grupo do Rio, que haviam sido mobilizados no sentido de catalisarem a “*pacificación y democratización de la región*”. Brasília e Caracas convergiam na tese de uma “*solución latinoamericana para un problema latinoamericano*”, com base no respeito ao princípio de não intervenção nos assuntos internos centro-americanos.

Estrategicamente, interessava ao Brasil caminhar ao lado da Venezuela como forma de se projetar em um espaço pouco usual, como o Caribe; da mesma maneira interessava à Venezuela ter ao seu lado um parceiro de peso para auxiliar nos momentos de crise.

Além disso, o perfil de “flexibilidade” facilitou a convergência em assuntos díspares como construção de um sistema regional pluralista, promoção da democracia, ajustes nos instrumentos de comércio bilateral e cooperação regional no combate às drogas.

Sarney e Lusinchi compartilhavam dos “objetivos supremos” da paz mundial, da justiça e da cooperação para o desenvolvimento. Dessa maneira, apoiaram medidas para o desarme soviético-americano e reafirmaram o compromisso de utilizar a energia nuclear para fins exclusivamente pacíficos. Mais ainda, salvaguardaram o direito de cada Estado de levar adiante seu próprio programa nuclear, desde que amparado pelas regras internacionais.

⁹⁵⁶ “Presidentes assinam compromissos de Caracas”. O Globo, 18-10-1987.

A terceira característica das relações bilaterais referia-se ao “equilíbrio”, na promoção de medidas estabilizadoras. Sarney e Lusinchi reafirmaram o papel da democracia como inspirador das políticas exteriores dos dois países, na constituição de uma estratégia bilateral e como sustentáculo das relações na vizinhança sul-americana. Havia um consenso de que a correlação democracia, desenvolvimento e direitos humanos criaria a ponte para a estabilidade econômica e o exercício da justiça social.⁹⁵⁷

Outra saída seria pensar uma agenda internacional equilibrada. Por um lado, os desníveis crescentes entre as nações e o problema da dívida deveriam ser tratados por medidas coletivas, com base no princípio da co-responsabilidade entre credores e devedores. Além disso, os discursos dos mandatários brasileiro e venezuelano denunciavam a proliferação de medidas protecionistas que restringiam acesso aos mercados externos.

No âmbito menos retórico, as questões ambientais ganharam espaço na definição de alguns parâmetros para a integração bilateral, como o levantamento hídrico na região amazônica, a preservação conjunta da floresta, a troca de informações de maneira regular sobre práticas de manejo sustentável e a adoção de posições concertadas nos foros especializados internacionais.

Em abril de 1988, ocorreu em Brasília a IV Reunião da Comissão de Coordenação, como forma de redefinir os parâmetros do adensamento. Foram discutidas propostas de incentivo e dinamização de medidas do intercâmbio comercial; discutiu-se a revisão da marcha do AAP-13, acordado em Montevideu em março de 1987; verificaram-se as possibilidades de aproximar os setores público e privado, mediante empresas conjuntas e um maior nível de cooperação no setor de serviços de engenharia e construção civil; examinaram-se os mecanismos de apoio ao comércio exterior, em particular as linhas de crédito à exportação de bens e serviços; e, por último, identificaram-se os meios mais adequados para a cooperação comercial fronteiriça, “*con miras a contribuir al desarrollo socio-económico de la región*”.⁹⁵⁸

Em matéria de relações fronteiriças, propugnou-se o aumento da cooperação entre o estado Bolívar e o território de Roraima, especialmente em matéria comercial, consular, de

⁹⁵⁷ Comunicado Conjunto suscrito por los Gobiernos de la República de Venezuela y de la República Federativa de Brasil en ocasión de la visita oficial a ese país de Simón Alberto Consalvi, Ministro de Relaciones exteriores de Venezuela. Brasília, 3 de junio de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 52, Exp. 31.

⁹⁵⁸ Declaración Conjunta suscrita por los Presidentes de la República de Venezuela y de la República Federativa del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Venezuela del Presidente José Sarney. Caracas, 16 de octubre de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 54, Exp. 47.

transporte e de comunicação. Um dos meios imaginados seria o encontro periódico entre os governadores das unidades fronteiriças para discutir questões específicas como a prevenção, controle, fiscalização e repressão ao tráfico de ilícitos, a constituição de uma zona "*non aedificandi*" e de características especiais ao longo da fronteira, o exame de questões consulares e o fortalecimento da cooperação nesse campo.⁹⁵⁹

Em 1988, emergiu um assunto crítico, levantado pelo Governador do Território de Roraima: as recorrentes dificuldades para o abastecimento de derivados de petróleo da região de Caracará e Boa Vista. Foi feito, na ocasião, um pedido para que Roraima fosse melhor abastecido com produtos venezuelanos, inclusive com combustível.

Obstáculos de ordem geográfica e de transporte ainda dificultavam o incremento do comércio bilateral na fronteira e por isso havia uma possibilidade, historicamente reprimida, de comércio entre o estado Bolívar e Roraima e por isso foi estabelecido um Grupo Técnico sobre Comércio Fronteiriço para examinar os problemas de transporte e formular recomendações que melhorassem os serviços de apoio às transações comerciais pela fronteira.

Tomando como base o "Compromisso de Caracas" traçaram-se duas linhas de ação: a) definir setores prioritários de complementação econômica e de expansão do comércio fronteiriço; e b) especificar os setores de cooperação no campo de petróleo.⁹⁶⁰

O último encontro da primeira onda de adensamento entre Sarney e Lusinchi ocorreu em São Luís do Maranhão, quando almoçaram no Palácio dos Leões e visitaram as instalações da mineradora de bauxita Companhia Vale do Rio Doce.⁹⁶¹

⁹⁵⁹ Comunicado Conjunto suscrito por los Gobiernos de la República de Venezuela y de la República Federativa de Brasil en ocasión de la visita oficial a ese país de Simón Alberto Consalvi, Ministro de Relaciones exteriores de Venezuela. Brasília, 3 de junio de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 52, Exp. 31.

⁹⁶⁰ Em um momento posterior, German Nava Carrillo, que sucedera Consalvi na Casa Amarela, veio ao Brasil para tentar colocar em prática o novo programa de cooperação assumido pelos presidentes dos dois países. A Venezuela era, depois da Argentina, o principal mercado para os produtos brasileiros. Ficou acordado que a zona "*non aedificandi*" teria 30 metros de largura para cada lado da linha fronteiriça, sendo proibidas construções e plantações. "Empresários de Brasil e Venezuela discutem formas de cooperação". Gazeta Mercantil, 17-5-1988 "Governos pretendem aumentar os negócios entre Brasil e Venezuela". Gazeta Mercantil, 18-5-1988. "Visita de Chanceler pretende ampliar as relações comerciais". Gazeta Mercantil, 16-5-1988. Na visita de Nava Carrillo a Brasília foram assinados os seguintes acordos: Acuerdo sobre Zona Non-Aedificandi; Memorandum de Entendimiento para la Construcción de la Carretera BR-174, en el trecho entre Boa Vista y el hito BV-8; Acuerdo de Coproducción cinematográfica; Canje de Notas para la Constitución de un Grupo de Cooperación Consular; Canje de Notas para la Institución de un Programa de Cooperación Técnica; Canje de Notas para poner en vigor el Protocolo para el Transporte de Pasajeros para Carreteras en la Frontera; Formalización del Programa Cultural para 1988 y 1989. Acta Final de la IV Reunión de la Comisión Coordinadora Venezuela-Brasil. Brasília, 17 de mayo de 1988.

No final dos anos 1970, Geisel promovera uma virada na política externa brasileira para o norte da América do Sul. Figueiredo deu continuidade àquela estratégia, lançando as bases para um processo alternativo de integração ao eixo Brasília-Buenos Aires, mediante perspectivas similares com Caracas. Sarney aproveitou-se dos avanços diplomáticos anteriores para tentar promover uma comunicação entre os diferentes processos de integração na região.

Portanto, entre 1979 e 1988 não houve uma “diplomacia pendular” entre o Cone Sul e a Amazônia-caribenha orientando a política exterior do Brasil, mas a elaboração de um conceito complexo de regionalismo: não poderia prevalecer a integração em um dos fronts sul-americanos, devendo triunfar em toda a América do Sul.

5.3. A segunda onda de adensamento (1989-1997)

A segunda onda do adensamento brasileiro-venezuelano tem início nas gestões de Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera, de um lado, e Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, do outro.

Essa segunda onda se destacou em consolidar a direção assumida pelos dois países em suas relações internacionais, procurou detalhar e aprofundar os elementos “cartográficos” das relações bilaterais, e catapultou a parceria a partir da vitalidade adquirida pelas relações Brasil-Venezuela na década anterior.

5.3.1. Exposição em camadas

Na Venezuela, o processo eleitoral foi desencadeado no ano de 1987 e a figura já conhecida de Carlos Andrés Pérez voltou à tona com força entre a classe média ascendente, entre o empresariado e dentro de seu partido (AD), ciosos da manutenção da ordem

⁹⁶¹ A viagem passaria despercebida, se não fossem as curiosidades diplomáticas. Primeiro, houve uma gafe diplomática de hastear a bandeira venezuelana abaixo da brasileira, fato que chamou mais a atenção da mídia, pela fragorosa reação do chefe do Cerimonial do Itamaraty. Depois, um inusitado jantar servido a bordo do “Búfalo”, barco gaiola que cortou as águas do rio Trombeta, regado a frutas típicas como o açaí e a uma caldeirada de tucunaré. Os dois presidentes almoçaram no Palácio dos Leões, sede do governo maranhense, e depois se dirigiram ao Porto de Trombetas, no Pará, para conhecer as instalações da mineradora de bauxita Companhia Vale do Rio Doce. Lusinchi se entusiasmou com a tecnologia utilizada pela “Rio Norte” na extração da bauxita e disse que gostaria de utilizá-la em um projeto na região do Orinoco. “Sarney recebe Lusinchi em São Luís”. *Jornal do Brasil*, 9-10-1988. “Presidentes comemoram marco na mineração”. *Correio Braziliense*, 10-10-1988. “Venezuela vai adotar tecnologia brasileira”. *O Globo*, 10-10-1988. “Brasil e Venezuela discutem cooperação tecnológica”. *Folha de São Paulo*, 10-10-1988.

democrática. De fato, o aparente sucesso democrático dos últimos trinta anos apenas eclipsou transitoriamente possíveis investidas militaristas.⁹⁶²

Nesse contexto, uma organização denominada *Ejército Bolivariano Revolucionario*, formada por oficiais de baixa patente do Exército e alguns civis, decidiu participar do pleito de 1988. Havia divergências internas a serem resolvidas entre uma corrente moderada representada por Francisco Árias Cárdenas, que preferia crescer no contexto político interno, e outra mais exaltada, representada por Hugo Chávez, que propunha buscar uma ruptura da institucionalidade criando cisões nas Forças Armadas e realizando ações violentas contra a sociedade.⁹⁶³

Ao mesmo tempo em que os meios de comunicação na Venezuela passaram a “caçar” os dirigentes políticos por seus deslizamentos administrativos, a crença quase inabalável na estabilidade democrática seria sacudida pelo entusiasmo de um grupo militarista desejoso por extirpar “a corrompida e decadente democracia”, que vigorava desde 1958, substituindo-a por outro projeto hegemônico, também de longo prazo.⁹⁶⁴

Carlos Andrés Pérez (1989-1993) voltou à presidência da Venezuela em 2 de fevereiro de 1989 em um ambiente interno desfavorável. Havia desabastecimento e estocagem de alimentos por medo do aumento de preços. Prometeu um governo de concertação, mas a turbulência e a mudança circundavam seu governo. Sabia que os anos de estabilidade política e crescimento econômico, promovidos pela democracia e pelo petróleo, também haviam criado novas demandas e novas expectativas.

Desejava bloquear os “*avatares de factores*” internos e externos que geravam vulnerabilidade e dependência. Pensava que o “*Estado benefactor*” ou “*obstruccionista*” deveria ser desarticulado, eliminando-se a mentalidade rentista e extirpando o ócio remunerado petrolero. Além disso, os custos da reforma deveriam incidir sobre todas as camadas da população e deveriam ser divididos pela sociedade. Esperavam-se muitos

⁹⁶² LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 193.

⁹⁶³ Idem. p. 194-195.

⁹⁶⁴ Em especial, Lusinchi e CAP foram bastante expostos pela mídia caraquenha, que os acusavam de entreguismo, na questão colombiana, ou de corrupção ativa e passiva em diferentes ocasiões, como em compras governamentais ou na gestão do RECADI. Ver LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

sacrifícios em curto prazo, mas o crucial era, diria CAP: “*Al Estado hay que despojarlo de innumerables cargas*”.⁹⁶⁵

Entretanto, o novo exercício presidencial estava atraindo atenções negativas e cavando trincheiras de oposição, principalmente depois da decisão de submeter o país a uma medida de choque econômico para corrigir profundamente os desajustes gerados ao longo da década de 1980.

Enrique Tejera Paris foi nomeado para o ministério das Relações Exteriores com a missão de guiar a nau venezuelana em mares perigosos. Os tomadores de decisão em Caracas continuavam respondendo a dois estímulos: o caráter de vulnerabilidade com a vizinhança (especialmente Guiana e Colômbia); e a multiplicidade identitária do país, que era ao mesmo tempo ocidental, exportador de petróleo, periférico, devedor, hispano-americano, andino, caribenho e amazônico.

Em consequência, uma postura dual marcava o passo das relações internacionais venezuelanas: por um lado, um comportamento defensivo, de potência de *status quo*; de outro, um comportamento ativo, de influência e projeção internacionais.⁹⁶⁶

Assim, a política externa venezuelana retomaria seu discurso terceiro-mundista e autonomista, com uma atuação de alto perfil, pela promoção da presença e liderança internacionais da Venezuela, em contraposição ao conservadorismo, pragmatismo e postura defensiva de Lusinchi.⁹⁶⁷

No âmbito multilateral Venezuela passou a reclamar uma reorganização da ordem econômica com base no pressuposto de que a reativação das economias subdesenvolvidas era essencial para a estabilidade dos regimes democráticos. O objetivo era demonstrar que o problema da dívida era um fator de instabilidade sobre os regimes políticos e o sistema

⁹⁶⁵ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 237

⁹⁶⁶ ROMERO, Carlos. “Una aproximación al estudio del proceso de decisiones en la política exterior de Venezuela”. In RUSSEL, Roberto. *Política Exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. p. 205-234.

⁹⁶⁷ CARDOZO DE DA SILVA, E. & M.T. ROMERO (1990). “Venezuela: dificultades y contradicciones”, In *Anuario de Política Exterior Latinoamericana, 1989–1990: El desafío de los 90*. Caracas: Edit. Nueva Sociedad. p. 61-62.

internacional. Ou ainda, os limites da estabilidade democrática perante as pressões econômicas advindas dos programas de ajuste internacional.⁹⁶⁸

Nesse caso, o “fronte petrolero” foi mobilizado para recuperar a capacidade de ação coletiva da OPEP (unidade, credibilidade e cotas aceitáveis); inovar com a venda de petróleo futuro, obtendo renda financeira; seguir com a internacionalização do setor; e dar continuidade ao programa de cooperação financeira com América Central e Caribe.⁹⁶⁹

O foco venezuelano no sistema interamericano esteve dividido, em ordem prioritária, entre EUA, Caribe, Colômbia e o restante da América Latina. Logo, o lugar do Brasil parecia não estar definido como uma referência específica, mas como parte de um esforço maior de concertação sobre problemas latino-americanos como dívida externa, democratização, integração econômica e narcotráfico.⁹⁷⁰

Em dezembro de 1988, Lusinchi suspendera o pagamento das amortizações da dívida, forçando para que um novo acordo fosse assumido pelo governo recém-eleito de Andrés Pérez. O fato novo era que os ventos da globalização polinizaram o neoliberalismo na América Latina, ganhando consistência também na Venezuela.

Assim, diante do quadro adverso, a Venezuela se voltou aos programas de ajuste do FMI, a partir da definição por CAP de um conjunto de medidas econômicas, em 16 de fevereiro de 1989, para “*conformar un país que se sustente sobre sus propios pies*”.⁹⁷¹

O resultado foi a perda de capacidade decisória em matéria econômica e as dificuldades para implementar a receita neoliberal, ou por oposição popular ou devido à rede de compromissos clientelistas assumidos entre as diferentes elites e grupos internos no país.

Por exemplo, havia uma necessidade urgente de ditar medidas que assegurassem o equilíbrio entre os custos reais dos combustíveis e os preços do mercado interno. O aumento

⁹⁶⁸ CARDOZO DE DA SILVA, E. & M.T. ROMERO (1990). "Venezuela: dificultades y contradicciones", In *Anuario de Política Exterior Latinoamericana, 1989–1990: El desafío de los 90*. Caracas: Edit. Nueva Sociedad. p. 63

⁹⁶⁹ Idem. p. 65.

⁹⁷⁰ Idem. p. 72.

⁹⁷¹ A correção de rumos na direção da modernização econômica e social ficou conhecida como a “*grand viraje*” e incluía algumas medidas sócio-econômicas: a) Adoção de um novo esquema cambial, único e flexível; b) Liberação das taxas de juro do sistema financeiro nacional; c) Modificação da política aduaneira, com maior liberalização e apoio a importação e exportação; d) Aumento da disciplina fiscal e descentralização de serviços básicos; e) Aumento do salário mínimo e dos salários da administração pública; f) Segurança alimentar, com subsídios a produtos da cesta básica, rede de mercados populares e bolsas alimentos; e g) Criação de uma comissão presidencial para luta contra a pobreza. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 253.

fora anunciado para entrar em vigor no dia 27 de fevereiro, o que levou os donos de meios de transporte, “transportistas”, a aumentarem as passagens sem consulta. Os usuários, dentre eles estudantes, afetados e insatisfeitos, decidiram iniciar uma série de protestos, que logo se tornaram atos de vandalismo como a queima de veículos. De Guarenas, localizada a 40 km a leste de Caracas, a onda de violência alcançaria a capital e se espalharia pelo país.

Naquele momento, o caos e a angústia contaminaram toda a população e uma horda de arruaceiros aglutinou todo tipo de gente, do cidadão comum aos indigentes e meliantes. Um grupo de motociclistas passou a saquear as lojas e a vender os produtos em um grande mercado negro a céu aberto, principalmente para a classe média, ávida por comida e eletrodomésticos a preços mais baratos.

Diante da inércia governamental, a desordem transbordou Caracas e se espalhou pelo país, perdurando durante os dias 27 e 28 daquele mês. Só então, na tarde do dia 28, se decidiu pela suspensão das garantias, pelo toque de recolher e pela presença nas ruas das Forças Armadas, que frearam a violência e impediram que “franco-atiradores” de plantão derramassem mais sangue venezuelano pelas ruas do país.

O panorama geral era de desolação, por todos os lados lojas arrebentadas, negócios saqueados, prédios destruídos e em chamas, o que dava à capital venezuelana, até então considerada pela mídia internacional como o centro da democracia mundial, uma imagem de cidade em guerra, uma “Beirute latino-americana”. Esse episódio ficaria marcado no imaginário coletivo venezuelano como “*Caracazo*” e teria grande importância nas decisões de alguns grupos insatisfeitos com o projeto político do país.⁹⁷²

Vale lembrar que, no governo de José Sarney, manifestações e princípio de desordem também ocorreram, quando do aumento dos combustíveis, mas foram controlados rapidamente. Na Venezuela, a sucessão de eventos infelizes teve início com a decisão governamental precipitada quanto ao aumento do combustível, a medida dos “transportistas”

⁹⁷² LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 271-274.⁹⁷² Segundo Luis García, professor da Universidad Bolivariana de Venezuela, “el 27 de febrero de 1989 es un hecho histórico importante para nuestra memoria política, sobre todo es el evento que marcó la desatención institucional del Estado hacia sus ciudadanos, a través de una falsa promesa social, que se tradujo en la aplicación de medidas económicas conocidas como El Paquetazo perverso que no respondía a los intereses nacionales, sino a los internacionales”. Logo, O *caracazo* foi apropriado por Hugo Chávez como símbolo da revolução bolivariana. GARCIA, Luis. “27F, a 20 años de la aplicación del paquete neoliberal del FMI en América Latina: El Caracazo”. Conferência. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 3-3-2009. Ver também LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chavez. Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 271-274.

de elevar inadvertidamente as passagens, a indignação dos usuários, a reversão da raiva em violência e a atuação de grupos desordeiros, culminando com a falta de ação imediata do governo em frear a desordem.

Assim, não significou uma demonstração social com sentido revolucionário, como alguns tentaram pintar, mas a explosão da indignação coletiva em vários atos. Para Luongo, “*el Caracazo fue, pues, una demostración de violencia desatada que no debería repetirse*” e o principal efeito colateral foi que “*la población civil pensó que las Fuerzas Armadas representaban una firme garantía para la paz y el orden*”.⁹⁷³

O fim da era CAP, de Punto Fijo e das figuras e partidos tradicionais da Venezuela se anunciava. Na manhã de 21 de abril de 1989, uma sexta-feira, um incêndio reduziu a cinzas um patrimônio histórico e instituição-símbolo da política externa venezuelana.

Aparentemente, fiações elétricas envelhecidas e sobrecarregadas produziram um curto-circuito que começou o fogo que devorou em questão de minutos o “antigo e o novo” da Casa Amarela. Como lembra Bourgoïn, “*la Casa Amarilla de hoy guarda en su historial no pocos sucesos que marcan la evolución de Venezuela*”.⁹⁷⁴

Andrés Pérez, que saíra politicamente abalado do *caracazo*, precisava que seu partido *Acción Democrática* retomasse a capacidade de aglutinação interna, fornecendo a base para a governabilidade do país. Além do mais, confiava na concertação entre partidos, empresários e trabalhadores para garantir o sucesso da “*grand viraje*”.

Apesar das críticas social-democratas, que entoavam o mantra da justiça social, a perspectiva neoliberal seguiu em implementação e as reformas avançaram com a privatização de empresas públicas, especialmente aquelas que acumulavam grandes perdas, e pela reestruturação da economia em direção ao livre mercado.

⁹⁷³ Idem. p. 276-277

⁹⁷⁴ Na esquina noroeste da Plaza Mayor de Caracas, desde 1842 até o soerguimento do Palácio de Miraflores, no começo do século 20, “la Casa de Gobierno”, “Palacio” ou “Casa Amarilla” foi o centro decisório do país. O conselheiro Lisboa qualificou-a, provocativamente, de “buena casa y nada más, sin pretensión alguna en la arquitectura exterior”. Durante o governo de Guzmán Blanco a “*sencilla casa*” foi cenário fundamental do acontecer político e social venezuelano, ganhando ares neoclássicos nos traços do arquiteto Juan Hurtado Manrique que a renovou em 1874. A denominação Casa Amarela apareceu em documentos oficiais pela primeira vez em 1877, não se sabe bem ao certo se teria sido uma alusão ao Partido Liberal Amarelo. Enfim, torna-se a sede permanente do Ministério das Relações Exteriores em 1912, no governo de Juan Vicente Gómez. Além disso, outras intervenções estruturais foram realizadas em 1930, por conta do centenário da morte de Bolívar, e a última entre 1957 e 1958, quando se dá a configuração original da atualidade. In BOURGOÏN, Carlos Maldonado. *La Casa Amarilla: enclave histórico de Venezuela*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República/ Ediciones del MRE, 1994. p. 352.

CAP apostou algumas fichas nas eleições livres e diretas para governadores e prefeitos, que ocorreriam em 3 de dezembro de 1989. A justificativa era que as demandas sociais seriam mais bem atendidas por pessoas originárias daquelas localidades e que elas estariam sob a “vigilância” dos habitantes para quem governavam.

Andrés Pérez acreditava que a descentralização deveria melhorar a institucionalidade do país, mas confiava que a manobra política de fortalecimento da democracia poderia dar fôlego ao reformismo neoliberal, desde que as pessoas certas conseguissem ser eleitas. Por prudência, manteve o governo do Distrito Federal e dos territórios como indicação presidencial.⁹⁷⁵

Entre 1989 e 1991 a conjuntura venezuelana oscilou bruscamente. Das dificuldades econômicas, com alta inflação, déficit na balança de pagamento e PIB negativo, passou-se à estabilização com o sucesso na renegociação da dívida. Logo, o aumento dos preços do petróleo, com a eclosão da primeira Guerra do Golfo, em agosto de 1990, levou à recuperação do crescimento e ao reequilíbrio da balança de pagamentos em 1991.⁹⁷⁶

Entretanto, um fato novo sacudiu a conjuntura que parecia firmar-se positivamente. Vale recordar que, a essa altura, CAP não tinha a maioria parlamentar para governar com tranquilidade e enfrentava um descontentamento generalizado da população e de segmentos das Forças Armadas; estes últimos nutriam pensamentos subversivos e possuíam planos golpistas para tomar o poder.

De fato, subsistia certa complexidade no mundo militar. Por um lado, oficiais superiores de diletta formação, denominados de “grupo de notáveis”, e excessiva confiança em sua capacidade de governar o país; por outro, oficiais subalternos insatisfeitos com os rumos políticos do país e com grande vontade de mudança.

A junção de autoconfiança e volúpia foi desastrosa naquele momento. Aproveitando-se da ausência de Pérez, que viajara a Davos para participar de um foro econômico internacional no fim de janeiro de 1992, Hugo Chávez e Francisco Árias Cárdenas passaram à ação de fato para tomar o controle do país. O núcleo do grupo conspirador havia assumido,

⁹⁷⁵ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 243; 289

⁹⁷⁶ Idem. p. 343

ao longo dos últimos anos, posições de comando estratégicas por todo o país e quando foi dada a ordem agiram com rapidez para tomar guarnições, quartéis e bases aéreas.⁹⁷⁷

Além dos levantes militares, era fundamental controlar a capital e capturar o presidente, que deveria chegar a Maiquetía na noite de 3 de fevereiro. Para tanto, Chávez trasladou um ônibus com 400 soldados até o Museu Histórico Militar, instalando uma base de operação localizada a, aproximadamente, dois quilômetros do Palácio de Miraflores. Caso a ação fosse bem sucedida, o acesso ao centro do poder nacional seria imediato.⁹⁷⁸

Entretanto, algumas contingências se interpuseram no caminho do tenente-coronel paraquedista Chávez e de seu grupo. Pérez não chegou no horário previsto e, quando aterrissou, foi recebido pelo ministro da Defesa Fernando Ochoa Antich, que o alertou sobre os rumores de levantes. Na madrugada de 4 de fevereiro, confirmou-se a notícia da tomada de Maracay, principal centro militar do país, e Pérez correu à Venevision, rede televisiva do Estado, para fazer um pronunciamento à nação. Além disso, mobilizou o exército e enviou caças F-16 sobrevoar a base de operação golpista. Nesse momento, já se identificava Chávez como o líder do movimento, abrindo-se negociações para a rendição.⁹⁷⁹

Ao serem dadas garantias de vida aos golpistas, o tenente-coronel Hugo Chávez aceitou ser levado ao forte Tiuna, onde se encontrou com o Vice-Almirante Daniels para render suas armas. Antes, contudo, conseguiu convencer as autoridades de que deveria falar aos rebelados para que recuassem em sua determinação de resistir. Não obstante, a mensagem de Chávez foi clara: *“vendrán nuevas situaciones y el país tiene que enrumbarse definitivamente hacia un destino mejor”*. Mesmo preso, Chávez ganhou os corações e as mentes de vários venezuelanos insatisfeitos e assim a derrota teria um gosto de vitória para o “comandante”.⁹⁸⁰

CAP escapou de outro golpe, em 27 de novembro de 1992, às vésperas das eleições municipais e, diante da crise, tentou promover uma reconciliação política nacional. Ao receber apoio da OEA e de outros governantes do globo, que repudiaram energicamente as tentativas de golpe, bem como de outras lideranças nacionais, pôde dar início a um novo ano de governo.

⁹⁷⁷ Idem. p. 347

⁹⁷⁸ Idem. p. 350

⁹⁷⁹ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 352

⁹⁸⁰ Idem. p. 243; 289

No plano das relações bilaterais, o signo democrático alinhou as gestões de Carlos Andrés Pérez e Fernando Collor de Mello. Ademais, CAP trouxe de seu primeiro mandato duas características de liderança: a ênfase na diplomacia presidencial e a superexetensão dos raios de ação internacional do país, ou seja, nem sempre compatíveis com os meios disponíveis para tanto.

Por um lado, a diplomacia presidencial imprimiria dinamismo às relações bilaterais. Por outro, como adverte Cardozo, poderia gerar “*graves riesgos por el excesivo compromiso de imagen y recursos, por la limitada capacidad para atender debidamente los múltiples frentes abiertos y porque inhibe el desarrollo institucional del aparato de política exterior*”.⁹⁸¹

De toda feita, como preparatório do encontro presidencial que aconteceria em julho de 1990, os chanceleres Francisco Rezek e Reinaldo Planchart estabeleceram um *Grupo de Trabajo de Cooperación Técnica Bilateral*, com a finalidade de elaborar um Programa de Cooperação para definir necessidades e prioridades de cooperação técnica de ambos os países.

O objetivo era identificar projetos específicos de interesse comum, particularmente nas áreas fronteiriças; a atuação seria coordenada entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Oficina Central de Coordinación (CORDIPLAN). Ademais, os encontros subsequentes, principalmente em níveis técnico e diplomático, seguiriam como referencial o *Memorándum de Entendimiento sobre Consulta y Concertación Política*.⁹⁸²

Em 20 de julho de 1990, os presidentes reeditaram as iniciativas Médici-Caldera e Lusinchi-Figueiredo e se encontraram no marco fronteiriço brasileiro-venezuelano de número 8, conhecido como BV-8, entre as cidades de Pacaraima e Santa Elena de Uairén, “*animados por el deseo de fortalecer aún más los vínculos de amistad entre los dos países*”. O objetivo

⁹⁸¹ CARDOZO, Elsa. "Política exterior de Venezuela en 1990: dinamismo, contradicciones en un contexto cambiante", In *Anuario de Políticas Exterior Latinoamericana, 1989-1990: El desafío de los 90*. Caracas: Edit. Nueva Sociedad, 1991. p. 58.

⁹⁸² Nota de Reinaldo Figueredo Planchart, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela a Francisco Rezek, Ministro de Relaciones Exteriores de la República Federativa del Brasil, sobre el establecimiento de un grupo de trabajo de cooperación técnica bilateral. Caracas, 20 de junio de 1990. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1990, Exp. 4-B.

era reforçar um processo global e progressivo de rápida aproximação entre os dois países e que havia sido engatilhado na primeira onda de adensamento da década anterior.⁹⁸³

A promoção do desenvolvimento econômico e da segurança ambiental nas regiões fronteiriças foram alguns dos temas mais importantes discutidos. Ficava evidente que os tempos da chancelaria e das fronteiras convergiam e passariam a seguir juntos nas relações bilaterais dos dois países.

Assim, buscou-se criar um programa integrado de cooperação fronteiriça que atendesse setores básicos como saúde, transporte, comunicação, educação e saneamento. Além disso, optou-se pela criação de mecanismos de troca de informação sobre áreas protegidas e parques nacionais na fronteira.

Um tema realmente sensível passou a ser a defesa do meio ambiente, nas regiões fronteiriças, diante da lógica da integração infraestrutural que demandava urgência na interconexão viária entre os dois países. Efetivamente, o trecho da BR 174 que ligaria a cidade de Boa Vista ao marco fronteiriço BV-8 permaneceu como um elemento do discurso presidencial, não saindo do papel naquele momento.⁹⁸⁴

Um dos aspectos mais importantes para a verificação do adensamento bilateral dizia respeito à conformação de “canais institucionais de cooperação”. Do encontro Pérez-Collor resultou a Comissão de Cooperação Fronteiriça Venezuelano-Brasileira como canal de promoção do diálogo binacional e que daria origem a uma Comissão Binacional Fronteiriça.⁹⁸⁵

Outro aspecto de adensamento emergiu da sintonia de visões de mundo entre Caracas e Brasília, em especial acerca da questão ambiental. À espera da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a se realizar no Rio de Janeiro em junho de 1992, Collor e Pérez reiteraram a necessidade de concertar uma posição nos temas de diversidade biológica e uso racional de florestas tropicais. Para esse fim, recomendaram a intensificação da coordenação diplomática bilateral e multilateral.⁹⁸⁶

⁹⁸³ Declaración Conjunta suscrita por Carlos Andrés Pérez, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Collor, Presidente de la República Federativa del Brasil sobre cooperación binacional, promoción del desarrollo económico y defensa del medio ambiente en las regiones fronterizas. Hito BV-8, 20 de julio de 1990. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1990, Exp. 4-2.

⁹⁸⁴ Idem.

⁹⁸⁵ Ibidem.

⁹⁸⁶ Declaración Conjunta suscrita por Carlos Andrés Pérez, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Collor, Presidente de la República Federativa del Brasil sobre cooperación binacional, promoción del desarrollo

Collor havia convidado Pérez a uma visita ao Brasil, o que acabou se concretizando entre os dias 18 e 20 de novembro de 1991. Nesse encontro reafirmaram disposições já acertadas anteriormente, como o reforço à democracia e à paz e estabilidade regionais.

Por um lado, estariam juntos na luta pela realização plena da democracia nas duas sociedades e na América Latina. Além disso, a preocupação com os direitos humanos e direitos fundamentais, a justiça social e a liberdade dos indivíduos passaria a permear os encontros bilaterais, como forma de marcar posição em foros multilaterais temáticos, que passariam a ser uma tônica nos anos 1990.

Por outro, ainda ecoava no sistema sul-americano resquícios da crise surinamesa dos anos 1980. E, por isso, Brasil e Venezuela trabalhariam juntos para consolidar as instituições democráticas naquele e em outros países, garantindo a soberania e independência como princípios básicos na América do Sul. Vale pontuar que também o Haiti, que vivia uma crise, chamaria a atenção da diplomacia dos dois países.

Andrés Pérez chegou a propor a criação de uma comissão tripartite, Brasil-Venezuela-México, com o objetivo de coordenar um plano de ajuda de médio e longo prazo para fortalecer a democracia e o desenvolvimento econômico do Suriname.⁹⁸⁷

As aspirações comuns ao desenvolvimento guiavam a ação diplomática bilateral. O fato novo era o despertar de uma consciência da importância da região e de seus assuntos no âmbito da política internacional. Logo, Brasil e Venezuela “*con perfil propio de actuación política y en concordancia con la importancia de la región, deben desempeñar el papel relevante que les corresponde en la escena internacional, especialmente en esta crítica coyuntura mundial*”.⁹⁸⁸

A saída para enfrentar as rápidas mudanças por que passava a ordem internacional, envolta nos escombros do fim da União Soviética, era acelerar a integração regional mediante aproveitamento dos mecanismos do Tratado de Montevidéu de 1980.

económico y defensa del medio ambiente en las regiones fronterizas. Hito BV-8, 20 de julio de 1990. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1990, Exp. 4-2..

⁹⁸⁷ Secretaria de Estado a Embaixada México, telegrama, confidencial, n 35, Georgetown, 23-9-1991. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

⁹⁸⁸ Comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre las actividades cumplidas durante la visita oficial a la República Federativa del Brasil de Carlos Andrés Pérez, Presidente de la República de Venezuela. Brasília, 19 de noviembre de 1991. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1991, Exp. 8-A.

A vocação latino-americanista ainda era predominante na identidade internacional venezuelana e, pelo menos, aparecia com certa regularidade no discurso brasileiro em política externa. Assim, a situação latino-americana, especialmente no âmbito comercial, seria de particular interesse nas conversas entre presidentes e diplomatas brasileiros e venezuelanos.

Em agosto de 1991, os Ministros de Fomento e de Coordenação e Planejamento da Venezuela visitaram o Brasil para dar início às negociações sobre as bases de um Acordo de Complementação Econômica. A ALADI continuava sendo peça-chave do processo de adensamento comercial e o sucesso das negociações do Acordo de Alcance Parcial N° 13, principal instrumento regulador do comércio bilateral, deveria acentuar o dinamismo do comércio brasileiro-venezuelano.

Tabela 5 – Comércio Brasil –Venezuela			
(1989-1993)			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
1989	265.544.217	220.886.833	44.657.384
1990	267.570.550	361.636.576	- 94.066.026
1991	428.709.086	494.422.435	- 65.713.349
1992	442.271.895	383.408.696	58.863.199
1993	392.961.240	393.398.863	- 437.623
Volume parcial acumulado	1,798 bilhão	1,853 bilhão	- 56.696.415

Fonte: Tabela adaptada SECEX-MIDIC; Padrão US\$/FOB.

A cooperação empresarial, outra faceta do adensamento econômico, vinha sendo estimulada pelos dois governos. Do lado brasileiro, as câmaras binacionais de indústria e comércio de São Paulo e do Rio de Janeiro promoveram alguns encontros e, do lado venezuelano, um Seminário sobre *Perspectivas de Negocios Asociados entre Brasil y Venezuela*, em Ciudad Guayana, com apoio da *Corporación Venezolana de Guayana*. Assim,

conversas e encontros entre empresários dos dois países, celebrados em Manaus, Ciudad Bolívar e Boa Vista passariam a ocorrer com maior frequência e com resultados reais em termos do incremento dos negócios bilaterais.

Um balanço das relações comerciais entre 1989 e 1993 demonstrava a melhora significativa nos níveis do intercâmbio bilateral e na estabilização e/ou redução dos déficits históricos, normalmente atribuídos ao Brasil. De toda forma, percebe-se que houve um equilíbrio da corrente de comércio entre os dois países, revertendo uma tendência histórica dos anos anteriores.

5.3.2. A crise como “fator de qualidade”

O papel assumido pelos Homens de Estado foi decisivo em alguns momentos nas relações entre Brasil e Venezuela. Mas se houve qualquer sucesso em seus empreendimentos, isso foi possível porque o processo de adensamento penetrou as duas sociedades e ganhou *momentum* nas demandas de grupos que recorreram ao próprio Estado para a consecução de seus interesses.

Na década de 1990, por exemplo, os casos das comunidades indígenas e dos garimpeiros produziram duas crises que se tornaram “fatores de qualidade” para a parceria brasileiro-venezuelana. Foram momentos especiais no qual o adensamento – levado adiante, exposto em camadas e inscrito no mapa de tomadas de decisão como auspicioso – deu um salto à frente.

Nesse momento, missões governamentais conjuntas e viagens à área fronteiriça (Surucucus e Parima B) para realização de levantamento dos danos causados ao meio ambiente e à comunidade ianomâmi pelas atividades ilegais do garimpo. Solicitou-se o apoio logístico venezuelano, inclusive helicóptero, para a permanência e deslocamento da missão meio ambiente em Parima B.⁹⁸⁹

A porosidade da fronteira entre Brasil e Venezuela resultou em incidentes localizados que, produzindo atritos entre Caracas e Brasília, induziram os dois governos a ampliarem a

⁹⁸⁹ Secretaria de Estado a Embaixada Venezuela, telegrama, confidencial, n 35, 28-3-1991. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

densidade de seus contatos sobre questões fronteiriças, “o que veio a ser positivo”, diria Vizentini.⁹⁹⁰

Da mesma forma, complicadores fronteiriços, como garimpeiros brasileiros em território venezuelano, o desmatamento e a ação de traficantes, estimulavam o engajamento das autoridades brasileiras e venezuelanas na solução dos problemas comuns, o que, para Cervo, contribuiu para “adensar as relações bilaterais em seu conjunto”.⁹⁹¹

Assim, as margens do adensamento se tornariam mais precisas após dois incidentes fronteiriços distintos, porém interligados: a extração ilegal e o contrabando de riquezas minerais do território venezuelano e o assassinato de índios ianomâmis venezuelanos por brasileiros. O nexos entre esses dois casos está na figura do garimpeiro e no fenômeno da garimpagem na fronteira norte da América do Sul.

Um retrospecto permite constatar a cristalização desse processo histórico no tempo presente das relações Brasil-Venezuela.

Sabe-se que, desde a época dos conquistadores, como Francisco Orellana, Pedro Ursúa e Lope de Aguirre, imaginava-se que em algum lugar entre o Orinoco e o Amazonas estaria localizado um lendário reino, “El Dorado”, repleto de riquezas, onde seus governantes cobriam o corpo com ouro. De fato, trata-se de uma região riquíssima em minerais de diferentes tipos, como ouro, diamante, urânio e nióbio, mas que até o início do século 20 ficara adormecida à exploração humana em grande escala.⁹⁹²

Na fronteira entre Brasil e Venezuela, ouro e diamante passaram a ser rastreados e explorados entre os anos 1920 e 1940, mas em pequena escala e à vontade de aventureiros e donos de terras com certo ímpeto explorador. Seria apenas na década de 1980 que a febre do

⁹⁹⁰ VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

⁹⁹¹ CERVO, Amado Luiz. “a Venezuela e seus vizinhos”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

⁹⁹² SMITH, Anthony. *Explorers of the Amazon*. Chicago, 1990. MILARD, Candice. *O rio da dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. DE LISIO, Antonio. “la idea de riqueza natural em Venezuela: de la leyenda de ‘El Dorado’ a la metáfora de la ‘simebra del petroleo’”. In MATO, Daniel (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: FCES-UCV, 2005. p. 211-231.

ouro tomaria conta da região amazônica, quando a mina de Serra Pelada tornou-se um polo de atração para a região norte do país.⁹⁹³

Como consequência natural dos sucessos e insucessos da vida no garimpo, a fronteira mineral foi se ampliando e irradiando-se para novos pontos de exploração, que acabaram por alcançar a Serra Parima, na divisa entre Brasil e Venezuela, e as cabeceiras do rio Orinoco. Primeiramente por via fluvial e depois por via aérea, em pequenos aviões, os garimpeiros estabeleceram conexões ilícitas entre os dois países, com a construção de pistas clandestinas e a montagem de acampamentos bem estruturados.

A região, então habitada pelos ianomâmis, tornou-se epicentro da cobiça de pequenos e também de grandes exploradores. Realmente, como lembra Mendible-Zurita, “*en poco tiempo, un nuevo termo se incorporó al vocabulario de los venezolanos: la palabra ‘garimpeiro’, asociada desde entonces a la devastación ambiental y a la violación del territorio*”.⁹⁹⁴

As reações do governo venezuelano eram sistemáticas. Em outubro de 1979, 29 brasileiros foram presos no cárcere de Santa Elena de Uairén, por abrirem picada na mata em busca de uma nova lavra de diamante. Presos, ficaram cinco dias sem assistência e sem alimentação. A estrada entre Manaus-Boa Vista e Santa Elena facilitava o acesso à região fronteira e fez crescer desordenadamente a cidade e o fluxo comercial lícito e de ilícitos, assim como a prostituição e o contrabando.⁹⁹⁵

No fim da década 1970, foi colocada em marcha uma operação venezuelana de limpeza de clandestinos brasileiros na fronteira, na realidade pessoas em busca de trabalho nos garimpos de diamante na região. O objetivo era resolver um problema sério no país. A repatriação causou mal-estar na região fronteira, mas o vice-chanceler venezuelano Asdrubal Aguiar Aranguren manteve conversas com o embaixador brasileiro em Caracas para evitar que “qualquer tipo de atrito incidisse negativamente entre os nossos países”.⁹⁹⁶

Entretanto, com a detecção de irregularidades, a situação se aproximou de um ponto insuportável. Como efeito colateral, viu-se a imagem internacional do Brasil ganhar

⁹⁹³ FREITAS, Aimberê. *Fronteira Brasil-Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Grafica e editora, 1998. PROCÓPIO, Argemiro. *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

⁹⁹⁴ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil: desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimpeiros*. Caracas: Universidad Simón Bolívar, 1993. p. 240.

⁹⁹⁵ “Venezuela prende 50 garimpeiros”. *O Estado de São Paulo*, 11-11-1979.

⁹⁹⁶ “FAB busca brasileiros expulsos na Venezuela”. *Jornal de Brasília*, 8-12-1979.

tonalidades negativas. Assim, alguns fatores conjunturais levaram à precipitação da crise bilateral envolvendo garimpeiros brasileiros na Venezuela nos anos 1990.

Primeiro, a vastidão dos territórios fronteiriços e as dificuldades em vigiá-los; segundo, a conjuntura econômica adversa no Brasil, de alta inflação e queda do poder aquisitivo da população; terceiro, a alta do preço do ouro no mercado internacional e as facilidades para seu contrabando; por último, a estimulação do imaginário coletivo do poder e riqueza em torno da vida no garimpo, o que continuava atraindo mais pessoas e dificultava sua inserção em outra atividade.

O presidente Sarney reagiu sancionando uma lei que criava 19 áreas descontínuas na região amazônica, delimitando o que seria um parque nacional, o que deveria ser área indígena e assim circunscrevendo a atuação dos garimpeiros a “ilhas de extração”.

A essa altura, o fluxo de garimpeiros ao estado de Roraima já alcançava a cifra de 40 mil, espalhados desde a Serra do Tepequém, Pacaraima e demais regiões fronteiriças com a Venezuela, em especial a porção noroeste que abrangia grande parte da comunidade ianomâmi.

Elementos estruturais e conjunturais, como a porosidade fronteiriça e o encontro entre índios e garimpeiros, respectivamente, se juntariam a um elemento circunstancial na eclosão da crise. Assim, qual foi a causa imediata ou direta da crise?

Curiosamente, foi um documentarista venezuelano que, ao chegar às cabeceiras do Orinoco para filmar cenas do rio, deparou com acampamentos de garimpeiros brasileiros. De volta a Caracas fez uma denúncia ao Ministério de Meio Ambiente e logo a questão ganhou contornos de comoção nacional na mídia de Caracas. De acordo com Mendible-Zurita, “*La radio y la televisión se sumaron [a los periódicos] a la divulgación de denuncias en relación a este problema, convirtiéndose en poderosos catalizadores de las críticas formuladas contra la negligencia gubernamental*”.⁹⁹⁷

Estabeleceu-se, então, uma comissão binacional para cuidar do problema. O governo venezuelano redobrou a vigilância nas fronteiras e a presença militar nas serras Parima e Pacaraima e o diretor da seção de fronteira da Casa Amarela chegou a propor que se criasse

⁹⁹⁷MENDIBLE-ZURITA, *Venezuela y sus...*, op. cit., p.215.

um cordão de contenção, constituído ao longo da fronteira, dotado de recursos humanos e materiais e assegurado pela presença das Forças Armadas.⁹⁹⁸

O governo brasileiro se comprometeu em retirar os garimpeiros, participar de uma inspeção nos locais de incidência e ampliar a fiscalização das aeronaves que transitavam na região.

Não obstante, em 16 de janeiro de 1992, quando as tensões pareciam apaziguadas, uma aeronave de registro brasileiro caiu nas proximidades do Cerro Delgado Chalbaud, dentro dos limites do Território Federal Amazonas, na Venezuela. Havia indícios de que a aeronave tinha penetrado de maneira ilegal no território vizinho transportando mineiros clandestinamente.

As investigações levadas adiante pelos ministérios de Relações Exteriores e Defesa apontaram que uma patrulha das *Fuerzas Armadas de Cooperación*, ao descobrir a presença da aeronave clandestina, realizou alguns disparos de advertência, mas que não foram atendidos. Em consequência do desacato, novos disparos teriam sido feitos o que teria levado à queda da aeronave.

Caracas reclamava que a presença constante dos garimpeiros brasileiros produzia a “*depredación de nuestro patrimonio nacional*” pela destruição de florestas, erosão, desvio de cursos de rios, envenenamento do meio ambiente por mercúrio, perturbação das populações indígenas e, principalmente, a extração ilícita das riquezas minerais venezuelanas. Em síntese, como aponta Mendible-Zurita, “*como un todo la República respondió en defensa de la soberanía nacional*”.⁹⁹⁹

O problema não estava apenas na circunscrição da soberania nacional, mas na ameaça que representavam em termos dos impactos sócio-ambientais. Portanto, para alcançar uma solução adequada, o governo brasileiro propôs a cooperação binacional para erradicar a atividade ilegal do garimpo, a eliminação das pistas clandestinas nos territórios limítrofes e a proibição das atividades de mineração em algumas dessas regiões fronteiriças.¹⁰⁰⁰

⁹⁹⁸ Idem. p. 224.

⁹⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰⁰ Comunicado Oficial del Gobierno de la República de Venezuela en relación con el incidente ocurrido el 16 de enero de 1992, cuando una avioneta de matrícula brasileña que había entrado de manera ilícita en territorio venezolano, se precipitó a tierra. Caracas, 29 de enero de 1992. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1992, Exp. 2-8-1.

Todavia, a maleabilidade política e diplomática das relações bilaterais seria novamente posta à prova com o incidente de Haximu. Outra recapitulação é necessária para contextualizar o problema.¹⁰⁰¹

Os ianomâmis são constituídos por um grupo cultural e linguístico dividido em pelo menos quatro subgrupos e estão espalhados por uma área de aproximadamente 192 mil km² nos dois lados da fronteira entre Brasil e Venezuela. A artificialidade dos marcos lindeiros nacionais não alcança a sociedade ianomâmi, cujos membros vivem e transitam em ambos os lados da fronteira brasileiro-venezuelana.

Os primeiros ianomâmis teriam se estabelecidos nas cabeceiras do rio Orinoco e da Serra Parima e depois migraram, com a chegada dos conquistadores, para regiões circunvizinhas. A presença do estrangeiro desencadeou um êxodo indígena, da costa para o interior, em busca de refúgio e auxiliou na conformação do que viriam a ser comunidades indígenas transnacionais.

O contato ostensivo com os habitantes de Roraima e do Amazonas, no lado brasileiro, se deu nos anos 1970, durante o regime militar, com a implementação do Plano de Integração Nacional, dos programas de colonização em massa da Amazônia e após o levantamento de riquezas minerais pelo RADAM. Nesse caso, a construção da perimetral norte e, em 1975, a descoberta de importantes jazidas de ouro e cassiterita, em território ianomâmi, atraíram a atenção de garimpeiros e mineradoras.

Por um lado, o governo brasileiro era relutante em aceitar a demarcação de terras indígenas por ir contra a soberania nacional. Por outro, acreditava que a simples presença das Forças Armadas inibiria a penetração dos garimpeiros nas terras indígenas.

Em consequência, definiu-se em 1979 a faixa de fronteira interna como “área indispensável à segurança nacional” com largura de 150 km e, em seguida, foram sendo instalados os Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) em Maturaca, Surucucus e Auaris nos anos 1980, como forma de garantir a presença do Estado na região.

¹⁰⁰¹ LIZOT, Jacques. “Los Yanomami”. In COPPENS, Walter (Ed). *Los Aborígenes de Venezuela*. Caracas: Fundación La Salle, 1980; RAMOS, Alcida Rita. *Sociedades Indígenas*. São Paulo: Ática, 1986. LIMA, Miriam Goretti Leite de. *O índio na mídia impressa em Roraima*. Boa Vista: Editora UFRR, 2009. ALBERT, Bruce. O massacre dos Yanomami de Haximu. In RICARDO, Beto e RICARDO, Fanny (editores). *Povos indígenas no Brasil: 1990-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 203-207. LAUDATO, Luís. *Yanomami pey keyo: o caminho yanomami*. Brasília: Universa, 1998.

Do lado venezuelano, o processo de destruição cultural dos ianomâmis foi acelerado com a mineração, o turismo, a destruição do meio ambiente e a ação das missões religiosas ao longo do século 20. Além disso, os ianomâmis estiveram sujeitos às decisões municipais e estaduais, normalmente negligentes, bem como a entidades descompromissadas como a Direção de Assuntos Indígenas.

Do lado brasileiro, a conivência e ajuda de fazendeiros e coronéis políticos de Roraima incentivaram a expansão da fronteira mineradora no estado, o que tornou o enfrentamento entre garimpeiros e indígenas um fato sistemático e cada vez mais sangrento. Em consequência, as repercussões dessa situação tomaram conta da mídia no Brasil e na Venezuela, gerando comoção na opinião pública nacional e internacional.¹⁰⁰²

Vale lembrar que uma comissão da Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu um informe, em 1985, reconhecendo os direitos coletivos dos ianomâmis e recomendou ao Estado brasileiro a tomada de medidas para demarcação de terras e garantias referentes à saúde, educação e integração social dos indígenas.

Na esteira desses eventos, Carlos Andrés Pérez transformou a área ianomâmi em Reserva da Biosfera do Orinoco Superior Cassiquiare e em Parque Nacional Parima-Tapirapeco. A essência para Pérez era combater as principais chagas contra os indígenas: “o proselitismo religioso assim como a colonização e a mineração serão eliminados da Área Yanomami”.¹⁰⁰³

Da mesma forma, no dia 15 de novembro de 1991, Fernando Collor de Mello decidiu criar o Parque Ianomami como um território contínuo de 9 milhões e 400 mil hectares para preservação daquela comunidade. Collor rebateria as críticas dos linhas-duras: “a soberania continua intacta e saiu reforçada”, ressaltando, como arcabouço inovador da defesa dos povos indígenas no Brasil, a importância da Constituição de 1988.

E como se desenvolveu outra crise envolvendo indígenas e garimpeiros na fronteira brasileiro-venezuelana?

A situação bilateral, que parecia estabilizada depois dos compromissos e medidas assumidos dos dois lados, degingolou em agosto de 1993, após o relato de uma missionária denunciando o massacre de homens, mulheres e crianças ianomâmis por garimpeiros

¹⁰⁰² “Collor pressionado em Washington”. *Jornal o Globo*, 22-6-1991. “Senadores norte-americanos pedem pelos Yanomami”. *PIB/CED*, 24-06-1991. “CNBB pede demarcação da AI”. *Jornal de Brasília*, 08-08-1991.

¹⁰⁰³ “Venezuela transforma o território dos Yanomami em área de preservação”. *Revista Veja*, 24-09-1991.

brasileiros na maloca de Haximu. Envolto em muitas especulações de que a história havia sido forjada por índios e ambientalistas, o ministro da Justiça Mauricio Corrêa e o Procurador Geral da República Aristides Junqueira foram até o local para comprovar os fatos.

A questão foi levada ao Congresso, que instaurou uma Comissão Especial Mista para ouvir testemunhos e desvendar o enigma do número de mortos, o local exato do ocorrido e os envolvidos na barbaridade. Em 1996, após três anos de investigações, o inquérito foi encerrado, sendo constatada a morte de 12 indígenas, dentre eles cinco crianças. Além disso, a Comissão Demarcadora de Limites definiu a localização exata do evento em território venezuelano. Por fim, foram acusados 23 garimpeiros brasileiros pelo fato.

O clímax da questão para as relações bilaterais estava na incerteza de se o fato havia ocorrido apenas em lado brasileiro e se teria envolvido também a morte de ianomânis venezuelanos. O governo da Venezuela atuou de maneira prudente esperando a informação oficial oferecida pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil à embaixada da Venezuela em Brasília.

O governo brasileiro tomou ciência do ocorrido em 18 de agosto por meio da FUNAI, o que levou à instalação de inquérito investigativo para determinar as responsabilidades do crime. As incertezas sobre o local e a dimensão do acontecido perduraram por mais ou menos 10 dias. Apenas depois desse período surgiram indícios de que o crime havia sido cometido em território venezuelano.

Pela nota nº 180, de 2 de setembro de 1993, a Embaixada do Brasil em Caracas comunicaria ao governo venezuelano "*la presunción de que los hechos ocurrieron en territorio brasileño*", mas que a análise das coordenadas geográficas assinaladas até então não eram conclusivas, gerando dúvidas e requerendo a verificação "in situ". A desinformação propagada pela mídia era atribuída às autoridades brasileiras e irritava a Casa Amarela, que decidiu por enviar seu próprio especialista ao local, comprovando que a maloca Haximu se encontrava em território venezuelano.¹⁰⁰⁴

Para agravar a situação, a viagem de reconhecimento do ministro da Justiça do Brasil, em seu afã de investigar o caso no local, levou ao sobrevoo do espaço aéreo venezuelano sem

¹⁰⁰⁴ Nota verbal del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela para la Honorable Embajada de la República Federativa del Brasil en Venezuela, en relación con los sucesos en los cuales perecieron ciudadanos venezolanos miembros de la etnia Yanomami. Caracas, 6 de septiembre de 1993. ACMRE, Gabinete del Ministro, Brasil, 1993, Exp. 1.

prévia autorização: “*las autoridades brasileñas, sobre la base de una presunción, penetraron en territorio venezolano*”. A legítima reclamação do governo venezuelano, da falta de entendimento e cooperação das autoridades brasileiras em solucionar o caso, ganhou consistência após a “invasão do território”.¹⁰⁰⁵

Dessa forma, em relação ao ocorrido, Caracas solicitou a Brasília três medidas de urgência “*de este odioso crimen*”: uma explicação sobre a incursão em território venezuelano; os resultados das investigações e suas respectivas evidências; e severo castigo a quem resultasse culpado.

O governo brasileiro garantia a idoneidade e transparência das investigações. Informou ao governo venezuelano pela nota 180 sua disposição de deslocar até o local o chefe da Primeira Comissão Demarcadora de Limites, que propôs a realização de uma missão conjunta de verificação. Além disso, Brasília procurou garantir a coordenação bilateral para dar prosseguimento às investigações, garantindo o nível perfeito de entendimento em uma relação de tradicional amizade brasileiro-venezuelano. Resultou, então, no estabelecimento de uma Comissão Bilateral para tratar do assunto.¹⁰⁰⁶

A repercussão dos incidentes com os garimpeiros e os ianomâmis dava sinais de que o tempo diplomático e o tempo fronteiriço se aproximavam nas relações Brasil-Venezuela. “A virtual circunstância negativa [a contiguidade geográfica] mudou de sinal” e a diplomacia esteve atenta à opinião pública para não absorver a histeria e o sentimentalismo propagados pelos meios de comunicação.¹⁰⁰⁷

Valem as palavras de Reis para contextualizar as relações bilaterais naquele momento: “as dificuldades, desde 1988, na zona lindeira com a Venezuela foram sendo superadas graças à preservação de um clima de confiança recíproca”, que havia sido consciente e bilateralmente construída em torno do potencial de cooperação binacional.¹⁰⁰⁸

¹⁰⁰⁵ Idem.

¹⁰⁰⁶ Nota de respuesta del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil a la Embajada de la República de Venezuela en ese país, en relación con los sucesos en los cuales perecieron ciudadanos venezolanos miembros de la etnia Yanomami. Brasília, 10 de septiembre de 1993. ACMRE, Gabinete del Ministro, Brasil, 1993, Exp.1.

¹⁰⁰⁷ REIS, Fernando Guimarães. “O Brasil e a América Latina”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 2. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 24-28.

¹⁰⁰⁸ Idem.

Não obstante, internamente, a situação de CAP era muito complicada e receberia o tiro de misericórdia em sua carreira política em 1993, quando denúncias de corrupção aflorariam contra ele.

De fato, o *Fiscal General* da nação apresentou uma ação acusatória contra Pérez por suposto desvio de recursos, no montante de 17 milhões de dólares, em uma transação envolvendo o Banco Central Venezuelano (BCV), o Ministério do Interior e a Presidência da República. O recurso, no valor de 250 bilhões de bolívares, foi convertido pelo Recadi em dólares para ser utilizado pelo Ministério do Interior em “gastos em segurança do Estado”, mas foi redirecionado à Secretaria da Presidência a partir de um “cheque” emitido pelo BCV, que logo depois seria anulado.

A confusão e as incertezas dominaram o debate público. A opinião pública ficou contra Pérez, a mídia apressou-se em condenar o presidente por “*apropiación indebida*” de recursos públicos e, para piorar, o julgamento de um presidente da República no exercício de suas funções era algo inédito na vida pública venezuelana. Intelectuais e acadêmicos apoiaram a decisão do Fiscal General, Ramón Escovar Salom, que encaminhou seu parecer à Corte Suprema de Justiça. Esta decidiu, em 20 de maio, por 9 votos a 6: “*declarar que hay mérito para el enjuiciamiento del ciudadano Carlos Andrés Pérez*”.¹⁰⁰⁹

No dia seguinte, a Corte Suprema notificou o Senado que decidiu pela “*separación temporal do titular da Presidencia da República*”, ou seja, pelo impedimento de Pérez de continuar sendo o líder da nação, decisão ratificada em 31 de agosto de 1993, com a vacância absoluta do cargo.¹⁰¹⁰

Assumi, então, a presidência provisória o senador Octavio Lepage que preparou a eleição indireta, no Senado, de Ramón J. Velásquez, em 4 de junho de 1993. Velásquez governou a partir de 23 de agosto com respaldo de uma lei habilitante e normalizou o ciclo democrático, transmitindo o poder a Rafael Caldera, eleito em 5 de dezembro de 1993.

¹⁰⁰⁹ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 243; 289

¹⁰¹⁰ A sentença definitiva viria em 30 de maio de 1996 quando a Corte Suprema decidiu condenar Pérez a cumprir pena de 2 anos e 4 meses por *malversación genérica agravada* e obrigava a restituição, reparação ou indenização dos prejuízos causados ao patrimônio nacional. Pérez voltou à cena política venezuelana em 1998, quando foi eleito ao Senado pelo estado Táchira. LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 483-484; 506.

Com 78 anos de idade e a maioria deles dedicado à política nacional, Rafael Caldera assumiu pela segunda vez a presidência da Venezuela, trazendo novo alento a uma sociedade em franca desintegração.

Caldera havia deixado um país organizado e pacificado, 20 anos antes, mas encontrou uma Venezuela bem diferente: em transe com a ilusão da riqueza petroleira, moralmente em decomposição, inchada demograficamente e com todos os problemas usuais que a força demográfica traz consigo (falta de habitação ou péssima qualidade de moradias, periferias inchadas, grandes favelas, serviços públicos de péssima qualidade).

A ineficiência, a irresponsabilidade e a corrupção haviam sido características dos últimos governos que deixaram marcas indeléveis na sociedade venezuelana e que precisavam começar a ser apagadas com uma gestão promotora e reitora.

Primeiro, Caldera buscou incluir a iniciativa privada na promoção do bem-estar social, da ampliação da competitividade econômica nacional e da modernização do aparato público. Em seguida, precisava melhorar as condições econômicas gerais, quebrando a inércia inflacionária, estimulando a austeridade fiscal, combatendo a corrupção e promovendo a transparência das privatizações. Por fim, tratava-se de um esforço de redimensionamento do Estado, inchado desde a administração de Pérez, nos anos 1970.

De fato, Caldera retoma certo realismo em termos políticos, dando ênfase a setores importantes como saúde, educação e segurança, como forma de colocar ordem na casa. Convoca Miguel Angel Burelli Rivas para a pasta das Relações Exteriores. Para surpresa dos militares, decide assumir a condição de Chefe das Forças Armadas, prescindindo de um militar para tal posição. Ao mesmo tempo em que desagradou aos militares, fortaleceu sua imagem no conjunto dos democratas, que viam tal medida como o fortalecimento do poder civil em um país com tendências históricas militaristas.¹⁰¹¹

Em compensação, Caldera foi benevolente com aqueles militares envolvidos na tentativa de golpe de 1992. Não era admissível a eclosão de um grupo, organizado e atuante politicamente, no seio das Forças Armadas. A solução era abrir caminho para sua participação efetiva no jogo político nacional, onde poderiam ser “vigiados” pela opinião pública, pelo governo e pelos outros partidos políticos. Assim, Caldera assumiu uma posição

¹⁰¹¹ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 439.

conciliatória, à semelhança do que havia feito com os integrantes de “grupos terroristas” em sua política de pacificação nacional.

Dessa maneira, Hugo Chávez deixou o Forte Tiuna, em 26 de março de 1994, por uma medida presidencial denominada “*sobreseimiento*”, diferente de anistia e indulto, mas que o colocou definitivamente no caminho da política. Realmente, Chávez seria favorecido pelo fato de que aqueles eventos iriam deteriorar a confiança no governo e nas elites nacionais fazendo crescer o ceticismo e a suspeita na mentalidade coletiva venezuelana. Assim, comemorou o quarto aniversário daquele golpe em um comício na Praça Caracas, conclamando a população a segui-lo em um governo bolivariano de concertação nacional.¹⁰¹²

Além de tudo, Caldera teve que enfrentar crises econômicas internas, com intervenções bancárias, desvalorizações, um contexto de baixa no preço do petróleo, saídas de capital e baixa das reservas internacionais. A atmosfera de desconfiança incluiu ainda inflação alta e crônica (70% em 1994, 56% em 1995, 104 % em 1996 e 37% em 1997) e contração do PIB (-3,3% em 1994; -0,4% em 1996).

Como solução, utilizou a “lei habilitante” no último ano de mandato para finalizar algumas reformas financeiras e para contragolpear os efeitos da crise asiática que se propagava pelo mundo desde 1997.

Portanto, a fim de “sacar adelante” Venezuela, procurou estimular a criação de riqueza em outros setores que não o petroleiro, como agricultura, indústria e turismo. Além disso, fortalecer a PDVSA seria fundamental para superar a conjuntura crítica de baixos preços do petróleo, que chegou a patamares recordes de 10,57 dólares o barril.

Para tanto, determinou a expansão da produção, ampliação das reservas provadas, reativação de poços e recuperação de jazidas, desenvolvimento da Faixa do Orinoco, conformação de associações estratégicas entre governo e empresas e abertura ao capital internacional. Com isso, esperava-se constituir uma nova imagem internacional da empresa e do país, ampliando o próprio valor internacional da PDVSA.¹⁰¹³

A principal consequência da fraqueza petroleira era o déficit fiscal. Tratou de reordenar a pesada carga burocrática que arrastava a administração, baixando em 10% os salários do executivo nacional, recolhendo impostos que não eram arrecadados, por

¹⁰¹² CALDERA, Juan José. “El sobreseimiento de Chávez”, Caracas, 2007.

¹⁰¹³ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campíns a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 476.

incompetência ou corrupção, ou falta de instituições habilitadas para realizar esse controle; reforma fiscal com novos impostos, com um transitório referente a débito bancário e reabilitação de bancos falidos após anos de desastrosas gestões.

Caldera sabia que o futuro do país estava em jogo e que dependia da circunstância democrática prevalecer sobre outras tendências. Em tom profético, diria Caldera: “*tenemos que salvar la democracia, porque seria una trágica aberración sostener que para salvar al país hay que sepultar la democracia*”.¹⁰¹⁴

Em um contexto de afirmação democrática, o presidente brasileiro Itamar Franco visitou a Venezuela em 4 de março de 1994. O encontro com o presidente venezuelano Rafael Caldera se deu em La Guzmania e marcou renovado impulso às relações bilaterais e uma dimensão de alta prioridade aos mecanismos de consulta e diálogo político, dentro do tradicional “*espíritu de amistad*” que caracterizou a relação entre os dois países.¹⁰¹⁵

Um dos resultados institucionais mais importantes foi a criação da Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN), presidida pelos Ministros de Relaciones Exteriores, e integrada pelos ministros responsáveis por temas relevantes para a cooperação bilateral. Além disso, como forma de avaliar os alcances da COBAN, decidiu-se pela conveniência de encontros sistemáticos entre os presidentes dos dois países, inaugurando-se outra vertente do adensamento bilateral, pela via da diplomacia presidencial.¹⁰¹⁶

Caldera e Franco examinaram a situação da América Latina e do Caribe, percebendo como necessidade urgente consolidar a democracia e promover o desenvolvimento econômico e a justiça social. Decidiram adotar medidas eficazes para combater a pobreza, minimizar o custo social das necessárias medidas de ajuste econômico e de modernização, assim como promover o desenvolvimento ambientalmente sustentável.¹⁰¹⁷

¹⁰¹⁴ Idem. p. 472.

¹⁰¹⁵ LIMA, Maria Regina Soares & KFURI, Regina em “Política externa da Venezuela e relações com o Brasil”. *Papeis legislativos*. No. 6 (Out., 2007). Nessa fonte (p. 6), faz-se referência ao presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso como o mandatário que teria assinado o Protocolo com Caldera, quando na realidade foi o presidente Itamar Franco. Ver Comunicado Conjunto de los Gobiernos de Venezuela y Brasil suscrito en el marco de la visita de trabajo que hizo a Venezuela Itamar Franco, Presidente de la República Federativa del Brasil. La Guzmania, 4 de marzo de 1994.

¹⁰¹⁶ Comunicado Conjunto de los Gobiernos de Venezuela y Brasil suscrito en el marco de la visita de trabajo que hizo a Venezuela Itamar Franco, Presidente de la República Federativa del Brasil. La Guzmania, 4 de marzo de 1994.

¹⁰¹⁷ Idem.

Os presidentes passaram em revista à proposta brasileira da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA), que tinha por objetivo consolidar e convergir os processos de integração da região, fortalecendo a capacidade de ação internacional de seus membros. A essência era construir um “*espacio económico ampliado en la región*”, que contribuisse para dinamizar as relações econômicas sul-americanas e melhorando a inserção de seus países na economia internacional.¹⁰¹⁸

Além disso, a parceria energética permanecia ativa, com as intenções de examinar as formas de expandir os horizontes da cooperação petrolífera:

*incluyendo la posibilidad del incremento en la compra por Brasil de petróleo venezolano y el establecimiento de investigaciones conjuntas PDVSA/PETROBRAS para el mejor aprovechamiento de los crudos pesados. Acordaron también incluir la consideración de la adquisición de bitúmenes, como la Orimulsión, para complementar la oferta energética brasilera.*¹⁰¹⁹

Para dar continuidade aos entendimentos em La Guzmania, o governo brasileiro enviou o Secretário Geral do Itamaraty, embaixador Roberto Abdenur, entre 2 e 4 de maio de 1994, pra chancelar a criação dos Grupos de Trabalho bilaterais.¹⁰²⁰

Além disso, como forma de aproveitar de maneira eficaz as potencialidades da cooperação bilateral e aprofundar a concertação entre os dois países, Miguel Angel Burelli Rivas e Celso Amorim celebraram a II reunião da Comissão Binacional de Alto Nível em Caracas, nos dias 28 e 29 de julho de 1994.¹⁰²¹

¹⁰¹⁸ Comunicado Conjunto de los Gobiernos de Venezuela y Brasil suscrito en el marco de la visita de trabajo que hizo a Venezuela Itamar Franco, Presidente de la República Federativa del Brasil. La Guzmania, 4 de marzo de 1994.

¹⁰¹⁹ Idem.

¹⁰²⁰ Na ocasião foram criados seis grupos de trabalho. Grupo de Trabajo I: Comercio e Integración; Grupo de Trabajo II: Energía; Grupo de Trabajo III: Transporte y Comunicaciones; Grupo de Trabajo IV: Minería y Siderurgia; Grupo de Trabajo V: Medio Ambiente; Grupo de Trabajo VI: Desarrollo Fronterizo. Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, en ocasión de la visita oficial a Caracas del Secretario General de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Brasil, Embajador Roberto Abdenur, quien asistió a la II Reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. Caracas, 4 de mayo de 1994. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1994, pp.659-661.

¹⁰²¹ Ayuda Memoria suscrita por Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela y Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, sobre temas multilaterales de interés común a ambos países tratados en la II Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel. Caracas, 29 de julio de 1994. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1994, pp. 679-682.

Com Amorim e Burelli Rivas à frente das negociações bilaterais nasce outra possibilidade de convergência de visões de mundo sobre a necessidade de construção de um “novo consenso internacional” em torno de uma agenda para a paz e o desenvolvimento. O Brasil reforçou a questão da reforma do Conselho de Segurança que já contava com a simpatia venezuelana à “*aspiración brasileña de tener un puesto*” permanente no CSNU.¹⁰²²

Além disso, Celso Amorim expôs a Burelli Rivas os principais objetivos e características da proposta brasileira de criação da ALCSA, em prazo de dez anos, e que fosse complementar aos outros esquemas de integração dos quais ambos participavam. Burelli Rivas sinalizou positivamente o interesse venezuelano.¹⁰²³

A partir desse encontro, houve uma mudança da ênfase latino-americanista para outra, sul-americanista, tanto em Brasília quanto em Caracas. As políticas exteriores dos dois países passavam a atribuir clara prioridade às relações com a vizinhança sul-americana e, sem outro plano, perseguiam a retórica da integração latino-americana cujo objetivo seria a convergência entre os processos sub-regionais no marco da ALADI.¹⁰²⁴

Em relação à segurança regional, preocupava a situação do Haiti e de Cuba. Reforçaram o papel da ONU e OEA na reconstrução da economia haitiana e quanto à necessidade de Cuba aprofundar as reformas econômicas e de abertura e democratização, alcançando a reinserção do país caribenho no sistema interamericano.¹⁰²⁵

Da mesma maneira, esteve em Caracas o embaixador Sebastião do Rego Barros entre 15 e 16 de maio, no âmbito da IV reunião do Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil, para dar continuidade ao aprofundamento das relações bilaterais e passar em revista os entendimentos sobre as negociações do Pacto Andino com o Mercosul, para a conclusão de um acordo de livre comércio, além de avançar “*en la consideración del proyecto de interconexión eléctrica Guri-Manaos*”.¹⁰²⁶

¹⁰²² Ayuda Memoria suscrita por Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela y Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, sobre temas multilaterales de interés común a ambos países tratados en la II Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel. Caracas, 29 de julio de 1994. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1994, pp. 679-682..

¹⁰²³ Idem.

¹⁰²⁴ Ibidem

¹⁰²⁵ Ibidem.

¹⁰²⁶ Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre la agenda de trabajo desarrollada con motivo de la visita oficial a Venezuela del Secretario General del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, Embajador Sebastião do Rego Barros, en el marco de la celebración de la IV Reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. Caracas, 16 de mayo de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, pp.520-522.

Nos dias 12 e 13 de junho de 1995, Burelli Rivas visitou o Brasil na oportunidade da IV reunião da Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela (COBAN) para dar seguimento ao processo de intensificação da cooperação bilateral.¹⁰²⁷

Na reunião, foram expostos os progressos alcançados pelos Grupos de Trabalho em áreas fundamentais à cooperação bilateral. Foram realçados os entendimentos sobre as negociações do MERCOSUR com a Venezuela e o grupo Andino para a conclusão de um Acordo de Livre Comércio, a consideração do projeto de fornecimento de energia elétrica de Guri para o Brasil, e a conclusão da pavimentação da rodovia BR-174 entre Caracarái, Roraima e a fronteira da Venezuela.

Ademais, um conjunto de intenções foi reforçado no sentido de intensificar os estudos para o estabelecimento de conexões aéreas entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela; para a cooperação fronteiriça comercial, cooperação técnica em mineração, ciência e tecnologia; e para a realização de visitas técnicas nas áreas degradadas pela mineração ilegal nas regiões fronteiriças. De fato, ainda havia algumas dificuldades para a execução do esquema de cooperação recíproca para a detecção, vigilância, verificação e controle da penetração das atividades ilegais de mineração.¹⁰²⁸

Sem dúvida o ambiente fronteiriço continuaria emprestando força à integração bilateral. O alargamento da fronteira bem como sua vivificação catalisaria a autação das autoridades estaduais e municipais no “diálogo com vizinhos reais”. As relações com os países sul-americanos testemunhariam a erupção da dimensão federativa da política externa brasileira. Segundo Reis, “ao lidar com fronteiras (...) lidamos também com interesses

¹⁰²⁷ Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre la agenda de trabajo desarrollada con motivo de la visita oficial a Brasil de Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, quien asistió a la IV Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel Brasil-Venezuela. Brasília, 13 de junio de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, p. 528-530.

¹⁰²⁸ Idem. Os governadores de Roraima Otomar de Souza Pinto e Neudo Campos tiveram relevância na inauguração da paradiplomacia entre o Estado de Roraima e as regiões circunvizinhas da Venezuela. A preocupação primordial era fazer avançar uma agenda positiva em termos do desenvolvimento fronteiriço, aproveitando a interligação rodoviária da Br-174 entre Manaus, Boa Vista e Santa Elena. De toda feita, percebe-se que a partir de meados dos anos 1990 os tempos da chancelaria e da fronteira se “confundem”, na medida em que as relações bilaterais seguiriam sob a coordenação das chancelarias, mas com ampla participação das autoridades federais, estaduais e municipais.

singulares e locais” e por isso “a multiplicidade de vizinhos nos ensinou também a evitar simplificações: tudo é importante e cada situação merece uma atenção particular”.¹⁰²⁹

Nesse sentido, Rafael Caldera recebeu Fernando Henrique Cardoso em Caracas entre os dias 3 e 5 de julho de 1995 nas comemorações do centésimo octagésimo quarto *Aniversario de la Firma del Acta de Independencia de la República de Venezuela*.

A mudança mais importante em relação aos contatos com Itamar Franco foi a definição de uma estratégia comum, sintetizada na premissa de se pensar uma “*visión prospectiva de la integración bilateral*”. Nas palavras de Cardoso: “fazer das relações entre estes dois vizinhos amazônicos uma parceria completa e operacional, firmemente ancorada no presente e com os olhos postos no futuro”.¹⁰³⁰

Cardoso procurou reforçar a aliança entre os brasileiros e venezuelanos que “vem, portanto, de muito longe” e que o “reencontro entre o Brasil e a Venezuela” tinha uma direção certa: uma parceria renovada e forte entre dois vizinhos que reconhecem mutuamente sua importância.¹⁰³¹

Parecia ser essencial “ampliar a moldura institucional” para que houvesse a intensificação da cooperação bilateral. Assim, do encontro Cardoso-Caldera resultou a criação dos Grupos de Trabalho sobre Comunicações, Planejamento e Orçamento. Também culminou na assinatura de um Acordo de Cooperação sobre Telecomunicações, a fim de padronizar as comunicações entre ambos e fortalecer os vínculos científicos e técnicos naquele campo, abrindo espaço para a cooperação empresarial e o intercâmbio de serviços e equipamentos.¹⁰³²

¹⁰²⁹ REIS, Fernando Guimarães. “O Brasil e a América Latina”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 2. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 24-28.

¹⁰³⁰ Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene do Congresso Venezuelano. Caracas, 4 de julho de 1995. In RESENHA de Política Exterior do Brasil Número 77, 2o semestre de 1995, Ano 22. p. 18.

¹⁰³¹ Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, Caracas, em 4 de julho de 1995. In RESENHA de Política Exterior do Brasil Número 77, 2o semestre de 1995, Ano 22. p. 13.

¹⁰³² Acta de Miraflores, suscrita por Rafael Caldera, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Henrique Cardozo, Presidente de la República Federativa del Brasil. Caracas, 4 de julio de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, p. 545-552.

Na Venezuela criou-se um Grupo Parlamentar para tratar das questões bilaterais e dialogar com um grupo homólogo que já funcionava no Brasil, facilitando a cooperação e a integração.¹⁰³³

Voltou a ser ventilado o assunto da reforma da ONU, para adequá-la aos tempos modernos, e reestruturar o Conselho de Segurança para dotá-lo de maior representatividade, legitimidade, transparência e eficácia. A Venezuela, tacitamente, apoiava a ampliação do número de membros permanentes, mas não deixava expresso que o Brasil deveria ser o representante da América Latina.¹⁰³⁴

Do encontro Caldera-Cardoso amadureceu o projeto de interligação energética entre Brasil e Venezuela, respectivamente, por suas regiões norte e sul, mediante a conformação do chamado “linhão de Guri”. Foram levados adiante os estudos técnicos necessários à viabilização do projeto de geração de energia na Hidroelétrica Raúl Leoni, em Guri, transmissão até a fronteira em Santa Helena pela EDELCA, empresa de energia da Venezuela, para assim ser retransmitida pela Eletronorte até Boa Vista e Manaus.¹⁰³⁵

O incremento no envio de petróleo e derivados da Venezuela ao Brasil mantinha a lógica do eixo energético como prioritário. Além disso, as perspectivas eram mais favoráveis à cooperação entre PDVSA e Petrobras, mediante pesquisas conjuntas e associações para o desenvolvimento de projetos de interesse comum, pelo investimento venezuelano no setor de refino no Brasil e pela participação brasileira na exploração do óleo pesado venezuelano.

Procuraram também acelerar as negociações para a conclusão de um Acordo de Complementação Econômica no marco da ALADI. O acordo abarcaria redução de barreiras comerciais, medidas de incentivo ao comércio fronteiriço, promoção e proteção de investimentos, facilidades ao comércio de serviços, propriedade intelectual e acesso a compras governamentais.

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Venezuela, entre os dias 3 e 5 de julho de 1995, revestiu-se de grande significação política, conforme pôde ser evidenciado tanto pela substância das declarações e acordos assinados, quanto pela extraordinária atenção dedicada pelo governo e meios de comunicação venezuelanos.

¹⁰³³ Acta de Miraflores, suscrita por Rafael Caldera, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Henrique Cardoso, Presidente de la República Federativa del Brasil. Caracas, 4 de julio de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, p. 545-552..

¹⁰³⁴ Idem.

¹⁰³⁵ Ibidem.

A diplomacia presidencial foi ativada com força na gestão de Cardoso, que contava ainda com a atuação destacada de Luis Felipe Lampreia como chanceler. O objetivo principal da gestão de Lampreia à frente do Itamaraty era “inserir o Brasil no *mainstream* internacional, afastando-nos gradualmente das posturas terceiro-mundistas que haviam sido articuladas no passado e das ambigüidades que tiveram origem no regime militar”, como a questão nuclear e a relação especial com os EUA.¹⁰³⁶

Em relação à América do Sul, além dos problemas financeiros que minavam a capacidade econômica dos países da região, o Brasil receava que a erupção de antigos conflitos, como a contenda Equador-Colômbia de 1995, gerasse “uma avaliação negativa de nossa imagem” e interferisse no processo de aproximação regional. Lembra Lampreia que foi um período de “aprofundamento considerável” das relações com a Venezuela, iniciado durante a gestão de Itamar Franco.¹⁰³⁷

Para tanto, qualificou de “importante visita” a realizada por Rafael Caldera em maio de 1996, pois “consolidou a aproximação com um país que tradicionalmente estivera distante do Brasil, herdeiro que era da suspicácia de Bolívar sobre nosso país”. Lampreia considerava como projeto bilateral mestre a “interligação elétrica, com o fornecimento ao norte brasileiro da energia hidrelétrica venezuelana de Guri”. Porém, conta o chanceler que alguns setores do governo brasileiro estavam mais inclinados a priorizar o gás de Urucum na Amazônia.¹⁰³⁸

Em abril de 1997, Caldera e Cardoso deram sequência ao diálogo de alto nível existente entre ambos os governos e reuniram-se em Boa Vista e Manaus, oportunidade em que foi lançado o edital de licitação das obras da linha de transmissão de energia elétrica da Venezuela para o abastecimento do estado brasileiro de Roraima. Fernando Henrique relembra o encontro: “recebi-o [Rafael Caldera] em Boa Vista. Assinamos acordos de petróleo e energia elétrica. Pela primeira vez um presidente da Venezuela olha para o Sul”.¹⁰³⁹

¹⁰³⁶ LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 144.

¹⁰³⁷ Idem. p. 150.

¹⁰³⁸ Ibidem.

¹⁰³⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 127.

A partir de então, durante os anos de 1996 e 1997, ocorreram uma série de encontros resultantes dos compromissos assumidos entre os dois governos nos anos anteriores e que davam mostras de que as ondas de adensamento persistiriam para a década seguinte.¹⁰⁴⁰

Tabela 6 – Comércio Brasil – Venezuela			
(1994-1997)			
Ano	Exportação	Importação	Sado
1994	281.627.331	551.224.278	- 269.596.947
1995	480.892.126	823.363.292	- 342.471.166
1996	454.418.745	976.347.134	-521.928.389
1997	768.145.996	1.006.150.255	-238.004.259
Volume parcial acumulado	1,985 bilhão	3,357 bilhões	- 1,372 bilhão

Fonte: Tabela adaptada SECEX-MIDIC; Padrão US\$/FOB.

De fato, como atestava o Secretário-Geral do Itamaraty, Sebastião do Rego Barros, a diplomacia brasileira operaria consoante um patrimônio histórico, não admitindo “mudanças irrefletidas ou bruscas”. Assim, era lógico buscar o fortalecimento e a criação de parcerias

¹⁰⁴⁰Os principais avanços foram: IV Reunión del Grupo de Trabajo V “Medio Ambiente” de la Comisión Binacional de Alto Nivel Venezuela-Brasil (05.02.1996); V Reunión del Grupo de Trabajo V “Medio Ambiente” de la Comisión Binacional de Alto Nivel Venezuela-Brasil (27-28.03.1996) IV Reunión del Grupo de Trabajo VI “Desarrollo Fronterizo”. 04.05.1996; V Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel. 10-11.10.1996; II Reunión del Grupo de Trabajo “Planificación”. 12.11.1996; Comunicado de Prensa emitido por los Gobiernos de Venezuela y Brasil sobre las relaciones bilaterales, la Comunidad Andina y el Mercosur hacia el Libre Comercio. 11.10.1996; Firma de Convenios en la ciudad de Boa Vista. Declaración Conjunta de los Presidentes de Venezuela y Brasil. 04.1997; Acta de la IV Reunión Binacional del Grupo de Trabajo sobre Minería Ilegal Venezuela-Brasil. 27-29.05.1997; Reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. 09.06.1997; V Reunión del Grupo de Trabajo VI “Desarrollo Fronterizo” Venezuela-Brasil (18-19.09.1997); VI Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel Venezuela-Brasil (COBAN) (08.12.1997); Ajuste Complementario al Convenio de Amistad y Cooperación entre el Gobierno de la República de Venezuela y el Gobierno de la República Federativa del Brasil en materia de Sanidad Animal y Sanidad Vegetal (08.12.1997)

com base em interesses concretos, como a ampliação da atividade econômica e da presença internacional do Brasil.¹⁰⁴¹

Como se pode apreciar da tabela 6, uma das dimensões da parceria Brasil-Venezuela que mais evoluiu entre 1994 e 1997 foi a comercial, principalmente em termos do volume acumulado de exportações e, principalmente, de importações brasileiras.

Por um lado, houve a transição de uma fase mais equilibrada de comércio bilateral, mas de menor intensidade, entre 1989 e 1993, para outra de desequilíbrio, mas de intensidade elevada entre 1994 e 1997. Da mesma forma, houve um incremento das exportações brasileiras à Venezuela, mas uma “explosão” nas importações dos produtos venezuelanos. De toda feita, pode-se dizer que o incremento absoluto na corrente de comércio bilateral dava mostras da intensificação das trocas entre os dois países.

Uma colocação de Lampreia sumariza o estágio alcançado nas relações Brasil-Venezuela: “Não basta ser grande individualmente, é preciso ser grande na capacidade de gerar parcerias”.

Portanto, a história das relações bilaterais Brasil-Venezuela adquiriu uma “intensa familiaridade” entre os presidentes, as chancelarias e mesmo as sociedades dos dois países, respaldado na ativação das forças econômicas, o que denotava que a parceria estava pronta a adquirir um “sentido histórico”.¹⁰⁴²

Considerações parciais

Este capítulo procurou reconstruir o processo de adensamento de relações bilaterais levadas a cabo no período 1979-1997. Como alicerces desse processo e dos fenômenos formadores do solo histórico das relações Venezuela-Brasil estavam a democratização, as relações fronteiriças e as ondas.

¹⁰⁴¹ Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil, promovido pela Universidade de Brasília e pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 5 de novembro de 1996. *Resenha de Pol. Ext. Brasil*, a. 23, n. 79, 2º semestre 1996, p. 147.

¹⁰⁴² “A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil”. Palestra proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1º de abril de 1997. *RESENHA de Política Exterior do Brasil*, Número 81, 1º semestre de 1997, Ano 24, p. 39.

O ano de 1979 seria marcado pela visita do presidente brasileiro João Baptista de Oliveira Figueiredo a Caracas. Os resultados alcançados pelo encontro Saraiva Guerreiro e Zambrano Velasco, e a criação de um clima propício ao amadurecimento pela diversificação das relações bilaterais, que estavam em franca expansão, e começavam a ganhar uma dinâmica própria.

Durante os anos de Sarney e Lusinch, a retomada da credencial democrática por parte do Brasil desarma as forças de relutância e abre espaço para um sentido mais claro sobre as possibilidades de uma parceria entre os dois países.

Com Caldera e Franco, as relações bilaterais deram um salto de qualidade, que culminou no encontro presidencial de março de 1994 e na assinatura do Protocolo de La Guzmania. Com esse instrumento bilateral, procurou-se estabelecer a construção de uma agenda ampla e diversificada, na qual se destacam as iniciativas em matéria de integração física, energética, desenvolvimento fronteiriço e cooperação em meio ambiente e outros campos.

No momento seguinte de estabelecimento das bases de sustentação da parceria brasileiro-venezuelana, o governo de Fernando Henrique Cardoso conseguiu desenvolver com Caldera uma visão prospectiva das relações Brasil-Venezuela. A mensagem do Brasil era a de “olhar à frente”.

Além disso, buscou-se implementar uma nova moldura institucional para o encaminhamento de tais iniciativas, na forma da Comissão Binacional de Alto Nível (presidida pelos Chanceleres) e de seus Grupos de Trabalho, bem como do Mecanismo Político de Consultas (composta por Vice-Chanceleres ou seus equivalentes). Essa nova moldura contribuiu para aumentar os contatos governamentais de alto nível, desempenhando um papel facilitador para o crescimento e interação entre os setores privados e dinamizando o contínuo acompanhamento dos projetos comuns.

A primeira camada do adensamento bilateral tratou dos seguidos encontros de chefes de Estado, a multiplicação das visitas dos ministros de estado, de empresários, de técnicos, artistas, acadêmicos e estudantes, demonstrando o acelerado ritmo da aproximação.

O desenvolvimento dos contatos bilaterais de alto nível entre os governos brasileiro e venezuelano se renovou e se tornou mais frequente, com maior intercâmbio de informações e acerto de posições. Paralelamente, foi colocado em marcha um processo de cooperação política e econômica, por meio da chamada diplomacia presidencial, fundamental para a construção da parceria estratégica nos governos seguintes.

Segundo, uma variável importante para explicar o novo grau de aproximação entre brasileiros e venezuelanos foi o processo desencadeado com o movimento político das “diretas já” em 1984 e da eleição de Tancredo Neves, em 1985, pelo povo brasileiro. Na ótica venezuelana, a redemocratização recolocou o Brasil como uma opção confiável de parceria no contexto regional. Do ponto de vista brasileiro, fomentou o rechaço a todo tipo de manifestações imperialistas que tinham marcado fortemente o período anterior.

Terceiro, o eixo energético se ramificou e diversificou as possibilidades de cooperação entre Brasil e Venezuela. O aumento significativo no provimento de petróleo venezuelano ao Brasil foi seguido das trocas em petroquímica, nas pesquisas tecnológicas e energéticas em geral, na parceria entre a PDSVSA e a Petrobras. Em síntese, o eixo energético se consolidou como promotor de confiança na relação entre Caracas e Brasília.

Quarto, no plano comercial, a ampliação do intercâmbio teve como destaque as compras de petróleo venezuelano que passaram a situar a Venezuela como o terceiro principal fornecedor do Brasil.

Quinto, a dimensão das relações fronteiriças continuou ancorando a densidade histórica brasileiro-venezuelana. A criação da OTCA e a inclusão dos estados e municípios como agentes e partícipes do processo de integração bialteral foram exemplos do complexo movimento integrativo, da subnacionalidade à intergovernabilidade.

Assim, vale destacar a participação dos governadores do Amazonas, de Roraima e do estado Bolívar, além de parlamentares desses estados, nos encontros, visitas e discussões sobre as relações bilaterais. Com isso, agregava-se um componente regional de grande importância para o caráter transfronteiriço das relações bilaterais entre os dois países.

Por último, as duas crises envolvendo indígenas e garimpeiros transformaram qualitativamente as relações bilaterais, pois se tornaram referência nos debates entre as sociedades e na conformação de regras atualizadas de conviência, como foi o protocolo de *La Guzmania*, no qual se encaminhou a questão da mineração ilegal na região fronteiriça.

Capítulo 6

O sentido da parceria

(1998-2010)

“queremos dar *sentido* às nossas vidas e muitas vezes nos perguntamos qual o lugar que ocupamos na sociedade em que vivemos e como chegamos até ele (...) tais histórias e questionamentos inevitavelmente nos levam ao passado” (Margaret Macmillan).¹⁰⁴³

“*Sentido* articula percepção, interpretação, orientação e motivação, de maneira que a relação do homem consigo e com o mundo possa ser pensada e realizada na perspectiva do tempo” (Jorn Russen).¹⁰⁴⁴

"A intensidade diplomática é consequência e fator gerador de mudança qualitativa na política externa" (Celso Amorim).¹⁰⁴⁵

Parcerias bilaterais não se sustentam em pontes “imaginárias”. A parceria brasileiro-venezuelana se constituiu com base em um senso histórico de oportunidade, reflexo do adensamento das relações econômicas e comerciais, da ampliação dos contatos de alto nível entre seus chanceleres e presidentes, bem como por decisões políticas com elevado teor de componente estratégico.

Como consequência, ambas as sociedades foram envolvidas em uma trama complexa de acontecimentos e fenômenos que as entrelaçaram e deram sentido à noção de uma parceria entre os dois países.

Um dos alicerces da parceria brasileiro-venezuelana veio com a aliança política entre os presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez que

¹⁰⁴³ MACMILLAN, Margaret. Usos e abusos da história. Rio de Janeiro: Record, 2010. p.9.

¹⁰⁴⁴ RUSEN, Jorn. Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora UnB, 2001. p.156.

¹⁰⁴⁵ Resenha de Política Exterior do Brasil, Número 95, 2o semestre de 2004, Ano 31. p. 211.

culminou na “aproximação definitiva” (1998-2002) e na constituição de uma parceria estratégica (2003-2006). Ao mesmo tempo, a manifestação histórica da parceria trouxe resquícios do passado de relutância e evidenciou os limites inerentes à aliança entre os dois países, o que explica o esfriamento do ímpeto de integração bilateral por um movimento de “retraimento vigilante” (2007-2010).

6.1. Hugo Chávez no horizonte brasileiro (1998-2002)

A aparição de Hugo Chávez no contexto político latino-americano gerou um misto de curiosidade e apreensão entre acadêmicos, jornalistas, diplomatas e estadistas. Antes de analisar o impacto desse fenômeno para a política externa brasileira é preciso entender como alcançou o poder e quais as transformações operadas na Venezuela a partir de então.

Chávez simbolizou, dentre outras coisas, o fim de uma era que se perpetuara na Venezuela desde 1958. Para Manrique o fenômeno da “chavezmania” foi uma consequência da crise de legitimidade do sistema político venezuelano.¹⁰⁴⁶

No plano estrutural, o compromisso de 1958 entre os líderes dos principais partidos venezuelanos tivera um caráter circunstancial e transitório. Primeiro, como um arranjo político para garantir a transição pacífica da ditadura perezjimenista para a democracia. Segundo, como forma de ampliar o controle do Estado sobre a renda petroleira até o nível máximo, o da nacionalização. Logo, o bipartidarismo e a alternância de poder entre AD e Copei transformou-se em uma hegemonia “adenista”, assim como a democracia deixou de ser o objetivo síntese, se sujeitando aos ditames econômicos das elites políticas.

O Pacto Punto Fijo passou a se sustentar na conveniência de acordos entre atores políticos diversos, como as Forças Armadas, a mídia e a Igreja, entre outros, a fim de garantir a governabilidade do país. Assim, eram feitas articulações para a definição de nomes das diretivas de comissões e congressos, ministérios, cortes jurídicas, conselhos e órgãos governamentais em geral.¹⁰⁴⁷

No plano conjuntural, a crise econômica da década de 1980 detonou uma avalanche de constrangimentos à estabilidade política e econômica interna. Como consequência, vários

¹⁰⁴⁶ MANRIQUE, Luis Esteban González. “La revolución bolivariana de Hugo Chávez: ¿un nuevo modelo para el continente?”. *Política Exterior*, vol 13, n 72, nov-dec, 1999. 19-33.

¹⁰⁴⁷ LUONGO, Luis José Silva. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007. p. 27-28.

fatores aglutinaram-se em um plano circunstancial, nos anos 1990, decretando o fim do Punto Fijo. Conforme Villa, o “descalabro político” do segundo governo Carlos Andrés Pérez teria gerado algumas das condições para o fenômeno Chávez.¹⁰⁴⁸

Por um lado, um sentimento nacional de ojeriza tomou conta dos venezuelanos em relação aos partidos políticos tradicionais e suas lideranças, pois os principais dirigentes do país foram guiados por questões de prestígio, ambição pessoal, culto à personalidade e à auto-imagem, relegando a segundo plano os anseios da sociedade.

Por outro, a inflação crescente, a insolubilidade do problema da dívida, as tentativas de golpes militares, os escândalos de corrupção nos altos escalões do governo, as críticas exacerbadas às lideranças tradicionais, o desinteresse eleitoral e os erros de estratégia político-eleitoral da oposição levaram a Venezuela pelo caminho da renovação política.

Logo, “a umidade lenta e persistente” que vinha corroendo o sistema político venezuelano encontrou um quadro conjuntural e circunstancial propenso a erodir e colapsar o Pacto de Punto Fijo, deixando um “vazio político-ideológico” e abrindo espaço para o radicalismo transformador do discurso chavista.¹⁰⁴⁹

Quando Rafael Caldera volta ao poder como candidato independente, em 1993, o modelo de 1958 havia se exaurido com a “esterilização” política da Venezuela, pois durante várias gerações se haviam perpetuado no poder as mesmas figuras, o que criou obstáculos para uma renovação de aspirações e personalidades.

Por isso Hugo Chávez marcou a história venezuelana, ao encarnar o sentido da renovação política, ao atender como nenhum outro ao anseio popular por uma mudança radical e por promover uma “transição política operada pela circulação de elites na Venezuela.”¹⁰⁵⁰

Havia, então, um plano por trás da carga emocional dos discursos e da histeria em torno da imagem do estadista? Qual a estratégia e as concepções táticas que respaldaram Chávez?

¹⁰⁴⁸ VILLA, Rafael Duarte. “Carlos Andrés Pérez (1921-2010), de líder regional ao impeachment”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 167.

¹⁰⁴⁹ ROMERO, Carlos. “Venezuela: de um sistema político a outro”. *DEP*, n 2, jan-mar 2005. p. 200.

¹⁰⁵⁰ VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: projeto de refundação de República”. *Lua Nova*, n 49, 2000.

6.1.1. Chávez: grandes linhas de atuação

A estratégia dual de Chávez concebia, ao mesmo tempo, um plano nacional de reconstrução da Venezuela sob a égide do “socialismo do século 21” e um plano pessoal de perpetuar-se no poder mediante um processo continuado de refundação nacional. Para tanto, Hugo Chávez utilizou um conjunto de movimentos táticos, iniciados com a instalação de uma Assembléia Constituinte e a aprovação de uma nova Constituição, em 1999, que substituiria “la moribunda” de 1961.

Uma das táticas de governo era transformar em palco para o teatro político cada embate político, cada referendo e plebiscito, cada eleição presidencial e municipal, estimulando o debate inflamado e a argumentação retórica em torno das características messiânicas do “novo começo” da nação. Uma vez no poder, era mister desmontar o jogo de poder das elites e enfraquecer a oposição como forma de garantir a “refundação continuada” da Nação.¹⁰⁵¹

Outra tática de Chávez foi resgatar e “rejuvenescer” o discurso bolivariano. O uso da figura de Simón Bolívar permitia que tal símbolo da nacionalidade venezuelana se transformasse numa fonte de legitimidade e de autoridade para o presidente. Assim, ao recriar o discurso bolivariano e manipular os recursos simbólicos, Chávez tentava dar forma a seu projeto de poder.

De fato, alguns estadistas procuram garantir sua imortalidade com a construção de estátuas, monumentos e mausoléus, filmes e fotografias. Os “líderes políticos sempre souberam do mérito obtido ao se compararem com grandes figuras do passado. Isso os ajuda a ganhar estatura e legitimidade como herdeiros das tradições de suas nações”.¹⁰⁵²

Outra tática importante para a manutenção de Chávez no poder foi o uso da democracia plebiscitária como uma blindagem contra os partidos tradicionais e contra a sombra do autoritarismo que dava fôlego ao discurso oposicionista doméstico e estrangeiro.

Aproveitando-se do respaldo jurídico, dado pela Constituição de 1999 e pelo controle do poder judiciário, Chávez decidiu mudar as instituições, desequilibrar a balança de poder interno a favor de seu projeto de governo, reciclar o papel das Forças Armadas e incorporar

¹⁰⁵¹ VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. *Estudos Avançados*, vol. 19, n 55. São Paulo, 2005. p. 158-159. Elucidativo do pensamento de Chávez sua citação de Trosky, “La revolución es permanente nunca termina. Vámonos con Trosky. Es Trosky el que tiene la razón. La revolución no termina”. Libro Amarillo Año 2007, Ministerio de Relaciones Exteriores, Caracas: 2008. p. 896.

¹⁰⁵² MACMILLAN, Margaret. Usos e abusos da história. Rio de Janeiro: Record, 2010. p. 31-32.

novos atores políticos na condução do Estado, criando condições institucionais para a circulação das elites.¹⁰⁵³

Literalmente, Chávez “enterraria” a velha ordem ao ser testemunha do falecimento das principais figuras que estiveram envolvidas nos rumos políticos da Venezuela.¹⁰⁵⁴

Nesse sentido, quais foram as grandes linhas de atuação de Chávez para a consecução de seu projeto de poder?

Resumidamente, a revitalização das políticas públicas, pela implementação acelerada das missões bolivarianas, o resgate histórico dos símbolos nacionais, como o culto à Simon Bolívar, e a manipulação da polaridade social e política funcionaram como amálgama entre o projeto de governo e a sociedade venezuelana.

Missões bolivarianas¹⁰⁵⁵

No âmbito educacional, as missões *Sucre*, *Ribas*, *Robson I* e *II* vêm servindo ao propósito de melhorar os índices nacionais, garantindo a continuidade dos estudos àqueles que nunca conseguiram concluir ensino médio ou superior; além disso, objetivam uma alfabetização maciça da sociedade. Com a missão *Che Guevara*, busca-se a conformação do novo homem socialista, respaldado pelos valores éticos, políticos e ideológicos capazes de transformar o modelo socioeconômico do país. Por fim, a missão *Ciencia*, de 19 de fevereiro de 2006, está dirigida a modelar uma nova cultura científica e tecnológica na constituição de

¹⁰⁵³ VILLA, Rafael Duarte. “Venezuela: projeto de refundação de República”. *Lua Nova*, n 49, 2000.

¹⁰⁵⁴ Luis Herrera Campins (1979 a 1984), do COPEI, morreu no dia 9 de novembro de 2007 aos 82 anos, em sua residência de Caracas. O COPEI declarou três dias de luto e solicitou que o governo de Hugo Chávez o estendesse a todo país, como era tradicional na Venezuela. Rafael Antonio Caldera, fundador do partido Copei em 1946 e um dos ícones da democracia no país, presidente de 1969 a 1974 e de 1994 a 1999, faleceu no dia 24 de dezembro de 2009. Curiosamente, os parentes do ex-presidente não quiseram que o governo Hugo Chávez prestasse qualquer homenagem. Carlos Andrés Pérez morreu em 2010 como uma figura “decrépita e apagada”, deixando na história seus momentos de glória e brilho como líder político da América Latina. “Morre Rafael Caldera, ex-presidente da Venezuela”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,morre-rafael-caldera-ex-presidente-da-venezuela,486800,0.htm>; “Morre o ex-presidente da Venezuela Luis Herrera Campins”. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2007/11/09/ult34u192723.jhtm>. “Ex-presidente da Venezuela Carlos Andrés Pérez morre aos 88 anos”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,ex-presidente-da-venezuela-carlos-andres-perez-morre-aos-88-anos,658208,0.htm>. Acessados em 20-5-2011. Ver VILLA, Rafael Duarte. “Carlos Andrés Pérez (1921-2010), de líder regional ao impeachment”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 163-96.

¹⁰⁵⁵ Informações compiladas do site oficial do governo venezuelano: www.gobiernoonlinea.com.ve; Ver em especial “Missões sociais”, capítulo 12 do livro de Bart Jones *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008. p. 411-425; GEHRE, Thiago. “A Venezuela após o referendo de 2009: percepções e contextualizações”. In: NOLASCO, Danilo (org). *Brasil e América Latina: colaboração e conflito* ed.São Paulo: Francis, 2009, p. 101-139.

redes pluralistas de uso extensivo e intensivo do conhecimento, visando ao desenvolvimento endógeno.

Para combater a fome e a pobreza, o governo implantou a missão alimentação, ou *Misión Mercal*, em 2004. As ações em andamento são de comercializar gêneros alimentícios de primeira necessidade, perseguindo a segurança alimentar da população. Está estruturada pela conformação de Frentes Comunitárias de Soberania Alimentar, Estabelecimentos Mercal (pequenos mercados, mercados abertos e mercados móveis), que vendem produtos a um custo abaixo do padrão; e Rede Social Mercal, que auxilia as famílias mais pobres da comunidade com subsídio e assistência.

Como parte dessa proposta, o governo criou a *Productora y Distribuidora Venezolana de Alimentos* (Pdval) e uma nova lei de *Salud Agrícola Integral*, com um instituto de competência estatal para regular rigorosamente o uso de defensivos agrícolas. Trata-se de uma concepção ambientalmente sustentável da produção de alimentos, que passa a fazer parte do projeto alimentar nacional. Além disso, montou a missão *Negra Hipólita* que está dirigida a combater a marginalidade e ajudar meninos e meninas de rua.

No plano da reestruturação social, quatro políticas públicas se destacam. Em primeiro lugar, a Missão *Arbol*, de 2006, que nasceu com a finalidade de despertar a consciência ecológica, recuperar áreas degradadas e conservar a cobertura vegetal do país. E Missão *Cristo*, considerada a principal de todas as missões, pois visa erradicar totalmente a pobreza no país até 2021, tendo como referencial as Metas do Milênio, da ONU.

Em segundo lugar, a Missão *13 de Abril*, criada no ano de 2008, com o objetivo de montar as Comunas Socialistas e fortalecer o poder popular. Deve ser executada em duas etapas: primeiro, buscar melhorar a qualidade de vida da população atuando nos problemas mais prementes de cada região e bairros. Depois, partir para a criação das Comunas, que serão núcleos autossustentáveis. Em terceiro lugar, a missão *Villanueva* de redistribuição espacial e reurbanização. Em quarto, a missão *Zamora*, de dissolução dos latifúndios e potencialização do aproveitamento da terra para a produção agrícola.

Administrativamente, o governo Chávez vem implementando os *Consejos Comunales*, unidades básicas da nova sociedade venezuelana que se empenham em promover a participação popular e que servem como polos de conscientização de operários e camponeses. Além disso, pretende-se transformar fazendas e terras improdutivas em centros

de produção socialista, os chamados *Núcleos de Desarrollo Endógeno*, compostos por cooperativas, clínicas populares, centros culturais, fábricas e galpões de armazenamento.

Normalmente, se desenvolve toda a cadeia de produção, do plantio, colheita e armazenamento até o processamento para convertê-los em bens finais para comercialização local, para atender às demandas daquela comunidade, e até para exportação. Objetiva-se também a fabricação das chamadas “petrocasas”, conjuntos habitacionais construídos pelos próprios moradores, cooperativistas, com dinheiro proveniente dos lucros da PDVSA.

No âmbito da saúde e da assistência social, as missões *Sonrisa, Barrio Adentro I, II e III* foram montadas entre 2003 e 2006 para atender, prioritariamente, à saúde da população em um nível comunitário, garantindo o acesso aos serviços médicos com a criação de consultórios e clínicas populares, Centros de Diagnóstico Integral (CDI) e Salas de Reabilitação Integral. A evolução da missão tem buscado a modernização tecnológica dos equipamentos e a ampliação da infraestrutura médico-hospitalar.

Em julho de 2004, criou-se a missão *Milagro* para atender à população, principalmente da terceira idade, possuidora de transtornos visuais degenerativos e limitantes da autonomia humana. Em março de 2008, o governo anuncia a missão *José Gregorio Hernández* para atender às pessoas portadoras de deficiências, com atenção aos familiares inclusive. Além disso, a missão *Madres del Barrio* busca dar assistência às mães que vivem em dificuldades econômicas e sociais. Por fim, a missão *Identidad*, para cadastrar e identificar os cidadãos venezuelanos, ou estrangeiros, que viviam até então indocumentados.

No plano cultural, foram elaboradas as missões *Cultura, Guaicaipuro e Música*. Elas devem atender prioritariamente à democratização do acesso à leitura, das manifestações culturais regionais e locais, do incentivo à música desde a idade infantil, com a formação de coros e orquestras; da preservação do patrimônio artístico-cultural; dos direitos dos povos indígenas e originários; da garantia das identidades dos grupos sociais.

Em contraste com seus predecessores, Chávez procurou colocar o bem-estar social da população pobre como a prioridade principal de seu governo. Não obstante, não se pode esquecer de que permanece muito grande o abismo entre a retórica chavista e as prioridades políticas de seu governo.¹⁰⁵⁶

¹⁰⁵⁶RODRIGUEZ, Francisco. An Empty Revolution: The Unfulfilled Promises of Hugo Chávez. *Foreign Affairs*, March/April 2008.

O poder dos símbolos

Ao passear por *Los símbolos*, denominação de uma praça na região de São Pedro, em Caracas, é possível perceber um pedestal de mármore com três figuras representativas da pátria de Bolívar: a bandeira (de 1806), o escudo (de 1836) e o hino (de 1881).

Chávez, como muitos antes dele, aproveitou-se dos símbolos pátrios em seus discursos e “encenações” políticas para atrair a atenção da população para seu projeto político, assim como sinalizou, segundo Villa, para a emergência de uma nova elite política e social no país.¹⁰⁵⁷

A construção do socialismo do século 21 buscou, portanto, restabelecer os laços históricos com o pensamento dos libertadores, aproveitando-se do contexto das comemorações do bicentenário das independências na América Latina, que teve na Venezuela e na cidade de Caracas, em particular, um epicentro emancipador importante.

De Bolívar, o apelo ao anticolonialismo e uma postura denunciante contra o Império, e seu ímpeto por restabelecer o domínio sobre o Novo Mundo, refletem a retórica antiamericana e anti-Bush atrelada à política externa venezuelana. “Ayer vino el Diablo aquí, ayer estuvo el Diablo aquí, en este mismo lugar. Huele a azufre todavía esta mesa de donde me ha tocado hablar”.¹⁰⁵⁸

Além do Libertador, Chávez buscou inspiração em José Martí e no venezuelano Francisco de Miranda como referências para discursar sobre a integração regional. A visão martiniana sobre *Nuestra América* remetia à unidade e à solidariedade continental e alertava que vinculação geográfica não significava necessariamente integração política e econômica. Almirante envolvido diretamente na Batalha de Carabobo, Miranda simboliza a luta pelo território e pela soberania de América.

Uma figura pouco conhecida dos brasileiros, mas presença constante nos discursos de Chávez, é a de Francisco Morazan e seu projeto de Confederação Centro-Americana, que

¹⁰⁵⁷ Segundo Arenas e Calcaño, a alegoria bolivariana seria recriada diversas vezes pela classe política para dotar de legitimidade seu projeto de governo. ARENAS, Nelly & CALCAÑO, Luis Gómez. *Populismo autoritário: Venezuela 1999-2005*. Caracas: CENDES, UCV, 2006. p. 20-21.

¹⁰⁵⁸ Chávez complementar em seu Discurso na ONU: “Ayer, señoras, señores, desde esta misma tribuna, el Señor Presidente de los Estados Unidos, a quien yo llamo “El Diablo”, vino aquí hablando como dueño del mundo”. Intervención del presidente de la república bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez en el Sexagésimo Primer Periodo de Sesiones de la Asamblea General de las Naciones Unidas. Nueva York, 20 de septiembre de 2006 *Libro Amarillo, Ministerio de relaciones Exteriores, Caracas: 2007. p. 655.*

existiu entre 1830 e 1838. De Morazan afluíram a necessidade de formar um bloco de poder autônomo que garantisse a independência econômica e política dos povos americanos, pensamento que subsidiou ideologicamente a conformação da Alternativa Bolivariana para Nossos Povos da América (ALBA) como um bloco anti-hegemônico para o século 21.

A permanência das desigualdades sociais e da situação de dependência econômica e de subdesenvolvimento, como chaga da realidade latino-americana, seria o principal motivador para o resgate dessas tradições. Tais figuras não só se tornaram símbolos da luta moderna contra o capitalismo, mas são o elo entre os ideais oitocentistas de Bolívar e os projetos socialistas no século 21.

A simbologia a serviço da política serve ao propósito da mudança de consciência. Nas palavras de Chávez: *“es preciso estimular la mística”*, e com isso garantir a legitimidade do processo de transformação social e de transição plena para o modelo socialista “neobolivariano”. Em suma, o culto reforça o mito, modificando profundamente a identidade nacional e internacional de uma nação.

Polarização orquestrada

A polarização sociopolítica é uma realidade na Venezuela e interpõe dois grupos: os apoiadores de Chávez, formados por uma massa de trabalhadores, camponeses, militantes urbanos, estudantes e uma nova classe média (com ideais socialistas e hábitos capitalistas); e a oposição, formada por oligarcas, empresários e liberais que mantêm laços com o capital internacional.

Não obstante, Chávez definiu como uma de suas grandes linhas de atuação a exacerbação das diferenças entre apoiadores e opositores, construindo uma dicotomização dissimulada e uma simplificação da realidade. A motivação principal seria revolucionar o quadro sócio-político e econômico, porém ancorado em uma vontade política de realizar esse objetivo a qualquer custo.

Portanto, Chávez fomentou uma tática de “bipolarização artificial” para manter a sociedade coesa e alinhada à revolução bolivariana.

No plano dos discursos, os opositores atacavam Chávez por seu estilo ditatorial de governo, por suas medidas econômicas antiliberais, como a restrição ao acesso de moeda estrangeira, especialmente o dólar americano, para compras e viagens. Já os apoiadores

bradavam pelas conquistas sociais e econômicas, como a diminuição da pobreza e o desenvolvimento de regiões e comunidades anteriormente abandonadas à própria sorte.

No plano imagético, a utilização dos meios de comunicação de massa procurou enfatizar a discrepância entre a bonança e riqueza dos “esquálidos”, brancos de origem abastada e de hábitos burgueses, e a pobreza e simplicidade dos “monos”, típicos venezuelanos de traços mestiços.¹⁰⁵⁹

De fato, reside em Caracas o grande paradoxo da revolução bolivariana: a implementação das comunas e empresas socialistas de um lado, e a vocação consumista e capitalista do povo venezuelano que habita *urbanizaciones* burguesas, condomínios de luxo, suntuosas mansões e frequenta magníficos centros comerciais (shopping centers).

No plano ideológico, o "*socialismo del siglo XXI*" é um processo histórico que objetiva aprofundar a revolução bolivariana pela criação de um “novo homem”. A ética do socialismo garantiria a justiça social, a democracia revolucionária e a participação do povo no sistema partidário.¹⁰⁶⁰

Entretanto, Chávez adaptou o modelo à sua maneira pessoal de governar: centraliza o poder em suas mãos; promove ações sistemáticas de caráter populista ou no sentido de angariar a simpatia de certos grupos (em especial as Forças Armadas); personaliza escolhas e decisões, criando uma dependência dentro do sistema decisório e impossibilitando que outros políticos possam realizar o que ele vem fazendo, o que inviabiliza que qualquer outro possa dar continuidade ao projeto de construção do socialismo bolivariano.

Nesse caso, os possíveis excessos e as fraturas, vinculados a uma espécie de “chantagem chavista”, seriam mitigados e encobertos pela atuação personalista e carismática do presidente Hugo Chávez, em um modelo denominado de “cesarismo democrático”.¹⁰⁶¹

De toda forma, a “polarização orquestrada” servia ao propósito de criar um contínuo clima de enfrentamento e de expectativa política com relação ao próximo passo a ser dado.

¹⁰⁵⁹ SANOJA, Mario & VARGAS, Iraida. *Razones para una revolución*. Caracas: Monte Avila Editores Latinoamericana, 2005.

¹⁰⁶⁰ Pode-se dizer que o “novo homem” seria o cidadão transformado em propulsor dos ideais bolivarianos, participante dos batalhões socialistas e das circunscrições socialistas, atuando especialmente nos momentos eleitorais para garantir a vitória dos governistas e a perpetuação do chavismo. Ver a título de exemplo CHÁVEZ, Hugo. “Acerca da grandíssima importância de um partido”. *DEP*, n 6, abr-jun 2007.

¹⁰⁶¹ “Contra los obreros: chantagem chavista”. Editorial. *El Nacional*, 16-7-2009. p. 12. MARTÍNEZ, Tomás Eloy. “El cesarismo democrático en América Latina”. *Jornal El país*. 02/07/2009. http://www.elpais.com/articulo/opinion/cesarismo/democratico/America/Latina/elpepiopi/20090702elpepiopi_4/Tes. Acessado em 18-07-2009.

Por exemplo, a militância é mantida acesa com as intenções de controle de empresas privadas e pelas campanhas de nacionalização de setores estratégicos do Estado.

Em síntese, alimenta-se a oposição constantemente e colocam-se os seguidores de prontidão para os próximos embates políticos, seja pelo controle do Parlamento ou das municipalidades, seja para um novo ciclo presidencial que se apresente.

Guerra de quarta geração

O sucesso eleitoral de um movimento revolucionário, alcançando o poder pelas urnas, a latente inclinação autoritária de Chávez, bem como seu comportamento verborrágico, irritavam a oposição venezuelana e atraíram a atenção do mundo para a Venezuela. Com base nisso, Chávez passou a jogar com o poder da informação como uma de suas linhas de atuação interna e internacional.

Qual o papel desempenhado pela mídia e sua conexão com a noção de “guerra de quarta geração”? Quais os transbordamentos da luta midiática na Venezuela para as relações bilaterais com o Brasil?

Em julho de 2004, o comandante de Exército, General Raúl Baduel, definiu como uma das principais ameaças à Venezuela uma “*Guerra de Cuarta Generación, para desestabilizar al país, como paso prévio a operaciones destinadas a destruir el Estado-Nación*”.¹⁰⁶²

Trata-se de um conflito contra inimigos não estatais no qual ideias e valores, como o martírio e o patriotismo, compensam o desnível tecnológico e as assimetrias de poder, pois estimulam e fortalecem o sentimento de solidariedade ante as pressões estrangeiras, diriam Renouvin e Duroselle.¹⁰⁶³

A guerra de quarta geração seria marcada pela externalização, privatização e compra da inteligência da informação. Uma série de empresas privatizadas e transnacionais estaria prestando serviço aos governos, em diversas partes do mundo, produzindo uma “intoxicação

¹⁰⁶² GARRIDO, Alberto. *La Guerra (Assimétrica) de Chávez*. 1 ed. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005. P. 36; 42.

¹⁰⁶³ RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, J. B. *Introduction a la história de las relaciones internacionales*. (1ª ed esp à 4ª edição fra) México, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000. p. 195-196.

da tomada de decisão”, ou seja, as decisões vão se tornando cada vez mais distorcidas em relação à realidade.¹⁰⁶⁴

Ademais, a própria mercantilização da informação repercute na qualidade da informação produzida e reflete-se na “invenção” de notícias, na teatralização de acontecimentos midiáticos, para alimentar uma indústria que depende justamente da venda de informações. O risco a que se expõem as sociedades a esta politização excessiva dos meios de comunicação é o de aniquilar os valores e a ética do trabalho jornalístico. Em resumo, fragmentar a verdade e fraturar as percepções cognitivas seriam os caminhos da manipulação da informação nessa guerra de quarta geração.

Vale pontuar que os grupos midiáticos estrangeiros e venezuelanos, como a CNN e a Organização Cisneros, tiveram papel destacado na oposição ao movimento chavista na Venezuela, bem como atuaram contra o governo em diversos episódios de crise interna. As principais imagens geradas eram de exageração da veia autoritária e populista do governante da Venezuela, a denúncia da “cubanização” do país e a demonização das alianças firmadas com Rússia e Irã. Segundo Brotóns, “*los médios de comunicación extranjeros más influyentes magnifican los errores del chavismo y silencian sus éxitos*”.¹⁰⁶⁵

Em contraposição, o governo de Caracas promovia uma luta feroz pelo controle dos meios de comunicação de massa, justificando seu discurso na necessidade de democratizar o sistema de radiodifusão e televisão. Diversos acontecimentos acenderam o debate, como a negativa de concessão de direitos à *Globovisión*, a aprovação de uma nova lei de telecomunicações, possibilitando ao governo ter maior controle sobre o setor, bem como a criação da Telesur como um veículo de difusão dos ideais bolivarianos.¹⁰⁶⁶

A hegemonia comunicacional presumiria o comando interno de setores importantes do país, a restrição de vozes dissonantes da oposição e o comando sobre a opinião pública. Assim, ao se deter o domínio sobre os meios de comunicação, os fatos são mostrados em

¹⁰⁶⁴“*Terrorismo mediático: guerras de 4ta Generación*”. Caracas: Fundación Villa del Cine, Distribuidora Amazonia Films, CENDIS/MPP para la Cultura: DVD, español, Guión Sergio Curiel; Carlos Azpúrua.

¹⁰⁶⁵ BROTÓNS, Antonio Remiro. “La Venezuela chavista: un sistema político se renueva”. *Política Exterior*, vol 13, n 72, nov-dec, 1999. 19-33. Ver también ROVAI, Renato. *Midiático poder: o caso Venezuela e a guerrilha informativa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

¹⁰⁶⁶ Ver a discussão feita sobre a eclosão do “Chávez mediático” em “Um showman em Miraflores”, capítulo 12 do livro de MARCANO, Cristina & TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006. p. 229-248.

consonância com a visão de mundo dos grupos de interesse a ele afiliados, neste caso o próprio governo bolivariano de Hugo Chávez.¹⁰⁶⁷

Não obstante, alguns grupos de intelectuais, jornalistas e ativistas políticos venezuelanos e latino-americanos compartilhavam uma preocupação sobre as maneiras de outorga das concessões de rádio e televisão na Venezuela e em outros países da América Latina, uma vez que o marco regulador demonstrava fragilidades, dificultando o consenso político e facilitando a manipulação das regras do jogo em favor de determinados grupos.¹⁰⁶⁸

A utilização da mídia como um instrumento de manipulação e legitimação de atos realizados pelo Estado ficou evidente na negativa de concessão de direitos de imagem ao canal opositor RCTV. A intenção do governo Chávez era dismantlar a capacidade da emissora de projetar uma imagem negativa do governo, ao mesmo tempo em que procurou criar uma emissora “governamental” que construísse uma nova realidade baseada nos valores bolivarianos.¹⁰⁶⁹

Vale lembrar que algumas das confrontações políticas ocorridas na Venezuela, nos últimos anos, tiveram origem ou participação direta dos meios de comunicação, desarticulando instâncias tradicionais, como partidos e assembleias, que deveriam absorver os debates políticos em uma sociedade democrática. Segundo Helena Salcedo, “*estamos frente a medios de comunicación que son actores políticos*”, capazes de produzir “*globos de ensayo*” para dirigir a informação, persuadir o destinatário e induzir comportamentos.¹⁰⁷⁰

Logo, instalou-se na Venezuela de Hugo Chávez uma corrida midiática pela hegemonia da informação. De um lado, o grupo de empresários ligados à oposição, dispostos a bombardear o governo e a descaracterizar a revolução bolivariana. Segundo a jornalista Hindu Anderi, “*Los dueños de los medios son empresarios que ejercen la libertad de*

¹⁰⁶⁷ BISBAL, Marcelino (ed.). *Hegemonia y control comunicacional*. 1. ed. Caracas: Editora Alfa, 2009.

¹⁰⁶⁸ Vale notar que o fenômeno da hegemonia comunicacional durante o governo Chávez ecoou pela América do Sul e alcançou, por exemplo, a Argentina onde se instalou uma grave crise entre o governo de Cristina Kirchner e o principal grupo midiático encabeçado pelo Clarín. “Amplio repudio al bloqueo que impidió la salida de Clarín y Olé”. Clarín, 27-3-2011. Disponível em: http://www.clarin.com/politica/Vuelven-bloquear-plantas-Clarín-Nación_0_451754871.html. Acessado em: 25-5-2011.

¹⁰⁶⁹ O caso foi descrito em um documento oficial do Ministério do Poder Popular para Comunicação conhecido como “*Libro Blanco de la RCTV*”. Disponível em: www.rnv.gov.ve/noticias/docs/libro_blanco_RCTV-Web.pdf. Acessado em: 25-5-2011.

¹⁰⁷⁰ SALCEDO, Helena. *Venezuela en el medio de los medio*. Conferência. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos “Pedro Gual” del Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores. Miércoles, 09 de Mayo de 2007.

empresa y la libertad de prensa, pero secuestran la libertad de expresión de la mayoría del pueblo".¹⁰⁷¹

De outro, o próprio governo Chávez, procurando o controle total sobre os meios de comunicação, a fim de reduzir a força da oposição e para que os preceitos do socialismo do século 21 ganhassem força e atingissem cada vez mais as massas, não só na Venezuela como em outros países da América Latina.

A Venezuela estaria na encruzilhada entre uma “guerra de quarta geração”, de promoção do terrorismo midiático para subverter o governo eleito, e uma luta pela hegemonia comunicacional, exercida pelo poder constitucionalmente instituído. De toda forma, a liberdade de expressão estaria ameaçada no país, assim como a capacidade de desenvolver um senso crítico mais apurado, dados os constrangimentos à informação isenta e objetiva.¹⁰⁷²

O cartunista Ivan Lira expressou em algumas de suas charges a angústia e as incertezas das pessoas submetidas aos meios de comunicação na Venezuela.¹⁰⁷³

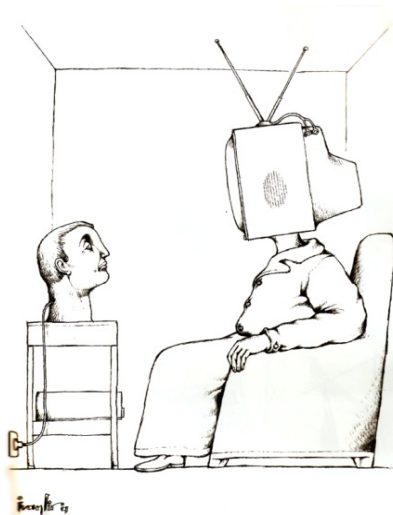
¹⁰⁷¹ Idem.

¹⁰⁷² BISBAL, Marcelino (ed.). *Hegemonía y control comunicacional*. 1. ed. Caracas: Editora Alfa, 2009.

¹⁰⁷³ LYRA, Ivan. *Paz y humor*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.



ME SIENTO AL BORDE DEL CAOS ECONÓMICO Y SOCIAL, ME PARECE QUE VAMOS A LA GUERRA CIVIL Y QUE YA COMIENZA EL FIN DEL MUNDO ¡TENGO MIEDO! ¿QUE PUEDO HACER DOCTOR?



No caso das relações Brasil-Venezuela, a cassação dos direitos de imagem do canal venezuelano *Rádio Caracas de Televisión (RCTV)* repercutiu na decisão brasileira de retroceder em seu ímpeto aproximativo ao vizinho bolivariano, como se verá na terceira parte deste capítulo.¹⁰⁷⁴

Em síntese, as transformações operadas no âmbito interno da Venezuela, ou seja, as modificações conjunturais, políticas, econômicas e sociais refletiram sobre o horizonte da política exterior do Brasil, precipitando uma reavaliação das relações bilaterais com a Venezuela. Da mesma forma, a própria política exterior venezuelana seria redesenhada de acordo com os ideais chavistas.

6.1.2. Uma política externa revolucionária?

Conforme Martin Wight, uma “potência revolucionária (...) acredita possuir a missão de transformar a sociedade internacional por conversão ou por coerção”.¹⁰⁷⁵ Logo, além do apelo imagético e identitário dos discursos e atos de Chávez, até que ponto pode-se falar em uma política externa venezuelana revolucionária?

Essa política, sob a égide do socialismo do século 21, passou a orbitar em torno de três eixos prioritários: promoção da “nova diplomacia” a partir da ideia do “novo homem”; constituição de uma nova ordem baseada no pluralismo, multiculturalismo e democratização; e internacionalização do bolivarianismo como difusor dos ideais revolucionários venezuelanos.

A partir de 2004, com o estabelecimento do novo mapa estratégico, o governo Hugo Chávez promoveu uma atualização das linhas de política internacional, com a sua inclusão no Plan Nacional Simón Bolívar, na aproximação entre a doutrina bolivariana e a prática diplomática e de política exterior; pela construção de uma nova geopolítica mundial, levando em consideração a correlação entre energia e conflitos; e pelo estabelecimento de uma diplomacia dos povos.

A “nova diplomacia” partiria do pressuposto de que o “novo homem” surgido da revolução bolivariana passaria a atuar no estrangeiro tornando difusa a distinção entre a

¹⁰⁷⁴ Vale nota que o ex-chanceler Luiz Felipe Lampreia chegou a comparar Chávez, e sua postura no caso da RCTV, à Hitler e às diretrizes nazi-fascistas da Alemanha dos anos 1930. Ver Lampreia, Luiz Felipe. “Chávez - o começo do fim?”, *Opinião*. O Estado de São Paulo, 10-06-2007.

¹⁰⁷⁵ WIGHT, Martin. *A política do poder*. Coleção Clássicos IPRI São Paulo/Brasília: UnB, 2002. p. 79.

política interna e internacional. A primeira fase da “nova diplomacia” venezuelana foi porta-voz da formação de movimentos de base social, com participação cidadã e que pudessem servir de exemplo e serem legitimamente reconhecidos por outros países.

Ademais, uma vez ancorada na ideologia revolucionária e no pensamento socialista do século 21, a prática diplomática venezuelana buscaria uma espécie de libertação das tradicionais categorias de análise da realidade e dos cânones e valores que a compõem.

De acordo com o deputado Saúl Ortega Campos, presidente da Comissão de Política Exterior da Assembléia Nacional: "*Venezuela hoy construye una Política Exterior desde la perspectiva de la liberación, apoyada en la propuesta del Socialismo entendido como un modelo societario, humanista, justo, profundo y de liberación*". Da mesma forma, para o professor Jhony Balza, Diretor da Academia Diplomática, "*no habrá revolución sin ideología revolucionaria y no habrá socialismo sin conciencia socialista, solidaria y humanista*".¹⁰⁷⁶

Um efeito positivo da política externa revolucionária foi a aquisição de prestígio e relevância internacional, uma vez que outros países, crescentemente, mostraram-se interessados em conhecer a dinâmica política e social venezuelana, fazendo do país "*tema importante para el mundo entero*", diria o professor Edgardo Ramírez. Para tanto, o país desenhou uma política externa "*libre y soberana*" a partir de cinco eixos fundamentais: soberania popular, desenvolvimento endógeno, democracia participativa, multipolaridade e defesa da autodeterminação dos povos.¹⁰⁷⁷

Além disso, em contraposição à imagem de luta e violência associada à revolução implementada por Hugo Chávez, os emissários venezuelanos tiveram a tarefa de destacar em diferentes foros a vocação pacifista do governo e a disposição de advogar pela autodeterminação e soberania das nações irmãs. Segundo o Vice-ministro de Relações Exteriores América do Norte e Assuntos Multilaterais, Embaixador Jorge Valero, um dos objetivos principais da Venezuela é ser um "*articulador de la paz, reconciliación y el*

¹⁰⁷⁶ORTEGA CAMPOS, Saúl. "Venezuela construye una Política Exterior desde una perspectiva de la liberación". Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual 02-05-2007. Disponível em: http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=2. Acessado em 17-07-2009.

¹⁰⁷⁷RAMÍREZ, Edgardo. "Venezuela es tema importante para el mundo entero". Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. 15-05-2007. Disponível em: Acessado em 17 de julho de 2009.

entendimiento entre los pueblos latinoamericanos y caribeños”, fomentando a eclosão de governos progressistas, com clara consciência da necessidade de união.¹⁰⁷⁸

Neste cenário, a intenção era conformar uma “*correlación de fuerzas*” diversa da existente na região, tradicionalmente favorável aos interesses estadunidenses. Para tanto, Caracas descartava a validade da tese da “soberania limitada” e do uso da luta contra o terrorismo como uma justificativa para ingerências nos assuntos internos dos países. Ainda de acordo com o embaixador Jorge Valero, “*la lucha contra el terrorismo debe llevarse a cabo sobre la base de la cooperación internacional y con estricto apego a las normas y principios del derecho internacional público*”.

Em consequência, dois elementos foram incorporados por Chávez em seu discurso sobre a política internacional: o rechaço à globalização e o anti-imperialismo norte-americano. Do ponto de vista prático, traduziu-se na contenção da ALCA e na conformação de uma iniciativa autônoma de integração hemisférica.

Com respeito aos EUA, Marc Ferro infere a existência de um antigo ressentimento venezuelano por conta da cominação sob o petróleo, mas também pela política empreendida desde Theodor Roosevelt, no início do século, de colocar o país, pelo uso da força (*big stick*), na esfera de influência norte-americana. Citando o caso do bloqueio naval de 1902, Ferro afirma: “Roosevelt empreendeu então uma cruzada armada contra esses devedores, em nome de todos os credores da Venezuela”.¹⁰⁷⁹

A política revolucionária venezuelana estaria, na verdade, contaminada pelo ressentimento histórico das provações advindas do passado de subdesenvolvimento de hoje. O ressentimento dos colonizados contra os primeiros conquistadores se perpetuou contra os sucessores hegemônicos sobre a América Latina, sendo que “o anticolonialismo assumiu o aspecto de anti-imperialismo”.¹⁰⁸⁰

A esse respeito, Chávez utilizou de maneira profícua a diplomacia presidencial, realizando viagens pelo mundo e propagando uma mensagem de união, solidariedade e

¹⁰⁷⁸ VALERO, Jorge. “América Latina hoy: oportunidad para la Paz”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. 28-03-2008. Disponível em: http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=2. Acessado em 17-07-2009.

¹⁰⁷⁹ FERRO, Marc. O ressentimento na história. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 168.

¹⁰⁸⁰ Idem. p. 114-151; 168.

justiça social, ao mesmo tempo que adotou um discurso denunciante contra o unilateralismo e o imperialismo dos EUA, reforçando a necessidade de uma ordem multipolar.¹⁰⁸¹

Portanto, a habilidade de Chávez foi a de utilizar esses dois elementos discursivos, como explica Ferro: “O ressentimento contra os efeitos perversos da globalização e a convicção de que são os Estados Unidos que comandam o movimento”.¹⁰⁸²

Em suma, o ressentimento enraizado na humilhação de ser subjugado pelos norte-americanos, nutrido pelo imperialismo formal e informal e pela alteração identitária do colonizado, passou a ser passível de instrumentalização pelo governo Chávez, que acessou (e manipulou) a memória histórica dos longos anos de subdesenvolvimento em que se inseriu a Venezuela.

A resposta da política externa revolucionária seria a da “resistência à hegemonia global”, nos diferentes matizes, científico, cultural, tecnológico e intelectual. Por um lado, engendrando processos de transformação social e de sistemas de governo em outros países. Por outro, multiplicando a presença de meios de comunicação alternativos que permitissem diversificar a emissão da informação e proporcionar uma visão distinta de mundo, como foi o caso da Telesur.

Outra fonte de resistência era o da construção de blocos anti-hegemônicos pela promoção da integração regional. Assim, o reforço da solidariedade continental marcou a formação da Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), depois denominada de Alternativa Bolivariana para Nossos Povos da América, como uma resposta ao projeto norte-americano da ALCA. Neste caso, a ALBA seria uma síntese tanto do ressentimento contra a dominação estrangeira quanto a atualização do pensamento anticolonialista e anti-imperialista presente nas ideias dos próceres como Bolívar, Martí e Miranda.

Ademais, a conformação de uma série de instituições como a Petrocaribe, empresa energética multinacional, o Banco do Sul, agência de fomento para projetos de integração regional e o respaldo à criação da União das Nações Sul-Americanas, UNASUL, como iniciativa agregadora dos projetos sub-regionais de integração já existentes, esboçavam a intenção venezuelana de modificar a ordem internacional.

¹⁰⁸¹ VILLARROEL P, Yetzy U. La política exterior de Venezuela: continuidad y discontinuidad con el pasado. *Cuestiones Políticas*, dic. 2008, vol.24, no.41, p.169-190.

¹⁰⁸² Idem. p. 183.

De fato, um dos traços principais da política externa venezuelana do século 21 era a construção de uma ordem internacional plural, multicultural e democrática. Para tanto, a Casa Amarela seria instruída a debater o panorama linguístico mundial como um dos aspectos culturais mais importantes em termos da globalização das relações internacionais e da conformação de uma sociedade da informação no século 21.¹⁰⁸³

A importância da língua na constituição da linguagem e, portanto, na materialização de pensamentos e ideias, tem se tornado um aspecto relevante para as políticas exteriores dos países como um traço de *soft power*. Segundo o professor Lañez, seria necessário combater o “*hipercentralismo idiomático*”, uma vez que a universalização do inglês estaria eclipsando o ensino e aprendizado de qualidade das línguas maternas da América do Sul, predominantemente português e espanhol, bem como ameaçando de extinção línguas tradicionais de origem indígena como o Guaraní e o Quéchua.

Assim, o avanço da tendência à homogeneização cultural criou um “sistema solar linguístico” mundial, no qual o inglês seria o astro central, e ao redor do qual orbitariam as outras línguas, que se sustentariam por aspectos demográficos e geopolíticos, como no caso do Mandarim. Enfim, segundo Lañez, “*sólo es posible un mundo plural y multicultural si se elimina la posibilidad de un sol en el sistema lingüístico*”.¹⁰⁸⁴

De acordo com a linha de ampliação da margem de manobra internacional pelo desenvolvimento do *soft power* venezuelano, o governo Chávez montou um aparato responsável por levar os ideais bolivarianos para além das fronteiras nacionais. Ou seja, buscou-se a internacionalização do bolivarianismo como instrumento de poder e legitimação interna e externa.

¹⁰⁸³ Essas discussões foram levadas adiante na II Cúpula da Sociedade da Informação, em Túnis-2005. O ponto 11 do Compromisso de Túnis tratou da “criação de uma Sociedade da Informação totalmente integradora e orientada ao desenvolvimento e de uma economia do conhecimento que respeite a diversidade cultural e linguística”. O ponto 22 sobre as intenções de “prestar uma atenção especial à situação particular dos povos indígenas, assim como à preservação de seu patrimônio e de seu legado cultural”. E o ponto 32 sobre a inclusão de todos os povos na Sociedade da Informação mediante a “utilização dos idiomas indígenas e locais”, para que se possa garantir a diversidade das identidades culturais existentes no globo. Compromisso de Tunis. Cúpula Mundial da Sociedade da Informação. 28-6-2006. http://www.itu.int/wsis/documents/doc_multi.asp?lang=es&id=22660. Acessado em 20 de julho de 2009.

¹⁰⁸⁴ LAÑEZ, Carlos. “Multilinguismo para la Multipolaridad”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 27/07/2007. Disponível em: http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=118&Itemid=2. Acessado em 20 de julho de 2009.

Primeiramente, uma das táticas do governo Chávez foi criar a figura da “Ruta Social”, uma prática de levar representantes de governos estrangeiros, delegados de organismos internacionais e representantes de povos indígenas de outros países para conhecer as atividades sociais desenvolvidas por seu governo.

A intenção era que os estrangeiros vivenciassem as modificações promovidas pelo socialismo do século 21, assistindo a aulas da Misión Robinson I, testemunhando a qualidade do atendimento nas clínicas populares *Barrio Adentro* e, ainda, constatando o dinamismo das cooperativas instaladas em diferentes comunidades para a promoção de turismo ou produção em pequena escala de calçado, produtos têxteis, chocolate, cimento etc.

A segunda tática foi a montagem da *Comisión de Enlace para la Internacionalización de las Misiones Sociales* (CEIMS) como elo entre a Chancelaria venezuelana, com sua vocação para os assuntos internacionais, e os esforços governamentais para implementação das missões sociais. A ideia era capacitar os executores das missões, em nível nacional, para que pudessem atuar internacionalmente.

Com isso, se capacitariam meios de cooperação para o desenvolvimento, consolidando a entidade como membro auxiliar da chancelaria venezuelana com vistas a fortalecer a integração regional latino-americana. Além disso, o CEIMS serviria de canal de comunicação entre as embaixadas da Venezuela no exterior e os distintos entes governamentais que lidavam com a instalação das missões naquele país.

A terceira tática foi a da exportação da experiência dos círculos bolivarianos como ponta de lança ideológica da Venezuela para o mundo.¹⁰⁸⁵

Os círculos bolivarianos organizam-se em grupos de até onze pessoas, como assembleias populares, debatendo assuntos de interesse local e problemas hodiernos da comunidade. Por sua estrutura simples e flexível, se estabelece em qualquer localidade como ruas, bairros, povoados; ou em instituições como universidades, escolas, organismos ou empresas públicas ou privadas.

O pensamento de figuras como Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora, inspiraria a rebeldia, a resistência anticolonial e a emancipação dos oprimidos (como os

¹⁰⁸⁵ UCHOA, Pablo. *Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez*. São Paulo: Globo, 2003. p. 213-216; BAVA, Silvio Caccia. “Círculos Bolivarianos”. *Diário de São Paulo*, 27 de julho de 2004. Disponível em: http://www.polis.org.br/artigo_interno.asp?codigo=34. Acessado em 20-4-2011. Ver também: <http://www.circulosbolivarianosbr.kit.net/>.

povos indígenas), justificando atuações como movimentos sociais em busca de equidade, justiça, bem-estar, liberdade e autodeterminação dos povos do mundo. Logo, ao moldar a consciência do “cidadão revolucionário” se estaria promovendo a coesão social concomitantemente em que se estimularia a participação democrática e protagônica.

Nesse caso, ganharam vida em outros países ao dar “capilaridade” aos ideais revolucionários e difundir o pensamento bolivariano contido na Constituição de 1999, pelo fornecimento pelo governo de Caracas de material de propaganda chavista como livros, apostilas, vídeos etc.

No Brasil foi identificada a participação de intelectuais, políticos, sindicalistas, jornalistas, estudantes e militantes do MST nas atividades ligadas aos círculos bolivarianos, principalmente no Distrito Federal e nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Bahia, Amazonas e, mormente, no Rio de Janeiro, onde o Círculo Bolivariano Leonel Brizola se destaca na luta contra a “democracia burguesa”.

Em suma, a internacionalização dos círculos bolivarianos passou a manter uma interface com as atividades de inteligência da Venezuela no exterior, como forma de promover a disseminação dos ideais bolivarianos pelo mundo.

Dentre as iniciativas da política externa revolucionária, a mais significativa esteve atrelada à atuação da diplomacia presidencial exercitada por Hugo Chávez, a fim de cumprir com a estratégia dual de seu governo: sustentar seu projeto político pessoal e consolidar a revolução bolivariana pela exportação do “socialismo do século 21”.

Em um ousado passo por terreno movediço na política internacional, Chávez parecia estar “*jugando con el Globo*”, ao estabelecer parcerias ditas “estratégicas” com países “simpáticos” à causa venezuelana.

Uma das parcerias mais caras ao presidente Chávez, por sua inclinação política e ideológica, foi com Cuba de Fidel Castro. Ela se baseou tanto na ajuda energética, quanto em iniciativas conjuntas de cooperação para o desenvolvimento, como o “Compromisso Sandino” de 2004, cuja missão era atender pessoas em diferentes países da América Latina com patologias oftalmológicas.¹⁰⁸⁶

¹⁰⁸⁶Com o acordo entre Fidel Castro e Hugo Chávez, a missão ganhou vida na República Dominicana, Equador, Belize, Costa Rica, Argentina, Porto Rico, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru. Baseada na missão *Milagro*, que havia nascido em Cuba anos antes, tem como meta criar uma rede de

Outra parceria que chamou a atenção da opinião pública mundial e do parlamento brasileiro, em especial, foi a aproximação de Caracas à Teerã. Segundo Ferro, “assim como nos início dos anos 1960 Fidel Castro estendia a mão a Nikita Kruschev, agora é Chávez, na Venezuela, que estende a mão ao Irã de Ahmadinejad”.¹⁰⁸⁷

A concretização da cooperação explorou o reconhecimento identitário do Irã como uma nação irmã, uma potência regional energética como a Venezuela e um país que se propôs a mudar seu panorama político e social a partir de uma revolução. Além disso, contou com a disposição iraniana de investir em programas básicos de desenvolvimento comunitário. Assim, a parceria entre os dois países previu a construção de fábricas e o aparelhamento e transferência de tecnologia para a produção industrial, com investimentos na ordem de um milhão e meio de dólares, como a construção da Fábrica Nacional de Bicicletas.¹⁰⁸⁸

Segundo o embaixador iraniano na Venezuela, Abdollah Zifan, as linhas de cooperação entre os dois países previam “*un proyecto de cooperación conjunta, de inversión conjunta*”, a fim de satisfazer as demandas internas da Venezuela. Caracas buscava, portanto, ampliar suas possibilidades de exportação de produtos manufaturados, enquanto Teerã esperava ampliar seu nível de investimento externo direto na Venezuela, inaugurando outras fábricas, como de produtos plásticos e laticínios, mas, sobretudo, penetrando no espaço sul-americano.¹⁰⁸⁹

Não obstante, a aliança que mais chamou atenção foi com Moscou, principalmente pelas repercussões diretas para a segurança regional sul-americana. A política venezuelana de reequipamento militar partiu do pressuposto da diversificação das fontes provedoras. Isto porque Washington retaliou a Venezuela, impedindo o repasse de peças de reposição para armamentos adquiridos de compradores norte-americanos.

solidariedade continental sustentada pelas ações médicas transfronteiriças, aproveitando-se da destacada “*formación de los médicos, la manufactura de medicamentos, los avances de la biotecnología y de la medicina avanzada, medios informáticos y todo lo referente a las ciencias biomédicas*”. CASALS, Jorge. “Balance de 50 años de Revolución Cubana”. Conferência. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 09-01-2009.

¹⁰⁸⁷ FERRO, Marc. O ressentimento na história. Rio de Janeiro: Agir, 2009. p. 114-151; 168.

¹⁰⁸⁸ A iniciativa partiu da constatação de que a bicicleta é um meio de transporte muito utilizado pelos venezuelanos, trabalhadores e camponeses. Por isso, o governo já prevê um projeto de distribuição de bicicleta nas comunidades e bairros, bem como nas escolas, para atender as crianças em seu tempo livre.

¹⁰⁸⁹ Ver ALÓ PRESIDENTE, programa N° 312. Planta trituradora de piedra “Chema Saher”. Santa Ana de Coro, estado Falcón. Domingo, 8 de junio de 2008.

Assim, a estratégia norte-americana de coibir-lhe o acesso a armamentos acabou empurrando a Venezuela a diversificar seus parceiros, na busca por outras fontes confiáveis de suprimento, atraindo a Rússia de volta ao cenário geopolítico sul-americano.¹⁰⁹⁰

Se por um lado, Chávez procurou jogar com a rivalidade russo-estadunidense, especialmente no terreno estratégico-militar, para ampliar a margem de manobra no cenário geopolítico mundial, por outro, trabalhou com a parcialidade da informação para criar um clima de tensão favorável a seu estilo controvertido de fazer política. Como se verá adiante, essa foi uma das razões para o retraimento brasileiro na parceria bilateral.

Em face do exposto, percebe-se que o caráter revolucionário da política externa da Venezuela perdeu significado em alguns aspectos. Em primeiro lugar, mantiveram-se as dúvidas quanto à superação da dependência do petróleo como fator gerador de riqueza, poder e estabilidade política. Segundo, Chávez decidiu flexibilizar sua postura na região, evitando uma ideologização extrema, para garantir o apoio de nações com interesses diversos como Bolívia, Brasil e Argentina. Terceiro, o “jogo das parcerias” empreendido por Chávez foi minimizado por pressões exógenas que limitaram seu alcance e suavizaram seu discurso. Finalmente, as possibilidades da integração regional e da conformação da UNASUL serviriam para conter o ímpeto revolucionário da política externa venezuelana.

6.1.3. O Brasil no horizonte venezuelano

A especial relevância com que a Venezuela revestiu sua relação com o Brasil justificava-se “*por su significación estratégica*”. Diante desse fato, Hugo Chávez Frías realizou sua primeira visita como presidente reeleito “*al gigante país sureño*”, carregando como motivações principais as aspirações bolivarianas de ingressar no Mercosul e as possibilidades concretas de estabelecer um eixo energético entre Brasília e Caracas na região.¹⁰⁹¹

¹⁰⁹⁰ BRIGAGÃO, Clovis e NEVES, Leonardo Paz. “Há uma corrida armamentista na América do Sul?”. In HOFMEISTER, Wilhelm (org). *Segurança internacional: um diálogo Europa-América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008. p. 27-36.

¹⁰⁹¹ DISCURSOS Ministro de Relações Exteriores. “La Política Exterior del Gobierno del Presidente, Hugo Chávez Frías Cien días de gestión: transformar la Cancillería y relanzar la diplomacia comercial”. In SOARES, Laura Tavares. “Venezuela: posibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e integração regional”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 299-309.

O Brasil passou a ser, na década de 1990, um importante consumidor de energia na cena sul-americana, em razão da retomada gradativa do crescimento, após a crise dos anos 1980, pelo advento do Mercosul e com a recuperação de seu complexo industrial. Nesse sentido, ampliou-se a compra de petróleo da Argentina e da Venezuela, do gás natural da Bolívia e do Peru, e intensificaram-se as perspectivas de cooperação energética pelo projeto de construção de gasodutos ligando aqueles países ao Brasil.

Na concepção brasileira, existiam vantagens intrínsecas em se desviar os fluxos do petróleo comprado do médio Oriente para o mercado sul-americano. Com isso, criavam-se vínculos políticos entre países até então distantes e ampliavam-se os fluxos comerciais e de investimentos na região. Da mesma forma, estimulava-se a interdependência e a integração setorial, tendo a energia como amálgama na região.¹⁰⁹²

A América do Sul tornara-se, desde 1993, uma das vertentes da cooperação Sul-Sul por meio da qual o Brasil buscava inserir-se internacionalmente, com destaque para os contatos intra-Mercosul, o entendimento com a Argentina e a construção da liderança regional.¹⁰⁹³

Não obstante, o *turning point* do processo de sul-americanização da política exterior do Brasil foi a 1ª Reunião de Presidentes da América do Sul, promovida em Brasília pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, com o objetivo de viabilizar uma carteira de projetos de integração regional e tornar operativa a própria ideia de “América do Sul” como um conceito político.¹⁰⁹⁴

Portanto, foi em consequência dessa “virada” que a Venezuela adquiriu peso diferenciado para o Brasil na cena regional, “não apenas servindo de contrapeso para a Argentina, mas também conformando com ela o triângulo estratégico no processo de integração da América do Sul”.¹⁰⁹⁵

¹⁰⁹² GEHRE, Thiago. *América do Sul: a ideia brasileira em marcha*. Curitiba: Juruá, 2009.

¹⁰⁹³ SARAIVA, Miriam. “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. *RBPI*, 50 (2): 42-59 [2007].

¹⁰⁹⁴ GALVAO, Thiago Gehre. *América do Sul: a construção de uma ideia*. Dissertação de Mestrado, UnB, 2003.

¹⁰⁹⁵ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O Brasil e a América do Sul”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 267-297. Em momento posterior Chávez recorrerá a essa ideia em seus discursos: a constituição de um eixo estratégico para a integração regional sul-americana junta os três principais países sul-americanos - Argentina, Brasil e Venezuela - e deveria irradiar-se por toda a vizinhança: “*Estamos en la punta de Suramérica, este eje, la punta norte de América del Sur, la punta sur de América del Sur. Este es un eje: Venezuela, Brasil, Bolivia, Argentina y todos los países... el eje central en lo geopolítico*”. ALÓ PRESIDENTE, programa N° 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009.

Nesse sentido, o Brasil trabalhou em favor das modificações operadas no sistema interamericano, expondo-se crescentemente aos fenômenos e acontecimentos hemisféricos. Como efeito diagonal reforçou seu perfil universalista com a ampliação de contatos internacionais extrarregionais, via abertura econômica e diversificação de parcerias.¹⁰⁹⁶

Nesse aspecto, atitudes de timidez e insegurança, ou a imagem do “complexo colonial”, não teriam lugar no Itamaraty ou na cabeça dos diplomatas brasileiros, uma vez que o país já tinha construído um patrimônio de credibilidade e de confiabilidade nas suas relações internacionais. Para Seixas Correa, a imagem do Brasil no mundo era naquele momento de um país que “faz ouvir a sua voz”, que marcava presença em diversos planos internacionais e que atuava com sentido de responsabilidade.¹⁰⁹⁷

Assim, gradativamente, o Brasil abandonaria uma postura pouco propositiva e arriscada, no sentido de isolar-se na vizinhança, diante de um “renovado interesse” por parte de grandes polos de poder como Europa, EUA e China. Para tanto, decidiu reconstruir as bases de um projeto comum de integração regional e que culminaria na constituição da UNASUL entre 2000 e 2008.¹⁰⁹⁸

Ao assumir a pasta das relações exteriores, Celso Lafer relembriaria as palavras do chanceler de Juscelino Kubitschek, Horácio Lafer, para descrever o novo tempo da Casa de Rio Branco: “onde houver um cliente possível para o Brasil, ali estará vigilante o Itamaraty”.¹⁰⁹⁹

Logo, o nascente sentido estratégico da parceria com a Venezuela foi evidenciado na solenidade de inauguração da subestação energética de Boa Vista, referente à linha de transmissão Brasil-Venezuela, em 13 de agosto de 2001. Nas palavras de Fernando Henrique Cardoso, “devemos fazer tudo para ter a Venezuela ao nosso lado [...] comprávamos

¹⁰⁹⁶VAZ, Alcides Costa. “O Brasil e o sistema interamericano: de 1990 até o presente”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 43-73.

¹⁰⁹⁷ Artigo do senhor secretário-geral das relações exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, publicado no Jornal do Brasil. “política exterior sem complexos” *Jornal do Brasil*, 04/08/2000. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*. Número 87, 2º semestre de 2000. p. 221.

¹⁰⁹⁸Idem;

¹⁰⁹⁹ Discurso de posse do professor Celso Lafer no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 29 de janeiro de 2001. *Resenha de Política Exterior do Brasil*, número 88, 1º semestre de 2001 - ano 28.

[petróleo] do Iraque, do Irã e da Arábia Saudita. Isto vinha dos militares, que tinham uma visão estratégica de aliança com o Oriente e influência na África”.¹¹⁰⁰

Além do mais, FHC frisou o fato de que crescimento não era possível sem energia, o que justificava que as grandes obras da infraestrutura de integração sul-americana estivessem ligadas ao fornecimento de energia.

A partir de agora, o Brasil poderá comprar energia elétrica da Venezuela. Os brasileiros que vivem em Roraima poderão acender a luz de suas casas, acionar a corrente que dá energia às suas empresas, usando a eletricidade produzida no país vizinho, amigo e irmão. Isso tem um nome: cooperação.¹¹⁰¹

A construção da linha de transmissão entre a Central Hidroelétrica Raúl Leoni, na represa de Guri, e a cidade de Boa Vista, também conhecida como “linhão de Guri”, foi considerada como uma “obra estratégica” e mesmo “visualmente, um símbolo de união para Roraima”. Era um meio de suprimento seguro de energia limpa, que permitiria a substituição da geração termelétrica, à base de derivados do petróleo. Segundo FHC: “São 676 quilômetros de fios de alta tensão. São 676 quilômetros de integração sul-americana. São 676 quilômetros de amizade brasileiro-venezuelana”.¹¹⁰²

Outro eixo da aproximação energética dizia respeito à cooperação entre as duas empresas estatais de petróleo. Entretanto, Luis Felipe Lampreia, antecessor de Lafer, lembrava que as possibilidades de aproximação na área petrolífera, apesar de óbvias entre PDVSA e PETROBRAS, pareciam não vingar por conta das inclinações pró-Estados Unidos da companhia estatal venezuelana: “sobre isso nunca tivemos maiores ilusões”. De fato, a blindagem da PDVSA foi desfeita, a favor do Brasil, com a chegada ao poder de Hugo Chávez.¹¹⁰³

¹¹⁰⁰GEHRE, Thiago. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). *RBPI*, v.2, n. 52, 2009. p.128.

¹¹⁰¹ Discurso do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela. Santa Elena de Uairén, 13 de agosto de 2001. *Resenha de Política Exterior do Brasil* Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, p. 87.

¹¹⁰² Discurso do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela. Santa Elena de Uairén, 13 de agosto de 2001. *Resenha de Política Exterior do Brasil* Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, p. 87.

¹¹⁰³ LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 225.

O período das relações bilaterais Brasil-Venezuela entre 1998 e 2002 foi especialmente importante para consolidar a ideia de “aproximação definitiva”, que havia sido engatilhada a partir de 1979 entre os governos de Caracas e Brasília. O significado principal desse processo foi a ampliação da capacidade de influência da Venezuela nos cálculos brasileiros e a diminuição da relutância, tanto em Brasília quanto em Caracas, em favor de uma inserção internacional concertada pelos dois parceiros.

Além do mais, a aproximação estratégica entre Brasil e Venezuela impactaria no panorama das relações fronteiriças entre os dois países, assim como as expectativas em torno da parceria com o Brasil imporia rédeas à atuação “revolucionária” da Venezuela de Chávez.

6.2. A “aliança estratégica” (2003-2006)

"O Brasil precisa da Venezuela e a Venezuela precisa do Brasil"
(Luiz Inácio Lula da Silva).¹¹⁰⁴

Como aponta Duroselle, “a decisão passa por um conjunto de pessoas mais ou menos próximas do centro de decisão”. Para a política exterior do Brasil, um novo grupo decisor foi formado em torno do presidente eleito pela nação em outubro de 2002.¹¹⁰⁵

Algumas figuras ganharam destaque na condução da política externa brasileira, como Lula da Silva, Celso Amorim, Samuel Pinheiro Guimarães e Marco Aurélio Garcia, especialmente na definição de uma postura mais autonomista, na qual a dimensão sul-americana ganhava *status* de prioridade.

Pode-se dizer que a América do Sul é uma ideia que marcha e *vires acquisit endo*, adquire forças enquanto marcha. Assim, o Brasil se lançou na renovação do seu quadro de parcerias regionais, tendo a Venezuela como foco principal, mediante o resgate da ideia de América do Sul, sua operacionalização em um conceito político e sua inserção no discurso diplomático e político para contagiar a sociedade brasileira e os vizinhos sul-americanos.¹¹⁰⁶

¹¹⁰⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006. In Resenha de Política Exterior do Brasil, Número 99, 2o semestre de 2006, Ano 33. P.165

¹¹⁰⁵ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. p. 226-227.

¹¹⁰⁶ GEHRE, Thiago. América do Sul: construção pela reinvenção (2000-2008). *RBPI*, v.2, n. 52, 2009.

Lula desempenharia o papel de “chefe”, escolhendo sua equipe decisória em matéria de relações internacionais e operando de maneira ativa por meio da diplomacia presidencial. O objetivo máximo era redimensionar o peso internacional do Brasil: “o Brasil vai estar no centro de todas as atenções”, diria Lula.¹¹⁰⁷

A reformulação no quadro da chancelaria brasileira trouxe de volta Celso Amorim como Ministro de Estado das Relações Exteriores, com a tarefa precípua de executar as diretrizes fundamentais da orientação autonomista assumida pelo país no exterior. Para Amorim, a lógica das parcerias se encaixava na perspectiva brasileira de um mundo de geometrias variáveis: “para cada assunto, uma melhor aliança, consistente, coerente e sem preconceitos”.¹¹⁰⁸

Da mesma forma, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi alçado ao cargo de Secretário-Geral do Itamaraty com o intuito de pensar e reformular as bases ideacionais de sustentação da práxis diplomática brasileira. Pinheiro Guimarães, que fora um dos arquitetos da aproximação entre Brasil e Argentina, durante o governo Sarney, desempenhou papel similar na conformação da aliança entre Brasília e Caracas.

De acordo com Pinheiro Guimarães, a integração dependeria da atitude brasileira em reconhecer a existência de assimetrias na América do Sul. Além disso, a construção de uma sociedade brasileira mais democrática só poderia ser bem sucedida com a participação dos vizinhos, fazendo da política externa um instrumento eficaz de mudanças no Brasil e no seu entorno.¹¹⁰⁹

Por fim, o Presidente Lula confiou a Marco Aurélio Garcia o cargo de assessor especial, cuja liberdade de atuação nas questões internacionais transcenderia a própria chancelaria brasileira. Coube a Marco Aurélio Garcia inaugurar o novo momento da política externa brasileira, antes mesmo de Lula assumir em definitivo o Palácio do Planalto, quando de sua visita a Caracas para tentar solucionar a crise que se instalara no vizinho. Uma breve retrospectiva ajuda a compreender o ocorrido.

¹¹⁰⁷ RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 92, 1º semestre de 2003 - Ano 30. p. 17.

¹¹⁰⁸ “Somos a mistura do tigre com a baleia”. Entrevista Celso Amorim, Revista Isto é, 13-1-2003. in RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 92, ano 30, 1º semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. p. 247.

¹¹⁰⁹ Discurso do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, por ocasião da transmissão do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em Brasília.

Desde o início do ano de 2002, alguns oficiais das Forças Armadas (FA), como o coronel Pedro Soto e o contra-almirante Carlos Molina Tamayo, se colocaram contrariamente às diretrizes do presidente Hugo Chávez reclamando, dentre outras coisas, do desvio de finalidade das FA, da defesa nacional para o trabalho nas missões sociais. Além disso, no mesmo período, Chávez perdeu um de seus homens de confiança, Luis Miquilena, que o acompanhara desde o início do governo, mas que passou a cooperar com a oposição.

Concomitantemente, outro foco de tensão surgiu após a demissão do brigadeiro-general Guaicaipuro Lameda, diretor principal da PDVSA, por se mostrar favorável à continuidade da *apertura petrolera* iniciada no governo Caldera, o que desagradou a Chávez. O resultado foi uma série de greves e operações tartaruga, diminuição da produção de gasolina e dos navios-tanque em circulação e a quase paralisação dos serviços da empresa ao longo de todo o ano.

O cerco parecia se fechar à medida que a oposição ganhou corpo com a adesão da CTV, maior sindicato venezuelano, liderado por Carlos Ortega; e da Fedecámaras, principal câmara de comércio do país, sob a direção de Pedro Carmona. Dois personagens que se destacaram nas articulações e ações contra o governo Chávez, especificamente controlando a mobilização dos trabalhadores em greve e as manifestações nas ruas de Caracas.

Paralelamente, cresceram os rumores da participação de Washington em um possível *coup d'état*, nos moldes daquele desferido contra Salvador Allende em 1973. Oficiais das Forças Armadas venezuelanas teriam recebido propina para se sublevar contra o governo; organizações e movimentos sociais de oposição foram inflamados, relatórios e informes sobre o amadurecimento das condições para um golpe circulavam na CIA e no Pentágono, assim como altas autoridades em Washington emitiam declarações “preocupadas” em relação à “atmosfera de crise” e ao futuro do sistema democrático.¹¹¹⁰

Segundo Moniz Bandeira, “Pedro Carmona Estanca, presidente da Fedecámaras, assumiu o governo da Venezuela com o apoio dos meios de comunicação e o respaldo não tão encoberto da administração do presidente americano George W. Bush”. O Departamento de Estado dos EUA desejava que “a transição conservasse as formas constitucionais, ou seja,

¹¹¹⁰ JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008. p. 329-360

que a Assembléia Nacional e a Corte Suprema aprovassem a renúncia de Chávez, e as novas eleições, com observadores da OEA, fossem convocadas em um prazo razoável”.¹¹¹¹

Isto porque, para se garantir a legitimidade do processo de transição, era necessário recorrer tanto à Carta Democrática Interamericana da OEA, que repudiava a ruptura da legalidade, como à constituição venezuelana que, só permitia a renúncia do Presidente da República se ela fosse referendada pela Assembléia Nacional, instância com poder de fato para colocar um novo governante no país.

Quando a questão passou à alçada da OEA e o colombiano Cesar Gaviria, então Secretário-Geral, aprovou uma resolução condenando a “alteração da ordem constitucional na Venezuela”, não se imaginava que a crise de abril de 2002 se estenderia por tanto tempo.

No sábado, 13 de abril, Chávez retornou ao poder disposto a capitalizar a crise em seu proveito, justificando mudanças significativas no corpo burocrático de seu governo. Entretanto, a crise de abril ganhou ares de dramaticidade, pois seus reflexos se estenderam por todo o ano de 2002, culminando em greves gerais mantidas pela oposição e em uma paralisação petroleira dos trabalhadores da PDVSA, o que estrangulou a nação até 2003.¹¹¹²

A mesa de negociação entre governo e oposição havia se transformado em um diálogo de surdos. Por um lado, o governo não abria mão de seu mandato e sustentava a realização de eleições, por outro, a oposição assumiu uma postura intransigente de saída de Chávez a qualquer custo e só aceitava um referendo revogatório.

O primeiro desafio da gestão do Presidente Lula se avizinhou, antes mesmo da sua posse oficial, e envolveu justamente a Venezuela, país com o qual o Brasil aprofundava crescentemente suas relações bilaterais.

O contexto de impasse interno favoreceu ao governo brasileiro agir em favor da estabilidade interna na Venezuela e da preservação do sistema interamericano. Para tanto, em

¹¹¹¹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O Brasil e a América do Sul”. In LESSA, Antônio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. VI. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 286. Vale ressaltar que a possível participação do governo norte-americano no golpe contra Chávez, em 11 de abril de 2002, foi ventilado na mídia e descrito em várias fontes secundárias, mas sem a apresentação de evidências históricas consistentes, como documentos oficiais, que pudessem ligar Washington aos ocorridos.

¹¹¹² Vale nota a reação oficial do governo brasileiro que acompanhou o ocorrido em 12 de abril “com preocupação”, lamentando a ruptura da ordem institucional, deplorando os atos de violência e reafirmando a importância da democracia na região. E em 14 de abril, ao tomar conhecimento da retomada da ordem constitucional e do processo político democrático na Venezuela saudou a reassunção de Hugo Chávez e condenou a quebra da institucionalidade no vizinho sul-americano. In *Resenha de Política Exterior do Brasil*, Número 90, 1º semestre de 2002 - Ano 29.

dezembro de 2002, em uma articulação entre Fernando Henrique Cardoso e Lula da Silva, enviou-se o assessor especial Marco Aurélio Garcia com o intuito de sinalizar o apoio do governo recém-eleito e a preocupação quanto aos desdobramentos da crise.

Nesse sentido, o governo brasileiro encaminhou duas medidas: garantir a segurança energética do vizinho e mediar o conflito de interesses entre governo e oposição. Se por um lado, a proposta brasileira gerou críticas da oposição daquele país e certo desconforto por parte dos Estados Unidos, como coloca Vizentini.¹¹¹³

Por outro, pode-se dizer que o prestígio adquirido pela ação foi incalculável e deixou marcas profundas na sociedade venezuelana, que até hoje faz referência ao “socorro” brasileiro e de Lula.

Como medida emergencial, o Brasil vendeu um carregamento de 83 milhões de litros de combustível para suplantar o desabastecimento que castigava a população venezuelana. Além disso, o papel de mediação do Brasil requeria que se buscasse algo aceitável para o governo e a oposição na “mesa de negociação”, ou seja, resguardar o governo constituído, mas dar voz à oposição, dentro dos limites da autodeterminação dos povos.

. A saída foi a criação de um Grupo de Amigos da Venezuela, que oferecesse mais “instrumentos” ao Secretário-Geral da OEA na solução da crise venezuelana, similar à fórmula de Contadora. Assim, um grupo composto por diferentes atores facilitaria a moderação dos discursos mais exaltados e abriria canais de comunicação e entendimento. Celso Amorim explicou o ímpeto solidarista brasileiro:

Diante da crise política em nosso vizinho, não podíamos permanecer como meros observadores. Cientes de que cabia aos venezuelanos encontrar as soluções para seus problemas, quisemos colaborar para o diálogo, a criação de um clima de confiança e a restauração da estabilidade.¹¹¹⁴

¹¹¹³ VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). Venezuela: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

¹¹¹⁴ “Política Externa do Governo Lula: os dois primeiros anos”. Artigo do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, publicado na Análise de Conjuntura do Observatório Político Sul-Americano do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, em 4 de março de 2005. In Resenha de Política Exterior do Brasil, ano 32, n. 96, 1º semestre 2005. p. 405.

Portanto, interessava ao Brasil que a crise venezuelana fosse rapidamente abafada para que a ordem e a estabilidade tornassem a reinar na região, que voltava a ser considerada “prioridade óbvia” para as relações internacionais do país. Ao mesmo tempo, foi uma oportunidade bem aproveitada como capital político do governo recém-eleito no Brasil, pois dava mostras de como o vizinho bolivariano seria tratado pelo governo brasileiro.

Mais ainda, a chancelaria brasileira dava sinais de que o Brasil estava se engajando ativamente nas questões sul-americanas, desenvolvendo um senso apurado de “responsabilidade sistêmica”, ao atuar em favor da estabilidade venezuelana. Uma nova regularidade parecia se estabelecer uma vez que o Brasil não estaria indiferente à sorte de seus vizinhos sul-americanos, latino-americanos ou caribenhos. “Move-nos uma solidariedade ativa: o princípio que costumo chamar de *não-indiferença*”, diria o chanceler Celso Amorim sobre esse elemento basilar da política externa brasileira na era Lula.¹¹¹⁵

Nessa nova fase das relações bilaterais, quais os pilares erguidos para a sustentação da aliança estratégica brasileiro-venezuelana?

A “prova de fogo” da crise interna na Venezuela evidenciou o primeiro pilar da aliança estratégica: a cumplicidade política e ideacional entre os governantes brasileiro e venezuelano. Como ressalta Mendible-Zurita, a aliança estratégica Chávez-Lula redefiniu a relação bilateral em termos de ações integracionistas que “*sedimentan las aspiraciones compartidas por los dos países de alcanzar la unidad continental de Sur América*”.¹¹¹⁶

Depois da turbulência, Chávez viajou ao Recife ,em 25 de abril de 2003, com o intuito de reforçar os vínculos espirituais e materiais entre os dois países. Inaugurou os bustos do libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima na capital pernambucana, mencionou a criação do Centro de Estudos Brasileiros em Caracas e lembrou a necessidade de um espaço econômico integrado, na América do Sul, pela aproximação Comunidade Andina, Mercosul e Venezuela.¹¹¹⁷

¹¹¹⁵ “Brazil’s perspective on current international challenges”. Resenha de Política Exterior do Brasil, ano 31, n. 94, 1o semestre de 2004, p.81.

¹¹¹⁶ MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. “Venezuela-Brasil: una relación geoestratégica privilegiada”. *Carta Internacional*, Vol. 1, no 2, julho de 2006. Audiência do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, em 29 de novembro de 2005. In Resenha de Política Exterior do Brasil, ano 32, n.97, 2o semestre de 2005, p.170.

¹¹¹⁷ “Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela”. in RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 92, ano 30, 1º semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Além disso, Chávez visitou Lula na cidade de Manaus, em 15 de setembro de 2004, e destacou a “ação construtiva”, o “papel moderador” e de “liderança” exercidos pelo Brasil à frente do Grupo de Amigos, lembrando o apoio venezuelano ao pleito brasileiro pela reforma e por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.¹¹¹⁸

A consecução de uma parceria com sentido estratégico dependia da atuação das forças econômicas. Logo, o segundo pilar da “aliança estratégica” referiu-se ao incremento comercial bilateral e a convergências nas grandes questões da ordem econômica internacional. Por exemplo, emergiu uma coincidência de posição de relutância à ALCA e de vontade de inserir um “conteúdo social” nas propostas de integração econômica regional.

Ademais, tanto Brasília quanto Caracas concebiam a América do Sul como uma enorme “fronteira de oportunidades” para os investidores de todas as partes do mundo. Entretanto, era perceptível que nessa paisagem, segundo Lula, “o Brasil é um parceiro privilegiado desse renascimento continental”. De toda forma, o impacto do revigoramento regional alcançaria as relações bilaterais.¹¹¹⁹

Entre 1998 e 2002, os principais produtos exportados pela Venezuela ao Brasil eram os óleos combustíveis, o petróleo bruto, querosene para aviação, naftas, gás propano liquefeito, gás butano liquefeito, entre outros.

Já o Brasil exportava para a Venezuela aparelhos transmissores ou receptores e seus componentes, automóveis de passageiros, laminados planos de ferro ou aço, máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades, pastas químicas de madeira, motores, geradores e transformadores elétricos; medicamentos, entre outros produtos.¹¹²⁰

¹¹¹⁸ O ano de 2003 foi de reconciliação política na Venezuela, instalou-se o processo de coleta de assinaturas para levar adiante o referendo revocatório, o que ocorreu sem recurso à violência e sob os auspícios do Grupo de Amigos e da OEA. Entretanto, o Conselho Nacional Eleitoral encontrou dificuldades para validar assinaturas, o que trouxe apreensão quanto ao prolongamento da indefinição política. Em 15 de agosto de 2004 foi realizado o referendo sob os auspícios do CNE, OEA e Centro Carter, para assegurar a “credibilidade” da consulta, que resultou na ratificação do mandato do presidente Hugo Chávez. RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, Número 95, 2o semestre de 2004, Ano 31. p. 383-385.

¹¹¹⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005. In RESENHA de Política Exterior do Brasil. Número 97, 2o semestre de 2005, Ano 32. p. 201.

¹¹²⁰ Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Venezuela, 14 de fevereiro de 2000. Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 86, 1o semestre de 2000 Ano 27.

Tabela 7 – Comércio Brasil Venezuela			
(1998-2002)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo
1998	706.298.162	755.573.374	- 49.275.212
1999	536.761.373	974.379.945	- 437.618.572
2000	752.905.969	1.327.672.176	- 574.766.207
2001	1.095.269.547	746.983.275	348.286.272
2002	798.974.175	633.060.045	165.914.130

Fonte: Tabela adaptada SECEX-MIDIC; Padrão US\$/FOB.

Assim, no plano comercial, as exportações brasileiras para a Venezuela haviam tido o primeiro incremento marcante a partir de 1995, no início do governo FHC. Cinco anos depois, o intercâmbio comercial bilateral girou em torno de US\$ 1,5 bilhão, sendo que as exportações brasileiras alcançaram US\$ 536,7 milhões, enquanto as importações ficaram na casa de US\$ 974,4 milhões.

O ápice das relações comerciais, nos governos Chávez-Cardoso, foi no biênio 2000-2001, com exportações venezuelanas na casa de US\$ 2 bilhões e importações brasileiras no valor de US\$ 1,8 bilhão, e que foi interrompido por uma reversão momentânea em decorrência da crise de 2002.

Por isso, uma das medidas iniciais do governo Lula, quando assumiu o poder em 2003, foi dispor-se a ajudar a Venezuela a promover seus produtos no mercado brasileiro, dentro do “Programa de Substituição Competitiva de Importações”, o qual priorizava a aproximação com os países vizinhos.

Tabela 8 – Comércio Brasil Venezuela			
(2003-2010)			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2003	608.229.076	275.154.451	333.074.625
2004	1.469.802.005	199.083.320	1.270.718.685
2005	2.223.705.818	255.605.407	1.968.100.411
2006	3.565.424.415	591.553.378	2.973.871.037

Fonte: Tabela adaptada SECEX-MIDIC; Padrão US\$/FOB.

A partir de 2004, o fluxo comercial entre o Brasil e a Venezuela aumentou de forma nunca antes vista e as exportações atingiram novo recorde nesse mesmo ano, alcançando a cifra de US\$ 1,46 bilhão. Essa tendência de crescimento das exportações brasileiras para a Venezuela corroborava o aprofundamento das relações bilaterais em uma fase de “aliança estratégica”.¹¹²¹

De 2003 a 2006, o intercâmbio manteve-se ascendente, tanto do ponto de vista das vendas brasileiras quanto das venezuelanas. O Brasil exportou US\$ 2,9 bilhões para o país vizinho e importou US\$ 528 milhões, o que representava um aumento significativo no comércio em relação ao total de 2005.

O marco dessa fase de aproximação intensa, entre 2003 e 2006, foi definido no discurso de Lula sobre as relações bilaterais brasileiro-venezuelanas: “Nossa aliança estratégica está solidamente apoiada em três pilares: diálogo político, ampliação do comércio de bens e serviços e integração da infraestrutura”.¹¹²²

¹¹²¹PEREIRA, Lia Valls. “Comércio exterior e política comercial da Venezuela”.In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). Venezuela: visões brasileiras. Brasília: IPRI, 2003.

¹¹²² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005. in Resenha de Política Exterior do Brasil, n. 96, 1o semestre de 2005, Ano 32,p.52.

Para o presidente Hugo Chávez, Brasil e Venezuela deveriam estar juntos e trabalhar para o caminho da integração, aproximando centros econômicos para a formação de um novo eixo de desenvolvimento na América do Sul.

Logo, os acordos assinados em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005, integraram mais de vinte compromissos em diversos setores como petrolífero, infraestrutural, ciência e tecnologia, medicina, cultura, cooperação militar, energia elétrica, siderurgia, telecomunicações, mineração, pesca, aeronáutica e agroindústria.

É interessante notar que os acordos foram desenhados com a expectativa de se converterem em ganhos para os setores econômicos brasileiros, que ali estiveram representados por executivos de companhias brasileiras de médio e grande porte, tais como a Odebrecht, Camargo Correa e Petrobras, que participaram da comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.¹¹²³

Lula considerava que a relação Brasil-Venezuela poderia e deveria servir como modelo de integração para os demais países da América do Sul; portanto, enfatizou a importância de se engajar os setores empresariais, afirmando que essa aliança estratégica almejada estava, invariavelmente, apoiada na ampliação do comércio de bens e serviços e na integração infraestrutural.

O terceiro pilar erigido para sustentar a aliança estratégica foi o eixo energético, em especial a cooperação entre Petrobras e PDVSA, cujo potencial de exploração era considerado incalculável.¹¹²⁴

A reorganização da PDVSA, depois do fracassado golpe contra Hugo Chávez em abril de 2002, recolocou a Venezuela em condições privilegiadas para captar e aumentar sua renda petroleira. A tentativa de golpe e a greve que se seguiu deram mostras de que se condicionava o exercício do poder político ao controle da atividade petroleira.¹¹²⁵

Para tanto, fazia-se necessário combater a globalização dos recursos naturais, proposta pelas grandes potências e, principalmente, dismantelar as trincheiras internas à PDVSA, que funcionara como um “cavalo de Tróia” da oposição dentro do Estado venezuelano. Para

¹¹²³ Idem.

¹¹²⁴ DISCURSO do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela. Caracas, Venezuela, 14 de fevereiro de 2005. www.mre.gov.br. Acessado em 7/6/2007.

¹¹²⁵ VILLA, Rafael e URQUIDI, Vivian Dávila. Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo. São Paulo: Paz e Terra, *Política Externa*, vol 14, n 4, mar/abr/mai, 2006, p. 72.

Ramirez, a PDVSA havia se tornado uma empresa de interesses multinacionais afastando-se do dever de servir ao desenvolvimento nacional.¹¹²⁶

Nesse sentido, Chávez reconstituiu o regime petrolero venezuelano, desabilitou a política de abertura petrolera iniciada por seus antecessores, tomou conta da PDVSA e, como consequência, restabeleceu a “plena soberania” sobre a gestão do petróleo venezuelano. Com isso, traçou como coordenadas do eixo energético bilateral a solidariedade, a complementaridade econômica e o comércio justo de energéticos. Segundo Ramirez, apenas assim seria possível superar o subdesenvolvimento e a dependência.¹¹²⁷

A política exterior de Lula correspondeu com uma postura de alinhamento aos objetivos e diretrizes de Miraflores. Em sintonia ideológica, Brasília tentou resguardar o senso estratégico da oportunidade que o setor energético proporcionaria aos interesses nacionais. Por isso o Brasil procurou robustecer a parceria com a Venezuela tendo como uma das molas mestras do bilateralismo a integração energética.

Para tanto, ambos os governos avançaram na conformação de uma parceria energética entre PDVSA e PETROBRAS, com a assinatura de “15 acordos que incluíam, entre outros projetos, a exploração de gás e a extração de petróleo pesado pela indústria brasileira na região do rio Orinoco e a construção de uma nova refinaria no Brasil”.¹¹²⁸

O Programa detalhado de iniciativas, cuja execução seria monitorada pela Comissão Binacional de Alto Nível (COBAN) e seus Grupos de Trabalho, contemplou resumidamente os seguintes pontos:

1. Cooperação nas áreas do combustível etanol, biodiesel, refino, fertilizantes, poliolefinas, produção e distribuição de lubrificantes;
2. Desenvolvimento conjunto de projetos entre PETROBRAS, PDVSA, Petroquímica de Venezuela (PEQUIVEN) e Braskem, na Faixa do Orinoco;

¹¹²⁶ RAMIREZ, Rafael. “Plena soberania petrolífera”. *DEP*, n 6, abr-jun 2007. p. 202-228. Ver em especial “The Battle for control over oil”, capítulo 2 do livro KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chávez: oil, politics, and the challenge to the U.S.* New York: Palgrave Macmillan, 2007. P. 23-36.

¹¹²⁷ HERNANDEZ-BARBARITO, Maria A. “A integração energética da América Latina e Caribe”. *DEP*, n 9, jan-mar 2009. p. 233-251.

¹¹²⁸ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O Brasil e a América do Sul”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V1. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 267-297.

3. Construção de plataformas e navios e cooperação na área de comércio e transporte marítimo;
4. Protocolo de intenção para a cooperação científica, técnica e capacitação de pessoal;
5. Cartas de intenções para a identificação de oportunidades de negócios em matéria de hidrocarbonetos em campos maduros, no Golfo da Venezuela e no Bloco Cinco do Projeto Plataforma Deltan.¹¹²⁹

O potencial energético venezuelano era constantemente realçado por Chávez que, ao falar da franja do rio Orinoco, bradava: *“cuando se acabe el petróleo en el mundo, habrá petróleo, todavía en buenas cantidades para evitar un colapso mundial, en cinco países, y el primero es Venezuela, aquí en esta faja”*.

Lula e Chávez se encontraram no Porto de Suape, Pernambuco, em 16 de dezembro de 2005, onde foi feito o lançamento da pedra inaugural da Abreu e Lima, com investimentos previstos da ordem de US\$ 2,5 bilhões e possibilidade de se gerar milhares de empregos diretos e indiretos.

Portanto, o projeto de construção da refinaria Abreu e Lima foi um marco da parceria energética Brasil-Venezuela e alimentou os discursos do presidente Chávez pelo orgulho de ver a junção da Pdvs e da Petrobras. *“Con Brasil una refinería aquí en Pernambuco y Brasil con Petrobras llevará petróleo a esa refinería desde la Faja del Orinoco, para luego distribuirlo en el norte y nordeste de Brasil”*.

O eixo energético se prolongaria no tempo, à medida que projetos se cristalizavam, como por exemplo, a construção de uma usina, que deveria gerar entre 540 e 1300 megawatts de potência, com a participação do Brasil na construção. Chávez explicava que *“Ayer firmamos en Brasil, una empresa brasileña para las cuevas allá, para el nuevo Uribante-Caparo, la nueva etapa [...] Con la empresa Queiroz Galvão firmamos la carta de intención para comenzar con la ingeniería básica del proyecto del segundo desarrollo del Complejo Uribante-Caparo”*.¹¹³⁰

O quarto pilar da aliança estratégica dizia respeito à segurança humana de maneira geral e às ações específicas de combate à fome e à pobreza. Brasil e Venezuela foram países normalmente conceituados como pobres e fracos, refletindo-se em obstrução de suas

¹¹²⁹ RESENHA de Política Externa do Brasil, n. 96, 1º semestre 2005, Ano 32. p. 260.

¹¹³⁰ ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009.

economias no cenário internacional. Para Lula, diante de um mundo que se mostrava desinteressado da sorte dos mais pobres e dos mais fracos, somente com a união se poderia reforçar a capacidade de defender os interesses fundamentais dos seus cidadãos¹¹³¹.

Em um cenário onde os níveis de pobreza na América do Sul e na América Latina são tão significativos, criou-se um sentido de convergência e confiança entre os dois governos que auxiliou na constituição da aliança estratégica. Lula chegou a colocar a questão em tons hiperbólicos: “A pobreza é a arma de destruição em massa mais poderosa que existe no mundo”.¹¹³²

Venezuela e Brasil estariam de “braços dados” na luta contra a fome, a pobreza e a injustiça social, firmando-se como um dos principais componentes da “aliança estratégica” bilateral. Assim, o “objetivo comum fundamental” da parceria seria buscar reduzir e tentar eliminar a pobreza mediante um plano e um programa conjunto de alimentação adequada, saúde, educação, habitação e acesso aos bens culturais.¹¹³³

No que se refere à busca pela soberania alimentar, destaca-se a cooperação técnica que a EMBRAPA vem desempenhando no bojo do projeto de soberania alimentar. Além disso, incluía-se a cooperação brasileira em termos de exportação de produtos, envio de bens com tecnologia agregada e aproveitamento de experiências. Por exemplo, os alimentos distribuídos pela PDVAL estariam sendo armazenados em frigoríficos construídos com materiais venezuelanos, mas com tecnologia brasileira.

Também como parte da estratégia de garantir a soberania alimentar venezuelana, o governo procurou ampliar os rebanhos de gado de corte e leite, importando do Brasil

¹¹³¹ Discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Cerimônia de Inauguração dos Bustos do Libertador Simon Bolívar e do General Abreu e Lima. Pernambuco: Abreu e Lima, 25 de março de 2003. www.mre.gov.br. Acessado em 7 de junho de 2007.

¹¹³² Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana na Venezuela, 24 de março de 2005. in RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 283.

¹¹³³ “Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela”. in RESENHA de Política Exterior do Brasil, n 92, ano 30, 1º semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Comunicado Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005) in RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 257-261.

bufalinos e bois da raça Girolanda, como forma de melhorar geneticamente as espécimes venezuelanas.¹¹³⁴

Tema conexo à segurança alimentar, o combate à pobreza e à miséria seria outro sustentáculo da aliança estratégica brasileiro-venezuelana. Assim, um dos temas mais caros à relação Brasil-Venezuela era encontrar maneiras de abordar e combater a pobreza. Chávez citava os “*ranchos venezuelanos e as “favelas” no Brasil*” como foco para as mudanças, apontando a diferença em termos da dimensão do problema nos dois países. Na visão de Chávez: “*tenemos unas poblaciones en Venezuela, en Brasil, unas poblaciones muy jóvenes, un gran crecimiento demográfico*” e essa similaridade em termos do crescimento populacional e da conformação de um estrato jovem da população viabilizaria se pensar respostas conjugadas.¹¹³⁵

Pode-se afirmar que a proposta relativa à luta contra a fome e a pobreza, apresentada por Lula, e a proposta de criação de um Fundo Humanitário Internacional, apresentada por Chávez, ganharam notoriedade pelo quesito “ousadia”, mas se firmaram como uma legítima demanda da sociedade internacional, afastando-se do espectro ideológico para ganhar consistência como uma opção política atrativa. Em síntese, Brasil e Venezuela pretendiam deshierarquizar a agenda internacional, no sentido de dar valor equiparado a questões que antes eram separadas em *high e lowpolitics*.

O último pilar da “aliança estratégica”, estabelecida entre 2003 e 2006, foi erguido pelos projetos de infraestrutura e pela organicidade com que os interesses empresariais brasileiros passaram a atuar na Venezuela.

Lula havia sido reeleito com 61% dos votos e foi à Venezuela inaugurar a segunda ponte sobre o rio Orinoco. Obra de engenharia que contou com a participação de empresa brasileira, a ponte deveria integrar importante corredor de transportes e facilitar o acesso às regiões central e oriental da Venezuela, contribuindo para incrementar o comércio bilateral e estabelecer rota de exportação ligando Boa Vista e Manaus ao Mar do Caribe.

Para o presidente do Brasil seria um momento do discurso traduzido em realização: “nada fala mais alto do que a gente olhar a imagem extraordinária de uma ponte que significa

¹¹³⁴ Nas palavras bem-humoradas de Chávez: *miren: ¡tremendas bufalas, compadre!, eso si es una bufala, una señora bufala. Vamos a darles la bienvenida a las bufalas de Lula*”. ALÓ PRESIDENTE, programa N° 306 Plaza Caracas, Caracas. Domingo, 2 de marzo de 2008.

¹¹³⁵ ALÓ PRESIDENTE, programa N° 308. Comunidad Socialista “Nuestra Señora de Coromoto”. Municipio Guacara. Edo. Carabobo. Domingo, 30 de marzo de 2008.

desenvolvimento para a Venezuela, significa melhoria da qualidade de vida para o povo da Venezuela e significa muito mais esperança para o futuro”.¹¹³⁶

Em síntese, a aliança estratégica brasileiro-venezuelana seria enquadrada pela dimensão empresarial e se moveria de acordo com os interesses das grandes empresas brasileiras envolvidas em projetos bilaterais dos dois governos.

6.3. Retraimento vigilante (2007-2010)

“(…) faríamos realmente bem em manter uma distância crescente do coronel”
(Luis Felipe Lampreia).¹¹³⁷

A partir de 2007, uma inflexão nas relações entre Brasil e Venezuela foi produzida por um conjunto de forças de pressão e pulsão, desacelerando a onda de adensamento que mantinha ativa a parceria bilateral. De fato, pela ótica da política externa brasileira foi possível identificar uma correção de rumos, marcada por uma “relutância branda” com respeito ao vizinho bolivariano.

Chávez cativara estudantes, intelectuais e governantes brasileiros desde sua chegada ao poder. Mesmo Fernando Henrique Cardoso procurou usar da diplomacia presidencial para apaziguar ânimos em episódios de estranhamento da Venezuela com Colômbia e Estados Unidos, ressaltando a importância de “não hostilizar” a Venezuela e sim procurar um diálogo amigável com Caracas. Logo, o Brasil sustentou uma postura mais discreta e cautelosa entre 1998 e 2002, mas não menos propositiva, do que a adotada a partir de 2003.

Com Lula se intensificaram todos os campos das relações bilaterais, inclusive o ideológico, o que promoveria a construção da aliança estratégica. Entretanto, uma inflexão na visão brasileira sobre a Venezuela pareceu ocorrer a partir de 2007.

O sucesso internacional do Brasil contrastava com as dificuldades enfrentadas pela Venezuela, o que teria engatilhado uma imagem de rivalidade entre os mandatários brasileiro

¹¹³⁶ Em *Puerto Ordaz, Ciudad Guayana*, local da cerimônia, os dois mandatários celebraram o fim das fases de quantificação e certificação das reservas petrolíferas de Carabobo, operações realizadas conjuntamente pelas empresas Petrobras e PDVSA, na Faixa do Orinoco, e fizeram uma visita a uma sonda de perfuração, imagem amplamente divulgada pela mídia. Ver Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006. In RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 99, 2º semestre de 2006, Ano 33. p. 165.

¹¹³⁷ Lampreia, Luiz Felipe. “Chávez - o começo do fim?”, Opinião. O Estado de São Paulo, 10-06-2007.

e venezuelano. Para Lampreia, “parece-me claro que Chávez vê em Lula o seu maior concorrente como líder político latino-americano. Pelo êxito das políticas econômicas e sociais do Brasil, pela ascensão crescente do país, o presidente desfruta de grande prestígio internacional, ao contrário de Chávez”.¹¹³⁸

6.3.1. O “estiramento” da parceria

O “caso Vila Isabel” fomentou uma conjuntura crítica e precipitou essa postura retraída e vigilante por parte do Brasil em relação à Venezuela de Chávez.

Em fevereiro de 2006, com o enredo "Soy loco por ti América", a escola de samba Unidos de Vila Isabel deu vida a Simón Bolívar, que adentrou a avenida Marquês de Sapucaí como atração principal de um enorme carro alegórico. Nada de anormal existiria na homenagem a um dos principais símbolos da luta pela emancipação latino-americana e integração dos povos, não fosse o patrocínio fornecido pela PDVSA à escola de samba carioca, na ordem de um milhão de dólares.

A ação encampada pela PDVSA colocou não só a empresa como o governo Chávez na mídia, com imagens e discursos favoráveis e contrários à iniciativa; e estimulou a curiosidade sobre as ideias e conceitos do bolivarianismo, na medida em que o samba-enredo foi divulgado largamente no rádio, televisão, jornal impresso e internet.

A “investida comunicacional” ou a “diplomacia midiática” de Chávez foi potencializada pela vitória da Unidos de Vila Isabel, que se sagrou campeã do Grupo Especial do carnaval do Rio de Janeiro. A oposição no Brasil e na Venezuela contestou o patrocínio, especialmente a maneira como o recurso teria ingressado no país, gerando desconfianças quanto à própria vitória da agremiação carioca.

Todavia, Marcelo Coutinho ponderou, de maneira irônica, sobre as críticas da oposição e dissipou o clima conspiratório: “Dinheiro de bancos e quaisquer empresas estrangeiras, de clubes de futebol, de jogo do bicho e de outros estados da federação também pode, mas da PDVSA, a estatal venezuelana, nem pensar”.¹¹³⁹ Por fim, a criatividade

¹¹³⁸ LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. P. 318.

¹¹³⁹ COUTINHO, Marcelo. “Depois do carnaval”. *Jornal do Brasil*, 5-3-2006. OPISA, 2006. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/artigos_resenhas.php. Acessado em 25-5-2011.

venezuelana encaminharia à “solidificação de uma imagem externa mais forte contra as investidas comunicacionais vindas de fora com finalidade oposta”.¹¹⁴⁰

O caso “Vila Isabel” não foi interpretado pelo Itamaraty como apenas uma exposição indireta dos ideais chavistas, mas uma tentativa venezuelana de incursão pela sociedade brasileira, o que despertou o governo brasileiro para uma postura mais vigilante em relação ao vizinho.¹¹⁴¹

Quais outros acontecimentos promoveram uma transição da fase de “aliança estratégica” para outra de “retraimento vigilante”?

Em primeiro lugar, pode-se atribuir essa correção de rumos à ideologização excessiva da política e da economia venezuelanas. Ao completar uma década à frente do governo na Venezuela e após ter sido referendada em pleito popular, de 15 de fevereiro de 2009, a reeleição ilimitada do presidente da república, Hugo Chávez Frías deu importante passo para implementar com maior determinação o híbrido de projeto pessoal (perpetuação no poder) e nacional (implementação do socialismo do século 21).¹¹⁴²

Segundo, a política de “*jugar con el globo*” e se aproximar de *rogue states*, como Cuba, Líbia e Irã, ou de potências não ocidentais como Rússia e China, fermentou uma crescente oposição internacional à Venezuela. Além disso, a disposição de Chávez de utilizar a orientação à esquerda, de governos da região, como suporte para o projeto venezuelano, tentou fazer do Brasil de Lula ponta de lança das demandas internacionais do regime bolivariano e escudo contra os constantes ataques dos EUA.¹¹⁴³

A triangulação indireta, envolvendo Brasil, Irã e Venezuela, chamou a atenção e despertou a inconformidade da oposição parlamentar brasileira. Há alguns anos notara-se a

¹¹⁴⁰ VALENTE, Leonardo e SANTOR, Maurício. A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez. OPSA, 2006. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/artigos_resenhas.php. Acessado em 25-5-2011.

¹¹⁴¹ Dois aspectos chamaram a atenção no caso. Primeiro, a permissividade brasileira em relação às tratativas, uma vez que a transação carnavalesca foi intermediada pelo embaixador Julio Garcia e por cônsules venezuelanos em várias reuniões com os diretores da escola no Rio de Janeiro e em Brasília. Segundo, o caráter ostensivo da disseminação ideacional, epitomizada pelo carro alegórico com uma imagem de 14 metros de altura de Simón Bolívar com um coração vermelho na mão direita. Logo, a reação brasileira foi retrair-se perante a investida venezuelana. “Com dinheiro do povo”. Veja, 1-2-2006. Disponível em: http://veja.abril.com.br/010206/p_048.html; “Jornais venezuelanos destacam vitória da Vila Isabel no Carnaval”. Disponível em: <http://noticiascl.terra.cl/tecnologia/interna/0,,OI901396-EI6238,00.html>. “Chávez confirma sucesso no financiamento da PDVSA à campeã Vila Isabel”, 5-3-2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/carnaval/2006/ultnot/ult33u51662.jhtm>. Acessados em 20-5-2011.

¹¹⁴² GEHRE, Thiago. “A Venezuela após o referendo de 2009: percepções e contextualizações”. In MARINHO, Danilo Nolasco Cortes. *Brasil e América Latina: colaboração e conflito*. São Paulo: Francis, 2009. p.101-139.

¹¹⁴³ ROMERO, Carlos. *Jugando con el Globo: la política exterior de Hugo Chávez*. Caracas: Ediciones B, 2006.

disposição do governo iraniano de expandir suas atividades diplomáticas pelo mundo ocidental, mediante diferentes formas de cooperação, científica e tecnológica, militar, cultural e comercial. Teerã encontrou na América do Sul um local amigável na medida em que foi recebido pelos governos de Brasil e Venezuela.¹¹⁴⁴

Entretanto, a parceria irano-venezuelana suscitou críticas sobre a possibilidade de desenvolvimento na Venezuela de um programa nuclear para fins bélicos. Ao mesmo tempo, desagradou o fato de o Brasil estar se aproximando de países cujos regimes autoritários estivessem constantemente envolvidos em denúncias contra os direitos humanos.¹¹⁴⁵

Em ambos os casos, aos olhares da oposição brasileira, ficava claro que o modelo democrático venezuelano estava preenchido de vícios e inclinações ideológicas e que sua postura internacional “revolucionária” estava indo contra as tradições brasileiras do pacifismo e do juridicismo. O resultado seria um recuo de Brasília em suas demonstrações de “simpatia” por Caracas.

Como agravante, o aumento da “sensibilidade” de Brasil e Venezuela às suas decisões mútuas amplificou outro caso de atrito na parceria bilateral, advindo dos impactos da decisão venezuelana de cassação dos direitos de imagem da *Radio Caracas Televisión* (RCTV).

No final de dezembro de 2006, o presidente Hugo Chávez alertou que não iria renovar a concessão da RCTV por ser um “*canal golpista*” e por não se enquadrar no novo marco legal do setor. De fato, por seu alcance nacional e pela postura de oposição declarada ao governo Chávez, a RCTV tornara-se elemento indesejado no cenário político nacional e, portanto, deveria ser neutralizada, o que ocorreu em maio de 2007, quando saiu da grade aberta para sobreviver como uma emissora de canal a cabo.

A cassação dos direitos de imagem da RCTV gerou polêmicas, por toda a América Latina, levantando dúvidas quanto à legitimidade das ações de Hugo Chávez, assim como

¹¹⁴⁴ A Venezuela se abriu ao investimento iraniano enquanto o Brasil se aproximou diplomaticamente com as visitas sucessivas de Celso Amorim a Teerã entre 2008 e 2010 e com a vinda de autoridades iranianas neste período ao Brasil. Ver MORGENTHAU, Robert M. “O elo entre Irã e Venezuela – uma crise no horizonte?”. *Política Externa*, vol 18, n 3, Dez/Jan/Fev 2009-2010; e BRUN, Elodie. “O Irã na América latina”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 79-96

¹¹⁴⁵ Durante o programa “*Alo Presidente*” Chávez, montado em uma bicicleta, discursou descontraído e bem humorado: “*La Atómica, si usted quiere andar sobre una bomba atómica adquiera una bicicleta La Atómica, Irán-Venezuela, La Atómica, ya viene la bicicleta Atómica [...]se nos ha atacado diciendo que estamos fabricando bombas atómicas [...]mi querido amigo Presidente de los Estados Unidos, le ofrezco esta bicicleta, vean la bomba, [...] yo quisiera decirle al pueblo venezolano que la bomba atómica se llama Socialismo*”. In ALÓ PRESIDENTE, programa N° 312. Planta trituradora de piedra “Chema Saher”. Santa Ana de Coro, estado Falcón. Domingo, 8 de junio de 2008.

suscitou indagações sobre os rumos da relação bilateral Brasil-Venezuela. A “sensibilidade” entre Brasília e Caracas havia aumentado paralelamente ao adensamento de suas relações, ou seja, a partir daquilo que Celso Amorim chamou de “aguda consciência da interdependência entre os destinos do Brasil e de nossos vizinhos sul-americanos”.¹¹⁴⁶

No Brasil, a decisão de Chávez repercutiu como uma afronta aos direitos primordiais de liberdade de expressão e liberdade de imprensa. A posição do Parlamento, especialmente nas falas de alguns congressistas, foi de duras críticas e de repulsa à medida chavista.¹¹⁴⁷

Na Venezuela, Chávez denunciou que o legislativo brasileiro estaria dominado pelos movimentos e partidos de direita e qualificou o Congresso de “papagaio” dos Estados Unidos. A réplica da presidência da Câmara dos Deputados manifestou “*seu veemente repúdio às declarações levianas e irresponsáveis do presidente da Venezuela, que não condizem com a estatura que se requer de um Chefe de Estado*”.¹¹⁴⁸

A troca de notas e declarações acusatórias gerou um leve incidente diplomático entre os dois países, que necessitou da intervenção de Celso Amorim e de Lula. Pronunciando-se em nota oficial o governo brasileiro reforçou o fato de as instituições brasileiras serem norteadas por princípios inatacáveis como independência, dignidade e princípios democráticos. Além disso, Lula solicitou que o Embaixador da Venezuela no Brasil Julio Montoya fosse convocado para prestar “indispensáveis esclarecimentos” à nação.¹¹⁴⁹

Desse incidente, Lampreia destacou a “tomada de consciência do presidente Lula” dos riscos de uma aproximação ideológica com a Venezuela e dos perigos de Hugo Chávez se tornar um rival ou mesmo inimigo do Brasil, o que teria levado a um retraimento não contundente da diplomacia brasileira: “talvez seja melhor assim, pois o Brasil jamais deve ser truculento com seus vizinhos”, complementaria Lampreia.¹¹⁵⁰

¹¹⁴⁶ AMORIM, Celso. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”. Revista Diplomacia, Estratégia e Política, 1 de outubro de 2004. In RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, Número 95, 2o semestre de 2004, Ano 31. p. 504. NYE, Joseph. *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à história*. Lisboa: Gradiva, 2002.

¹¹⁴⁷ “Venezuela rechaza declaraciones de políticos brasileños sobre ingreso a Mercosur”. *Telesur*, 19-05-2009. Disponível em: <http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/50248-NN/venezuela--rechaza-declaraciones-de-politicos-brasilenos-sobre-ingreso-a-mercosur/>. Acessado em 26 de julho de 2009.

¹¹⁴⁸ “Acusa Chávez al Senado brasileño de subordinación ante el Congreso de EU”. *La Jornada*. 2-6-2007. Disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2007/06/02/index.php?section=mundo&article=021n1mun>. Acessado em 25 de julho de 2009.

¹¹⁴⁹ “Críticas de Chavez causam preocupação, diz Celso Amorim”. Folha de São Paulo, 2-6-2007.

¹¹⁵⁰ Lampreia, Luiz Felipe. “Chávez - o começo do fim?”, Opinião. O Estado de São Paulo, 10-06-2007.

Os conflitos de interesse entre Brasília e Caracas persistiam, gerando certos atritos no ambiente político e diplomático sul-americano e contaminando as relações bilaterais. Ao mesmo tempo, a efervescência energética da América do Sul, tanto em termos de petróleo e gás natural, quanto do potencial de desenvolvimento dos biocombustíveis, deu fôlego renovado ao processo de integração regional.

Dois eventos alimentaram a relutância mútua: a nacionalização do gás e do petróleo na Bolívia e a cúpula energética sul-americana de 2007.

A nacionalização do petróleo na Bolívia reverberou nas relações Brasil-Venezuela. A ação de Evo Morales tinha por objetivo transformar a estrutura econômica do país pelo controle do setor de hidrocarbonetos e para legitimar a sua ação, utilizou a velha fórmula da oposição ao elemento estrangeiro.¹¹⁵¹

Até então, o governo brasileiro endossara a postura ideológica de Morales, acreditando no alinhamento tradicional de La Paz aos interesses brasileiros. Mas ao estimular o nacionalismo do povo boliviano contra a imagem do estrangeiro, evidenciou-se a vinculação permissiva que o Brasil criara com a Bolívia.

Assim, La Paz se viu livre a tomar como modelo energético a Venezuela e buscou aliar-se à Caracas para garantir os interesses bolivianos em uma difícil negociação que se abriria com a Petrobrás e o governo brasileiro. Como efeito colateral, a imagem brasileira na América do Sul se deteriorou: o Brasil perdeu prestígio, teve seu status de “líder sul-americano” questionado e foi levado a utilizar a “diplomacia da concessão” para apaziguar os ânimos na região.

Não obstante, o principal reflexo foi o fortalecimento do projeto venezuelano. Ao enfraquecer a base regional em favor de posicionamentos nacionalistas, tendo como referência os ideais socialistas, Evo Morales alinhou-se naturalmente aos preceitos da política externa venezuelana e com isso respaldou o projeto chavista do “socialismo do século 21”. Em consequência, a PDVSA ganharia maior espaço em um mercado energético expandido na América do Sul.

¹¹⁵¹ Num simbólico primeiro de maio de 2006, no campo petrolífero de San Alberto, na província de Caraparí, o presidente Evo Morales determinou pelo decreto n° 28.701, a nacionalização dos hidrocarbonetos na Bolívia, desencadeando uma crise diplomática desencadeada com tal ato, olhando para o passado e projetando lições para o futuro. Os alvos foram as empresas de petróleo estrangeiras, como a Repsol YPF (Espanha e Argentina), British Gas e British Petroleum (Reino Unido), Total (França), Dong Wong (Coreia) e Canadian Energy, e a brasileira Petrobrás. Ver GALVÃO, Thiago Gehre. “A nacionalização do petróleo na Bolívia: ecos e reverberações”. *Meridiano 47*, n 77, 2006. p. 22-25.

Na I Conferência Energética Sul-Americana em 2007, quatro eixos encaminharam as discussões na ilha de Margarita: integração da infraestrutura energética regional, conformação de um bloco de poder sul-americano, tratamento das fontes energéticas regionais e operacionalização do conceito de “segurança energética” no contexto político e diplomático sul-americano.¹¹⁵²

Entretanto, começou a cristalizar-se uma oposição vetorial entre competição e complementaridade energética, que se traduziria em uma falsa disputa entre o petróleo venezuelano e o álcool brasileiro. Marco Aurélio Garcia foi instruído pelo governo brasileiro a tentar desarmar os ânimos, chegando a afirmar que “*no hay oposición entre combustibles fósiles y biocombustibles, hay complementariedad y experiencias nacionales distintas.*”

Todavia, a Cúpula de Margarita (2007) evidenciou uma espécie de “desafio” ao poder negociador do Brasil em matéria energética, projetando a imagem de líder e a vontade de liderança internacional da Venezuela.¹¹⁵³

Quais as concepções estratégicas por trás desse choque de visões?

A concepção brasileira tinha características mais pluralistas, de construção de uma sociedade sul-americana de nações, com base no fortalecimento das instituições regionais já existentes no plano regional sul-americano, especialmente a extensão do Mercosul como pedra angular da UNASUL. Além disso, assumia como premissa fundamental a interdependência energética e a atuação das forças da internacionalização econômica com base no regionalismo aberto, em detrimento da independência energética e do nacionalismo.

A concepção venezuelana voltava-se para a “securitização” e afirmação de interesses nacionais. Chávez elaborou um plano arrojado de nacionalização de setores estratégicos da sociedade que incluía o domínio pleno sobre o setor energético nacional. Da mesma forma, procurou ampliar a dependência energética de outros países da América do Sul, América

¹¹⁵²DECLARAÇÃO de Margarita: “Construindo a Integração Energética do Sul”. Nota nº 177 - 18/04/2007. Disponível em: www.mre.gov.br. Acessado em 20-4-2007. Ver GEHRE, Thiago. “Do Pacífico à Amazônia: segurança energética e integração regional na América do Sul”. In ZEBALLOS, Enrique Amayo (org). *A Amazônia e o Pacífico Sul-Americano e sua importância para o Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 183-203; BRASIL ratifica la fuerza de sus relaciones con Venezuela. In: VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo. I Cumbre Energetica Suramericana, Polamar, 16, abr. 2007. Sala de Prensa. Disponível em: http://uniondelsur.menpet.gob.ve/index.php?tpl=interface.sp/design/salaprensa/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=104&newsid_temas=1>. Acesso em: 8 maio 2007.

¹¹⁵³ KOZULJ, Roberto. A integração gaseífera latino-americana: uma prospectiva cercada de incertezas. São Paulo: Paz e Terra, *Política Externa*, vol 15, n 3, dez/jan/fev, 2006-2007. pp. 52-53.

Central e Caribe, do petróleo venezuelano. Logo, surgia a possibilidade de utilizar a energia como arma política, por exemplo, reduzindo níveis de exportação ou promovendo embargos. Por último, buscou a liderança energética regional.¹¹⁵⁴

Na prestação de contas da Casa Amarela ao Congresso o chanceler Nicolás Maduro enfatizou a “*profundización de la Diplomacia Energética*”, que garantisse ao Estado os meios para negociar e cooperar a partir de uma perspectiva da “*complementariedad, sustentabilidad e independencia*” com países, regiões e localidades que o interesse venezuelano determinasse.¹¹⁵⁵

Elza Cardoso notou certa ambivalência na postura energética venezuelana. Por um lado, o ativismo do governo venezuelano auxiliou a dar novo dinamismo à integração energética regional, por meio dos mais diversos acordos de cooperação, complementação e integração do setor. Por outro, “a posição venezuelana deu o giro mais importante na concepção sobre segurança energética, ao aproximar-se ostensivamente de um enfoque mais restrito e competitivo”.¹¹⁵⁶

Para Rafael Ramírez, a despeito dessa complexidade associada à paisagem energética regional, tratava-se de oportunidade ímpar para a integração regional e para que *llegemos a un consenso respecto al futuro que queremos*. Nesse aspecto, pareciam convergir os pensamentos brasileiro e venezuelano que alertavam para o mau uso da terra como fonte para a produção de biocombustíveis. Logo, o etanol seria uma alternativa de diversificação energética desde que “*no vulnere la seguridad alimentaría de nuestros pueblos*”.¹¹⁵⁷

Nesse caso, Caracas fazia ressalvas quanto à “isca dos agrocombustíveis”, que levaria à inutilização de terras agricultáveis para a produção de alimentos, em favor dos combustíveis, assim como estimularia o uso de transgênicos, colocando em perigo a biodiversidade do planeta. Ademais, segundo Hernandez-Barbarito, “preocupa de modo

¹¹⁵⁴ Sobre o conceito de “securitização” e demais aspectos teóricos e conceituais ver: BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. de. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner, 1998. BUZAN, B.; WAEVER, O. *Regions and powers: the structure of international security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003

¹¹⁵⁵ Libro Amarillo Año 2006, Ministerio de Relaciones Exteriores, Caracas: 2007. p. LXII

¹¹⁵⁶ CARDOSO, Elza. A governabilidade democrática regional e o papel (des) integrador da energia. São Paulo: Paz e Terra, *Política Externa*, vol 15, n 3, dez/jan/fev, 2006-2007. p. 39.

¹¹⁵⁷ BRASIL ratifica la fuerza de sus relaciones con Venezuela. 16-4-2007. Disponível em: http://uniondelsur.menpet.gob.ve/index.php?tpl=interface.sp/design/salaprensa/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=104&newsid_temas=1; MANDATARIOS discutirán estrategia para convertir a Suramérica en potencia energética. 15-04-2007. Disponível em: http://uniondelsur.menpet.gob.ve/index.php?tpl=interface.sp/design/salaprensa/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=66&newsid_temas=1; Acessado em: 8-5-2007.

especial o Brasil ter fortalecido sua aliança com os Estados Unidos” na área de biocombustíveis.¹¹⁵⁸

Em síntese, após a I Cúpula Energética Sul-Americana, Brasil e Venezuela tomaram consciência dos limites da convergência de interesses estratégicos, políticos e econômicos associado ao setor energético.

Outro óbice à aliança estratégica entre os dois países foi a política de reequipamento militar da Venezuela, que desencadeou percepções quanto a possíveis ameaças à estabilidade do sistema sul-americano.

Nesse caso, as compras realizadas, a partir de 2005, de corvetas, lanchas de patrulhamento, helicópteros, radares, caças Sukoi, além de cem mil fuzis AK 103, em cifras aproximadas de quatro bilhões de dólares, além da possibilidade de instalação de fábricas russas de fuzis e munições na Venezuela, geraram profundo desconforto nos meios militares e políticos da vizinhança sul-americana.¹¹⁵⁹

Pode-se dizer que houve, então, uma corrida armamentista na América do Sul com repercussões para as relações Brasil-Venezuela? Primeiramente, não era certo que a Venezuela poderia efetivar todas as compras acertadas com russos e com outros países, por conta das limitações da receita petroleira com as variações no preço internacional do produto.¹¹⁶⁰

Segundo, não havia um consenso interno que respaldasse o investimento de tantos recursos em segurança e defesa, diante de prioridades “*mucho mayores*”, o que poderia tornar insuportável uma política sistemática e continuada de aquisição de armamentos, típica de uma “corrida”.¹¹⁶¹

¹¹⁵⁸ HERNANDEZ-BARBARITO, Maria A. “A integração energética da América Latina e Caribe”. DEP, n 9, jan-mar 2009. p. 247.

¹¹⁵⁹ FLEITAS, Diego M. “Corrida armamentista versus cooperação em segurança na América do Sul”. In HOFMEISTER, Wilhelm (org). *Segurança internacional: um diálogo Europa-América do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2008. p. 37-46.

¹¹⁶⁰ Vale pontuar que a aproximação russo-venezuelana rendeu um comentário preocupado do Secretario de Defesa dos EUA Donald Rumsfeld quando de sua visita ao Brasil em março de 2005. Meses antes Chávez havia discursado em Porto Alegre no Forum Social Mundial enfocando que a revolução bolivariana ganhara um passo acelerado, o que também desagradou Washington. Ver “Venezuela: Hugo Chávez’s Revolution”, Crisis Group Latin America Report N°19, 22 February 2007.

¹¹⁶¹ JACOME, Francine. “La política de seguridad y defensa del gobierno de Venezuela en el 2008”. In MATHIEU, Hans e ARREDONDO, Paula Rodríguez. *Anuario 2009 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: FES, 2009. p. 163

Terceiro, havia uma contradição entre a política de reaparelhamento e a essência da nova estratégia nacional de defesa erigida por Chávez. Por um lado, buscava-se implementar uma concepção societária de segurança e defesa que incluísse aspectos econômicos, ambientais, energéticos, alimentares e não reificasse a lente exclusivamente militarista das políticas anteriores.¹¹⁶²

Da mesma forma, as linhas doutrinárias mais importantes da nova concepção de segurança e defesa da Venezuela estavam associadas a uma “guerra assimétrica” de resistência contra a intervenção de um poder muito superior ou de uma coalizão internacional sob o mandato da OEA ou ONU. Logo, o tipo de armamento adquirido, em sua maioria de grande porte, era incompatível com uma estratégia assimétrica de resistência.¹¹⁶³

Em quarto lugar, a compra simultânea de armamentos por duas nações não necessariamente significava que estariam engajadas em uma “corrida”, a não ser que percebessem tais aquisições como uma ameaça em potencial. Chávez garantiu que o programa de reaparelhamento militar, com a aquisição de material russo, especialmente os caças Sukoy, seria um fator de atração e interesse das Forças Armadas vizinhas em termos da coordenação militar.¹¹⁶⁴

Portanto, não foi identificado um nexos causal entre os gastos militares brasileiros e os venezuelanos, assim como as compras venezuelanas não foram percebidas como um aumento de insegurança do Brasil, especialmente quando se faz uma leitura dos discursos da Presidência da República e do Itamaraty.

Ainda que fosse descaracterizada uma situação de “corrida armamentista” na América do Sul, assim como um “dilema de segurança” entre Brasília e Caracas, vale notar que a firme oposição no Parlamento, na mídia e da opinião pública brasileiros, manifestamente

¹¹⁶² BATTAGLINI, Oscar. *La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano*. Caracas: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Universidad Central de Venezuela. 2002.

¹¹⁶³ A “Guerra assimétrica” pressupõe o uso de uma rede de inteligência social e a participação ativa da população civil na conformação de unidades básicas de resistência que demandariam o uso de armamento leve e de fácil mobilidade. Ver GARRIDO, Alberto. *La Guerra (Assimétrica) de Chávez*. 1 ed. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005; JACOME, Francine. “Venezuela: defensa y seguridad. Bolvarianismo y socialismo del siglo XXI”. In MATHIEU, Hans e GUARNIZO, Catalina Niño. *Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: FES, 2010. p. 286-307.

¹¹⁶⁴ Em seu programa “Aló presidente” Chávez ressaltou a cooperação militar com o Brasil: *Hicimos hace unas semanas atrás con Brasil una maniobra aérea, la Operación Venbras. Nos estamos preparando para otra operación de mayor dimensión con Brasil también (...) del 2 al 14 de noviembre estaremos en la Operación Cruz del Sur. Bueno, intercambios de información, de patrullaje, de maniobras para la lucha contra el narcotráfico y para la seguridad y la defensa*”.

contrários às compras venezuelanas de armamento, impactou sobre a reorientação cautelosa do Itamaraty concernente à Venezuela.

O reflexo para as relações bilaterais foi, dessa forma, um ajuste no “sentido” da parceria, a partir de uma “autocrítica” sobre os propósitos e finalidades das políticas exteriores dos dois países. Arellano alertou que poderia surgir um desencontro na medida em que se cristalizassem “objetivos difíceis para um país [Brasil] que se transforma em potência e para um projeto [bolivarianismo] que diz ter a razão histórica a seu lado”.¹¹⁶⁵

Um efeito colateral desse episódio foi a evidenciação de um choque de concepções entre Brasília e Caracas acerca da segurança na América do Sul. Chávez privilegiou alianças extrarregionais, buscou o armamentismo, ampliou a vontade de desenvolver uma indústria bélica nacional e, desde a Reunião Brasília-2000, resgatou a ideia de uma Organização do Tratado do Atlântico Sul, como organismo de segurança e defesa regional.

Em contraposição, o Brasil tem procurado construir uma comunidade de segurança na América do Sul, a partir de medidas de confiança mútua, diálogo político e medidas de prevenção e mediação de conflitos, apostando suas fichas na criação do Conselho Sul-Americano de Defesa como uma instância da UNASUL. Logo, o Brasil busca projetar na fronteira norte e em outras porções da América do Sul a bem sucedida iniciativa de uma “comunidade de segurança” no Cone Sul em consonância com a Argentina.¹¹⁶⁶

Em suma, a exacerbação ideológica do modelo venezuelano, a disputa pela liderança regional, declaradamente assumida, os constantes choques de interesses com o Brasil na América do Sul, especialmente no plano da liderança regional e da energia, bem como a política armamentista venezuelana, contribuíram para um “retraimento” do Brasil com respeito à Venezuela.

Diante de um refluxo nas relações brasileiro-venezuelanas, o que manteve os dois vizinhos nos trilhos da parceria bilateral?

¹¹⁶⁵ ARELLANO P, Félix G. O Brasil e a Venezuela: uma relação perigosa? Nueva Sociedad, dez 2009. <http://www.nuso.org/upload/portugues/2009/9Arellano.pdf>

¹¹⁶⁶ JACOME, Francine. “Venezuela: defensa y seguridad. Bolivarianismo y socialismo del siglo XXI”. In MATHIEU, Hans e GUARNIZO, Catalina Niño. *Anuario 2010 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe*. Bogotá: FES, 2010. p. 302. Ver HURREL, Andrew. “An emerging security community in South America?”. In ADLER, E.; BARNETT, M. *Security communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

Sucintamente, pode-se dizer que a aproximação entre dois Homens de Estado pode ser considerado um dos dínamos da história das relações internacionais e, portanto, a profunda ligação nos campos político e ideológico entre Hugo Chávez e Lula da Silva sustentou a parceria, mantendo o Brasil “vigilante” para com seus interesses na Venezuela.

Dessa forma, dois processos históricos se destacaram: a disposição brasileira de albergar a entrada da Venezuela no Mercosul e o esforço venezuelano de ter o Brasil como referência na política internacional.

6.3.2. A entrada da Venezuela no Mercosul

Vale recordar que, desde meados dos anos 1990, o Brasil mostrava-se como um “firme defensor” da associação da Venezuela ao Mercosul. E que, em abril de 2001, no oitavo encontro entre Cardoso e Chávez, o presidente venezuelano anunciou a decisão do governo de solicitar adesão ao Mercosul, comprometendo-se Fernando Henrique Cardoso a apoiar essa solicitação junto aos seus demais sócios, iniciando, no mais curto prazo, o processo correspondente previsto no Tratado de Assunção.¹¹⁶⁷

Dentre outras possibilidades, a parceria brasileiro-venezuelana funcionaria para Caracas como porta de entrada para a inserção da Venezuela no Mercosul e, para isso, Chávez aproveitou-se da “maré vermelha” ou da tendência de governos de esquerda na América do Sul como facilitador de encontros e adesões às ideias venezuelanas.¹¹⁶⁸

Durante a reunião de Cúpula do Mercosul, realizada em Montevideu, no dia 9 de dezembro de 2005, formalizou-se a decisão política sobre o ingresso da Venezuela. Na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul, Lula apontaria a importância dos rumos que se tomava: “Com a adesão da Venezuela, o MERCOSUL ganha novos horizontes e alcança uma dimensão econômica e política verdadeiramente continental”.¹¹⁶⁹

¹¹⁶⁷ Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burellirvas, Caracas, 10 de outubro de 1996. RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 79, 2o semestre de 1996, Ano 23; Visita de trabalho do presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil, 3 de abril de 2001; comunicado conjunto de imprensa, 04 de abril de 2001. RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 88, 1º semestre de 2001 - Ano 28.

¹¹⁶⁸ “Continente à esquerda”. Correio Braziliense, mundo, 1/12/2002. p. 24.

¹¹⁶⁹ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006. In RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 99, 2o semestre de 2006, Ano 33. p. 27.

Para o Brasil de Lula se cristalizava a noção de que o ingresso da Venezuela no MERCOSUL seria mais que um simples “voto de confiança”, faria parte da Aliança Estratégica Venezuela-Brasil. A justificativa seria o crescimento binacional em termos de comércio, investimento e da cooperação energética; o fortalecimento do Mercosul como “espinha dorsal” da integração regional; e a possibilidade de sua expansão até o Caribe, aguçando as percepções estrangeiras da conformação de um bloco continental.¹¹⁷⁰

A entrada da Venezuela no Mercosul inevitavelmente alcançaria o debate público no Brasil, uma vez que havia ficado restrita ao ambiente executivo das decisões governamentais. Assim, a mensagem presidencial propondo a inclusão da Venezuela no Mercosul deu entrada na Câmara em 26 de fevereiro de 2007.

O processo perdeu celeridade com a extinção da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul e sua substituição pelo Parlamento do Mercosul, o que empurrou o problema até outubro daquele ano, quando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) passou a discutir o referido protocolo.¹¹⁷¹

Nesse ínterim, forças de pressão sociais, econômicas e políticas “perturbaram” o ambiente legislativo. A oposição (PSDB e DEM) aproveitou a ocasião de turbulência para cooptar a opinião pública e atacar o governo, o que logo contaminou a própria base aliada (PMDB) em razão das reações históricas e exageradas do presidente venezuelano, que reclamara da demora do Congresso brasileiro. Em síntese, criou-se um clima interno negativo que se propagou na mídia e na opinião pública no Brasil, gerado pela “politização” da entrada da Venezuela no bloco sul-americano.

Mesmo sem fortes argumentos de como os interesses brasileiros seriam contrariados com a entrada da Venezuela no Mercosul, a oposição fez muito barulho. Aproveitando-se das circunstâncias favoráveis, procurou construir uma imagem ideologizada do Itamaraty e da política externa de Lula, atacando as implicações tarifárias e comerciais, bem como os excessos autoritários de Chávez como possíveis ameaças à democracia na região e aos interesses do empresariado brasileiro.

¹¹⁷⁰ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006. In RESENHA de Política Exterior do Brasil, Número 99, 2o semestre de 2006, Ano 33. p. 28.

¹¹⁷¹ SANTOS, Fábio; VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao MERCOSUL: Des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional. *Papeis legislativos*. No. 4 (Ago., 2007).

Para Saraiva e Briceño Ruiz, haveria uma diferença de visões dentro de cada um dos países, na forma de “ideias marcantes”, que atrapalharia o processo de integração e a inclusão da Venezuela no Mercosul.¹¹⁷²

De dentro do Itamaraty ecoaram, também, vozes contrárias. Os recentes “destampatórios do coronel Hugo Chávez” contra o Brasil e o Senado da República, diria Lampreia, levava a se questionar se seria aceitável, por exemplo, admitir a Venezuela no Mercosul. O ex-chanceler lamentava que o “país amigo, cujo povo tanto se parece com o brasileiro em muitos aspectos, está hoje emparedado num imenso fosso”.¹¹⁷³

Além do mais, o embaixador brasileiro nos EUA, Roberto Abdenur, chegou a afirmar que acreditava ser “inadequada, indesejável e contraproducente” a entrada da Venezuela, por razões econômicas, mas, sobretudo, porque ia contra a Cláusula Democrática do Mercosul.¹¹⁷⁴

No Congresso a oposição cerrou fileiras contra Chávez. No dia 30 de maio de 2007 a Comissão de Relações Exteriores chegou a aprovar um apelo pela reabertura do sinal da RCTV e entrou em tramitação uma moção de repúdio e censura à decisão venezuelana. O líder do PSDB, Artur Virgílio, ameaçou “obstruir” qualquer votação sobre a entrada da Venezuela no bloco sul-americano. Ademais, alguns parlamentares radicais manifestaram-se pela expulsão da Venezuela do Mercosul.

Em consequência, Chávez discursou no dia 3 de julho dando uma espécie de “ultimato” de três meses para que os parlamentos paraguaio e brasileiro se manifestassem sobre a matéria. Chávez rebatia o que considerava uma postura de soberba do Brasil afirmando que:

Se não pudermos entrar no MERCOSUL, porque a direita brasileira tem mais força do que a idéia de integração, nós nos retiramos do MERCOSUL. Se eles não nos querem, nós não temos nenhum problema. Inclusive sou capaz de retirar a solicitação. Não estamos desesperados para entrar no

¹¹⁷² SARAIVA, Miriam e BRICEÑO RUIZ, José. “Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul”. *Rev. Bras. Polít. int.* 52 (1): 149-166 [2009]. Sobre as repercussões internas na Venezuela ver ROMERO, Carlos. ROMERO, Carlos. “La entrada de Venezuela en el Mercosul: repercusiones internas. *Ildis*, Caracas, 2007. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/fes_pub/MercosurCRomero.pdf. Acessado em: 20-4-2011.

¹¹⁷³ Lampreia, Luiz Felipe. “Chávez - o começo do fim?”, *Opinião*. O Estado de São Paulo, 10-06-2007.

¹¹⁷⁴ “Ex-embaixador nos EUA critica entrada da Venezuela no Mercosul”. *Valor Econômico*, 28-02-2007.

*MERCOSUL, porque nossa prioridade é construir nosso modelo de desenvolvimento.*¹¹⁷⁵

Essa posição foi repudiada pela então ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelo chanceler Celso Amorim, que teria exigido do governo de Caracas uma desculpa ao Congresso Nacional como forma de garantir o aval brasileiro para a adesão definitiva do país no bloco.

Assim, a contenda alcançou um ponto crítico quando se ventilou a possibilidade de se negar a aprovação dessa entrada, ainda que na esfera diplomática e decisória subsistisse a percepção do custo político de se barrar a entrada da Venezuela na vizinhança, em especial daqueles que já haviam aprovado, como a Argentina.

Nesse sentido, o embaixador venezuelano Julio Garcia foi ao Congresso reforçar a disposição de que um grupo de congressistas venezuelanos viesse ao Brasil participar de uma audiência pública para esclarecer as intenções e interesses de Caracas, o que teve repercussão positiva na Comissão de Relações Exteriores (CRE). Segundo Santos, resultou na “descompressão do conflito” e revitalização do pleito venezuelano.¹¹⁷⁶

A troca de farpas entre o Congresso brasileiro e o presidente Chávez, de certa forma, interrompeu temporariamente as discussões parlamentares sobre a entrada da Venezuela no MERCOSUL e quase culminou na sua rejeição. Não obstante os atritos políticos, vale ressaltar que os trâmites exigidos pelo Parlamento brasileiro foram respeitados e seguidos protocolarmente, o que contribuiu para a transparência da decisão e auxiliou o Executivo a corrigir os rumos da relação com a Venezuela.¹¹⁷⁷

Um dos pontos cruciais, que pesou na decisão brasileira, referiu-se à sinergia da integração regional e suas externalidades positivas para Brasil e Venezuela.

¹¹⁷⁵ “Acusa Chávez al Senado brasileño de subordinación ante el Congreso de EU”. *La Jornada*, 2-6-2007. <http://www.jornada.unam.mx/2007/06/02/index.php?section=mundo&article=021n1mun>. Acessado em 25 de julho de 2009.

¹¹⁷⁶ SANTOS, Fábio; VILAROUCA, Márcio. Adesão da Venezuela ao MERCOSUL: Des-ideologizar como forma de atingir o interesse nacional. *Papeis legislativos*. No. 4 (Ago., 2007).

¹¹⁷⁷ Sobre a tramitação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao Mercosul no Congresso brasileiro ver. SANTOS, Fabiano. *Procedimentos e regras de tramitação legislativa de política externa no Brasil: O caso da adesão da Venezuela ao MERCOSUL*. *Papéis legislativos*. No. 7 (Nov., 2007).

Tabela 9 – Comércio Brasil Venezuela			
(2007-2011)			
2007	4.723.939.986	345.924.595	4.378.015.391
2008	5.150.187.992	538.772.712	4.611.415.280
2009	3.610.339.282	581.593.287	3.028.745.995
2010	3.853.971.840	832.667.132	3.021.304.708
2011 (Jan-Abr)	1.087.746.988	422.642.818	665.104.170

Fonte: Tabela adaptada SECEX-MIDIC; Padrão US\$/FOB.

A complementaridade brasileiro-venezuelana seria uma das forças de adesão da Venezuela ao Mercosul. De um lado, a Venezuela, com limitado mercado consumidor, concentração produtiva e dependência de poucos parceiros internacionais; de outro, o Brasil, com capacidade de investimento, público e privado, grande mercado consumidor, ávido por recursos energéticos e disposto a multiplicar suas parcerias internacionais.

A análise dos dados do comércio bilateral evidencia que o eixo econômico estava à margem de qualquer “entreviro” político e que a parceria bilateral se sustentou economicamente, mesmo em uma fase de “retraimento vigilante”, em virtude dos enormes interesses em jogo entre os dois países.

No caso venezuelano, a entrada no Mercosul criaria a escala econômica e produtiva necessária a tornar alguns setores competitivos e atrativos ao investimento do empresariado doméstico e estrangeiro. Além disso, ativaria políticas governamentais de complementação, o que levaria a maior diversificação da economia, concentrada no petróleo em torno de 90%.¹¹⁷⁸

¹¹⁷⁸ SENNES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre de Freitas. *Avaliação do potencial econômico da relação Brasil – Venezuela. Papeis legislativos*. No. 5 (Set., 2007). p. 13.

Da mesma forma, seria oportunidade ímpar de diversificação de mercados externos para importação e exportação, concentrado nos EUA que respondiam, em 2006, por algo em torno de 43%, sendo que a ALADI absorvia apenas 4,2% das exportações venezuelanas.

Nesse caso, a crescente perda de espaço dos EUA coincidiu com as oportunidades políticas criadas pela “aliança estratégica” estabelecida entre Lula e Chávez desde 2003, colocando o Brasil em uma posição privilegiada para assumir o lugar que antes era reservado aos norte-americanos.

Não obstante, já havia uma tendência da Venezuela de ser um bom comprador dos produtos industriais brasileiros e uma disposição do Brasil de exportar consoante uma pauta diversificada. Além disso, abria espaço para a inserção de outros produtos no mercado venezuelano, como elétrico e eletrônicos, máquinas e equipamentos, gêneros alimentícios e automóveis e peças, tradicionalmente nas mãos de europeus, chineses e norte-americanos.

Acrescentando-se o fato de que o ingresso da Venezuela poderia viabilizar a inserção econômica do Norte e Nordeste, uma vez que o Brasil estava sendo usado, por empresas multinacionais, como plataforma de exportação para a Venezuela.

Com a sinalização da entrada da Venezuela no Mercosul, o Estado de Roraima passou a ser reconhecido como um portal de integração regional, por onde o Brasil lançaria seus projetos e intensificaria suas ações no plano da inserção regional.

O fato novo estava no reconhecimento oficial, que reorientaria as atenções do governo federal e dos empresários para um Estado que tradicionalmente sofre com a carência de recursos e meios de desenvolvimento. Além disso, ao conceber Roraima como um dos vértices da integração regional sul-americana, se estaria retomando um processo histórico, iniciado ainda no século 19, quando se estabeleceram os primeiros contatos internacionais entre brasileiros e seus vizinhos do norte da América do Sul.

Entretanto, vale pontuar que o polo de Manaus, por ser um dos maiores fornecedores no Brasil para a Venezuela, poderia dissipar os ganhos de Roraima nesse processo, permanecendo o risco de Roraima continuar apenas como um “corredor de passagem” de produtos e serviços em um arranjo ampliado do “Merconorte”.

À guisa de síntese, a polêmica sobre a entrada da Venezuela no Mercosul arrefeceu na esfera política, na mídia e na opinião pública; o Parlamento brasileiro deu o aval à inclusão

do vizinho bolivariano e o governo Lula sinalizou que a parceria prevaleceria nas relações bilaterais, a partir de uma postura mais retraída e vigilante.

6.3.3. Brasil como referência

Uma rica fonte que auxiliaria no entendimento sobre como o Brasil se tornou uma “referência” para a Venezuela é o programa “Aló Presidente”, que vai ao ar todos os domingos pela manhã e no qual Chávez, de maneira bem descontraída, discute os rumos da nação. Com relação aos discursos, as referências ao Brasil são múltiplas e diversas nas falas do presidente venezuelano, na maioria das vezes apontando características e aspectos positivos e sobrepondo a figura do presidente brasileiro Lula à imagem da nação.¹¹⁷⁹

Chávez destacava seguidamente algumas instituições como modelares: o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo oferecimento de crédito a projetos venezuelanos, e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), pela crescente cooperação no âmbito agrícola (combate a pragas nas lavouras) e alimentar. Ademais, apontava como fundamentais as políticas de Lula no sentido de resguardar a segurança alimentar venezuelana e de transferir tecnologia à Venezuela, assim como as iniciativas conjuntas de integração fronteiriça, na área de telecomunicação, e a interligação fluvial da Bacia Amazônica.

A justaposição nos discursos das ideias de “amizade” e “cooperação” tornaram-se um artifício retórico para confundir ou mascarar a realidade. Assim, o apelo à amizade brasileiro-venezuelana ganhava proeminência e era dirigido por um senso de irmandade mesclado com as ações concretas que aproximavam cada vez mais os dois países. Chávez diria: *“ahora con Lula, ese gran compañero, presidente de Brasil, hemos firmado unos convenios [...] Nosotros*

¹¹⁷⁹ Foram consultados os seguintes documentos: ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 306, Plaza Caracas, Caracas. Domingo, 2 de marzo de 2008; ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 308. Comunidad Socialista “Nuestra Señora de Coromoto”. Municipio Guacara. Edo. Carabobo. Domingo, 30 de marzo de 2008; ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 311, Maracaibo-Edo Zulia. Domingo, 11 de mayo de 2008; ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 312, Planta trituradora de piedra “Chema Saher”. Santa Ana de Coro, estado Falcón. Domingo, 8 de junio de 2008; ALÓ PRESIDENTE especial del 20 de julio, Nº 314. Palacio de Miraflores. Domingo 20 de julio de 2008. ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 320 Hato El Cedral, Mantecal, municipio Muñoz, estado Apure. Domingo, 7 de septiembre de 2008. ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 328. Sector El Mamoncito, municipio Ortiz, estado Guárico. Domingo, 22 de marzo de 2009; ALÓ PRESIDENTE, programa Nº 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009. Disponíveis em: http://www.alopresidente.gob.ve/Materia_Alo/25. Acessados em 20-5-2011.

vamos a Brasil, y producto de la amistad con Lula, producto de la cooperación con Brasil”.¹¹⁸⁰

Mais ainda, ressaltava o aspecto místico da ligação entre as duas nações e o necessário caminho para o autoconhecimento como forma de fortalecer a parceria. “*¡Viva Brasil! ¡Patria amada, Brasil, Patria amada! Amamos a Brasil cada día más. Cada día, en la medida en que uno va conociendo más el Brasil profundo, por supuesto lo ama más. Al pueblo de Brasil. La magia de Brasil. Lo único en que algún día les ganaremos en fútbol*”.¹¹⁸¹

E como forma de estabelecer vínculos de proximidade, e até de cumplicidade, fazia uso das metáforas futebolísticas, tão caras ao presidente do Brasil, em seus discursos improvisados sobre política interna e política externa. “*Vamos a darle un aplauso a la Vinotinto, ¡le ganamos a Brasil, chamo! No nos ganarás más en fútbol, Lula*”.¹¹⁸²

Repetidamente Chávez exaltava as habilidades do presidente brasileiro, enaltecendo a figura humana e o papel político interno e externo: “*Lula con sus reflexiones, sus orientaciones, su discurso cada día más profundo, cada día más hermanado*” ou quando afirma: “*Gracias Lula, tú eres el mejor Presidente que ha tenido Brasil desde el Rey*”.¹¹⁸³

Nesse sentido, é possível perceber que, por trás do imprevisto e da descontração de Chávez, residia uma poderosa ferramenta discursiva de aproximação com o Brasil. As evidências históricas estariam nas alusões constantes à história do Brasil, nas citações explícitas de experiências brasileiras em diferentes campos, nas indicações sucessivas do potencial da cooperação econômica bilateral e, sobretudo, na sobrevalorização do papel de Lula na conformação de uma parceria estratégica binacional.

Em suma, ter uma referência internacional é um aspecto significativo para determinar o tipo de imagem que um país deseja projetar nas telas internacionais. Poderia se falar, então, em uma tática de Hugo Chávez de acoplar a política internacional venezuelana à brasileira, em uma espécie de “*periferical bandwagon*”, cuja essência seria tornar o Brasil uma referência para a Venezuela e sua política exterior.

¹¹⁸⁰ ALÓ PRESIDENTE, programa N° 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009.

¹¹⁸¹ ALÓ PRESIDENTE, programa N° 308. Comunidad Socialista “Nuestra Señora de Coromoto”. Municipio Guacara. Edo. Carabobo. Domingo, 30 de marzo de 2008.

¹¹⁸² ALÓ PRESIDENTE, programa N° 312. Planta trituradora de piedra “Chema Saher”. Santa Ana de Coro, estado Falcón. Domingo, 8 de junio de 2008.

¹¹⁸³ ALÓ PRESIDENTE, programa N° 311 Maracaibo-Edo Zulia Domingo, 11 de mayo de 2008.

Lula sumarizaria o “sentido da parceria” em suas diferentes fases, da “aliança estratégica” ao “retraimento vigilante”, afirmando que: “mesmo quando não existir mais Lula e Chávez, na Presidência dos seus países, a sociedade da Venezuela e a sociedade brasileira estejam com tanta convicção do processo, que ele tenha continuidade [em si mesmo]”.¹¹⁸⁴

Considerações parciais

A história testemunhou a Venezuela transitar do “liberalismo amarelo” do século 19, passando por experiências populistas, autoritárias e democráticas desde então, até alcançar o bolivarianismo do século 21. A chegada ao poder de Hugo Chávez rompeu definitivamente com a ilusão de se viver sob a égide da absoluta estabilidade democrática. De fato, a carapaça democrática venezuelana parecia mais resistente aos olhares pouco atentos de quem estava de fora.

Uma das principais características de governos centralizadores é a sobrevalorização dos símbolos, imagens e ideais para a consecução de objetivos perante sua sociedade. Dessa forma, o chavismo procurou desconstruir as falidas políticas públicas que vinham sendo empreendidas pelos governos anteriores e que estavam intrinsecamente associadas ao Estado venezuelano – constituído historicamente pelo pacto Punto Fijo de 1958. Assim, todas as propostas de ação do governo assumiram a denominação de *misiones*, mas permaneceram sendo políticas públicas que deveriam sofrer o escrutínio da sociedade (*accountability*) e serem monitoradas e avaliadas.

No caso RCTV parecem subsistir verdades concorrentes: a “verdade jurídica” aponta que o governo tem o direito de não renovar a concessão do grupo IBC que controlava RCTV; a “verdade liberal” condena moralmente a ação, alimentando a opinião pública internacional para mostrar que na Venezuela se está violentando a liberdade de expressão e de imprensa; por último, a “verdade revolucionária”, que denuncia os meios de comunicação que influenciam diretamente no processo político e que seriam responsáveis pela deterioração da governabilidade e até da instalação de golpes. Alguns começam a questionar instituições, convenções e fatos, antes tomados como intocáveis, dentre elas, os meios de comunicação.

¹¹⁸⁴ Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005. in RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL, Número 96, 1o semestre de 2005, Ano 32. p. 52.

Após uma década no poder, o balanço geral da situação econômica da Venezuela demonstra números positivos e carrega consigo perspectivas positivas. Entretanto, permanecem gargalos estruturais graves, como o endividamento do governo, a inflação elevada e a dependência do setor petrolífero. Assim, a imagem da Venezuela projetada pelo governo de Hugo Chávez está impregnada de excessos autoritários e incertezas políticas e econômicas. O problema, como explica Jervis, é que “*images can often be reversed only with great difficulty*”.¹¹⁸⁵

A crise de 1983 perpetuou uma longa década de problemas econômicos e contribuiu para os turbulentos anos do segundo mandato de Carlos Andrés Pérez na década de 1990. Ademais, o modelo político ancorado no partidarismo, clientelismo e renda petrolífera já não produzia a governabilidade desejada pela população e por diversos grupos sociais, como os militares. Assim, se existe uma origem na ascensão de um governo com traços predominantemente ditatoriais na Venezuela, esta deve ser encontrada na conjunção de múltiplos fatores internos e internacionais que acometeram o país a partir dos anos 1980.

Quando surge, então, Hugo Chávez no horizonte brasileiro estava em andamento um processo de transformação do cenário sócio-político regional.

O “chavismo” adquiriu características de um movimento sociopolítico, que emergiu em fins do século 20, de resgate do bolivarianismo e de estabelecimento de uma prática bonapartista de condução da política nacional. Essa mescla de bolivarianismo e bonapartismo culminou na instalação de uma tirania adornada com adereços democráticos.

Um exemplo foi o referendo de 15 de fevereiro de 2009 que, paradoxalmente, dava plenos poderes à nação para decidir seu futuro, mas significou a centralização personalista do poder executivo, a radicalização de posições políticas, produzindo ao fim e ao cabo a fragmentação social.

Portanto, as promessas de transformação acabaram esbarrando na “maldição” do ouro negro. Chávez não modificou o paradigma intervencionista nem a identidade da Venezuela como um *petrostate*. Ao contrário, aprofundou o controle sobre o setor do petróleo para atender aos projetos assistencialistas, fortalecendo o culto à personalidade como elo entre governante e governados.

¹¹⁸⁵ JERVIS, Robert. *Perceptions and Misperceptions*. Princeton University Press, 1976. p. 168.

Brasil e Venezuela buscaram entre 2003 e 2006 definir uma agenda comum e prioritária para atuação compartilhada na luta contra a pobreza e o subdesenvolvimento. Decidiram valorizar a institucionalidade regional, pela formação de um eixo sinérgico de integração entre o Mercosul e a Comunidade Andina, pavimentando o caminho para a UNASUL.

Brasília e Caracas se voltaram para o fortalecimento de diferentes setores de suas sociedades como forma de alcançar uma maior diversificação das relações econômicas bilaterais, viabilizando a coordenação de políticas setoriais e o estabelecimento de metas comuns para a consolidação da aliança no longo prazo. Por último, atuaram pela harmonização e reciprocidade das oportunidades de crescimento econômico, por exemplo, das importações e exportações, como forma de regular os desequilíbrios das relações bilaterais.

Entretanto, enquanto o Brasil defendia o princípio da não indiferença, a Venezuela optava por interferir diretamente nos assuntos políticos, econômicos e estratégicos de outras nações. Isso gerou um processo de dissonância, que levou à mudança de posição da aproximação irrestrita entre 2003 e 2006 para o retraimento vigilante entre 2007 e 2010.

Assim, a inflexão ocorrida em 2007 coincidiu com a projeção de imagens dissonantes nas relações internacionais: de uma Venezuela crescentemente autoritária, devido à centralização do poder na figura de Chávez, e de um Brasil fortalecido após duas décadas de renovada experiência democrática.

O resultado foi o despertar de uma posição mais realista e menos ideologizada por parte do Brasil que produziu uma correção de rumos mediante a postura de retraimento vigilante e confirmou a imagem de uma *parceria relutante*.

Não obstante a parceria brasileiro-venezuelana ter recuado diante de uma “relutância branda”, não perderia seu sentido estratégico. No lado venezuelano, tomar o Brasil como referência fortaleceu não só a imagem do país como também de seu próprio governante. No lado brasileiro, tratava-se de cuidar para que os interesses das empresas nacionais e os investimentos já realizados, assim como o crescente fluxo comercial, não fossem afetados por uma mudança brusca de orientação.

Em síntese, restava ao Brasil vigiar os interesses nacionais expandidos na Venezuela e retrair-se, aguardando uma conjuntura mais favorável à intensificação da parceria.

Conclusão

“El camino es siempre mejor que la posada” (Miguel de Cervantes)

O caminho para a consecução desta tese foi árduo, mas compensador, tanto do ponto de vista profissional como intelectual. Espera-se que o crescimento pessoal, advindo da experiência completa de quatro anos e meio de pesquisas, leituras, análises e interpretações, tenha se refletido no crescimento do campo de estudo da história das relações internacionais.

O objetivo principal desta tese foi realizar o primeiro estudo sistematizado e de esforço de compreensão histórica das relações bilaterais Brasil e Venezuela. Nesse caso, desdobrou-se em três dimensões principais: “uma história, uma narrativa e uma imagem”.

Procurou-se retratar “uma história” das relações bilaterais entre Brasil e Venezuela, buscando enfatizar o papel de Homens de Estado e seu grupo decisor e executor. Mas também se preocupou em destacar outras dimensões, como a social e a econômica, pela composição entre os tempos da chancelaria e da fronteira.

Foi no ambiente fronteiriço que as relações entre Brasil e Venezuela suscitaram diferentes emoções: dúvidas quanto à conformação dos limites territoriais, apreensão das populações perante a vastidão da natureza, esperança de integração econômica, política e humana.

A narrativa contemplou diferentes ritmos e processos, tendo como fio condutor a atuação das diferentes gerações de contatos internacionais entre brasileiros e venezuelanos. A periodização foi imprescindível para organizar o conteúdo do tempo histórico, delimitado entre 1810 e 2010, e para explicar as origens da parceria, a sucessão dos acontecimentos e os fenômenos mais relevantes para as relações bilaterais e o porquê da qualificação como “relutante”.

Logo, foi possível identificar duas grandes fases do relacionamento bilateral brasileiro-venezuelano. Primeira fase, a da construção histórica, composta pelo modo de vida bilateral, pela deterioração do *modus vivendi* bilateral, e pela “ruptura”. Segunda fase, a da manifestação histórica, dividida entre o horizonte de entendimento, as ondas de adensamento e a parceria com sentido. Ambas simbolizaram o duelo sem vencedores entre a relutância e a parceria.

A imagem que se procurou projetar foi de uma “parceria relutante” entre Brasil e Venezuela. Antes de representar uma efígie desgastada das relações Brasil-Venezuela, o conceito de “parceria relutante” carrega em si a semente das explicações passadas e das possibilidades futuras para as relações internacionais dos dois vizinhos sul-americanos. Define, portanto, a própria existência de um horizonte de renovação a ser alcançado pelas duas nações.

O quadro imagético a que se fez referência foi, ao mesmo tempo, descrito pelas visões e percepções dos diplomatas e representantes consulares em Caracas, Ciudad Bolívar, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, e exposto aos olhares atentos da opinião pública, da mídia, dos Parlamentos e outras instituições do Brasil e da Venezuela. Logo, os Homens de Estado e seu grupo decisor perceberam e conceberam as relações bilaterais com base em uma imagem internacional de “parceria relutante”.

De tudo o que foi colocado até este ponto, evidencia-se o valor da História como laboratório imperecível de experiências das quais é possível derivar lições sobre o agir humano na vida internacional, como a relevância de conhecer o vizinho e sua história; a singularidade de momentos históricos em promover mudanças; o impacto de experiências traumáticas na transformação das relações bilaterais; a multidimensionalidade da agenda que incorpora densidade a alianças; além de uma visão de futuro sobre os relacionamentos internacionais.

Ademais, a história das relações internacionais nos leva a perceber regularidades e analogias como possíveis categorias de interpretação e análise para outros casos.

Portanto, a primeira regularidade depurada dos discursos e ações de brasileiros e venezuelanos foi a permeabilidade da parceria às dificuldades intrínsecas ao relacionamento bilateral, fosse pela assimetria de poder e grandeza desmedida de um lado, fosse em virtude da sensação de desorganização e irrelevância do outro. Essas visões do outro construíram imagens dissonantes que afetaram o relacionamento bilateral.

A segunda regularidade se refere às ondas de adensamento como uma força de mobilidade da parceria. Naturalmente, a política internacional é marcada por idas e vindas, aproximações e afastamentos. Porém, subsiste um sentido de continuidade nas diferentes dimensões das relações bilaterais, quando apreciadas em conjunto e no tempo longo.

Assim, as relações bilaterais são como uma “árvore”, cujos registros de adensamento se encontram gravados em “anéis de crescimento”, formados a partir da ação do tempo, nas

trocas com os meios interno e externo, e que sofrem a ação de variáveis intervenientes a todo instante.

A terceira regularidade derivada deste estudo, que alcança um nível epistemológico, diz respeito à reafirmação do “conceito” como engrenagem da interpretação histórica, auxiliando no ordenamento e na significação da realidade.

A noção de “gerações” encarnava ao mesmo tempo a lógica da continuidade e o conflito da mudança. Por um lado, os hábitos, costumes e práticas de conduta nas relações fronteiriças persistiram em detrimento das modificações no *modus operandi* entre as chancelarias dos dois países. Por outro, a consistência adquirida nas relações bilaterais foi fruto da transmissão intergeracional de conhecimento, seja individual, seja institucional.

Por exemplo, foi comum identificar, em momentos diversos, a participação das mesmas figuras responsáveis por questões afetas ao Brasil na Venezuela, como Tejera Rodriguez, que fora negociador de fronteiras e depois embaixador no Brasil e Leandro Mora, encarregado do MRE da Venezuela na época da “suspensão” e depois como o receptivo presidente do Senado na visita de José Sarney à Caracas.

O conceito de “ilha das Guianas” auxiliou no entendimento da visão geopolítica, sobre o norte da América do Sul. Ao invés de barreira natural, a Amazônia era o canal de ligação entre os mercados do Pacífico, do Caribe e do Atlântico Sul. O conceito de “ilha das Guianas”, projetado no tempo, forneceria lógica para a participação de países como Holanda, França, Grã-Bretanha e EUA na região, bem como respaldaria a noção geopolítica e geoeconômica de “Amazônia caribenha” como espaço natural de um Mercosul expandido na fronteira norte.

A ideia de “ressentimento”, como categoria analítica, ajudou a explicar a relutância existente entre os governos e as sociedades de Brasil e Venezuela. Vindo de longe, desde o século 19, o ressentimento renovou sistematicamente a desconfiança entre os dois países. Essa desconfiança tornava-se mais viva, e a conseqüente fobia mais intensa, à medida que as chancelarias e os meios de comunicação se encarregavam de projetar uma imagem negativa de ambos os vizinhos. A leitura das fontes primárias e dos jornais brasileiros e venezuelanos, em diferentes momentos, comprovou isso.

A quarta regularidade percebida, a partir do estudo empírico das relações bilaterais Brasil-Venezuela, foi a coexistência de dois tempos históricos diferentes, nem sempre

sincrônicos e algumas vezes anacrônicos. De fato, o tempo das fronteiras e o tempo das chancelarias definiram ritmos e frequências próprias às relações entre Brasil e Venezuela.

O universo tradicional das relações Brasil-Venezuela foi governado pelo tempo das chancelarias, local prioritário onde um novo horizonte foi constituído para o futuro da parceria bilateral. O misto de admiração e precaução fez eco aos sentimentos de relutância e vizinhança que orientaram as chancelarias dos dois países de maneira ciclotímica, mas que levaram à construção da aliança entre Caracas e Brasília no século 21.

Ao resgatar-se o tempo das fronteiras, tentou-se trazer à tona um rio da história que até então corria nas veias subterrâneas da América do Sul. Os prolongamentos dessa perspectiva fronteiriça alcançaram resultados tais como a vivificação da fronteira norte da América do Sul; o repensamento do lugar da Amazônia nas relações internacionais do Brasil; a (re) descoberta de países e regiões de significação destacada, como o Caribe e a Guiana; e o desvelamento do potencial integrador, infraestrutural, ambiental, energético e de comunicações, dentre outros, da porção setentrional da América do Sul.

Como um efeito colateral, identificou-se a relevância diferenciada da Guiana para as relações bilaterais de Brasil e Venezuela. Por ter tido o Brasil dificuldades em ajustar seus limites com a Grã-Bretanha na chamada “Questão do Pirara”. Por ter confirmado a fronteira Bonfim-Lethen como um dos pontos de contato mais sensíveis entre Brasil e Guiana. Por ter a Guiana se tornado independente e depois uma “república cooperativista”, de viés socialista, em um momento conturbado de Guerra Fria e penetração cubana na América do Sul. Finalmente, pela persistência de um diferendo territorial entre Venezuela e Guiana sobre a região do Essequibo.

Por esses e outro fatores, o Brasil viu-se impelido a se engajar em um jogo triangular pela estabilidade da fronteira norte da América do Sul, movimentando-se da neutralidade à equidistância, o que mascararia uma pendularidade benigna para o esfriamento das tensões e a consecução de interesses brasileiros em ambos os flancos.

A quinta regularidade presente na história das relações Brasil-Venezuela foi a atuação irregular e inconstante das forças profundas econômicas. Entre 1810 e 1940 estiveram adormecidas e pouco influenciaram nas decisões em ambos os lados da fronteira. Com a definição do *modus vivendi* comercial, em 1940, criou-se uma referência básica que passaria a informar a incipiente relação de compra e venda de petróleo entre os dois países.

A partir da década de 1960, um incremento do intercâmbio bilateral e o surgimento de interesses diversos em ambas as sociedades modificou esse panorama e passou a pesar com mais força nas decisões dos homens de Estado. Por exemplo, após a suspensão de relações diplomáticas, as forças econômicas foram algumas das mais importantes para o reatamento entre Rio de Janeiro e Caracas.

Ademais, as forças econômicas que foram foco de tensão entre Brasil e Venezuela no âmbito da ALALC, acabaram influenciando o florescimento da parceria ao estimular diferentes aspectos da cooperação bilateral. Explica-se, portanto, porque a parceria só se tornaria perceptível a partir dos anos 1980, quando as forças econômicas passaram a agir com maior dinamismo.

A sexta regularidade apontava que parcerias internacionais possuem limites que precisam ser resguardados para o bom funcionamento como instrumento de política internacional. Ao mesmo tempo em que se intensificaram os contatos diplomáticos, políticos, econômicos, empresariais e financeiros, entre brasileiros e venezuelanos, traduzidos em projetos de infraestrutura e visões comuns sobre segurança humana e alimentar, ampliou-se o nível de sensibilidade de um país em relação ao outro. Assim, identificou-se um processo de “superestiramento” da aliança brasileiro-venezuelana a partir de 2007.

Nesse caso, identificou-se uma tendência dos estudos de confundir a história das relações Brasil-Venezuela com as relações do governo de Hugo Chávez com o Brasil de Lula, o que turvou a compreensão sobre o presente da parceria.

A esse respeito, buscou-se mostrar a riqueza da história nacional venezuelana, ressaltar características comuns e distintivas entre os mandatários de outros tempos e o líder da atualidade, além de revalorizar uma história compartilhada entre brasileiros e venezuelanos que não necessariamente se refere ao bolivarianismo, ao socialismo do século 21 ou ao próprio Chávez.

Por outro lado, as convergências entre os governos brasileiro e venezuelano mostraram-se delicadamente instáveis em vários aspectos da vida interna e internacional.

Por exemplo, apesar de ambos buscarem fortalecer a economia nacional, como forma de enfrentar a interdependência complexa do mundo e promover o desenvolvimento nacional, houve um alargamento das distâncias entre os modelos de desenvolvimento econômico. O Brasil ampliou a participação do Estado, da iniciativa privada e do terceiro setor no rumos do

desenvolvimento nacional, enquanto a Venezuela optou por aprofundar-se no modelo intervencionista tradicional, confiando na renda petroleira e no dirigismo estatal.

Da mesma forma, as aventuras militaristas de Chávez, respaldadas em alianças com nações imponentes como China, Rússia e Irã, o patrocínio de iniciativas de difusão ideológica para além das fronteiras venezuelanas, assim como a luta pela liderança regional, pelo menos no âmbito energético, impuseram uma correção de rumos do Brasil em relação à Venezuela.

Portanto, o retraimento vigilante de 2007 a 2010 foi um movimento tático para preservar a consistência estratégica da parceria. Logo, seria fundamental neste ponto da história alternar a flexibilidade tática de curto prazo com a consistência estratégica de longo prazo.

À guisa de conclusão, o conceito mais caro a esta tese foi o de “parceria relutante”. A parceria foi uma consequência histórica dos laços bilaterais constituídos pelas várias gerações de contatos internacionais, pelo sentimento de vizinhança, pelo adensamento das relações bilaterais e pelo entendimento como horizonte estratégico.

As características da “relutância” não inviabilizaram a constituição de um modo de vida bilateral, ainda que tenham colaborado para seu desgaste. Não levaram Brasil e Venezuela a uma situação conflitiva, ainda que tenham catalisado a suspensão das relações diplomáticas. Mas foram eclipsadas, mesmo que momentaneamente, pelo sentido que a parceria brasileiro-venezuelana assumiria no século 21.

Entende-se que uma “parceria relutante” não é ainda uma parceria estratégica, mas é uma “instituição” privilegiada da ordem global que superou em muito a indiferença, o estranhamento e o conflito.

Portanto, vislumbra-se que uma espécie de “paciência estratégica” dos tomadores de decisão, dos homens de Estado e das sociedades em ambos os lados da fronteira, poderia transformar o significado de uma parceria relutante para fazer prevalecer o potencial estratégico de longo prazo sobre o caráter casual e perecível da relutância.

Fontes e Bibliografia

I – FONTES PRIMÁRIAS

1. DOCUMENTOS BRASILEIROS CONSULTADOS

A) Arquivo do Ministério das Relações Exteriores Ministério das Relações Exteriores em Brasília (AHI-MRE)

A-1) Ostensivos

- Ofícios Recebidos e Expedidos Consultados: Livro Ano 1950 a Livro Ano 1967.
(A documentação está organizada cronologicamente em livros referentes à modalidade recebidos ou expedidos);
- Maços temáticos consultados: 44109 – 45288 – 87079 – 44095 – 57703.
(A documentação está organizada de acordo com temas. Foram analisados temas conexos às relações Brasil-Venezuela, como fronteiras, Amazônia, energia, política elétrica nacional, segurança, segurança nacional e integração);

A-2) Confidenciais

- Maço Temático: Brasil-Venezuela, relações econômicas e comerciais.
- Maço 600.45
- Maço 6280
- Maço 800.3
- Maço 811
- Maço 811-08
- Maço 900 (b46) (b35)
- Maço 920
- Microfilmes, ofícios recebidos e enviados, 1971-1988.
- Microfilmes, telegramas recebidos e enviados, 1971-1988.

A-3) Secretos

A-3-1) Relações Brasil-Venezuela, maço único, de 1950 a 1967.

A-4) Lista de documentos utilizados

- VER ANEXO 2

B) Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea /Fundação Getúlio Vargas Rio de Janeiro (CPDOC/FGV)

B-1) Entrevista

Ministro Ramiro Saraiva Guerrero, CPDOC. Fitas n. 1 a n. 26.

C) Notícias de jornais brasileiros consultados

- VER ANEXO 4

D) Discursos, comunicados, entrevistas, palestras *et alli* (RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL)

- Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na sessão solene do Congresso Venezuelano. Caracas, 4 de julho de 1995. In RESENHA de política exterior do Brasil Número 77, 2o semestre de 1995, Ano 22. p. 18.
- Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do almoço oferecido pelo Presidente da Venezuela, Rafael Caldera, Caracas, em 4 de julho de 1995. In RESENHA de política exterior do Brasil Número 77, 2o semestre de 1995, Ano 22. p. 13.
- Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sebastião do Rego Barros, na abertura do ciclo de palestras sobre a política exterior do Brasil, promovido pela Universidade de Brasília e pela Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 5 de novembro de 1996. Resenha de Pol. Ext. Brasil, a. 23, n. 79, 2º semestre 1996. p. 147.
- Brinde do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, no almoço oferecido pelo Chanceler da Venezuela Miguel Angel Burelli Rivas, Caracas,

10 de outubro de 1996. RESENHA DE política exterior do Brasil, Número 79, 2º semestre de 1996, Ano 23.

- “A política externa brasileira e a inserção internacional do Brasil”. Palestra proferida pelo Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1º de abril de 1997. RESENHA de política exterior do Brasil Número 81, 1º semestre de 1997, Ano 24. p. 39.
- Visita do presidente Fernando Henrique Cardoso à Venezuela, 14 de fevereiro de 2000. Resenha de política exterior do Brasil, n. 86, 1º semestre de 2000, Ano 27.
- Artigo do senhor secretário-geral das relações exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, publicado no Jornal do Brasil. “política exterior sem complexos” Jornal do Brasil , 04/08/2000. In Resenha de Política Exterior do Brasil. Número 87, 2º semestre de 2000. p. 221.
- Discurso de posse do professor Celso Lafer no cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 29 de janeiro de 2001. Resenha de Política Exterior do Brasil, número 88, 1º semestre de 2001 - ano 28.
- Discurso do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela. Santa Elena de Uairén, 13 de agosto de 2001. Resenha de Política Exterior do Brasil Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, p. 87.
- Discurso do senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião da cerimônia de inauguração da interconexão elétrica entre o Brasil e a Venezuela. Santa Elena de Uairén, 13 de agosto de 2001. Resenha de Política Exterior do Brasil Número 89, 2º semestre de 2001 - Ano 28, p. 87.
- Visita de trabalho do presidente Hugo Chávez Frías ao Brasil, 3 de abril de 2001; comunicado conjunto de imprensa, 04 de abril de 2001. RESENHA de política exterior do Brasil, Número 88, 1º semestre de 2001 - Ano 28.
- “Visita ao Brasil do Presidente da Venezuela”. In RESENHA de política exterior do Brasil, n 92, 1º semestre de 2003, Ano 30.
- “Somos a mistura do tigre com a baleia”. Entrevista Celso Amorim, Revista Isto é, 13-1-2003. In Resenha de Política Exterior do Brasil, n 92, ano 30, 1º semestre de 2003. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. p. 247.

- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Caracas, no dia 14 de fevereiro de 2005. In RESENHA de política exterior do Brasil, n. 96, 1º semestre de 2005, Ano 32. p.52.
- Comunicado Conjunto a respeito da Aliança Estratégica Brasil-Venezuela e Declaração dos Governos do Brasil e da Venezuela sobre a sua implementação (18 de fevereiro de 2005) in RESENHA de política exterior do Brasil, Número 96, 1º semestre de 2005, Ano 32. p. 257-261.
- Comunicado à imprensa sobre a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Ciudad Guayana na Venezuela, 24 de março de 2005. In RESENHA de política exterior do Brasil, Número 96, 1º semestre de 2005, Ano 32. p. 283.
- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros, em São Paulo, em 2 de dezembro de 2005. In RESENHA de política exterior do Brasil. Número 97, 2º semestre de 2005, Ano 32. p. 201.
- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006. In RESENHA de política exterior do Brasil, Número 99, 2º semestre de 2006, Ano 33. p. 28.
- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, na Venezuela, Ciudad Guayana, Venezuela, 13 de novembro de 2006. In RESENHA de política exterior do Brasil, Número 99, 2º semestre de 2006, Ano 33. p. 165.
- Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL. Caracas, Venezuela, 04 de julho de 2006. In RESENHA de política exterior do Brasil, Número 99, 2º semestre de 2006, Ano 33. p. 27.

2. DOCUMENTOS VENEZUELANOS CONSULTADOS

A) Arquivo Central do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela (ACMRE)

A-1) Expedientes Consultados (1944 a 1976)

ACMRE, Archivo Antiguo, Gran Bretaña, 1833-1885. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año XIII, n 13, 2007. Caracas, Venezuela. p. 25-52.

ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

ACMRE, DPI, Argentina, 1957, Exp. 195, 230 e 236.

ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Expediente 505.

ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173, pieza 2, caja 15, tramo 8.

ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 435, caja 22, tramo 12.

ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 32, caja 5, tramo 5.

ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

ACMRE, DPI, Brasil, ano-1963, Expediente 186, caso Anzoátegui, caja 1, tramo 11;

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1964, Expediente R-1-b, pieza 120, ruptura de relaciones

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1964, Expediente 120, pieza 2, caja 1, tramo 13, golpe de estado,

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1965, Expediente 2, pieza 2-1, caja 1, tramo 13.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1966, Expediente Brasil-2, caja 2, tramo 16.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1967, Expediente 1, pieza 1.

ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Expediente. 2-1, caja 2.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1967, Expediente. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19, informes periódicos.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1969, Expediente 2-7, caja 6, tramo 14, Diferendo territorial

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1970, Expediente. 1-1-70.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1970, Expediente. 2-70.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1971, Expediente. 8-3-71, Reunión mixta, caja 3, tramo 8.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1971, Expediente. 1-1-71.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1971, Expediente 1-1-71, pieza 2, informes periódicos.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1971, Expediente 8-3-71, Reunión mixta, caja 3, tramo 8.

ACMRE, DPI, Brasil, ano 1972, Expediente 1-72, asuntos internos.

A-2) Correspondência utilizada (Ostensivos, Confidenciais e Secretos)

- Ver ANEXO 3

B) Noticias de jornais venezuelanos consultados

- VER ANEXO 4

C) Atas, Comunicados, Informes, Notas (Casa Amarela)

- Acta Final de la I Reunión de la Comisión de Coordinación Venezolano-Brasileña. Caracas, 2 de agosto de 1979. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1979, Exp. N° 4-2.
- Declaración Conjunta de los Presidentes de la República de Venezuela y de la República Federativa del Brasil, suscrita en ocasión de la Visita Oficial a Venezuela del Presidente Joao Baptista Oliveira. Caracas, 7 de noviembre de 1979. ACMRE, Dirección de Política Internacional, 1979, Brasil, Exp. 8-1-a.
- Declaración Conjunta suscrita por Luis Herrera Campíns, Presidente de la República de Venezuela y João Baptista de Oliveira Figueiredo, Presidente de la República del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Brasil del Presidente venezolano. Brasilia, 11 de agosto de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-A.
- Comunicado Conjunto emitido en Brasilia con motivo de la visita oficial del Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, José Alberto Zambrano Velasco a Brasil. Brasilia, 5 de mayo de 1981. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1981, Exp. 2-9-2-B.
- Comunicado Conjunto suscrito por los Gobiernos de la República de Venezuela y de la República Federativa de Brasil en ocasión de la visita oficial a ese país de Simón Alberto Consalvi, Ministro de Relaciones exteriores de Venezuela. Brasilia, 3 de junio de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 52, Exp. 31.
- Declaración Conjunta suscrita por los Presidentes de la República de Venezuela y de la República Federativa del Brasil, en ocasión de la visita oficial a Venezuela del Presidente José Sarney. Caracas, 16 de octubre de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 54, Exp. 47.
- Comunicado Conjunto suscrito por los Gobiernos de la República de Venezuela y de la República Federativa de Brasil en ocasión de la visita oficial a ese país de Simón Alberto Consalvi, Ministro de Relaciones exteriores de Venezuela. Brasilia, 3 de junio de 1987. ACMRE, Acuerdos, Convenios y Tratados, Caja 52, Exp. 31.
- Nota de Reinaldo Figueredo Planchart, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela a Francisco Rezek, Ministro de Relaciones Exteriores de la República

Federativa del Brasil, sobre el establecimiento de un grupo de trabajo de cooperación técnica bilateral. Caracas, 20 de junio de 1990. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1990, Exp. 4-B.

- Declaración Conjunta suscrita por Carlos Andrés Pérez, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Collor, Presidente de la República Federativa del Brasil sobre cooperación binacional, promoción del desarrollo económico y defensa del medio ambiente en las regiones fronterizas. Hito BV-8, 20 de julio de 1990. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1990, Exp. 4-2.
- Comunicado del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre las actividades cumplidas durante la visita oficial a la República Federativa del Brasil de Carlos Andrés Pérez, Presidente de la República de Venezuela. Brasilia, 19 de noviembre de 1991. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1991, Exp. 8-A.
- Comunicado Oficial del Gobierno de la República de Venezuela en relación con el incidente ocurrido el 16 de enero de 1992, cuando una avioneta de matrícula brasileña que había entrado de manera ilícita en territorio venezolano, se precipitó a tierra. Caracas, 29 de enero de 1992. ACMRE, Dirección de Política Internacional, Brasil, 1992, Exp. 2-8-1.
- Nota verbal del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela para la Honorable Embajada de la República Federativa del Brasil en Venezuela, en relación con los sucesos en los cuales perecieron ciudadanos venezolanos miembros de la etnia Yanomami. Caracas, 6 de septiembre de 1993. ACMRE, Gabinete del Ministro, Brasil, 1993, Exp. 1.
- Nota de respuesta del Ministerio de Relaciones Exteriores del Brasil a la Embajada de la República de Venezuela en ese país, en relación con los sucesos en los cuales perecieron ciudadanos venezolanos miembros de la etnia Yanomami. Brasilia, 10 de septiembre de 1993. ACMRE, Gabinete del Ministro, Brasil, 1993, Exp. 1.
- Comunicado Conjunto de los Gobiernos de Venezuela y Brasil suscrito en el marco de la visita de trabajo que hizo a Venezuela Itamar Franco, Presidente de la República Federativa del Brasil. La Guzmanía, 4 de marzo de 1994.
- Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, en ocasión de la visita oficial a Caracas del Secretario General de Relaciones Exteriores de la República Federativa de Brasil, Embajador Roberto Abdenur, quien asistió a la

II Reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. Caracas, 4 de mayo de 1994. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1994, pp.659-661.

- Ayuda Memoria suscrita por Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela y Celso Luiz Nunes Amorim, Ministro de Relaciones Exteriores de Brasil, sobre temas multilaterales de interés común a ambos países tratados en la II Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel. Caracas, 29 de julio de 1994. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1994, pp. 679-682.
- Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre la agenda de trabajo desarrollada con motivo de la visita oficial a Venezuela del Secretario General del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil, Embajador Sebastião do Rego Barros, en el marco de la celebración de la IV Reunión del Mecanismo Político de Consulta Venezuela-Brasil. Caracas, 16 de mayo de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, pp.520-522.
- Comunicado de Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela sobre la agenda de trabajo desarrollada con motivo de la visita oficial a Brasil de Miguel Angel Burelli Rivas, Ministro de Relaciones Exteriores de Venezuela, quien asistió a la IV Reunión de la Comisión Binacional de Alto Nivel Brasil-Venezuela. Brasilia, 13 de junio de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, p. 528-530.
- Acta de Miraflores, suscrita por Rafael Caldera, Presidente de la República de Venezuela y Fernando Henrique Cardozo, Presidente de la República Federativa del Brasil. Caracas, 4 de julio de 1995. BCMRE, Memoria del Ministerio de Relaciones Exteriores de Venezuela, 1995, pp.545-552.

D) Discursos Hugo Chávez, Programa “Aló Presidente”

(observação: Disponíveis em: http://www.alopresidente.gob.ve/Materia_Alo/25. Acessados em 20-5-2011)

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 306, Plaza Caracas, Caracas. Domingo, 2 de marzo de 2008;

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 308. Comunidad Socialista “Nuestra Señora de Coromoto”. Municipio Guacara. Edo. Carabobo. Domingo, 30 de marzo de 2008;

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 311, Maracaibo-Edo Zulia. Domingo, 11 de mayo de 2008;

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 312, Planta trituradora de piedra “Chema Saher”. Santa Ana de Coro, estado Falcón. Domingo, 8 de junio de 2008;

ALÓ PRESIDENTE especial del 20 de julio, N° 314. Palacio de Miraflores. Domingo 20 de julio de 2008.

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 320 Hato El Cedral, Mantecal, municipio Muñoz, estado Apure. Domingo, 7 de septiembre de 2008.

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 328. Sector El Mamoncito, municipio Ortiz, estado Guárico. Domingo, 22 de marzo de 2009;

ALÓ PRESIDENTE, programa N° 331 Termozulia II, Maracaibo, estado Zulia. Jueves, 28 de mayo de 2009.

E) Artigos de jornais venezuelanos consultados

- Ver ANEXO 3

Entrevistas

Professor Carlos Romero, Cientista Político, professor Titular da Universidade Central de Venezuela (UCV). Caracas, 2-8-2009.

Professora Elza Cardoso, Doutora em Ciência Política, docente na Escola de Estudos Liberais da Universidade Metropolitana. Caracas, 3-8-2009

Professora Francine Jacome, Instituto Venezolano de Estudos Sociais e Politicos (INVESP), GT-Venezuela Segurança Regional/FES, Caracas, 4-8-2009.

Professor Alejandro Mendible-Zurita, Coordenador da Pós-Graduação em História, Universidade Central de Venezuela (UCV). Caracas, 5-8-2009.

II – FONTES SECUNDÁRIAS

1. Livros e obras de referência por área temática

Coletâneas de documentos oficiais

BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano I, n 1, Caracas, MRE, 1994.

BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998.

BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano VI, n 6, Caracas, MRE, 1999

CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008.

CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009.

FRANCO, Álvaro da Costa (org). *Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial*. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

FRANCO, Alvaro da Costa (org). *Documentos da Política Externa Independente*. Vol 2. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2008.

GARCIA, Eugênio Vargas (org). *Diplomacia brasileira e política externa: documentos históricos 1493-2008*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

LESSA, Renato & BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina (orgs). *San Tiago Dantas: coletânea de textos sobre política externa*. Brasília: FUNAG, 2009.

LIBRO AMARILLO, Ano 2006, Ministerio de Relaciones Exteriores, Caracas: 2007.

LIBRO AMARILLO, Ano 2007, Ministerio de Relaciones Exteriores, Caracas: 2008.

O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005.

O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1863-1867. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2007.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS Brasil-Venezuela (1859-1997): documentos oficiais. Brasília: FUNAG, 1998.

RESENHA de Política Exterior do Brasil, 1980-1981; 1995-2009. Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Coletâneas e Memórias diplomáticas e presidenciais

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto mar*.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1992.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *O Brasil e os ventos do mundo: memórias de cinco décadas na cena internacional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

RICUPERO, Rubens. *Diário de Bordo: a viagem presidencial de Tancredo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

Relações Internacionais do Brasil

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O estudo das relações internacionais no Brasil*. São Paulo: Unimarco, 1999.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: (Da Tríplice Aliança ao Mercosul): 1870-2003*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECARD, Danielly Silva Ramos. *O Brasil e a República Popular da China: política externa comparada e relações bilaterais (1974-2004)*. Brasília: FUNAG, 2008.

BUENO, Clodoaldo. *Política externa da Primeira República: os anos de apogeu – de 1902 a 1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CERVO, Amado Luiz. 1992. *As relações históricas entre o Brasil e a Itália: o papel da diplomacia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____ & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 3. Ed., rev. e ampl. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORREA, Paulo Henrique Rocha. *O Brasil e as Guianas*. São Paulo: IBEL, 1965.

CORTÊS, Octávio Henrique Dias Garcia. *A política externa do governo Sarney: o início da reformulação de diretrizes para a inserção internacional do Brasil sob o signo da democracia*. Brasília, FUNAG, 2010.

DANESE, Sérgio. *Diplomacia presidencial*. Rio de Janeiro: Top Books, 1999.

_____. *A escola da liderança: ensaios sobre a política externa e a inserção internacional do Brasil*. Rio de Janeiro: Top Books, 2009.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto: Brasília: FUNAG, 2005.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro, org. *Brasil e Venezuela: esperanças e determinações na virada do século*. Brasília: FUNAG, 1995.

_____ & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

HILTON, Stanley E. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin, Texas: University of Texas Press, 1991.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

LIMA, Oliveira. *Impressões da América Espanhola (1904-1906)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.

MEDEIROS, Fernando Sabóia. *A liberdade de navegação do Amazonas: relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. SP/RJ: Companhia Editora Nacional, 1938.

PALM, Paulo Roberto. *A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2009.

PINHEIRO, Letícia. *Política externa brasileira (1889-2002)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2004.

PROCOPIO, Argemiro. *O Brasil no mundo das drogas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

RIO BRANCO, *América do Sul e a Modernização do Brasil*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

SPEKTOR, Matias (org). *Azeredo da Silveira: um depoimento*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2010.

_____. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SANTOS, Norma Breda (org). *Brasil e Israel: diplomacia e sociedades*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

TAVARES BASTOS, A. C. *O Valle do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produções, comercio, questões fiscais do Valle do Amazonas*. 2 edição. SP/RJ: Companhia Editora Nacional, 1937.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1958-1986)*. Curitiba: Juruá, 2009.

História e Relações Internacionais da Venezuela

ALMADA, Izaías. *Venezuela: Povo e Forças Armadas*. 1. ed. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2007.

ARENAS, Nelly & CALCAÑO, Luis Gómez. *Populismo autoritário: Venezuela 1999-2005*. Caracas: CENDES, UCV, 2006.

AVELADO, Ramóm Guillermo. *La 4ta república: la virtud y el pecado*. 1 ed. Caracas: Editorial Libros Marcados, 2007.

BATTAGLINI, Oscar. *La postguerra fría y la política de seguridad y defensa del Estado venezolano*. Caracas: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Universidad Central de Venezuela. 2002.

BETANCOURT, Rómulo. *Venezuela, política y petróleo*. 6ª edición. Caracas: Academia de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Católica Andrés Bello, Fundación Rómulo Betancourt, 2007.

BISBAL, Marcelino (ed.). *Hegemonia y control comunicacional*. 1. ed. Caracas: Editora Alfa, 2009.

CABALLERO, Manuel. *Las crisis de la Venezuela contemporánea (1903-1992)*. 3ª edición. Caracas: Alfadil Ediciones, 2003.

_____. *La peste militar: escritos polémicos 1992-2007*. 1. ed. Caracas: Editorial Alfa, 2007.

CAPELLA, Freddy Belisario. *Derecho Internacional Americano*. 2ª edición. Caracas: Anuaco ediciones, 2008.

CARMA, Corival Alves; BARROS, Pedro Selva; MONTEIRO, Leonardo Valente. Prêmio América do Sul 2007: Venezuela: Mudanças e Perspectivas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007.

DAMAS, Germán Carrera. *Una nación llamada Venezuela*. 1ª reimpressão. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2006.

ELIZALDE, Rosa Mirian & BÁEZ, Luis. *Chávez Nuestro*. Habana: Casa editora Abril, s/d.

ELNER, Steve & HELLINGER, Daniel. *La política venezolana en la época de Chávez: clases, polarización y conflicto*. Caracas: Nueva Sociedad, 2003.

FREITAS, Aimbere. *Fronteira Brasil-Venezuela: encontros e desencontros*. São Paulo: Corprint Grafica e editora, 1998.

GARRIDO, Alberto. *La Guerra (Assimétrica) de Chávez*. 1 ed. Caracas: Alfadil Ediciones, 2005.

GUEVARA, Aleida. *Chávez, Venezuela & The new Latin America*. 1 ed. Canadá: Ocean Press, 2005.

HARDY, José Toro. *Por ahora: La constitución sirve para todos*. Caracas: Editora Panapo, 2009.

HARNECKER, Marta. *Understanding the Venezuela revolution: Hugo Chávez talks to Marta Harnecker*. New York: Monthly Review Pres, 2005.

JONES, Bart. *Hugo Chávez: da origem simples ao ideário da revolução permanente*. São Paulo: Novo Conceito Editora, 2008.

- KOZLOFF, Nikolas. *Hugo Chávez: oil, politics, and the challenge to the U.S.* New York: Palgrave Macmillan, 2007.
- LYRA, Ivan. *Paz y humor*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.
- LUCCA, Rafael Arráiz. *Literatura venezolana del siglo XX*; 1 ed. Caracas: Editora Alfa, 2009.
- LUONGO, Luis José Silva. *De Cipriano Castro a Carlos Andrés Pérez (1899-1979): hechos, vivencias y apreciaciones*. 1ª edición. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamerica, 2000.
- _____. *De Herrera Campins a Chávez*. Caracas: Editorial Alfa, 2007.
- MARCANO, Cristina & TYSZKA, Alberto Barrera. *Hugo Chávez sem uniforme: uma história pessoal*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2006.
- MENDIBLE-ZURITA, Alejandro. *Venezuela y sus verdaderas fronteras con el Brasil – desde el Tratado de Tordesillas hasta la incursión de los garimperos*. Caracas: Centro Abreu e Lima de Estudos Brasileños/IAEAL/Universidad Simón Bolívar, 1993.
- _____. *La familia Rio Branco y la Fijación de las fronteras entre Venezuela y Brasil: dos momentos definidores en las relaciones entre Venezuela y Brasil*. Caracas: Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 1995.
- _____. *Venezuela-Brasil: la historia de sus relaciones – desde sus inicios hasta el umbral del Mercosul (1500-1997)*. Caracas: FEPUVA-UCV, 1999.
- _____. *Darcy Ribeiro y la renovación universitaria en la U.C.V.* Caracas: Ediciones del Vicerrectorado Académico – UCV, 2007.
- MICHELENA, Hector Silva. *El pensamiento económico venezolano en el siglo XX: un postigo con nubes*. Caracas: Fundación para la cultura urbana, 2006.
- MUÑOZ, Eladio Hernández. *Transición en democracia: (Venezuela, 1935 – 1999)*. Caracas: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Universidad Central de Venezuela, 2008.
- PORTILLO, Julio. *Venezuela-Brasil: Relaciones diplomáticas 1842-1982*. Caracas: Editorial Arte, 1983.
- ROMERO, Carlos A., org. *Reforma y Política exterior en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad, 1992.
- _____. *Jugando con el Globo: la política exterior de Hugo Chávez*. Caracas: Ediciones B, 2006.
- ROMERO, Maria Teresa. *Venezuela en defensa de la democracia (1958-1998): el caso de la doctrina Betancourt*. Caracas: Fundación para la Cultura Urbana, 2005.

ROVERO, Gisela Kosak. *Venezuela, el país que siempre nace*. 1. ed. Caracas: Editora Alfa, 2008.

SALCEDO-BASTARDO, José Luis. *História Fundamental de Venezuela*. 11ª Ed. Caracas: Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca, 2006.

_____. *Bolívar: un continente y un destino*. 14ª edición revisada. Caracas: Academia Nacional de la Historia, 2007.

SANOJA, Mario & VARGAS, Iraida. *Razones para una revolución*. Caracas: Monte Avila Editores Latinoamericana, 2005.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. *Venezuela: posibilidades e limites para um novo modelo de desenvolvimento e de integração regional*. Rio de Janeiro, IPRI, maio de 2001.

TARVER, H. Michael & FREDERICK, Julia. *The history of Venezuela*. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

TORO HARDY, Alfredo. *El desafío venezolano: como influir las decisiones políticas estadounidenses*. 2 ed. Caracas: Editora Panapo, 1991.

_____. *La maldición de Sísifo: quince años de política externa venezolana*. Caracas: Editora Panapo, 1991.

_____. *Bajo el signo de la incertidumbre*. 2 ed. Caracas: Editora Panapo, 2003.

VALERO, Jorge. *La diplomacia internacional y el golpe de 1945*. Caracas: Monte Avila Editores, 2001.

WILPERT, Gregory. *Changing Venezuela by taking power: the history and policies of the Chávez government*. New York: Verso Books, 2007.

História e Relações Internacionais da América do Sul e América Latina

BERNAL-MEZA, Raúl. *Sistema Mundial y MERCOSUR: Globalización, Regionalismo y Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

_____. *América Latina en el mundo: el pensamiento latinoamericano y la teoría de las relaciones internacionales*. 1ª ed. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 2005.

BETHELL, Leslie (org) *História da América Latina: da independência até 1870*. Vol 3. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial; Brasília: FUNAG, 2004.

BOESNER, Demétrio. *Relaciones Internacionales de América Latina: breve historia*. Caracas: Grijabo, 2007.

CERVO, Amado Luiz. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI, 2001.

DONGHI, Tullo Halperin.

PUIG, Juan Carlos (Comp). *América Latina: Políticas Exteriores Comparadas*. Buenos Aires, Grupo Editor Latino-americano, 1984, vol. II.

RAPOPORT, Mario. *El viraje del siglo XXI: deudas y desafíos en Argentina, América Latina y el mundo*. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2006.

SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão – uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. São Paulo: EDUSC, 2000.

História Internacional

HOBBSBAWN, Eric. *Sobre a História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAYNE, Christopher. *The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present*. New York: CornellUniversity Press, 2006.

LAFEBER, Walter. *Inevitable Revolutions: The United States in Central America*. New York: Norton, 1984.

MILARD, Candice. *O rio da dúvida: a sombria viagem de Theodore Roosevelt e Rondon pela Amazônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PORTER, Gareth. *Perils of dominance: imbalance of power and the road to war in Vietnam*. Berkley/Los Angeles: University of California Press, 2005.

SMITH, Anthony. *Explorers of the Amazon*. Chicago, 1990.

História das Relações Internacionais

BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo Império Perecerá*. Brasília: EDUNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

GADDIS, John Lewis. *Surprise, security and the American experience*. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press, 2004.

GIRAULT, René; FRANK, Robert; THOBIE, Jacques. *La loi des géants 1941-1964*. Histoire des Relations Internationales Contemporaines, Tome III. Paris: Petit Bibliothèque Payot. 2005

RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction à l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1991.

_____. *Introduction a la história de las relaciones internacionales*. (1ª ed esp à 4ª edição fra) Mexico, DF: Fondo de Cultura Económica, 2000.

SARAIVA, José Flávio S. (org). *História das Relações Internacionais Contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. (ed.). *Foreign Policy and political regime*. Brasília: IBRI, 2003.

WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. Brasília: Ed.UnB, 2004.

WIGHT, Martin. *A política do poder*. Coleção Clássicos IPRI. São Paulo/Brasília: UnB, 2002.

História: teoria e metodologia

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CARR, Edward Hallet. *Que é história?* 8ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 1499; 1737-1738.

GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MILO, Daniel. *Trahir le temps*. Paris: Hachete, Pluriel, 1991.

RUSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora UnB, 2001.

_____. *História Viva: teoria da história III: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2007.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. SP: Martins Fontes, 4ª edição, 1987.

SILVA, Zélia Lopes da. *Arquivos, patrimônio e memórias: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP/FAPESP, 1999.

TRACHTENBERG, Marc. *The craft of international history: a guide to method*. Princeton University Press, 2006.

Política Internacional e Teoria das Relações Internacionais

- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Coleção Clássicos IPRI. Brasília: Editora UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.
- BYERS, Michael. *War Law: understanding international Law and armed conflict*. Vancouver: Douglas & McIntyre, 2005.
- CHANG, Ha-Joo. *Chutando a escada*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- DEESE, David & NYE, Joseph. *Energy and Security*. Cambridge Massachusetts: Ballinger Publishing Company, 1981.
- ELMAN, Colin & ELMAN, Miriam Fendius (eds). *Progress in International Relations Theory: appraising the field*. BCSIA, Cambridge: MIT Press, 2001.
- GOLDSTEIN, J. e KEOHANE, Robert O. *Ideas and foreign policy: beliefs, institutions and political change*. Ithaca/London: Cornell Univ. press, 1993.
- HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- KEOHANE, Robert O. & NYE, Joseph S. *Power and interdependence*. 1977.
- KUBALKOVA, Vendulka. *Foreign policy in a constructed world*. Armonk, NY: M. E. Sharpe, 2001.
- JERVIS, Robert. *Perceptions and Misperceptions*. Princeton University Press, 1976.
- JOHNSON, Chalmers. *Blowback: costes e consecuencias del imperio americano*. Pamplona: Laetoli, 2004.
- MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics*. New York: Norton, 2003.
- MORGENTHAU, Hans. *Política entre as Nações*. Coleção Clássicos IPRI. Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI. Brasília, 2003.
- NYE, Joseph. *Compreender os conflitos internacionais: uma introdução à teoria e à historia*. Lisboa: Gradiva, 2002.
- SHEEHAN, Michael. *The balance of power: theory and history*. London: Rutledge, 1996.
- SNYDER, Glenn H. *Alliance politics*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.
- SMITH, Steve. *Foreign Policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press 2008.
- WALT, Stephen M. *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University Press, 1987.

WALTZ, Kenneth. *O homem, o estado e a guerra: uma análise teórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. UK: Cambridge University Press, 1999.

2. Artigos em revistas especializadas

AMORIM, Celso. “Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula”. *Revista Diplomacia, Estratégia e Política*, 1 de outubro de 2004.

ARELLANO P, Félix G. O Brasil e a Venezuela: uma relação perigosa? *Nueva Sociedad*, dez 2009. Disponível em: <http://www.nuso.org/upload/portugues/2009/9Arellano.pdf>. Acessado em: 20-4-2011.

BRUN, Elodie. “O Irã na América latina”. *Política Externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 79-96.

BURR, Robert N. “The Balance of Power in Nineteenth-Century South America: An Exploratory Essay”. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 35, No. 1. (Feb., 1955), pp. 37-60.

CARDOSO, Elza. A governabilidade democrática regional e o papel (des) integrador da energia. *Política Externa*. São Paulo: Paz e Terra, vol 15, n 3, dez/jan/fev, 2006-2007.

CHÁVEZ, Hugo. “Acerca da grandíssima importância de um partido”. *DEP*, n 6, abr-jun 2007.

FENTON, P. F. *Diplomatic Relations of the United States and Venezuela, 1880-1915*. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 8, No. 3 (Ago., 1928), p. 330-356. Duke University Press. Acessado em: 17 de Março de 2009.

FERREIRAS, Túlio Sérgio Henriques. “A ruína do consenso: a política exterior do Brasil no governo Figueiredo (de 1979 a 1985)”. *RBPI* 49 (2): 119-136 [2006].

GRAY, William H. *American Diplomacy in Venezuela 1835-1865*. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 20, No. 4 (Nov., 1940), p. 551-574. Duke University Press.

JARDIM, J. M. As novas tecnologias da informação e o futuro dos arquivos. *Estudos Históricos*, RJ, vol 5, n 1, pp.251-260, 1992.

KENNEDY, Paul et alli. “Pivotal States and U.S. Strategy”. *Foreign Affairs*, January/February 1996.

LESSA, Antonio Carlos. “A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais”. *RBPI*, Brasília, ed. especial, julho de 1998, p 29-41.

_____. “Brazil’s strategic partnership: na assessment of the Lula era (2003-2010)”. *Rev. Bras. Pol. Int.* 53 (special edition): 115-131 [2010].

LIMA, Maria Regina Soares & KFURI, Regina em “Política externa da Venezuela e relações com o Brasil”. *Papeis legislativos*. No. 6 (Out., 2007).

NAVA, Julian. *The Illustrious American: the Development of Nationalism in Venezuela under Antonio Guzman Blanc*. *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 45, No. 4 (Nov., 1965), p. 527-543. Duke University Press. Acessado em: 17 de Março de 2009.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes; MAGALHÃES, Maria das Graças S. Dias. Questão do Pirara: Roraima. In: *Revista Textos & Debates*. Edufr: Boa Vista-RR. (no prelo).

PROCOPIO, Argemiro. “Drogas ilícitas em espaços transfronteiriços”. *Cena Internacional*, v. 2, n. 1, p. 54-78, 2000. p. 107.

ROMERO, Carlos. "Venezuela: del orden a la incertidumbre". *Carta Internacional*. Ano VII, No. 79 (1999).

SARAIVA, Miriam. “As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007”. *RBPI*, 50 (2): 42-59 [2007].

_____ e BRICEÑO RUIZ, José. “Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul”. *Rev. Bras. Polít. int.* 52 (1): 149-166 [2009].

VILLA, Rafael Duarte. “Carlos Andrés Pérez (1921-2010), de líder regional ao impeachment”. *Política externa*, vol 19, n 4, Mar/Abr/Mai 2011. p. 163-96.

_____ & URQUIDI, Vivian Dávila. “Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo”. São Paulo: Paz e Terra, *Política Externa*, vol 14, n 4, mar/abr/mai, 2006. p. 72.

_____. “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. *Estudos Avançados*, vol. 19, n 55. São Paulo, 2005. p. 158-159.

_____. “Venezuela: projeto de refundação de República”. *Lua Nova*, n 49, 2000.

3. Capítulos de livros

- ABDENUR, Roberto. “A política externa brasileira e o sentimento de exclusão”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 1. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 31-33.

- ALMEIDA, Paulo Roberto. “O Barão do Rio Branco e Oliveira Lima – vidas paralelas, itinerários divergentes”. In CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João. *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC; Brasília: IPRI, 2002. p. 233.
- AMORIM NETO, Octavio. “De João Goulart a Hugo Chávez: a política venezuelana à luz da experiência brasileira”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 81-105.
- AZEREDO, Mauro Mendes de. “A crise da democracia venezuelana. Relações com os Estados Unidos”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003. p. 107-151.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. “O Brasil e a América do Sul”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. VI. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 267-297.
- CORREA, Luis Felipe Seixas. “A política externa de José Sarney”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Gulhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) – volume 1: crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores associados, 1996. p. 361-385.
- DE LISIO, Antonio. “La idea de riqueza natural en Venezuela: de la leyenda de ‘El Dorado’ a la metáfora de la ‘siembra del petróleo’”. In MATO, Daniel (coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: FCES-UCV, 2005. p. 211-231.
- GEHRE, Thiago. “A Venezuela após o referendo de 2009: percepções e contextualizações”. In MARINHO, Danilo Nolasco Cortes. *Brasil e América Latina: colaboração e conflito*. São Paulo: Francis, 2009. p.101-139.
- _____. “Do Pacífico à Amazônia: segurança energética e integração regional na América do Sul”. In ZEBALLOS, Enrique Amayo (org). *A Amazônia e o Pacífico Sul-Americano e sua importância para o Brasil*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 183-203.
- JAGUARIBE, Helio. “Introdução geral: a evolução da política externa”. In ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990) – volume 1: crescimento, modernização e política externa*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996. p. 23-33.
- LESSA, Antonio Carlos. “A intensificação do debate acadêmico e social sobre relações internacionais e política exterior no Brasil”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI,

Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 457-491.

_____. “É o Brasil um país sério? A história da mais longa anedota da política exterior do Brasil”. in MARTINS, Estevão R. M. *Relações Internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: IBRI, 2003. p. 187-222.

- RAMIREZ, Socorro. “Colombia-Venezuela: entre episodios de cooperación y predominio del conflicto”. In DOMINGUEZ, Jorge (org). *Conflictos territoriales y democracia en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI editores Argentina, 2003. p. 203-272.

- REIS, Fernando Guimarães. “O Brasil e a América Latina”. In. FONSECA Jr., Gelson & CASTRO, Sergio Henrique Nabuco (org). *Temas de política externa brasileira II*. Vol. 2. Brasília: FUNAG/IPRI; São Paulo: Paz e Terra, 1994. p. 24-28.

- RICUPERO, Rubens. “Prefácio”. In BANDEIRA, L. A. Moniz. *As relações perigosas: Brasil-Estados Unidos (de Collor a Lula, 1990-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

- ROMERO, Carlos. “Una aproximación al estudio del proceso de decisiones en la política exterior de Venezuela”. In RUSSEL, Roberto. *Política Exterior y toma de decisiones en América Latina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1990. p. 205-234.

- VAZ, Alcides Costa. “O Brasil e o sistema interamericano: de 1990 até o presente”. In LESSA, Antonio Carlos e ALTEMANI, Henrique. *Relações Internacionais do Brasil: temas e agendas*. V.1 e V2. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 43-73.

- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “A política externa da Venezuela frente à globalização (1989-2001)”. In GUIMARÃES, Samuel Pinheiro & CARDIM, Carlos Henrique (orgs). *Venezuela: visões brasileiras*. Brasília: IPRI, 2003.

- ZAVALA, D.F. Maza. História de meio século na Venezuela: 1926-1975. in *América Latina: história de meio século*. Vol 2. Brasília: Ed. UnB, 1990.

4. Fontes eletrônicas

ACUSA Chávez al Senado brasileño de subordinación ante el Congreso de EU. *La Jornada*.
2 de junho de 2007.

<http://www.jornada.unam.mx/2007/06/02/index.php?section=mundo&article=021n1mun>.

Acessado em 25 de julio de 2009.

BRASIL ratifica la fuerza de sus relaciones con Venezuela. Polamar, 16, abr. 2007. Sala de Prensa. Disponível em:

<http://uniondelsur.menpet.gob.ve/index.php?tpl=interface.sp/design/salaprensa/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=104&newsid_temas=1>. Acessado em: 8-5-2007.

CHÁVEZ, C. R. “Rômulo Betancourt, Jaime Lusinchi – dos líderes, dos tormentas: dos etapas críticas en la historia venezolana”. Caracas: Imprensa Nacional y Gazeta Oficial, 1988. Disponível em: openlibrary.org./works. Acessado em 25-5-2011.

COUTINHO, Marcelo. “Depois do carnaval”. Jornal do Brasil, 5-3-2006. OPSA, 2006. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/artigos_resenhas.php. Acessado em 25-5-2011

DECLARAÇÃO de Margarita: “Construindo a Integração Energética do Sul”. Nota nº 177 - 18/04/2007. Disponível em: www.mre.gov.br. Acessado em 20-4-2007.

DISCURSO do presidente Hugo Chávez, Brasília: Palácio Itamaraty, 05 de novembro de 2004. Disponível em: www.radiobras.gov.br. Acessado em: 10-10-2006.

DISCURSO do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela. Caracas, Venezuela, 14 de fevereiro de 2005. www.mre.gov.br. Acessado em 7 de junho de 2007.

GARCIA, Luis. “27F, a 20 años de la aplicación del paquete neoliberal del FMI en América Latina: El Caracazo”. Conferência. Caracas: Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 3-3-2009. Disponível em: <http://www.institutopedrogual.edu.ve/>. Acessado em 17-7-2009.

LAÑEZ, Carlos. “Multilingüismo para la Multipolaridad”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 27/07/2007. Disponível em: http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=118&Itemid=2. Acessado em 20 de julho de 2009.

MANDATARIOS discutirán estrategia para convertir a Suramérica en potencia energética. In: VENEZUELA. Ministerio del Poder Popular para la Energía y Petróleo. I Cumbre Energetica Suramericana, Polamar, 15, abr. 2007. Sala de Prensa. Disponível em: <http://uniondelsur.menpet.gob.ve/index.php?tpl=interface.sp/design/salaprensa/readmenu.tpl.html&newsid_obj_id=66&newsid_temas=1>. Acesso em: 8 maio 2007.

MAYOBRE, Eduardo. “El buen gobierno de Jaime Lusinchi”. In “El Nuevo País”, edición especial, 18vo aniversario, 26-1-2006. p. 16-24. Disponível em: www.jaimelusinchi.org/pdf/9_Jaime_Lusinchi_por_Mayobre.pdf. Acessado em: 25-5-2011.

ORTEGA CAMPOS, Saúl. “Venezuela construye una Política Exterior desde una perspectiva de la liberación”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 02-05-2007. Disponível em:

http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=2. Acessado em 17-7-2009.

RAMÍREZ, Edgardo. “Venezuela es tema importante para el mundo entero”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual, 15-05-2007. Disponível em: <http://www.institutopedrogual.edu.ve>. Acessado em 17-7-2009.

ROMERO, Carlos. “La entrada de Venezuela en el Mercosul: repercusiones internas. *Ildis*, Caracas, 2007. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/fes_pub/MercosurCRomero.pdf. Acessado em: 20-4-2011.

TORO, Francisco. *Venezuela Part I: The Petrostate that was and the petrostate that is*. Disponível em: <http://caracaschronicles.blogspot.com/>. Acessado em: 7-6-2007.

VALENTE, Leonardo e SANTOR, Maurício. *A Diplomacia Midiática do Governo Hugo Chávez*. OPSA, 2006. Disponível em: http://observatorio.iesp.uerj.br/artigos_resenhas.php. Acessado em 25-5-2011.

VALERO, Jorge. “América Latina hoy: oportunidad para la Paz”. Conferência, Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. 28-03-2008. http://intranet.pedrogual.gob.ve/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=2. Acessado em: 17-7-2009.

“*Amplio repudio al bloqueo que impidió la salida de Clarín y Olé*”. Clarín, 27-3-2011. Disponível em: http://www.clarin.com/politica/Vuelven-bloquear-plantas-Clarín-Nación_0_451754871.html. Acessado em: 25-5-2011.

VENEZUELA: Hugo Chávez’s Revolution, Crisis Group Latin America Report N°19, 22 February 2007. Disponível em: www.crisisgroup.org/home/index.cfm?id=4674&l=4. Acessado em 12-06-2007.

5. Teses e Dissertações consultadas

ALSAFI, Mansour Saleh. *Arábia Saudita: Sua política externa e aspectos de suas relações com o Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1992.

AVEIRO, Thais Mere Marques. *Relações Brasil-Uruguai: a nova agenda para a cooperação e o desenvolvimento fronteiriço*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2006.

COSTA, Marília Maciel. *Relações Brasil-Panama*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, 1988.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As relações entre o império do Brasil e a república do Paraguai (1822-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 1989. 2 v.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As Relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930): do afastamento pragmático a reaproximação cautelosa*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 1997. 2 v.

GALVÃO, Thiago Gehre. *América do Sul: a construção de uma idéia*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003.

LESSA, Antonio Carlos. *A parceria bloqueada: as relações Brasil-França*. Tese de doutorado Universidade de Brasília, 2000.

PATRÍCIO, Raquel Cristina de Caria. *As relações em eixo franco-alemãs e as relações em eixo argentino-brasileiras: gênese dos processos de integração*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2005.

PENNA FILHO, Pio. *Do pragmatismo consciente à parceria estratégica: as relações Brasil-áfrica do sul (1918-2000)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2001.

SOUZA, Ricardo Avelar. *As Relações Brasil-portugal e a construção de um projeto identitários: a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2003.

SPEKTOR, Matias. *Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a argentina 1967-1979*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, 2002.

TRENTO, Maikel. *A escola inglesa de relações internacionais*. Dissertação de mestrado. UnB, 2004.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Integração Brasil-Argentina: o primeiro ensaio (1958-1962)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. Dissertação de Mestrado.

_____. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento: (1962-1986)*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, 2007.

6. Documentários

“Terrorismo mediático: guerras de 4ta Generación”. Caracas: Fundación Villa del Cine, Distribuidora Amazonia Films, CENDIS/MPP para la Cultura: DVD, español; Guión: Sergio Curiel; Carlos Azpúrua. s/d.

“La revolución no ser televisionada”. Irlanda: Power Picture, Direção e roteiro: Kim Bartley e Donnacha O’Briain, 74 min.

ANEXOS

Anexo 1 - Mapas¹¹⁸⁶

Mapa 1 – Canal cassiquiare

Mapa 2 – Região Do cassiquiare

Mapa 3 - Prolongamentos Brasil -Venezuela-Guiana

Mapa 4 – Brasil , venezuela e as Guianas

Mapa 5 – Região do Mazaruni

ANEXO 2 - LISTA DE DOCUMENTOS BRASILEIROS UTILIZADOS

ANEXO 3 - LISTA DE DOCUMENTOS VENEZUELANOS UTILIZADOS

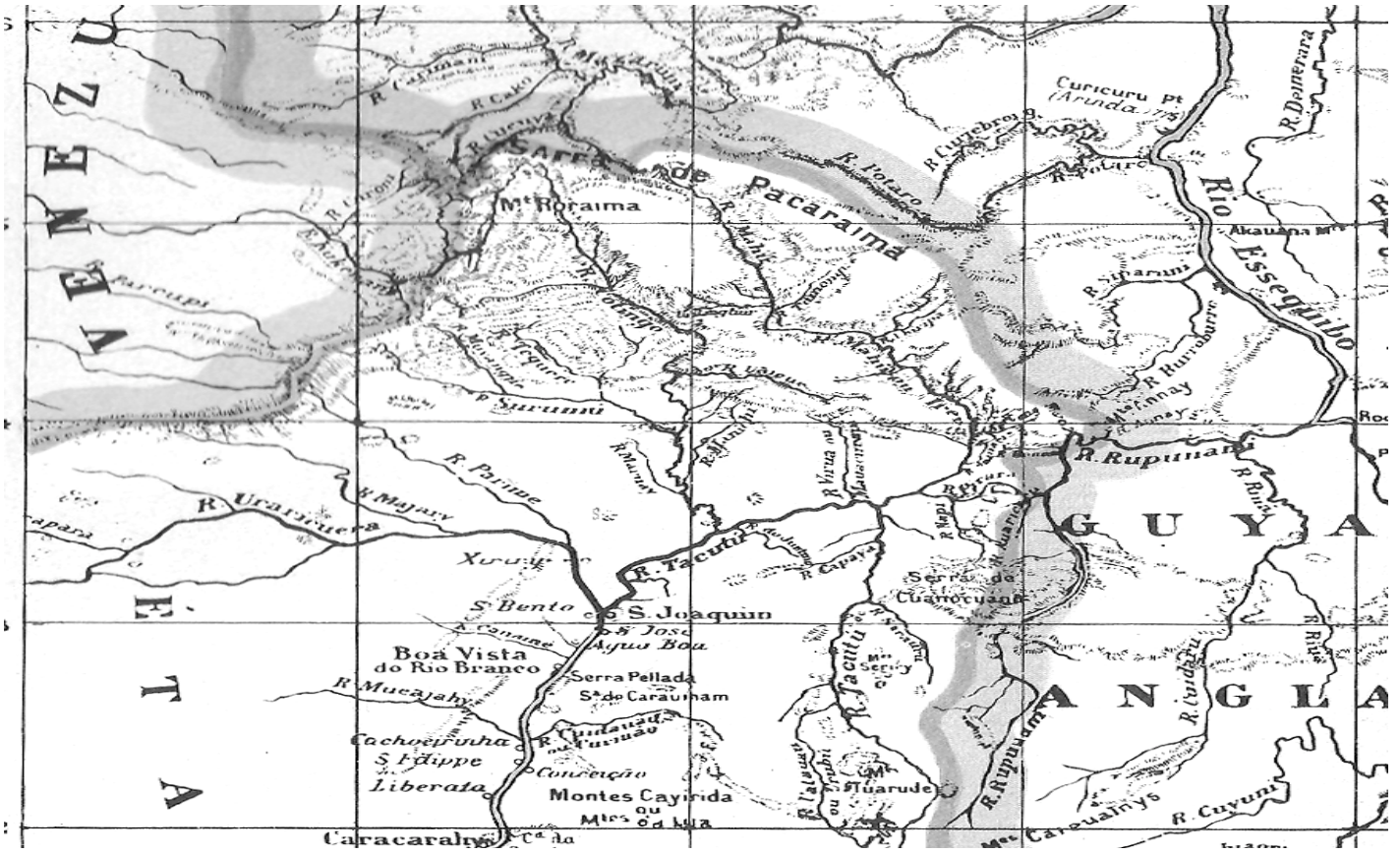
ANEXO 4 – ARTIGOS DE JORNAIS BRASILEIROS E VENEZUELANOS
CONSULTADOS

¹¹⁸⁶ Mapas adaptados de *OBRAS DO BARÃO do Rio Branco*, Vol. I: Estudos Históricos, Vol II: questões de limites Guiana Britânica; Vol. IV: Guiana Francesa – Segunda Memória; Vol. V: Exposições de Motivos. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1945.

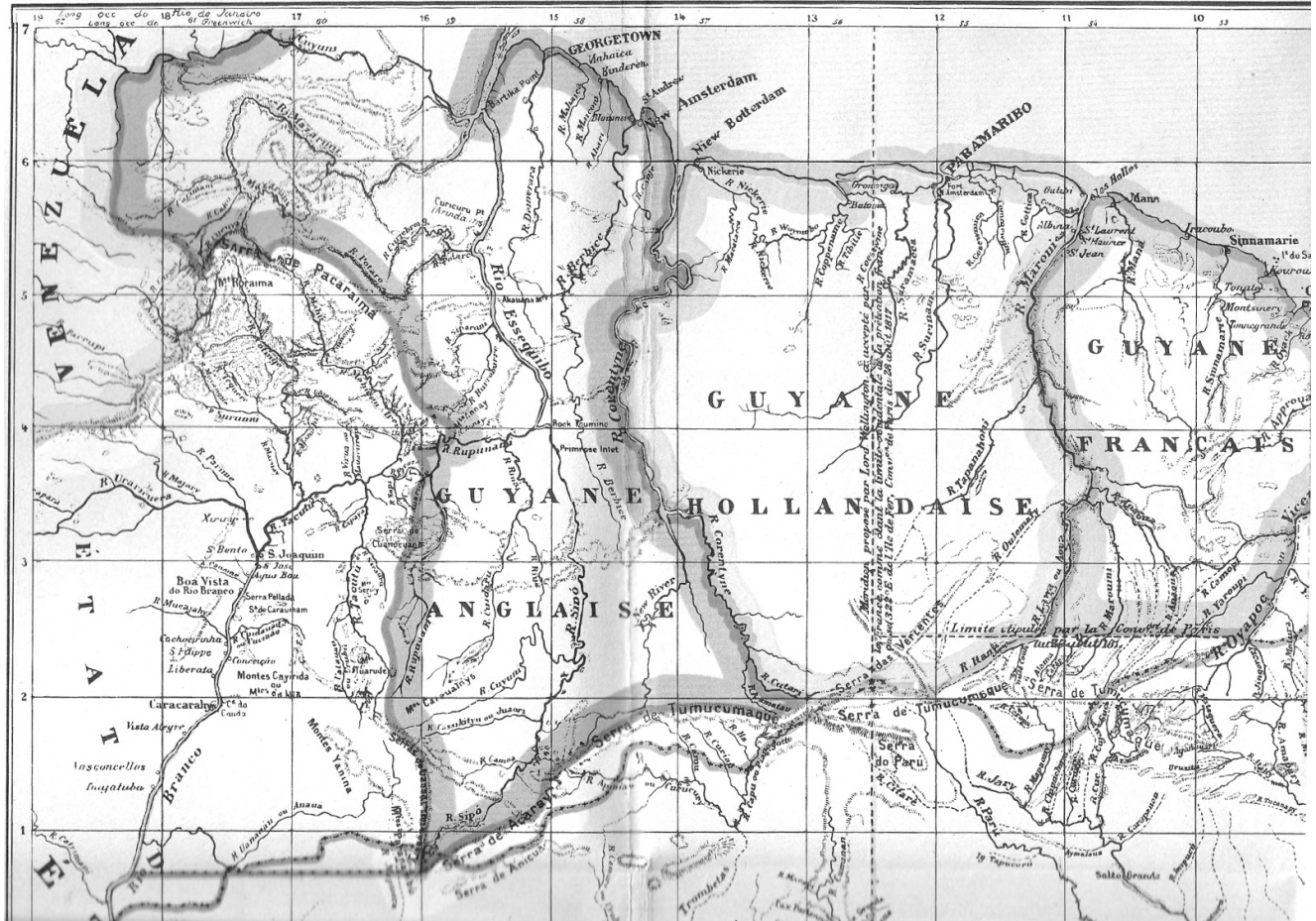
Mapa 2 - Região Do cassiquiare



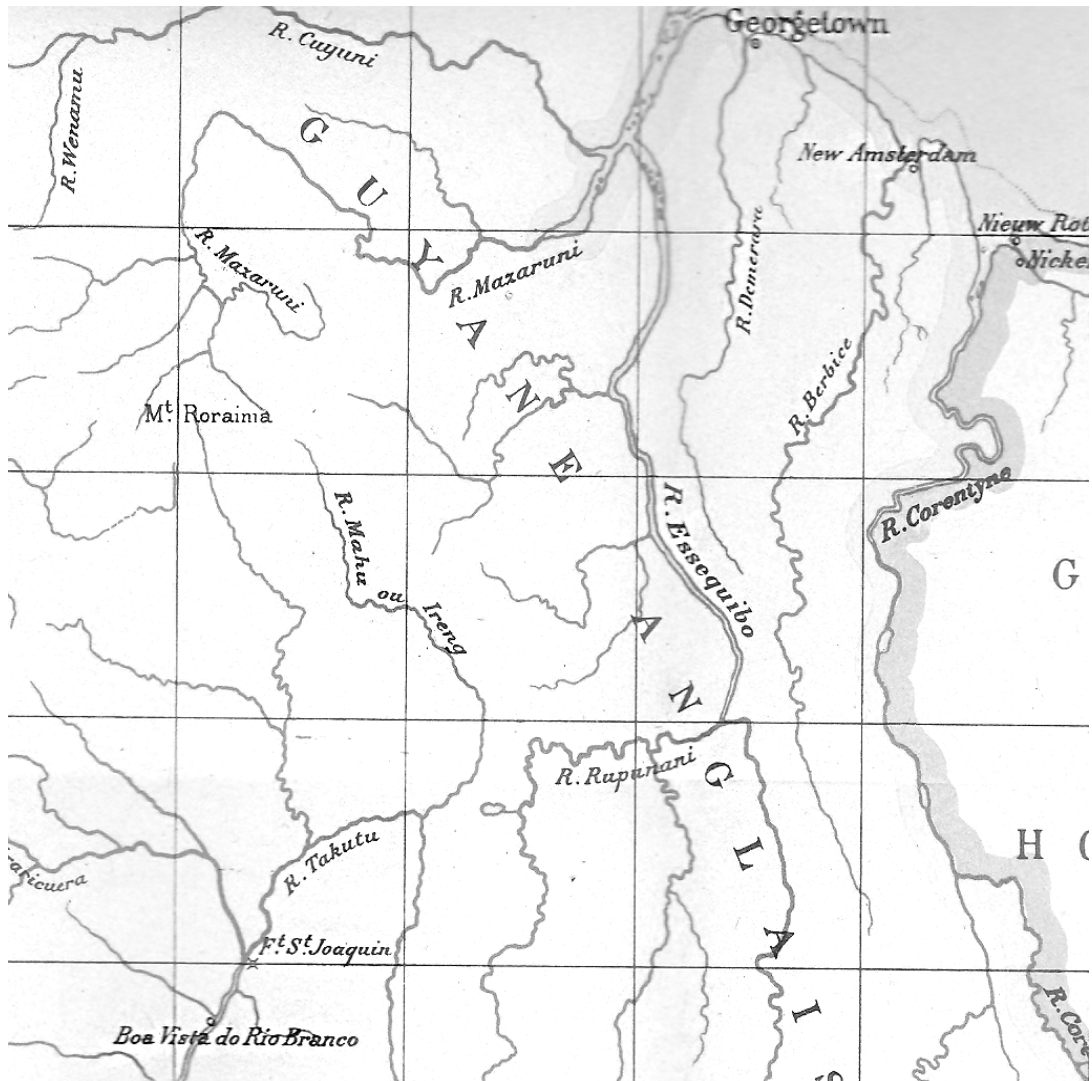
Mapa 3 - Prologamentos Brasil -Venezuela-Guiana



Mapa 4 – Brasil , Venezuel a e as Guianas



Mapa 5 – Região do Mazaruni



ANEXO 2 - LISTA DE DOCUMENTOS BRASILEIROS UTILIZADOS

Ofícios/Despachos (século 19)

Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 3-12-1842; Lisboa a Carneiro Leão, ofícios, 2-4-1843; 20-4-1843; 31-5-1843; 24-6-1843; 26-08-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 23-34.

Lisboa a Carneiro Leão, ofício, 31-5-1843; AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 31

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 24-10-1843; AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 49.

Oliveira Coutinho a Lisboa, despacho, 31-5-1842, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 21.

Lisboa a Carneiro Leão, ofício, 4-10-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 43; 44.

Lisboa a Soares de Souza, ofícios, 24-10-1843; 25-11-1843; 1-12-1843. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 58-61.

Lisboa a Ferreira França, ofício, 3-09-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 91.

Soares de Souza a Lisboa, despacho, 18-11-1843. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 57.

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 2-03-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 76.

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 4-04-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 91.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 9-07-1855. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 426-428.

Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 135.

“Câmara dos Deputados, 11 de julho de 1862, Orçamento dos Negócios Estrangeiros”. In FRANCO, Álvaro da Costa. Com a palavra, o visconde do Rio Branco: a política exterior no parlamento imperial. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 246.

“Parecer de 3 de fevereiro de 1858”. O CONSELHO DE ESTADO e a política externa do Império: consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros: 1858-1862. Rio de Janeiro: CHDD; Brasília: FUNAG, 2005. p. 19.

Barão do Cairu a Lisboa, despacho, 7-12-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 300

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 10-12-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 305

Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847, AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 350.

Idem.

Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847, AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 350-351.

Soares de Souza a Lisboa, despacho reservado, 20-3-1852. Lisboa a Soares de Souza, ofício, 9-10-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 17-22; 38-39.

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 8-11-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 17-22.

Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 6-12-1852, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 57-58.

Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 21-2-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 75-77.

Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 4-3-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 83-84.

Lisboa a Soares de Souza, memória, 16-7-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 137-156

Lisboa a Soares de Souza, ofício reservado, 7-5-1853, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 104-107.

Soares de Souza a Lisboa, despacho reservado, 11-7-1853, AHI 271/04/21. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 129.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofícios reservados, 2-3-1853, 5-4-1854; ofício 5-7-1854. AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 319; 323; 356.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício confidencial, 4-8-1854, AHI 271/04/19. In CADERNOS do CHDD, ano 8, número 14. Brasília: FUNAG, 2009. p. 372-380.

Lisboa a Limpo de Abreu, despacho, 15-2-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 209.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 6-09-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 210.

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 12-04-1844. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 93.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 6-09-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 158.

Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 135

Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 20-10-1846. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 306

Lisboa a Oliveira Coutinho, ofício, 17-7-1847. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 346

Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 19-01-1847. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 313.

Lisboa ao Barão do Cairu, ofício, 19-01-1847. AHI 208/03/25. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 315.

Lisboa a Soares de Souza, ofício, 15-1-1844. Lisboa a Ferreira França, ofício, 12-7-1845.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 24-7-1846. AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 68; 135; 253.

Lisboa a Limpo de Abreu, ofício, 4-6-1846, AHI 208/03/24. In CADERNOS do CHDD, ano 7, número 13. Brasília: FUNAG, 2008. p. 235.

Ofício/despachos (século 20)

Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, reservado, n° 168, 5-5-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, n° 187, 11-5-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, ofício, nº 213, 3-6-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

Embaixada Brasil Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 43, 10-11-1964. AHI, Livro, ofícios, ano 1964.

Divisão da Amazônia para SGAAA, Memorando, reservado-urgente, 13-7-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

DAM para SGAAA, Memorando, reservado-urgente, n 85, 16-6-1967. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1967.

Informe sobre a instalação definitiva do Itamaraty em Brasília, circular, n 8427, 30-12-1969.
Circular n 8427, 30-12-1969. AHI, Brasília,

Secretos

Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama secreto-urgente, n 19, Caracas, 17-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama secreto-urgente, n 23, 18-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama secreto-urgente, n 23, 17-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama secreto, n 38, 21-3-63. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Correa do Lago a Hermes Lima, ofício secreto-urgente, n 84, 7-3-63; Correa do Lago a Secretaria de Estado, Telegrama secreto, n 36, 12-3-63. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Correa do Lago a Hermes Lima, ofício, secreto-urgente, n 98, 15-3-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Correa do Lago a Evandro Lins e Silva, ofício, Secreto, n 221, 6-7-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Ofício, secreto, nº 123, 11-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/ Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto, nº 43, 14-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/ Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 39, 15-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/ Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto, nº 44, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Pasta Confidenciais, Maço 920 (42) (45).

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 44, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 40, 16-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Secretaria de Estado para Embaixada Brasil Caracas, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 47, 18-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, maço 920, ano 1964.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgentíssimo, nº 47, 19-4-1964. AHI, Brasília. Pasta Secretos, Brasil-Venezuela/Pasta Confidenciais, maço 920, ano 1964.

Embaixada Brasil Caracas para Secretário de Estado, Telegrama Secreto, nº 286, 14 de setembro de 1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto, nº 92, 7-5-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgente, nº 115, 20-5-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto-urgente, nº 189, 21-7-1967. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, Secreto, nº 380, 10-11-1967; AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1967.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, secreto, nº 305, 29-8-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Caracas, despacho, Telegrama secreto, n 455, 24-9-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama Secreto nº 693, 12-11-1968. AHI, Brasília. Pasta Secretos, maço único, Brasil-Venezuela, ano 1968.

Memorandum, DAM II, urgente, n 213, 11-12-1975. AHI, Brasília, Pasta Secretos, maço 300.2 (B46) 605.51 (B35).

Confidenciais

Simas Magalhães a Araújo Castro, Telegrama confidencial, n 286, Caracas, 29-8-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela.

Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama confidencial-urgente, n 18, Caracas, 16-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Secretos, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Correa do Lago para Secretaria de Estado, Telegrama confidencial-urgente, n 21, 17-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Correa do Lago para Hermes Lima, Telegrama confidencial, n 63, 20-2-1963; Correa do Lago para Hermes Lima, Telegrama confidencial, n 77, 27-2-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, despacho, confidencial-urgente, n 27, 21-2-63. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, despacho confidencial, n 36, 13-3-63. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, despacho, Confidencial, 7-6-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil Caracas, despacho, confidencial, 17-5-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Correa do Lago a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 74, 22-5-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil em Caracas, despacho, confidencial, 7-6-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Simas Magalhães a Araújo Castro, ofício, confidencial, n 286, 29-8-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Sousa Gomes a Araújo Castro, ofício, confidencial, DAJ/72/645, Rio de Janeiro, 12-8-1963. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 600 (45).

Embaixada Brasil em Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 96, 14-3-64. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 920 (42) (45).

Embaixada Brasil Caracas a Secretaria de Estado, ofício, n 103, 25-3-1964. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Brasil-Venezuela. Maço 920 (42) (45).

DAM para Secretaria Geral Adjunta de Assuntos Americanos, Memorando, reservado, 20-12-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1966.

Consulado Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 379, 6-9-1966. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 920, Ano 1966.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado Telegrama, confidencial, n 144, 26-4-1968. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Embaixada Brasil Georgetown para Secretaria de Estado, carta-telegrama, confidencial, n 48, 3-1-1969. Pasta Confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Buenos Aires, despacho telegráfico, confidencial, n 723, 16-10-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 383, 9-11-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgente, n 710, 19-11-1968. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1968.

Secretaria de Estado a Embaixada Brasil Washington, carta-telegrama, confidencial, n 4, 20-1-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 413, 10-7-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 448, 25-7-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Embaixada Brasil Caracas para Secretaria de Estado, Carta-Telegrama, confidencial, n 56, 2-4-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Divisão de Amazônia para SGAAA, Memorando, reservado, n 87, Brasília, 22-5-1969. AHI, Brasília, Pasta confidenciais, maço 600 45, ano 1969.

Ouro Preto à Secretaria de Estado, ofício, n 86, 1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Ouro Preto à Secretaria de Estado, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Ouro Preto à Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Ouro Preto à Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 397, 11-11-70. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Memorando, Dam, n 43, 1-7-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, Dam, urgentíssimo, n 70, 7-12-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 88, 5-3-71 Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 81, 2-3-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Ouro Preto ao MRE, confidencial, n 97, 8-3-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Pereira Cardoso ao MRE, telegrama, confidencial, n 212, 12-5-71, AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Pereira Cardoso ao MRE, telegrama, confidencial, n 245, 21-5-71, AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Pereira Cardoso ao MRE, telegrama, confidencial, n 251, 28-5-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Ouro Preto a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 435 437, 2-11-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

Correa da Costa a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, s/n, Londres, 8-6-1972. AHI, Brasília, Maço Confidenciais, 811.

Memorando, Dam, n 24, 7-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, Dam, n 26, 13-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DPR, s/n, 30-4-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Ata final das conversações econômicas brasileiro-venezuelanas, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Declaração conjunta, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, intercâmbio comercial, s/n, maio de 1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900 (B46) (B35).

Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, telegrama, confidencial-urgente, n 633, 1-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Gibson Barbosa a La Salvia, carta, 10-7-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Embaixada Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgente, 4-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Ata final das conversações econômicas brasileiro-venezuelanas, Brasília, 20-5-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Declaração Conjunta. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, Maço 600 (45), ano 1973.

Memorando, confidencial, DAM II, n 84, 24-7-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811. Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 927, 20-8-1973.

Memorando, DAM II, n 108, 21-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DCT a DCult, s/n, 31-8-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, Dam, s/n, 14-11-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 267, 3-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 318, 5-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM II, confidencial-urgente, n 35, 8-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 471, 25-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 480, 28-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM II, s/n, 7-5-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM II, confidencial, n 29, 23-7-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Despacho ao Memorando DPF/29, confidencial, 23-8-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama confidencial, n 982, Caracas, 2-9-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, n 665, 3-9-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM II, confidencial-urgente, n 42, 25-4-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Santos Lima a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 1063, Caracas, 30-09-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Santos Lima a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 1099, Caracas, 10-10-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DPF, n 40, 11-10-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado para Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 491, 3-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama confidencial, n/i, Caracas, março de 1975; AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, Caracas, 12-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 81, 29-1-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Santos Lima a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, 21-1-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n/i, Caracas, 12-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 208, Caracas, 20-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Santos Lima a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n/i, Caracas, 1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Memorando, DRA, n 59, 30-6-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Pinheiro a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 554, Buenos Aires, 22-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício confidencial, n 622, Caracas, 31-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial-urgente, n 191, Caracas, 21-3-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Secretaria de Estado para Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 554, 23-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado a Embaixada Caracas, despacho telegráfico, confidencial, n 233, 7-4-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 477, 14-6-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM II, n 120, 14-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial-urgente, n 690, Caracas, 20-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, ofício, confidencial, n 31010, Caracas, 16-9-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

]Relatório da visita a Caracas, Venezuela, 9 a 12 de setembro de 1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, confidencial-urgente, n 174, 15-10-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, numero ilegível (ni), Caracas, 5-2-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Silveira a Geisel, memorando, confidencial-urgente, n 323, 17-10-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, número ilegível (ni), Caracas, 4-11-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, DAM-II, confidencial-urgente, n 197, 17-11-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

Memorando, DAA, n 97, 23-7-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Secretaria de Estado a embaixada Caracas, despacho Telegrama, confidencial, n 612, 14-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Guilhon a Secretaria de estado, Telegrama, confidencial, n 548, Lima, 23-6-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 823, Caracas, 21-8-1975. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgente, n 678, Caracas, 29-6-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, oficio, confidencial, n 227, Caracas, 12-3-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 415 Caracas, 14-4-1976.

Silva Mota, Telegrama, confidencial, n 225, Caracas, 10-3-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Despacho Telegráfico, confidencial-urgente, n 434, 28-5-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811 (L 000 F 08).

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgentíssimo, n. 511, Caracas, 26-5-1976. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 613, Caracas, 23-11-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, Dam, n 94, 19-12-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Ouro Preto à Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 48, 27-1-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 920.

Memorando, Dam, s/n, 2-7-1970. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Pereira Cardoso ao MRE, Telegrama confidencial, n 197, 8-6-71. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

Memorando, Dam, n 65, 6-7-1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando, Dam, n 87, setembro, 1971. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Despacho ao Memorando, Dam n 92, 19-12-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Despacho ao Memorando, Dam n 92, 5-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Ouro Preto a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial, n 236, 25-4-1972. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 600 (45).

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 102, 24-1-1973. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Embaixada Georgetown para Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgentíssimo, n. 151, s/d. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

Memorando confidencial, DAM II, n. 144, 11-12-1973. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

Hadock Lobo a Secretaria de Estado, Telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 22, 26, 27 e 32, Caracas, 9-1-1974.

Secretaria de Estado a embaixada Caracas, despacho Telegráfico, n 27, 11-1-1974. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 900.

Memorando, DAM II, s/n, 25-4-1974. AHI, Brasília, Pasta Secretos, maço 864.2 (B46) (B35).

Despacho Telegráfico, n 306, 14-8-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Despacho DPR ao Memorando confidencial DAA-120, 20-11-1978, 30-11-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811.

Memorando para Secretário-Geral, DAA, confidencial, n 120, 20-11-1978. AHI, Brasília, Pasta Confidenciais, maço 811

Memorando Confidencial da DAA para Secretario Geral, n 079, 17-8-1979. AHI, Maço Confidenciais, 811L000-F08.

Embaixada Brasil a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 696, Caracas, 1-8-1979. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 706, Caracas, 1-8-1979. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 329, 15-4-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 127, 29-2-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 352, 22-4-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 76, 25-1-1980. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Embaixada do Brasil Caracas a Secretaria de Estado, telegrama, confidencial, n 845, 18-9-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil Caracas a, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n 522, 29-10-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil Caracas a, telegrama, confidencial-urgentíssimo, n/i, 17-11-1981. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Brasaladi para Secretaria de Estado, telegrama, confidencial-urgente, 17-11-81. AHI-MRE, Maço Confidenciais, 811.

Memorando confidencial da Secretaria de Estado para DRA, n 17, 10-2-82. AHI-MRE, Maço Confidenciais, 811.

Secretaria de Estado para Brasaladi, telegrama confidencial-urgentíssimo, n 69, 4-3-82. AHI-MRE, Maço Confidencial, 811.

Secretaria de Estado a Embaixada do Brasil Caracas a, telegrama, confidencial-urgente, n 369, 25-1-1983. AHI, Maço Confidenciais, maço 811.

Secretaria de Estado a Embaixada México, Telegrama, confidencial, n 35, Georgetown, 23-9-1991. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

Secretaria de Estado a Embaixada Venezuela, Telegrama, confidencial, n 35, 28-3-1991. AHI, Brasília, Pasta Secretos.

ANEXO 3 - LISTA DE DOCUMENTOS VENEZUELANOS UTILIZADOS

Oficios, despachos, telegramas (secretos, confidenciales e ostensivos)

Wilson a Manrique, comunicação, n 29, 17-08-1846. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año XIII, n 13, 2007. Caracas, Venezuela. p. 28-37.

Pereira Leal a Gutiérrez, nota, 20-12-1856. ACMRE, Archivo Antigo, Brasil, 1845-1912. In “Relaciones Diplomáticas entre Venezuela y Brasil (1843-1997)”. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 14.

Gutiérrez a Pereira Leal, nota confidencial, 8-1-1857. ACMRE, Archivo Antigo, Brasil, 1845-1912. In “Relaciones Diplomáticas entre Venezuela y Brasil (1843-1997)”. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 15.

“Miguel Tereja Rodriguez, Presidente de la Comisión Demarcadora de Límites con Brasil y primer encargado de Negocios de Venezuela en Brasil”. BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 273-275.

“Observaciones sobre el tratado de límites con el Brasil y la necesidad de reverlo”, informe, Caracas, 29-5-1879. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 275-277.

Barberii a Tereja Rodriguez, instrucciones, 10-7-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 280.

“Planteamientos hechos por nuestro país sobre la región que cubre el rio Ysana”. Tereja Rodriguez a Guzmán Blanco, carta, Maroa, 2-3-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 282.

Tereja Rodriguez a Viso, nota oficial, n 38, Maroa, 31-5-1879. In BOLETÍN del archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 285.

“Anulación e invalidación por el gobierno del Brasil de la acta de la 3ª Conferencia”. Tereja Rodriguez a Saavedra, informe, 29-11-1880. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 290.

Saavedra a Tereja Rodriguez, instruções, Caracas, 1-2-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 16.

“Sobre el estado de la reclamación hecha em relación al Ysana y al Yupurá”. Tejera Rodriguez a Seijas, nota oficial, Rio de Janeiro, 4-6-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 313.

Luis de Sousa a Tejera Rodriguez, nota oficial, Rio de Janeiro, 17-6-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año 1, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 314.

Tejera Rodriguez a Luis de Sousa, nota oficial, 9-7-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1 Caracas, MRE, 1994. p. 325.

“Sobre el estado de la reclamación hecha en relación al Ysana y al Yupurá”. Tejera Rodriguez a Seijas, nota oficial, Rio de Janeiro, 4-6-1881; “Sobre la negativa del Império brasileiro de celebrar um tratado adicional”.

Tejera Rodriguez a Guzmán Blanco, carta, Rio de Janeiro, 18-7-1881; “Acerca del estado de las conversaciones”. Tejera Rodriguez a Seijas, informe, Rio de Janeiro, 8-8-1881. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 313; p. 333; p. 336.

“Sobre la actitud renuente del gobierno imperial”. Tejera Rodriguez a Seijas, informe, Rio de Janeiro, 11-9-1881. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 339.

Antonio Leocadio a Guzmán Blanco, carta, La Quinta, 23-9-1881. In BOLETÍN DEL ARCHIVO de la Casa Amarilla, Año I, n 1, Caracas, MRE, 1994. p. 343.

Rojas a Pachano, instruções, Caracas, 29-7-1896. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 19.

Sleeper a Paúl, comunicação, Caracas, 20-6-1908. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 385.

Root a Paúl, nota, Washington, 21-12-1908. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 388.

Lovera a Secretaria de Estado, informe, Rio de Janeiro, 29-1-1944; Gabaldón a Parra Pérez, nota, Rio de Janeiro, 26-10-1944. Boletín del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 29-30; p. 34.

Aranha, Discurso, Rio de Janeiro, 4-2-1942. ACMRE, DPI, Brasil, 1942, Exp. n 1. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 30-31.

Costa e Silva a Magalhães, relatório, confidencial, Consulado Caracas, n 379, 6-9-1966. AHI, Confidenciais, maço 920.

Molina Murilo a Parra Pérez, memorandum confidencial, n 8, Consulado Manaus, 23-7-1942. ACMRE, DPI, Brasil, Año 1942, Exp. 17.

Molina Murilo a Parra Pérez, informe confidencial, n 8, Consulado Manaus, 13-1-1945. ACMRE, DPI, Brasil, Año 1945, Exp. s/n .

Rojas a MRE Venezuela, Radiograma, n 112, 31-10-1945. Nota, n 2197, 1-11-1945. ACMRE, DPI, Brasil, Ano 1945, Exp. s/n .

Pulido Mendez a Carlos Morales, informe, n 93, Rio de Janeiro, 23-2-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. s/n.

Barrios a Saint-Brisson, nota, n 2725, Caracas, 11-11-1947. ACMRE, Dirección General, Brasil, 1947, Exp. n 111. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 35.

Molina Murilo a Morales, oficio, n 124, Manaus, 23-4-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947.

Pulido Mendez a Morales, oficio, n 322, Rio de Janeiro, 27-5-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

Informe semanal, nota n 510, Embaixada de Venezuela, Rio de Janeiro, 4-8-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

Embaixada RJ a MRE Venezuela, informe, n 357, 3-6-1947; Embaixada Lima a MRE Venezuela, informe, 22-10-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

Embaixada Washington a MRE Venezuela, nota confidencial, n 1777, 25-5-1946; Morales a Embaixada Washington, despacho, 2167, 17-6-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. s/n. Bolívia MRE a Girón, oficio reservado, n155, La Paz, 18-6-1947; Memorandum, Briceño, 23-7-1947. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 400.

Briceño a Morales, oficio 2105, Caracas, 28-6-1947; Briceño a MRE Venezuela, radiograma, n 70, 3-7-1947; Exteriores a Briceño, despacho estrictamente confidencial, n 3038, 3-7-1947; Exteriores a Briceño, despacho estrictamente confidencial, n 3038, 3-7-1947. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 400.

Telegrama, Morales a Presidente da Junta, 27-8-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 400.

Gómez Ruíz a Saint-Brisson, nota, n 311, Caracas, 15-2-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1948, Exp. 471. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 37-38.

Alfaro a Flamerich, oficio, n 892, Rio de Janeiro, 21-10-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1949, Exp. s/n.

Alfaro a Flamerich, oficio, n 951, Rio de Janeiro, 4-11-1949. ACMRE, DPI, Brasil, 1949, Exp. s/n.

Molina Murilo a Parra Pérez, informe confidencial, n 8, Manaus, 13-1-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n.

Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 16, Manaus, 20-1-1945; Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 26, Manaus, 31-1-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n. Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 338, Manaus, 10-11-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 198, Manaus, 6-6-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Molina Murillo a Parra Pérez, informe, n 150, Consulado Manaus, 16-6-45. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n.

Molina Murilo a Parra Pérez, informe, n 130, Consulado Manaus, 19-5-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1945, Exp. s/n. Memorandum, Dirección de Consulados para DPI, n 862, 1-2-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Molina Murilo a Rojas, informe, n 286, Consulado Manaus a Embaixada no RJ, 15-10-1945. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Pulido Méndez a MRE Venezuela, informe, n 162, Rio de Janeiro, 31-3-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Duarte a Lemos, informe, Caracas, 13-6-1945; Duarte, Memorandum, Caracas, 23-10-1946. ACMRE, DPI, Brasil, 1946, Exp. 197.

Picón Salas a MRE Venezuela, nota, n 846, Bogotá, 7-11-1947. MRE Venezuela a Embaixada Bogotá, despacho, Caracas, 17-11-1947. ACMRE, DPI, Brasil, 1947, Exp. 566.

Alfaro a Exteriores, informe, n 216, Rio de Janeiro, 18-3-1952. ACMRE, DPI, Brasil, 1951, Exp. 106.

Casas Briceño a Otañez, informe, n 29, Rio de Janeiro, 17-1-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

Gallegos Medina, Discurso, Rio de Janeiro, 1953. BCMRE, Memória MREV, 1953, pp. 146-148. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 39-40.

Gallegos Medina a Otañez, informe, s/n, Rio de Janeiro, 27-10-1953 (data registro no MRE). ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

Gallegos Medina a Otañez, informe, 172, Rio de Janeiro, 27-2-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

Gallegos Medina a Otañez, informe, 814, Rio de Janeiro, 17-9-1953. ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n. Gil Borges a Otañez, informe confidencial, n 45, LaPaz, 18-2-1954. Gallegos

Medina a Otañez, informe, 172, Rio de Janeiro, 27-2-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

Gallegos Medina a Otañez, informe, 835, Rio de Janeiro, 6-9-1954; “Profunda impresión”. El universal, 24-8-1954. ACMRE, DPI, Brasil, 1954, Exp. s/n.

Castellano a Exteriores, informe, n 320, Consulado Rio de Janeiro, 9-9-1954; Carnevali a Otañez, informe, n 1030, Rio de Janeiro, 10-8-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 8.

Carnevali a MRE Venezuela, Radiograma, n 203, Rio de Janeiro, 19-9-1955; Cardot a MRE Venezuela, Radiograma, n 383, Bogotá, 24-9-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 8 e Exp. 10.

CARLOS, Newton. “Pacto militar entre Odria e Jiménez põe em perigo a paz no continente”. Tribuna da Imprensa, 19-9-55

Gallegos Medina a Otañez, informe, s/n, Rio de Janeiro, 27-10-1953 (data registro no MRE).

Ofício Embaixada Venezuela RJ, n 1249, 23-9-55. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10;

Carnevali a MRE Venezuela, Radiograma, n 252, Rio de Janeiro, 11-11-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

Carnevali a Exteriores, informe, n 1457, Rio de Janeiro, 12-11-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

Carnevali a MRE Venezuela, Informe, n 1529, Rio de Janeiro, 25-11-1955. ACMRE, DPI, Brasil, 1955, Exp. 10.

Carnevali a Arismendi, informe, n 658, Rio de Janeiro, 18-5-1956; ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 20.

Embaixada Washington a MRE Venezuela, informe, AFF n 18, 15-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1956, Exp. 318.

Carrillo a Arismendi, informe confidencial-urgente, n 67, Rio de Janeiro, 23-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 1154, Rio de Janeiro, 16-1-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 708, Rio de Janeiro, 25-7-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Carrillo a Arismendi, informe, n 205, Rio de Janeiro, 5-8-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Carrillo a Arismendi, informe, n 1158, Rio de Janeiro, 16-11-1957. ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 312.

Carrillo a Arismendi, informe confidencial, n 1171, Rio de Janeiro, 18-11-1957.ACMRE, DPI, Brasil, 1957, Exp. 63.

Gallegos Medina a Arismendi, informe, n 911, Rio de Janeiro.ACMRE, DPI, Brasil, 1953, Exp. s/n.

Picón Salas a Sola, informe, n 1005, Rio de Janeiro, 9-9-1958.ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

Embaixada Rio de Janeiro a MRE Venezuela, informe, n 1289, 25-11-1957. Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

Picón Salas a Sola, informe, n 1322, Rio de Janeiro, 6-12-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n

France Press New York, 21400-21405-21410, 28-1-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n.

Carrillo a Velutini, nota confidencial, n 90, Rio de Janeiro, 6-2-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. s/n.

Picón Salas a Sola, nota confidencial, n 672, Rio de Janeiro, 11-6-1958.ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Picón Salas a Sola, nota confidencial, n 668, Rio de Janeiro, 7-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Secretaria MRE Venezuela aDPI, s/n, 20-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Memorandum, secreto, s/n, Caracas, 26-6-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Memorandum, René de Sola, 11-7-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Sobre a OPA: Exp. 505, aide-memoire da OPA.

Picón Salas a De Sola, n 935, 26-8-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Picón Salas a de Sola, informe confidencial, n 1014, 10-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Memorandum, René de Sola, Despacho del Ministro, 11-7-1958 ; Sobre a opinião da Venezuela em relação a OPA ver Salas a De Sola, informe, n 832, 31-7-1958;

Salas a de Sola, informe, n 1193, 30-10-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Picón Salas a de Sola, informe, s/n, 16-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Embaixada Washington a MRE Venezuela, informe, n 1168, 6-5-59; Picón Salas a MREV, informe, n 998, 5-9-1958. ACMRE, DPI, Brasil, 1958, Exp. 505.

Velutini a Sparks, notas cruzadas, Caracas, 17-5-1958. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano VI, n 6, Caracas, MRE, 1999. p. 424.

Andrés Paul a Arcaya, informe, n 178, Rio de Janeiro, 3-2-1960; ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173, pieza 2, caja 15, tramo 8.

Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271. Nota, sem referêncía, ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Enrique Vargas a Arcaya, informe, n 368, Consulado Venezuela em Georgetown para MRE Caracas, 2-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Memorandum s/r, 19-2-1960; Ayala Garcia a Rey, Dirección General a DPI, informe, n 3771, 16-5-1960; Ministerio de la Defensa a MRE Venezuela, informe, n 625, 3-5-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Memorandum s/r, 23-6-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Diaz Sanchez a Arcaya, informe confidencial, n 901, Rio de Janeiro Domingo, 22-7-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 271.

Marchán a Dao, informe, n 1250, Rio de Janeiro, 14-10-1960. ACMRE, DPI, Brasil, 1960, Exp. 173.

Informe, s/n, estritamente confidencial, 27-12-1960. ACMRE, DI, Brasil, 1961, Exp. 32, caja 5, tramo 5.

Mario Diaz a Falcon Briceño, personal confidencial, 8-2-61. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe confidencial, 6-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe confidencial, s/n, Rio de Janeiro, 6-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Salcedo-Bastardo a Falcon Briceño, informe estrictamente confidencial, n 546, Rio de Janeiro, 16-6-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Salcedo-Bastardo a Falcón Briceño, informe confidencial, n 651, Rio de Janeiro, 9-8-1961. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Salcedo-Bastardo para Falcón Briceño, ofício confidencial, n 736, Rio de Janeiro, 11-11-61. ACMRE, DPI, Brasil, 1961, Exp. 63-1, caja 8-1, tramo 6.

Briceño Linhares a Falcón Briceño, informe secreto, n 171, Defesa a Exteriores, Caracas, 15-2-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

Salcedo-Bastardo a Mariano Medina Febres, informe, n 498, Rio de Janeiro, 30-5-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

Salcedo-Bastardo a Dao, informe político, n 1009, Rio de Janeiro, 14-11-1962. ACMRE, Brasil, 1962, Exp 57, caja 1, tramo 10.

Anibal Dao a Correa do Lago, oficio C-307, Caracas, 25-2-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

Memorandum, s/n, Caracas, RC/jmc, 11-3-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

Leandro Mora a Hermes Lima, Telegramaograma urgente, 30-5-1963. ACMRE, Brasil, 1963, caso Anzoátegui, Exp. 186, caja 1, tramo 11.

Memorandum, s/r, AI, 10-4-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, ruptura de relaciones, Expediente R-1-b, pieza 120.

Borges a Correa do Lago, nota, C-468, Caracas, 17-4-1964. In BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Ano V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 41.

Memorandum, n 326, 6-9-67; ACMRE, informes periódicos, Brasil, 1967, Exp. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19.

Sanches Tirado a Borges, informe confidencial, n 332, 3-4-64; ACMRE, DPI, ruptura de relaciones, Expediente R-1-b, pieza 120, 1964.

Jose Ramon Dovale, DPI a Alberto Lossada Casanova, Embaixada Lima, informe 10853, 30-12-1965. ACMRE, DPI, Brasil, 1965, Exp. 3-2, caja 1, tramo 12.

Consulado Venezuela Rio de Janeiro para Exteriores, informe, n 1320, 10-11-1965. ACMRE, DPI, Brasil, 1965, Exp. 3-2, caja 1, tramo 12.

Pena Vásquez a Borges, informe confidencial, Rio de Janeiro, 30-11-1965; DCEC a DPI, nota 302-d, Caracas, 23-2-1966. ACMRE, informes periódicos, Brasil, 1967, Exp. Brasil 1-2, caja 2, tramo 19.

Consulado Venezuela Belém a DPI, informe 195, 27-5-66. Consulado Venezuela Manaus a Exteriores, informe, n 140, 2-9-1966. Consulado Venezuela Manaus a Exteriores, informe, n 168, 9-11-1966. ACMRE, DPI, Brasil, 1966, Exp. Brasil-2, caja 2, tramo 16.

Gerbasi a Borges, informe, n 626, Buenos Aires, 30-6-1966. ACMRE, DPI, Brasil, 1966, Exp. Brasil-2, caja 2, tramo 16.

Embaixada Venezuela a Exteriores, informe, n 99-37, Rio de Janeiro, 17-3-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 1, pieza 1.

Magalhães a Borges, nota, Rio de Janeiro, 30-12-1966. BOLETÍN del Archivo de la Casa Amarilla, Año V, n 5, Caracas, MRE, 1998. p. 42.

Escalante a Calvani, informe, en-p-02/968, 23-7-70. ACMRE, DPI, Brasil, 1970, Exp. 1.

Croce a Calvani, informe, JN-G-04/1420, 19-11-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, ano 1971.

Croce a Calvani, informe, n JM-G-04/1578, Rio de Janeiro, 24-12-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

Croce a Calvani, informe, 1399, Rio de Janeiro, 17-11-71. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

Embaixada Venezuela ao MRE, informe, confidencial, n. EN 33/1162, Rio de Janeiro, 22-8-1969. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

Croce a Zambrano Velasco, nota, confidencial, n C-P-04/596, Rio de Janeiro, 12-5-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

Croce a Calvani, informe, confidencial, sem número (s/n), Rio de Janeiro, 20-4-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-70, ano 1970.

Dirección General, "Punto de Cuenta", confidencial, número ilegível (n/i), Caracas, 8-5-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

Croce a Calvani, informe, confidencial, sem número (s/n), Rio de Janeiro, 20-4-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-70, ano 1970.

Leandro Mora a Hermes Lima, Cablegrama, n 283, 7-6-1963; ACMRE, Brasil, 1963, Caso Anzoátegui, Exp. 186.

Sanches Tirado a Leandro Mora, informe, confidencial, n 525, 11-6-1963. ACMRE

División de Política Internacional a División de Asuntos Interamericanos, memorandum, s/n, Caracas, 4-9-64. ACMRE, DPI, Brasil, 1964, golpe de Estado, Exp. 120, pieza 1, caja 1, tramo 13.

Vasquez a Borges, Consulado Venezuela a Exteriores, informe 134, 3-5-1967. ACMRE, DPI, Brasil, 1967, Exp. 1, pieza 1.

Salvano Chacón Escalante, Encarregado de Negócios, ao Chanceler Aristides Calvani, informe, confidencial, número ilegível (n/i), Rio de Janeiro, 1969. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

Embaixador Luis Croce ao Chanceler Aristides Calvani, informe, confidencial, n c-c-10/364, Rio de Janeiro, 19-3-1970. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-70, ano 1970.

Croce a Calvani, informe, n JM-G-04/1578, Rio de Janeiro, 24-12-1971. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

Chiriboga a Croce, Despacho Telegráfico, s/n, Caracas, 25-01-1972. ACMRE, DPI, Brasil, Exp. 1-1-71, pieza 2, ano 1971.

Embaixada Venezuela a Exteriores, nota 1601, 30-12-71. ACMRE, DPI, expediente 1-1-71, pieza 2, informes periódicos, ano 1971.

ANEXO 4 – ARTIGOS DE JORNAIS BRASILEIROS E VENEZUELANOS CONSULTADOS

Os jornais brasileiros consultados foram compilados na Biblioteca do Senado Federal do Brasil e foram encontrados na documentação diplomática do Itamaraty e da Casa Amarela. Os jornais venezuelanos consultados foram selecionados da documentação diplomática do Itamaraty e da Casa Amarela.

Jornais e revistas brasileiros

Jornal do Brasil

“Estacionária a situação na Guiana Inglesa”. *Jornal do Brasil*, 18-10-1953;

“Angústia”. *Jornal do Brasil*, 12-3-1966.

“Médici diz que Brasil não quer hegemonia”. *Jornal do Brasil*, 30-12-71.

“Opção pacífica”. *Jornal do Brasil*, 29-12-71;

Candidato de Pérez Jimenez deixa eleições. *Jornal do Brasil*, 10 de dezembro de 1973.

Oposição e governo proclamam vitória em Caracas. *Jornal do Brasil*, 11 de dezembro de 1973.

Andrés Pérez promete usar petróleo. *Jornal do Brasil*, 12 de dezembro de 1973.

Pérez espera visita de Geisel a Caracas. *Jornal do Brasil*, 21 de novembro de 1977. p. 5.

Comunicado não se refere à democracia. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977. p. 20.

Pérez acorda cedo e recebe 40 estudantes venezuelanos. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977. p. 20.

Pérez diz que Venezuela defenderá aumento no preço do petróleo. *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1977. p. 16.

Presidente da Venezuela diz que no Rio se sente entre seu povo. *Jornal do Brasil*, 19 de novembro de 1977.

Brasília esperava quebrar gelo com Caracas desde 1976. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977. p. 16.

Pérez acorda cedo e recebe estudantes venezuelanos. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

Abertura, o melhor resultado da visita. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

A breve aventura do vice-rey de Granada. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

Presidentes assinam nota conjunta de tom político. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

Vitalidade de Pérez causou surpresa a todos. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

Presidente não se preocupa com notícias de guerrilha. *Jornal do Brasil*, 20 de novembro de 1977.

“O chanceler Saraiva Guerreiro em Caracas”. *Jornal do Brasil*, 22-7-1979.

“Chanceler defende integração”. *Jornal do Brasil*, 6-11-1979;

“Brasil e Venezuela acertam cooperação na área nuclear”. *Jornal do Brasil*, 26-7-1979.

“Figueiredo tira César Cals de comitiva que vai a Venezuela”. *Jornal do Brasil*, 31 de outubro de 1979.

“Sarney recebe Lusinchi em São Luís”. *Jornal do Brasil*, 9-10-1988.

Correio Braziliense

O dia da independência na Venezuela. *Correio Braziliense*, 3 de julho de 1974.

Pérez: Estudante deve fazer política. *Correio Braziliense*, 20 de novembro de 1977.

Brasil comprará mais óleo venezuelano. *Correio Braziliense*, 20 de novembro de 1977.

“Descoberta recíproca”. *Correio Braziliense*, 9-11-1979.

“Presidente sai à rua quebrando protocolo”. *Correio Braziliense*, 8-11-1979;

Correio Braziliense, 7-11-1979. *Correio Braziliense*, 9-11-1979.

“A mudança de eixo da política exterior brasileira”. *Correio Braziliense*, 7-11-1979.

“Brasil e Venezuela querem maior união”. *Correio Braziliense*, 3-9-1982

“Galveas tenta elevar vendas à Venezuela”. *Correio Braziliense*, 9-6-1983.

“Lusinchi reconhece peso do Brasil”. *Correio Braziliense*, 10-4-1986.

“Presidentes comemoram marco na mineração”. *Correio Braziliense*, 10-10-1988.

Folha de São Paulo

Venezuela anuncia grande programa de nacionalizações. *Folha de São Paulo*, 1-5-1974. p. 25.

“Itamaraty prevê litígios entre nações”. *Folha de São Paulo*, 11-2-1979.

“O Brasil busca na Venezuela uma outra alternativa”. *Folha de São Paulo*, 25-7-1979.

“Brasil e Venezuela em busca de novos laços – comunicado acentua a união econômica”. *Folha de São Paulo*, 8-11-1979.

“Brasil admite acordo”. *Folha de São Paulo*, 14-10-1979.

“César Cals não viajará para Venezuela”. *Folha de São Paulo*, 31-10-1979.

“A lição de Caracas”. *Folha de São Paulo*, 9-11-1979.

“Figueiredo vai a Caracas intensificar o diálogo”. Folha de São Paulo, 28-10-1979.
“Venezuela estuda com o Brasil um sistema de trocas”. Folha de São Paulo, 14-7-1983.
“Sarney recebe Lusinchi hoje na Base Aérea”. Folha de São Paulo, 9-4-1986.
“Sarney reúne-se hoje com presidente da Venezuela”. Folha de São Paulo, 9-4-1986.
“Brasil e Venezuela discutem cooperação tecnológica”. Folha de São Paulo, 10-10-1988.

Gazeta Mercantil

“Relacionamento deve manter-se bom”. Gazeta Mercantil, 13-2-1979.
“Leal desejo de entendimento em Caracas”. Gazeta Mercantil, 7-11-1979.
“Reflexos eventuais da ida a Caracas”. Gazeta Mercantil, 1-11-1979.
“Os ajustes do Brasil com a Venezuela”. Gazeta Mercantil, 26-7-1979.
“O que se pode ter com a Venezuela”. Gazeta Mercantil, 27-7-1979.
“Uma zona franca para os investimentos”. Gazeta Mercantil, 12-11-1979.
“Venezuela vende mais óleo ao Brasil”. Gazeta Mercantil, 14-10-1980.
“Alimentos: opção na Venezuela”. Gazeta Mercantil, 25-4-1982.
“Sarney reitera prioridade latina”. Gazeta Mercantil, 10-4-1986. “Cartagena e comércio bilateral serão abordados hoje por presidentes”. Gazeta Mercantil, 9-4-1986.
“Sarney reafirma sua política de entrosamento com os latinos”. Gazeta Mercantil, 16-10-1987;
“A reforma sai logo, garante Sarney”. Gazeta Mercantil, 19-10-1987.
“Empresários de Brasil e Venezuela discutem formas de cooperação”. Gazeta Mercantil, 17-5-1988
“Governos pretendem aumentar os negócios entre Brasil e Venezuela”. Gazeta Mercantil, 18-5-1988. “Visita de Chanceler pretende ampliar as relações comerciais”. Gazeta Mercantil, 16-

Jornal de Brasília

A importância da visita de Andrés Pérez. Jornal de Brasília, 20 de novembro de 1977.
Democracia o caminho comum do continente. Jornal de Brasília, 20 de novembro de 1977.
Integração da América Latina é imperativo de sobrevivência regional. Jornal de Brasília, 20 de novembro de 1977.
“Venezuela será maior parceiro”. Jornal de Brasília, 8-2-1979;
“Figueiredo agradece ajuda da Venezuela”. Jornal de Brasília, 18-10-1980.
“País quer reduzir déficit comercial com a Venezuela”. Jornal de Brasília, 14-12-1980.

“FAB busca brasileiros expulsos na Venezuela”. Jornal de Brasília, 8-12-1979.

“Brasil busca novos mercados”. Jornal de Brasília, 16-3-1984.

“Caracas quer Brasil fora do Essequibo”. Jornal de Brasília, 6-5-1984.

“CNBB pede demarcação da AI”. Jornal de Brasília, 08-08-1991.

O Estado de São Paulo

“Resposta do Governo indiano ao pedido de Cheddi Jagan”. O Estado de São Paulo, 18-10-1953.

“O Itamaraty acéfalo”. O Estado de São Pulo, 17-7-60;

“Reafirma o chanceler que a política externa do país é independente”. Estado de SP, 25-10-61;

“Itamaraty e a OEA”. O Estado de São Pulo, 17-7-60;

“Venezuela: denunciado o apoio do governo brasileiro a Trujillo”. O Estado de SP, 6-12-60

“O Brasil e os hispanoamericanos”. Estado de SP, 5-12-1960

“O hemisfério perante o problema cubano”. Estado de SP, 17-11-61;

Velloso espera bons resultados. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977. p. 8.

São Paulo é prova do futuro da América Latina. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977.

Pérez: Cuba não é mais ameaça para a América Latina. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977.

Liberdade virá com união latino-americana. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977.

Samba, no início e no fim, do dia carioca. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977.

Documento acusa desigualdade. Estado de São Paulo, 20 de novembro de 1977.

“A visita e a provocação”. O Estado de São Paulo, 25-7-1979.

“Brasil e Venezuela, uma nova fase”. O Estado de São Paulo, 28-10-1979.

“Energia e democratização, os assuntos na Venezuela”. O Estado de São Paulo, 10-11-1979.

“Venezuela prende 50 garimpeiros”. O Estado de São Paulo, 11-11-1979.

“Zambrano discute temas da OEA”. O Estado de São Paulo, 3-9-1982.

“Chávez - o começo do fim?”, Opinião. (Lampreia, Luiz Felipe).O Estado de São Paulo, 10-06-2007.

O Globo

Venezuela aprende aqui o valor da agricultura. O Globo, 19 de novembro de 1977.

No Ipiranga um “adios” para o povo. O Globo, 19 de novembro de 1977.

Pérez diz que seu dicionário não tem a palavra cansaço. O Globo, 19 de novembro de 1977.

Meios de comunicação são vitais à democracia. O Globo, 20 de novembro de 1977. p. 10.

Pérez: volto certo de que o Brasil é grande país. O Globo, 20 de novembro de 1977.

Geisel aceita convite para visitar a Venezuela. O Globo, 20 de novembro de 1977.

Ueki pode ir a Caracas no começo do ano. O Globo, 20 de novembro de 1977.

“O asilo político vai transformando ao Brasil em um valhacouto de criminosos”. O Globo, 15-6-63.

“Itamaraty explica por que Guerreiro vai à Venezuela”. O Globo, 20-7-1979.

“César Cals não está na comitiva presidencial”. Jornal o Globo, 31-10-1979.

“Figueiredo defende pleito”. O Globo, 8-11-1979.

“Presidentes assinam compromissos de Caracas”. O Globo, 18-10-1987.

“Na Venezuela Sarney destaca ameaça da dívida”. O Globo, 16-10-1987.

“Collor pressionado em Washington”. O Globo, 22-6-1991.

“Venezuela vai adotar tecnologia brasileira”. O Globo, 10-10-1988.

“Venezuela duplica vendas de petróleo para o Brasil”. O Globo, 19-08-1979.

“Aproximação entre Venezuela e Brasil preocupa a Argentina”. O Globo, 24-7-1979.

“Guerreiro: amizade Brasil-Venezuela favorece a América Latina”. O Globo, 27-7-1979.

Tribuna da Imprensa

“Volta o observador do Itamarati na Guiana”. Tribuna da Imprensa, 24-10-53.

“carta dos leitores – pacto secreto Peru-Venezuela”. Tribuna da Imprensa, 22-9-55;

“Planejavam a invasão do Brasil”. Tribuna da Imprensa, 29-1-58;

“Marcílio relata na Câmara a reunião interparlamentar”. Tribuna da Imprensa, 8-10-71.

Andrés Pérez: estudante sem posição política é eunuco.

Tribuna da imprensa, 20 de novembro de 1977.

“Reatamento com Brasil na mira da Venezuela”. Tribuna da Imprensa, 25-3-65;

Outros

“Venezuela e Brasil aproximam relações”. A Crítica, 22-9-1966.

“A Venezuela sempre batalhou para defender a liberdade na América”. Última hora, 22-9-55;

“Venezuela desmente a Tribuna”. Diário Carioca, 23-9-55;

“Suposto pacto militar contra a paz do continente”. A Noite, 22-9-55

“O chanceler Macedo Soares apresenta um balanço da atuação do governo”. Correio da Manhã, 17-5-1956.

“América tem que ser dos americanos”. Correio da Noite, 12-10-53.

CHATEAUBRIAND, Assis. “A terceira nação da América Latina”. Diário de São Paulo, 8-9-1958

“As credenciais do Brasil”. A Gazeta, 26-11-58.

“Jiménez tinha planos de invadir o Brasil”. Última Hora, 29-1-1958;

“Jiménez tinha planos para anexar território brasileiro”. Diário da noite, 29-1-58;

“Jiménez cogitava de expansão territorial”. Jornal do Comércio, 30-1-58;

“Brasil indaga propósitos imperialistas de Pérez Jiménez”. Últimas Notícias, 1-2-1958;

“Fronteiras desguarnecidas”. Correio da Manhã, 30-1-1958.

“Jiménez: anexação da Amazônia à Venezuela”. Última Hora, 29-1-1958.

“O ditador louco e seus planos de conquista”. Última Hora, 30-1-1958.

“Conselho de Segurança Nacional já conhecia os planos de Jiménez para a invasão da Amazônia”. Última Hora, 31-1-59.

“Jiménez e o Brasil”. Flash do momento. Última Hora, 31-1-58.

SILVEIRA, Joel. “Sem importância”. Diário de notícias, 2-2-58.

“Brasil, líder do bloco sul-americano”. O Jornal, 10-6-1958.

“Venezuela no es reino de ningún consorcio o potencia extranjera”, O Jornal, 16-11-57.

“Está a anexação das guianas mais afeta ao Brasil do que à Venezuela”. A Gazeta, 18-11-1958;

“As credenciais do Brasil”. A Gazeta, 26-11-1958.

“Advogando a renovação dos métodos diplomáticos o novo chanceler anuncia reforma no Itamarati”. Correio da Manhã, 6-7-1958.

“Acolhido entusiasticamente o apelo formulado pelo presidente do Brasil”. Diário de São Paulo, 12-7-1958.

“Democracia e Petróleo”. Revista Veja, 14-11-1979.

“Venezuela transforma o território dos Yanomami em área de preservação”. Revista Veja, 24-09-1991.

“Acordo entre Brasil e Guiana irrita Caracas”. Jornal do Comércio, 20-11-1971.

Revelada íntegra da moção venezuelana contra Brasil”. Diário de Notícias, 8-10-71;

“Venezuela e Brasil”. Diário de notícias, 28-3-1965;

“Brasil e Venezuela: bons negócios e afinidades políticas”. Jornal da Tarde, 10-4-1986.

“Senadores norte-americanos pedem pelos Yanomami”. PIB/CED, 24-06-1991.
“Ultrajante invasão da embaixada do Brasil verberada pela Câmara”. Última Hora, 14-7-1960.
“As manobras de Trujillo”. Diário de notícias, 5-7-1960;
“7ª reunião gera crise em Caracas”, Jornal do Comércio, 30-8-60;
“Rómulo Betancourt”. A Tribuna, 12-7-1960.
“Retorna Arcaya, crise no governo venezuelano”. Última Hora, 2-9-60.
“Brasil deixou porta aberta para voltar a tratar com a Venezuela”. O Jornal, 21-9-1960;
“Importações brasileiras da Venezuela de 1949 a 1958, Diário do Comércio, 1-10-1960;
“Plenário da Câmara recebe sob aplausos recomendação de rompimento com Trujillo”. Jornal do Brasil, 14-7-1960;

Jornais Venezuelanos

El Nacional

“Desmiente venezuela la versión de un pacto secreto com Peru”. El Nacional, 28-9-55;
“Brasil cedió Fernando Noronha para base de proyectiles de EE.UU.”. El Nacional, 22-1-1957.
“Brasil retiró su embajador en la capital dominicana”. El Nacional, 16-7-1960.
“Quadros invita a Tito a Brasil e ignora al emisario de Kennedy”. El nacional, 4-3-61;
“Esta Quadros poniendo en vereda a la recalitrante burocracia”.El nacional, 4-3-61;
“Retroceso en el crecimiento económico”. El Nacional, 17-4-1967;
“Admitida controversia: Brasil-Venezuela en la ALALC”. El Nacional, 26-6-1967;
“Venezuela con problemas dentro de la ALALC”, El Nacional, 15-6-1967;
“Cuatro del Anzoategui viajaron de Brasil a Cuba”. El Nacional, 6-6-1963;
“Arresto preventivo de los del Anzoátegui pidió Venezuela al Brasil”. El Nacional, 5-6-1963;
“Venezuela fijará posición ante el Brasil por la fuga”. El Nacional, 8-6-1963.
“La cancillería venezolana estudia la situación del nuevo gobierno de Brasil”. El nacional, 4-4-64;
“La cancillería brasileña considerada que no es necesario pedir reconocimiento”. El Nacional, 5-4-1964;
“No es aplicable la doctrina Betancourt en el caso de Brasil”. El Nacional, 6-4-1964;
“El destino del Brasil”. El Nacional, 6-4-1964.
“Denuncian asesinato de 3 venezolanos en Brasil”. El Nacional, 16-7-1964;
“Brasil proyecta aumentar las compras de petróleo venezolano”. El Nacional, 29-5-64;

“Ninguna decisión sobre el Brasil”. El Nacional, 8-7-1964;
“Confirma Iribarren Borges haber sostenido conversaciones con el canciller Leitão da Cunha”. El Nacional, 3-8-64.
“Reacción en Rio de Janeiro ante la actitud venezolana”. El Nacional, 22-4-1964.
“Venezuela en campaña oficial”. El Nacional, 4-5-1967.
“Solidaridad con Venezuela en la OEA”. El Nacional, 21-6-1967;
“Brasil y Uruguay también apoyan la petición de Venezuela para reunión de cancilleres”. El Nacional, 3-6-1967.
“Respaldo a Venezuela en su denuncia contra Cuba”. El Nacional, 17-5-1967;

El Universal

“Nueva política exterior del gobierno brasileño”. El Universal, 8-2-1961
“El embajador de Venezuela en Rio protesta”. El Universal, 16-11-57;
“Estados Unidos ante el caso de la isla brasileña Fernando de Noronha”. El Universal, 19-1-1957.
“Cancillería no comenta anuncio brasileño sobre proyecto de invasión de Marcos Pérez Jiménez”. El Universal, 1-2-58;
“Diplomaticos brasileños tratan de que reanuden sus relaciones pronto Venezuela y la Argentina”. El Universal, 12-7-1957;
“Gobierno de Venezuela pide arresto para los captores del Anzoátegui”. El Universal, 5-6-1963;
“Gobierno de Venezuela pide arresto para los captores del Anzoátegui”. El Universal, 5-6-63;
“Vuelan a Cuba captores del Barco Anzoátegui – fletaron un avión en Brasil”. El Universal, 6-6-1963;
“Encargado de Venezuela en Rio regresa a Caracas”. El Universal, 22-4-1964;
“Embajador del Brasil abandona hoy el país”. El Universal, 22-4-1964;
¿Sucede algo? El Universal 13-7-64.
“En Brasil esperan reinicio de relaciones diplomáticas y comerciales con Venezuela”. El Universal, 14-7-1964;
“Posible reanudación de relaciones con Brasil”. El Universal, 2-7-1964;
“América Latina vive un momento crítico”. El Universal 18-5-1967.
“Progresos latinoamericanos de relieve en revista Life”. El Universal, 13-4-1967.
“Grupo de guerrilleros capturado en Brasil”. El Universal, 4-4-1967;

“Brasil no planteará el problema de sus guerrillas”. El Universal, 10-4-1967.
“Brasil dispuesto a concurrir a reunión pedida por Venezuela”. El Universal, 18-5-1967;
“Vietnam y sus incidencias en Latinoamérica analizadas durante entrevistas con Nixon”; El Universal, 15/5/67;
“Proyectos nucleares de Brasil”. El Universal, 15-6-1967,
“Tratamiento más amplio en la ALALC a los países de mercado insuficiente”. El Universal, 11-4-1967;
“Negociaciones Brasil-Venezuela fueron iniciadas”. El Universal, 30-6-1967;
“Alto costo de su producción interna dificulta a Venezuela negociar dentro de la ALALC”. El Universal, 27-6-1967.
“La región del Amazonas”. El Universal; 19-4-67.
“Dilema frente al Brasil”. El Universal, 11-3-1976.

La Esfera

“Quadros há debido invitar a Betancourt y no a Tito”. La esfera, 7-3-61;
“W. Medina Rojas, cabecilla del secuestro del Anzoátegui, huyo de Brasil a Cuba”. La Esfera, 6-6-1963
“Cancillería aplazó de nuevo comunicado sobre implicados en caso del Anzoategui”. La Esfera, 10-6-1963.
“Previsiones en frontera con Brasil”. La Esfera, 5-4-1964.
“Expectación en la cancillería por acontecimiento en Brasil”. La Esfera, 2-4-64;
“Silencio en embajada brasileña sobre los sucesos en su país”. La Esfera, 5-4-1964;
“Venezolano relata que fue expulsado de Brasil”. La Esfera, 26-7-1964.
“Interpelan hoy al canciller en diputados sobre el caso Brasil”. La Esfera, 22-4-1964;
“Se reanudarán muy pronto las relaciones con el Brasil”. La Esfera, 2-7-1964;

La República

“Todos los asuntos brasileños se han deteriorado últimamente”. La República, 1-4-1964;
“Aplicarán doctrina Betancourt en el caso del Brasil”. La República, 3-4-1964;
“Venezuela no reconocerá a nuevo gobierno del Brasil”. La República, 3-4-1964;
“El drama del Brasil”. La República, 4-4-1964;
BOESNER, Demetrio. Brasil busca su camino (I): inmensidad y contraste. La República, 29-11-63.

____.Brasil busca su camino (II): los comunistas brasileños. La República, 30-11-63.
____.Brasil busca su camino (III): Rio de Janeiro y São Paulo. La República, 2-12-1963.
____.Brasil busca su camino (IV): prosperidad y crisis. La República, 3-12-1963.
____.Brasil busca su camino (V): El nordeste: país de la miseria. La República, 5-12-1963.
____.Brasil busca su camino (VI): La lucha por la reforma agraria. La República, 7-12-1963.
____.Brasil busca su camino (VII): Fuerzas políticas y crisis. La República, 8-12-1963.
“Posición venezolana”. La República, 23-4-1964.
“Incrementar el comercio entre Venezuela y Brasil”. La República, 17-8-1965;
“Brasil busca un futuro atómico”. La república, 6-4-1967;
“Brasil propone unión atómica para el desarrollo”. La República, 6-4-1967;
“Uso pacífico de energía atómica persigue Brasil”. La República, 11-5-1967.
“Brasil rechaza nueva gestión de Argentina”. La República, 4-6-1967.
“Falcón Briceño candidato a secretario de la OEA”. La República, 3-5-1967;
“Brasil producirá electricidad con energía nuclear”. La república. 14-9-67.
“Crecimiento económico de la América Latina retrocedió en 1966”. La República, 17-4-1967.
“Lista negra para barcos que comercian con Cuba”. La República, 25-5-1967.
“En ALALC temen infiltración de monopolios norteamericanos”. La República, 16-6-1967;

Últimas Noticias (e outros)

“Venezuela y Brasil a punto de reanudar relaciones”. La religión, 2-7-1964;
“Brasil y Venezuela inician negociaciones”. Últimas Noticias, 29-6-1967;
“Venezuela es el nudo de da tensión en ALALC”. Últimas Noticias, 15-6-1967;
“Brasil apoya Venezuela en su acusación contra Cuba”. Últimas Noticias, 16-5-1967;
“Teme Brasil que sea lesivo al Hemisferio”. Últimas noticias, 21-6-1967;
“Ratifica Venezuela em la OEA su repudio al regimen cubano”. Diario las Americas, 27-10-61.
“Anexión de los territorios brasileños de la frontera proyectaba Pérez Jiménez”. La religión, 1-2-58.
“Brasil proyecta mediar em la disputa venezolano-argentina”, 12-7-1957; “Amistad entre dos hombres fuertes”. Revista Time, 15-7-1957.
“La cancillería desmiente rumor sobre pacto venezolano-peruano”. La esfera, 28-9-55.